

MATEUS FÁVARO REIS

POLÍTICAS DA LEITURA, LEITURAS DA POLÍTICA:

**uma história comparada sobre os debates político-culturais
em *Marcha* e *Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974)**

Universidade Federal de Minas Gerais
Doutorado
2012

MATEUS FÁVARO REIS

POLÍTICAS DA LEITURA, LEITURAS DA POLÍTICA:

**uma história comparada sobre os debates político-culturais
em *Marcha e Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área da Concentração: História, Tradição e Modernidade.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kátia Gerab Baggio.

Universidade Federal de Minas Gerais
Doutorado
2012

REIS, Mateus Fávaro.

Políticas da leitura, leituras da política: uma história comparada sobre os debates político-culturais em *Marcha* e *Ercilla* (Uruguai e Chile, 1932-1974). Mateus Fávaro Reis. Orientado pela Prof^a Doutora Kátia Gerab Baggio. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

1. *Ercilla*, *Acción* e *Marcha* – Relatos de formação, exílio e mercado editorial. 2. Chile e Uruguai – História – 1932-1974. 3. Imprensa – Política – Cultura. 4. Democracia – Reformismo – Revolução.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas aquelas pessoas e instituições que contribuíram para a elaboração deste trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Pedro César e Maria Odília, e demais familiares que souberam conviver com as minhas frequentes partidas e chegadas durante estes últimos anos, a partir do momento em que comecei a compartilhar minha vida entre o Brasil, o Uruguai, a Argentina e o Chile. Minha eterna gratidão àqueles que me incentivaram, desde muito pequeno, a conviver com o mundo dos impressos. A vocês dedico este trabalho.

Às minhas irmãs Andréa e Aline, deixo uma especial consideração por sua inestimável ajuda para a concretização deste projeto, assim como aos quatro sobrinhos que nos trazem grandes alegrias: José Pedro, Lucas, João Gabriel e Felipe. Aos primos que também foram importantes em muitos momentos. À historiadora tia Nanci e sua biblioteca que tanto me fascinava quando criança. À minha querida madrinha Ana Paulina que fez sua última viagem para me visitar em Buenos Aires. Aos meus avós, por todo o carinho.

À minha orientadora e amiga de todas as horas, prof^a Dra. Kátia Gerab Baggio, que sempre esteve presente nos momentos importantes de minha trajetória como historiador, bem como aos colegas, que se tornaram gratos amigos. Deixo um especial agradecimento à Adriane Vidal Costa, Natally Vieira Dias, Priscila Dorella, Breno Miranda, George Araújo e Warley Gomes pelas conversas acadêmicas e amistosas, dentro e fora dos muros da UFMG.

À prof^a Dra. Adriane Vidal Costa e ao prof. Dr. Hernán Pas pelas valiosíssimas críticas tecidas durante o Exame de Qualificação, o que levou à elaboração de novos desafios. Espero tê-las incorporado ao trabalho de forma adequada.

Aos bons amigos que conheci durante os últimos anos que vivi em Belo Horizonte. Aos novos amigos que conheci em Montevideú, Buenos Aires e Santiago nestes últimos anos, particularmente a Helena Caorsi e Sofía Celina, que sempre me hospedaram na capital uruguaia, bem como a Valeria Berhau, por me ajudar a buscar referências bibliográficas em Santiago, e pelas palavras amigas. Obrigado também a Julián Léoz pela hospitalidade na capital argentina.

Aos professores da *Universidad de la República*, Carlos Demasi e especialmente Ana María Rodríguez Aiçagüer, dentre outros, que em alguns momentos

foram interlocutores imprescindíveis, assim como aos funcionários da Biblioteca Nacional e da Biblioteca do Palácio Legislativo, sempre muito atenciosos e cordiais.

Aos intercambistas Roxana Calvo e Matías Germán Donato, que me receberam amistosamente em La Plata e me apresentaram à prof^a Dra. Alejandra Mailhe, da *Universidad Nacional de La Plata* e ao prof. Dr. Javier Balsa da *Universidad Nacional de Quilmes*. Muito obrigado tanto pela atenção à pesquisa quanto pelos momentos de descontração em terras platinas.

Aos professores argentinos, nucleados pelo grupo de pesquisa de História Intelectual, pelas férteis discussões realizadas no interior do *Instituto Ravignani*, em Buenos Aires.

Aos professores do CEFET-MG e IFMG-Congonhas que se tornaram cordiais e exemplares colegas de trabalho a partir de quando voltei a morar em Belo Horizonte, em 2009. Aos demais amigos da capital mineira que souberam conviver com algumas ausências, particularmente durante as inúmeras partidas ao longo dos últimos anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, ao Projeto Brasiliana e à prof^a Dra. Eliana de Freitas Dutra, sempre muito atenta em relação às minhas pesquisas.

Finalmente, aos amigos da ANPHLAC, pela formação de um grupo que se predispõe a enveredar pelo fascinante mundo da História das Américas, de forma crítica, sincera, cordial e corajosa.

Resumo

O principal objetivo da presente tese consiste em elaborar uma história comparada dos debates político-culturais no interior dos projetos editoriais de *Marcha* e *Ercilla*, respectivamente no Uruguai e no Chile, entre as décadas de 1930 e 1970. Fundadas por jovens intelectuais que aspiravam ocupar um espaço de destaque tanto nos cenários políticos quanto culturais dos dois países sul-americanos, *Marcha* e *Ercilla* sulcaram com desenvoltura os mares agitados da vida pública, articulando a publicação de semanários e outros impressos, como os livros, ou de revistas mensais, como no caso particular do empreendimento uruguaio. Ligadas ao presente, estabeleceram sólidos laços com as tensões e debates do momento histórico em que desenvolveram suas atividades. Engendraram grandes discussões intelectuais, políticas, culturais e artísticas, ao incorporar autores que defendiam distintas visões de mundo, mas que habitualmente coincidiram em fomentar os canais da democracia. Também de forma convergente, lançaram mão de um conjunto de ações para a difusão de políticas de leitura, orientadas para o debate de ideias, hábitos de leitura e formação cultural.

Palavras-chave: História do Uruguai; História do Chile, História dos intelectuais e dos impressos, *Marcha*, *Ercilla*.

Abstract

The main objective of this thesis is to develop a comparative history of political debates and cultural projects within the editorial of *Marcha* and *Ercilla*, respectively Uruguay and Chile, between the 1930s and 1970. Founded by young intellectuals who aspired to occupy a prominent space in both political and cultural scenario of the two South American countries, *Marcha* and *Ercilla* plowed the seas of public life with agility, joining the publication of magazines and other printed documents such as books, or monthly magazines, as in the case of private enterprise Uruguayan. Linked to this, have established solid ties with the tensions and debates of the historical moment in which developed its activities. Discussions engendered great intellectual, political, cultural and artistic, the authors defended incorporate different worldviews, but that usually coincided foster channels of democracy. Also convergently, resorted to a set of actions for the dissemination of political reading, oriented brainstorming, reading habits and cultural formation.

Keywords: History of Uruguay; History of Chile; History of intellectuals and print, *Marcha*, *Ercilla*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
-----------------	----

**PARTE I - ESCREVER PARA INSTRUIR:
O LUGAR DOS IMPRESSOS NA VIDA PÚBLICA
A edição entre a cultura e a política (1932-1957)**

Introdução à Primeira Parte.....	38
----------------------------------	----

CAPÍTULO 1 - <i>ERCILLA</i>: relatos de formação, exílio e mercado editorial (1932-1945).....	44
--	-----------

1.1 Relatos de formação e exílio: cosmopolitismo em <i>Ercilla</i> ?.....	47
1.2 <i>Ercilla</i> : um “semanário ilustrado para toda a América”.....	63

CAPÍTULO 2 - <i>ACCIÓN</i> e <i>MARCHA</i>: é preciso agir (1932-1945).....	70
--	-----------

2.1 Homens novos para a política.....	70
2.2 Anti-imperialismo, latino-americanismo e pan-americanismo.....	89

CAPÍTULO 3 - PROJETOS EDITORIAIS: livros para educar, livros para entreter, livros para enfeitar.....	98
--	-----------

3.1 Edição e circulação: livros chilenos para toda a América.....	104
3.2 Catálogos para variados públicos: coleções e bibliotecas de <i>Ercilla</i>	115
3.3 Práticas editoriais: diálogos e tensões entre autores e editores.....	125
3.4 Edição e política: as dificuldades enfrentadas pela editora <i>Acción</i>	138

CAPÍTULO 4 - IMPRENSA, FORMAÇÃO DE LEITORES E “GERAÇÃO CRÍTICA”: os pilares do espaço público.....	145
---	------------

4.1 Imprensa de informação ou de opinião? Um falso dilema?.....	146
4.2 Cidadãos-eleitores, cidadãos-leitores.....	166
4.3 Novos caminhos da crítica no Uruguai: o escritor e a política em <i>Marcha</i>	176
4.4 Crítica literária e gerações intelectuais em <i>Ercilla</i>	202

Conclusão da Primeira Parte.....	223
---	------------

PARTE II - AS DEMOCRACIAS ENTRE REFORMAS E REVOLUÇÕES
Os impressos diante do espelho do engajamento (1958-1974)

Introdução à Segunda Parte.....	234
CAPÍTULO 5 - OS ANOS 60: democracia, reformismo e revolução (1958-1969)...	237
5.1 Tempos de redefinições: entre permanências e transformações.....	239
5.2 Cuba, Brasil e Argentina: três cenários em conflito no horizonte.....	247
5.3 A democracia entre reformas e revoluções: quais caminhos seguir?.....	267
5.4 José Artigas: revisar o passado para construir o futuro.....	282
CAPÍTULO 6 - PROJETOS EDITORIAIS EM TEMPOS DO <i>BOOM</i>.....	289
6.1 Entre cultura e política? Os intelectuais e seu papel político-social.....	290
6.2 <i>Boom</i> doméstico, <i>boom</i> internacional.....	319
6.3 Das dificuldades em se construir uma editora: <i>Biblioteca de Marcha</i>	345
CAPÍTULO 7 - NAVEGAR É PRECISO: vicissitudes e dilemas em tempos de transformações (1970-1974).....	352
7.1 Os impressos no processo político: informar ou atuar?.....	354
7.2 Dois contextos, um mesmo dilema: apoiar o avanço rápido de transformações ou continuar a defender o reformismo democrático?.....	362
7.3 É preciso escolher: da imprecisão de se navegar por águas revoltas.....	381
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	399
ACERVOS CONSULTADOS	408
FONTES.....	409
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	411

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute, de forma comparada, os debates político-culturais em *Marcha* e *Ercilla*, a partir dos princípios da década de 1930 até meados dos anos 70. O objetivo principal consiste em avaliar o lugar dos projetos editoriais de *Ercilla* e *Marcha* na construção da vida política, cultural e intelectual do Chile e do Uruguai, respectivamente, bem como de suas repercussões em outros países da América Latina.

Marcha e *Ercilla* foram fundadas por jovens intelectuais que aspiravam ocupar um espaço de destaque tanto nos cenários políticos quanto culturais dos dois países sul-americanos. Particularmente no caso de *Ercilla*, o cruzamento de intelectuais chilenos e exilados peruanos foi extremamente fecundo para a consolidação da editora e do semanário, durante a rápida expansão de suas atividades. Paralelamente, *Marcha* também se edificou como um local de entrecruzamento de intelectuais e políticos perseguidos nos países vizinhos.

A editora *Ercilla* foi fundada em abril de 1932, com uma atuação fundamentalmente relacionada à edição, em pequena escala, de livros. Para promover a sua expansão, a editora chilena, dirigida pelo argentino Laureano Rodrigo, decidiu publicar um boletim literário mensal para promover o mundo das letras e, em particular, as obras que saíam com o selo de *Ercilla*, a partir de abril de 1933. Com o passar do tempo, o boletim literário enriqueceu-se com matérias informativas e crônicas, ampliando seu leque temático. Em 1936, passou a ser publicado como um semanário.

Além disso, os integrantes da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA),¹ Luis Alberto Sánchez, Manuel Seoane e Ciro Alegría, para nomear os mais importantes, somaram-se ao grupo de *Ercilla* e desempenharam atividades de destaque no mercado editorial e jornalístico do Chile. Sánchez incorporou-se à editora como vice-diretor, em dezembro de 1934, foi um de seus principais tradutores e promoveu a publicação de diversas obras dos exilados do APRA. Já Seoane, que viveu muito tempo na Argentina, antes de se mudar para o Chile, passou a ser o diretor do semanário, em abril de 1937, enriquecendo-o com um olhar assíduo sobre a realidade política e cultural latino-americana, até 1945, quando foi substituído pelo jornalista chileno Julio Lanzarotti.

¹ A fundação do APRA foi liderada pelo peruano Víctor Raúl Haya de la Torre, quando se encontrava exilado no México, em 1924. A linha norteadora desse importante movimento político-intelectual do Peru foi o indoelemericanismo e seus principais objetivos foram a luta contra o imperialismo dos EUA, a unidade política da América Latina ou Indo-América, a nacionalização de terras e de indústrias, a internacionalização do Canal do Panamá e a “solidariedade com todos os povos e grupos oprimidos do mundo”. Em 1931, o APRA transformou-se no Partido Aprista Peruano (PAP). Cf. HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *El antiimperialismo y el APRA*. Santiago: Ercilla, 1936, p. 33-41.

Vários escritores chilenos participaram da edificação de *Ercilla*, que, ao lado de *Zig-Zag*, ampliou o mercado livreiro do Chile durante a denominada “época de ouro” das edições no país sul-americano.² Somente para citar os nomes mais conhecidos, Pablo Neruda, o ensaísta Benjamín Subercaseaux, o escritor Joaquín Edwards Bello e José Donoso teceram expressivos vínculos com a editora e também com a revista *Ercilla*.

A fundação de *Marcha*, paralelamente, também se delineou ao longo dos anos 30, orquestrada, acima de tudo, por três jovens intelectuais uruguaios: Carlos Quijano, Julio Castro e Arturo Ardao. Participantes ativos da vida política e intelectual do Uruguai, Quijano, Castro e Ardao haviam fundado um grupo político, denominado *Agrupación Nacionalista Demócrata Social* (ANDS), em 1928, com o objetivo de renovar os quadros políticos do país. No interior da ANDS, publicaram o diário *El Nacional*, que atuou como a principal plataforma de suas ideias políticas e sociais, entre agosto de 1930 e novembro de 1931. Contudo, devido fundamentalmente à escassez de recursos financeiros e à derrota no pleito eleitoral neste último mês, *El Nacional* deixou de ser publicado.³

A despeito disso, canalizaram seus esforços para a criação de um semanário intitulado *Acción*, em março de 1932, inicialmente projetado como uma publicação de debate político.⁴ Após passarem por vários contratemplos, seus redatores fundaram a editora *Acción*, na forma de sociedade anônima, nos finais de 1938, cujo objetivo era angariar recursos financeiros para publicar livros de autores nacionais que possuíam ideias convergentes às divulgadas em suas páginas, bem como preparar a renovação e ampliação do semanário até então publicado.⁵

Ainda que a edição de livros pela editora recém-fundada fosse bastante limitada até começos dos anos 60, a publicação do semanário *Marcha*, também em formato tabloide, a partir de junho de 1939, compensou o investimento realizado no ano anterior e tornou-se um dos principais veículos de comunicação do Uruguai até meados dos anos 70.

Vários dos mais expressivos intelectuais uruguaios passaram pela redação de *Marcha* e foram publicados por sua editora, como, entre muitos outros, Juan Carlos Onetti, Mario Benedetti, Emir Rodríguez Monegal, Ángel Rama, Carlos Real de Azúa, Carlos Martínez Moreno, Joaquín Torres García e Eduardo Galeano, além das contribuições internacionais.

² SUBERCASEAUX, Bernardo. Editoriales y círculos intelectuales en Chile, 1930-1950. In: *Revista chilena de literatura*, Santiago, n. 72, p. 221-233, abr. 2008; Idem. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia al Bicentenario*. 3ª ed. Santiago: LOM Editores, 2010, p. 133-176.

³ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *El joven QUIJANO. (1900-1933). Izquierda nacional y conciencia crítica*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986, p. 219.

⁴ Segundo Hugo Alfaro, Quijano não participou diretamente da fundação de *Acción*. Cf. ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984, p. 22. Entretanto, Quijano escreveu habitualmente no semanário, desde os primeiros números.

⁵ Cf. La editorial en marcha. *Acción*, Montevideo, ano VII, n. 180, 09 de dez. 1938, p. 2.

Os breves perfis traçados sobre os primeiros passos de *Ercilla* e *Marcha* delimitam o marco cronológico inicial deste trabalho, que responde ao movimento do objeto e da problemática proposta: começos da década de 30. Passa-se pela segunda metade dos anos 30, quando *Ercilla* dialogou com a formação da Frente Popular no Chile, que levou Pedro Aguirre Cerda à presidência, ao passo que os redatores de *Acción* e *Marcha* buscaram, sem êxito, promover uma aliança entre alguns grupos de esquerda do Uruguai.

O percurso continua pelas décadas de 40 e 50, período de consolidação das atividades de *Marcha* e *Ercilla* nos planos cultural e político dos dois países sul-americanos, apesar de enfrentarem algumas dificuldades financeiras. Essa situação se reverteu durante os anos 60, em particular para *Marcha*, que finalmente conseguiu expandir seu projeto e atingir os objetivos delineados inicialmente, ao sedimentar-se no mercado de edição de livros, além de publicar uma revista mensal, com caráter monográfico.

Finalmente, o recorte cronológico final dessa pesquisa situa-se em 1974. Nesse ano, esses empreendimentos jornalísticos e editoriais sentiram, ainda que de forma divergente, os efeitos diretos das ditaduras instauradas no Uruguai, em 27 de junho, e no Chile, em 11 de setembro, no dramático ano de 1973. *Marcha* sofreu diversos tipos de censura e foi empastelada em 22 de novembro de 1974. *Ercilla* passou por grandes transformações, capitaneadas pelos jornalistas Hernán Millas e Emilio Filippi. Se até 1971 houve um debate rico, intenso e plural entre os próprios colunistas a respeito do governo da Unidade Popular, em 1972, por outro lado, Millas e Filippi se posicionaram contra o governo de Allende.⁶

Vale ressaltar que *Marcha* e *Ercilla* traçaram trajetórias notadamente comprometidas com as transformações políticas e culturais de seus países. Durante os anos 60, *Marcha* foi palco de um interessante debate acerca dos papéis preconizados para os intelectuais na vida pública, e apoiou a união das esquerdas democráticas e revolucionárias durante a formação da primeira Frente Ampla, nos princípios da década de 70. Paralelamente, *Ercilla* cedeu espaço para escritores engajados, como Neruda,⁷ e se aproximou da Democracia Cristã.

Chega-se, portanto, ao principal argumento que quero desenvolver, isto é, a fecunda articulação entre cultura e política, presente nos projetos de *Marcha* e *Ercilla*, que convergiram para a difusão de políticas para a leitura e de leituras sobre a política, que

⁶ Segundo Mobarec Hasbún e Spiniak Bercovich, somente em 1976 ocorreu uma fratura mais evidente em *Ercilla*, quando foi vendida para um grupo de apoio ao governo ditatorial, o que teria promovido a desvinculação de vários de seus jornalistas, capitaneados pelo diretor da revista Emilio Filippi, para fundar a revista *Hoy*. Cf. MOBAREC HASBÚN, Paula; SPINIAC BERCOVICH, Dominique. *Revista Hoy. 1.108 ediciones con historia*. Santiago: Ediciones Copygraph, 2001, p. 23-42. É preciso discordar dessa afirmação, pois a leitura da revista não a confirma. O golpe de 11 de setembro de 1973 chegou inclusive a ser bem visto pela revista.

⁷ Neruda assinou a coluna *Reflexiones desde Isla Negra*, entre 1968 e 1970.

estiveram intimamente associadas aos contextos nacionais e transnacionais. Sustento que o principal ponto de convergência entre os redatores dos dois semanários consistiu em pensar o papel da leitura e desenvolver atividades em prol da formação de cidadãos conscientes de seus papéis políticos e sociais. Evidentemente, as visões sobre o lugar da leitura sofreram transformações ao longo do tempo e, mesmo de forma sincrônica, não foram homogêneas. Contudo, prevaleceram considerações de que o ato de ler era imprescindível para a constituição de uma comunidade política dotada de indivíduos autônomos e críticos.

É preciso focar essa dimensão entrecruzada entre o cultural e o político, tanto em *Marcha* quanto em *Ercilla*, mas sem correr o risco de dissolver os debates culturais e políticos, empobrecendo-os e perdendo de vista as suas especificidades e certa autonomia. Busco, acima de tudo, estudá-los em sua complexidade e apontar para os movimentos de aproximação ou de distanciamento que ocorreram com o passar das décadas.

Ainda que o debate cultural nas páginas de *Marcha* e *Ercilla* envolva principalmente os universos artísticos, intelectuais e as políticas culturais do Uruguai e do Chile, é importante ter em mente que o conceito de cultura extrapola tais fronteiras, como destacaram, com diferentes orientações teóricas, muitos antropólogos, sociólogos, críticos literários e historiadores.⁸

Quais direções seguir, então, para abordar a discussão cultural nas páginas de *Marcha* e *Ercilla*? A da literatura e da crítica literária como porta-vozes e representações de um universo cultural articulado a uma ideia de cultura letrada, em um sentido mais tradicional? Ou ampliar a escala de observação com o objetivo de envolver, ainda que com limites, os debates internos das páginas classificadas como culturais de *Marcha* e *Ercilla*?

Considero que existem distintos rumos a tomar, mas não seria mais interessante tentar a articulação dos discursos literários, dos de crítica artística e cultural à difusão e promoção de valores, de imaginários, de visões de mundo, de práticas entre os leitores, enfim, de uma organização simbólica que pudesse transformar suas experiências? Além disso, colocar em perspectiva os papéis preconizados para os intelectuais diante da vida pública? Por outro lado,

⁸ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998; CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990; DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2005. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 1ª ed. atual. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009; LEACH, Edmund. *Cultura/culturas*. In: *Enciclopédia Einaudi*. v. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 102-135; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003; REIS, Eliana Lourenço de Lima. *Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural: a literatura de Wole Soyinka*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011; RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, François (Dirs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998; SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007; WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992; Idem. *Marxismo y literatura*. Buenos Aires: La Cuarenta, 2009.

é importante dialogar com os artífices dos dois periódicos no sentido de buscar explicar e compreender o que eles consideravam como cultura. Em outras palavras, qual é a noção de cultura de que lançaram mão e difundiram em suas páginas? E, afinal, também é importante enfocar a maneira como articularam e diferenciaram cultura de política.

Faz-se necessário também esboçar em breves linhas a natureza do político, que se relaciona com o debate e a organização da vida da cidade, da vida pública, como bem destacou, entre outros autores, René Rémond:

“o político é o lugar de gestão da sociedade global, ele dirige em parte outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício. A lei autoriza ou proíbe, encoraja ou impede. Os créditos públicos suscitam, ajudam, favorecem. A decisão política pode criar situações inteiramente novas que abrem um campo para todo tipo de atividade”.⁹

Nem sempre é simples delimitar o que é considerado político, pois, ainda que o poder possa estar disseminado nas relações que se arquitetam entre os indivíduos, não se pode pretender que tudo seja política. Rémond assinalou que o historiador não deve ter “a imprudência de afirmar que a política tem sempre a primeira e a última palavra, mas constata que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”.¹⁰

Já não há a necessidade de se reivindicar a “cidadania historiográfica para o político”, segundo as alinhadas palavras de Tânia Regina de Luca,¹¹ pois os estudos de história política souberam responder aos problemas colocados por outras disciplinas, ampliando suas abordagens, enfoques e objetos. Somente para citar alguns dos textos mais emblemáticos dessa fecunda seara, as pesquisas que se norteiam pela denominada renovação dos estudos políticos, no Brasil, habitualmente dialogam com as contribuições de, entre outros autores, Raoul Girardet, René Rémond, Eliana de Freitas Dutra e Maria Helena Rolim Capelato.¹²

Um dos principais frutos dessa transformação, o conceito de cultura política tornou-se uma ferramenta adequada que permite uma aproximação mais sofisticada dos canais de interseção entre a história política e a história cultural, além evidentemente da história dos

⁹ RÉMOND, René. Do político. In: Idem (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 447.

¹⁰ *Ibidem*, p. 447.

¹¹ DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 114.

¹² GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; DUTRA, Eliana Regina de Freitas; CAPELATO, Maria Helena Rolim. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuições a um debate interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 227-267.

intelectuais e dos impressos. Penso, com Serge Berstein, que o conceito de cultura política responde de forma mais refinada às expectativas do historiador, em seu constante intuito de compreender a complexidade dos fenômenos políticos, pois “[...] é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”.¹³ Em franco diálogo com os aportes das ciências sociais e da historiografia para a elaboração do conceito de cultura política, Eliana Regina de Freitas Dutra concordou com Berstein a respeito da pluralidade, da existência de disputas, mas também de diálogos entre as distintas culturas políticas que existem em uma coletividade nacional. Além disso, realçou a sua edificação de forma grupal, consolidando solidariedades. Enfim, Dutra sublinha o seu caráter complexo e dinâmico, portanto, histórico.¹⁴

Em texto recente, Rodrigo Patto Sá Motta fez uma revisão sobre os usos e abusos do conceito de cultura política, e propôs uma delimitação, que abarque um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.¹⁵

Neste trabalho, pretendo também analisar o lugar de *Marcha e Ercilla* como canais de construção e debate de culturas políticas, particularmente as culturas políticas republicanas, mas também em diálogo e tensão com a socialista, no Uruguai e no Chile, bem como o cruzamento entre as esferas do debate político com as acaloradas discussões acerca dos papéis exercidos pelos intelectuais e pelos periódicos nos cenários culturais. Por outro lado, os contatos com outras culturas políticas ancoradas no liberalismo, conservadorismo, fascismo e comunismo, se bem que de forma heterogênea, foram marcados sobretudo por tensões.

Na maior parte do tempo, prevaleceram discursos e práticas que valorizaram a difusão de ideias articuladas à democracia, com ênfase sobre o papel do Estado, como a defesa do bem comum, da igualdade e liberdade, não só individual, mas também coletiva, da promoção de justiça social e da expansão de políticas culturais orientadas para uma alfabetização dos cidadãos que superasse, em muito, as primeiras letras. Além disso, é possível observar nos projetos de *Marcha e Ercilla*, com maior ênfase para o primeiro, a luta por difundir modelos

¹³ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, François (Dirs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 350.

¹⁴ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e culturas políticas. Definições, usos, genealogias. *Varia Historia*, Belo Horizonte: Departamento de História/PPGH, FAFICH/UFGM, n. 28, p. 23-28, dez. 2002.

¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: Idem (Org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37.

de indivíduos virtuosos dispostos a lutar pelo bem público, orientados para a participação política, bem como a preferência sobre a legitimidade dos governos em face da legalidade.

É preciso ressaltar que o conceito de culturas políticas não pode ser traduzido em termos de cultura e política, separadamente. O que quis dizer nos dois parágrafos acima é tão somente que as leituras sobre a política realizadas pelos dois semanários se vincularam mais estreitamente a certas visões de mundo, práticas e tradições políticas vinculadas ao republicanismo nos dois países sul-americanos. Aliás, cabe realçar novamente que a ideia de políticas da leitura se relaciona ao conjunto de ações que os artífices de *Ercilla* e *Marcha* lançaram mão para a difusão de ideias, hábitos de leitura e formação cultural em geral. Do mesmo modo, é importante destacar que os impressos (panfletos, almanaques, jornais, semanários, revistas, livros, entre outros suportes materiais) representam importantes vetores de construção das culturas políticas, ao lado do papel desempenhado pela escola, grupos de convivência, partidos políticos, locais de trabalho, entre outras formas de sociabilidade.¹⁶

Os estudos publicados até o presente momento sobre *Marcha* e *Ercilla* são bastante heterogêneos. Se, de um lado, existem instigantes interpretações sobre as páginas culturais de *Marcha* e sua perspectiva latino-americanista, de outro, escasseiam análises mais significativas sobre *Ercilla*.

A partir da publicação de *Literatura uruguaya del medio siglo*, pelo ex-diretor das “páginas culturais” de *Marcha*, Emir Rodríguez Monegal, em 1966, o semanário uruguaio foi fonte de vários trabalhos, concretizados fundamentalmente por pesquisadores procedentes dos estudos culturais e literários, e da comunicação. O deliberadamente polêmico ensaio de Rodríguez Monegal – que estava envolvido numa disputa pela liderança e orientação da crítica cultural no Uruguai com Ángel Rama – propunha que, até a sua saída como redator, no final da década de 50, existiam “duas *Marchas*”, uma literária e cultural, e outra política.¹⁷

Rodríguez Monegal buscava criticar a aproximação mais evidente entre as páginas culturais e políticas de *Marcha* capitaneadas por Ángel Rama durante a década de 1960, bem como a promoção de uma literatura engajada na transformação sociocultural e política dos povos do denominado Terceiro Mundo, com especial ênfase na América Latina. Nesse sentido, não se pode esquecer que a discussão extrapolou o cenário nacional e que as críticas

¹⁶ Cf. ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005; ALONSO, Paula (Comp.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2004; DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Eds.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

¹⁷ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Introducción. *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966, p. 43-44.

de Rodríguez Monegal também estavam endereçadas para a cubana *Casa de las Américas*.¹⁸ Após iniciar um importante movimento de renovação da crítica literária e cultural no Uruguai, Rodríguez Monegal buscou desestimar o também significativo empreendimento de Rama, que não deixou de apresentar algumas preocupações em comum, acima de tudo, em torno da ampliação e consolidação do mercado editorial do país platino. Além disso, enfatizaram, mesmo que por caminhos nem sempre paralelos, a necessidade de se renovar o cenário cultural uruguaio, a formação de públicos leitores, bem como o estreitamento de laços com o universo literário e cultural brasileiro.¹⁹

Embora existam vários textos publicados sobre *Marcha*,²⁰ sustento que são necessários novos olhares historiográficos que insistam sobre as tensões e articulações entre as páginas vistas como culturais e políticas no semanário. Em particular, no que tange à convicção dos seus condutores de que o país necessitava de homens “novos” e decididos a lançar as bases de um projeto de edificação nacional, que certamente passava pela formação de um público leitor e consciente das necessidades de tal empreendimento, tanto no terreno político quanto no cultural. Vale destacar que essa dimensão político-intelectual também marcava a discussão nos países vizinhos, como demonstrou Gabriela Pellegrino Soares.²¹ Assim, não se deve perder de vista o projeto editorial de *Marcha*, que tinha como horizontes a ampliação de suas atividades por meio da publicação de uma revista mensal e uma editora de livros.

O historiador das ideias Arturo Ardao, criticou a interpretação de Rodríguez Monegal. Entretanto, não temo em arriscar que, além da consideração mais prudente de Ardao, de que na verdade existiam “duas partes de *Marcha*”,²² *Marcha(s)* foram muitas, dentro e fora das colunas, que convergiam na ênfase sobre a formação de leitores-cidadãos ou cidadãos-leitores, interessados em participar ativamente do debate político nacional e internacional; das discussões sobre as relações entre cultura, sociedade e política; da sedutora, mas reducionista,

¹⁸ Cf. MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. 326 f. Tese. Programa de Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.

¹⁹ Cf. ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

²⁰ Entre os principais, ver: ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984; ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*. Montevideo: IMM-División Cultura, 1992; COTELO, Rubén. *Marcha y la Generación del '45*. In: SOSNOVSKI, Raúl (Ed.). *La cultura de un siglo: América Latina y sus revistas*. Buenos Aires: Alianza, 1999, p. 333-349; PEIRANO BASSO, Luisa. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vega, 2001; MACHÍN, Horacio; MORAÑA, Mabel (Eds.) *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana / Universidad de Pittsburgh, 2003; ESPECHE, Ximena. *Marcha del Uruguay: hacia América Latina por el Río de la Plata*. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 211-234.

²¹ SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

²² ARDAO, Arturo. *¿Dos Marchas? Cuadernos de Marcha*, terceira época, Montevideo, n. 151, jun. 1999, p. 14-17.

discussão entre a liberdade estética da produção cultural ou o envolvimento do criador com uma cultura transformadora, seja ela reformista ou revolucionária; enfim, das principais questões que articulam política e cultura.

Com a desvinculação de Rodríguez Monegal como diretor das páginas culturais de *Marcha*, no final dos anos 50, e a condução de Ángel Rama, durante boa parte dos anos 60, se alentaram os pontos de contato, entre as páginas culturais e políticas. Nas páginas iniciais, os autores enfocavam as lutas contra o colonialismo (Argélia e Porto Rico), as revoluções na América Latina e Caribe (Cuba, Bolívia e Guatemala), as relações entre o Uruguai e os seus contornos, bem como as disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética. Com Rama, *Marcha* estreitou os laços com as correntes literárias latino-americanas e buscou promover os autores que mantinham relações mais estreitas com as esquerdas, ainda que, assim como sucedia no caso do suplemento cubano *Lunes de Revolución*,²³ os debates não se circunscreviam à política e nem menosprezavam as experimentações estéticas.

Assim, os debates sobre as ideias republicanas e o socialismo democrático acentuaram-se nas páginas de *Marcha*, ao ampliar os seus canais de articulação, coincidentes em visar a promoção do bem público e, muitas vezes, o comprometimento dos intelectuais nas discussões políticas, ainda que por meio de inúmeros conflitos. Nunca é demais lembrar que, como mostraram Claudia Gilman e Adriane Vidal Costa,²⁴ a vitória da Revolução Cubana promoveu o modelo do escritor comprometido com as ideias revolucionárias ou transformadoras, em consonância com o modelo do intelectual engajado de Sartre.

Como mencionei anteriormente, os debates sobre o lugar de *Ercilla* na configuração da vida intelectual, artística e política do Chile são, por sua vez, bem menos reluzentes, apesar de sua importância reconhecida pelos intelectuais e políticos de meados do século. Atualmente, Bernardo Subercaseaux lançou novas luzes a respeito do mercado editorial chileno durante as décadas de 1930 e 1940, vistas como a “época de ouro” da edição no país transandino. Subercaseaux buscou realçar o período de auge da indústria editorial chilena, por meio de alguns importantes trabalhos sobre a história das ideias e da vida cultural no país.²⁵ Entre suas

²³ Cf. MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003.

²⁴ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003; COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. 413 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

²⁵ SUBERCASEAUX, Bernardo. Editoriales y círculos intelectuales en Chile, 1930-1950. *Revista chilena de literatura*, Santiago, n. 72, p. 221-233, abr. 2008; Idem. Editoriales y círculos intelectuales en Chile (1930-1950). In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*, p. 567-580; Idem. Expansión editorial y valoración social del libro. In: *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM, 2010, p. 133-176.

principais fontes, o livro de memórias de Luis Alberto Sánchez, *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena*,²⁶ adquire um lugar de destaque. Ainda que de extrema importância para uma aproximação introdutória dos bastidores de *Ercilla* e do seu dia-a-dia, a obra de Sánchez necessita ser cotejada com outras fontes, como os exemplares da revista *Ercilla*, que permitam a apreensão das distintas facetas do cenário editorial e jornalístico do Chile.

Paralelamente a Subercaseaux, Eduardo Santa Cruz e Carlos Ossandón enfocaram as principais transformações por que passou o jornalismo no Chile, com ênfase sobre suas relações com a modernização do país, durante os séculos XIX e XX. Em trabalhos distintos, Santa Cruz e Ossandón privilegiaram o nascimento da imprensa “informativa”, que reivindicava posições “imparciais” e “objetivas”. Santa Cruz realçou a análise do confronto entre o santiaguenho *El Mercurio* e os inúmeros jornais operários do país. No entanto, somente citou algumas revistas e semanários que configuraram o espaço jornalístico do Chile, mas ignorou as contribuições de *Ercilla* nesse processo.²⁷ O texto de Ossandón, por sua vez, focalizou o século XIX e as disputas entre os diferentes tipos de imprensa, organizada em seis categorias: “imprensa política e de barricada”; “doutrinária”; “cultural, científica e literária”; “comercial e informativa”; “estratégica e fundadora”; e “raciocinante e informativa”.²⁸ Os autores também publicaram dois livros em conjunto sobre a “modernização” da imprensa no Chile durante as últimas décadas do século XIX e começos do XX, mas não chegaram a realizar uma análise dos anos 30 e 40, que pudesse incluir *Ercilla* em seus horizontes.²⁹

Finalmente, em três outros textos, Paula Mobarec Hasbún com Dominique Spiniak Bercovich,³⁰ Cecilia García Huidobro,³¹ além do sociólogo e ensaísta peruano Aníbal Quijano³² mencionaram que a revista *Ercilla* representou uma das mais importantes e “influentes” publicações jornalísticas do Chile, se bem que não tinham como objetivo avaliar o seu papel de forma mais minuciosa.

²⁶ A *bitácora* é uma espécie de armário localizado, nas embarcações, próximo ao timão, onde se coloca a agulha de navegação. Sánchez afirmou em diversos momentos que os apristas peruanos aprenderam muito com a vida política e cultural chilena.

²⁷ SANTA CRUZ, Eduardo. *Análisis histórico del periodismo chileno*. Santiago: Nuestra América, 1988.

²⁸ OSSANDÓN, Carlos. *El crepúsculo de los “sabios” y la irrupción de los “publicistas”*. Santiago: LOM, 1998.

²⁹ Cf. OSSANDÓN, Carlos; SANTA CRUZ, Eduardo. *Entre las alas y el plomo: la gestación de la prensa moderna en Chile*. Santiago: LOM; Arcis, 2000; Idem. *El estallido de las formas: Chile en los albores de la “cultura de masas”*. Santiago: LOM; Arcis, 2005.

³⁰ MOBAREC HASBÚN, Paula; SPINIAK BERCOVICH, Dominique. La familia *Ercilla* cambia de apellido. In: *Revista Hoy. 1.108 ediciones con historia*. Santiago: Ediciones Copygraph, 2001, p. 23-42.

³¹ GARCÍA HUIDOBRO, Cecilia. *José Donoso. El escritor intruso*. Selección de artículos periodísticos. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2004, p. 17-26; Idem. El trabajo periodístico de José Donoso y sus efectos del *Obsceno pájaro de la noche*. *Revista Unniversum*, Talca, v. 2, n. 22, p. 286, 2007.

³² Cf. PANDO MORENO, Adán; ARÉVALO GUÍZAR, Gabriela. América Latina: globalización y nacionalismo. Diálogo con Aníbal Quijano. In: *Revista Interamericana de Educación de Adultos*, México, ano XXVIII, n. 2, p. 120, jul.-dez. 2006.

Assim, é no mínimo intrigante constatar que, apesar do reconhecimento de sua importância por alguns pesquisadores, não existem estudos mais detalhados sobre a revista *Ercilla* em particular ou sobre o seu amplo e pujante projeto editorial durante os anos 30 e 40. Até o presente momento, os textos de Subercaseaux representam uma aproximação quase isolada ao tema, ao focar particularmente sua faceta como editora de livros.

Considero, portanto, que pode ser extremamente fecundo lançar novos olhares historiográficos sobre *Marcha* e *Ercilla*, de forma comparativa e atenta para suas sedimentadas trajetórias na constituição de significativas redes de sociabilidade intelectual latino-americanas, centralizadas no Rio da Prata e no Pacífico-Sul. Mas de que forma os projetos editoriais, representados pelos semanários e as editoras podem ser analisados como um espaço de sociabilidade intelectual? Ou melhor, como articular seus desejos em canalizar a difusão de culturas políticas com a constituição de espaços de sociabilidade intelectual?

Para Jean-François Sirinelli, assim como para Ângela de Castro Gomes, o estudo das redes de sociabilidade intelectual devem levar em conta os aspectos associativos dos intelectuais em grupos de pertencimento, ainda que marcados por uma grande pluralidade. Se, de um lado, ocorre a atração por interesses e sentimentos convergentes, não se pode menosprezar, de outro lado, que as “redes de sociabilidade” também podem resultar em profundas batalhas internas e externas, tanto políticas quanto culturais. Assim, para a sua formação, a afetividade, a cumplicidade e a competição desempenham papéis igualmente importantes aos aspectos mais objetivos.³³

Como se materializam essas redes? Para os autores, um dos principais suportes que possibilitam a sua formação está representado pela imprensa, particularmente os periódicos, como jornais e revistas, pois possibilitam a circulação de ideias, a realização de debates, bem como a manifestação de solidariedades ou críticas. Segundo Susana Zanetti e Beatriz Colombi, os intelectuais latino-americanos, particularmente os hispano-americanos, aproximaram-se, entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, devido às viagens que realizaram, ao exílio, à diplomacia, à participação conjunta em revistas e periódicos, além da troca de correspondências, o que levou ao fortalecimento da ideia de pertencimento a um espaço cultural comum.³⁴

³³ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 249-250; GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 41-42.

³⁴ ZANETTI, Susana. Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916). In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, v. 2, p. 489-534; COLOMBI, Beatriz. *Viaje intelectual, migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915)*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004.

De forma convergente, *Ercilla* e *Marcha* atraíram inicialmente intelectuais que buscavam estratégias de ascensão intelectual, mas também contribuíram para a difusão de ideários associados à autonomia crítica contra movimentos conservadores e fascistas, que estavam em plena ascensão nas décadas de 30 e 40. Aproximaram-se, portanto, de grupos de esquerda republicana e socialista, em escala transnacional, dando voz a importantes intelectuais que atuaram no interior do que Adrián Celentano chamou “de uma rede sul-americana antifascista”.³⁵

Inúmeros pesquisadores, provenientes das mais diversas especialidades, têm dedicado suas atenções aos intelectuais, a partir de fins do século XIX. Em alguns momentos, os debates acentuaram-se e extrapolaram os próprios círculos intelectuais, em face tanto do desejo desses personagens em engajar-se na vida pública quanto de certa expectativa da população em geral, como sublinhou Ángel Rama.³⁶

Em estreita associação com a renovação e o enriquecimento da história política, as pesquisas historiográficas sobre os intelectuais adquiriram um lugar de destaque, uma vez que, como sublinhou Jean-François Sirinelli, os situam no “cruzamento das histórias política, social e cultural”.³⁷ O historiador francês propôs que é necessário trabalhar com o mapeamento dos itinerários transitados pelos intelectuais, em diálogo com os conceitos de geração – tomado de forma crítica e não como homogeneizante de práticas políticas e culturais – e de sociabilidade ou redes de sociabilidade.³⁸

Helenice Rodrigues da Silva, Patricia Funes e François Dosse³⁹ também formularam instigantes reflexões para desviar a lupa do historiador de um tratamento inadequado em relação ao “pequeno mundo dos intelectuais”, segundo a consagrada fórmula de Sartre, publicada após a morte de Camus, em janeiro de 1960.

Dosse fez um levantamento analítico e bastante erudito sobre os olhares de críticos literários, sociólogos, filósofos e historiadores a respeito do universo dos intelectuais. Traçou as principais linhas de batalha entre os seus artesãos. Lançou importantes dúvidas sobre certa sociologia dos intelectuais, que denominou de “sociografia dos intelectuais”.⁴⁰ Criticou a ideia

³⁵ CELENTANO, Adrián. Ideas e intelectuales en la formación de una red sudamericana antifascista. *Literatura y lingüística*, Santiago de Chile, Universidad Católica Cardenal Raúl Silva Henríquez, n. 17, p. 195-218, 2006.

³⁶ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³⁷ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais, p. 232.

³⁸ *Ibidem*, p. 231-269.

³⁹ RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Fragments da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002; FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006; DOSSE, François. *La marcha de las ideas. Historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: PUV, 2007.

⁴⁰ DOSSE, François. *La marcha de las ideas. Historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: PUV, 2007, p. 99-103.

de sociabilidade de Pierre Bourdieu, ancorada sobre uma “base estratégica de otimização dos interesses e de conquista de poder”, e que também diluiu as possibilidades de expressão das ações individuais, com suas especificidades.⁴¹ Finalmente, endossou as orientações de Sirinelli acerca das possibilidades de se trabalhar com as noções de geração intelectual e sociabilidade para interpretar com prudência o mundo dos intelectuais.⁴²

Para isso, os estudos de revistas tornam-se ferramentas essenciais para a (re)construção da vida intelectual em certo período: “lugares de compromisso, meios de vida, as revistas constituem um dos suportes mais invocadores das afinidades eletivas que tecem a vida das ideias”.⁴³ Contudo, é importante ter em mente as críticas formuladas por Helenice Rodrigues da Silva a respeito do modo como Sirinelli manuseia a noção de redes de sociabilidade.⁴⁴ Segundo a autora, é preciso ir além da afirmação sobre a sua existência e tentar abarcar “as evoluções de posições [que] se processaram, dentro de quais configurações sociais, institucionais e culturais as solidariedades se constituíram”.⁴⁵ Tentarei me guiar pela advertência da historiadora brasileira ao longo do texto.

A decisão de comparar os dois projetos editoriais repousa sobre as possibilidades de se ladrilhar caminhos pouco frequentados tanto pela historiografia uruguaia quanto chilena,⁴⁶ ao buscar (re)construir as trajetórias de *Marcha* e *Ercilla* inscritas no cenário editorial e jornalístico dos dois países sul-americanos, e da América Hispânica em geral.

Os textos que discutem os pressupostos da história comparada coincidem ao assinalar o papel desempenhado por Henry Pirenne (*Do método comparativo em história*, 1923) e Marc Bloch (*Os reis taumaturgos*, 1924; *Para uma história comparada das sociedades europeias*, 1928), entre outros autores, para a edificação de suas propostas iniciais, em parte, devido aos desafios e problemas colocados pelos nacionalismos durante o período entre guerras.

⁴¹ *Ibidem*, p. 56.

⁴² *Ibidem*, p. 57.

⁴³ *Ibidem*, p. 60.

⁴⁴ A autora se referiu ao texto em que o historiador francês analisou os principais manifestos assinados pelos intelectuais franceses durante o século XX. Cf. SIRINELLI, Jean-François. *Intellectuels et passions françaises. Manifestes et pétitions au XX^e siècle*. Paris: Fayard, 1990.

⁴⁵ RODRIGUES DA SILVA, Helenice. A história intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 22.

⁴⁶ Sobre a historiografia uruguaia, ver: MARÍNEZ DÍAS, Nelson. La historiografía uruguaya contemporánea. *Quinto centenario*, Madri, n. 5, p. 39-64, 1983; SOLER, Leticia. *Historiografía uruguaya contemporánea (1985-2000)*. Montevideo: Trilce, 2000; ZUBILLAGA, Carlos. *Historia e historiadores en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2002. Em relação à historiografia chilena, consultar: BASTIAS SAAVEDRA, Manuel. *Historiografía chilena y positivismo, 1840-1980*. *Nuestra Historia*, Santiago, Universidad de Chile, n. 1, p. 29-40, 2006; DE MUSSY, Luis G. (Ed.). *Balance historiográfico chileno: el orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007; GREZ, Sergio; SALAZAR, Gabriel. *Manifiesto de historiadores*. Santiago: LOM, 1999; SALAZAR, Gabriel. *Historiografía y dictadura en Chile (1973-1990)*. Búsqueda, identidad, dispersión. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n. 482-483, p. 81-94, ago.-set. 1990.

Bloch hasteou a bandeira da comparação em história e delineou seus contornos de forma um pouco mais detalhada. Segundo o historiador francês, comparar envolve “selecionar em um ou mais ambientes sociais diferentes, dois ou mais fenômenos que se aparentam, em uma primeira olhada, apresentar suas analogias, descrever as curvas de suas evoluções, constatar as semelhanças e diferenças, e, na medida do possível, explicá-las”. Ele assinalou que os estudos comparativos devem estar sempre atentos para certa semelhança entre os objetos, atrelada a algumas diferenças entre os meios que os geram. Assim, um dos principais frutos da comparação vincula-se à possibilidade de iluminação recíproca entre os objetos, ou seja, permite a elaboração de conclusões mais consistentes.⁴⁷

As propostas de Pirenne e Bloch, no que tocam à reflexão sobre a comparação e a sua prática historiográfica, se bem que não tenham arquitetado um método comparativo bem definido, foram acolhidas de forma tímida pelos historiadores por mais de meio século.

A fecunda retomada de seus projetos iniciais somente ocorreu de forma mais clara nas décadas de 80 e 90 – nos Estados Unidos, América Latina e Europa –, motivada, em parte, pela rápida ascensão dos debates sobre integração em diversas partes do Globo.

Interessantes obras foram realizadas sob a ótica comparativa entre o Brasil e seus vizinhos hispano-americanos, durante as décadas de 1990 e 2000. Assim como a importante obra de Capelato sobre as propagandas políticas do varguismo e do peronismo,⁴⁸ as teses de doutorado de José Luis Bendicho Beired,⁴⁹ Regina Aída Crespo⁵⁰ e Gabriela Pellegrino Soares⁵¹ demonstraram a fecundidade da perspectiva comparativa. Nos últimos anos, alguns pesquisadores argentinos também buscaram trabalhar com a perspectiva comparada, principalmente na área de história das ideias e dos estudos culturais.⁵²

⁴⁷ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de Synthèse Historique*, Paris, t. XLVI, n. 136-138, p. 16-18, dez. 1928. Todas as traduções são de minha responsabilidade.

⁴⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

⁴⁹ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

⁵⁰ CRESPO, Regina Aída. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. Tese (doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

⁵¹ SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

⁵² Nos dias 9 e 10 de dezembro de 2003, foi realizado o encontro intitulado *El comparatismo como problema. Por un enfoque transnacional para la historia cultural latinoamericana*. Cf. VÁRIOS AUTORES. Dossier: El comparatismo como problema. *Prismas. Revista de historia intelectual*, Buenos Aires, ano VIII, n. 8, p. 119-243, 2004. Em 2006, vários pesquisadores reuniram esforços para a criação da *Red Internacional Marc Bloch de Estudios Comparados en Historia. Europa-América Latina*, que já organizou três encontros, primeiro na cidade argentina de Tandil (2006), posteriormente em Porto Alegre (2008) e Jujuy (2010). Um dos frutos do II encontro, realizado no Brasil, pode ser analisado em: HEINZ, Flavio M. (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

Na França, a comemoração do centenário de nascimento de Marc Bloch, na segunda metade dos anos 80, alimentou um debate mais minucioso sobre a comparação na escrita da história. Além disso, o aumento dos movimentos migratórios em direção à Europa, bem como aos Estados Unidos, colocavam a comparação entre as distintas culturas em contato na ordem do dia, como pode ser observado no preciso texto de Nancy L. Green.⁵³

Também em relação ao cenário europeu, o historiador alemão Heinz-Gerhard Haupt anotou a gradativa retomada dos estudos comparativos pelos historiadores, acima de tudo, na Alemanha, países escandinavos, Suíça e Holanda, tornando-se um dos mais destacados defensores da história comparada a partir da década de 90.⁵⁴ Entretanto, os itinerários da história comparada foram colocados sob suspeita por importantes historiadores contemporâneos, que também percorreram os caminhos abertos pela ampliação da escala de observação, em parte, motivada pela “consciência da globalidade”, como bem enfatizou Roger Chartier.⁵⁵

Ainda que, inicialmente, os defensores dos denominados *transfer studies*, como Michel Espagne e Michaël Werner,⁵⁶ tenham manifestado significativas desconfianças em relação à história comparada, não restam dúvidas de que Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, dentre outros pesquisadores, teceram importantes desafios para os historiadores que visam extrapolar os âmbitos locais ou comparar objetos em marcos espaciais e ou temporais diferentes. Subrahmanyam e Gruzinski convergiram ao enfatizar que é necessário considerar o caráter global e conectado do período moderno a partir de seus princípios, que promoveu profundas – se bem que tensas e frequentemente assimétricas – interações entre o âmbito local e supralocal para a conformação das coletividades humanas sob a posse das monarquias europeias. Da mesma maneira, coincidiram ao criticar algumas histórias comparadas, cujos resultados seriam insuficientes porque saturados de etnocentrismo.⁵⁷

⁵³ GREEN, Nancy L. L'histoire comparative et le champ des études migratoires. *Annales ESC*, v. 45, n. 6, p. 1335-1350, nov.-dez. 1990.

⁵⁴ Cf. HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, FGV, 1998, p. 205-216.

⁵⁵ CHARTIER, Roger. La conscience de la globalité. *Annales HSS*, v. 56, n. 1, p. 119-123, jan.-fev. 2001.

⁵⁶ ESPAGNE, Michel; WERNER, Michaël. La construction d'une référence culturelle allemande en France: genèse et histoire (1750-1914). *Annales ESC*, v. 42, n. 4, p. 969-992, jul.-ago. 1987.

⁵⁷ Cf. SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997; Idem. Du Tage au Gange au XVI^e siècle: une conjuncture millénariste à l'échelle eurasiatique. *Annales HSS*, v. 56, n.1, p. 51-84, jan.-fev. 2001; GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales HSS*, v. 56, n. 1, p. 85-117, jan.-fev. 2001; Idem. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.

Às críticas desses historiadores, somaram-se, por vertentes próximas, mas não superpostas, os desafios colocados pela história cruzada (*histoire croisée*), sustentados inicialmente, em 2003, por Bénédicte Zimmermann e Michaël Werner, que anteriormente havia trabalhado com o recorte teórico dos *transfer studies*.⁵⁸

Em 2004, os dois historiadores dirigiram a obra, com um título provocativo, *De la comparaison à l'histoire croisée*, e ampliaram, em 2006, as principais questões apresentadas anteriormente. A principal crítica de Werner e Zimmermann à história comparada relacionou-se à suposição de que a perspectiva da comparação tende a fixar os objetos no tempo e observá-los com lentes sincrônicas. Assim, ela seria insuficientemente capaz de apreender a formação cultural das coletividades humanas, ao contrário da história cruzada, que quer observar e enfatizar os múltiplos entrecruzamentos espaciais e temporais.⁵⁹

Helenice Rodrigues da Silva, ao pesquisar sobre os exílios de intelectuais brasileiros e chilenos na França, após a instauração das últimas ditaduras militares nos dois países sul-americanos, apoiou a proposta da história cruzada, ancorada na “abordagem interativa” e nos intercâmbios entre os exilados brasileiros e chilenos – além de pesquisadores franceses – que se iniciaram no Chile de finais dos anos 60 e princípios dos 70, solidificando-se na França após a queda do governo da Unidade Popular, em 1973. A historiadora brasileira criticou o suposto “princípio de oposição binária” da história comparada e assinalou que “a problemática do cruzamento permite melhor apreender a complexidade das relações sociais, ou seja, os intercâmbios culturais, intelectuais e políticos estabelecidos entre os intelectuais brasileiros, chilenos e seus pares franceses”.⁶⁰

Enfim, pode-se afirmar que o debate atual sobre as possibilidades da história comparada necessita receber maior atenção, que dialogue com suas possibilidades, mas também com seus limites, e ainda não há sinais de que se arrefecerá brevemente. Ao mesmo tempo em que a história comparada é objeto de várias críticas, que não visam a sua supressão pura e simplesmente, encontros nacionais e internacionais alentam os estudos comparativos, são fundados cursos e revistas de pós-graduação em história comparada, e são anunciadas obras que a colocam no centro de suas reflexões.⁶¹

⁵⁸ WERNER, Michaël; ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. *Annales HSS*, v. 58, n. 1, p. 7-36, jan.-fev. 2003.

⁵⁹ Idem. Beyond Comparison: *Histoire Croisée* and the Challenge of Reflexivity. *History and Theory*, n. 45, p. 30-50, fev. 2006.

⁶⁰ RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Debates, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5791.html>> Consulta em: 16/06/2008.

⁶¹ Heinz-Gerhard Haupt e Jürgen Kocka, em evidente resposta ao artigo publicado por Werner e Zimmermann em *History and Theory*, em 2006, publicaram uma coletânea de textos, em 2009, que procurou defender a

Penso, portanto, que o artigo escrito por Maria Ligia Coelho Prado trouxe reflexões extremamente pertinentes para pensar o lugar da história comparada, ao enfatizar que os estudos comparativos entre os países latino-americanos são extremamente férteis e merecem receber maiores investimentos.⁶² Concordo com Prado, que entre comparação e conexão – e entrecruzamento –, há mais complementação que exclusão, bem como é possível evitar os riscos do etnocentrismo e das visões dicotômicas. Nesse sentido, os estudos realizados por meio de um olhar “transnacional” não necessariamente devem descartar as possibilidades da comparação. Precisam, por outro lado, observar o trânsito entre diferentes lugares.

Aliás, Bloch não deixou de considerar a existência de interconexões entre coletividades humanas vizinhas e contemporâneas, ainda que não utilizasse os termos da construção teórica atual.⁶³

Assim, sustento que analisar as trajetórias de *Marcha* e *Ercilla*, de forma comparada – mas cauteloso em perceber algumas conexões e cruzamentos possíveis, muito frequentes no âmbito da produção de impressos e da circulação internacional das ideias –,⁶⁴ permite a formulação de resultados mais profícuos e equacionados. Além disso, propicia acompanhar e explicar, sempre que possível, o espectro de respostas arquitetadas por significativos intelectuais latino-americanos aos problemas enfrentados paralelamente por seus países.

O presente trabalho articula a perspectiva comparada à transnacional, pois há uma profunda preocupação com aquilo que liga os cenários vistos como nacionais. Nesse sentido, uma de suas possibilidades é mostrar que o nacional e o global são complementares. Resta lembrar que, para a própria edificação de *Marcha* e, acima de tudo, de *Ercilla*, o cruzamento de intelectuais oriundos de distintos contextos nacionais exerceu um papel de indiscutível relevo, e foi marcada por profundas interações, mas também por conflitos.

O que justifica a comparação entre os dois empreendimentos jornalísticos e editoriais? Quais podem ser as convergências entre suas trajetórias e em que podem ser diferentes? Em primeiro lugar, penso ser importante a comparação para perceber possibilidades de respostas, de alguns grupos intelectuais – com ideias reformistas e renovadoras –, às transformações que ocorreram na América Latina. Em segundo lugar, a comparação permite afinar as

perspectiva da comparação. Cf. HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCCA, Jürgen (Eds.). *Comparative and Transnational History: Central European Approaches and new Perspectives*. New York: Berghan Books, 2009.

⁶² PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*, São Paulo, Departamento de História-FFLCH-USP, n.153, p. 11-33, 2º semestre 2005.

⁶³ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de Synthèse historique*, Paris, t. XLVI, n. 136-138, p. 19, dez. 1928.

⁶⁴ Consultar, por exemplo: SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003; ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

interpretações acerca das duas mais aclamadas democracias sul-americanas do século XX – antes das últimas ditaduras, evidentemente –, ao apresentar os limites que os próprios atores experimentaram. Em terceiro lugar, o cotejamento entre *Marcha* e *Ercilla* pode ampliar o debate acerca dos papéis dos meios de comunicação impressos como informadores ou formadores de opinião, e os limites de considerações que tentam edificar barreiras rígidas entre a denominada imprensa informativa e a opinativa. Além disso, a comparação também permite uma aproximação mais interessante a respeito das dinâmicas editoriais no Cone Sul, nas disputas entre argentinos, chilenos e uruguaios na produção e expansão do comércio de livros. Tanto os críticos uruguaios quanto os chilenos vivenciaram com angústia as dificuldades em se expandir e consolidar suas indústrias editoriais diante da concorrência argentina, mexicana e, posteriormente, espanhola. Finalmente, a comparação propicia perceber as diferenças entre *Marcha* e *Ercilla* e compreender por que esta última foi perdendo espaço nos estudos acadêmicos do período pós-ditatorial no Chile, ao passo que *Marcha* atraiu diversos olhares.

Entretanto, me deparei com muitas dificuldades ao comparar os dois empreendimentos jornalísticos e editoriais. Inicialmente, devido ao descompasso em relação à produção bibliográfica a propósito de *Marcha* e *Ercilla*. O desafio em trazer novas abordagens em face dos muitos trabalhos já realizados sobre *Marcha* contrasta com a escassez de referências a respeito de *Ercilla*. Em outras palavras, de um lado, as poucas referências à empresa chilena impõe a necessidade de (re)construir sua arquitetura, traçar rotas interpretativas e lançar hipóteses que serão rebatidas e questionadas. De outro, o diálogo que quer inovar ou alimentar com madeira fresca as diversas chamas que foram acesas sobre a empresa uruguaia. Em suma, qual pode ser um termo médio de comparação entre duas tarefas inicialmente desproporcionais?

Outro desafio se relaciona ao fato de que o auge da produção livresca da editora chilena ocorreu entre meados dos anos 30 e os anos 40, ao passo que o projeto da uruguaia somente deslanchou no final dos anos 60. Além disso, se o empreendimento uruguaio foi dirigido em seu conjunto pelos mesmos personagens, o chileno esteve dividido, ainda que com muitas pontes, em duas margens. Em outras palavras, a editora *Ercilla* foi fundada antes da revista homônima, com a participação mais efetiva do argentino Laureano Rodrigo, do peruano Luis Alberto Sánchez e do chileno Ismael Edwards Matte, quem era o diretor de uma revista intitulada *Hoy*. Ao passo que a redação do semanário foi mais plural, capitaneada inicialmente pelo espanhol Juan María Souvirón, substituído, em 1937, pelo peruano Manuel Seoane. Muitos jornalistas chilenos compuseram o quadro de redatores e colaboradores de

Ercilla. Além disso, Rodrigo, Sánchez e Edwards Matte receberam amplo espaço para a publicação de textos no semanário.

Finalmente, cabe lembrar que o lugar ocupado pela crítica literária e cultural em *Marcha*, no Uruguai, foi mais amplo do que o de *Ercilla*, no Chile. Apesar disso, importantes personagens chilenos e peruanos colaboraram com *Ercilla*, como, entre outros, Lenka Franulic, Luis Alberto Sánchez, José Donoso, Mario Rojas, Ariel Dorfman, Alfonso Calderón, Pablo Neruda e Antonio Skármeta. Em relação ao uruguaio, houve a participação de Juan Carlos Onetti, Emir Rodríguez Monegal, Mario Benedetti, Ángel Rama, Idea Vilariño, Mercedes Rein, Ida Vitale, Jorge Ruffinelli e Heber Raviolo, entre tantos outros críticos e escritores, de diversos países.

Mesmo com essas ressalvas, acredito que a comparação pode ser fecunda, ao trazer novas possibilidades interpretativas sobre o mundo dos impressos no Chile e no Uruguai, bem como em sua conexão com outros países de diferentes partes do Globo. Ao contrário de algumas críticas mais contundentes sobre a história comparada, penso que ela pode perceber as interconexões entre os atores e as ideias que circularam por diversos locais e que ultrapassaram as tradicionais fronteiras nacionais. Além disso, é bom frisar que o olhar transnacional também corre o risco de perder de vista as desigualdades de forças em âmbitos locais e globais.

O leitor já deve ter percebido que há dois objetos de pesquisa e, provavelmente, se questiona como é possível conciliar o estudo das casas editoriais com o debate interno dos semanários. Esta preocupação é válida e merece uma explicação mais clara sobre o motivo de se trabalhar as diferentes atividades editoriais e jornalísticas em conjunto.

Mesmo correndo o risco de, às vezes, forçar uma articulação direta, ou de buscar linhas simétricas onde possa haver desvios, sustento que ambos os empreendimentos, no Uruguai e no Chile, foram pensados em conjunto, em suas diferentes temporalidades, para abarcar diversos tipos de leitores, desde aqueles que buscavam leituras mais rápidas e horizontais, como no caso dos semanários, até aqueles que demandavam mais tempo e um tratamento mais vertical dos temas. No fundo, havia um desejo cruzado em informar, “formar” opiniões, orientar leituras e promover a profissionalização de jornalistas e escritores nos dois países sul-americanos. Da mesma forma, a análise conjunta pode ser bastante fértil, na medida em que permite a observação de diálogos e conexões, mas também tensões entre os impressos.

Marcha e *Ercilla* foram extremamente importantes tanto nos cenários nacionais quanto internacionais. Buscaram canalizar os debates sobre política e cultura, formar

“gerações críticas” e espaços de sociabilidade intelectual, em âmbito latino-americano. Além disso, possibilitaram certa profissionalização de jovens escritores, críticos e jornalistas. Em relação a essas possibilidades, comparativamente, a editora *Ercilla* foi mais importante do que *Marcha*, pois se transformou em um dos principais empreendimentos editoriais da América Latina, entre meados dos anos 30 e anos 40. O projeto editorial somente se ampliou no final dos anos 60. Entretanto, o semanário foi bastante exitoso, ao incorporar os personagens mais ilustres do cenário uruguaio e, certa medida, latino-americano.

A comparação entre o Chile e o Uruguai também pode ser justificada porque os dois países possuem territórios e populações relativamente pequenos, além de apresentar mercados consumidores limitados. Em relação à política, foram governados, em momentos distintos, por setores reformistas e contaram com a presença de camadas médias urbanas relevantes. Finalmente, foram países mais cosmopolitas do que outros na América Latina.

As principais fontes selecionadas são: os exemplares dos semanários *Acción* (1932-1939) e *Marcha* (1939-1974), da revista mensal *Cuadernos de Marcha*, primeira época (1967-1974), bem como os livros publicados pela editora *Acción* (de 1938 a meados dos anos 50) e *Biblioteca de Marcha*, entre 1969 e 1974; os exemplares da revista *Ercilla* (1936-1974) e os títulos publicados pela editora homônima (de 1932 a princípios dos anos 60).

A análise privilegia parte dos textos editoriais e os catálogos de divulgação dos livros, bem como os anúncios dos livros publicados nas páginas dos próprios semanários. Assim, há seleções e certamente algumas discussões que não estão incluídas, o que habitualmente ocorre com trabalhos que lidam com um recorte temático e temporal bastante amplo.

Além dessas fontes, trabalho com textos em que alguns diretores, editores e redatores de tais impressos relataram suas atividades, por meio dos próprios exemplares de *Marcha* e *Ercilla* ou de outras obras, como alguns livros e coletâneas de textos escritos por Carlos Quijano; o testemunho de Hugo Alfaro, *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*, de 1984; e o livro de memórias de Luis Alberto Sánchez, *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena*, publicado originalmente em Lima, em 1977.

Ao trabalhar com os livros publicados por *Ercilla* e *Marcha*, o objetivo consiste em avaliar qualitativamente a articulação dos projetos das editoras com as suas respectivas revistas, os autores e temas privilegiados, além de lançar luz sobre as vicissitudes enfrentadas para a circulação dentro e fora das fronteiras nacionais.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que as editoras chilenas e uruguaias passaram por importantes dilemas e obstáculos com a expansão da indústria editorial

argentina e mexicana, durante e após a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).⁶⁵ Posteriormente, a recuperação da produção editorial da Espanha acentuou as dificuldades.

Segundo Jorge Rivera, as novas editoras argentinas destinavam mais de 40% de sua produção de livros e folhetos para o mercado externo durante a década de 40, período que coincide com o declínio dos títulos publicados por *Ercilla*.⁶⁶ Além disso, Rodríguez Monegal mencionou que a editora *Ercilla*, ao lado da também chilena *Zig-Zag*, envolveu-se em disputas diretas pela publicação de traduções originalmente realizadas pelo grupo nucleado em torno da revista argentina *Sur* e da editora *Sudamericana*, “desatando a cólera de dona Victoria [Ocampo] e até de [José] Ortega y Gasset”. Para Rodríguez Monegal, muito próximo aos integrantes de *Sur*, as duas editoras chilenas conseguiam vender os mesmos títulos mais baratos que a editora argentina porque não pagavam os direitos autorais e de tradução, como veremos com mais detalhes no terceiro capítulo.⁶⁷

No início de 1944, os redatores de *Marcha*, certamente bastante preocupados, sublinhavam que somente em 1943 ingressaram no Uruguai aproximadamente 800.000 exemplares de livros, o que nutria a preconização em suas páginas da criação de leis de proteção à indústria editorial nacional.⁶⁸

A despeito disso, os jornais, semanários, revistas, entre outros periódicos, passaram a ter ampla circulação e a atingir grandes tiragens tanto no Uruguai quanto no Chile, impulsionados pela modernização das oficinas gráficas, pela redução dos seus preços e também pela demanda de informações de seus públicos leitores em formação e em ascensão.

Os pesquisadores que trabalham com as fontes impressas concordam em assinalar a sua variedade, a amplitude de possibilidades temáticas e de enfoque, além da necessidade de trabalhar o gênero revista de forma empírica e atenta para as suas especificidades.⁶⁹ Os jornais e as revistas possuem um elevado alcance sociocultural. Querem modelar o seu tempo, ao definir os temas cruciais do momento da mesma forma em que buscam auscultá-los, ao tentar

⁶⁵ Cf. DE DIEGO, José Luis. 1938-1955. La “época de oro” de la industria editorial. In: DE DIEGO, José Luis (Dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 91-123; SOARES, Gabriela Pellegrino. Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel de espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 386-398, jul.-dez. 2007; LAGO CARBALLO, Antonio; GÓMEZ VILLEGAS, Nicanor (Eds.). *Un viaje de ida y vuelta: la edición española e iberoamericana (1936-1975)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

⁶⁶ RIVERA, Jorge. *El escritor y la industria cultural*. Buenos Aires: Atuel, 1998, p. 97.

⁶⁷ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Introducción. In: *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966, p. 56.

⁶⁸ Cf. Desarrollo de la Industria Editorial. *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 219, 28 de jan. 1944, p. 5.

⁶⁹ Cf. MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: Edusp, 2001; LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

difundir visões de mundo, formas de ação política, interpretações válidas e prestigiar determinados autores e práticas de leitura.

Marcha e *Ercilla* possuíam uma evidente e voluntária dimensão política. Ligadas ao presente, estabeleceram sólidos laços com as tensões e debates do momento histórico em que desenvolveram suas atividades. Engendraram grandes discussões intelectuais, políticas, culturais e artísticas, ao incorporar autores que defendiam distintas visões de mundo, mas que habitualmente coincidiram em fomentar os canais da democracia.

Os dois semanários participaram ativamente da crítica e da formação da esfera cultural e política do Uruguai e do Chile. Edificaram locais de importantes redes de sociabilidade intelectual em ambos os países, ao promover a legitimação de autores, ideias, temas, práticas políticas e culturais. Tentaram entrelaçar a formação de uma comunidade de leitores com ação política, uma vez que visaram formar uma opinião pública, sobretudo urbana, mas jamais desconectada dos problemas mais significativos dos dois países como um todo.

As revistas devem ser tomadas como atores do seu presente, como veículos de comunicação e agentes que, até certo ponto, buscam transformar as coletividades locais e ou nacionais nas quais se inserem, e não como meios de simples registro dos debates do passado. É preciso estar atento para a produção social e cultural dos impressos, para os seus projetos político-culturais, para a linha editorial, seus colaboradores, bem como para as sociabilidades que engendram. Além disso, como salientou Tânia Regina de Luca, sempre que possível, é importante focar as atividades dos bastidores.⁷⁰ Também é fecundo não menosprezar o seu caráter mercantil, assim como tentar apreender os meios de que provinham para a sua manutenção, apesar das dificuldades em encontrar fontes diretas que permitam uma aproximação menos hipotética sobre esse relevante aspecto.

No que toca o vasto circuito da história dos impressos e da leitura, julgo que sempre é apropriado dialogar com as contribuições de Robert Darnton e Roger Chartier, apesar de suas sutis críticas recíprocas. Darnton, ao precisar os contornos da história dos livros, assinalou que o itinerário dos impressos – que pode ser extrapolado, com algumas adaptações, para os periódicos – envolve diversos personagens, tais como: autores, editores, impressores, ilustradores, tradutores, distribuidores, vendedores e leitores.⁷¹

⁷⁰ DE LUCA, Tânia Regina. Periodismo cultural: a trajetória da *Revista do Brasil*. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 293-312.

⁷¹ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 112.

Os dois historiadores sublinharam tanto a necessidade quanto as dificuldades em transpor o mundo da edição e publicação para o da leitura, apesar de não coincidirem nas propostas arquitetadas, e de Darnton criticar o suposto privilégio analítico de Chartier sobre a materialidade dos impressos.⁷² De qualquer forma, avalio que ambos sinalizaram novos caminhos historiográficos para a interpretação da leitura, que atenuam, mas não solucionam as dúvidas sobre o misterioso e sedutor mundo daquelas efetivamente realizadas.

Busco, assim, apreender as dinâmicas editoriais do Uruguai e do Chile, entre os anos 30 e a década de 70, enquadrando-as em uma escala ampliada, uma vez que o mundo das edições em castelhano se configurou por meio de interações mútuas entre diversos países, o que promoveu transformações em conjunto.

Consiste, portanto, em um importante objetivo desse trabalho ajustar o foco sobre as seleções e recortes que fizeram: quais livros foram publicados? Que tipos de leitura recomendaram em suas páginas? Como representaram seus leitores? Priorizaram os autores nacionais? O tema da nação foi importante? Enfim, avaliar em que medida priorizaram a formação de leitores-cidadãos ou de cidadãos-leitores, uma vez que tanto *Marcha* quanto *Ercilla* articularam as ideias de cidadania e ação política ao mundo da leitura, em uma perspectiva ampla. Enfatizaram, portanto, a necessidade da expansão da cultura letrada por distintos meios e instituições como forma de difusão e consolidação da democracia. É importante ressaltar que o par cidadão-leitor constituiu uma parte do projeto de *Ercilla*, mas foi mais importante em *Marcha*. Mesmo em relação ao semanário uruguaio e suas difíceis incursões pelo universo da publicação de livros, a ideia de formação de cidadãos não era vista por todos os redatores e colaboradores como sinônimos da formação de leitores. Havia espaço para se pensar a leitura pela leitura.

Finalmente, pretendo buscar os “sentidos” dos impressos publicados por *Marcha* e *Ercilla*, isto é, os seus papéis na elaboração e difusão de culturas políticas democráticas no Uruguai e no Chile. Obviamente que não é prudente diluir os embates, as disputas, as divergências, como também os diálogos e a busca de consensos que implicam a construção de empreendimentos editoriais e de culturas políticas.

Cabe adiantar ao leitor que alguns temas foram centrais para *Marcha* e *Ercilla*, mas também, em certa medida, para a elaboração do presente texto. Em primeiro lugar, a articulação entre o latino-americanismo e o anti-imperialismo. Pode-se afirmar que a análise

⁷² Idem. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1994, p. 199-236; CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77-105.

dos dois projetos jornalísticos permitiu a percepção de que a construção política, ideológica e cultural do anti-imperialismo ultrapassou, em muito, o universo dos comunistas. Ao longo do texto, procuro ressaltar o engajamento político e a construção da identidade política latino-americana em *Marcha* e *Ercilla*. Entretanto, trabalhei com maior aprofundamento a ideia de construção do latino-americanismo em diálogo e, ao mesmo tempo, contraposição ao pan-americanismo e ao imperialismo norte-americano no Uruguai em minha dissertação de mestrado.⁷³ Em segundo lugar, o Brasil recebeu um importante destaque nos dois semanários, assim como a Argentina e Cuba – no pós-1959. Aliás, mesmo antes das abordagens sobre Cuba, é possível perceber as inflexões que marcavam o ambiente político e cultural, que se acentuaram com a Revolução realizada na ilha caribenha. Finalmente, havia uma preocupação muito grande a propósito da formação dos leitores, ainda que as revistas fossem muito mais politizadas do que os livros publicados por seus projetos editoriais. Houve certo descompasso entre os dois objetos e, a despeito disso, insisti pela análise do conjunto dos impressos publicados por *Ercilla* e *Marcha*.

Apresenta-se como uma operação promissora, para tanto, articular os distintos impressos publicados por *Marcha* e *Ercilla*, realçando suas atividades complementares e entrecruzadas, e analisar o lugar desses dois vastos empreendimentos editoriais na vida cultural e política do Uruguai e do Chile. Enfocar, dessa forma, os debates e as polêmicas políticos-intelectuais.

A tese está dividida em duas partes. A primeira – intitulada *Escrever para instruir: o lugar dos impressos na vida pública. A edição entre a cultura e a política (1932-1957)* –, está dividida em quatro capítulos. A segunda – *As democracias entre reformas e revoluções. Os impressos diante do espelho do engajamento (1958-1974)* –, apresenta três capítulos.

No primeiro e segundo capítulos – *Ercilla: relatos de formação, exílio e mercado editorial (1932-1945)*; *Acción e Marcha: é preciso agir* –, esquadrinho as linhas mais significativas da construção de *Marcha* e *Ercilla*, ao articular diferentes tipos de fontes. Por um lado, as páginas dos semanários revelam o desejo de ação de seus autores nos dois países sul-americanos. Ação tanto no universo político quanto no cultural. Por outro, algumas fontes memorialísticas elaboradas posteriormente, que abriram instigantes portas de entrada para o burburinho do universo editorial. No caso de *Ercilla*, faço uma reflexão sobre o papel do exílio no enriquecimento da vida política e cultural do Chile. No de *Acción e Marcha*, além de

⁷³ Cf. REIS, Mateus Fávoro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. 232 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

aprofundar no debate sobre o papel dos intelectuais na vida pública, enfatizo o interesse dos redatores em olhar o Brasil a partir de muito cedo.

Já o terceiro capítulo, intitulado *Projetos editoriais: livros para educar, livros para entreter, livros para enfeitar*, discute a robusta trajetória da editora *Ercilla*, que se transformou em uma das principais casas editoriais da América Hispânica, entre 1932 e 1945, mas que enfrentou inúmeras dificuldades para se manter na dianteira continental com a ascensão das editoras argentinas e mexicanas. Ao mesmo tempo enfoca o contraste com a criação da editora *Acción*, em 1938, que não conseguiu atingir os objetivos propostos inicialmente, ao mesmo tempo em que se dedicou exclusivamente a associar edição e luta política. Ao contrário da editora chilena, que mesclou a publicação de obras com vistas ao mercado livresco e a divulgação de obras consideradas edificantes.

Com o quarto capítulo - *Imprensa, formação de leitores e “geração crítica”: os pilares do espaço público* -, finalizo a primeira parte e aproveito para problematizar um dos temas centrais do mundo dos impressos, a saber, a sua relação com o conceito de opinião pública, bem como os discursos sobre as diferenças entre imprensa de “opinião” e de “informação”. Além disso, enfoco os principais debates a respeito do lugar da literatura e dos intelectuais na vida pública.

O quinto capítulo abre as discussões da segunda parte, a propósito do modelo de engajamento intelectual durante os anos 60, que tanto no Chile quanto no Uruguai foram marcados internamente pela vitória da direita nas eleições nacionais, em 1958, e externamente pela Revolução Cubana, em 1959. Priorizo o debate político, com as discussões sobre a alternativa entre reforma e revolução, assim como os olhares sobre o Brasil e a Argentina.

Em estreito diálogo com os outros dois capítulos da segunda parte, o sexto capítulo aborda as discussões acerca dos intelectuais e da literatura engajada em face do *boom* latino-americano. Se, no capítulo 3, enfatizei o projeto livresco de *Ercilla*, neste capítulo é a vez da *Biblioteca de Marcha* ser inscrita nos projetos editoriais de todo o continente.

Finalmente, no sétimo e último capítulo, de título *Navegar é preciso: vicissitudes e dilemas em tempos de transformação (1970-1974)*, procuro explorar as relações que *Marcha* e *Ercilla* arquitetaram com as profundas transformações por que passaram o Uruguai e o Chile. No primeiro caso, com o acirramento da censura, de iminência de um golpe apoiado pelo Brasil e pela formação da primeira Frente Ampla de esquerdas contra os Colorados e Blancos. Um dos principais dilemas por que passaram os intelectuais de *Marcha* e *Ercilla*, no calor dos acontecimentos, consistiu em apoiar o avanço rápido de transformações ou continuar a defender o reformismo democrático.

PARTE I

ESCREVER PARA INSTRUIR: O LUGAR DOS IMPRESSOS NA VIDA PÚBLICA A edição entre a cultura e a política (1932-1957)

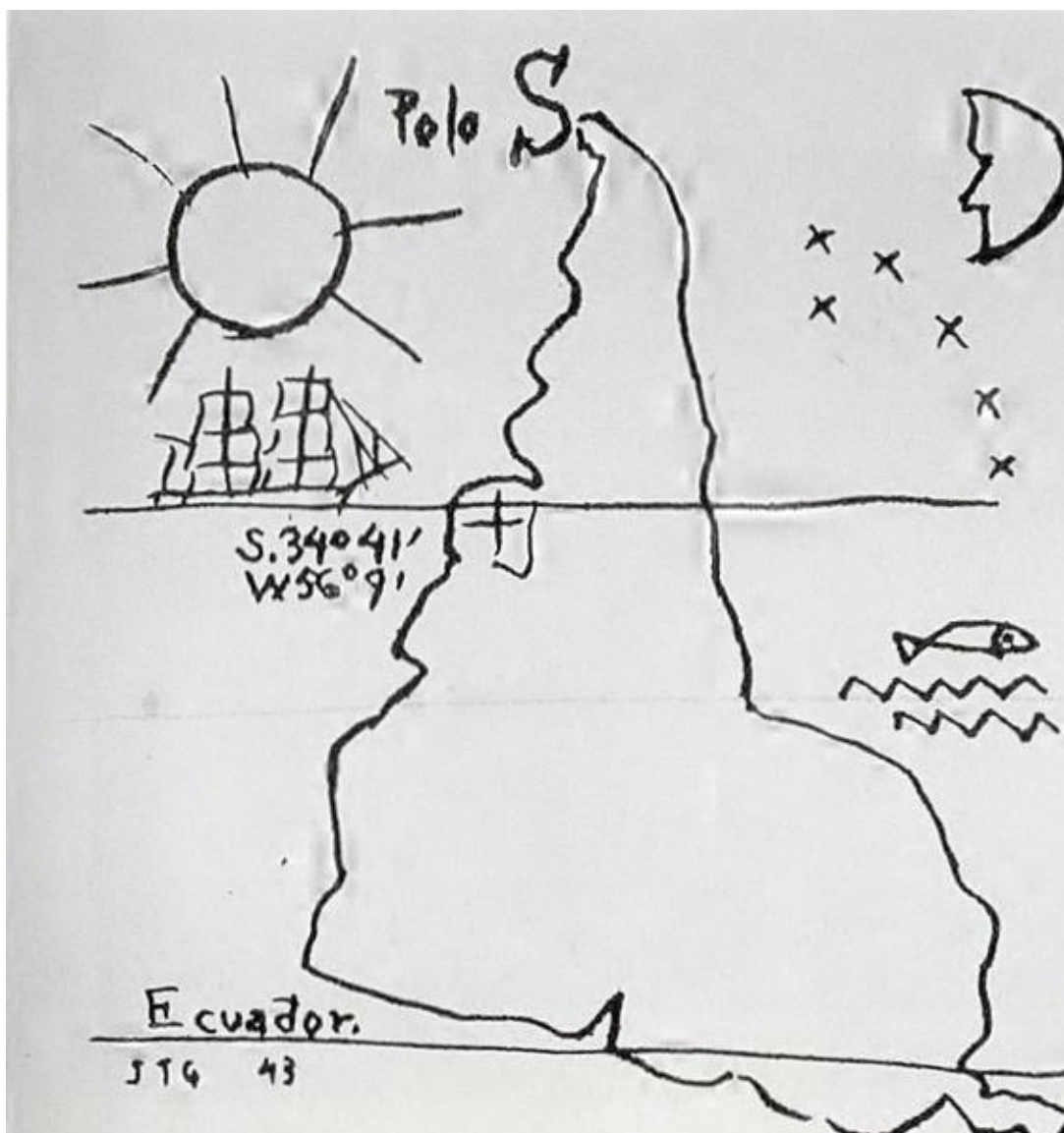


Figura 1: A América do Sul representada de forma invertida, por Joaquín Torres García (1943)

Introdução à Primeira Parte

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, o Uruguai e o Chile “modernizaram-se”, vivenciaram um expressivo crescimento de suas populações urbanas, destinaram significativos recursos para a ampliação do sistema educacional e arquitetaram as principais bases da vida política, caracterizada pela difícil construção e defesa da institucionalidade, a centralidade dos partidos políticos tradicionais, além de alguns impulsos, mas também freios na expansão da democracia.

Particularmente no Uruguai – bem como na Argentina –, o peso dos imigrantes desempenhou um papel de pressão para as transformações que ocorreram nas diversas esferas da coletividade nacional.¹ Os seus efeitos foram sentidos com maior evidência durante as primeiras décadas do século XX, após a ascensão dos colorados batllistas ao poder estatal, oriundos do Partido Colorado, sob a liderança de José Batlle y Ordóñez, que exerceu a presidência do país platino por dois mandatos não consecutivos, entre 1903 e 1907, e posteriormente de 1911 a 1915.

Respaldados pelas camadas médias urbanas e pelos imigrantes, os batllistas investiram de forma significativa na educação pública laica; implementaram leis trabalhistas, como a jornada de trabalho de 8 horas semanais, o direito de realizar greves e outras garantias para os trabalhadores; legalizaram o divórcio; empenharam-se em uma luta pela secularização dos hospitais, dos cemitérios e do calendário; arquitetaram as bases para a adoção do regime de colegiado, para compartilhar o Poder Executivo com o presidente, entre 1919 e 1933;² dentre outras reformas. No entanto, foram criticados por grupos de esquerda por não transformar a estrutura fundiária do país, que dependia em grande medida das exportações de carne e de lã.

¹ O fluxo imigratório para o Uruguai atingiu seu período mais expressivo no último quartel do século XIX, período em que, segundo o censo departamental realizado em 1889, o número de estrangeiros residentes em Montevideu representava pouco mais de 43% da população total (93.216 imigrantes para uma população de 215.061 habitantes). Essa porcentagem diminuiu paulatinamente – mas continuou significativa – nas primeiras décadas do século XX: 26,8% em 1908 e 16% em 1930, de acordo com os dados dos censos nacional e departamental, respectivamente, mencionados por ZUBILLAGA, Carlos. *La utopía cosmopolita. Tres perspectivas históricas de la inmigración masiva al Uruguay*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1998, p. 35. Ver também ZUBILLAGA, Carlos. Breve panorama da imigração maciça no Uruguai (1870-1931). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 419-460.

² O Uruguai também adotou o regime colegiado posteriormente, de 1952 a 1967. O regime colegiado uruguaio estava inspirado na Confederação Helvética da Suíça e tinha como objetivo evitar a concentração de muitos poderes nas mãos do Executivo, ao fortalecer a figura dos ministros, eleitos periodicamente pela população. As áreas de desenvolvimento industrial, agropecuário, transportes, educação, saúde e cultura, por exemplo, passaram a ser conduzidas pelos ministros colegiados com maior autonomia em relação ao presidente. Cf. ODDONE, Juan A. A formação do Uruguai moderno (1870-1930). In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2002, v. 5, p. 609-631; CAETANO, Gerardo. *La república batllista. Ciudadanía, republicanismo y liberalismo en Uruguay (1910-1933)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

Além disso, os batllistas foram responsáveis pela consolidação de um imaginário social integrador, ancorado na primazia do “público” sobre o “privado”; na existência de uma matriz democrático-pluralista de base partidocêntrica; no caminho reformista; na primazia do mundo urbano e cosmopolita sobre o rural; no culto à “excepcionalidade” uruguaia no contexto latino-americano; no respeito à legalidade; e na integração social.³

O país caracterizava-se, assim, pelo fortalecimento das camadas médias urbanizadas, que pressionavam por mudanças democráticas, passava por um período de relativa estabilidade política e por bons índices de crescimento econômico, o que não teve continuidade ao longo da década de 1930, particularmente a partir da crise de 29 e do golpe de Estado liderado pelo também colorado Gabriel Terra, em 1933.⁴

Entretanto, as reformas batllistas, antes mesmo do golpe de 1933, foram combatidas por diversos grupos conservadores originários tanto do Partido Nacional quanto do próprio Partido Colorado. Para Gerardo Caetano, a presidência do também colorado Feliciano Viera, entre 1915 e 1919, marcou o início de um freio ou da tentativa de bloqueio às reformas batllistas, que ficou conhecido como a *política del alto*. Entre as suas principais características, marcadas por uma retenção, Caetano salientou que foi congelada a ampliação da legislação social; ocorreu a tentativa de diminuir o papel do Estado na economia e na arbitragem dos conflitos sociais; houve a suspensão de uma política tributária sobre os grupos mais ricos com fins redistributivos; e o movimento sindical sofreu forte repressão.⁵

Os intelectuais fundadores de *Acción* e *Marcha* chegaram à cena pública uruguaia em meio aos principais debates arquitetados durante as primeiras décadas do século XX, que atingiram o seu ápice durante os “dourados anos 20”. Como demonstraram Hugo Achugar, Gerardo Caetano e Carlos Demasi, a agenda político-cultural do país platino foi marcada pela fecunda discussão sobre as possibilidades e limites da democracia, o lugar da tradição na construção nacional, o papel dos intelectuais na vida pública, dentre outras questões.⁶

³ Cf. CAETANO, Gerardo. Del primer batllismo al terrismo: crisis simbólica y reconstrucción del imaginario colectivo. In: *Cuadernos de CLAEH*, Montevideo, n. 49, 1989, p. 85-106; SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai: 1903-1958*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

⁴ Cf. JACOB, Raúl. *El Uruguay de Terra, 1931-1938*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983; CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo (1930-1933)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989.

⁵ CAETANO, Gerardo. *La república conservadora (1916-1929). La guerra de posiciones*. Tomo II. Montevideo: Fin de Siglo, 1993, p. 17-18.

⁶ ACHUGAR, Hugo. La década del veinte: Vanguardia y Batllismo. El intelectual y el Estado. In: VÁRIOS AUTORES. *Vida y cultura en el Río de la Plata*. Tomo I. Montevideo: Universidad de la República, Departamento de Publicaciones, 1987, p. 99-116; CAETANO, Gerardo. *Los uruguayos del Centenario. Nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930)*. Montevideo: Santillana, 2000; DEMASI, Carlos. *La lucha por el pasado. Historia y nación en Uruguay (1920-1930)*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

De forma paralela, mas não idêntica, o Chile, a despeito de certo pessimismo oriundo do sentimento de “crise política e moral” durante a primeira década do século XX, edificou instituições políticas estáveis, com acentuada atuação do Congresso nacional, acima de tudo durante o chamado “parlamentarismo chileno”, entre 1891 e 1920.⁷

Na esfera econômica, o país chegava ao período de auge da mineração de salitre, em face da crescente demanda mundial, ao mesmo tempo em que se expandiam os polos extrativos de cobre, nos centros mineiros do Norte. Com o simultâneo crescimento de Santiago e cidades portuárias, a pressão tanto por parte das camadas médias urbanas quanto dos grupos trabalhadores para a realização de reformas estruturais e para a democratização do Chile foi sentida de forma mais evidente. A partir de 1907, com a criação da *Federación de Estudiantes de Chile* (FECH), os jovens universitários criticavam o regime parlamentarista chileno. De forma convergente, o movimento operário organizou-se por meio da fundação da *Federación Obrera de Chile* (FOCH), em 1909, e foi fundado o *Partido Obrero Socialista*, por Luis Emilio Recabarren, em 1912, que se transformou no *Partido Comunista de Chile*, em 1922. Foram realizadas inúmeras greves e a chamada questão social foi colocada em primeira página por esses atores que denunciavam e expressavam os limites da democracia chilena.⁸

Como salientou Gabriel Salazar, a política chilena durante o século XX fundamentou-se muito mais na “administração funcional do Estado constituído formalmente”, na preservação das instituições, do que na ênfase sobre a construção da soberania popular como poder constituinte.⁹ Um dos principais exemplos que inspirou a hipótese de Salazar foi a maneira como foi redigida e aprovada a Reforma Constitucional de 1925, durante o primeiro governo de Arturo Alessandri Palma, que excluiu a participação de associações comunitárias e grupos políticos que haviam abischoitado um importante espaço na política a partir de 1918, e que chegaram inclusive “a propor uma Constituição Política Popular em 1925”.¹⁰

A despeito disso, ocorreram importantes mudanças nas diferentes esferas da sociedade chilena, durante a década de 20, quando houve um maior investimento na ampliação do

⁷ Cf. CORREA SUTIL, Sofía. El pensamiento en Chile en el siglo XX bajo la sombra de Portales. In: TERÁN, Oscar (Coord.). *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, p. 212-227. A chamada “crise moral e política” chilena ganhou corpo, ao longo da primeira década do século XX, durante os preparativos para as comemorações do centenário de independência. Muitos textos publicados no período falaram que o país passava por uma profunda crise, devido aos problemas socioeconômicos e políticos enfrentados por boa parte da população. Em parte, relacionados ao predomínio dos interesses “oligárquicos” dos parlamentares, que delegaram ao presidente um papel mais tênue, desde a derrubada do governo de José Manuel Balmaceda, em 1891. O Executivo somente recuperou uma posição de destaque, com Arturo Alessandri Palma, a partir de 1920.

⁸ ORTIZ LETELIER, Fernando. *El movimiento obrero en Chile, 1891-1919*. 2ª ed. Santiago: LOM, 2000.

⁹ SALAZAR, Gabriel. *Del poder constituyente de asalariados e intelectuales. (Chile, siglos XX y XXI)*. Santiago: LOM, 2009, p. 5.

¹⁰ *Ibidem*, p. 13.

sistema educacional. A criação da Lei de Educação Primária Obrigatória pelo primeiro governo de Arturo Alessandri, em 1920, e as medidas de reajuste educacional concretizadas pela ascensão de Carlos Ibáñez, em 1927, consolidaram a ênfase em prol da alfabetização e escolarização dos chilenos.¹¹

Deve-se ter em mente, além disso, que o cenário era mais complexo, pois, de acordo com Bernardo Subercaseaux, as primeiras décadas do século XX engendraram um movimento cultural que, respaldado pelo reformismo de Alessandri (1920-1925) e seu apelo às camadas médias, arou um fecundo terreno de transformações socioculturais, o que amedrontou as elites nacionais e tornou o debate político mais aguerrido.¹²

Na mesma direção, os governos militares no Chile, entre 1925 e 1932, aprofundaram algumas reformas promovidas anteriormente e expandiram em grande medida a presença do Estado na vida de seus habitantes. Com a queda dos militares, em 1932, o país iniciou a tentativa de construir suas bases democráticas, ainda que com diversas restrições iniciais durante o segundo mandato de Alessandri Palma, de 1932 a 1938.

A expansão de *Ercilla* foi alimentada pelo processo de crescente alfabetização das camadas médias chilenas, e recebeu um forte impulso com a chegada dos exilados apristas oriundos do Peru, que fugiam das perseguições praticadas pelo governo ditatorial de Oscar Benavides, de 1933 a 1939.

Em suma, tanto *Acción/Marcha* quanto *Ercilla* começaram a ser publicadas em um período de expansão, mesmo que limitada, da cultura escrita e impressa¹³ no Uruguai e no Chile – e em outros países latino-americanos –, após a fundação de inúmeros jornais, revistas, algumas editoras, entre outros empreendimentos, que possibilitaram o incremento da profissionalização dos intelectuais e a difusão mais ampla de suas obras.

Herdeiros e inovadores das ricas batalhas intelectuais e artísticas dos anos 20, representadas pelas propostas dos movimentos vanguardistas e suas discussões em torno das

¹¹ Cf. SILVA, Fernando. *Historia de Chile. República (1861-1970)*. Tomo 4. 11ª ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1992, p. 799-803; SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia de las ideas y la cultura en Chile. Nacionalismo y cultura*. Tomo IV. Santiago: Editorial Universitaria, 2007, p. 218.

¹² Cf. SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia de las ideas y de la cultura en Chile. El centenario y las vanguardias*. Tomo III. Santiago: Editorial Universitaria, 2004, p. 63.

¹³ Segundo a interpretação de Roger Chartier, em que enfatiza as inovações por que passaram a cultura escrita para chegarmos à definição do que é um livro e das diferenças entre as distintas formas de materiais escritos, que passaram pela invenção do livro com folhas e páginas em uma mesma encadernação. O processo levou à substituição dos rolos gregos e romanos. Ocorreu o aparecimento dos livros unitários, identificados ao seu autor. Em seguida, a invenção da imprensa propiciou a transformação das modalidades técnicas de reprodução do escrito no mundo contemporâneo, pelo menos até a chamada revolução da textualidade digital. Para Chartier, “somos herdeiros dessa história tanto para a definição do livro, isto é, ao mesmo tempo um objeto material e uma obra intelectual ou estética identificada pelo nome de seu autor, como para a percepção da cultura escrita e impressa que se baseia em diferenças imediatamente visíveis entre os objetos (cartas, documentos, diários, livros etc.)”. Cf. CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 22.

relações convergentes ou divergentes entre arte e política, pela promoção renovadora de interpretações ancoradas em pressupostos culturais, pela apropriação das correntes marxianas e marxistas, além da ascensão de vertentes autoritárias, esses grupos intelectuais uruguaios, chilenos e peruanos elaboraram, nas páginas de *Acción/Marcha* e *Ercilla*, as respostas para as suas principais inquietações.¹⁴

Tanto no Uruguai como no Chile, eles criticaram a ascensão de movimentos de cunho autoritário e lutaram a favor da difusão de ideais republicanos e socialistas. Defenderam a República Espanhola, em face do avanço franquista; participaram da fundação das Associações de Intelectuais, Artistas, Periodistas e Escritores (AIAPE), de forma conectada aos vizinhos argentinos e brasileiros, que tinham como objetivo a defesa da cultura e da democracia;¹⁵ militaram em prol da formação da Frente Popular,¹⁶ que chegou à presidência do Chile, em 1938, mas que não se concretizou no Uruguai; entre outras ações na vida pública que articularam a prática cultural e política, para além dos textos que publicaram.

Diante disso, procuro lançar novas luzes sobre as férteis trajetórias de *Marcha* e *Ercilla*, que articulem qualitativamente os seus projetos políticos e culturais, por meio dos impressos que publicaram. Não busco diluir as especificidades desses dois universos tão caros à vida dos intelectuais uruguaios, chilenos e peruanos exilados de meados do século XX, mas pode ser extremamente enriquecedor compreender e explicar seus debates internos e lançar novos horizontes sobre as suas articulações, que se estreitaram, mas que também foram marcadas por tensões e críticas recíprocas, em diversos momentos.

¹⁴ Cf. MYERS, Jorge. Gênese “ateneísta” da história cultural latino-americana. *Tempo Social*, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, v. 17, n. 1, p. 9-54, jun. 2005; MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975 (1ª edição de 1928); PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Vanguardas e modernidade. Volume 3. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1995; SCHWARTZ, Jorge. *Las vanguardias latinoamericanas: textos programáticos y críticos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

¹⁵ Cf. CELENTANO, Adrián. Ideas e intelectuales en la formación de una red sudamericana antifascista. *Literatura y lingüística*, Santiago, Universidad Católica Cardenal Raúl Silva Henríquez, n. 17, p. 195-218, 2006.

¹⁶ As Frentes Populares tiveram maior êxito na Espanha, França e Chile, ao promoverem a união de grupos de esquerda e centro-esquerda em torno da luta contra o fascismo e o nazismo. As suas edificações, nem sempre isentas de problemas internos, foram favorecidas pelo aval da Internacional Comunista, a partir de 1935. Sobre a Frente Popular chilena, ver: AGGIO, Alberto. A experiência da Frente Popular no Chile. In: ALMEIDA, Jaime de (Org.). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998, p. 665-670; Idem. *Frente Popular, radicalismo e revolução passiva no Chile*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999; MILOS, Pedro. *Frente Popular en Chile. Su configuración: 1935-1938*. Santiago: LOM, 2008.

CAPÍTULO 1

ERCILLA: relatos de formação, exílio e mercado editorial (1932-1945)

*Yo creo que la memoria tiene fuerza de gravedad, siempre nos atrae
Los que tienen memoria son capaces de vivir en el frágil tiempo presente
Los que no la tienen no viven en ninguna parte*

Patricio Guzmán, *Nostalgia de la luz*, 2010

As palavras que concluíram o premiado documentário *Nostalgia de la luz*, do cineasta chileno Patricio Guzmán, iluminaram de forma poética e certa o lugar da memória na história: “eu creio que a memória possui uma força gravitacional, sempre nos atrai. Os que têm memória são capazes de viver no frágil tempo presente. Os que não a têm não vivem em nenhuma parte [...]”.¹

Ao entrecruzar a investigação astronômica sobre as origens do universo, os trabalhos arqueológicos a respeito de grupos humanos que viveram na região do Atacama e a árdua busca, realizada por parentes há 28 anos, dos corpos de desaparecidos políticos durante a ditadura militar liderada por Augusto Pinochet, Guzmán conseguiu arquitetar os diferentes caminhos que levam à prospecção da memória em busca de seus acaçapados filões. Uma admirável metáfora que se desenrola fertilmente sobre a região mais árida do planeta Terra.

Todos em contínua busca de vestígios e evidências que possibilitam a tessitura de narrativas que tentam trazer à luz do conhecimento eventos primordiais da formação do universo, da trajetória dos seres humanos pelas Américas e de biografias que foram interrompidas de forma súbita e brutal. Tarefas difíceis, que não raras vezes, geram mais perguntas do que respostas. Uma instigante interpretação sobre a memória em um país que, segundo alguns entrevistados e o próprio Guzmán, está dividido entre o paradoxo do compromisso com a memória e a necessidade de esquecer – mesmo que parcialmente – os horrores do passado para poder traçar novos rumos.²

Apesar dos obstáculos, a busca pela memória é contínua em suas tramas cósmicas, arqueológicas – históricas – ou biográficas, pois ainda existem muitas lacunas, que nutrem o desejo humano de conhecer, de ter uma interpretação plausível sobre suas dúvidas e de poder se situar no tempo presente. Do contrário, corre-se o risco de viver em nenhuma parte.

¹ *Nostalgia de la luz*. Direção: Patricio Guzmán. França: Atacama Productions; Alemanha: Blinker Filmproduktion e WDR; Chile: Cronomedia, 2010 [produção]. 1 filme (90 min).

² Cf. MITNICK, Gilda Waldman. Chile: la persistencia de las memorias antagónicas. *Política y Cultura*, Xochimilco, n. 31, p. 211-234, primavera 2009.

Mas, como bem enfatizou Paul Ricoeur, a organização da memória, por meio de configurações narrativas, é constituída por lembranças e esquecimentos. Cria-se um dever de memória. Por um lado é justo, uma vez que se busca resgatar a dívida em relação aos antepassados. No entanto, há um risco, o do abuso, quando as lembranças repetem os atos, quando veem no Outro um perigo, e que podem levar, por exemplo, às guerras ou a conflitos menores. Em suma, quando somente sobressai o seu lado passional, pode ocorrer uma espécie de tirania da memória, em que o futuro fica refém do passado.³

Nostalgia de la luz enfocou um problema que envolve os trabalhos sobre a memória e seu diálogo com a história, que são importantes para focar os primeiros anos de *Ercilla*. Particularmente porque umas das poucas fontes para a sua concretização, além dos exemplares do semanário, é a obra memorialística do peruano Luis Alberto Sánchez, *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, escrita na primeira metade dos anos 1970 e publicada pela primeira vez em Lima, pela *Editoriales Unidos*, em 1977.⁴

Seria possível escrever sobre a formação de *Ercilla* sem o relato de Sánchez? Talvez. Porém, penso que suas memórias são imprescindíveis para uma aproximação mais adequada sobre alguns dos principais problemas por que passou e que não chegaram a transparecer nas páginas do semanário. Além disso, porque Sánchez foi o responsável pelo projeto de edição de livros de *Ercilla*, que não arrou em solos áridos.

Sánchez escreveu *Visto y vivido en Chile* a pedido de seu amigo Pablo Neruda, quando se reencontraram em Lima, no início de 1970. O peruano recordou alguns momentos dessa amizade baseada nos laços de leitor e editor que existiam entre eles, pois possuíam divergências irreconciliáveis, baseadas nas críticas de Sánchez ao ideário comunista.⁵

O texto precisa ser visto em sua natureza, como obra de memórias que, ao representar 40 anos de vida, mesclou experiências individuais e coletivas. Em relação aos primeiros capítulos da obra, Sánchez urdiu sua narrativa cerca de 40 anos após os fatos terem transcorrido. Tempo longo o bastante para o vivido se tornar um caleidoscópio de imagens, de lembranças e também de quimeras. E o intelectual peruano sabia disso, pois evidenciou, ainda que de forma breve, as dificuldades em escrever sobre o passado a partir das fugidias memórias:

³ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 71-104.

⁴ A obra recebeu três edições até os dias de hoje: em 1977 e 1990, no Peru, por *Editoriales Unidas* e DESA; em 2004, pela chilena *Tajamar Editores*. No prólogo à segunda edição – base da edição chilena –, Sánchez afirmou que, devido a alguns problemas na primeira edição, foi “o primeiro inimigo de sua circulação”. Cf. SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*. Santiago: Tajamar Editores, 2004, p. 17. Seria importante comparar a primeira edição de 1977 com a chilena de 2004, mas, devido a vários fatores, não consegui uma cópia impressa da primeira edição peruana, para cotejá-la com calma e atenção.

⁵ Cf. *Ibidem*, p. 15.

Comecei várias vezes a compor estampas daquela época. Não fiquei satisfeito. A versão atual não é ainda totalmente satisfatória, mas não posso lutar contra o tempo. Sinto-me atraído ao abismo dentro de um caldeirão de águas turvas, águas agitadas, em um vértice inexorável.⁶

Como interpelar a narrativa fronteiriça de Sánchez, entre a memória e o testemunho?⁷ Qual é o seu valor como fonte para o historiador e quais são as respostas que podem ser construídas a partir do seu exame? O problema se estrutura a partir do momento em que o leitor cria uma expectativa de receber narrativas comprometidas com a realidade tanto por parte da história quanto dos relatos testemunhais. Para tornar o quadro mais complexo, Sánchez entrecruzou aspectos de sua memória individual com a memória coletiva do exílio aprista. Finalmente, o seu papel de intelectual privilegiado na República das Letras não permite tratá-lo como um marginalizado na luta pelo poder, mesmo ao falar em nome de seus compatriotas exilados.

Para os propósitos deste trabalho, mais interessante do que pensar na assaz problemática questão de se separar o mundo da realidade ao da imaginação, é conseguir promover um diálogo entre o discurso histórico e a narrativa memorialística e testemunhal de Sánchez. Em perceber que há uma temporalidade específica de ambas as narrativas e que não há oposição entre elas.

Segundo Ricoeur, a história se relaciona com a memória de forma conflituosa, uma vez que a vê muito próxima da imaginação, por considerá-la muito mais sensível aos abusos – repetição, impedimento ou obrigação/manipulação – que estão à espreita. Porque a memória é uma de suas principais matérias-primas, portanto, de quem a história quer constantemente se distinguir, e a quem procura domesticar. Mas seria justo romper com a memória? Além disso, Ricoeur discordou de interpretações que tentaram colocar a memória como um objeto da história, operação que embrenhou por uma senda de “redução historiográfica da memória”.

⁶ *Ibidem*, p. 22.

⁷ As memórias de Sánchez se enquadram no tipo da anamnese enfocado por Sandra Jatahy Pesavento. Ela consiste num trabalho de busca deliberada pelas lembranças passadas. Segundo Pesavento, há que se colocar em questão o tempo transcorrido entre o vivido e o momento da rememoração. Nesse processo, o indivíduo que recorda muda algumas concepções em função de seu amadurecimento. Seu olhar já não é mais o mesmo sobre as situações vividas anteriormente. Ele mescla sua memória com a memória social. Os indivíduos aprendem que algumas coisas devem ser rememoradas, outras nem tanto. Aprendem a selecionar. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 94-96. Para uma breve e heterogênea introdução ao tema, consultar: ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico. Dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002; BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo (Comps.). *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2ª ed. Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2002; MORAÑA, Mabel. Documentalismo y ficción. Testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX. In: *Políticas de la escritura en América Latina. De la colonia a la Modernidad*. Caracas: Ediciones Escultura, 1997, p. 113-150; NARVÁEZ, Jorge (Ed.). *La invención de la memoria*. Santiago: Pehuén, 1988; SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Entretanto, Ricoeur não deixou de concluir por algumas “vantagens” da história, por propiciar novos “sentidos que excedem os próprios recursos da memória”, como “a articulação entre acontecimentos, estruturas e conjunturas, multiplicação das escalas de duração [...], distribuição dos objetos pertinentes da história em múltiplos planos, econômico, político, social, cultural, religioso etc.”. Para usar novamente as palavras de Ricoeur, “a história não é apenas mais vasta que a memória, mas seu tempo é folheado de outro modo”.⁸

Com preocupações convergentes às de Ricoeur, Antonio Mitre advogou por uma espécie de “justa medida”, isto é, de memória equilibrada. Nela, o paradoxo apenas aparente entre lembrar e esquecer atua de forma conjunta tanto na construção da memória coletiva quanto na da chamada memória historiográfica. Para Mitre, o fortalecimento da história em face das armadilhas da memória e do esquecimento deve ser ancorado na dimensão conceitual ou teórica do trabalho. É preciso saber pinçar o que realmente é relevante para a explicação.⁹

Para melhor apreender o sentido das memórias de Sánchez, a história deve fazer apelo à noção de “escrita de si”, discutido por Ângela de Castro Gomes. De forma bem resumida, para Gomes, o historiador deve valorizar “a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”. Precisa, portanto, ter o cuidado para não se deixar levar pelo feitiço das fontes.¹⁰

O trabalho com fontes memorialísticas certamente não está livre de obstáculos. A postura deve ser a do diálogo, de interpelação, algumas vezes de desconfiança, portanto, de crítica à obra de Sánchez. No entanto, não se pode deixar de buscar, em seus parágrafos, as várias portas de entrada para um mundo que não ficou registrado de outra forma a não ser nas recordações dos atores que o vivenciaram. Resulta muito mais interessante buscar na narrativa a forma como o autor procurou, mais do que refletir, fabricar seus mundos de referência.

Sem poder conseguir balizar sua narrativa por meio de outras produzidas pelos atores do momento, busco cotejá-la com a interpretação das páginas de *Ercilla* em que se trata de

⁸ RICOEUR, Paul. O perdão difícil. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007, p. 463-512. Ricoeur concluiu ainda que a história possui outros “privilégios” em relação à memória. Por um lado, o de poder “estender a memória coletiva além de toda lembrança efetiva”. Por outro, “o de corrigir, criticar e até mesmo desmentir a memória de uma comunidade determinada, quando ela se retrai e se fecha sobre seus sofrimentos próprios a ponto de se tornar cega e surda aos sofrimentos das outras comunidades”. Assim, o único caminho a seguir é aquele em que história e memória possam dialogar criticamente.

⁹ MITRE, Antonio. História: memória e esquecimento. In: *O dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 11-28.

¹⁰ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 16; Consultar também: JOZEF, Bella. (Auto)Biografia: os territórios da memória e da história. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos; VASCONCELOS, Sandra (Orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 217-226.

seus anos de formação, da seleção de livros que foram publicados pela editora, que podem matizar algumas afirmações de Sánchez ou preencher lacunas de seu discurso memorialístico, e pelas revisões bibliográficas críticas. Essa operação historiográfica¹¹ tem como objetivo se aproximar do processo de construção inicial de *Ercilla*, para traçar os contornos do papel desempenhado pelos principais personagens que tornaram possíveis a fundação e a consolidação de um amplo projeto editorial, que ajudou a renovar o lugar de Santiago como um dos mais importantes centros de circulação de intelectuais e políticos de toda a América Latina, com a recepção dos exilados apistas.

Assim, nessa parte do capítulo também anseio me nutrir das importantes contribuições de, entre outros autores, Ángel Rama,¹² Tzvetan Todorov¹³ e Edward Said,¹⁴ a respeito do desenraizamento e do exílio no (des)enquadramento daqueles que o experimentaram durante parte ou toda a sua vida, buscando entender que tipo de exilados eram estes que viveram na Santiago dos anos 30 e 40, e, na medida do possível, como vivenciaram essa experiência.

1.1 Relatos de formação e exílio: cosmopolitismo em *Ercilla*?

Sánchez escreveu um capítulo intitulado “Lenda e realidade da editora *Ercilla*”, e afirmou que ela representava um “oásis” para os exilados peruanos. Um local de “trabalho, cordialidade e apoio intelectual”, que foi cultivado, segundo o intelectual peruano, com a sua incorporação à editora, ao lado do diretor argentino, que era casado com uma peruana e com quem havia trabalhado em Lima, Laureano Rodrigo, e com o apoio financeiro do “liberal” chileno Ismael Edwards Matte, que também atuava como redator da revista *Hoy*, pertencente ao grupo *Ercilla*.¹⁵ Assim, o empenhamento, inicialmente editorial, contou com a participação de personagens da Argentina, do Chile e do Peru. De forma convergente, a equipe responsável pela publicação do semanário *Ercilla* estava composta por chilenos, peruanos e espanhóis.

Com um tom crítico e irônico, Sánchez assinalou que “a atribuição dos chilenos contra *Ercilla* de que parecia uma editora peruana, não carecia de base, ainda que estivesse carregada

¹¹ DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982, p. 65.

¹² RAMA, Ángel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 35, p. 95-105, mar.-abr. 1978.

¹³ TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

¹⁴ SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46-60.

¹⁵ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 57-58.

de mesquinhez e exagero”. Se, de um lado, *Ercilla* publicava diversas obras escritas pelos integrantes do APRA, de outro, a editora “limitou-se a dar trabalho a um grupo de peruanos eficientes que rendiam mais que ninguém, pelas próprias circunstâncias em que se achavam, e que aceitavam salários inferiores à sua dedicação. Entretanto, não se sentiam explorados”.¹⁶

De início, pode-se perceber que Sánchez procurou ressaltar as dificuldades enfrentadas pelos exilados peruanos, ao enfatizar um ambiente em que ainda ressoavam os ecos das batalhas que envolveram o Chile e o Peru a partir da Guerra do Pacífico (1879-1883).¹⁷ Como relatou Sánchez em seu “prelúdio necessário”, ele havia crescido “como todos de [sua] geração, no reiterado culto de rancor contra aquele país. Chileno e bandido eram sinônimos”.¹⁸ Contudo, antes do exílio Sánchez havia entrado em contato com alguns oficiais chilenos e organizado uma seção de livros chilenos na Biblioteca Nacional de Lima, enquanto exercia o cargo de subdiretor, na segunda metade dos anos 20.¹⁹

Segundo Melgar Bao, o Chile acolheu cerca de 400 exilados apristas, entre 1934 e 1945. Nos anos 20 e parte dos anos 30, o México – onde fora fundada o APRA por Víctor Raúl Haya de la Torre, em 1924 – ao lado da Argentina, com o aprista Manuel Seoane – havia sido o principal centro de recepção de exilados. Contudo, o Chile adquiriu um lugar de destaque na (re)construção de uma rede intelectual aprista em toda a América Hispânica, sobretudo durante as décadas de 30 e de 40.²⁰

¹⁶ *Ibidem*, p. 59.

¹⁷ De forma bem resumida, o conflito, também denominado de “Guerra do Salitre”, envolveu o Chile, o Peru e a Bolívia numa disputa pelo território, situado entre os três países, que crescia em importância econômica pela exploração do guano e do salitre. O Chile lutou contra a aliança entre o Peru e a Bolívia e, ao final, incorporou a maior parte do território em disputa, como as regiões de Arica e Antofagasta. Algumas ações chilenas foram duramente condenadas pelos países derrotados. A partir de então, as relações entre o Peru e a Bolívia com o Chile passaram por inúmeros problemas. Somente foi assinado um acordo entre o Chile e o Peru em 1929, quando foram fundadas embaixadas recíprocas em Santiago e em Lima. A despeito disso, o Chile, seguido do México e da Argentina, tornou-se o principal porto de acolhida dos milhares de exilados peruanos que criticaram e combateram os governos de Augusto Leguía (1919-1930), Luis Sánchez Cerro (1930-1933), Óscar Benavides (1933-1939) e Manuel Prado (1939-1945). Cf. CAVIERES FIGUEROA, Eduardo. *Chile-Perú, la historia y la escuela. Conflictos nacionales, percepciones sociales*. Valparaíso: Ediciones Universitarias, 2006; CONTRERAS CARRANZA, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú contemporáneo. Desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 4ª ed. Lima: IEP, 2007, p. 162-169.

¹⁸ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 27.

¹⁹ Posteriormente, em 1930, fez sua primeira viagem ao vizinho do sul, a convite da Universidade do Chile, para realizar três conferências sobre literatura peruana. Esta viagem lhe proporcionou um encontro com a aprista Magda Portal, que estava no Chile por uma curta jornada e o conhecimento do escritor chileno Joaquín Edwards Bello, que havia levado Sánchez para conhecer a “verdadeira” Santiago, fora dos círculos oficiais, desde o mercado central até os bairros menos centrais. Sua impressão naquele momento foi a de que o Chile vivia um processo de “ascensão cultural”, em que a ditadura de Carlos Ibáñez não podia durar, pois “inteligência e franqueza rechaçavam a autocracia deprimente”. Cf. *Ibidem*, p. 32-38.

²⁰ MELGAR BAO, Ricardo. Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Vol. 2. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 155. Ver também: MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginario del exilio en México y América Latina: 1934-1940*. Buenos Aires: Ediciones Libros en Red, 2003.

O papel de liderança propagandística e intelectual no Chile foi assumido por Sánchez, que possuía relações bastante estreitas com Haya de la Torre. Pouco depois, chegou Manuel Seoane, oriundo de Buenos Aires, o que reforçou o lugar do Chile na história do APRA. Para Melgar Bao, a ida dos exilados para o Chile vinculava-se a uma aposta pela via insurrecional que se forjaria a partir do sul do Peru.²¹

No entanto, a explicação de Sánchez sobre o motivo que o levou a Santiago foi bem menos ativista. Ele relatou que tinha conhecido Laureano Rodrigo em Lima, na agência de anúncios e editora de revistas *The International Publicity Company*, onde havia sido secretário e o argentino, gerente. Após enfrentar problemas financeiros como chefe de uma empresa de venda de terrenos, Laureano Rodrigo foi com a família para o Chile e deixou Sánchez como seu advogado no Peru. Depois de assumir a direção da ainda pequena e recém-criada editora *Ercilla*, Laureano Rodrigo convidou Sánchez para participar de sua empreitada:

Rodrigo sabia que eu fui desterrado, em 1932, e conhecia minha afeição aos livros. Escreveu-me, então, pedindo a minha ajuda para a organização de uma coleção que intitularia América, bem como que lhe conseguisse livros meus e de outros. É assim que lhe enviei os originais do romance *Duque* de José Diez Canseco e meus livros *Panorama de la literatura actual* e *Haya de la Torre o el político*. Os três apareceram na segunda metade de 1934. Eu sairia deportado novamente no dia 04 ou 05 de dezembro desse ano rumo ao sul.²²

Sánchez começou a trabalhar na editora chilena no dia 15 de dezembro, como chefe de propaganda e assessor literário, com um salário de 1.500 pesos por mês. Disse que precisava fazer ainda duas traduções por mês e outros escritos para equilibrar o orçamento mensal.²³ Com o passar dos anos, as atividades editoriais de *Ercilla* cresceram rapidamente, levando à criação de um boletim literário, em abril de 1933, inicialmente com edições esporádicas. Somente no final de 1935 começou a ser publicado como um semanário.

O nome escolhido para a editora, o boletim mensal e, posteriormente, o semanário homenageava Alonso de Ercilla. Madrileno de nascimento, Ercilla foi para o Peru e acompanhou o governador e capitão geral da Capitania do Chile García Hurtado de Mendoza na luta contra a sublevação dos araucanos (*mapuches*), entre 1557 e 1559. Publicou o poema épico *La Araucana*, na Espanha, em 1569, em que cantou os des(encontros) entre os

²¹ MELGAR BAO, Ricardo. *Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile*, p. 151.

²² SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 49-50. Ele continuou o relato e afirmou que um parente do ditador Benavidez o visitou no calabouço onde estava preso, no dia 04 de dezembro de 1934, para lhe informar que seria “fretado”. E lhe perguntou para onde queria ir: para o norte ou para o sul? Como Sánchez já havia organizado o trabalho com Rodrigo, disse que queria ir para o norte. Finalmente, lhe enviaram para o sul com a esposa e seus quatro filhos, ao lado de mais ou menos doze conhecidos – Ciro Alegría e Carlos Manuel Cox, entre eles.

²³ *Ibidem*, p. 51.

espanhóis e os nativos. Suas ideias tiveram uma significativa recepção e apropriação durante o século XIX. Para citar um exemplo, Andrés Bello leu *La Araucana* como um poema de fundação nacional. Ercilla apresentou a região da capitania como isolada e insular, habitada por um povo guerreiro e indomável, o que criou, ao longo da história da construção da identidade nacional chilena, uma espécie de mito das origens.²⁴ Cabe lembrar que Neruda, entre outros autores, afirmou que o Chile era uma “invenção de Ercilla”.²⁵

Assim, o nome do boletim, que se transformou no semanário no final de 1935,²⁶ se conectou com o significativo e heterogêneo debate sobre as bases da identidade nacional, a busca de linhagens, origens e características específicas dos chilenos. Como destacou Bárbara Silva, durante as primeiras décadas do século XX, emergiram inúmeras vozes que defendiam as lacunas do “processo de construção da nação”, com o objetivo de criticar o discurso mais comum das elites que sustentava o êxito da edificação do Chile como uma nação próspera e democrática.²⁷

O semanário não adotou uma postura conservadora que difundia uma ideia de cristalização da cultura e da política nacional, nem viu a nação de forma estática. Seu projeto consistiu, sim, em renovar, até certo ponto, as bases literárias e culturais chilenas, em promover o debate político, sem construir uma imagem ingênua a respeito de um Chile democrático e livre de problemas. Articulou-se finamente com a ideia do tempo vivido como transformação, pelo menos até os finais dos anos 50.²⁸

Sobre os primeiros números de *Ercilla*, as palavras de Mario Planet – importante jornalista que ingressou nos quadros da revista em 1955 – podem ser bastante ilustrativas:

Ninguém sabe exatamente o dia de seu primeiro número. Porém, ocorreu por um fato fortuito. A editora havia sido fundada por Laureano Rodrigo e havia encarregado José María Souvirón da publicação de um boletim com notícias e comentários sobre numerosos livros que imprimia. Souvirón era simpatizante dos franquistas. Recebeu um dia uma coleção muito completa de fotografias da Guerra Civil. Propôs e foi aceita a publicação de um número do boletim com todas as

²⁴ Cf. SUBERCASEAUX, Bernardo. *Chile o una loca historia*. Santiago: LOM, 1999, p. 51-52.

²⁵ NERUDA, Pablo. El mensajero. In: LAGUNAS, José Ramón (Ed.). *Don Alonso de Ercilla, inventor de Chile*. Santiago: Editorial Pomaire, 1971, p. 9-12. Anteriormente, Neruda havia escrito um poema sobre Alonso de Ercilla em *Canto general*, de 1950. Cf. Idem. Ercilla. In: *Antología general*. Lima: Alfaguara, 2010, p. 187.

²⁶ Infelizmente, não tive acesso aos 69 números iniciais de *Ercilla* para pesquisar se houve uma explicação da escolha do nome do semanário, pois não constava no acervo da Biblioteca Nacional do Chile. Além disso, não obtive resposta da atual direção de *Ercilla*, para averiguar se possuíam exemplares do boletim mensal. Cabe lembrar que alguns jornalistas do semanário, durante os anos 50 e 60, falaram sobre as dificuldades para encontrar os primeiros números do boletim mensal.

²⁷ SILVA, Bárbara. *Identidad y nación entre dos siglos. Patria vieja, Centenario y Bicentenario*. Santiago: LOM, 2008, p. 145.

²⁸ Cf. SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia de las ideas y la cultura en Chile. Nacionalismo y cultura*. Tomo IV. Santiago: Editorial Universitaria, 2007, p. 18.

fotografias. O boletim era de formato pequeno e esta vez foi publicado como tabloide com o nome *Ercilla*. O êxito foi imediato. Havia nascido a revista *Ercilla*. Souvirón continuou a editar o boletim em forma de revista e paulatinamente chegaram os redatores que a transformaram, em 1936, em uma revista que iria produzir uma verdadeira revolução no jornalismo.²⁹

Sánchez também assinalou que a participação de alguns espanhóis no projeto tanto da revista quanto da editora, a partir de finais de 1935, cultivou um importante terreno para expandir as notícias da Guerra Civil Espanhola e ampliar a campanha a favor dos republicanos que lutavam contra as milícias franquistas.³⁰

Há neste trecho um impasse, pois Planet falou que Souvirón era franquista, ao passo que Sánchez salientou que *Ercilla* apoiou os republicanos espanhóis. Segundo o memorialista peruano, Souvirón vinha de Málaga e tinha como objetivo ampliar e reformar a revista *Ercilla*, nos inícios de 1936 [sic]. Souvirón apoiava a Frente Popular espanhola até o assassinato de seu irmão pelos republicanos. Ele deixou *Ercilla*, tornou-se diretor de *Zig-Zag* e professor da *Universidad Católica*. Voltou definitivamente para a Espanha, em 1953, onde trabalhou no Instituto de Cultura Hispânica de Madri e foi vice-diretor da revista *Cuadernos Hispanoamericanos*, até o fim de sua vida em 1973.³¹

Com a saída de Souvirón, o apista peruano Manuel Seoane foi para Santiago, desde Buenos Aires, com o objetivo de capitanear o rápido crescimento da revista. Para Sánchez, Seoane foi o verdadeiro personagem que havia transformado *Ercilla* de uma “esquálida” revista em um grande semanário, ainda em 1936 [sic]. Mas, segundo afirmação, de 1963, do colunista Luis Hernández Parker (*Hachepé*), em 1963, o contrato de Seoane com a revista havia sido assinado somente em 1º de abril de 1937, quando, no entender de Hernández Parker, a revista ainda “era um catálogo bastante completo dos livros que publicava a editora *Ercilla*. Preços e biografias de autores estrangeiros e chilenos. Condições de pagamento. Bem dirigida pelo espanhol [sic] Laureano Rodrigo [...]”.³²

Por outro lado, segundo um editorial publicado em comemoração pelos 40 anos da revista, as informações não foram completamente convergentes. Os redatores afirmaram que o boletim literário somente passou a ser nomeado *Ercilla* a partir do 11º número. Até julho de

²⁹ PLANET, Mario. Entre la Gran Crisis y la Segunda Guerra Mundial (1930-1950). In: RAMÓN SILVA, Juan; CALDERÓN, Alfonso. *Maestros del periodismo*. Santiago: Editorial La Noria, 1985, p. 297. Em 1969, o então diretor de *Ercilla*, Emilio Filippi, afirmou que sua publicação, como suplemento literário, se iniciou, em abril de 1933. Cf. Al lector. In: *Ercilla*, Santiago, a. XXXIV, n. 1.766, 23 de abril de 1969, p. 3.

³⁰ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 126.

³¹ *Ibidem*, p. 126.

³² HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Manuel Seoane. Y al 7º día hizo *Ercilla*. *Ercilla*, ano XXIX, n. 1.479, 25 de set. 1963, p. 16.

1935, era distribuído de forma gratuita e passou a ser uma publicação semanal em outubro do mesmo ano, quando ainda somente se dedicava a temas literários. Souvirón começou a dirigir a revista no dia 06 de dezembro daquele ano, e, para os editores, realizou a sua principal inovação, ao incluir notícias em suas colunas. Seoane teria começado a dirigir a revista nove meses depois, sendo responsável pela criação do “estilo *Ercilla*”.³³

Segundo os redatores de 1937, *Ercilla* caiu no gosto da população chilena. Ao deixar para trás dois anos de 300 a 500 exemplares por edição, distribuídos gratuitamente e dedicados fundamentalmente à crônica dos livros publicados pela editora, *Ercilla* transformou-se em um suplemento de oito páginas e granjeou milhares de leitores.³⁴ Se podemos confiar nos números divulgados pela própria revista, foram publicados cerca de 80 mil exemplares por edição, em janeiro de 1938. O número especial sobre a “pátria chilena” publicou 220 mil exemplares, em 16 de setembro daquele mesmo ano. Os redatores de *Ercilla* sentiam a necessidade de enfatizar o seu pretenso sucesso, o que revelava ações de uma revista ainda em seus anos iniciais, disputando espaço com outros periódicos.

Ao publicar o seu centésimo número, os editores relataram os fatores que permitiram o crescimento e a consolidação do semanário no cenário jornalístico chileno. Em primeiro lugar, a incorporação de Souvirón, que tinha experiência em empresas editoriais na Espanha, ao lado da constituição da editora como Sociedade Anônima, com o respectivo aumento de capital. Em segundo lugar, as inovações na estrutura, que possibilitaram o aumento tanto do número de páginas quanto da tiragem. Em seguida, a utilização de material gráfico moderno, que possibilitava a divulgação de muitas imagens tanto da Guerra Civil Espanhola quanto do cenário chileno. Em alguns números, a revista chegou a reproduzir de 150 a 400 fotografias, comercializando-as com os leitores. Além disso, houve a diversificação da revista, com seções para o público feminino, infantil, aficionados dos esportes e do rádio. Somava-se a tudo isso, a busca de um contato mais estreito com os leitores por meio da realização de concursos, corridas e festivais de música. Finalmente, os editores de *Ercilla* sustentaram que queriam ser “informadores rápidos e fieis da realidade nacional e internacional”.³⁵

A capa do centésimo exemplar trazia um jogo de manchetes em que sobressaíam os principais temas abordados por *Ercilla* na defesa dos republicanos espanhóis, dos perseguidos no Peru e da luta antifascista, com as seguintes frases ou palavras em destaque: *Ercilla, Los Apristas, Asesinaron en Perú, Tormenta en el socialismo argentino, Franco, Entrada a*

³³ Cuarenta años de periodismo. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIX, n. 2.000, 25 de nov. 1973, p. 17.

³⁴ *Ercilla* saltó por el trampolín de la popularidad. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 100, 02 de abr. 1937, p. 6.

³⁵ *Ibidem*, p. 6.

Málaga, Madrid se desmorona, Debe armarse la paz es una ilusión, entre outras. Dirigiam os olhos dos leitores para a dramaticidade do mundo daquela segunda metade da década de 30:



Figura 2: Capa do exemplar n. 100, de 02/04/1937.

Também naquele número, *Ercilla* quis mostrar os catorze passos por que passava para poder chegar às mãos dos leitores. Primeiro, “o redator debulha [*desgrana*] febrilmente na máquina de escrever a nota sensacional da semana”. Após passar pelo chefe de redação, passo dois, “o chefe da seção arquivo ordena as fotografias para ilustrar a nota”, para em seguida serem preparadas as molduras para decorá-las e a conversão das fotografias em gravações. O próximo passo consistia em levar os originais para as linotipos em que saíam como pequenas linhas de chumbo. O sétimo, em preparar as provas, que eram revisadas minuciosamente pelos corretores. Com o material revisado ocorria o oitavo passo que consistia na copaginação da revista, realizada por “trabalhadores especializados, dirigidos por redatores”, para cuidar do seu caráter estético. Em seguida, era colocado sobre o material o papel cartonado que recebia a impressão das futuras páginas. Cada um deles recebia um banho de chumbo. Saíam cilindros de metal que se transformariam minutos depois em folhas impressas. O décimo primeiro passo consistia em fazer rodar as impressoras. Segundo os redatores, “as impressoras de *Ercilla* não [estavam] nunca silenciosas. Seu eterno rodar [sincronizava] a vida nesta casa”. Em seguida, “começa[va] seu trabalho a rotativa. Os cilindros de metal eram colocados na impressora, as bobinas de papel passa[vam] sobre ela e os exemplares começa[vam] a sair. Milhares e milhares que [seriam] distribuídos em Santiago, nas províncias e no estrangeiro [...]”. Em décimo terceiro lugar, aparecia o jornaleiro [*canillita*] que anunciava “o nome de

Ercilla pelas ruas”. Após ouvir o seu chamado, finalmente “o leitor, logo, busca[ria] um local propício para engolfar-se na leitura que espera[va] a cada semana”.³⁶

Ercilla preocupou-se em ilustrar os passos, para o bom entendimento do complexo processo por parte dos leitores, que identificavam os últimos passos de uma descrição que tratava de enaltecer o papel dos quadros responsáveis pela confecção do semanário. Além disso, enfatizava a ideia de que o ambiente sempre estava em ação, fervilhando, em busca da última notícia, em seu compromisso com o leitor:



Figura 3: página 3 do n. 100, de 02/04/1937.

Por volta de 1940, ocorreu a consolidação do formato básico de *Ercilla*, que já era publicada com 32 páginas. Além da capa, as páginas iniciais estavam recheadas de fotografias comentadas, uma página dos editoriais, três páginas sobre política nacional, cerca de cinco páginas sobre política internacional, duas páginas sobre atualidades. A segunda metade do semanário colocava em destaque os aspectos culturais, com literatura, palavras cruzadas, humor, cinema, rádio, esportes e, novamente, outras páginas com fotografias.

Os sucessivos números da revista expressavam os bons ventos que sopravam para as atividades editoriais de *Ercilla*, em geral, principalmente em relação à boa aceitação dos livros que se difundiam pelos quatros cantos da América Hispânica, mas também a respeito de sua inserção no mercado jornalístico, como uma empresa vinculada ao cultivo da cultura letrada. *Ercilla* destacou e reproduziu artigos que saíam em jornais de outros países, principalmente argentinos, sobre seus livros, e envolveu-se em várias disputas contra muitas editoras dentro e fora do Chile. Internamente, disputou o mercado jornalístico e de livros com *Zig-Zag*, que publicava uma revista homônima, a partir de 1905.

³⁶ *Ercilla* cuenta a sus lectores como se hace la revista que ahora tiene en sus manos. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 100, 02 de abr. 1937, p. 2-3.

Em relação à disputa entre as revistas, *Zig-Zag* tentava tirar os créditos das fotografias, particularmente sobre a Guerra Civil Espanhola, exibidas por *Ercilla*, que se representava como uma tribuna extremamente a par dos últimos acontecimentos. *Ercilla* divulgava que suas fotos eram reproduzidas somente uma semana após a sua produção, o que colocaria o seu público leitor entre os mais atualizados do continente. Para tanto, enfatizava que as recebia por avião, símbolo de modernidade e rapidez. *Zig-Zag* contestava a afirmação de *Ercilla*, que, por sua vez, afirmava a autenticidade das fotos e lançava um desafio para que a sua concorrente provasse que as fotos não chegavam por avião.

A abundante utilização de fotografias respondia, pelo menos, a dois objetivos principais, estreitamente articulados entre si. De um lado, mostrar-se como uma publicação moderna. De outro, sustentar certa neutralidade face aos acontecimentos, por meio do suposto olhar objetivo e inquestionável das fotografias sobre a realidade. Vale lembrar que, segundo Maria Eliza Linhares Borges, a fotografia não deve ser tomada como um mero espelho do real, mas pode ser questionada e interpretada:

Longe de ser um documento neutro, a fotografia cria novas formas de documentar a vida em sociedade. Mais que a palavra escrita, o desenho e a pintura, a pretensa objetividade da imagem fotográfica, veiculada nos jornais, não apenas informa o leitor – sobre datas, localização, nome de pessoas envolvidas nos acontecimentos – sobre as transformações do tempo curto, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzidas por frações da classe dominante.³⁷

Dentro dessa perspectiva, é necessário um olhar atento sobre as imagens estampadas em *Ercilla* – assim como em *Marcha*, como veremos no próximo capítulo –, pois, como mostrou Eduardo França Paiva, elas não são simples “ilustrações, figuras, gravuras e desenhos, que servem para deixar o texto mais colorido, menos pesado e mais chamativo para o pequeno leitor ou mesmo para o adulto”.³⁸

Anteriormente, Serge Gruzinski salientou que “com o mesmo direito do que a palavra e a escrita, a imagem pode ser veículo de todos os poderes e de todas as vivências. [...] O pensamento que desenvolve oferece uma matéria específica, tão densa quanto a escrita, ainda que frequentemente seja irreduzível a ela [...]”. Para Gruzinski, o debate historiográfico a propósito do lugar das imagens deve estar atento para os interesses dos grupos que as veiculam, para os enfrentamentos de visões de mundo e para o que ficou esquecido. Não

³⁷ BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 69.

³⁸ PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 17.

concordo com a afirmação de Gruzinski de que as imagens sejam um “objeto ocidental por excelência”, mas julgo ser interessante ter em mente parte de seus pressupostos teóricos.³⁹

Evidentemente, essa breve discussão a respeito do uso de imagens em *Ercilla* e *Marcha* também é válida para a construção do presente texto, pois dialoga com inúmeras capas, fotografias e desenhos que foram publicadas nos dois semanários. As *charges* e as caricaturas foram mais comuns no periódico uruguaio, mas pode ser interessante adiantar algumas concepções sobre as suas especificidades no amplo universo das imagens.

De forma semelhante a Rodrigo Patto Sá Motta, utilizo o termo caricatura como “designação genérica para as diversas formas de humor gráfico”, com capacidade para configurar uma significativa parte do discurso político dos periódicos. As caricaturas e as *charges*, na versão francesa do conceito, “têm o sentido de exagerar, de ressaltar determinadas características do retratado, sempre com intenção crítica e zombeteira”. Às caricaturas e *charges* podem somar-se outros tipos de desenhos como o *cartum* e as tirinhas ou história em quadrinhos. De qualquer forma, ainda conforme Motta, “o desenho de humor, de maneira recorrente, atua no comentário diário dos acontecimentos e atos dos líderes políticos, o que auxilia os jornais em seu papel de produzir a notícia e informar o grande público”.⁴⁰

Voltemos para as perguntas iniciais das memórias de Sánchez: *Ercilla* foi um empreendimento editorial e jornalístico peruano? Além disso, o semanário foi uma publicação apriada no Chile? Não para o memorialista, que se mostrou sensível à complexidade da situação dos exilados. Por um lado, enalteceu suas qualidades individuais e coletivas, o desejo de reconstruir suas vidas, de buscar a incorporação na sociedade de recepção, mesmo que provisoriamente, de demonstrar gratidão pelo acolhimento. Por outro, salientou as incertezas que pairavam no horizonte:

O trabalhador no desterro é o que mais se aproxima do ambiente do século anterior. Insensivelmente ele sofre os efeitos da irremediável tendência humana a explorar os outros em proveito próprio. Em *Ercilla*, entretanto, não havia exploração. Recebíamos um pouco menos da medida habitual, mas, ao longo do tempo, os salários nivelaram-se. Os chilenos trabalhavam menos e recebiam mais. Isso nos parecia normal. Minha jornada de trabalho representava dez horas; a de Pérez Treviño, frequentemente, doze.⁴¹

³⁹ GRUZINSKI, Serge. *La guerra de las imágenes. De Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492-2019)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 13-14.

⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 15-19. Para uma introdução aos estudos da imprensa ilustrada, por meio de diferentes abordagens, consultar: LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

⁴¹ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 60.

O quadro pintado por Sánchez valorizou o esforço e a dedicação dos exilados para a construção de *Ercilla*, mesmo que a retribuição financeira fosse considerada parcialmente injusta por alguns deles. Contudo, na condição de “desterrados”, o seu poder – não a capacidade – de negociação via-se restrito. Assim, sobressaiu uma espécie de triunfo moral dos exilados em uma sociedade que habitualmente se representava como superior aos vizinhos do norte.

Ainda em relação às dificuldades do exílio, Sánchez realçou os esforços de Manuel Seoane à frente da revista *Ercilla*, após se radicar no Chile, em fins de 1936, oriundo de um longo exílio na Argentina. Salientou que ele próprio tivera que traduzir inicialmente dois livros por mês e depois dois livros a cada três meses.⁴² Argumentou que compreendera, desde o princípio, que nunca deixaria de ser estrangeiro e que não ganharia a simpatia de muitos escritores chilenos. Como destacou Edward Said, “os exilados olham para os não exilados com ressentimento. Sentem que eles pertencem a seu meio, ao passo que um exilado está sempre deslocado”. Eles buscam “compensar a perda desorientadora, criando um novo mundo para governar”.⁴³ Podem fermentar seus ambientes, mas não se pode ficar indiferente à dramaticidade do deslocamento, do não pertencer a certo local.⁴⁴

Não obstante, como salientou Todorov, o homem desenraizado tem a possibilidade de conseguir superar esse ressentimento, o que lhe abre novos horizontes permeados pela curiosidade e pela tolerância. Com isso, ele pode passar a difundir um efeito enraizador ao seu redor.⁴⁵ Para interpretar as memórias de Sánchez, também é importante pensar, conforme Ángel Rama, a respeito da “arriscada navegação do escritor exilado”. Para Rama, as obras dos escritores exilados possuem em seu horizonte três públicos distintos. O do seu país, o do país de acolhida e o de seus compatriotas exilados. Além disso, é muito comum o escritor exilado escolher o gênero ensaístico, uma vez que ele proporciona uma maior flexibilidade para os três públicos ao mesmo tempo.⁴⁶

No caso das memórias de Sánchez, é importante observar que ele possuía esses públicos em seu horizonte, ainda que as tenha escrito posteriormente ao exílio. Em primeiro lugar, ele precisava descrever para os peruanos, apistas ou não, sobre a experiência do exílio, bem como ressaltar as dificuldades em se lutar desde outro país. Em segundo lugar, como lhe

⁴² *Ibidem*, p. 60.

⁴³ SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 54.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 56.

⁴⁵ TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 27.

⁴⁶ RAMA, Ángel. La riesgosa navegación del escritor exiliado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 35, p. 100, mar.-abr. 1978.

havia pedido Neruda, era preciso relatar aquela experiência também para os chilenos, o que o levou a redimensionar tanto as disputas, problemas e lutas contra os preconceitos, quanto as conquistas alcançadas em território estrangeiro. Em suma, Sánchez necessitou entrecruzar sentimentos de crítica e de gratidão em relação aos chilenos, o que não é uma tarefa tão simples assim. Finalmente, suas memórias foram escritas para os exilados remanescentes, que voltaram em sua maioria ao Peru, em meados da década de 1940, mas que tiveram que sair novamente, entre 1948 e 1956, durante o governo de Manuel A. Odría.⁴⁷ Ainda que centradas em sua experiência, Sánchez buscou falar por todo um vasto grupo que precisou aprender a reconstruir suas vidas em um país que até então era visto como hostil.

Em sua balança, ocorreu o cruzamento entre memória individual e coletiva ao argumentar que seus oponentes mais ativos ocupavam os dois extremos do cenário político-cultural chileno e peruano. Os ataques, assim, vinham de um lado, pelos oligarcas e conservadores; de outro, pelos comunistas. Quais eram as críticas, segundo o autor aprista? Infelizmente, Sánchez não fez uma análise sobre essas críticas, particularmente em relação aos comunistas, provavelmente porque elas deveriam ser bastante conhecidas por seu público leitor ou porque ele não julgou necessário detalhá-las naquele momento.

A respeito das críticas oriundas dos grupos vistos como oligarcas, e certamente conservadores, é possível pinçar um exemplo mencionado pelo autor, ao discutir a posição dos apristas na formação da Frente Popular. Segundo Sánchez, um artigo de Manuel Vega, publicado em destaque pelo jornal *El diario ilustrado*, havia acusado os apristas de interferir nas eleições presidenciais de 1938, por meio de *Ercilla*, a favor da Frente Popular, além de afirmar que os exilados peruanos seriam deportados caso vencesse Gustavo Ross Santa María. Para Sánchez, era uma ameaça “gratuita e infundada”, que não deixava outra opção aos apristas do que apoiar a formação da Frente Popular chilena. Sánchez mencionou os ataques, mas não os identificou com clareza.⁴⁸ Foi possível juntar algumas peças do quebra-cabeça com passagens escritas ao longo das memórias em relação aos grupos mais conservadores. Já com os comunistas, as relações eram bem mais paradoxais.

Segundo Nelson Manrique, após o rompimento com a Internacional Comunista, no começo de 1927, os apristas militaram contra os comunistas no Peru, os quais eram vistos como grandes idealizadores e polemistas, mas pouco práticos. Além disso, os apristas buscavam responsabilizar os comunistas pelas perseguições que outros grupos de esquerda

⁴⁷ Sobre as mudanças nos rumos da política peruana, com a implementação de projetos políticos modernizadores e reformistas, mas que não deixaram de perseguir líderes políticos opositores, ver: SOARES, Gabriela Pellegrino. *Projetos políticos de modernização e reforma no Peru: 1950-1975*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

⁴⁸ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 121-122.

sofriam no Peru. Por sua vez, os comunistas criticavam o APRA por seus pressupostos pouco revolucionários, por não ver os indígenas e proletários como os motores da luta revolucionária no Peru, por ser um movimento de “classe média”.⁴⁹

Em 1928, Haya de la Torre escreveu *El antiimperialismo y el APRA*, publicado por *Ercilla*, somente em 1936, mas que tinha como projeto inicial responder às críticas do comunista cubano Julio Antonio Mella. O militante cubano havia escrito um folheto bastante enfático sobre as supostas inconsistências intelectuais e políticas de Haya de la Torre e do aprismo. Escrito em meados de 1927 e após ser publicado no México, com o título irônico *¿Qué es el ARPA?*, em abril de 1928, o texto circulou em algumas revistas da América Hispânica, como em *Amauta* do Peru e *Repertorio Americano* da Costa Rica. Mella acusou Haya de la Torre de querer “descobrir” o fenômeno do imperialismo, de brilhar pelo palavrório ao lado da ausência de ações práticas, ao contrário do México revolucionário, e por enfatizar a luta anti-imperialista em termos raciais ou étnicos, mas não socioeconômicos. Além disso, Mella criticou a formação do APRA como um “partido” e propôs que os verdadeiros movimentos de massas eram representados pelo Kuo-Min-Tang chinês, o Congresso da Índia e a CROM do México. Devido a problemas financeiros e dificuldades em conseguir uma editora, além do assassinato de Mella no México – em janeiro de 1929, comandado pelo governo ditatorial cubano de Gerardo Machado –, Haya de la Torre adiou a publicação de *El antiimperialismo y el APRA*.⁵⁰

Segundo Melgar Bao, as tensões políticas e ideológicas entre os apristas e os comunistas se acentuaram, entre 1927 e 1935. Somente para citar um exemplo, Seoane publicou em Santiago o opúsculo de combate *Comunistas criollos: disección polémica de la charlatanería roja*, por meio do qual criticava os projetos dos comunistas como europeístas e não adequados para a América Latina. Ao lado de Haya de la Torre, Sánchez também publicou obras que combatiam os caminhos adotados pelos comunistas, como *Dialéctica y determinismo, la revolución y el individuo*, por *Ercilla*, em 1938.⁵¹

⁴⁹ MANRIQUE, Nelson. “*¿Usted fue aprista!*” *Bases para una historia crítica del APRA*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009, p. 61-63.

⁵⁰ FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*, p. 238-239. Para uma interpretação dos debates entre Haya de la Torre e Mella, consultar: TEIXEIRA, Gilberto Lopes. *Anti-imperialismo e nacionalismo: a polémica dos anos 20 na visão de Haya de la Torre e Julio Antonio Mella*. 230 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2001. Segundo a nota editorial de *Ercilla*, o livro poderia ser intitulado *¿Qué es el APRA?*, em evidente alusão ao folheto publicado por Mella. Cf. HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *El antiamperialismo y el APRA*. Santiago: *Ercilla*, 1936, p. 3.

⁵¹ MELGAR BAO, Ricardo. *Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile*, p. 158-159.

Assim, as relações entre os comunistas e os apristas durante a formação e o governo da Frente Popular no Chile foram bastante difíceis. Os apristas se aproximaram dos socialistas e de alguns setores do Partido Radical.⁵² Em entrevista realizada por Volodia Teitelboim para *El Siglo* de Santiago, em dezembro de 1943, Neruda reprovou a revista *Ercilla* por ter realçado sua militância no Partido Comunista. Naquele momento, ele se via como pertencente ao chamado *frentismo*. Além disso, acusou Seoane e *Ercilla* – mas não os apristas como um todo – de serem contrários à Frente Popular:

Não podemos, entretanto, identificar o senhor Seoane, segundo meu critério, com o partido aprista peruano.

Acredito que o senhor Seoane, refugiado político, que tem alentado, a partir de sua revista, todos os movimentos a levarem germens de divisão da Frente Popular chilena [...] sem autorização de seu chefe, Victor Raúl Haya de la Torre. Talvez o longo exílio tenha separado Seoane de seu povo, impedindo-o de ver as realidades políticas.

Aproveito esta ocasião para dizer que tenho e admiro a muitos amigos apristas, alguns dos quais trabalham destacadamente, aumentando o acervo cultural chileno. O mais perigoso da atitude do senhor Seoane é que conturba a grande confraternidade existente entre os povos do Chile e do Peru, que desde o acordo do contestado de Tacna e Arica não foi envolvida por nenhuma diferença.

A revista *Ercilla* me disse por carta privada que se expressou bem sobre mim por 66 vezes. Menosprezo igualmente esta forma de adulação.⁵³

Em suas memórias, Neruda afirmou que somente ingressou no Partido Comunista em 08 de julho de 1945, mas que já sentia atraído por seu ideário a partir da Guerra Civil Espanhola, quando atuava como cônsul do Chile em Barcelona e apoiou os republicanos contra os franquistas.⁵⁴ Contudo, segundo Adriane Vidal Costa, Neruda havia se tornado um intelectual comunista a partir, pelo menos, do conflito espanhol.⁵⁵ Pode-se dizer que Neruda respondeu tanto ao livro de Seoane publicado em 1936 como às críticas de Seoane.

Houve vários desentendimentos políticos de Sánchez e Seoane com Neruda e demais intelectuais ou militantes comunistas chilenos.⁵⁶ Assim, as páginas do semanário não concederam espaço para as opiniões políticas de Neruda ou Teitelboim. A despeito disso, o

⁵² *Ibidem*, p. 159.

⁵³ NERUDA, Pablo. Neruda hombre y poeta. In: *Nerudiana dispersa II (1922-1973)*. Obras completas V. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002, p. 1073.

⁵⁴ *Idem*. *Confieso que he vivido*. In: *Ibidem*, p. 586.

⁵⁵ COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: *E-papers*, 2007, p. 117-118.

⁵⁶ Ao tratar sobre seus primeiros contatos com Benjamín Subercaseaux e a sua primeira obra publicada por *Ercilla*, *Chile o una loca geografía*, em 1940, Sánchez disse que ela representava em prosa o que *Canto general* de Neruda representava em verso, “mas isenta de ódio, com amor crítico”. Em seguida, Sánchez abordou as disputas entre Neruda e Seoane, “a quem acusava de haver-lhe hostilizado desde as colunas da revista *Ercilla*”. Seoane havia feito um balanço sobre Neruda. Para Sánchez, isso indicava atenção, não esquecimento. “Eu pedi que dissessem a Neruda que não contasse comigo publicamente a partir daquele momento. Não encontrou a um só aprista que fosse capaz de se solidarizar com seus ataques a Seoane, apesar de diferenças inevitáveis”. Cf. SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 178-180.

poeta comunista publicou muitas obras pela editora *Ercilla*, no final dos anos 30, como veremos no terceiro capítulo, e o semanário apoiou, de forma muito evidente, a Frente Popular, a despeito das opiniões de Neruda.

Ercilla também se envolveu em outras disputas, particularmente contra alguns críticos literários e escritores chilenos, que reivindicavam maior divulgação de obras chilenas nas páginas do semanário e nos livros da editora. Sánchez argumentou que, em conjunto com Laureano Rodrigo, havia percebido que os livros dos autores chilenos vendiam menos que os de outros hispano-americanos ou europeus. Assim, as críticas que brotavam em distintos rincões estavam embasadas, para memorialista peruano, em avaliações parciais e injustas, pois acentuavam um presumido menosprezo da editora em relação aos escritores nacionais.⁵⁷

No entanto, é possível concordar com Sánchez de que *Ercilla* buscou promover diversos autores chilenos, como, entre muitos outros, Pablo Neruda, Vicente Huidobro, Benjamín Subercaseaux, Fernando Santiván e Joaquín Edwards Bello. Além disso, o crítico literário Ricardo Latcham, um dos principais oponentes de *Ercilla*, no final dos anos 30, enviou algumas colaborações para o semanário durante as décadas de 40 e 50.

Para Melgar Bao, o modo de vida dos exilados flexibilizou as fronteiras entre a esfera intelectual e política no Chile, que apresentavam um ambiente favorável à ascensão de grupos que defendiam transformações a favor das camadas médias.⁵⁸ Além do mais, Martín Bergel sustentou que os apistas levaram para o Chile um perfil de intelectual engajado na gesta revolucionária que “deveria ser, além de um homem entregue incansavelmente à ação, alguém preparado intelectualmente para a agitação política ou para o desenho e dar a partida de programas de transformação social”. O que marcou os intelectuais apistas foi a busca em conjugar suas disposições estéticas e literárias com a militância.⁵⁹

Em terra estrangeira, os apistas – ao lado de exilados argentinos, venezuelanos e espanhóis – encontraram um terreno bastante fértil, pois, como sublinhou Alberto Aggio, ao endossar a interpretação de Maria Rosaria Stabili e de Eugenio Tironi, os chilenos viam no “Estado o artífice e a garantia da coesão social” e construíram um imaginário coletivo que enfatizou a importância da política em suas vidas cotidianas.⁶⁰

⁵⁷ *Ibidem*, p. 61-62.

⁵⁸ MELGAR BAO, Ricardo. Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile, p. 152.

⁵⁹ BERGEL, Martín. La desmesura revolucionaria. Prácticas intelectuales y cultura vitalista en los orígenes del APRA peruano. (1921-1930). In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*, p. 307-308.

⁶⁰ Cf. AGGIO, Alberto. *Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 34-35.

Todos os exilados apristas tiveram espaço em *Ercilla*? Ela realmente foi um “oásis” para os peruanos, ou alguns conseguiram uma inserção mais profunda na sociedade chilena do que outros? Segundo Manrique e Haya de la Torre, Sánchez não passou pela dramaticidade do exílio por possuir prestígio entre os círculos intelectuais hispano-americanos:

Vivia com a comodidade do catedrático reconhecido internacionalmente, estudando, publicando, viajando constantemente, desfrutando das vantagens que os militantes comuns invejavam. Uma situação que certamente estava muito distante da vivência comum dos exilados e dos humildes apristas que combatiam contra a ditadura desde a clandestinidade.⁶¹

Embora seja importante tomar a afirmação de Manrique com cautela, pois estavam muito próximas das críticas realizadas por Haya de la Torre a Sánchez, não se pode negar que o editor de *Ercilla* experimentou algumas facetas do exílio bem distintas de seus contemporâneos, o que lhe valeu parte das diversas críticas que recebeu, particularmente entre os integrantes do APRA. O próprio Sánchez relatou que alugava uma casa de dois andares e cinco quartos no bairro de Providencia, em Santiago, por 500 pesos chilenos, e que recebia cinco mil pesos chilenos mensalmente por suas atividades em *Ercilla* e direitos de autor.⁶² Não busco, contudo, a contrapelo das advertências de Said, minimizar o drama de Sánchez, pois, ainda que tenha sulcado novos mares com desenvoltura, o fato de ter que lutar pela construção de uma nova vida, longe de Lima, o aproximava dos seus companheiros.

A leitura das memórias de Sánchez não pode estar desatenta do evidente desejo do autor de imbricar sua trajetória com a dos demais exilados. Ele também buscou responder muitas críticas que recebeu e representar-se como um homem de ação. Em suma, muitos exilados peruanos, vinculados particularmente ao APRA, lidaram com a dramaticidade da vida no exílio, ao lado de alguns venezuelanos, espanhóis, argentinos e equatorianos, mas souberam trilhar caminhos, que abriram horizontes extremamente fecundos para o mundo dos impressos e das ideias no Chile e em outros meridianos da América Hispânica. No interior de uma situação que jamais se mostrava satisfatória e segura, desenvolveram um projeto de reconstrução por meio da vida editorial, a partir da criação e renovação de laços intra e extragrupais. Entrecruzaram suas atividades com os meios intelectuais chilenos, ao cultivar diálogos, ações em conjunto, por um lado; e muitos embates e críticas, por outro.

⁶¹ MANRIQUE, Nelson. “¡Usted fue aprista!” *Bases para una historia crítica del APRA*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009, p. 68.

⁶² SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 135.

Como o poeta que chegou a partir do Peru e que lhe emprestou o nome, *Ercilla* enveredou-se pelas tramas chilenas e testemunhou de forma ativa as lutas pela re(construção) do Chile, criando imagens ricas em heterogeneidade. De forma paralela, renovou o cenário jornalístico e editorial do país, amparada na ideia de difusão da cultura letrada como forma de uma possível transformação tanto do Chile quanto de toda a América Hispânica.

1.2 *Ercilla*: um “semanário ilustrado para toda a América”

Antes de abordar com mais ênfase o cenário chileno, a partir de meados de 1937, *Ercilla* privilegiou as notícias da Guerra Civil Espanhola e dos países hispano-americanos. Muitas capas apresentaram fotos do conflito espanhol, vivido como próprio. Além disso, com o subtítulo *Semanario ilustrado para toda América*, estampado entre 1936 e 1948, *Ercilla* buscou inicialmente difundir entre os chilenos a ideia de *Indoamérica*, por meio da coluna *Noticiero Indoamericano*, às vezes publicado como *Noticiero de Indoamérica*, que apresentava breves notícias sobre aspectos políticos e culturais dos países denominados indo-americanos, com algumas contribuições de Luis Alberto Sánchez.

Mas por que indo-americanos ao invés de ibero-americanos, hispano-americanos ou latino-americanos? Não houve uma explicação muito clara no semanário, ao contrário das definições de Haya de la Torre.⁶³ Assim, a ideia de Indo-América defendida pelo líder aprista explicava diretamente o “indo-americanismo” de *Ercilla*?

As páginas do semanário se enveredaram pela defesa do indigenismo⁶⁴ e a busca pelo reconhecimento do lugar dos povos nativos na construção das sociedades latino-americanas

⁶³ Segundo Haya de la Torre, a ideia de Indo-América representava a nova geração, pois compreendia a “pré-história, o índio, o ibérico, o latino, o negro, o mestiço e o cósmico” – em alusão à obra *A raça cósmica* do mexicano José Vasconcelos. Ao que tudo indica, o termo fora apropriado do próprio Vasconcelos quando os apristas se encontravam exilados no México, em meados da década de 20, e fundaram a revista *Indoamérica*. Cf. HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. El lenguaje político de Indoamérica. In: ZEA, Leopoldo (Comp.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. Vol. 2. México: FCE, 1993, p. 483-484; HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *El antiimperialismo y el APRA*. Santiago: Ercilla, 1936, p. 16.

⁶⁴ Em linhas bem gerais, o indigenismo foi formulado em diversos países desde antes do século XIX, mas se ampliou principalmente nas primeiras décadas do século XX, com autores que, por distintas vertentes, buscaram articular o problema dos indígenas à terra, ao latifúndio e à sua exploração, isto é, a seus aspectos socioeconômicos, mas também políticos e culturais. A discussão assumiu proporções importantes e diferentes no Peru, México, Bolívia, Guatemala e em outros países. No Peru dos anos 20, o debate foi bastante aguerrido e encontrou em José Carlos Mariátegui, Luis Valcárcel, Haya de la Torre e Sánchez, alguns de seus autores mais importantes. Ainda que o objetivo central fosse o tema da emancipação dos indígenas e, em muitos autores, dos mestiços, predominaram polêmicas e discursos heterogêneos sobre os caminhos a percorrer. Cf. MARIÁTEGUI, José Carlos. *Las corrientes de hoy. El indigenismo*. In: *Sete ensayos de interpretación de la realidad peruana* [1928]. Lima: Minerva, 2008, p. 320-335; CORNEJO POLAR, Antonio. *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000; RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina* [1982]. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2007, p. 29-38; 143-219.

ou indo-americanas? Em *¿Adónde va Indoamérica?* – que recebeu uma terceira edição por *Ercilla*, em 1936 –, o líder aprista buscou definir a Indo-américa de forma distinta à América Latina, Pan-América, América Hispânica e América Ibérica. Para ele, estes dois últimos termos faziam referência ao período colonial. América Latina se relacionava às repúblicas nascidas das independências e de uma ênfase sobre o tronco de formação europeu durante o século XIX. A Pan-América era um projeto imperialista capitaneado pelos Estados Unidos. Finalmente, a Indo-América representava a “nova” América, do século XX, que tinha um propósito de promover a união continental contra o imperialismo.⁶⁵

Entretanto, é curioso observar que tanto na obra *¿Adónde va Indoamérica?* quanto em *El antiimperialismo y el APRA*, bem como em outros textos, Haya de la Torre intercambiou incontáveis vezes os termos América Latina e Indo-América. Além disso, o líder aprista falou para a revista *Ercilla* sobre *¿Adónde va Indoamérica?*, em outubro de 1936, com grande destaque. Novamente não receou em utilizar os termos Indo-América e América Latina de forma praticamente sinônima.⁶⁶ Na década seguinte, Sánchez, ainda que tenha criticado a utilização do termo América Latina em algumas partes de *¿Existe América Latina?*, concluiu que as discussões sobre os nomes dos povos que formavam a chamada “América Latina, América Ibérica, América Hispânica, Pan-América, Inter-América, Indo-América” importavam menos do que abandonar as diversas visões pessimistas e preconceituosas sobre o seu lugar na história da humanidade.⁶⁷

Assim, cabe perguntar que tipo de indo-americanismo foi elaborado nas páginas de *Ercilla* até a partida dos exilados apristas, em 1945, pois não houve uma discussão mais profunda acerca do papel dos indígenas e dos mestiços na construção de novos rumos para a chamada Indo-América.

Por um lado, a revista salientou, em alguns momentos, sua profissão de fé indo-americanista e assinalou que buscava a união dos povos da região, ao enfatizar as obras de Haya de la Torre e de Sánchez, que eram publicadas pela editora *Ercilla* e que recebiam ampla divulgação na revista homônima. Por outro lado, houve uma importante tarefa de apresentação e difusão de autores que, de formas bastante heterogêneas, abordavam temas indígenas em suas obras.

⁶⁵ Cf. HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl *¿Adónde va Indoamérica?* Santiago: Ercilla, 1936, p. 27-28.

⁶⁶ Cf. Víctor Raúl Haya de la Torre habla de su libro: “¿Adónde va Indoamérica?” *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 77, 26 de out. 1936, p. 13.

⁶⁷ Cf. SÁNCHEZ, Luis Alberto. *¿Existe América Latina?* México: FCE, 1945, p. 276-277. Para uma interpretação sobre o debate de Sánchez a respeito da América Latina, consultar: PINHEIRO, Marcos Sorrilha. *Um continente possível: latino-americanismo no pensamento de Luis Alberto Sánchez*. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2004.

Em 1938, Seoane buscou explicar o que era o “nacionalismo indo-americano”, no mesmo número em que *Ercilla* expunha uma biografia de Sánchez, caracterizando-o como um escritor que pertencia ao povo peruano e ao continente “americano”.⁶⁸ Segundo Seoane, o nacionalismo indo-americano era diferente dos nacionalismos europeus e deveria ser transformado de “estado de sentimento” para “estado de consciência”, a respeito da necessidade de se promover a unidade continental. Ela adviria da tomada de consciência das maiorias populacionais das repúblicas vizinhas de que não mais deveriam se ver como indígenas ou “brancas mestiças”, mas como nações unidas na luta pela “salvação” do continente rico em matérias-primas, mas débil em força bélica. O discurso de Seoane concluía que a Indo-América já era uma realidade.⁶⁹

Nas páginas de *Ercilla*, os leitores se deparavam constantemente com reportagens sobre a política e a cultura no México, que era visto como exemplo para os demais países indo-americanos. Entre 1937 e 1939, *Ercilla* aprovou as iniciativas do governo mexicano de promover a alfabetização de grupos indígenas, ao elogiar o governo de Lázaro Cárdenas, visto como herdeiro do zapatismo, bem como enfatizou, em alguns números, o movimento operário mexicano.⁷⁰ Em 1937, a revista publicou uma matéria sobre a pintura de Diego Rivera e apoiou a articulação entre a arte e as transformações sociais, sem deixar de lado os aspectos estéticos, nas escolas destinadas aos “filhos do povo”. Foi abordada a censura que Rivera recebeu tanto no *Rockefeller Center* de Nova Iorque quanto no Instituto de Arte de Detroit. O artista mexicano foi visto como um incompreendido, ao se traçar um paralelo entre esses acontecimentos e a queima de obras de Voltaire, durante o século XVIII, de Stefan Zweig e Waldo Franco na Alemanha nazista. Para o autor do texto, a vida de Rivera havia passado por uma “infinidade de contrariedades, por ser revolucionário, por ir ao compasso da evolução [sic] mexicana”. Aos seus olhos, Rivera sintetizava e congregava de forma criativa “as doutrinas da arte pela arte e a arte a serviço da sociedade”.⁷¹

Paralelamente aos textos sobre o México, a luta dos nacionalistas porto-riquenhos ganhou destaque nas páginas de *Ercilla*, como na matéria publicada em abril de 1937, que

⁶⁸ Biografía sintética: L. Alberto Sánchez. *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 169, 29 de jul. 1938, p. 18.

⁶⁹ SEOANE, Manuel. Estado de sentimiento antes, el nacionalismo de Indoamérica es ahora estado de conciencia. *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 169, 29 de jul. 1938, p. 24. Vale assinalar que foi apresentada uma breve introdução sobre Seoane em que se enfatizou o seu périplo por diversos países das Américas, o que, no entender da revista, conferia “autoridade” ao autor sobre o tema da unidade continental.

⁷⁰ Educar al índio: lema del gobierno mexicano. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 127, 08 de out. 1937, p. 10.

⁷¹ Diego Rivera, que peleó con Rockfeller, es el abanderado del arte mexicano. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 130, 29 de out. 1937, p. 26. Ver também: El pintor Diego Rivera ataca al capital; sin embargo, lo hostilizan los comunistas. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 77, 26 de out. 1936, p. 13. O texto trata de uma pintura em que Rivera representou o presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt com um bigode de Adolf Hitler.

tratava da repercussão do assassinato de estudantes universitários a partir de 1935 pelos norte-americanos. Para *Ercilla*, era uma luta desigual, que dividia muitos grupos da sociedade de Porto Rico, como o clero da ilha.⁷²

A revista também publicou muitas notícias sobre a Bolívia e a Argentina, a exemplo de uma entrevista concedida por Alcides Arguedas a Sánchez, em que o escritor boliviano não somente destacou sua ansiedade pela reedição de *Pueblo enfermo* pela editora, como acrescentou que estava preparando um romance “naturalmente” de índole social e que seria publicado por *Ercilla*. Naquela ocasião, Arguedas comentou que infelizmente a Bolívia não possuía um partido ou movimento organizado, a exemplo dos apristas.⁷³ Em relação ao vizinho transandino, os artigos enfocavam os dilemas do socialismo e do radicalismo argentino, com matérias de apoio a Alfredo Palacios e a Honorio Pueyrredón. As páginas da revista não deixaram de alertar os leitores sobre as ações dos fascistas e dos conservadores contra os dois grupos, ao destacar que o cenário do país vizinho se assemelhava a um barril de pólvora.⁷⁴ Simultaneamente às advertências sobre as ações desses grupos, recomendava-se a leitura de *Martín Fierro*, de José Hernández, como uma obra que execrava as tiranias.⁷⁵

Também ganharam destaque a Venezuela, a Colômbia e o Equador, para citar somente os cenários nacionais que mais foram abordados. De certa forma, compreendiam os principais países que haviam acolhido os apristas, em diferentes momentos; que possuíam exilados vivendo em Santiago e que mantinham importantes contatos com os apristas, como é o caso de alguns equatorianos e venezuelanos; ou que faziam parte do projeto inicial de construção da unidade indo-americana. Cabe lembrar que, por exemplo, Sánchez percorreu a Venezuela, a Colômbia e a Bolívia em sua primeira grande viagem internacional, que, como sublinhou Marcos Sorrilha Pinheiro, ele denominou de *Tras las huellas del Libertador*.⁷⁶

⁷² ¡Oiga, oiga el mundo el clamor de Puerto Rico! *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 103, 23 de abr. 1937, p. 06. Ver também o artigo em que Gabriela Mistral expressou seu apoio à luta pela independência de Porto Rico: Hace 39 años que Puerto Rico exige libertad. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 90, 25 de jan. 1937, p. 19. Para as lutas pela emancipação de Porto Rico, ver: BAGGIO, Kátia Gerab. *A questão nacional em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922-1954)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

⁷³ SÁNCHEZ, Luis Alberto. Arguedas y la realidad boliviana. Un escritor del altiplano habla de su país. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 71, 14 de set. 1936, p. 13.

⁷⁴ Ver, entre muitas outras, as seguintes capas e matérias: Estalló una bomba en la Embajada de Gran Bretaña en Buenos Aires. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 73, 28 de set. 1936, p. 01; A sangre y fuego, con votos o sin ellos, ha de impedir que el radicalismo vuelva al poder. Así lo afirma el Sr. M. Fresco, jefe del fascismo argentino que tiene fama de pendenciero. *Ibidem*, p. 07; El conservadorismo argentino está decidido a no abandonar el poder a manos del radicalismo. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 74, 05 de out. 1936, p. 09.

⁷⁵ LOMAX, John A. *Martín Fierro*, el libro cumbre de la literatura argentina, es un anatema contra las tiranías. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 74, 05 de out. 1936, p. 17.

⁷⁶ PINHEIRO, Marcos Sorrilha. *Um continente possível: latino-americanismo no pensamento de Luis Alberto Sánchez*, p. 88.

Nessa primeira etapa de *Ercilla*, que começou a se transformar em meados da década de 40, as páginas literárias da revista publicaram muitas poesias, contos e breves artigos de crítica cultural, de autores de diversos países hispano-americanos.

Qual era o lugar para a literatura e o debate cultural naqueles anos iniciais? Como exemplificava o texto de Jules Romains, a literatura deveria desempenhar um papel de luta contra as violências e tiranias.⁷⁷ Em tempos difíceis, *Ercilla* recomendava aos produtores e mediadores culturais que buscassem articular a criação artística com temas sociais, mas sem apresentar um receituário delimitador. O papel da cultura deveria ser o de se entrecruzar criativamente com as discussões políticas em busca de promover a emancipação intelectual dos seres humanos, diante da ascensão mundial de vertentes autoritárias.

Havia, além disso, uma batalha constante pela busca de compreender o que poderia ser a autonomia literária da Indo-América, que seria alcançada, dentro do projeto aprista, no compasso da autonomia política e econômica. Segundo Sánchez, o maior exemplo dessa conquista advinha de romances que se caracterizariam por “um tom uniforme de reivindicação social. Não demagogia. [...] Reivindicação: expressão de um estado de descontentamento, de desagrado, de rebeldia, de protesto.” Para o crítico peruano, os caminhos da literatura hispano-americana sinalizavam um porvir fecundo e autônomo, o que não significava falta de diálogo com outras tradições literárias.⁷⁸

Voltemos ao propalado indo-americanismo de *Ercilla*. Como se poderia esperar, o Peru ocupou diversas páginas em *Ercilla*, tanto por meio de alguns redatores, que participaram da construção da revista, quanto de notícias sobre a política e a produção literária do país de origem dos apristas. Assim como a Argentina, o país aparecia como um verdadeiro barril de pólvora, prestes a ser transformado por uma sempre anunciada, ainda que adiada vitória do APRA.

Também em paralelo à Argentina – e ao México –, o Peru aparecia como um dos locais onde se ensaiava o porvir da Indo-América, até meados de 1937, quando o Chile entrou em cena com papel de protagonista. Em sua edição comemorativa de cem números publicados, os redatores sentiram necessidade de salientar e tentar convencer o leitor de que *Ercilla* nunca havia deixado de lado os problemas mais importantes do país. A partir de 1938, ano eleitoral e de formação da Frente Popular, a política chilena assumiu a dianteira dos temas e das preocupações dos redatores, o que certamente respondia às demandas dos leitores.

⁷⁷ No hay literatura contra la libertad, porque no hay literatura contra el espíritu, dijo Romains. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 76, 19 de out. 1936, p. 11.

⁷⁸ SÁNCHEZ, Luis Alberto. América se acerca a una autonomía literaria que ya está en formación. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 127, 08 de out. 1937, p. 17.

Nessa altura do texto, cabe problematizar o alcance do indo-americanismo de *Ercilla*, pois houve muitas ausências em seu discurso “indo-americanista”. No ambicioso projeto continental do *Semanario Ilustrado para toda América*, que se nutria da prédica aprista presente em parte de suas páginas, qual foi o espaço dedicado ao “distante” Brasil?

Em alguns momentos, a política brasileira apareceu nas páginas de *Ercilla*, como sobre a candidatura de Armando de Salles Oliveira, que foi classificado como mau político, apesar de sua apreciada administração do estado de São Paulo. Cabe ressaltar que o texto não deixou de identificar Getúlio Vargas como ditador e a suposta incongruência do estreitamento de laços buscado pelo governo norte-americano com o Brasil ditatorial.⁷⁹ Também foram publicadas matérias que criticaram o golpe de Vargas e a instauração do Estado Novo no final de 1937.⁸⁰ Entretanto, não houve qualquer aproximação ou tentativa de divulgação sobre a cultura brasileira, suas correntes literárias, ou qualquer outra discussão a respeito do país, o que demonstrava o desconhecimento e certo desinteresse pelo Brasil.

Mas a principal ausência repousava sobre aqueles que forneceram a primeira parte do nome Indo-América. Não obstante as advertências de Mariátegui e Cornejo Polar, de que os críticos não deviam esperar das narrativas indigenistas uma identificação aberta e direta com as expressões propriamente indígenas, é válido pensar que o escasso lugar dedicado aos povos nativos chilenos ou peruanos atenuou o alcance do discurso indo-americanista de *Ercilla*. Tampouco tratou-se sobre a mestiçagem ou sobre as culturas que não rondassem as esferas culturais mais “eruditas”, a não ser em algumas reportagens em que *Ercilla* buscou associar a chamada cultura popular ao *roto* e ao *huaso*, vistos como trabalhadores urbanos e camponeses mestiços, respectivamente, que forneceriam, por algumas vezes, o caráter particular dos chilenos, como nos escassos textos de Raúl Morales-Álvarez e Pablo Neruda.⁸¹

Desse modo, surgiram gretas por onde parte da robusta defesa da união continental e da busca pela emancipação dos povos indo-americanos se atenuava. Uma primeira fragilidade do indo-americanismo de *Ercilla* consistia na valorização dos indo-americanos sem dar voz a significativas parcelas da população, sem buscar conhecer profundamente seus costumes, seus objetivos e reivindicações. Além disso, a proposta de união dos países indo-americanos a partir do Chile se deparava com o obstáculo de sua não identificação com os vizinhos.

⁷⁹ Un candidato a la presidencia del Brasil reúne todos los requisitos, menos el de la popularidad. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 99, 24 de mar. 1937, p. 19. Ver também: Norte contra Sur será la lucha presidencial de 1938 en Brasil. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 110, 11 de junho de 1937, p. 18.

⁸⁰ Getúlio Vargas, de un plumazo, cambió la Constitución del Brasil. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 125, 24 de set. 1937, p. 16-17; 24.

⁸¹ MORALES-ÁLVAREZ, Raúl. Expresión de sangre y de raza: el arte popular chileno crea el carácter particular que nos define como país. *Ercilla*, Santiago, ano V, n. 192, 06 de jan. 1939, p. 14; Pablo Neruda escribe sobre el arte popular de Chile. In: *Ibidem*, p. 14.

Portanto, pode-se propor, conforme Kátia Gerab Baggio a respeito do cenário mexicano, que o pensamento sobre os indígenas estava permeado por uma mistura bastante complexa, que vinha desde o período colonial, de “desprezo, temor e admiração”.⁸² Segundo Bárbara Silva, a construção da identidade nacional chilena ao longo do século XIX mobilizou o referente indígena, fundamentalmente o *mapuche* (araucano), que buscava se afastar da hispanidade mais estreita em relação aos antigos colonizadores, e da necessidade de contar com um aliado importante na consolidação da independência.⁸³ Entretanto, a inclusão real dos *mapuches* na vida política do país não ocorreu de forma concreta, pois ainda eram vistos como inimigos “internos”, além da frequente imagem difundida de “bárbaros indomáveis”, pelas elites do século XIX.⁸⁴ O referente indígena era utilizado como base da formação nacional, mas sem colocá-la em risco, pois o Chile não possuía um substrato autóctone tão extenso como o de seus vizinhos, Peru e Bolívia. Em outras palavras, “por uma parte, era uma especificidade chilena que envolvia valores desejáveis naquela conjuntura e, por outra, o componente indígena era excluído, persistindo a imagem do bárbaro e do inimigo”.⁸⁵

Ao mesmo tempo em que preconizava a emancipação da Indo-América, conduzida pelas camadas médias urbanas intelectualizadas, houve certo enfoque sobre o lugar das mulheres na Guerra Civil Espanhola. Contudo, nas páginas internas da revista havia uma seção feminina, e que nem sempre brilhava por mensagens que defendiam a emancipação feminina, pelo menos até a maior participação da jornalista Lenka Franulic,⁸⁶ a partir de 1943. Com a incorporação de Franulic, as páginas femininas se mesclaram com as demais e *Ercilla* hasteou a bandeira da ampliação do voto feminino para as eleições nacionais, uma vez que as mulheres somente votavam nas eleições locais.

Além de Franulic, o semanário recebeu o reforço de outros dois importantes jornalistas chilenos, no começo dos anos 40: Julio Lanzarotti e Luiz Hernández Parker (*Hachepé* ou HP). Com o passar dos anos, o cenário chileno ganhou cada vez mais espaço em *Ercilla*, mas não foram abandonados os olhares “indo-americanistas” e “cosmopolitas”.

⁸² Cf. BAGGIO, Kátia Gerab. Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico. *Varia Historia*, Belo Horizonte, Departamento de História, FAFICH/UFMG, n. 28, p. 39-54, dez. 2002.

⁸³ SILVA, Bárbara. *Identidad y nación entre dos siglos. Patria vieja, Centenario y Bicentenario*. Santiago: LOM ediciones, 2008, p. 49-51.

⁸⁴ PINTO, Jorge. *La formación del Estado y la nación, y el pueblo mapuche. De la inclusión a la exclusión*. Santiago: DIBAM, 2000, p. 67.

⁸⁵ SILVA, Bárbara. *Identidad y nación entre dos siglos. Patria vieja, Centenario y Bicentenario*, p. 52.

⁸⁶ Franulic foi tradutora e escreveu para a revista *Hoy*, durante os anos 1930. Publicou duas coletâneas sobre literatura, em 1939 e 1943. Foi redatora de *Ercilla*, entre 1943 e 1961. Assumiu a direção do semanário chileno, em 1960, mas faleceu em 1961. Anteriormente, havia recebido o Prêmio Nacional de Jornalismo, em 1957.

CAPÍTULO 2

ACCIÓN E MARCHA: é preciso agir

(...) *en la hora de hoy, el deber uruguayo fundamental es llegar a una lúcida conciencia de la nacionalidad, en el estudio cuidadoso y a fondo de su pasado y de su presente, que no se ha hecho, que no se hace a fin de llegar a una filosofía, si se nos permite, de nuestra cultura, de nuestra historia, y de nuestra política.*

Carlos Quijano, *El deber uruguayo*, 1934

2.1 Homens novos para a política

Acción e Marcha foram fundadas por jovens intelectuais, capitaneados por Carlos Quijano, Arturo Ardao e Julio Castro, que desempenharam um papel vital para a formação das novas gerações uruguaias, a partir dos anos 30. Suas trajetórias iniciais se desenrolaram em um contexto nacional, assim como no Chile de *Ercilla*, em que havia uma clara e, muitas vezes, preconizada articulação entre o debate político e o cultural pelos intelectuais.

Muitos pesquisadores uruguaios empenharam-se, nas últimas décadas, em debater as relações entre os intelectuais e a política. Duas correntes interpretativas receberam maior destaque. De um lado, aquela representada pelo cientista político Juan Rial, que sugeriu um processo de cooptação dos intelectuais do país pelos partidos políticos e pelo Estado, ao longo de todo o século XX, como atores que arquitetavam a legitimação de seus discursos e programas.¹ Visão que tangenciou os argumentos do historiador chileno Alfredo Jocelyn-Holt e do cientista político mexicano Jorge Castañeda, em que os intelectuais ganhariam notoriedade devido à presença de uma sociedade civil fraca e de um poder institucional pouco enraizado.² Para Castañeda, o protagonismo dos intelectuais na América Latina arquitetou-se por uma ausência e um descompasso: a quase inexistência de uma sociedade civil e a sua relação, quando existia, com um Estado forte. O autor mexicano argumentou que os intelectuais – de esquerda – latino-americanos atuaram no lugar de sindicatos, juízes, tribunais, de “partidos políticos inexistentes”, de “uma imprensa atada e muitas vezes marginalizada”, entre outras instituições, que a seu ver praticamente não existiam.³ Além

¹ RIAL, Juan. Los intelectuales y la política en el Uruguay. Soberbia y expiación. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1985, p. 45.

² JOCELYN-HOLT, Alfredo. Os intelectuais-políticos chilenos: um caso de equivocado protagonismo contínuo. In: CADERNOS ADENAUER. *Os intelectuais e a política na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 65-97.

³ CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 157-159.

disso, ele sustentou que “os intelectuais se puseram a viajar pelo mundo em busca de ideologias que estivessem à venda, e as assimilaram, embrulharam e mandaram a seus países de origem para consumo local”.⁴

Em primeiro lugar, Castañeda utilizou alguns exemplos de intelectuais, sobretudo mexicanos, que não foram inscritos em seus contextos de enunciação. Em segundo lugar, não conseguiu fugir de uma visão pejorativa muito difundida sobre a América Latina, que habitualmente salienta a sua falta e o seu descompasso com alguns modelos europeus e norte-americanos. Finalmente, ficou preso a outro lugar-comum empobrecedor, ao propor a importação de ideias de forma acrítica pelos intelectuais latino-americanos. O seu argumento perde muita força ao articular o suposto processo importador ao simples fato de incalculáveis intelectuais terem vivido no exterior, experiência que os teria subordinado “aos caprichos, ditados ou simples inclinações de amigos e fundações no exterior”.⁵

Na esteira de sua argumentação, caso fosse apropriada, como ficaria o fato do próprio Castañeda, que nasceu no México, em 1953, mas se formou pela norte-americana Universidade de Princeton e doutorou-se pela Universidade de Paris, em 1978? Também seria um importador de ideias, súdito das opiniões “críticas” elaboradas por seus pares estrangeiros sobre os latino-americanos?

Do lado oposto do debate, o ex-diretor das páginas culturais de *Marcha*, Ángel Rama, propôs que é “indispensável manejar uma relação mais fluida e complexa entre as instituições ou classes e os grupos intelectuais”, que podem “servir” a um poder, mas que querem, ao mesmo tempo, expressar formas de poder que reivindicam em seu principal palco de atuação, a “cidade letrada”.⁶

Vale ressaltar que particularmente os textos dos uruguaios Rial e Rama foram inicialmente publicados fora das fronteiras uruguaias, e chegaram às estantes das livrarias em meados dos anos oitenta. Essas análises respondiam tanto às inquietações de muitos intelectuais a respeito dos caminhos a percorrer para a (re)construção das democracias latino-americanas, após experiências conectadas de governos ditatoriais, quanto ao arrefecimento de suas antecedentes articulações a movimentos comprometidos com causas revolucionárias, que sofriam fraturas notoriamente angustiantes.

Pouco tempo depois, Hugo Achugar dialogou com a interpretação de Rama, ao argumentar que a política cultural do Estado uruguaio consistiu em estimular a “captação ou

⁴ *Ibidem*, p. 154.

⁵ *Ibidem*, p. 156.

⁶ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 47-48 [Edição original de 1984].

cooptação” dos intelectuais, entre as décadas de 1910 e 1920, com o objetivo de convalidar um projeto de construção nacional, mas também como canal de subvenção de suas atividades, abrindo-lhes um caudaloso veio de expressão de suas visões de mundo.⁷

Na América Latina, foi bastante evidente a vinculação estreita da intelectualidade à política, a partir do início do século XIX. Esse quadro gradualmente ganhou novos matizes já no final daquele século, devido à ampliação do setor jornalístico e editorial em alguns países, como na Argentina ou, em menor grau, no Brasil, no Uruguai e no Chile.

Em linhas bem gerais e respeitando as singularidades locais, é possível traçar alguns paralelos entre a vida intelectual uruguaia e chilena nas primeiras décadas do século XX, uma vez que, devido às limitações impostas ao mercado editorial de ambos os países, os intelectuais apoiaram-se em atividades jornalísticas, institucionais e políticas, ainda que a diplomacia chilena tivesse solicitado o trabalho dos intelectuais com maior evidência.

Os governos uruguaios de finais do século XIX e começos do XX investiram maciçamente na alfabetização, mas o seu público leitor em números absolutos muitas vezes impôs um limite à ampliação dos projetos editoriais nacionais, uma vez que a população uruguaia era de pouco mais de um milhão de habitantes, em 1908.⁸

Além disso, o mercado editorial uruguaio enfrentou outras dificuldades para a sua expansão durante pelo menos toda a primeira metade do século XX. Inicialmente, devido à concorrência de publicações espanholas e francesas. A partir dos anos 30, o mercado livreiro do Uruguai foi disputado pelas edições argentinas e chilenas – como foi o caso de *Ercilla* –, que se expandiram rapidamente durante e após a Guerra Civil Espanhola.⁹

A despeito disso, os jornais passaram a ter ampla circulação e a atingir grandes tiragens tanto no Uruguai quanto no Chile, impulsionados pela modernização das oficinas gráficas, pela redução dos seus preços e também pela demanda de informação de seus públicos leitores em formação e em ascensão, além da circulação de outros gêneros de

⁷ ACHUGAR, Hugo. Letras. La década del veinte: Vanguardia y Batllismo. El intelectual y el Estado. In: VÁRIOS AUTORES. *Vida y cultura en el Río de la Plata*. Tomo I. Montevideo: Universidad de la República, Departamento de Publicaciones, 1987, p. 99-116.

⁸ Além disso, o censo classificava pouco mais de 60% da população uruguaia como alfabetizada. Cf. ACEVEDO, Eduardo. *Anales históricos del Uruguay*. Tomo V. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos, 1934, p. 437.

⁹ A Guerra Civil asfixiou as possibilidades de publicação na Espanha, favorecendo a ascensão do mercado editorial argentino, que destinava mais de 40% de sua produção de livros e folhetos para o mercado externo durante a década de 1940. Cf. RIVERA, Jorge B. *El escritor y la industria cultural*. Buenos Aires: Atuel, 1998, p. 97. Ver também DE DIEGO, José Luis. 1938-1955. La “época de oro” de la industria editorial. In: DE DIEGO, José Luis (Dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 91-123; SOARES, Gabriela Pellegrino. Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel de espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 386-398, jul.-dez. 2007. Além disso, a produção editorial chilena atingiu seu auge de produção nas décadas de 30 e 40, em boa parte devido à diminuição da concorrência dos editores espanhóis e do caráter ainda pouco aguerrido da circulação de livros argentinos e mexicanos.

impressos que atuavam como meios de difusão da leitura. Dessa forma, diante de um mercado editorial cambiante e ainda assaz sensível às flutuações financeiras internas e externas, e também às políticas culturais adotadas pelos governos do Uruguai e do Chile, eram escassos os exemplos de intelectuais que podiam se dedicar exclusivamente às atividades literárias. Para alguns intelectuais uruguaios, não sobrou outra alternativa que emigrar para Buenos Aires, como, por exemplo, Horacio Quiroga, Florencio Sánchez e, posteriormente, Juan Carlos Onetti, entre tantos outros.

De forma paralela, é preciso trazer para o debate o papel que Carlos Vaz Ferreira desempenhou na formação das novas gerações intelectuais nas primeiras décadas do século XX. Após terminar seus estudos em Direito, Vaz Ferreira atuou como professor de filosofia na Universidade da República e no ensino secundário, cujo fruto importante foi a publicação de *Moral para intelectuales*, que obteve três edições no Uruguai (1909, 1920 e 1957) e duas na Argentina. Com declarado objetivo pedagógico e subdividido em seções direcionadas para “intelectuais em geral”, “advogados”, “médicos”, “jornalistas” e todos os demais que ingressassem na “vida pública”, *Moral para intelectuales* partia de uma corrente constatação pessimista para chegar a uma convocação de responsabilidade:

Tudo falta aqui! Falta, em primeira linha, o estímulo. A produção de uma obra original, a publicação de um trabalho que represente esforço, dedicação, que seja o resultado do aprofundamento de um assunto, não agita mais nosso meio que uma manifestação qualquer de cultura puramente trivial, um trabalho sem originalidade alguma ou um simples resumo de ideias estrangeiras. [...] Um livro cai nesse país como uma pedra na água: um minuto depois, afundou. Todas as pegadas se apagam.¹⁰

Diante de um panorama tão desolador, em que uma produção original era vista como uma “forma de heroísmo”, diante da suposta “passividade intelectual” sul-americana e de um “estado de espírito imaterial”, Vaz Ferreira solicitava uma profunda mudança de “psicologia”, de agir por meio de diversas maneiras, de buscar associar a vida prática com a vida intelectual. Para o filósofo uruguaio, o ensino universitário era somente a base para o desenvolvimento de uma carreira intelectual, que deveria extrapolar seus muros e atingir as distintas esferas da vida pública.¹¹

Ainda que seja necessário matizar e contextualizar as afirmações de Vaz Ferreira, em um ambiente bastante propício a ver os “males” do Uruguai, da América do Sul e de toda a

¹⁰ VAZ FERREIRA, Carlos. *Moral para intelectuales*. 3ª ed. Montevideo: Cámara de Representantes de la ROU, 1957, p. 35-36.

¹¹ *Ibidem*, p. 37-40.

América Latina,¹² não se pode negar que o filósofo uruguaio fazia uma convocatória que buscava adaptar as atividades intelectuais a uma formação menos profissionalista, que cada vez mais afastava os jovens formandos das atividades públicas. Seu objetivo principal consistia em salientar a responsabilidade dos intelectuais – em sua categorização bastante ampla – no interior da vida pública.

Segundo Patricia Funes, a década de 20 promoveu a redefinição da agenda intelectual no caleidoscópico cenário latino-americano moderno. Nesse período, a palavra de ordem consistia em defender a ação dos homens de letras na vida pública, o que lhes proporcionava conduzir as agendas político-culturais e estabelecer os múltiplos canais de comunicação entre a tradição e o mundo moderno, passando a se ver como um grupo delimitado e autorreferente.¹³ Para Funes, os intelectuais do entreguerras oscilaram entre a distopia spengleriana e a pedagogia comprometida barbussiana que propunha, por meio da revista *Clarté!*, construir uma espécie de “Internacional do Pensamento”. Por um lado, a desilusão, desencanto e decadência do mundo ocidental. Por outro, a prédica do comprometimento do intelectual com as transformações sociais, pois, como destacava a frase reproduzida nas múltiplas revistas *Clarté!* (*Claridad* na Argentina) latino-americanas, “fazer política é passar dos sonhos às coisas, do abstrato ao concreto. A política é o trabalho efetivo do pensamento social, a política é a vida [...]. Não fazer política é sustentar a política imperante”.¹⁴

Outro fator que pode enriquecer a interpretação sobre o engajamento dos intelectuais na vida política uruguaia relaciona-se com a notória politização de seus habitantes, outro ponto de contato com o caso chileno. Gerardo Caetano, Romeo Pérez, José Rilla, Germán Rama e Marcos Alves de Souza compartilham o argumento de que a participação dos

¹² Carlos Real de Azúa mostrou que, durante a segunda metade do século XIX o debate sobre a América Hispânica, em todo o continente e também no Uruguai, preocupou-se em desvendar os seus “males”, empecilhos e obstáculos (*rémoras y lastres*) “raciais, culturais, religiosos, sociais, geográficos, econômicos, políticos e psicológicos”, que a retardaria ou impediria de obter resultados semelhantes aos do vizinho do norte, os Estados Unidos. Os problemas estariam relacionados à herança espanhola e católica, mas também à sua constituição mestiça, negra e indígena, que teria, segundo essas concepções, deixado um legado de fanatismo, superstição, ignorância, privilégios, exploração, caudilhismo e, acima de tudo, despotismo, o que levou esses autores a identificar os povos latino-americanos como corrompidos e desordenados, “incapazes para qualquer trabalho útil e para o respeito mínimo necessário para uma pacífica convivência internacional”. Cf. REAL DE AZÚA, Carlos. *Historia visible e historia esotérica. Personajes y claves del debate latinoamericano*. Montevideo: Arca, 1975, p. 19-23. Segundo Eve-Marie Fell, particularmente a partir dos anos 1910, os “discursos-diagnóstico” que se nutriam de fontes darwinistas sociais e evolucionistas passaram a ser criticados de maneira crescente e frequente, por intelectuais europeus e americanos, insatisfeitos com as perspectivas etnocêntricas em voga, o que se ampliou principalmente ao longo das décadas de 20 e 30. Cf. FELL, Eve-Marie. *Primeras reformulaciones: del pensamiento racista al despertar de la conciencia revolucionaria*. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, v. 2, p. 577-595.

¹³ FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 52-55.

¹⁴ *Ibidem*, p. 36.

uruguayos na esfera política ocorreu de modo habitual e significativo durante a primeira metade do século XX.¹⁵ Gerardo Caetano e Marcos Alves de Souza afirmam, além disso, que a construção da identidade nacional uruguaia, particularmente em pretendida contraposição à Argentina, realçou o gosto dos uruguayos em participar da política, mediante a filiação aos partidos ou a mobilização constante da população, com a realização quase anual de eleições e plebiscitos, e também pelo predomínio da vida pública sobre a privada. Cabe ressaltar que falar dessa importante participação política dos uruguayos não significa afirmar que o país possuía uma democracia consolidada e livre de vicissitudes. Aliás, para Gerardo Caetano, Romeo Pérez e José Rilla, que não deixaram de realçar essa participação, um obstáculo crucial para a construção da democracia uruguaia se vinculava à sua partidocracia, isto é, à centralidade dos partidos políticos, em detrimento de outras formas de organização.¹⁶

Portanto, as interpretações que realçam as formas de cooptação e de predomínio – ou de quase determinação – das estruturas sociais e políticas sobre as atividades desempenhadas pelos intelectuais, como sugeriram Rial, Jocelyn-Holt e Castañeda, mostram-se duvidosas e rarefeitas, ao menosprezar a esfera dos anseios e interesses que esses atores demonstraram durante seus percursos na vida político-cultural no Uruguai, Chile, México, Peru e outros países latino-americanos.

Quijano, Castro e Arturo Ardao, entre outros fundadores de *Acción e Marcha*, cresceram nestes ambientes e as escolhas dos títulos dos semanários fundados em 1932 – *Acción* – e 1939 – *Marcha* – não deixavam dúvidas sobre o lugar que eles buscavam ocupar no debate intelectual do Uruguai e da América Latina. Finamente escolhidos e desenhados, eles indicavam ao leitor que as propostas de ambos os semanários – assim como o objetivo principal de *Ercilla* – estavam articuladas à ideia de movimento contínuo, de infatigável batalhar a favor da transformação do mundo no qual se inseriam, na refundação dos debates e ações tanto para a reconstrução das coletividades nacionais quanto das almeçadas propostas de unidade continental. Em suma, como salientou Quijano na epígrafe que abre o presente capítulo, os uruguayos tinham o dever de perscrutar o passado e o presente do país para dotá-lo de novas bases políticas e socioculturais.

¹⁵ CAETANO, Gerardo; PÉREZ, Romeo; RILLA, José. La partidocracia uruguaya. Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos. In: *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 44, 1987, p. 76-95; CAETANO, Gerardo. Lo privado desde lo público. Ciudadanía, nación y vida privada en el Centenario. In: BARRÁN, José Pedro & CAETANO, Gerardo & PORZECANSKI, Teresa (Orgs.). *Historias de la vida privada en el Uruguay*. Individuo y soledades (1920-1990). Montevideo: Santillana, 1998, p. 19-60; RAMA, Germán. *La democracia uruguaya*. Montevideo: ARCA, 1995; SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai: 1903-1958*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

¹⁶ Ver também outro texto de José Rilla: La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História*, São Paulo, 23 (1-2), p. 161-196, 2004.



Figuras 4 e 5: 1º exemplar de *Acción* (1932) e de *Marcha* (1939)

O nome *Acción* possuía uma apresentação tipográfica bastante interessante, em que as duas letras “c” em destaque representavam duas ondas, enquanto a letra “n” trazia um pé em sua segunda “perna”. Dessa maneira, a percepção e recepção visual do título convergiam com os propósitos declarados pela redação: “*ACCIÓN* será o sismógrafo que recolherá e apontará todas as inquietações de uma juventude que quer colocar um gesto enérgico e voluntarioso em seu aporte, nessa tarefa de forjar o porvir”. Além disso, tal semanário propalava que lutaria pela justiça social, a favor da “emancipação do trabalhador”, em um momento de “crise profunda” do capitalismo.¹⁷

Da mesma maneira, *Marcha*, sete anos mais tarde, estampou o título que convergia com sua prédica, alertou com fotos sobre o suposto perigo nazista no Uruguai e não deixou de assegurar a continuidade em relação à *Acción*, no artigo *ACCIÓN no ha muerto*:

Nossa consagração total ao bem público chegou a identificar-se plenamente com sua existência. Foi impossível nestes anos sombrios em que nós vivemos conceber uma separada da outra [...].
Durante sete anos, foi, sem concorrência, a tribuna mais característica ‘dos novos’.¹⁸

Por que os fundadores de *Acción* decidiram trocar o seu nome para *Marcha*? Talvez porque o substantivo *Acción* se ligava a dois movimentos de ultradireita na Espanha (*Acción*

¹⁷ La Redacción. Propósitos. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 1, 19 de mar. 1932, p. 1; 4.

¹⁸ *ACCIÓN no ha muerto*. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 1, 23 de jun. 1939, p. 5.

Española) e na França (*Action Française*), que nucleavam intelectuais contrários aos ideários republicanos e democráticos daqueles dois países. Ambos publicaram suas ideias principais por meio de um diário e de duas revistas, o *L'Action Française*, que substituiu a *Revue d'Action Française*, em 1908, e a revista *Acción Española*, que foi publicada entre 1931 e 1936. Contudo, os movimentos europeus já existiam durante a fundação do semanário uruguaio. Mesmo assim, a difusão mais efetiva das ideias direitistas na França e, principalmente, na Espanha podem ter contribuído para a mudança do nome. *Marcha*, porque quiseram manter a ideia original de movimento, de caminhar em direção a um objetivo: *la editorial en marcha*, como disseram os redatores, em 1938.¹⁹ Em outras palavras, o objetivo principal era dotar o grupo de uma importante editora, o que somente ocorreu no final dos anos 60.

Deve-se acrescentar ainda que, como já foi repetido insistentemente, em vários estudos, *Marcha* trazia na capa de seu número inicial a proposta de que analisava “toda a semana em um dia” – objetivo também perseguido por *Acción* –, além da não menos ambiciosa fórmula, semelhante à de *Ercilla*, de que expunha para o leitor “a verdade, mas toda a verdade”. É importante observar, do mesmo modo, que *Marcha* estreava, como *Ercilla*, recheada de imagens fotográficas e que, em sua primeira capa, havia uma caricatura de Benito Mussolini que, ao ser invertida se transformava em Adolf Hitler (*Adolfo y Benito*).

Em segundo lugar, é importante explicitar, de maneira breve, a estrutura de *Acción* e *Marcha*. Os primeiros números de *Acción* raramente ultrapassavam dez páginas, e se dedicavam fundamentalmente a comentários políticos, sendo que as relações entre o Uruguai, a América Latina e os Estados Unidos recebiam um espaço de destaque desde os momentos iniciais. Gradativamente, a diagramação de *Acción* ganhou uma estrutura mais organizada e deu origem, por exemplo, à criação da coluna *Cara y Cruz de América*, em fevereiro de 1938.

Por outro lado, *Marcha* herdou de *Acción*, além da experiência de seus editores no mercado editorial, algumas de suas colunas, como a própria *Cara y Cruz de América*, que acrescentou ao seu título a denominação *La voz del continente*. O semanário que fora projetado para circular com 32 páginas, dificilmente ultrapassou 24 páginas, que se dividiam em diversas seções, organizadas habitualmente da seguinte maneira: Editorial, comentários políticos, “a semana política” e “a semana econômica” nas primeiras páginas; entrelaçadas com política internacional, *Cara y Cruz de América* e um artigo sobre questões políticas, históricas, culturais ou filosóficas nas páginas centrais; e finalmente, na sua segunda metade,

¹⁹ La editorial en marcha. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 180, 09 de dez. 1938, p. 2. Grifos meus.

literatura, música, teatro, cinema, esportes “com humor”, coluna feminina, além de palavras cruzadas, jogos e charges. De forma paulatina, *Marcha* ampliou seu conteúdo e chegou a publicar em algumas edições comemorativas duas seções de 32 páginas cada uma.

Mais importante do que a interminável discussão catapultada por Rodríguez Monegal, em *Literatura uruguaya del medio siglo* (1966), a respeito da existência de “Dos *Marchas*”, uma política e outra cultural, é anotar que o semanário passou, durante os seus 35 anos, por distintas transformações, que respondiam às inquietações políticas e culturais.

Como afirmei na introdução, sustento a hipótese de que, para além das questões sobre estética e forma, as páginas culturais e de política em *Marcha* teciam mais articulações do que inicialmente sugeriu Rodríguez Monegal, inclusive antes dos anos 60. Em primeiro lugar, seus autores insistiam em que o Uruguai necessitava de homens “novos” e decididos a lançar as bases de um projeto de edificação nacional, que certamente passava pela formação de um público leitor, consciente das necessidades de tal empreendimento, tanto no terreno político quanto no cultural. Em outras palavras, sustentavam que o caminho para a construção de um país democrático e socialmente justo necessitava de bases fortes constituídas por cidadãos críticos e culturalmente cultivados pelo mundo das ideias e dos impressos.

O ambiente não estava livre de obstáculos para esses jovens que queriam transformar o Uruguai. Os redatores de *Acción* requisitaram constantemente aos seus colaboradores e leitores maior apoio para possibilitar a sua publicação e ampliação. Quando *Acción* completou seis meses de vida, Quijano assinalou que o periódico já possuía uma tiragem superior a de outros diários e sobrevivia equilibradamente das cotas das assinaturas.²⁰

Até 1933, as atividades de *Acción* marchavam compassadas com as expectativas de seus redatores, que planejavam retomar a publicação do diário *El Nacional* para as próximas batalhas políticas. Contudo, o tom tornou-se bastante dramático, após o golpe de 1933, e levou os seus diretores a intensificar a campanha a favor da publicação do diário. *El Nacional* foi criado por Quijano, Castro e Ardao no interior do grupo político *Agrupación Nacionalista Demócrata Social* (ANDS), em 1928. Era uma tribuna que buscava expressar as principais ideias de um grupo político que tentava renovar o Partido Nacional desde o seu interior. Quijano foi deputado pela ANDS, entre 1928 e 1931. Entretanto, *El Nacional* deixou de ser publicado em 1931 devido às dificuldades financeiras, mas também em razão da derrota da ANDS nas eleições daquele ano. Para Quijano, o resultado de sua eleição em 1928 havia sido “artificial”: “houve alguma coisa de fantasia e de esnobismo. Talvez foi-nos necessária a

²⁰ QUIJANO, Carlos. La reorganización. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 25, 19 de set. 1932, p. 3.

derrota de 31, para depurar-nos, submeter à revisão nossos métodos e definir mais nossas ideias”. O editorial de Quijano, de setembro de 1932, concluía com um balanço com tons otimistas sobre os inícios de *Acción* e as possibilidades de reformar o Partido Nacional:

Tribuna de doutrina e arma de combate, provou que tínhamos algo novo para dizer. Verdade que era alheia ao triunfo ou à derrota. A campanha de *El Nacional* tem continuado nestas páginas fixando ideias e definindo atitudes, detalhando nossa política interna do partido e na política nacional. [...] Temos motivos para acreditar, além disso, que o ano de 32 não se irá sem que reapareça *El Nacional*.²¹

Antes de prosseguir nos contratempos de *Acción*, ao longo de toda a década de 30, é importante formular uma pergunta inicial que já inquietou diversos pesquisadores a respeito das trajetórias políticas assumidas pelos fundadores do semanário e que foi revista e criticada pelo próprio Quijano em vários momentos. Por que fundaram uma agrupação de esquerda no interior do Partido Nacional?

Em primeiro lugar, a arquitetura do sistema partidário e eleitoral uruguaio previa a criação de agrupações dentro dos partidos que podiam inclusive lançar candidatos à presidência de forma separada, sistema conhecido como voto duplo simultâneo, a partir de 1910, que foi incluído na Constituição de 1918. Voto duplo simultâneo porque os eleitores votavam nos candidatos e nos partidos ao mesmo tempo. Não eram realizadas prévias no interior dos partidos para se escolher um candidato único que representasse uma suposta unidade. Ao final do escrutínio, os votos dos candidatos das diferentes agrupações eram somados para se chegar ao resultado do partido vencedor. Dentro do partido vencedor era considerado eleito o candidato que tivesse recebido a maior votação. Assim, houve casos em que um candidato chegou a ser presidente sem ter recebido a maior votação, o que fortalecia o lugar dos partidos políticos no país, sobretudo do Partido Colorado e do Partido Nacional, que estavam compostos de diferentes agrupações. Houve eleições em que os colorados concorreram com cinco candidatos simultâneos, enquanto os *blancos* chegaram a lançar quatro candidatos à presidência ao mesmo tempo. Assim, os partidos tradicionais tinham consideráveis mecanismos para abrigar em suas estruturas agrupações com diferentes tonalidades, o que favorecia sua centralidade no ambiente político-eleitoral.²²

Em segundo lugar, o Partido Nacional de inícios dos anos 20 passava por um processo de reformulação, com espaço para agrupações de orientação reformista, como o *Radicalismo*

²¹ *Ibidem*, p. 3.

²² Cf. CAETANO, Gerardo. Ciudadanía política e integración social en el Uruguay (1900-1933). In: SÁBATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, COLMEX, FHA, 1999, p. 405-427.

Blanco, liderado por Lorenzo Carnelli, entre 1921 e 1924, mas que foi expulso do partido por discrepar acerca das principais diretrizes da maioria de seus membros, nucleada por seu tradicional líder Luis Alberto Herrera. Mesmo com esta expulsão, ainda havia espaço para outros setores minoritários vistos como reformistas ou esquerdistas, como o antigo grupo nucleado pelo diário montevidense *El País*, que era capitaneado por Washington Beltrán – até 1918, quando foi morto em um duelo com o ex-presidente José Batlle y Ordóñez – e o nascente *Nacionalismo Independiente*.²³ Segundo Gerardo Caetano e José Rilla, Quijano demonstrava grande admiração por Beltrán e tinha colaborado durante alguns anos para *El País*, o que o aproximava, ainda que “marginalmente”, do Partido Nacional.²⁴

Finalmente, como destacaram uma vez mais Caetano e Rilla, havia uma dose de “possibilismo” na aproximação de Quijano – e dos demais fundadores da ANDS – a Lorenzo Carnelli e ao Partido Nacional, pois poderiam canalizar suas inquietações para reformá-lo, já que, no clima eleitoral de 1921, emanava uma grande confiança na vitória iminente. Era a oportunidade de derrotar os colorados, que presidiam o Executivo nacional a partir de 1865.²⁵

A ANDS recebeu diversas críticas a respeito de sua tentativa de promover a transformação do Partido Nacional, como a da poetisa, pedagoga e crítica literária Luisa Luisi, que enviou uma carta a Quijano publicada na primeira página de *Acción*, em que aprovou a luta pela construção da democracia uruguaia sustentada por seu discurso. Por outro lado, deixou evidente a sua opinião a propósito da vinculação da ANDS com os *blancos*:

Se seu grupo, Dr. Quijano, tivesse concorrido às eleições com um lema puramente esquerdista, estou convencida de que haveria acrescentado seus contingentes em uma proporção que lhe surpreenderia. O fato de que seus votos fossem somar com os da parte mais conservadora e direitista de seu partido, retirou-lhe a maior parte da eficácia de sua prédica, tão elevada e nobre, tão em harmonia com minhas próprias ideias e de muitos que pensam como eu.²⁶

²³ Sobre os setores de esquerda do Partido Blanco, denominados radicais, ver ZUBILLAGA, Carlos. *Las disidencias del tradicionalismo. El Radicalismo Blanco*. Montevideo: Arca/CLAEH, 1978. O *Radicalismo Blanco* se nutria da rebeldia de alguns setores que participaram da formação institucional do Partido Nacional, em 1872, após o fim da *Revolución de las Lanzas* iniciada pelos *blancos*, que reivindicaram direitos eleitorais e participação política no Uruguai. O acordo denominado *Paz de Abril* estruturou formas de coparticipação de colorados e *blancos* no governo, mas que foi criticada por setores dissidentes dos *blancos*, que haviam fundado o Partido Radical, em 1871. Os radicais do século XIX estavam constituídos por grupos letrados que criticavam as disputas fratricidas entre colorados e *blancos*. Propunham a adoção de princípios morais na estrutura política do país e, por isso, ficaram conhecidos como *principistas*.

²⁴ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *El joven Quijano. (1900-1933). Izquierda nacional y conciencia crítica*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986, p. 36-37.

²⁵ *Ibidem*, p. 37.

²⁶ Uma carta de Luisa Luisi. *Acción*, Montevideo, ano II, n. 54, 16 de set. 1933, p. 1.

Luisi enviou a carta após o golpe de 1933, capitaneado pelos setores mais conservadores do Partido Colorado, como o então presidente eleito, Gabriel Terra, entre outros importantes políticos do partido, vinculados ao terrismo e ao riverismo. Ocorreu, além disso, uma articulação estreita com os partidários de Luis Alberto Herrera – alcunhados de herreristas – do Partido Nacional, o que também sinalizava que os projetos dos grupos conservadores colorados e nacionalistas não eram muito discrepantes entre si.²⁷

Assim, ao longo de todo o percurso como principal líder da ANDS, entre 1928 e 1950, Quijano teve que justificar sua vinculação ao Partido Nacional, ao mesmo tempo em que defendia concepções esquerdistas e inclusive conclamava, pelas páginas de *Acción*, para a formação de uma Frente Popular no Uruguai, inspirada nos exemplos da França, Espanha e Chile. Após esse projeto ter se mostrado inviável e já na direção de *Marcha*, Quijano abordou as eleições internas do Nacionalismo Independente e assinalou que “enquanto o herrerismo reacionário e fascistizante naufraga no desprestígio, o Nacionalismo Independente dará mostras de sua vitalidade em uma luta de tendências cordial e democrática”.²⁸ A luta para recompor seu lugar entre os grupos de esquerda reformista se iniciava e não dava sinais de que se esfriaria tão cedo.

Voltemos agora aos difíceis passos iniciais de *Acción*. Em dezembro de 1932, seus fundadores declaravam que já haviam cumprido o seu “destino” de fazer política sem necessariamente ocupar cargos políticos, e resumiram os principais projetos para o futuro:

A essa *Acción* de 10 páginas e 3.000 exemplares, que não publica mais do que comentários políticos, queremos substituí-la por outra maior de 24 páginas, e que mais do que artigos de crítica, doutrina e política, ofereça uma síntese semanal dos

²⁷ O golpe de Terra foi realizado por civis com respaldo da polícia local, que tinha como chefe seu cunhado Baldomir. Com fins de reajustar a balança política e econômica do país, apoiado nos grupos anticollegialistas, convocou uma Assembleia Constituinte, sem a participação da maior parte dos grupos opositores. Sancionou a nova Constituição, em 1934, mediante plebiscito – marcado por elevada abstenção, com 220 mil votos a favor e 10 mil contra. Houve a abolição do sistema colegiado, com o retorno do presidencialismo; o Senado foi repartido ao meio, com 15 postos para os herreristas e 15 para os colorados não opositores (*Senado medio y medio*); diminuiu-se o número de deputados para 99, o Conselho de Ministros foi dividido entre os dois partidos na proporção de 2/3 e 1/3; centralizou-se o poder no Executivo nacional; ampliaram-se também alguns direitos trabalhistas que não estavam previstos na Constituição anterior de 1918; foi instituído o voto secreto e obrigatório, com inclusão das mulheres; aprovou-se a Lei de Lemas, que penalizava qualquer agrupação que tentasse utilizar o nome geral dos partidos tradicionais em impressos e propagandas, isto é, os grupos golpistas se apoderaram dos nomes tanto do Partido Colorado quanto do Partido Nacional. Além disso, o governo de Terra tentou reerguer o mercado agroexportador depois que o Acordo de Ottawa havia fechado o mercado inglês, principal comprador, para os uruguaios – e argentinos –; revogou o monopólio das refinarias de petróleo; estimulou o desenvolvimento industrial; e realizou a construção da hidrelétrica de Río Negro, com financiamento alemão. Cf. CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo (1930-1933)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989; DUTRÉNIT, Silvia. Uruguay: Golpe Malo, Golpe Bueno: los reajustes del sistema político después de 1930. In: ANSALDI, Waldo (Ed.). *Tierra en llamas. América Latina en los años 1930*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2002, p. 39-58; JACOB, Raúl. *El Uruguay de Terra, 1931-1938. Una crónica del terrismo*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983.

²⁸ Cf. Las elecciones del Nacionalismo Independiente. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 20, 03 de Nov. 1939, p. 5.

teatros, concertos, cinemas, exposições, movimento econômico e vida esportiva, ora do país, ora da capital multiforme e infelizmente tentacular. Um ‘diário semanal’, se é permitido articular os dois termos, porém mais completo, com melhor apresentação e mais cuidadosamente escrito do que o diário corrente, obra improvisada sempre, e ainda mais em nosso país.

O MÍNIMO DE ASSINATURAS QUE DEVE SER ALCANÇADO NÃO PODE SER MENOR QUE 3.000. NÃO SERÁ DIFÍCIL CONSEGUÍ-LO, SE PENSAMOS QUE AGORA ACCIÓN POSSUI POUCO MAIS DE 1.700 ASSINANTES.

A essa tarefa de obter participantes e assinantes, devem se dedicar todos os nossos companheiros imediatamente.²⁹

Dois meses depois, *Acción* anunciou que seria publicada com 24 páginas, durante a comemoração de seu primeiro aniversário, em 19 de março de 1933,³⁰ mas somente conseguiu sair com 16 páginas por dois números consecutivos, em março, sem publicidades. O periódico foi proibido de circular após o número que saiu no sábado, dia 31 de março, e somente voltou às bancas três meses depois. Naquela edição, Quijano repreendeu, a um só tempo, o apoio de alguns setores e a apatia de outros do Partido Nacional em face do trágico desenlace do governo de Gabriel Terra, que realizou o golpe pouco mais de um ano após ser eleito presidente. Além disso, não deixou de expressar o seu desalento por ver o Partido Nacional entrar em um redemoinho sem volta, pois necessitava justificar o lugar da ANDS em seu interior: “de um lado, a bandagem e a traição dos herreristas, a quem a história fulminará como ninguém. Do outro, a falta de homens, a carência de energia, a perseguição da comodidade nas fileiras independentes”. Para Quijano, o Partido Nacional estava “entregue, nocauteado, desfeito e, o que é pior, sem bandeira e sem ideais”. Por fim, concluiu que “era a única força possível de contenção e a prostituíram. Rompido o dique, o que é estranho na forma como a corrente nos arrasta a todos, homens e instituições?”³¹

Também para Quijano, três meses após *Acción* ser proibida de circular, os acontecimentos haviam mostrado que a muitas vezes glorificada democracia uruguaia – que se expressava mediante as imagens “oficiais” de “Suíça da América”, “Arcádia feliz”, “*Como el Uruguay no hay*” ou “Atenas do Prata” – não passava de “fachada” e de “ vaidade infantil”. Entretanto, ao citar o ditado popular “há males que vêm para bem”, Quijano assinalou que a ditadura poderia produzir alguns bens indiretamente, como o de depurar os partidos, o de mostrar “os homens tal como são” e o de obrigar “a novas formações políticas”.³²

²⁹ Balance de *Acción*. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 25, 19 de set. 1932, p. 10. Maiúsculas no original.

³⁰ *Acción*, Montevideo, ano I, n. 42, 25 de fev. 1932, p. 1.

³¹ QUIJANO, Carlos. En la hora trágica de las responsabilidades. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 46, 31 de mar. 1933, p. 1.

³² Idem. Un estudio de la situación política. *Acción*, Montevideo, ano II, n. 47, 04 de jul. 1933, p. 1-2.

Nesse contexto, o líder da ANDS elaborou uma interpretação bastante desoladora sobre as ditas democracias “americanas”, classificadas como “inorgânicas”, com um “verniz de cultura”, “sem tradição” e “sem ideais profundos”, entre outras faltas. Igualmente afirmou o esquerdismo da ANDS e de *Acción*, ao aconselhar aos “comunistas e comunizantes que riem da legalidade” a (re)leitura de *A luta de classes na França*, redatada por Marx para a Primeira Internacional, e o seu prólogo escrito por Engels, em 1895, bem como *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, para ver “que as transformações pelas vias legais são mais auspiciosas”.³³

Quijano criticou ainda as definições “vagas” de esquerda e direita formuladas pelos europeus, que “em realidade não têm mais do que sentido simbólico, que são manuseadas a torto e a direito. Mas como estão em circulação, é útil usá-las para expressar em uma palavra o que é difícil dizer em muitas”. Para Quijano, as direitas eram a favor da ditadura e se vinculavam ao direito intangível à propriedade, ao liberalismo, ao capital estrangeiro, e não aceitavam reformas de fundo. Eram, portanto, reacionárias. Já as esquerdas eram contra a ditadura, a favor da democracia. Lutavam por justiça, reforma agrária e efetiva independência do capital estrangeiro. Assim, em face de uma ditadura de direita, Quijano defendia que somente era possível uma oposição de esquerda.³⁴

A partir daquela “hora trágica”, que demandava a adoção de responsabilidades, Quijano passou a ministrar, nos ateliês de *Acción*, um curso intitulado “As modernas correntes sociais: de Marx a De Man”, cujas aulas foram publicadas nas páginas do semanário, entre julho e novembro de 1933, que passava por grandes dificuldades financeiras, sem avisos publicitários e que chegava às mãos do público leitor escrita quase que exclusivamente com artigos sobre política.

Existiam alternativas para aqueles que eram contrários à ditadura, como os socialistas, os comunistas, a ANDS, o Nacionalismo Independente, o Radicalismo Blanco e os batllistas, além das três centrais de trabalhadores – *Federación Obrera Regional Uruguay* (FORU), *Unión Sindical Uruguay* (USU) e *Confederación General de Trabajadores del Uruguay* (CGTU) – e da *Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay* (FEUU)? No entender de Quijano, o caminho era convergente: a preocupação em “estudar as modernas correntes sociais a fim de orientar nossa ação política frente ao momento crítico que estamos vivendo”. Ao definir o lugar da ANDS e de *Acción*, em julho de 1933, Quijano afirmou que se

³³ Idem. Democracia y legalismo. *Acción*, Montevideo, ano II, n. 50, 29 de jul. 1933, p. 1-2.

³⁴ Idem. Hacia la izquierda. *Acción*, Montevideo, ano II, n. 49, 22 de jul. 1933, p. 1.

vinculavam, ainda que criticamente, às doutrinas socialistas, pois estas representavam “uma tendência política com métodos e fins próprios, que aspira criar uma teoria para a ação”.³⁵

A ANDS expressava esta adesão “crítica” e se aproximou dos socialistas, como havia ocorrido com os apristas que ingressaram em *Ercilla*, principalmente porque havia o desejo de promover a formação de uma aliança, como iria ocorrer com as Frentes Populares na França, na Espanha e no Chile.

De forma convergente a algumas ideias sustentadas pelo Partido Socialista do Uruguai, Quijano buscava mostrar as possibilidades de leitura de Marx, de forma não ortodoxa. Para ele, Marx evocava os caminhos revolucionários para a tomada de poder em todos os países, à exceção talvez dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Holanda, onde as vias legais poderiam ser eficazes na construção do socialismo. O diretor de *Acción* afirmava que Marx não havia proposto medidas e estratégias semelhantes para todos os países, e concluiu que não havia, portanto, “uma tática dogmática”.³⁶

Quijano recebeu muitas críticas de outros grupos de esquerda do Uruguai, particularmente dos socialistas e dos comunistas, desde seu mandato como deputado pela ANDS, entre 1928 e 1931. Porém, segundo Quijano, havia uma causa em comum que deveria uni-los naquele fatídico ano de 1933: a luta contra a ditadura, que havia levado ao exílio, entre outros importantes opositores, o líder socialista Emilio Frugoni. Aliás, apesar de muitas críticas iniciais, as trajetórias de Quijano e Frugoni se entrecruzaram, de meados dos anos 30 até o falecimento do líder socialista uruguaio, em 1968.³⁷

Além disso, havia uma postura anti-imperialista entre todos eles, que faziam uma leitura tanto do passado quanto do presente do Uruguai e da América Latina na chave de luta contra a opressão dos colonizadores, posteriormente do imperialismo inglês e norte-americano, além da luta contra a supremacia das agrupações partidárias tradicionais, como os batllistas, terristas e riveristas do Partido Colorado e os herreristas do Partido Nacional.

Contudo, as tensões entre os grupos de esquerda, que disputavam, muitas vezes, o apoio dos mesmos movimentos ou os votos de eleitores em comum, impediam a formação de uma aliança política mais duradoura contra a ditadura. Havia muitas disputas entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, pois o primeiro seguia as táticas da III Internacional (Comunista) que condenava a formação de frentes únicas com os partidos socialistas e social-

³⁵ Un curso de Carlos Quijano. De Marx a De Man. *Ibidem*, p 5-6.

³⁶ Un curso de Carlos Quijano. De Marx a De Man. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 50, 29 de jul. 1933, p. 8.

³⁷ Cf. REIS, Mateus Fávoro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. 232 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

democratas, entre 1928 e 1933.³⁸ Por fim, como convencer os socialistas e comunistas das vantagens e até mesmo das possibilidades de se coligar com setores do Partido Nacional?

Acción desenvolveu diversas estratégias de luta contra a ditadura uruguaia, como, por exemplo, a publicação habitual em sua capa de uma epígrafe que expressava seu posicionamento político. A epígrafe de 08 de maio de 1934, de Pablo de María, dizia o seguinte: “A lei enquanto tal deve ser respeitada, e os governos que a violam, os cidadãos que a desobedecem, não mais do que perjuros, porque em todos os povos civilizados a promulgação de uma lei envolve o solene juramento de cumpri-la”. Não havia dúvida sobre a mensagem que os redatores queriam passar: a ditadura era ilegal e ilegítima. Outras epígrafes, citadas com as datas entre parêntesis, trataram de convencer os leitores que eles também deveriam agir: “[...] tudo o que os homens fizeram, outros homens podem desfazer” (R. Berthelot – 28/07/1934); “A imprensa de todos os países que vive ao serviço e exploração das massas nacionais, tem o nível espiritual mais baixo” (H. de Man – 26/09/1934); “Contra a vontade decidida do povo, os triunfos têm sido sempre breves e precários” (F. Cambo – 15/04/1935); “É uma ventura sem par ser jovens em momentos que serão memoráveis na história. As grandes crises oferecem oportunidades múltiplas à geração não contaminada, pois iniciam a humanidade numa fervorosa reforma ética, ideológica e institucional” (José Ingenieros – 07/12/1935); “É mais valioso um mestre de vida que cem mestres de cultura” (sem autor – 26/12/1935).

Como represália, *Acción* sofreu novas medidas de censura, entre 1935 e 1939, como o corte ocasional do abastecimento de energia. O apelo dos diretores de *Acción* evidenciava que as dificuldades tornavam-se cada vez mais angustiantes, pois a periodicidade semanal não era mais seguida. A solicitação de empenho para a sua manutenção veio em destaque na primeira página: “*Acción* é nosso único meio de propaganda. É necessário, hoje como nunca antes, redobrar os esforços até conseguir publicá-la a cada duas semanas”.³⁹ Entretanto, ocorreu o adiamento de sua edição até as vésperas da publicação de *Marcha*.

Em março de 1935, os redatores do semanário haviam feito um balanço que não camuflou as dificuldades, mas que concluiu de forma otimista sobre o seu porvir, sem deixar de afirmar que tanto na previsão quanto na denúncia do golpe, *Acción* havia dito “a verdade”, por meio de um “semanário político de ideias”, que priorizava a “liberdade de opiniões” e que

³⁸ FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Yvette. *Baldomir y la restauración democrática (1938-1946)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987, p. 21; CAETANO, Gerardo; GALLARDO, Javier; RILLA, José. *La izquierda uruguaya. Tradición, innovación y política*. Montevideo: Trilce, 1995.

³⁹ *Acción*, Montevideo, ano IV, n. 116, 22 de mai. 1935, p. 1.

vinha passando por transformações, como a inclusão de uma página de crítica cultural e melhorias no desenho gráfico.⁴⁰

Indício de que o fluxo dos ventos começava a mudar, ainda que de forma bastante tênue, foi o anúncio da criação da Editora *Acción*, nos finais de 1938:

Temos a satisfação de informar-lhe que acaba de se constituir, com um capital autorizado de \$ 50.000, a Editora *Acción* Sociedade Anônima, que se dedicará à impressão, por conta própria ou alheia, de livros, periódicos e revistas.

Essa Sociedade iniciará suas atividades editando um grande semanário ilustrado, com não menos de 24 páginas, que aspira ser uma síntese acabada da atualidade nacional e internacional.

Todos os temas de interesse: política, economia, vida artística, literária, teatro, cinema, rádio, universidade, mulheres e esportes.

Será cuidada esmeradamente a parte tipográfica. Nutrir-se-á dos ensinamentos da experiência estrangeira, que em nosso país e em nossa cidade, dada a sua importância, já podem ser aplicados.

O semanário não terá filiação política. Será um órgão político na acepção literal do vocábulo. Assim, tomará posição diante de todos os problemas que encare. Todavia, não será órgão nem de uma tendência nem de um partido. **Aspira ser, isso sim, uma tribuna de toda a oposição democrática dentro do país e uma vez mais na defesa da causa internacional, da dignidade humana frente a todos os fascismos e imperialismos.**

Os homens que iniciamos esta empresa não aspiramos mais que a cumprir um dever, dever tanto mais imperioso nesta hora de confusões e de crise. Para esta obra de **docência pública** em que nos vamos a empenhar, é que solicitamos o seu concurso, sem prometer, por nossa parte, desde o ponto de vista material, resultados imediatos brilhantes, mas sem lhe ocultar que a empresa em seu aspecto econômico foi estudada com todo o cuidado à luz de uma experiência que dura já seis anos e projeta, de nossa parte, todas as possibilidades de êxito.⁴¹

Ao contrário de *Ercilla*, *Acción* e *Marcha* apresentavam-se como tribunas baseadas em artigos de opinião e editoriais, e que buscavam deliberadamente influir no fluxo dos acontecimentos políticos e culturais. Entretanto, de forma paralela, *Marcha* expressava que não estava vinculada a nenhum partido e que, por defender a democracia – política, econômica e social –, agregava uma pluralidade de vozes em seu interior, a fim de promover debates e diálogos. Obviamente, nem todas as falas chegaram às páginas de *Marcha*, mas para os integrantes dos grupos que reivindicavam a construção de uma democracia mais profunda, que fosse além de suas características formais e institucionais, ou para aqueles que buscavam transformações mais profundas do Uruguai, não faltou espaço no semanário.

Talvez aqui repouse uma das principais diferenças entre *Marcha* e *Ercilla*, isto é, um dos principais complicadores da comparação entre os dois projetos jornalísticos, pois a publicação uruguaia foi profundamente engajada na política, apesar de se apresentar como

⁴⁰ *Acción*, Montevideo, ano IV, n. 111, 19 de mar. 1935, p. 1.

⁴¹ La editorial en marcha. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 180, 09 de dez. 1938, p. 2. Grifos meus.

“apartidária”. Por outro lado, *Ercilla* mostrou-se menos engajada diretamente no cenário político chileno, ainda que tenha concedido amplo espaço para as “informações” sobre o tema no Chile, e nas páginas iniciais.

Antes de *Marcha*, *Acción* transformou-se em um dos principais meios que ensaiaram, sem sucesso, a criação de uma Frente Popular no Uruguai. Enquanto a ANDS e *Acción* promoviam atos públicos de apoio à democracia espanhola, eram publicadas as primeiras páginas a respeito da necessidade de união de toda a oposição.⁴² As epígrafes também passaram a expressar o lugar que a Frente Popular iria ocupar no país, que tinha como objetivo terminar “com os *vende-patrias*”.⁴³

Havia espaço para o uso da violência em momentos trágicos, como a Guerra Civil Espanhola? Sim, pois, segundo *Acción*, o mundo havia mudado. Diante dos fascismos espalhados pelo mundo, a força havia substituído o respeito às regras democráticas:

É a força que hoje manda, e é a força que decide e decidirá em todo o mundo, a luta sem quartel entre o fascismo e a democracia social. Lamentável que seja assim? Sem dúvida. Mas tampouco é questão de ter muitas aversões à violência. Tinha razão Sorel. Há violências sagradas, depuradoras. [...] Entretanto, fazemos votos por seu triunfo, que fique registrada nossa profunda admiração pela juventude e o heroísmo da raça, que uma vez mais fará pasmar o mundo. A Espanha continua a ser uma das grandes reservas da humanidade.⁴⁴

A força poderia ser utilizada no cenário uruguaio também? Ou era melhor lutar sem armas, pelas vias eleitorais? Além disso, como confiar em eleições realizadas no interior de uma ditadura? Com todas essas perguntas em mente, *Acción* defendeu que a formação da Frente Popular não representava nem o desaparecimento dos partidos políticos, nem a volta às urnas “de forma sub-reptícia”. Do mesmo modo tampouco significava “uma covarde entrega dos demais ao Partido Comunista ou a qualquer outro partido”. A proposta era realizar um “entendimento leal, realista e inteligente”, limitado temporalmente para “abater” as forças reacionárias, sem o que “não se pode fazer nenhuma política progressista e honrada”.⁴⁵

Dessa forma, a convocação da ANDS, por meio de *Acción*, deixava entrevista uma possibilidade inclusive de se utilizar a força na tentativa de derrotar o “inimigo comum”. Contudo, mais do que um chamado à força, prevaleceu um tom de desconsolo em face de certa passividade e desunião na luta dos grupos opositores, pois deveriam ter em mente que,

⁴² Frontismo y Antifrentismo. *Acción*, Montevideo, ano V, n. 129, 07 de abr. 1936, p. 1; 8.

⁴³ Cf. *Acción*, Montevideo, ano V, n. 134, 16 de jul. 1936, p. 1.

⁴⁴ Lo de España. *Acción*, Montevideo, a. V, n. 135, 29 de jul. 1936, p. 3.

⁴⁵ 3 falsedades. *Acción*, Montevideo, ano V, n. 138, 14 de set. 1936, p. 1.

naqueles momentos trágicos, era preciso fazer o possível e o impossível pela democracia social, atuar rapidamente, antes que todos fossem esmagados de forma impiedosa.⁴⁶

Os clamores dramáticos de *Acción* pela formação da Frente Popular tiveram que ser abortados no final de 1937, pois não se chegou a um consenso entre os grupos de oposição. A saída encontrada foi a abstenção nas eleições presidenciais e apontar a “ilegitimidade” da vitória eleitoral do então Ministro da Defesa Alfredo Baldomir, que era cunhado de Gabriel Terra. “Ilegítimo”, devido à abstenção das forças opositoras ao governo, uma vez que não confiavam na realização de eleições no interior da ditadura.

Mas qual era a democracia almejada pelos fundadores de *Acción e Marcha*? Uma democracia que conseguisse conjugar liberdade política – em seu mais amplo espectro de participação e de soberania popular, sem qualquer tipo de restrição – com a garantia de direitos sociais, que não se resumisse à liberdade individual, orquestrada pela atuação de um Estado baseado em princípios, cuja orientação estivesse pautada firmemente na busca do bem comum. Um Estado forte o bastante para conseguir canalizar as principais demandas sociais do país, a ponto de implementar uma reforma agrária, que os batllistas haviam menosprezado. Portanto, ao falar em democracia social, a ANDS afastava-se do liberalismo individualista e aproximava-se do republicanismo vinculado à ideia de solidariedade, por defender o bem comum, a igualdade e a cidadania, de forma ampla. Para Quijano e demais membros da ANDS, somente existiria democracia se houvesse justiça social.

Nesse sentido, *Acción* publicou uma rigorosa crítica de Quijano a José Enrique Rodó, autor de *Ariel* (1900).⁴⁷ O tom foi de censura às concepções rodonianas acerca da democracia, quando alguns diários uruguaios invocavam-nas para articular a oposição contra a ditadura terrista. Se, por um lado, Quijano destacou brevemente que Rodó tinha empenhado sua pluma “para fustigar a todos os tiranos da América”, por outro, bem mais enfático, reprovou a influência de Renan como fonte de seu ideário – se bem que reconheceu a apropriação crítica do autor uruguaio em relação às ideias do francês – e destacou que Rodó exaltou a liberdade e a fraternidade, mas “à igualdade, opôs sua *lealdade de sábio (clerc)* – como teria dito Julien Benda”. Para o diretor de *Acción*, Rodó “teve sempre uma fria atitude intelectual aristocrática

⁴⁶ La marea sube. *Acción*, Montevideo, ano V, n. 139, 30 de set. 1936, p. 1.

⁴⁷ De maneira bastante sintética, Rodó adaptou os personagens da peça *A Tempestade* (1613), de William Shakespeare, para tramar a contraposição de seus personagens principais, *Calibán* (representando os Estados Unidos) e *Ariel* (América Latina), em face de *Próspero* (Europa). O primeiro se caracterizava pelo utilitarismo interessado, vulgarização da cultura, individualismo medíocre e pela democracia baseada no número. Para Rodó, essas características anulavam qualquer noção de qualidade em Calibã. Assim, representava a preocupação absoluta com o triunfo material, a despeito de qualquer densidade histórica. *Ariel*, em contrapartida, representava a tradição humanista latino-americana, herdeira, para o autor uruguaio, da cultura greco-latina e da tradição cristã, com seu idealismo e espiritualismo que convergiam para a ação não utilitarista dos latino-americanos.

a respeito das multidões, e proclamou frente ao movimento de ascensão das massas o princípio da hierarquia, como condição necessária de todo progresso”. Quijano classificou o autor de *Ariel* como um democrata liberal heterodoxo, que não deveria servir de inspiração para os grupos de oposição à ditadura terrista, porque “contemplou a vida como um espetáculo, não a viveu como um drama”.⁴⁸

Quijano não se inspirou no modelo de intelectual proposto por Julien Benda,⁴⁹ de uma luta desinteressada pela verdade, justiça e razão, pois entrevia os limites para se especificar esses princípios de forma abstrata. Pode-se afirmar que, portanto, diante do espelho de Benda, os intelectuais uruguaios e latino-americanos preconizados por Quijano, e outros redatores de *Acción*, projetar-se-iam com imagens bastante distorcidas e irreconhecíveis. A revisão do Rodó de *Ariel* buscava, além de relativizar o seu lugar como *maestro* e de apontar os limites práticos daquela mensagem, vicejar um lugar de destaque para os representantes de uma nova geração, que propunham a reconstrução de um mundo que se desmanchava a passos largos. O discurso de Rodó andava na contramão das necessidades da hora. Era preciso agir, rebelar-se não somente contra a ditadura, mas também contra aquela democracia rotineira, institucional e partidocrática dos inícios do século XX. Era preciso, em primeiro lugar, derrotar os grupos golpistas para, em seguida, construir outra democracia.⁵⁰

O último número de *Acción* saiu em 17 de março de 1939, para dar lugar a *Marcha* a partir de 23 de junho, que não circulou com 32 páginas, como queriam seus redatores, e que atrasou em um dia a sua distribuição pelas bancas, devido a problemas técnicos, como se desculparam seus redatores.⁵¹

2.2 Anti-imperialismo, latino-americanismo e pan-americanismo

O discurso anti-imperialista de *Acción* foi animado em grande parte por Quijano, que recebeu uma carta de apoio de Henri Barbusse, ao mencionar que o argentino Manuel Ugarte havia indicado *Acción* como uma tribuna de luta contra o imperialismo. Barbusse solicitou o apoio de Quijano para expandir o movimento na América do Sul, após a realização de um

⁴⁸ QUIJANO, Carlos. Rodó y la Democracia. *Acción*, Montevideo, ano IV, n. 115, 08 de mai. de 1935, p. 3.

⁴⁹ BENDA, Julien. *A traição dos intelectuais* [1927]. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

⁵⁰ É preciso sublinhar que *Ariel* e o arielismo passaram por incontáveis revisões que precisam ser sempre contextualizadas. Quijano escreveu muitos textos sobre Rodó, em que declarou sua admiração intelectual pelo escritor, mas desde um artigo publicado pelo diário *El País*, em 26 de setembro de 1927, adotou uma postura crítica às insuficiências práticas de seus pressupostos. Cf. QUIJANO, Carlos. Cartas a un lector [Rodó: una lectura de *Ariel*]. In: *Cultura, personalidades y mensajes*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1992, p. 168.

⁵¹ *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 1, 23 de jun. 1939, p. 5.

“congresso mundial contra a guerra imperialista”, na cidade de Amsterdã, em agosto de 1932, que teve o incentivo do próprio Barbusse e de Romain Rolland. A carta manifesto do escritor francês ganhou destaque em *Acción*, o que reforçou a autoridade de seu discurso anti-imperialista.⁵²

Foram publicados muitos artigos sobre a Guerra do Chaco, entre o Paraguai e a Bolívia, interpretada com lentes anti-imperialistas, e sobre as Conferências Pan-Americanas, por meio dos quais foram denunciados os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos, além de uma suposta “bancarota da civilização ianque”. Além disso, o imperialismo não era visto somente como uma ação norte-americana ou europeia.⁵³ Os redatores de *Acción* não deixaram de mencionar que tanto a Argentina quanto o Brasil haviam sido corresponsáveis pela destruição do Paraguai no século XIX, e que havia uma sinergia de interesses entre os argentinos e os ingleses pelo petróleo chaquenho.⁵⁴

O discurso anti-imperialista de *Acción*, ainda que não se restringisse a falar em termos de hispano-americanismo ou a delimitar regiões dentro da América Latina, ganhava o apoio de intelectuais de outras latitudes. Mas ao propor uma luta conjunta contra as ações imperialistas, *Acción* deixou de perceber as peculiaridades nacionais ou de diferentes regiões da América Latina? Além disso, Quijano em particular e *Acción* no geral conseguiram fugir de algumas visões pejorativas sobre os países latino-americanos?

Nem sempre, pois em um artigo cujo título evocava a “lição de Cuba”, após o fim da ditadura de Gerardo Machado, Quijano reforçou que o “verdadeiro drama” de José Martí continuava vigente: “Revoluções e golpes de Estado, anarquia e ditadura, sonhos generosos de independência nacional e vassalagem acentuada frente à economia ianque. Nem paz, nem liberdade dentro. Nem dignidade, nem independência no exterior”. Para Quijano, mesmo que o presidente norte-americano Roosevelt, ao lado de outras correntes políticas do país, não quisessem mais manter o espectro do intervencionismo, a ilha caribenha tinha poucas chances de construir uma democracia real porque Cuba era um país de “lutas raciais, de analfabetismo dominante, carente de toda cultura política, sem sentido de medida, valores ou hierarquias disciplinares, corrompida pelo clima, com organização econômica que possuía resquícios da escravidão e trinta anos de política venal”. Por que então Cuba seria “uma lição”, se, como

⁵² Contra la guerra. Un manifiesto de Barbusse [Carta enviada a C. Quijano]. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 34, 31 de dez. 1932, p. 3.

⁵³ La bancarrota de la civilización yanqui. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 35, 07 de jan. 1933, p. 7. Sobre as primeiras Conferências Pan-Americanas, consultar: DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. 134 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2008.

⁵⁴ A propósito del conflicto del Chaco. *Acción*, Montevideo, ano IV, n. 111, 19 de mar. 1935, p. 4-5.

afirmou Quijano, o Uruguai possuía características distintas, por estar mais distante da ingerência norte-americana, por ter outras características econômicas e políticas, por ter vivido mais tempo com “governo próprio” – aspas no original – e por não ter “os mesmos problemas raciais”⁵⁵

Porque o exemplo de Cuba mostrava que não se podia sobre-estimar o esforço pessoal, além de mostrar que as ditaduras não duravam para sempre e que muitas vezes o contexto internacional poderia favorecer ou desfavorecer o desenrolar dos acontecimentos, pois havia uma conexão entre o papel dos indivíduos e as estruturas sociais, econômicas e políticas. Logo, somente a ação em conjunto, a concentração de esforços pessoais poderia traçar novos rumos para a construção das democracias nas Américas. Democracias no plural, pois as tarefas e métodos de cada país eram distintos. Não era prudente importar estratégias. Era preciso ter criatividade, ancorada sempre no desejo e na ação, para se chegar aos objetivos.⁵⁶

O discurso anti-imperialista e antifascista de *Acción* não chegou de forma muito evidente às poucas páginas de crítica literária e cultural do semanário. Além disso, o Brasil recebeu alguma atenção por parte dos seus redatores, que já difundiam o latino-americanismo contra o pan-americanismo.

Como assinalou Pablo Rocca, os uruguaios de *Acción* e das revistas literárias uruguaias ainda não dedicavam tanto espaço para a produção cultural latino-americana, à exceção da publicação de alguns poemas de Pablo Neruda⁵⁷ – ou de trechos de Graciliano Ramos.⁵⁸ A despeito disso, a preocupação em interpretar os vizinhos próximos ou distantes, em escala nacional ou internacional, mobilizou os redatores de *Acción* e *Marcha* desde os seus começos. Os olhares sobre o Brasil, no contexto latino-americano, se multiplicaram, inicialmente em muitas comparações realizadas entre o governo de Getúlio Vargas – antes mesmo do Estado Novo (1937-1945) –, o de Gabriel Terra e o de Agustín Justo na Argentina.

Para *Acción*, eram todos ditadores que emanavam de posições autoritárias em voga em praticamente o mundo todo, defensores das grandes empresas, contrários às aspirações dos trabalhadores. No seu entender, tanto o governo Vargas quanto o governo Terra haviam aprovado constituições sem a participação popular e, portanto, eram “piratas da democracia”. Ao final, a conclusão era que, em resposta ao abraço que Terra daria em Vargas em sua

⁵⁵ La lección de Cuba. *Acción*, Montevideo, ano II, n. 69, 18 de jan. 1934, p. 1.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 8.

⁵⁷ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*. Montevideo: IMM-División Cultura, 1992, p. 16.

⁵⁸ Cf. RAMOS, Graciliano. *Angústia* (fragmento). *Marcha*, ano VI, n. 241, 14 de jul. 1944, p. 14-15; Idem. La prisión de J. Carmo Gómez. *Marcha*, ano VI, n. 247, 25 de ago. 1944, p. 14-15 e *Marcha*, ano VI, n. 248, 01º de set. 1944, p. 14-15.

iminente visita ao Rio de Janeiro, os povos do Uruguai e do Brasil contrários às ditaduras, se uniriam na luta, mediante uma “livre federação de forças, triunfadora das tiranias políticas, das submissões econômicas e das injustiças sociais”.⁵⁹

De 1934 a 1939, em *Acción*, e a partir de 1939, em *Marcha*, foram publicados inúmeros artigos sobre o Brasil, que no cenário latino-americano somente não recebeu mais atenção do que a Argentina e o próprio Uruguai. Desde textos escritos pelos redatores e colaboradores até entrevistas com perseguidos políticos, manifestos contra o governo Vargas e imagens que buscavam retratá-lo como a contracara do porvir.

Somente para citar três exemplos, em janeiro de 1936, *Acción* publicou *La situación del Brasil*, em que se pintou um quadro extenso e rico em demonstrar a disparidades regionais brasileiras, em suas formações geográficas, políticas, econômicas e socioetnográficas, realçando o conflito e a violência em sua formação, devido aos “castigos corporais”, “torturas”, “violação de jovens e crianças”, “miséria física e moral indescritível e um analfabetismo absoluto”. Segundo o texto, sem autor identificado, as fontes de informações vinham de um dos atores da recente “Revolução do Norte” – “Intentona Comunista” – que se encontrava exilado no Uruguai. Para o(s) autor(es), a situação do Brasil era muito pior do que a do campo uruguaio, aonde a “separação de classes chega ao máximo de tensão”. O texto concluiu com uma manifestação de apoio à Aliança Nacional Libertadora (ANL) – que foi reafirmada em diversos momentos,⁶⁰ ao realçar seu ideário de luta anti-imperialista, suas reivindicações de criação de uma legislação que amparasse os trabalhadores e a luta para uma transformação mais profunda do Brasil.⁶¹

⁵⁹ Getulio y Gabriel. *Acción*, Montevideo, ano III, n. 87, 05 de jul. 1934, p. 2. Terra visitou o Brasil em agosto de 1934. Vargas retribuiu a visita em junho do ano seguinte. Durante a visita ocorreu um atentado a Terra, que saiu ileso, no Hipódromo de Maroñas, em Montevideo. Cf. JACOB, Raúl. *El Uruguay de Terra, 1931-1938*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983, p. 73.

⁶⁰ Cf. La crisis político-social del Brasil. La verdad verdadera sobre la revolución que se gesta. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 155, 24 de mai. 1937, p. 4-5; Getulio Vargas es un peligro para la libertad de Brasil y de América. Las promesas demagógicas de 1930. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 163, 30 de out. 1937, p. 2-3; El golpe fascista en el Brasil. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 164, 20 de nov. 1937, p. 1-2. Ver também os textos que denunciaram a formação e os desdobramentos do *Estado Novo*: *Ibidem*, p. 1-2; Frontera cerrada. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 166, 20 de jan. 1938, p. 8; MARTINS, Domingo José. La dictadura de Vargas y la Alianza Nacional Libertadora. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 4, 14 de jul. 1939, p. 10; La dictadura de Vargas. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 10, 25 de ago. 1939, p. 10; G. Vargas el simulador. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 17, 13 de out. 1939, p. 11; ¿Está el Brasil en vísperas de revolución? *Marcha*, Montevideo, ano II, n. 30, 12 de jan. 1940, p. 7; La tragedia del pueblo brasileño. *Marcha*, Montevideo, ano II, n. 50, 07 de jun. 1940, p. 4 e 7; El Brasil y la defensa continental. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 51, 14 de jun. 1940, p. 6; Los tenientes en la política brasileña. *Marcha*, Montevideo, ano IV, n. 143, 26 de jun. 1942, p. 15; entre tantos outros até 1945.

⁶¹ La situación del Brasil. *Acción*, Montevideo, ano V, n. 124, 13 de jan. 1936, p. 4 e 7. Mas a visão estampada nem sempre era negativa. Segundo Waldo Frank – que se tornou um colaborador importante de *Marcha* –, o povo brasileiro estava engendrando com originalidade e criatividade os primeiros passos de um porvir de esperanças. Assim, era preciso ajudá-lo em sua luta contra as “oligarquias” e contra a repressão governamental. Cf. El pueblo brasileño. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 157, 22 de jun. 1937, p. 2.

Em janeiro de 1941, *Marcha* publicou um manifesto de Roberto Sisson, secretário geral da ANL, que fora escrito para ser publicado em diversos periódicos das Américas, que conclamava o apoio das “forças democráticas latino-americanas” para estabelecer a democracia no Brasil. Segundo Sisson, o Brasil era imprescindível “para a segurança democrática do continente americano”. Suas palavras de conclusão eram: “Viva a solidariedade americana! Viva a paz, a neutralidade e a democracia americana! Viva a industrialização latino-americana! Viva o general Luis Carlos Prestes!”⁶²

No final daquele mesmo mês, foi publicada uma minibiografia elogiosa de Prestes por três exilados brasileiros que viviam no Uruguai: o escritor Ivan Pedro de Martins e os tenentes aviadores José G. da Cunha e Carlos Brunswick França. O pedido reforçava os anteriores: “Salvem a Prestes!”⁶³

O Brasil recebeu amplo destaque em *Marcha*, a partir de 1939, com manchetes de primeira página, reportagens analíticas e imagens que buscavam desvendar os enigmas de um país tão próximo, mas ao mesmo tempo tão distante, que nos mapas de geografia aparecia como um gigante sobre o pequeno Uruguai:



Figuras 6 e 7: Denúncia das torturas a Luis Carlos Prestes, exemplar n. 201, de 17/09/1943

⁶² Del Cde. Roberto Sisson. La Alianza Nacional Libertadora. *Marcha*, Montevideo, ano III, n. 80, 10 de jan. 1941, p. 4.

⁶³ Luis Carlos Prestes. *Marcha*, Montevideo, ano III, n. 81, 24 de jan. 1941, p. 6.



Figuras 8 e 9: Capas dos exemplares n. 211 e 213, de 26/11/1943 e 10/12/1943.

Cabe ressaltar que *Marcha* habitualmente utilizava uma mesma foto de Getúlio Vargas e seus ministros para simbolizar o autoritarismo e alertar sobre os riscos de seguir a política pan-americana, aos olhos do semanário, encabeçada na América do Sul, pelo Brasil:



Figuras 10 e 11: Capas dos exemplares n. 167 e 230, de 18/12/1942 e 28/04/1944.



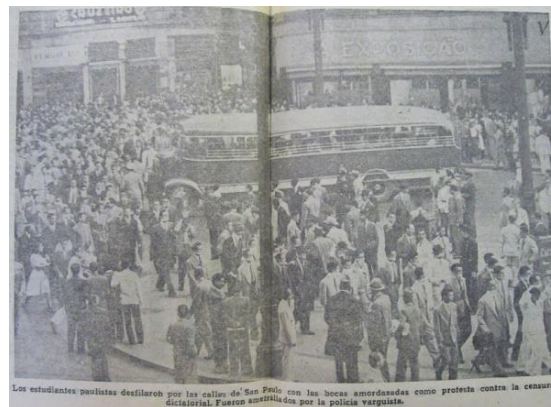
Figuras 12 e 13: Capas dos exemplares n. 251 e 274, de 22/09/1944 e 16/03/1945.



Figura 14: Páginas centrais do exemplar n. 256 de 27/10/1944. Sobre a América Central.



Figura 15: Balanço sobre a política interna e externa na América Latina publicada nas páginas centrais do n. 314, de 28/12/1945.



Figuras 16 e 17: Partes da reportagem publicada nas páginas centrais sobre a luta contra o Estado Novo, com destaque para Luis Carlos Prestes e estudantes nas ruas de São Paulo, n. 272, de 02/03/1945.

Em suma, existia algum país latino-americano que era visto como um exemplo nos anos 30 e inícios dos 40? Assim como em *Ercilla*, o México era visto, com algumas reservas, como o país que poderia trazer inspirações em áreas como a reforma agrária, defesa das reservas petrolíferas e estímulo estatal à educação e às artes, respeitadas as especificidades e as necessidades de cada país.

Não podemos nos esquecer de que Quijano havia discursado a favor do México, quando vivia em Paris, em 1925. Naquela ocasião, Quijano aprovou os caminhos revolucionários e seus desdobramentos, particularmente no que tocava ao projeto de reforma agrária e os investimentos em educação. Além disso, para o jovem intelectual, o México havia

se transformado no principal bastião da luta anti-imperialista diante dos Estados Unidos. Posteriormente ao discurso, Quijano foi convidado a visitar o México durante quinze dias, ao lado do argentino José Ingenieros, e publicou vários artigos em *El País*, do Uruguai, entre 28 de fevereiro e 20 de abril de 1926, sobre o que viu em sua estadia.⁶⁴

Também foram publicados artigos que evidenciavam tanto o apoio à formação da Frente Popular no Chile quanto à luta aprista no Peru. Ao lado dos desdobramentos pós-revolucionários mexicanos, da luta dos nacionalistas porto-riquenhos, da Aliança Nacional Libertadora no Brasil, e da *Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina* (FORJA), a Frente Popular chilena e o aprismo peruano eram vistos como os movimentos que lutavam contra o imperialismo, as oligarquias e os fascismos, e pela “reconstrução” dos países latino-americanos. Vale ressaltar que Luis Alberto Sánchez publicou, no primeiro número de *Marcha*, um breve artigo sobre as vicissitudes da política no Peru e sobre o lugar de destaque do APRA na luta pela real transformação do país.⁶⁵

Do mesmo modo, os redatores recomendavam as revistas que os leitores deveriam procurar e consultar, pois apresentavam textos anti-imperialistas e “genuinamente” latino-americanos. Entre outras, elencaram *Repertorio Americano* (Costa Rica), *Crisol* e *Nuevo Continente* (México), *Claridad*, *Correspondencia Indoamericana* e *Itinerario de América* (Argentina). *Ercilla* não foi mencionada.

Marcha passou por alguns contratempos, mas gradativamente consolidou-se e tornou-se um dos principais pontos de encontro das novas gerações que se forjaram a partir das décadas de 30 e 40. Ainda que seja difícil estimar as tiragens de *Marcha* em seus primeiros anos, de acordo com os próprios redatores, foram publicados 20.000 exemplares em seu número inicial.⁶⁶ Além disso, no final de 1939, os redatores começaram outra campanha para conseguir mais 5.000 assinantes. Tinham até aquele momento 5.000? Segundo as memórias do ex-crítico de cinema e por vezes diretor de *Marcha*, Hugo Alfaro, o número de exemplares alcançava a cifra de 30.000 no início dos anos 70.⁶⁷

⁶⁴ Cabe ressaltar que Quijano preferiu denominar a reforma agrária de “evolução agrária”, a partir do exemplar de 10 de abril de 1926, pois até aquele momento não conseguia visualizar um projeto bem arquitetado para a sua definitiva solução. Cf. QUIJANO, Carlos. La reforma agraria en Méjico. Un ensayo de transformación social. *El País*, Montevideo, 28 de fev. 1926, p. 3.

⁶⁵ SÁNCHEZ, Luis Alberto. El panorama político peruano. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 1, 23 de jun. 1939, p. 12.

⁶⁶ “Marcha” en la calle. Hemos satisfecho el deseo popular. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 2, 30 de jun. 1939, p. 14.

⁶⁷ ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el Semanario Marcha*. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1984, p. 63. Segundo Quijano, *Acción* possuía inicialmente uma tiragem de 3.000 exemplares por semana. Cf. QUIJANO, Carlos. Balance de *Acción*. *Acción*, Montevideo, ano I, n. 25, 19 de set. 1932, p. 10.

CAPÍTULO 3

PROJETOS EDITORIAIS: livros para educar, livros para entreter, livros para enfeitar

(...) se há podido realizar el sueño que era trasladar a Chile el meridiano editorial del Continente, centralizando aquí, en esta casa, las primeras ediciones de los mejores libros de los mejores escritores de Chile, Argentina, Perú, México, Uruguay, Ecuador, etc (...)

Laureano Rodrigo, *Nuestra empresa y el apoyo del público*, 1936

Para esta obra de docencia pública en que nos vamos a empeñar, es que solicitamos su concurso, sin prometer por nuestra parte, desde el punto de vista material, resultados inmediatos brillantes, (...)

Carlos Quijano, *La editorial en marcha*, 1938

As palavras de Laureano Rodrigo e Carlos Quijano representam a porta de entrada para o terceiro capítulo, que se centra sobre as atividades editoriais de *Ercilla* e de *Marcha*, para além dos semanários. Conforme se pode inferir da expressão de Rodrigo, havia um desejo crescente em transformar o Chile em um vigoroso polo de produção e difusão livresca para todo o universo de países de língua espanhola. Os anseios do editor argentino, radicado no Chile, tangenciaram a proposta inicial de Quijano, Ardao e Castro no Uruguai, que buscaram cobrir variadas esferas dos círculos letrados, em seu afã de exercer um papel de guia na seleção de leituras e nos debates públicos.

Os projetos editoriais de *Ercilla* e *Marcha* foram pensados como uma forma de tentar captar os leitores por meio de impressos variados. *Ercilla* articulou as páginas de sua revista semanal à edição de seus aproximadamente 1.400 títulos diferentes de livros, divididos em diferentes coleções. Além disso, possuía outras revistas que visavam públicos mais segmentados, como *Hoy*, *Chascón* e *Pulgarcito* – esta última dirigida para o público infantil. Além disso, publicou um suplemento de livros e revistas, que podia ser adquirido por cinco centavos nas bancas, ou gratuitamente com a aquisição da revista *Ercilla*. *Marcha* passou a ser publicada, após a fundação da Editora *Acción*, em 1938, como uma sociedade anônima, que explicitou seus anseios em se dedicar “à impressão por conta própria ou alheia, de livros, periódicos e revistas”.¹

Antes de prosseguir, contudo, é necessário apresentar algumas questões que precisam ser esclarecidas ao longo do capítulo. De um lado, há dúvidas em como se fazer uma história dos livros e demais impressos publicados por *Ercilla* e *Marcha*. Quais são os principais

¹ La editorial en marcha. *Acción*, Montevideo, ano V, n. 180, 09 de dez. 1938, p. 2.

desafios? De outro, cabe perguntar quais podem ser os logros em articular o estudo a respeito dos semanários e dos livros. Por que analisá-los em conjunto?

Ainda que as respostas não sejam óbvias e livres de hesitações, defendo a hipótese de que os editores de *Ercilla* e *Marcha* estavam preocupados em expandir suas atividades editoriais, por meio de impressos que respondessem a temporalidades diferentes, como forma de poderem, por um lado, exercer seus papéis, autodeclarados, de docência pública, e, por outro, viabilizar financeiramente seus empreendimentos. Se os objetivos foram alcançados de forma satisfatória ou ficaram aquém das expectativas de seus formuladores, podemos entrever das páginas dedicadas ao tema, mas não há dúvidas de que tentaram abiscoitar e cultivar um público leitor amplo e cativo.

Para tanto, não deixaram de pensar sobre o lugar da leitura na formação das sociedades em que estavam inseridos, ao enfatizar as benesses culturais e políticas do mundo letrado. Construíram discursos a respeito da leitura dos semanários e dos livros, assim como tentaram conjugar seus hábitos por meio de estratégias editoriais bem articuladas.

Em relação aos desafios de se escrever sobre as práticas editoriais de *Ercilla* e *Marcha*, faz-se necessário traçar um pequeno esboço sobre caminhos possíveis a ser percorridos, que não obstante terem se consolidado na historiografia a partir das décadas de 1970 e 1980, já faziam parte das inquietações de alguns pesquisadores, desde a primeira metade do século XX.

Parte significativa desses primeiros trabalhos colocou a questão mais específica sobre o que, como e por quem se publicava, como o texto do chileno Oscar Trellez, que enfocou os problemas editoriais enfrentados por *Zig-Zag* no contexto da Segunda Guerra Mundial.² No Uruguai, tanto Alberto Zum Felde, nos anos 1930, quanto Emir Rodríguez Monegal, nas décadas de 40 e 50, dedicaram algumas páginas sobre o mercado editorial do país platino, mas não chegaram a elaborar um estudo sistemático sobre a história dos livros.³

Com a publicação da obra inaugural de Henri-Jean Martin e Lucien Febvre,⁴ no final dos anos 50, a história dos livros começou a ganhar corpo na França e, em uma interpretação associada às quantificações e séries anuais, passou a cultivar o terreno para a elaboração de novas questões para os historiadores, como destacou Roger Chartier.⁵

² TRELLEZ, Oscar. *La industria editorial en Chile*. Santiago: Imprenta Relámpago, 1944.

³ ZUM FELDE, Alberto. *Proceso intelectual del Uruguay. III – La promoción del Centenario*. 3ª ed. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1967 [1ª edição de 1930]; RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. El escritor y el problema editorial en nuestro país. *Marcha*, Montevideo, ano XIV, n. 659, 13 de fev. 1953, p. 14.

⁴ FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Ed. UNESP/ Hucitec, 1992 [1ª edição de 1958].

⁵ CHARTIER, Roger. *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Madri: Alianza Editorial, 1993, p. 14-15.

A partir de então, os caminhos passaram a se bifurcar progressivamente de forma a criar uma complexa rede de trânsito entre os pesquisadores da história dos livros, da leitura e dos leitores. Não é incomum certa confusão ao dar a partida inicial e estar tranquilo em ter escolhido o melhor trajeto. Assim, é importante perceber que o fluxo nem sempre segue em uma mesma direção e que há possibilidades de fazer novas conexões ao longo da travessia, e que muitas vezes os caminhos se comunicam.

Robert Darnton trouxe ferramentas essenciais para se pensar o circuito dos livros comercializados durante o século XVIII. Mostrou que é necessário atentar, de um lado, para os personagens que o compõem: autor; editor; tipógrafos (compositores, impressores e armazenadores); fornecedores (de papel, tinta, caracteres e mão de obra); transportadores (agentes, contrabandistas, donos de entreposto, carroceiros etc.); livreiros (atacadistas, varejistas, mascates, encadernadores etc.); e leitores (compradores, comodatários, clubes e bibliotecas). De outro, argumentou que é imprescindível ter em vista a conjuntura social e econômica, as influências intelectuais e a publicidade, bem como as sanções políticas e legais.⁶

É possível reproduzir esse circuito modelar para o Chile e o Uruguai do século XX? Mesmo que a diferença espacial e temporal de quase dois séculos exijam adaptações, é importante tê-lo em mente para se pensar o mundo das edições e da circulação dos livros nos dois países sul-americanos, como foi realizado por Bernardo Subercaseaux.⁷

Em quais partes vou me deter neste capítulo? Há poucas fontes para tratar das relações entre autor e editor. Em segundo lugar, não tive acesso aos pareceres para abordar o papel dos editores. Somente posso retomar algumas considerações de Sánchez em suas memórias. Terceiro, quase não há pistas sobre a quantidade de edições e reedições. Poucas, que podem ser encontradas nos anúncios publicados particularmente nas páginas de *Ercilla*. Para tornar a situação mais problemática ainda, não encontrei fontes que tratam do papel dos distribuidores, sobre quais livros iam para cada país ou sobre como chegavam aos destinatários, menos ainda sobre os vendedores. Finalmente, não foi possível conhecer os leitores e suas leituras. O que fazer então? Desistir?

Infelizmente, o trabalho será baseado somente no cotejamento entre os catálogos, as escolhas de seleção de coleções, a forma como os livros apareciam nos anúncios do semanário

⁶ DARNTON, Robert. O que é a história dos livros? In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109-131; *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 199.

⁷ SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile (cuerpo y alma)*. Santiago: LOM, 1993; *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM, 2010.

e as memórias de Sánchez, para o caso de *Ercilla*. É possível fazer uma história dos livros com tão poucas fontes? Como um todo não, mas é possível entrever orientações, perceber o papel do editor, tratar de suas linhas gerais. É possível sobretudo interpretar o que se esperava do livro. Do mesmo modo, é possível chegar a algumas hipóteses sobre o mercado editorial chileno e colocar em perspectiva o mundo das edições em língua castelhana. Finalmente, é possível captar as principais inquietações dos mediadores culturais que incursionaram na empreitada editorial.⁸

Outro problema se relaciona com a insatisfação de alguns autores com os frutos gerados, por concepções orientadas, com maior ênfase, sobre as esferas de sua produção e circulação.⁹ O problema mais vasto da história da leitura foi delineado quando se passou a argumentar que era preciso aprofundar nas análises, deslocar o foco sobre o que se publicava, como e por quem, para o leitor e a leitura.

Durante os anos 70 e 80, alguns autores levaram a sério essas dificuldades e buscaram propor alternativas interpretativas dentro e fora da historiografia. Algumas rotas mais transitadas foram pavimentadas em franco debate com as hipóteses da estética da recepção, elaboradas por, entre outros, Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser, Umberto Eco e Jacques Leenhardt,¹⁰ que frisavam a perspectiva dos leitores e as limitações em se aproximar das leituras efetivamente realizadas e das formas como eram apropriadas, como bem enfatizaram Michel de Certeau e Roger Chartier.¹¹ Além disso, foram importantes para matizar as visões que enrijeciam as conexões entre as chamadas “cultura popular” e “cultura erudita”, ao

⁸ Outras perguntas também de difíceis respostas devem orientar um trabalho mais completo sobre as atividades editoriais de *Ercilla*. São elas: a simples reedição significa que foi bem recebido, que foram lidos e que houve difusão das ideias? As reedições respondiam a qual mercado: o nacional ou o internacional? Quem encomendou os livros? Onde foram lidos? Dentro do circuito modelo, como analisar o lugar dos autores e suas relações com os outros elos da cadeia, particularmente sua relação com o editor? Os autores chilenos publicados por *Ercilla* eram profissionais? Viviam de sua obra? Por que publicaram por *Ercilla*? Sánchez teve um papel primordial na seleção das obras? Qual era a autonomia para escolher o que publicar? Seria necessário buscar as fontes de Sánchez, como os pareceres ou as discussões com Laureano Rodrigo e Ismael Edwards Matte. Há arquivos disponíveis? Infelizmente não tive acesso a essas informações por limitações de tempo de pesquisa. Como se calculavam os custos e se organizava a impressão? Como imprimia *Ercilla*? Tinha oficina gráfica própria? Sim. Ao possuir outras revistas, como organizava a produção dos impressos? Qual era a jornada diária de trabalho dos empregados? *Ercilla* enviava os livros por navio, trem e avião? Eles circulavam no Peru? Como entravam no país em que os apistas eram perseguidos? Quem os vendia? Como? Há muito mais perguntas do que respostas a propósito das atividades da editora *Ercilla*.

⁹ DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1994, p. 199-236.

¹⁰ Ver COSTA LIMA, Luiz (Org.). *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; ECO, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 1986; SARLO, Beatriz. Los lectores: una vez más ese enigma. In: *El imperio de los sentimientos. Narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004, p. 31-75.

¹¹ DE CERTEAU, Michel. Ler: uma operação de caça. In: *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 259-273; CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 77-105.

mostrar que mais equilibrado do que partir de concepções previamente estabelecidas, consistia em entrever certa circularidade cultural no universo da leitura.¹²

Com isso, os maiores problemas vieram à tona, pois, de acordo com André Belo, “não existe nenhuma solução para o problema da escassez de testemunhos diretos das práticas de leitura. A partir do momento em que se considerou insuficiente saber ‘quem’ lia ‘o que’ e que o interesse se deslocou para compreender ‘como’ se lia, estava criada a dificuldade”.¹³

Belo partilhou com Chartier a hipótese de que uma das possibilidades em driblar esse desafio repousava sobre a tentativa de apreender os sentidos veiculados pelos textos, os seus direcionamentos de recepção, realizados inicialmente pelos autores, mas transformados pelos editores. Ou seja, os efeitos persuasivos e as ordens dos textos, isto é, necessitaríamos buscar o “leitor ideal”, leitor implícito ou “leitor modelo”, para o qual o texto foi pensado.¹⁴

Não obstante, é bom lembrar uma vez mais, agora com Jean-Marie Goulemot,¹⁵ que a “autoridade” ou, em outras palavras, o lugar de onde vem o discurso prepara – mas não agrilhoa – a sua recepção e apropriação, isto é, traz consigo um sentido implícito, uma direção, que por outro lado vem preencher os horizontes do leitor, que não raras vezes se assegurará de pisar em territórios mapeados, ainda que também se descobrirá em um mundo repleto de lacunas, brechas e ambiguidades, com o qual terá que lidar para solucionar a trama.

Uma operação que pode se mostrar fértil consiste em trabalhar com as representações da leitura, sobre os discursos que elaboram os seus significados e que prescrevem tanto o que ler como os modos em que a leitura deve ser realizada. Em outras palavras, aos papéis atribuídos às diversas formas de leitura na formação das crianças, jovens e adultos, bem como dos usos da leitura. Enfim, das práticas sociais de leitura.

Para os casos específicos de *Ercilla e Marcha* ou da editora *Acción*, as limitações de fontes e de tempo de pesquisa nos arquivos chilenos e uruguaios impõem alguns obstáculos para a elaboração do presente trabalho. Em primeiro lugar, pela falta de testemunhos sobre a expectativa dos leitores a respeito das obras publicadas por ambas as editoras. Em segundo lugar, porque não tenho como focar aqui a forma como a leitura era ensinada no Chile e no Uruguai, o que demanda esforços bibliográficos e de pesquisa além dos limites traçados. Em terceiro lugar, pela escassez de registros sobre as leituras efetivadas no período, como cartas

¹² Cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1ª edição de 1976].

¹³ BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 54.

¹⁴ CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 231-253.

¹⁵ GOULEMOT, Jean-Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 107-116.

enviadas às redações das editoras, ou entre os leitores e os escritores. Finalmente, por não haver tempo para analisar de forma mais sistemática as características tipográficas, bem como fazer a comparação entre diferentes edições, ou mesmo entre o texto do autor com as transformações realizadas pelo editor antes da publicação dos livros.

A despeito disso, tento concretizar algumas operações iniciais, que estão mais próximas de uma história do livro propriamente dita, mas que se entrecruzam com uma história da representação da leitura e dos leitores, tanto em relação aos impressos no formato de livros, neste capítulo, quanto aos semanários no próximo.

Como não há trabalhos monográficos sobre as atividades editoriais de *Ercilla*, penso que o primeiro passo consiste em fazer uma breve análise dos catálogos, mais especificamente das expectativas dos editores, divulgadas nos catálogos e nas páginas do semanário em relação às coleções e às bibliotecas, que tentavam preparar a recepção por parte dos leitores. Para o caso de *Marcha/Acción*, a análise enfoca os avisos dos livros e dos *Cuadernos de Acción* estampados nas páginas dos semanários, pois suas atividades livrescas somente se ampliaram no final da década de 1960, com a fundação de *Cuadernos de Marcha* e da *Biblioteca de Marcha*. De qualquer forma, pode-se afirmar que as estratégias de divulgação, em ambos os casos, se entrelaçaram com concepções sobre o lugar da leitura na formação psicológica, sociocultural e política dos seres humanos.

Cabe ressaltar que as atividades da editora *Ercilla*, de 1932 até finais dos anos 50, foram muito mais vastas do que as da editora *Acción*. Assim, o presente capítulo dedica um espaço muito amplo para o tratamento do empreendimento chileno. A comparação, nesse sentido, somente se completa após a leitura do sexto capítulo da tese, quando trato com maiores detalhes das atividades editoriais do grupo nucleado por *Marcha*. As trajetórias dos dois empreendimentos se construíram de forma oposta. Com o passar do tempo, *Ercilla* perdeu espaço no universo editorial chileno e hispano-americano, ao passo que *Marcha* conseguiu obter certo destaque no Uruguai de finais dos anos 60 e começos dos anos 70.

Para concluir esta introdução, o principal objetivo em abordar os livros publicados por *Ercilla* e *Marcha* consiste, portanto, em interpretar qualitativamente a articulação dos projetos das editoras com os seus respectivos semanários, os autores e temas privilegiados, além de lançar algumas luzes sobre as vicissitudes enfrentadas para a circulação dentro e fora das fronteiras nacionais. Procuro focar os papéis desempenhados pelos produtores e mediadores dos livros, ao tratar de uma história dos livros articulada aos seus círculos intelectuais.

O maior desafio consiste em trabalhar em conjunto a edição dos livros e dos semanários, devido às suas diferentes temporalidades e ao fato de não haver uma

correspondência necessária entre os atores que estavam por trás dos dois tipos de impressos, particularmente no caso de *Ercilla*. Além disso, a imensa produção da editora chilena apresentou inúmeros obstáculos. Além disso, foi difícil comparar suas atividades com *Acción/Marcha*, uma vez que o auge de suas publicações não foi sincrônico. Por que, enfim, tratar das atividades livrescas dos dois empreendimentos editoriais, em um mesmo trabalho que se propõe a abarcar o universo das revistas? Há aqui mais de um objeto de pesquisa? Sim, mas que teceram inúmeros laços e foram pensados em conjunto. Os editores conjugaram a publicação dos semanários aos livros. A análise dos semanários em questão permite observar que suas inquietações não eram muito diferentes e se relacionavam às alternativas para se posicionar nos concorridos mercados editoriais nacionais e internacionais; à seleção dos autores a publicar e ao que se lia; E, fundamentalmente, aos projetos de formação dos públicos leitores e da difusão de diferentes práticas de leitura.

Ercilla e *Marcha* negociaram, muitas vezes de forma ambígua, a clara tensão que se estruturou em suas páginas sobre os objetivos deliberados de atuar na esfera da docência pública, na formação de cidadãos e leitores, aos bem menos declarados de obter lucros com as vendas dos diferentes tipos de impressos.

3.1 Edição e circulação: livros chilenos para toda a América

Segundo Bernardo Subercaseaux e Álvaro Soffia Serrano, durante a década de 1930 ocorreu no Chile a criação de editoras modernas, a expansão de suas atividades e convergentemente a ascensão da figura do editor, isto é, da edição como prática distinta da impressão. Além disso, houve a fundação da *Cámara de Editores*, em 1938, que se fundiu à *Cámara del Libro* para se transformar na *Cámara Chilena del Libro*, em 1944.¹⁶

Em concorrência com *Zig-Zag*, *Ercilla* transformou-se em um grande empreendimento editorial, que contava com 388 funcionários em 1937.¹⁷ Com uma expansão meteórica, disputou nichos do mercado interno com outras médias e pequenas editoras, bem como se sentia bastante orgulhosa em sustentar que suas ações haviam sido admiradas, ao participar da 1ª feira do livro em Havana, em 1937. Por um lado, pela “qualidade técnica dos livros”; por

¹⁶ SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile (cuerpo y alma)*. Santiago: LOM, 1993, p. 109-140; SOFFIA SERRANO, Álvaro. Años de expansión editorial. In: *Lea el mundo cada semana. Prácticas de lectura en Chile, 1930-1945*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2003, p. 146-168.

¹⁷ *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 109, 4 de jun. 1937, p. 29.

outro, porque havia conseguido solucionar o maior problema do setor: “colocar a mercadoria literária ao alcance do poder aquisitivo da massa populacional dos países sul-americanos”.¹⁸

No ano anterior, Laureano Rodrigo convocou os leitores para se tornarem acionistas de *Ercilla*, como forma de angariar fundos para transformá-la em uma grande “instituição de cultura”, mas que também proporcionaria futuramente frutos econômicos para os acionistas:

A editora *Ercilla* transformar-se-á numa Sociedade Anônima com capital integralmente acumulado de dez milhões de pesos. Para completar este capital convidamos o público para subscrever ações, fazendo notar que nesta Empresa desfrutam de igual estima os pequenos e os grandes acionistas, **como compete a uma instituição de cultura.** [...]

O caso de dom Ismael Edwards Matte é digno de ser destacado. Desde os princípios desta empresa, ele me prestou ajuda calorosa. Graças ao seu conselho, sempre sóbrio e sábio, e ao seu decidido apoio econômico, pôde-se realizar **o sonho que era trasladar ao Chile o meridiano editorial do Continente**, centralizando aqui, nesta casa, as primeiras edições dos melhores livros dos melhores escritores do Chile, da Argentina, do Peru, do México, do Uruguai, do Equador etc. Assim como publicar algumas obras inéditas de autores espanhóis, tais como Cansinos-Assens, Ramón Gómez de la Serna, entre outros, e ter a exclusividade editorial para todo o idioma espanhol de autores franceses, alemães, norte-americanos, italianos etc.¹⁹

Rodrigo salientou que a editora estava baseada em pressupostos democráticos e tratava a todos de forma igualitária, o que estaria mais próximo da visão de uma “instituição de cultura” que buscava difundir o nome do Chile por todo o “continente”. Na tentativa de convencer os subscritores, o argumento de Rodrigo enfatizou que *Ercilla* estava empenhada em abarcar o conjunto das importantes obras nacionais e internacionais, tanto em relação a novidades quanto de textos já consagrados. Dessa forma, não havia risco em investir em uma atividade que cultivava o “bem-estar” e a “saúde” da população, ao mesmo tempo em que deixava os chilenos orgulhosos em serem vistos como um berço da melhor “cultura” produzida no Globo.

Ercilla colocou no mercado quatrocentas mil ações, no valor individual de 25 pesos. No prospecto de constituição da sociedade anônima de julho de 1936, a empresa informou que seu capital de 6.750.000,00 pesos se ascenderia a 10 milhões de pesos. Apostava na rápida expansão das atividades, que englobavam três continentes. Segundo o prospecto, *Ercilla* mantinha agentes nas Américas (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México,

¹⁸ La Editorial *Ercilla* en La Habana. *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 110, 11 de jun. 1937, p. 36.

¹⁹ RODRIGO, Laureano. Nuestra Empresa y el apoyo del público. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 71, 14 de set. 1936, p. 5. Grifos meus.

Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela); Europa (Alemanha, Espanha e França); e Oceania [sic] (Filipinas). O artigo 3º do prospecto explicitou os principais objetivos econômicos e editoriais de *Ercilla*: “explorar o negócio de imprensa [...], sem limitações; editar livros e revistas, distribuí-los e vendê-los; fabricar, distribuir e vender todos os tipos de impressos; [...] explorar o negócio de livrarias em geral [...]”. Além disso, o prospecto enfatizou a modernidade de seu parque gráfico e das possibilidades de ganhos crescentes para os acionistas.²⁰

Em suas memórias, Luis Alberto Sánchez afirmou que *Ercilla* publicava um livro por dia, em 1936, quando o catálogo geral ascendia a 800 títulos e quase 1.400 edições. Um crescimento impressionante, se pensarmos que a empresa havia sido fundada em 1932.²¹ Para o então editor peruano, *Ercilla* começara a dar o primeiro passo em direção aos problemas financeiros futuros, ao investir na aquisição do próprio maquinário, pois “uma editora corre grandes riscos em um país onde o papel e os materiais de reposição são importados, e o trabalhador reclama sem cessar aumento de salários e novos benefícios”.²²

O percurso de *Ercilla*, contudo, parecia ir de vento em popa. Em agosto de 1937, após adquirir um novo edifício, no valor de 500 mil pesos, onde foram instaladas as máquinas adquiridas, o capital em ações aumentou novamente de 10 para 15 milhões de pesos, com a emissão de 200 mil novas ações a 25 pesos. Ismael Edwards Matte, Laureano Rodrigo e o próprio Sánchez apostavam na consolidação de suas atividades editoriais. Ambos mostravam ser navegadores com desenvoltura, o que se traduzia no amplo leque de autores e obras publicadas, organizados em coleções que se direcionavam a diferentes públicos leitores.

O rápido crescimento de *Ercilla* não deixou de incomodar alguns escritores e críticos chilenos, como Joaquín Edwards Bello e Ricardo Latcham, que se queixaram do pouco espaço concedido para a literatura nacional em seu catálogo. O coro de críticas era reforçado com os rumores a respeito de sua suposta origem peruana, ou estrangeira, pois o fundador era um argentino radicado, primeiro no Peru, logo no Chile, e o editor era peruano.

Para Sánchez, as queixas eram injustas e buscavam ocultar um panorama que seria mais dramático para os escritores chilenos: o de uma suposta falta de interesse do público pelas obras nacionais, que havia detectado ao lado de Laureano Rodrigo.²³

Sem endossar as críticas de Latcham e Edwards Bello, é possível contestar a interpretação de Sánchez com somente dois exemplos. Primeiro, os trabalhos de Subercaseaux

²⁰ EDITORIAL ERCILLA. *Prospecto*. Santiago: *Ercilla*, 1936, s/p.

²¹ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 64.

²² *Ibidem*, p. 51.

²³ *Ibidem*, p. 61-62.

e Soffia Serrano demonstraram que houve um amplo e rápido crescimento do mundo editorial do Chile, em boa parte devido às obras nacionais. O caso da editora *Nascimento*, que publicou aproximadamente setenta títulos de autores nacionais, no final da década de 1930, mostra que havia mercado para esses autores.²⁴ Segundo, pelo fato da própria editora *Ercilla* incluir as obras de Pablo Neruda em seu catálogo no correr de 1937 e de passar a realizar contratos com outros autores chilenos naquele período, que incluíam o próprio Edwards Bello, além de Mariano Latorre, Bernardo Subercaseaux, entre tantos outros.

No cenário nacional, *Ercilla* possuía sucursais nas principais cidades do país, como Antofagasta, Concepción, Magallanes, Santiago, Talca, Temuco, Valdivia e Valparaíso. No exterior, a situação não era diferente. De presença isolada em Buenos Aires, em 1936, *Ercilla* passou a ter sucursais em Bogotá, Montevidéu, Caracas, Lima, Havana, Cidade do Panamá, La Paz, Cidade da Guatemala, San José da Costa Rica e Cidade do México, em 1938.

No plano internacional, a trajetória de *Ercilla* esteve marcada por problemas, em parte porque, segundo Sánchez, uma vez mais, tivera que se apoiar nas traduções e crescera à sombra do declínio das editoras espanholas, o que a levava pelos caminhos da pirataria:

Devido à predileção do público chileno pelos autores europeus, *Ercilla* teve que ser menos escrupulosa do que o desejável a respeito dos direitos de autor. Em duas palavras: foi parcialmente uma editora pirata. Depois de 1935, a Maria Madalena das editoras entrou pelas veredas da legalidade. As editoras argentinas haviam sido as primeiras em piratear (*Tor*, *Claridad*, *Anaconda* etc.), por isso atacaram *Ercilla* tachando-a de pirata. Ninguém vê os próprios defeitos.²⁵

Diversos editores argentinos acusaram *Ercilla*, entre outros selos chilenos, de vender livros muito baratos, por não pagar direitos autorais aos escritores, e pediram ações por parte do governo platino.²⁶ No auge da disputa, Victoria Ocampo, o escritor espanhol José Ortega y Gasset e até mesmo Emir Rodríguez Monegal teceram duras críticas às empresas editoriais chilenas, no final de 1937. Segundo Ortega y Gasset, os chilenos estariam “retrocedendo a uma idade pré-indígena. [...] O que existia no Chile enquanto ainda não existiam indígenas? Evidentemente ninguém capaz de fantasia e de lirismo. Pelo visto não havia mais que

²⁴ SOFFIA SERRANO, Álvaro. *Lea el mundo cada semana. Prácticas de lectura en Chile, 1930-1945*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2003, p. 150.

²⁵ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 62.

²⁶ O acervo da Biblioteca Nacional da Argentina, em Buenos Aires, conserva até os dias de hoje mais de 300 títulos diferentes publicados por *Ercilla*, editados em sua ampla maioria entre 1932 e 1943 (10 títulos de 1932, 7 de 1933, 23 de 1934, 49 de 1935, 52 de 1936, 36 de 1937, 30 de 1938, 16 de 1939, 25 de 1940, 35 de 1941, 23 de 1942, 5 de 1943, 1 de 1944 e 1 de 1945).

ictiossauros e editores clandestinos”. De forma mais injuriosa ainda, Ortega y Gasset chamou os editores chilenos de “araucanos foragidos”.²⁷

Ercilla concordou com parte das considerações que o escritor espanhol publicou no número 38 da revista argentina *Sur*, mas o repreendeu por querer desqualificar toda a indústria editorial chilena, ao utilizar termos ofensivos contra o povo chileno. A editora argumentou que tentou estabelecer um contato com o autor, sem sucesso, e que, portanto, não o publicou mais, após um único título, sobre o qual Ortega y Gasset havia recebido indenização. Além disso, ele foi criticado por não perceber ou mencionar que também havia editores irregulares na Argentina, que inclusive publicavam obras piratas de *Ercilla*. Ainda no catálogo geral, publicado em 1944, havia o anúncio de *Rebelião das massas*, publicado em volume único com *Epistolário de Fradique Mendes* de Eça de Queirós.

Os responsáveis por *Ercilla* tentaram se explicar para seus leitores e argumentaram que, a princípio, realmente não pagavam direitos autorais a autores europeus e norte-americanos, mas que aquele momento havia passado. Para contra-atacar o grupo capitaneado por Ocampo, colocaram uma nota na contracapa daquela edição, com críticas pessoais e à revista *Sur*: “Esta revista é dirigida pela Ocampo, milionária opulenta que comparte o cuidado de seus bens com inclinações literárias e paradoxais simpatias políticas”.²⁸

Paralelamente, *Ercilla* sustentou que era necessário pagar os direitos de autor, ao recusar algumas opiniões divulgadas pelo diário *El Mercurio*, em que se propunha a sua interrupção como principal meio para se fomentar a indústria editorial chilena.²⁹ No balanço realizado em 1940, os responsáveis financeiros por *Ercilla* já se mostravam insatisfeitos com os resultados, pois os lucros da empresa diminuía rapidamente.³⁰

Anteriormente, em outubro de 1936, Laureano Rodrigo escreveu um artigo intitulado “Ética Editorial”, em que tratou da lei de propriedade intelectual chilena para defender *Ercilla* e atacar a editora *Zig-Zag*. Rodrigo traçou um paralelo entre o fortalecimento da indústria editorial – com ênfase sobre *Ercilla* – e a marinha inglesa:

²⁷ Ortega y Gasset y los editores chilenos. *Ercilla*, Santiago, n. 138, 24 de dezembro de 1937, p. 5.

²⁸ La “Editorial Ercilla” defiende el derecho del autor a que se le pague. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 133, 19 de nov. 1937, p. 8.

²⁹ *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 138, 24 de dez. 1937, p. 24.

³⁰ No chamado ativo imobilizado, avaliado em 6,1 milhões de pesos, os direitos autorais representavam cerca de 7% do valor total (430 mil pesos), praticamente o mesmo valor que a empresa destinava para a aquisição e manutenção do mobiliário. A parte construída estava orçada em 3,1 milhões, enquanto o maquinário em 1,7 milhões. Cf. EDITORIAL ERCILLA. *Cuarta memoria de la Editorial Ercilla*, S. A. Santiago, 30 de junio de 1940.

Primeiro a pirataria, depois o corso e finalmente a respeitabilidade universal. [...] Fundei a Editora *Ercilla* no dia 11 de abril de 1932. Ao estabelecê-la propus difundir cultura e realizar um empreendimento honesto. Ao mesmo tempo tracei o seguinte plano: 1º) Publicar livros sem pagar direitos de autor nem tradutor; 2º) Depois de um tempo publicar unicamente aquilo que fosse traduzido para *Ercilla*; 3º) Mais tarde comprar e pagar direitos de autor no Chile e em toda a América; 4º) Finalmente comprar e pagar direitos de autor na Europa. Este programa foi seguido ao pé da letra, e há dois anos a Editora *Ercilla* tem comprado direitos de autor na Europa e na América, com o qual culmina seu programa a respeito de suas relações com os escritores do mundo.³¹

Rodrigo citou a viagem de Luis Alberto Sánchez a Buenos Aires para tentar negociar direitos de autor com muitos representantes da literatura universal, a fim de garantir também o direito exclusivo de muitos deles para o idioma espanhol, como os do austríaco Stefan Zweig e do alemão Emil Ludwig. Além disso, acusou *Zig-Zag* de publicar *Napoleão* de Ludwig sem autorização do autor ou de *Ercilla*. Rodrigo afirmou que a conduta de *Ercilla* honrava o nome do Chile no exterior, ao contrário de *Zig-Zag*. Cabe lembrar que as disputas entre *Ercilla* e *Zig-Zag* também ocorriam na esfera de suas publicações periódicas.

Dois anos após a difusão de suas críticas à editora *Zig-Zag*, *Ercilla* voltou a tratar dos problemas causados pela contrafação chilena, acima de tudo, na Argentina, em 1938, mas também no Peru, Colômbia, México, Panamá e Cuba. Naquela oportunidade, *Ercilla* acusou a editora *Letras* – pequena empresa familiar dirigida pela educadora Amanda Labarca e seu marido Guillermo Labarca – e *Zig-Zag* de macular a fama dos livros chilenos no exterior, bem como de desfavorecer a expansão editorial no Chile.³²

Ainda em 1938, a revista destacou em suas páginas que a *Alianza de Intelectuales de Chile* havia se reunido para rechaçar as opiniões de Ortega y Gasset, por meio de um folheto em que se analisou os problemas de direitos autorais no país. *Ercilla* endossou as críticas ao escritor espanhol, afirmou que ele havia agido de má fé e sustentou que tinha uma lista com mais de 180 autores estrangeiros a quem pagara “uma verdadeira fortuna” em direitos de propriedade literária, mesmo sem contratos prévios que autorizassem as publicações.³³

Assim, se enfatizarmos as necessidades materiais de *Ercilla*, podemos inferir que certa hesitação inicial em privilegiar os autores chilenos se articulava tanto ao fato de Sánchez e Rodrigo terem “constatado” que os nacionais “vendiam pouco” – como argumentou o

³¹ RODRIGO, Laureano. Ética Editorial. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 75, 13 de out. 1936, p. 5.

³² “Guerra al libro chileno”: en Argentina revisan paquetes, en otras partes piden su prohibición, y todo por culpa de editores piratas. *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 166, 8 de jul. 1938, p. 6. Emir Rodríguez Monegal, por exemplo, ao escrever sobre a biografia de Bernard Shaw, de Frank Harris, informou que havia até 1943 três edições: a original inglesa, uma tradução francesa de 1938, pela N.F.R., e “uma edição *piratesca* chilena de 1938”, por *Zig-Zag*. Cf. Libros de la semana. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 225, 17 de mar. 1944, p. 15.

³³ La propiedad literaria es enfocada por la Alianza de Intelectuales de Chile. *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 160, 27 de mai. 1938, p. 3.

memorialista peruano – quanto ao fato, provavelmente mais significativo, de não precisar arcar com direitos autorais em grandes proporções, particularmente em períodos em que as comunicações com a Europa se encontravam em dificuldades. É bom lembrar, com Jean-Yves Mollier que, entre o século XVIII e o XX, os editores franceses que procuraram expandir seus negócios a preços mais acessíveis tiveram que colocar na balança as possibilidades entre apostar na “inovação-risco” ou se guiar pela “tradição-segurança” no momento de escolher os autores e as obras.³⁴ Os editores de *Ercilla* também se depararam com esse problema, que repercutiu na seleção dos autores e das obras publicadas.

Se Latcham e Edwards Bello reprovaram certa ausência dos autores chilenos em meados da década de 1930, já no catálogo nº 46, de setembro de 1938, *Ercilla* afirmava que era a editora que dava maior importância para a literatura chilena. Ao todo, havia à disposição para a compra, 112 títulos diferentes de autores chilenos, com maior participação de Neruda, Antonio Acevedo Hernández, Alberto Romero, Augusto D’Halmar, o próprio Edwards Bello, Fernando Santiván, Manuel Rojas, Julio Barrenechea e Mariano Latorre. Vicente Huidobro teve uma publicação (*En la luna*), enquanto Pablo de Rocka (*Gran temperatura*), Bernardo Subercaseaux (*Y al oeste limita con el mar*) e Raúl Silva Castro (*Retratos literários*) começavam a entrar no catálogo. O livro *Chile desconocido*, do futuro presidente pela Democracia Cristã (1964-1970), Eduardo Frei Montalva, também recebeu uma publicação, com prólogo de Gabriela Mistral.³⁵

As obras francesas vinham em segundo lugar, com 100 títulos diferentes. Logo em seguida, vinham as obras de origem argentina, alemã e espanhola, com aproximadamente 50 títulos cada uma. Havia também 42 títulos de obras anglo-saxãs (22 dos Estados Unidos e 20 da Inglaterra). Ao passo que, em comparação, havia 22 títulos de autores peruanos (oito de Sánchez, quatro de Manuel González Prada, três de Haya de la Torre, entre os que tiveram mais de uma obra publicada), que eram ligeiramente sobrepujadas pelas obras italianas e “russas” (29 e 25, respectivamente, no total). Foram publicadas também, até 1938, 14 livros de autores uruguaios, com especial atenção para os romances *costumbristas* de Carlos Reyles (seis obras, entre elas *Beba*, *El Terruño*, *El Gaucho Florido* e *La Raza de Caín*), uma edição de *Ariel* de José Enrique Rodó, dois textos de Ildefonso Pereda Valdés e um de Curt Lange.

No que se refere à pretenciosa fórmula de englobar em seu catálogo “todas as culturas, todos os tempos”, é imprescindível fazer algumas retificações. Além dos países citados acima,

³⁴ MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 39.

³⁵ EDITORIAL ERCILLA. *Catálogo Nº 46*. Santiago: Ercilla, 1938, p. 47-53.

a editora publicou algumas obras de outras literaturas hispano-americanas e europeias, bem poucas de autores que escreviam originalmente em português (*Canaã* de Graça Aranha e alguns livros de Eça de Queirós) e três títulos de dois autores indianos (Rabindranath Tagore e Yogul Ramacharaka), que era anunciada como literatura oriental. Havia também espaço para algumas obras sobre a China e o Japão, mas que não se enquadravam necessariamente na definição de literatura elaborada por *Ercilla*.

Provavelmente havia limitações para a realização de traduções dos idiomas que não estavam no repertório da equipe de *Ercilla*, composta pelo crítico literário chileno Hernán Díaz Arrieta (Alone), os peruanos Alberto Hidalgo, Ciro Alegría, Carlos Manuel Cox, além de Sánchez e Manuel Seoane, que assinava as traduções com o pseudônimo de Alberto Alzamora. Um exemplo claro foi o relativo aos textos escritos originalmente em português, que tiveram um raro interesse de publicação.³⁶ O crescimento exponencial das obras até 1938, mas que se manteve em menor ritmo até 1941, supõe que a equipe de tradutores não tinha tempo hábil para executar seus trabalhos de forma adequada, pelo menos em relação a uma grande parte do catálogo.

Sánchez enfatizou que traduzia dois livros por mês, quando começou a trabalhar em *Ercilla*, e, com a normalização dos trabalhos dois livros a cada três meses:

Algumas vezes (o caso de *L'Espoir* de Malraux) tive que traduzir o grosso volume em vinte e muitos dias, pois o editor queria publicá-lo aproveitando as circunstâncias. A tradução não passou por revisão. Arrebataram-me, capítulo por capítulo, das mãos para enviá-los para a impressão. A velocidade com que tive que revisar o tremendo manuscrito da tradução de *E o vento levou*, o célebre romance de Margaret Mitchell, representou para mim uma intervenção cirúrgica do estupendo oftalmologista Santiago Barrenechea.³⁷

Com o objetivo de chegar aos mais diferentes públicos, *Ercilla* facilitava as formas de pagamento a fim de ampliar suas vendas, ao parcelar as compras em até 10 prestações de igual valor. De forma convergente, tratou de variar os formatos de publicação, pois algumas obras de grande tiragem ganharam até três tipos de suportes diferentes. Um caso ilustrativo foram algumas obras de Neruda. Por exemplo, *España en el corazón* foi publicada em edição de “grande luxo”, por 40 pesos, edição de “grande formato”, por 20 pesos, e edição “econômica” por 12 pesos. *Veinte poemas de amor y una canción desesperada* foi vendida a

³⁶ Sobre o lugar das traduções no circuito internacional das ideias, com especial ênfase sobre a França, a Argentina e a Espanha na tradução de autores de língua portuguesa, consultar: SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

³⁷ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 60. Sánchez também foi o primeiro tradutor na América Hispânica de *Traição dos intelectuais* [1927], de Julien Benda.

15 pesos e 5 pesos, em suas edições de “luxo” e “econômica”, em 1941. Do mesmo modo, alguns livros eram vendidos com capa dura, com um acréscimo no preço de 75%, como *Zola*, de Henri Barbusse (4 pesos ou 7 pesos com capa dura); *Romancero del Cid*; *La vida de Alejandro Magno*, de Konrad Bercovici; *Miguel Ángel*, por Romain Rolland; *Confesiones*, de Santo Agostinho; *Diana*, de Emil Ludwig; entre tantos outros. Os preços mais comuns variavam entre 1 e 40 pesos, mas havia algumas obras, como compêndios médicos, que chegavam a ser vendidas a 150 pesos. O livro sobre a pintura do muralista mexicano Diego Rivera, por Bertran Wolfe, era vendido a 120 pesos. Os “livros de aventura”, também anunciados como “literatura policial e de mistério”, eram os mais baratos e custavam entre 1 e 4 pesos. Como parâmetro de comparação, as revistas *Ercilla*, *Hoy*, *Pulgarcito* e *Cinelandia* custavam 1,40; 3, 0,80 e 3 pesos, respectivamente. Todas pertenciam à editora *Ercilla*.

Não há dados precisos sobre as tiragens, mas, segundo Bernardo Subercaseaux, as editoras chilenas publicavam pouco mais de 2.500 exemplares por edição, entre 1930 e 1950, embora algumas obras pudessem ir muito além desses números.³⁸

A revista *Ercilla* habitualmente anunciava as obras publicadas em suas páginas, bem como utilizava os catálogos para destacá-las. Compilava, além disso, opiniões de críticos e periódicos tanto do Chile quanto do exterior para embasar a sua atuação no mercado editorial. Para convencer o leitor de que havia critérios adequados na seleção dos livros, publicava frequentemente críticas positivas, como vemos nas imagens seguintes:

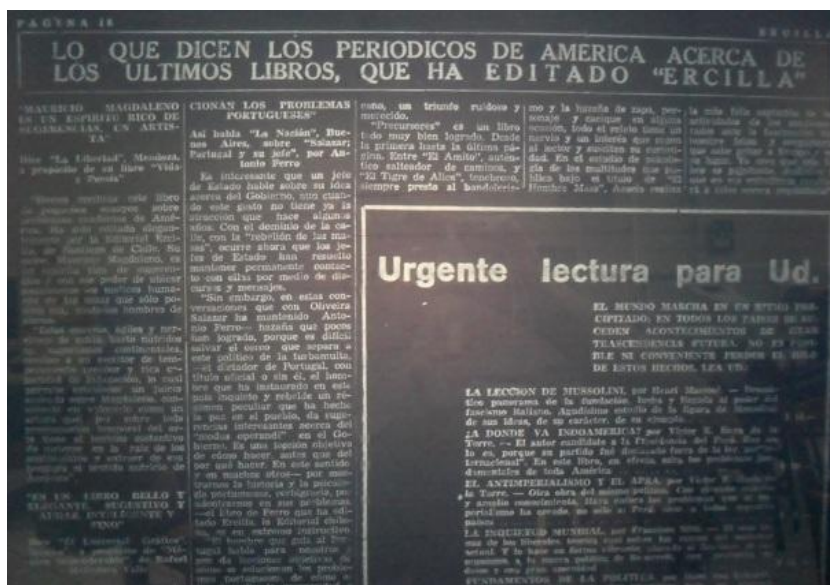


Figura 18: n. 72, 21/09/1936, p. 18. Urgente lectura para Ud!
Às vezes vinha como: Usted no está al día!

³⁸ SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM, 2010, p. 138.



Figura 19: Imagens do Congresso do PEN Clube. Busca de livreiros, n. 73, 28/09/1936.



Figura 20: Primeira página do Suplemento de livros e revistas, n. 75, 13/10/1936.

As estratégias de publicidade eram bem interessantes. Por exemplo, ao tratar da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, *Ercilla* anunciou os livros que poderiam colocar os leitores a par dos acontecimentos:



Figura 21: Brasil, primeira barricada de Nuestra América, n. 382, 26/08/1942, p. 18-19.



Figura 22: Anúncio de livros sobre a Alemanha nazista (destaque da figura anterior).

Estas estratégias também revelavam visões mais complexas sobre as leituras para o público feminino. Em uma reportagem (figura 23) – publicada quando Lenka Franulic já havia ingressado na equipe de *Ercilla* – sobre a ascensão das mulheres no mercado de trabalho e na direção dos lares do mundo em guerra, a revista entrevia novos horizontes para o Chile, sob direção feminina. Para tanto, recomendou uma lista de livros, na coluna à direita, que pudessem orientá-las no novo percurso ou que, ao ser presenteados, pudessem demonstrar que dominavam diferentes esferas do mundo letrado. Naquele anúncio, as obras elencadas foram: *Vidas paralelas*, de Plutarco; *Antología del cuento norteamericano*, de Lenka

Franulic; *Diccionario Enciclopédico Ercilla* (com 1.500 páginas); *Los días son como la hierba*, de Wallace Mc Elroy (que se anunciava como grande obra para se presentear uma jovem, somente comparável a *E o vento levou*); além de sete obras sobre a história da Alemanha, da Inglaterra, do Japão, dos Estados Unidos, da “América” (de Luis Alberto Sánchez); dos judeus; e da “Humanidade”.

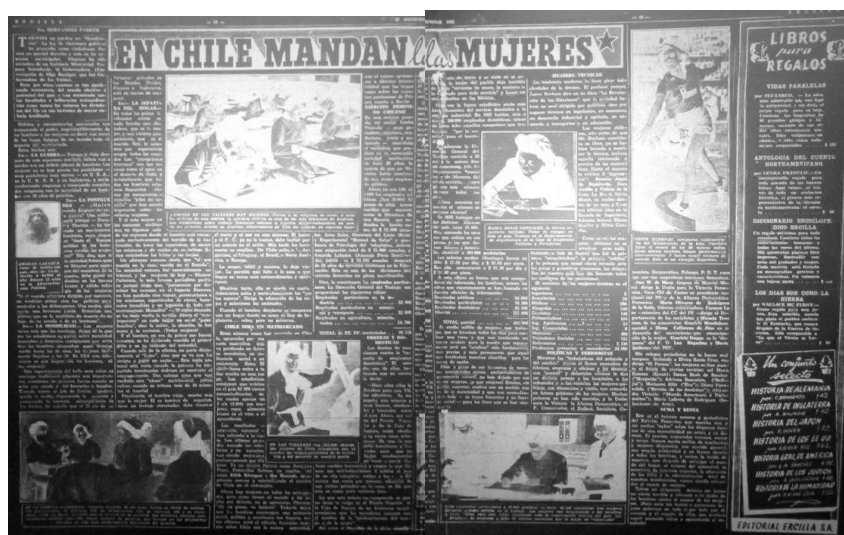


Figura 23: *En Chile mandan las mujeres* ao lado de *Libros para regalos*, n. 451, 22/12/1943, p. 18-19

De forma convergente, ao fazer uma pesquisa sobre os caminhos da juventude chilena, em 1944, *Ercilla* anunciou, também à direita da reportagem em duas páginas, as obras nacionais que poderiam interessar ao leitor. Em grande destaque, *Chile o una loca geografía*, de Benjamín Subercaseaux; além de *On Panta*, de Mariano Latorre; *La chica del crillón*, de Joaquín Edwards Bello; *Piel nocturna* e *Ruta de sangre*, de Salvador Reyes; *Espejo del sueño*, de Julio Barrenechea; *Gatita*, de Augusto D’Halmar; finalmente *Panorama y color de Chile* e *Tradición y leyenda de Santiago*, por Antonio Roce del Campo.³⁹

3.2 Catálogos para variados públicos: coleções e bibliotecas de *Ercilla*

De acordo com o 55º catálogo geral das obras de *Ercilla*, publicado em 1941, a editora apresentava 1.354 títulos – 40 novidades – divididos em 23 categorias, na seguinte ordem: 1ª) Antologia e Poesia (48 títulos); 2ª) Biografia e História (194); 3ª) Clássicos (59); 4ª) Clássicos Americanos (8); 5ª) Crítica e História Literária (29); 6ª) Contos, Folclore e Humanismo (90);

³⁹ *Ercilla*, Santiago, ano X, n. 503, 16 de dez. 1944, p. 18-19.

7ª) Direito (03); 8ª) Dicionários (04); 9ª) Educação e Textos de Estudo (23); 10ª) Estudos e Ensaios (67); 11ª) Filosofia Orientalista e Ocultismo (08); 12ª) Filosofia, Psicologia e Moral (29); 13ª) Ginástica e Esporte (02); 14ª) Livros de Aventuras (159); 15ª) Livros para Crianças (22); 16ª) Medicina, Psicanálise e Higiene (25); 17ª) Romances (287); 18ª) Romances para Senhoritas (78); 19ª) Obras Técnicas de Rádio (03); 20ª) Política, Economia, Comércio e Sociologia (88); 21ª) Teatro (22); 22ª) Utilidade Prática, subdividida em: a) Agricultura (19); b) Indústrias Caseiras (15); c) Livros para o Lar e a Mulher (08); 23ª) Viagens, Crônicas e Vários (64).⁴⁰

Ercilla publicou ainda catálogos direcionados para determinados públicos em coleções que apresentavam as visões mais significativas dos editores, como a de biografias de grandes personagens; romances para o público feminino; livros para as crianças e os jovens; obras que buscavam difundir temas relacionados às questões nacionais; e a “Biblioteca Saber”, anunciada como “letras de valor” para os amantes da história e das “civilizações”.⁴¹

As coleções cumpriam o objetivo de habituar “seus compradores a um formato, uma série, uma capa, um papel e um gênero específicos”, como bem recordou Jean-Yves Mollier, em diálogo com Isabelle Olivero.⁴² Ainda que seja necessária uma análise mais pormenorizada do que Olivero chama de “aparelho crítico” para os títulos de uma coleção – isto é, as ações dos autores e editores para a configuração de certa identidade entre as obras, como os prefácios, notas de rodapé e referências sobre outras obras da mesma coleção –, pode-se afirmar que *Ercilla* usou a estratégia das coleções como ferramenta para a ampliação do público leitor, ao classificar e vincular as obras.

No catálogo de divulgação da coleção de *Libros para niños y jóvenes*, a editora fez uma divisão em nove categorias, com o sugestivo título inicial de “Instruir deleitando...”: 1) Contos; 2) Narrativas; 3) Teatro; 4) Poesias; 5) Textos Escolares; 6) Aventuras Famosas; 7) Relatos Policiais; 8) História Pátria; 9) Livros de Interesse Geral. Para os editores, os livros eram “de leitura apropriada que os dispõe e prepara para ir adquirindo um gosto sadio em direção ao estudo e cultura progressiva”. Em destaque, vinham as concepções dos mediadores das leituras literárias e históricas para crianças e jovens. De um lado, as leituras literárias para as crianças estavam recheadas com muitas imagens de forma a atraí-las para o mundo das

⁴⁰ EDITORIAL ERCILLA. *Catálogo N° 55*. Santiago: Ercilla, 1941.

⁴¹ Idem. *Biblioteca Biografías Célebres*. Santiago: Ercilla, 1943; *Biblioteca Femina: un esfuerzo editorial al servicio de la mujer*. Santiago: Ercilla, 1943; *Libros para niños y jóvenes*. Santiago: Ercilla, 1939; *Biblioteca Patria*. Santiago: Ercilla, 1942; *Biblioteca Saber*. Santiago: Ercilla, 1943.

⁴² MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 31; OLIVERO, Isabelle. *L’Invention de la collection*. Paris: L’IMEC/Maison des Sciences de L’Homme, 1999.

letras, devido “à ingenuidade de seus argumentos” e ao seu apetite por coisas maravilhosas. Para os jovens, uma “extensa coleção de obras de aventuras emocionantes, de relatos fantásticos, policiais, viagens etc., que tanto entusiasma aos pequenos e apaixona aos maiores”. De outro lado, os livros sobre episódios da história chilena, vistos como “a leitura mais edificante para todos, isto é, a que não deve desconhecer nenhum chileno, os livros que de forma atrativa, simples e nobre, nos relatam as glórias e proezas dos heróis”.⁴³

Para as crianças de 10 a 15 anos, os editores recomendaram 33 álbuns, vendidos a 1,40 pesos, e outras 14 obras mais completas, no formato de livro, que variavam entre 2 e 15 pesos, com imagens para colorir e dois títulos que podiam aguçar a curiosidade dos jovens leitores daquela época: 1) *Os três porquinhos*, “com luxo de imagens, de cores e com surpresas”; 2) *Mickey viaja à Indo-América*, com as mesmas características anteriores.⁴⁴ Ambos os livros custavam 15 pesos. *Ercilla* também publicou coletâneas de teatro infantil, com textos escritos por Branca Dalla Torre Vicuña, e direcionadas de acordo com as idades e os gêneros, bem como antologias poéticas, como as do venezuelano R. Olivares Figueroa e do argentino Ernesto Morales. Havia, além disso, adaptações de Mark Twain, E. Allan Poe e Julio Verne.

Na esteira da hipótese demonstrada por Gabriela Pellegrino Soares, a respeito dos cenários argentino e brasileiro, havia, no caso de *Ercilla*, um “diálogo com concepções de educação integral – intelectual, moral e física”? Os editores estavam preocupados em orientar e preencher o tempo livre das crianças com atividades literárias? Tinham, igualmente, como objetivo “ampliar os domínios de circulação da cultura letrada, apropriando-se de concepções ilustradas para definir as letras como chave de transformação social, condição cultural e política para fazer face a desafios históricos que se projetavam”?⁴⁵

Apesar de que estas brevíssimas linhas tenham um caráter panorâmico e bastante introdutório, talvez seja possível sugerir que existisse um “fosso estético”⁴⁶ entre as obras literárias publicadas por *Ercilla* para o público infanto-juvenil e para os adultos. Não houve uma grande preocupação em se fomentar a elaboração de obras originais que se preocupassem com a formação dos leitores em seus primeiros passos.

⁴³ EDITORIAL ERCILLA. *Libros para niños y jóvenes*. Santiago: Ercilla, 1939, p. 2.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁵ SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 18-19.

⁴⁶ Segundo Soares, o cenário argentino esteve marcado por um “fosso estético” entre a literatura adulta e infantil, uma vez que “frente a um Estado promotor de educação e de difusão cultural, os escritores com maior autonomia não tinham grandes motivos para preocupar-se com a formação preliminar dos leitores”. Em contraponto com o Brasil, onde “muitos escritores de literatura adulta – como Monteiro Lobato, Erico Verissimo, Cecília Meireles e Graciliano Ramos – dedicaram alguns ou muitos livros para crianças, neles imprimindo preocupações políticas, culturais e estéticas que permeavam o conjunto de sua produção e de sua atuação pública”. Havia, entre os escritores brasileiros, o medo de que as crianças não se transformassem em leitores. Cf. *Ibidem*, p. 82.

A menina dos olhos do gênero de aventuras era uma coletânea com 22 obras do Tarzan, assim como duas séries de Karl May, *Entre los pieles rojas* (16 títulos) e *Por tierras del profeta* (24 títulos). Os livros tinham preço individual de 2 pesos. Os romances policiais também ocupavam um amplo espaço no catálogo infanto-juvenil da editora.

No catálogo publicado para os adultos e jovens leitores, *Ercilla* não deixou de anunciar outras coleções, como “Biblioteca Saber”, “Biblioteca Excelsior” e “Biblioteca Amauta”, dividida em “Clássicos” e “Série América”. Estas últimas eram anunciadas como o amálgama das obras de formação intelectual dos leitores, com “os tomos mais representativos de todos os clássicos, de todos os tempos e todas as culturas”.⁴⁷



Figura 24: Capa do catálogo da *Biblioteca Femina*

Ercilla igualmente preparou uma coleção para as mulheres e para as senhoritas, e alertou que havia obras direcionadas para as jovens senhoritas e para as mulheres já formadas. De um lado, recomendavam-se leituras de entretenimento e de “amável distração”, baseadas em romances; de outro, as obras para as mulheres já adultas tinham o objetivo de “instruir acerca de muitos pontos que são de capital interesse para a mulher que tem já formado o seu conhecimento para a vida”. Entre essas obras, encontravam-se *Breviario de amor*

⁴⁷ EDITORIAL ERCILLA. *Catálogo N° 55*. Santiago: Ercilla, 1941, p. 70. Cabe perguntar se a escolha do título da coleção, em quéchua, fazia referência à revista homônima que fora criada por Mariátegui, em 1926, e que buscava promover a renovação do debate intelectual peruano, como uma homenagem aos incas. Os oito primeiros livros publicados pela “Série América” foram *Doctrina política* (Simón Bolívar), *El manuscrito del diablo* (José Victorino Lastarria), *La conquista de Chile* (Pedro de Valdivia), *Peregrinaciones de una paria* (Flora Tristán), *Portales pintado por si mismo*; *San Martín pintado por si mismo*; *Tradiciones peruanas escogidas* (Ricardo Palma) e *Comentario reales* (Garcilaso Inca de la Vega). Posteriormente, a coleção, dirigida por Sánchez, expandiu-se com textos de Henry Thoreau, José Martí e Domingo Faustino Sarmiento, entre outros autores. Havia, além disso, outras coleções por onde transitaram uma parte dos textos dos autores “americanos” do século XX, como a *Biblioteca Poética Americana* e *Biblioteca América*. Contudo, não houve a publicação de obras de Mariátegui.

experimental, de Dr. J. Guyot; *El derecho de la mujer al amor*, de M. Bourgas; *El enigma de la mujer* e *La inquietud sexual*, de Dr. Vachet; *La tragedia biológica y social de la mujer*, de W. Nemilow; e *La erótica en el matrimonio*, por Dr. Th. Van de Velde.⁴⁸

Entre os “romances para senhoritas”, ganhavam destaque títulos de Henri Bordeaux (*El dique* e *El miedo de vivir*), Benito Pérez Galdós (*La novela en el tranvía*), Hugo Wast (*La que no perdonó*) e do colombiano Jorge Isaacs, *María*, o grande *best-seller* do século XIX em toda a América Hispânica.⁴⁹ A única obra publicada por uma escritora esteve representada por *Pero el amor perdona*, da escritora alemã Eugenia Marlitt. Cabe ressaltar que havia uma clara separação entre romances – pensados para um público mais amplo e que englobavam os principais representantes da chamada “grande literatura” – e os romances direcionados especificamente para as “senhoritas”, que se aproximavam bastante da literatura “sentimental” que foi difundida pelos periódicos analisados por Beatriz Sarlo, para o caso da Buenos Aires das décadas de 1910 e 1920. Constituía-se de uma literatura muitas vezes vista como vergonhosa ou inferior, principalmente pelos homens, mas que obteve uma grande difusão na Argentina, no Chile e no Uruguai daquele período.⁵⁰

Ao publicar o catálogo da *Biblioteca Femina*, os editores explicitavam parte de suas perspectivas a respeito das leituras que seriam mais apropriadas para o público feminino em geral. Sustentavam que o mundo estava possuído de um desejo ardente por conhecimento e por leitura, para saciar o espírito “de forma efetiva e prática sobre noções completas e múltiplas: de economia, de literatura e em geral de tudo quanto abarca em toda a sua latitude o conceito de cultura humana”. Em seu entender, as mulheres se decepcionavam com obras “rudemente realistas” e precisavam de “guias” para se orientar no vasto mundo da literatura, papel que reivindicavam para a presente coleção, “destinada primordialmente a facilitar a aquisição de um conjunto selecionado de livros amenos, morais e recreativos [...]”. Com 21 obras de 17 autores diferentes, *Ercilla* oferecia a coleção completa – que não incluía todos os 78 “romances para senhoritas” – com prazo de pagamento em 16 vezes.⁵¹

⁴⁸ Idem. *Catálogo N° 46*. Santiago: Ercilla, 1938, p. 75.

⁴⁹ Cf. ZANETTI, Suzana. La lectura de *María*: constitución de un clásico hispanoamericano. In: *La dorada garra de la lectura: lectoras y lectores de novela en América Latina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2002, p. 209-247.

⁵⁰ SARLO, Beatriz. *El imperio de los sentimientos. Narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004, p. 49-50.

⁵¹ EDITORIAL ERCILLA. *Biblioteca Femina: un esfuerzo editorial al servicio de la mujer*. Santiago: Ercilla, 1943, p. 2. Para se chegar a conclusões mais sólidas, são necessários novos trabalhos que procurem confirmar ou flexibilizar as conexões diretas entre as perspectivas dos editores e as obras publicadas, em diálogo com o texto de Maria Ligia Coelho Prado, que chegou a se surpreender com algumas protagonistas femininas em relação à moralidade tradicional, religiosa e exemplar para as mulheres, durante a segunda década do século XIX, no Brasil. Cf. PRADO, Maria Ligia Coelho. Lendo novelas no Brasil Joanino. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: EDUSC, 1999, p. 119-149.

Ao mesmo tempo – e em sintonia com a análise de Juan Poblete sobre a flexibilização das leituras vistas como “sérias” ou “por prazer”, na segunda metade do século XIX –,⁵² procurava estimular as leitoras a expandir seus horizontes, uma vez que as convidava a navegar pelas demais coleções da editora: *Biblioteca Patria*, *Biblioteca Saber*, *Biblioteca Poética Americana*, *Biblioteca Las Grandes Novelas*, *Biblioteca de Novelas Contemporáneas*, *Biblioteca de Aventuras*, *Biblioteca de Estudios Sociales*, *Biblioteca de Cultura Social*, *Biblioteca Excelsior*, *Biblioteca Emocionante*, *Biblioteca Literaria* e *Bibliothèque Française* (coleção de romances em francês, publicadas pela editora Larousse).

Em relação à *Biblioteca Patria*, *Ercilla* conclamava os leitores a conhecer a história, as tradições e as lendas chilenas com as frases: “*Cultive su chilenidad*”; “*Enorgullézcase de ser chileno. Actualice el ideal por el que se sacrificaron los Padres de la Patria*”. Afirmava ainda que a coleção era “digna de figurar na biblioteca mais exigente”.⁵³ Os autores selecionados eram Bernardo O’Higgins, Diego Portales, Liborio Briebe, Antonio Acevedo Hernández, Ramón Pacheco, Antonio Roco del Campo, Lord Cochrane, Manuel Rojas, Pedro de Valdivia, Sady Zañartu e até mesmo Luis Alberto Sánchez.

Finalmente, cabe dedicar mais algumas palavras à *Biblioteca Saber*, que se apresentava com a imagem de uma estátua da liberdade (figura 25). Segundo os editores, a coleção se destinava a um público interessado pelos estudos históricos e biográficos, com perspectivas de cultivar uma “leitura instrutiva e educadora, de imprescindível necessidade em toda biblioteca, porque a história nunca morre [...]”. A história era vista como mestra da vida, como iluminadora sobre o presente e o futuro.⁵⁴ Entre as dezenas de autores incluídos na coleção, que perfaziam 32 obras, apareciam representantes de diversos países, como, por

⁵² POBLETE, Juan. La construcción social de la lectura y la novela nacional. *Latin American Research Review*, v. 34, n. 2, p. 75-108, 1999. O autor sublinhou que “a leitura de periódicos e as leituras feitas em periódicos (folhetins, poemas, elogios, homenagens, necrológicas, artigos) ocupariam um lugar intermediário que terminaria por mediar a distância entre aquelas formas de leitura socialmente construídas como *masculinas* e *femininas*”. Ver também: Idem. *Literatura chilena del siglo XIX: Entre públicos lectores y figuras autorales*. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2003.

⁵³ EDITORIAL ERCILLA. *Biblioteca Patria*. Santiago: Ercilla, 1942. “Entre patriotismo e lucro mercantil”, segundo a fórmula de José Carlos Mainer, recuperada por Botrel, a *Biblioteca Patria* de *Ercilla* aproximava-se mais da *Biblioteca de Autores Españoles*, editada entre 1846 e 1878, ou da coleção *Brasiliana*, que publicou mais de 200 títulos, a partir de 1931, incluindo as reedições? *Ercilla* defendia um projeto nacionalista que se conjugava ao seu dinamismo editorial? Transformou sua coleção em “uma metáfora da nação”, como o empreendimento brasileiro, analisado por Eliana Dutra? Faltam abordagens que possam aprofundar neste debate e não tive tempo para realizar uma análise mais consistente sobre a coleção. A despeito disso, pelos títulos e autores publicados, houve alguns paralelos com a *Brasiliana*. Consultar: BOTREL, Jean-François. *A Biblioteca de Autores Españoles (1846-1878)* ou A difícil construção de um panteão das letras espanholas. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII - XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 49-67; DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasiliana*. In: *Ibidem*, p. 299-314.

⁵⁴ EDITORIAL ERCILLA. *Biblioteca Saber*. Santiago: Ercilla, 1943, p. 2.

ordem de publicação, Henri Barbusse, Max Beer, Voltaire, Romain Rolland, Hans Von Henting, Francisco Curt Lange, Alberto Ghirardo, Conde Sforza, Magdalena Petit, Eleni Samios, Luis Alberto Sánchez, Germán Arciniegas, Rafael H. Valle, Stefan Zweig, Hugo Wast – que também fora publicado na coleção de romances para as senhoritas – H. G. Wells, Antón Zischka.

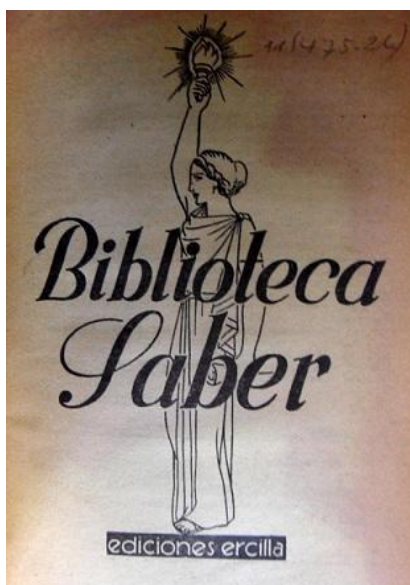


Figura 25: Capa do catálogo da *Biblioteca Saber*, 1943

Ercilla procurou, ao mesmo tempo, aproximar-se dos leitores que buscavam conhecimentos práticos para o dia-a-dia.⁵⁵ Entre os livros publicados, havia aqueles que ensinavam a plantar, a cuidar dos animais e a resolver os problemas da vida doméstica. Além disso, havia publicações que estavam vinculadas a práticas de leitura e de literatura “em torno do calendário”, como demonstrou Eliana de Freitas Dutra em suas pesquisas sobre os almanaques. Com séculos de tradição, os almanaques foram vistos como uma literatura mais instrumental, utilitária e de entretenimento, que se transformaram “em um instrumento pedagógico útil e eficaz na educação do povo”, e também em um “saber em conta-gotas”, segundo a fórmula de Eça de Queirós, recuperada pela autora.⁵⁶

⁵⁵ Tais livros, preparados por César Silva Cortés, eram anunciados como *Manuales Ercilla*, que “por seu baixo preço, suas ilustrações, seus temas conexos com nossas necessidades e sua linguagem simples, estão ao alcance de todos”. O primeiro livro publicado foi *La cabra, vaca lechera de los pobres*. Cf. *Manuales populares de cultura* há comenzado a publicar la E. Ercilla. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 121, 27 de ago. 1937, p. 12.

⁵⁶ DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 14-18. Como sublinhou a historiadora brasileira, um grande limite para os almanaques consistia na relação entre sua temporalidade, mais frouxa em relação ao presente, e a ação política. Com as palavras de Dutra, “isto, por um lado, inscreve a sua pedagogia numa lenta, longa e desdobrada duração, a qual assegura padrões de convocação da história e da memória nas páginas dos almanaques”. Cf. *Ibidem*, p. 20.

Como estes parágrafos foram escritos somente para argumentar que as atividades de *Ercilla* almejavam atingir diversos tipos de públicos leitores e de leituras, não trato do lugar dos almanaques e dos livros considerados de utilidade prática pelos mediadores culturais nos projetos editoriais da empresa chilena. Seria interessante, contudo, uma análise mais detalhada dessas obras para se chegar a conclusões mais plurais a respeito dos contatos entre o que era visto como “cultura popular” e “cultura erudita”.

Por falta de uma leitura direta das páginas do *Almanaque Ercilla*, que demandam esforços de pesquisa – em relação a tempo e debate teórico – que eu não tenho condições de desempenhar no interior deste trabalho, penso ser interessante conceder somente algumas linhas para a maneira como ele foi anunciado nas páginas da revista *Ercilla*, em janeiro de 1939. Os anúncios enfatizavam que o almanaque estava finamente elaborado, com mais de 150 páginas, a cores e que apresentava em seu conteúdo os dias dos santos; os de jejum e abstinência; o calendário agrícola; conselhos “para vencer na vida” e para as mães; receitas de beleza, de cozinha, de utilidade prática e lições de bordado; contos; “arte de adivinhar o futuro”; grafologia, entre outras temáticas.⁵⁷

Para além de um sumário sobre os assuntos abordados, que precisa ser cruzado com a análise sobre como eram estruturados para a leitura, *Ercilla* representou o seu leitor – ou melhor, leitora ideal –, e assinalou que os almanaques possuíam incontáveis leitores fiéis:

As boas senhoras anciãs, enquanto retiram à noite suas perucas e dão o banho habitual às dentaduras, que começam a rir sozinhas em um copo, agarram o almanaque, dispostas a sonhar, entre anedota e anedota relida, entre prognósticos de felicidade e desventura, entre receitas para que o cabelo brilhe mais e a pele não se enrugue. O almanaque veio a ter, portanto, alguma coisa assim como a Bíblia entre os *quakers*: a devota leitura permanente, o manancial inesgotável de ensinamentos. E um bom almanaque, certamente, é isso e mais. Quem duvida?⁵⁸

Vista como uma leitura silenciosa, intensiva⁵⁹ e para mulheres mais idosas, pelo menos na concepção dos editores a respeito das leitoras, os almanaques eram projetados para

⁵⁷ El *Almanaque Ercilla 1939*. *Ercilla*, Santiago, ano V, n. 192, 06 de jan. 1939, p. 17.

⁵⁸ Un gran libro: *Almanaque Ercilla 1939*. In: *Ibidem*, p. 18.

⁵⁹ As transformações dos modos de ler, fundamentalmente a ascensão de uma leitura silenciosa, bem como das relações entre leitura intensiva e extensiva tornaram-se objeto de amplo debate entre os historiadores da leitura. Em linhas bem gerais, Roger Chartier, ao ampliar a interpretação de Paul Saenger, sustentou que ocorreram duas grandes transformações no universo da leitura: a ampliação da leitura silenciosa, a partir do período medieval, que se tornou uma prática mais comum nos séculos XVIII e XIX; e a ascensão da leitura extensiva – baseado nas proposições iniciais de Rolf Engelsing, entre outros autores – articulada a uma maneira de ler que se apoderava da vida, como os leitores de Rousseau, analisados por Robert Darnton. Simplificando, em muito, a leitura intensiva estava baseada na repetição e pequeno leque de obras. Por outro lado, a leitura tornou-se extensiva, quando o repertório ampliou-se rapidamente, e decresceu a prática de ler a mesma obra repetidas vezes. Cf. CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 33-37; DARNTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade

durar o ano todo e para ser manuseados diariamente, em apoio às atividades domésticas, mais vinculadas ao universo feminino daquele período e para dar asas à imaginação das leitoras. Eram diferentes, portanto, pelo menos se seguirmos a perspectiva da publicidade, dos leitores implícitos dos almanaques analisados por Dutra. Entretanto, não deixavam de colocar-se em uma posição de pedagogos, ainda que quase desvinculados – ao que parece – dos debates acerca da história e da memória nacional chilena.

Para tecer algumas considerações mais conclusivas sobre esta parte do texto, pode-se dizer que havia, portanto, uma ampla diversidade de opções estéticas e políticas na escolha dos autores e obras, que não se encaixavam em uma suposta associação entre o empreendimento editorial de *Ercilla* e as origens de parte de seus integrantes, vinculados ao APRA e suas lutas políticas.

Se for possível concordar parcialmente com Bernardo Subercaseaux a respeito da inclusão de uma “linha de publicações americanistas”, amparada nas perspectivas orientadoras do APRA, bem mais complicado é aceitar sua afirmação de que se privilegiava a funcionalidade em desmedro da materialidade ou de que havia uma “certa reticência frente ao ‘livro esparcimento’, ao ‘livro objeto’ ou ao livro como mero entretenimento”, que muitas vezes eram propositalmente “feios”.⁶⁰

Do mesmo modo, ainda que seja necessário matizar o quadro explicativo de Pierre Bourdieu sobre a quase determinação das posições ocupadas no campo ou estrutura editorial para a elaboração de suas estratégias, pode ser valioso pensar na figura do editor como um

romântica. In: *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011, p. 277-330. [1ª ed. de 1984]. No que tange às relações entre a leitura intensiva e extensiva, há mais tensões entre Chartier e Darnton, pois o historiador francês enfatizou, em seus primeiros trabalhos, que a leitura extensiva teria deslocado progressivamente sua prática intensiva a partir do século XVIII. Já para o historiador norte-americano, houve uma associação mais estreita entre as duas formas de ler, uma vez que a ampliação do número de obras lidas não eclipsou as práticas intensivas de leitura. Cf. CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 143-146. [1ª edição de 1991]. DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1994, p. 217-232; *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 235. [1ª edição de 1995]. Mais recentemente, Chartier afirmou que pode haver simultaneidade entre a leitura intensiva e a extensiva, mas criticou o ceticismo de Darnton a respeito de uma “revolução da leitura” no século XVIII. Para o historiador francês, pode não ter ocorrido uma revolução, mas com certeza ocorreu uma transformação importante. Ver: CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 264-265. Álvaro Soffia Serrano argumentou que se pode inclusive falar de “uma” maneira de ler epocal no Chile, entre 1930 e 1945, caracterizada por “uma leitura extensiva, silenciosa, visual e privada”. Cf. SOFFIA SERRANO, Álvaro. *Lea el mundo cada semana. Prácticas de lectura en Chile, 1930-1945*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2003, p. 289.

⁶⁰ SUBERCASEAUX, Bernardo. Editoriales y círculos intelectuales en Chile (1930-1950). In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*, p. 572-573. O pesquisador chileno apoiou-se, em parte, na afirmação que Sánchez fez em suas memórias de que no Chile as edições eram numerosas, mas não muito bem feitas. Um argumento a favor da interpretação de Subercaseaux advém de um incomum e brevíssimo comentário do uruguaio Carlos Real de Azúa, ao afirmar que as edições de *Ercilla* eram “desalinhasdas, mas simpáticas”. Cf. REAL DE AZÚA, Carlos. El inventor del arielismo: Luis Alberto Sánchez. In: *Historia visible e historia esotérica*. Montevideo: Arca, 1975, p. 125.

“especulador inspirado”. Um personagem, como Sánchez, que articulava os aspectos econômicos aos culturais ou simbólicos.⁶¹

Como salientou Subercaseaux, havia um ambiente de valorização do livro no Chile, entre as décadas de 1930 e 1950, que reforçava o seu “imaginário iluminista”, que de certa forma era sobrevalorizado, ao ser visto como um “instrumento do saber, como veículo de cultura, bem como de mobilidade e ascensão social”. Assim, supostamente se dava menos atenção para os aspectos materiais dos livros.⁶² A análise das publicações de *Ercilla* não nega completamente a interpretação do pesquisador chileno, mas calibra a sua eficácia. Com o objetivo de atingir públicos diferentes, a editora cuidou também de forma distinta da qualidade material de seus livros, como vimos ao longo do presente capítulo. Além disso, Darnton salientou que os leitores, a partir do século XVIII, já possuíam uma consciência tipográfica e degustavam o livro em sua materialidade antes de seu discurso, ainda que ambos fossem importantes. Assim, não se pode dizer que havia descuido em relação à apresentação dos livros, que muitas vezes eram únicos e o acabamento feito à mão.⁶³

Em outro texto, mais extenso, Subercaseaux tentou encontrar uma resposta para os motivos dos governos chilenos não apoiarem as editoras do país, além do desinteresse por parte dos grupos empresariais em investir na indústria do livro – ao contrário do que ocorria na Argentina –, particularmente durante os governos da Frente Popular chilena (1938-1941) e os sucessores capitaneados pelos radicais (1941-1946; 1946-1952), vinculados às camadas médias da população. Para Subercaseaux, a indústria editorial chilena não se encaixou na chamada “substituição de importações”, não foi protegida pelo Estado e muito menos houve uma política clara para ela, que sofreu, inclusive, os efeitos colaterais de medidas que tentavam estimular outros setores, como o aumento das tarifas para a importação de maquinaria e de papel. Uma vez mais recorreu à tese da existência de uma visão “iluminista” sobre o universo dos livros, o que levou os dirigentes chilenos a não ver os livros como objetos ou demais mercadorias, que necessitavam de políticas concretas de fomento e proteção, no aguerrido mercado editorial internacional.⁶⁴

Para refinar um pouco mais a interpretação de Subercaseaux, pode-se argumentar que a visão “iluminista” também incluía o “medo” da difusão da leitura, a exemplo do que ocorrera

⁶¹ BOURDIEU, Pierre. Una revolución conservadora en la edición. In: *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: Eudeba, 1997, p. 241.

⁶² SUBERCASEAUX, Bernardo. Editoriales y círculos intelectuales en Chile (1930-1950), p. 573.

⁶³ DARNTON, Robert. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica. In: *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011, p. 287-288.

⁶⁴ SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM, 2010, p. 141-176.

na França pós-1848? Mollier concluiu que, do final do século XVIII até a Segunda Guerra Mundial, a alfabetização, escolarização e ampliação da leitura inquietou os encarregados de “guiar” os novos setores pelo mundo das letras. Ocorreu uma constante vigilância sobre a expansão da leitura, que se amparava no medo de ampliar a democracia em excesso.⁶⁵ No Brasil dos anos 20, Monteiro Lobato criticou a falta de apoio do governo nacional à produção livresca. Segundo Gabriela Pellegrino Soares, Lobato “interpretava a parca atuação do poder público nacional nesse campo como sinal de resistência ao progresso e de desconfiança com relação às implicações da educação popular”.⁶⁶

No cerne do problema, não se pode deixar de questionar sobre as características “mesocráticas” e “democráticas” dos governos do Chile, entre 1932 e 1952, a partir da ascensão do segundo governo de Arturo Alessandri Palma até o final do governo de Gabriel González Videla. Se pensarmos conforme o historiador Gabriel Salazar Vergara, a elaboração e promulgação da Constituição de 1925, durante o primeiro governo de Alessandri Palma, desfavoreceu as reivindicações de democratização e participação de amplas camadas do país na construção do presente e do futuro do Chile.⁶⁷

3.3 Práticas editoriais: diálogos e tensões entre autores e editores

Pouco mais de uma década após sua criação, *Ercilla* ingressou em uma nova fase devido a diversas transformações que marcaram sua trajetória. Mais do que a profissão de fé de finais de 1942, sobre as mudanças de rumo da revista, os problemas financeiros enfrentados, em 1943 e 1944, e a partida dos exilados peruanos, em 1945, trouxeram a necessidade de reorganização interna para a sua sobrevivência no mundo editorial.

A edição comemorativa de 400 números publicados no final de 1942 não deixava transparecer as dificuldades que *Ercilla* enfrentava, a partir dos finais dos anos 30, ao destacar que estava “TOTALMENTE CONTRATADA a pauta de publicidades de nossa revista para TODO O ANO DE 1943. Não sobra nem mesmo um centímetro disponível!”⁶⁸

⁶⁵ MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: ensaios sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 193-195.

⁶⁶ SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 195.

⁶⁷ SALAZAR, Gabriel. *Del poder constituyente de asalariados e intelectuales (Chile, siglos XX y XXI)*. Santiago: LOM, 2009.

⁶⁸ Revista *Ercilla* no acepta más avisos para 1943. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 400, 30 de dez. 1942, p. 5. Maiúsculas no original.

Entretanto, as notícias de supressão da sociedade anônima ecoaram em alguns periódicos chilenos, no segundo semestre de 1943. *Ercilla* buscou tranquilizar seus leitores e reafirmou seu vigor editorial:

Com motivo da liquidação da *Editora Ercilla*, Sociedade Anônima, serão arrematados os ateliês em que até agora vem sendo impressa a Revista *Ercilla*. Esta medida não afeta em nada a regularidade da publicação deste semanário, que continuará a aparecer como de costume, sem qualquer interrupção. [...] A melhor revista chilena continuará sua existência normal, aperfeiçoada em sua apresentação pelo aproveitamento de uma maquinaria mais moderna, que responda às exigências de seu crescente progresso.⁶⁹

O catálogo de 1943 da editora ainda anunciou 36 “novidades”, distribuídas entre História e Política (10), Filosofia (1), Romance (6), *Colección de autores famosos del siglo XIX* (7), Clássicos da *Biblioteca Amauta* (7), *Biblioteca Amauta Americana* (3), Ensaio (2). Não eram necessariamente textos novos, pois havia algumas reedições, como a 5ª edição ampliada de *Chile o una loca geografía*, de Benjamín Subercaseaux; nova edição de luxo de *A montanha mágica*, de Thomas Mann; 5ª edição de *El mundo es ancho y ajeno*, de Ciro Alegría; e uma 2ª edição de *Historia general de América*, de Sánchez.⁷⁰

Segundo Sánchez, o “colapso” da editora havia começado em 1938. “Haviam armazenado papel impresso em demasia, os preços variavam, faltava liquidez [...], os juros do capital imobilizado afogavam a empresa; as leis sociais contribuían para o estrangulamento econômico”. Além disso, o ritmo de publicações havia diminuído bastante e se restringia a dois livros por semana, o que estava distante do auge de 1936 e 1937. Ainda segundo as memórias do editor peruano, Benjamín Subercaseaux “converteu-se no menino mimado da casa”.⁷¹

Ercilla passou por graves problemas financeiros até 1945, mas mesmo assim não deixou de publicar seus variados catálogos nas páginas do semanário, e ainda em 1948 anunciou algumas novidades.⁷² Em lugar de circunscrever as adversidades aos quadros internos, alguns autores de *Ercilla* passaram a tratar dos problemas comuns enfrentados pelo

⁶⁹ Administración de la Revista *Ercilla*. Revista *Ercilla* seguirá saliendo todas las semanas. *Ercilla*, Santiago, ano IX, n. 440, 06 de out. 1943, p. 2.

⁷⁰ EDITORIAL ERCILLA. *Novedades Ercilla*. Santiago: Ercilla, 1943.

⁷¹ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, 2004, p. 65.

⁷² Cf. *Ercilla*, Santiago, ano XII, n. 669, 24 de fev. 1948, p. 17. Entre 12 títulos novos, a editora anunciou *La mala estrella de Perucho González*, de Alberto Romero; *Gatita*, de Augusto D’Halmar; *Viento Verde*, de Hernán del Solar; *Daniel*, de Benjamín Subercaseaux; *Atlas de Chile*, “impresso totalmente a cores”; e *Humanismo Integral*, de Jacques Maritain. Em 1950, foram anunciados os livros de Gregorio Amunátegui, *Del otro lado de las montañas*; de Marcela Paz, *La vuelta de Sebastián*; de Enrique Bunster, *Motin en Punta Arenas*; entre outros. Em 1951, mais alguns títulos: o primeiro romance de Subercaseaux, *Jemmy Button*; e de Luis Alberto Sánchez, *Tierra del Quetzal*; de Marcela Paz, *Papelucho casi huérfano*.

mercado editorial chileno diante do rápido avanço dos livros argentinos e mexicanos em toda a América Hispânica.

Em carta direcionada ao ministro da Educação – e futuro presidente chileno (1958-1964) – Jorge Alessandri, em novembro de 1944, o exilado belga Mauricio Fabry, que havia substituído Rodrigo na direção da empresa, pediu atenção governamental para os problemas dos editores chilenos, particularmente em relação à suspensão de impostos para o papel utilizado na impressão dos livros, uma vez que os preços haviam aumentado muito nos últimos anos. Argumentava, portanto, que somente uma ação clara por parte do governo federal podia renovar o terreno para as editoras.⁷³ Vale comentar rapidamente que a editora incorporou outro exilado em sua equipe, que também assumiu um papel de direção.

As ações governamentais, entretanto, não ocorreram e *Ercilla* ainda teve que se despedir de seus integrantes peruanos – que não deixaram de trabalhar como correspondentes a partir de Lima⁷⁴ – e entrou em uma nova etapa capitaneada pelos personagens mais importantes do jornalismo chileno. Até aquele momento, *Ercilla* parecia ser um porto seguro para muitos autores chilenos, peruanos e exilados de outros países.

Ainda que Sánchez tenha idealizado a unidade ideológica dos apristas, dos desterrados venezuelanos e dos socialistas chilenos em suas memórias, como sublinhou Ricardo Melgar Bao,⁷⁵ estruturaram-se no Chile, de fato – particularmente em Santiago e Valparaíso – importantes redes de sociabilidade das quais participaram os grupos mencionados anteriormente, bem como intelectuais chilenos não vinculados aos socialistas, além de outros exilados, como o argentino Alberto Ghirardo e o boliviano Víctor Paz Estenssoro.⁷⁶

Para Bernardo Subercaseaux, um sentimento de “nacionalismo continental” favoreceu a formação dessas redes, com afinidades mais propriamente literárias ou políticas, o que permitiu, por exemplo, ao jovem e desconhecido Mariano Picón Salas aproximar-se, no Chile, de importantes escritores e editores nas décadas de 20 e 30.⁷⁷ O escritor venezuelano teve três obras publicadas por *Ercilla*: *Intuición de Chile*, *Mundo imaginário* e *Registro de huéspedes*.

O anarquista Alberto Ghirardo também recebeu certo destaque, pois foi o segundo

⁷³ FABRY, Mauricio. *Carta a Jorge Alessandri*. Santiago, 30 de novembro de 1944. A correspondência pertence ao acervo da Sala Medina, da Biblioteca Nacional do Chile, sediada em Santiago.

⁷⁴ Seoane transformou-se no principal e mais assíduo correspondente da revista, entre os peruanos, e afirmou em julho de 1945 que o “Peru se [atualizava] em livros democráticos”, em parte devido à grande demanda das edições de *Ercilla*. Cf. *Ercilla*, Santiago, ano XI, n. 534, 24 de jul. 1945, p. 22.

⁷⁵ MELGAR BAO, Ricardo. Huellas, redes y prácticas del exilio intelectual aprista en Chile, p. 156-157.

⁷⁶ Cf. SUBERCASEAUX, Bernardo. Editoriales y círculos intelectuales en Chile, 1930-1950. *Revista chilena de literatura*, Santiago, n. 72, p. 225, abril de 2008.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 228-229. O venezuelano chegou com 23 anos ao Chile, em 1923, e deixou o país em 1936. Exilou-se devido ao governo ditatorial de Juan Vicente Gómez, entre 1922 e 1935.

autor argentino mais publicado pela editora, enquanto Hugo Wast liderou a lista com mais de uma dezena de livros, direcionados particularmente para o público feminino. Segundo Subercaseaux, as afinidades de Sánchez com Ghiraldo giravam muito mais em torno de suas afinidades literárias do que políticas, a quem o editor de *Ercilla* costumava chamar de “o escritor que havia sido amigo de Rubén Darío”.⁷⁸ Vale ainda ressaltar que as páginas da revista *Ercilla* não deixaram de “reproduzir” as opiniões de alguns periódicos argentinos sobre as obras de Ghiraldo, publicadas por sua editora.⁷⁹

Sánchez viajou a Buenos Aires e Montevideu, em 1936, para participar do Congresso Internacional do P.E.N. Club e estreitar laços com intelectuais de diversos países, onde foi bem recebido, inclusive com um almoço organizado pelos escritores argentinos e pela revista *Nosotros*. Em Buenos Aires, conversou com Alfredo Palacios, o boliviano Alcides Arguedas e com o austríaco Stefan Zweig, que eram publicados por *Ercilla*.

O intelectual peruano aproveitou para salientar que Arguedas se mostrava ansioso pela republicação de *Pueblo enfermo* pela editora chilena, após muito tempo esgotado. Em primeiro lugar, porque esperava ser novamente discutido e criticado. Em segundo lugar, por entrever uma ampla circulação de sua obra, que, aos seus olhos, mostrava-se vigente diante de um povo boliviano dividido entre “muitos pobres” e “poucos ricos”. Finalmente, pelo fato de associar a futura edição com iniciativas de estímulo à formação de uma frente de luta para a transformação da Bolívia, possivelmente inspirada pelo aprismo. Arguedas anunciou, nas linhas finais da entrevista concedida a Sánchez, que estava escrevendo um romance naquele momento, “naturalmente” de “índole social” – que seria publicado por *Ercilla* –, mas não quis adiantar qualquer informação sobre o seu argumento, como uma forma de provocar o interesse dos leitores.⁸⁰

Ao comentar seus dois encontros com Zweig, Sánchez enfatizou que o escritor europeu não gostava de discutir suas obras, nem debatia sobre preços. Sustentava, portanto, que o exilado austríaco era “um intelectual com dignidade exemplar. Esta é a dignidade autêntica do escritor”, ao aprovar, sob sua ótica, a simplicidade e modéstia de Zweig.⁸¹

Defendia, dessa forma, os interesses da editora em face das reclamações de alguns

⁷⁸ *Ibidem*, p. 230.

⁷⁹ Cf. Lo que dicen los periódicos de América acerca de los libros de “Ercilla”. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 71, 14 de set. 1936, p. 19.

⁸⁰ Arguedas y la realidad boliviana. Un autor del Altiplano habla de su país. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 71, 14 de set. 1936, p. 13. O livro ganhou algumas resenhas na revista, que o viam como “fundamental para poder entender muitos graves problemas de nossa América”. Ver: Bolívia, “Pueblo enfermo” o “Pueblo niño” abre sus entrañas en el magnífico libro de Alcides Arguedas. *Ercilla*, Santiago, ano III, n. 98, 19 de mar. 1937, p. 14.

⁸¹ SÁNCHEZ, Luis Alberto. Stefan Zweig, hombre fugitivo. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 72, 21 de set. 1936, p. 7; Idem. El gran escritor Stefan Zweig. In: *Ibidem*, p. 8.

autores, como Ortega y Gasset? Procurava desestimular práticas de autores que eram bastante zelosos e preocupados com seus direitos autorais? Em parte, sim, o que se somava ao fato de expressar opiniões permeadas pela clássica tensão entre valor intelectual e ganhos financeiros, que não pareciam incomodar tanto as suas próprias atividades.

Em relação aos autores peruanos, inicialmente Manuel González Prada e Haya de la Torre conquistaram um espaço de destaque na editora, posteriormente ultrapassados, em muito, pelo próprio Sánchez. Anunciada como uma “literatura em pleno desenvolvimento”, *Ercilla* selecionou, com critérios políticos e ideológicos,⁸² poucos autores peruanos que eram vistos como “mestres de ontem e hoje”. A publicidade sobre Haya de la Torre ressaltou desde o romanesco percurso dos originais enviados do Peru ao Chile, em tempos de cárcere, às estratégias de amplificação do alcance de suas ideias. Nesse sentido, o papel do editor – Sánchez – foi essencial, pois inventou no prólogo de 1934, a pedido do autor, uma primeira edição de *El antiimperialismo y el APRA*, em 1928, para mostrar aos leitores e ao governo ditatorial peruano as destrezas subversivas de Haya de la Torre. E, também, por destacar as dificuldades para receber o manuscrito para transformá-lo em livro, o que reforçava o interesse dos leitores pelo livro, por suas brisas clandestinas.⁸³

As estratégias de legitimação de Haya de la Torre passaram ao mesmo tempo pelas páginas da revista *Ercilla*, ora individualmente, ora em um conjunto seletivo de obras que eram recomendadas aos leitores para não perderem o fio das transformações por que passava o mundo. Por exemplo, ao lado de *La lección de Mussolini* (Henri Massoul), *La inquietud mundial* (Francisco Nitti), *¿Quiebra de la democracia?* (H. G. Wells), *Alemania vista por dentro* (André Germain), a revista estimulava a leitura de *¿Adónde va Indoamérica?* e *El antiimperialismo y el APRA*, como leituras que extrapolavam o cenário peruano e abarcavam os “problemas fundamentais de toda a América”.⁸⁴

Com uma posição privilegiada de editor e escritor, Sánchez havia publicado oito obras por *Ercilla*, até 1938,⁸⁵ e outras cinco daquela data a junho de 1941, divididas em três

⁸² Não houve talvez outra nacionalidade que tenha sofrido um recorte tão criterioso embasado em afinidades políticas como foi o caso dos autores peruanos. Os conservadores peruanos não foram publicados por *Ercilla*. Representantes de setores de esquerda, mas rivais dos apristas tampouco, como o caso de Mariátegui.

⁸³ Segundo as memórias de Sánchez, o terceiro livro de Haya de la Torre publicado por *Ercilla*, *Ex combatientes y desocupados*, teve uma tiragem de 10 mil exemplares. Cf. SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 59.

⁸⁴ Urgente lectura para Ud. *Ercilla*, Santiago, ano II, n. 72, 21 de set. 1936, p. 18.

⁸⁵ *Breve tratado de literatura general y notas sobre la literatura nueva; Don Manuel; Haya de la Torre o el político; Historia de la literatura americana* (em edição econômica e de luxo); *Índice de la poesía peruana contemporánea; La perricholi; Panorama de la literatura actual; e Vida y pasión de la cultura en América*.

coleções diferentes (*América, Contemporáneos e Biblioteca Ercilla*).⁸⁶ Publicou ainda um livro sobre Pedro Aguirre Cerda e a Frente Popular, sob o pseudônimo de Juan Fernández. Segundo Sánchez, Seoane achou o livro pouco revolucionário. Neruda não se manifestou. O livro vendeu rapidamente.⁸⁷ Como acontecia com outros autores, seus livros eram comentados com certo destaque nas páginas da revista *Ercilla*, que igualmente procurava salientar as opiniões positivas tanto sobre as atividades de Sánchez como escritor quanto editor.

Sinal da contração das atividades editoriais de *Ercilla*, que se anunciava como a editora “mais poderosa do continente”, em 1937, em face do fortalecimento das editoras mexicanas e argentinas, Sánchez publicou uma de suas principais obras, *¿Existe América Latina?*, em 1945, pela *Fondo de Cultura Económica* (FCE). Mas também foi um sinal de prestígio, pois Sánchez não publicava somente na própria editora.⁸⁸

De qualquer forma, a editora *Ercilla* entrava em uma crise, que se agravava com o passar dos anos. Como veremos em seguida, Neruda substituiu seus contratos com a editora chilena por *Losada*, com sede em Buenos Aires, durante os primeiros anos da década de 1940. Os dois autores certamente estavam pensando nas possibilidades de uma difusão mais ampla de seus livros, bem como nas garantias econômicas.

Finalmente, a respeito ainda dos autores peruanos, a maior aposta de *Ercilla* foi *El mundo es ancho y ajeno*, de Ciro Alegría, que passou por um importante processo de difusão nas páginas da revista *Ercilla*, bem como dos diferentes catálogos, a partir da sua primeira edição. Cabe lembrar que Alegría ficou hospedado na casa de Sánchez por quase um ano. A apresentação de Alegría coube a Manuel Seoane, que buscou matizar a peruanidade do jovem escritor. Segundo Seoane, Alegría era um escritor peruano, mas que também pertencia ao

⁸⁶ *América, novela sin novelistas; Balance y liquidación del novecientos* (obra lida por Real de Azúa, quando falou de um certo desalinho dos livros de *Ercilla*); *Dialéctica y determinismo; Garcilaso Inca de la Vega; Valdivia el fundador*.

⁸⁷ O título do livro era *Pedro Aguirre Cerda y el Frente Popular*. Segundo as palavras de Sánchez: “Agora, ao cabo dos anos, voltei a reeditá-lo com algum êxito, não porque acreditava que minhas obras sejam intocáveis, mas porque cada vez me convenço mais de que a ‘revolução’ está para muitos em repetir essa palavra e também os fatos que a negam”. Cf. SÁNCHEZ, Luis Alberto. Bohemia y revolución: Huidobro y Nicolai. In: *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 175. Não posso deixar de lembrar o leitor que o memorialista peruano terminou com a citação anterior o capítulo específico sobre Neruda. Uma vez mais, enfatizou suas desavenças com o poeta chileno, mas também para marcar seu distanciamento em relação ao governo da *Unidad Popular* (1970-1973), presidido por Salvador Allende.

⁸⁸ Segundo Gustavo Sorá, o diretor da FCE – fundada em 1934 –, Daniel Cosío Villegas, viajou à Argentina, ao Chile e ao Peru, no outono de 1941, para estreitar laços com produtores e intermediários culturais locais e de alguns países vizinhos, como o Uruguai. O objetivo central da jornada de Cosío Villegas à América do Sul se relacionava ao projeto da coleção *Tierra Firme*, de construir uma “enciclopédia” sobre temas latino-americanos, que incluía o Brasil. Ainda que Sorá não mencione conversas entre Sánchez e Cosío Villegas, o texto do intelectual peruano foi publicado no segundo ano de vida de *Tierra Firme*. Ver: SORÁ, Gustavo. Misión de la edición para una cultura em crisis. El Fondo de Cultura Económica y el americanismo en *Tierra Firme*. In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*, p. 537-566.

Chile, pois, como aprista, teve que deixar seu país natal e escreveu suas melhores obras no vizinho do sul, como *El mundo es ancho y ajeno*. Assim, a fama de Alegría se difundia pelas janelas chilenas.⁸⁹

Ao ser publicada a 1ª edição por *Ercilla*, em 1941, Seoane já havia cortejado a principal obra de Alegría, quando não perdeu a oportunidade para salientar que o romance era fecundo porque estaria extremamente articulado à realidade mais próxima do escritor:

A obra de Ciro Alegría vem da entranha da dor americana. Não é um livro de tese preconcebida, mas o reflexo obrigatório de uma realidade existente. Não senhor crítico, na obra os índios não são demasiado bons, nem os padrões inexoravelmente maus! Porque também há índios bandoleiros e grandes proprietários [*gamonales*] que amparam fugitivos para regenerá-los. Ciro Alegría pintou o que viu. Por que se assustar de que tivera olhos e observasse? [...]

Abra qualquer página, leitor: ali está a presença do Homem e da Terra Universal e Eterna. Como desde antes e para sempre. Por isso, repito, este é um romance épico. A epopeia do povo e do campo. Recheada de histórias e relatos cativantes. Como o cofre misterioso da própria vida.⁹⁰

Seoane evidenciou seu posicionamento favorável à função político-social da literatura, que deveria se nutrir da realidade, da observação da vida do povo. Procurou endossar a obra de Alegría, ao afirmar que se apresentava como um reflexo da realidade criado pelo autor. Como o público recebeu as afirmações de Seoane? Concordou com o redator de *Ercilla* ou o criticou? Infelizmente não encontrei sinais da recepção e apropriação do texto pelos leitores, mas *El mundo es ancho y ajeno* transformou-se num sucesso de vendas durante as décadas de 40 e 50, com sete edições no total, por *Ercilla*.

Nas páginas da revista, o livro de Alegría foi celebrado de forma bastante frequente: “Com uma fervilhante fé na existência e em todas as possibilidades do homem consciente, Ciro Alegría arquitetou em *El mundo es ancho y ajeno* um romance social não perecível”, colocado, pelo crítico Carlos Vattier, na linhagem de *Doña Bárbara* [Rómulo Gallegos], *Raza de Bronce* [Alcides Arguedas], *Los de abajo* [Mariano Azuela] e *Don Segundo Sombra* [Ricardo Güiraldes] como “as pedras angulares da literatura latino-americana”.⁹¹

Sem querer retirar os méritos da importante e premiada obra de Alegría, *Ercilla* necessitava encontrar novos faróis para sustentar suas atividades editoriais, ao lado de Benjamín Subercaseaux, uma vez que Neruda já havia sinalizado que queria encerrar seu contrato com a editora para publicar pela promissora *Losada* de Buenos Aires.

⁸⁹ SEOANE, Manuel. Ciro Alegría. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 388, 7 de out. 1943, p. 17.

⁹⁰ Idem. Kaleidoscopio de hoy. *El mundo es ancho y ajeno*. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 320, 18 de jun. 1941, p. 5. Maiúsculas no original.

⁹¹ VATTIER, Carlos. Panorama de autores y libros. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 318, 4 de jun. 1941, p. 17.

Em entrevista concedida a Volodia Teitelboim, em dezembro de 1943, Neruda tecia uma crítica generalizante sobre os editores chilenos. A seu ver, eles haviam demonstrado ser incompetentes, ao rechaçar a publicação de *La séptima cruz* da escritora alemã Anna Seghers, que se tornara a grande sensação do mercado editorial dos Estados Unidos.⁹² Na mesma entrevista, Neruda afirmou que seus livros eram pirateados em dezenas de milhares de cópias, principalmente na Colômbia e na Argentina, e que assim que seu contrato findasse com *Ercilla*, passaria a publicar sua obra com *Losada*.⁹³

Neruda entrou no catálogo de *Ercilla* em 1937, mediante uma estratégia arquitetada por Rodrigo e Sánchez, uma vez que se informaram do anúncio do poeta chileno, durante o primeiro ano da Guerra Civil Espanhola, que desejava retornar ao país natal. Sánchez foi confirmar a informação diretamente na embaixada espanhola do Chile. Com a confirmação da decisão de Neruda, Laureano Rodrigo recorreu a Ismael Edwards Matte “para armar um generoso artifício editorial a fim de que nele caísse o poeta mais lido de então. Don Ismael autorizou qualquer gasto”. Sánchez encarregou-se de continuar com as negociações e informou a Rodrigo e Edwards Matte “que já tinha uma carta de Neruda e que nos entrevistariamos assim que ele chegasse”, o que ocorreu no café Viena.⁹⁴

Falamos de literatura, do Peru, do APRA [...]: ele tinha 33 anos e eu ia fazer 37. Por fim, entramos no tema da reunião: a reedição de seus livros. Pablo, que sempre me pareceu um homem de critério prático, me disse: ‘Com muito gosto autorizarei a edição de meus livros por Ercilla. *Nascimento* não difunde no exterior, vocês sim, mas imponho uma condição: que o primeiro a sair seja *España en el corazón* e que me façam um adiantamento substancial’. Consentii. No dia seguinte tinha em minhas mãos o original do livro, que eu conhecia fragmentariamente, e lhe entreguei um cheque de 15 mil pesos, que então era uma soma apreciável. Eu ganhava naquele momento uns cinco mil pesos mensais, juntando salários, traduções e *royalties*.⁹⁵

España en el corazón saiu com ilustrações do próprio Neruda, em duas tiragens: uma de luxo e outra popular. Saíram outras duas edições rapidamente. Em um ano *Ercilla* reeditou *Veinte poemas de amor y una canción desesperada*, *Residencia en la tierra* (I e II), *Crepusculario*, *El hondero entusiasta*, *Anillos* e *El habitante y su esperanza*.⁹⁶

Sánchez disse que Neruda começou a publicar suas obras por Losada nos inícios de 1940, pois o novo gerente de *Ercilla* Mauricio Fabry “em geral, amava mais o peso dos pesos

⁹² NERUDA, Pablo. Los ojos de América nos miran. In: *Nerudiana dispersa II (1922-1973). Obras completas V*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002, p. 1080-1081.

⁹³ *Ibidem*, p. 1084.

⁹⁴ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 134.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 135.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 136.

que o peso das ideias e das imagens. Menos mal que ambos os pesos se conciliaram por obra e graça de Huidobro”, ao falar sobre as dificuldades em conseguir convencer *Ercilla* a publicar dois livros de versos de Vicente Huidobro, como veremos a seguir.⁹⁷ Além disso, é bom lembrar novamente que Neruda se envolveu em habituais disputas políticas com Manuel Seoane, o que rendeu inclusive uma reprovação de Sánchez. Teriam essas disputas catalisado os desejos de mudar de editora por parte do poeta chileno?

Sobre a transferência de Neruda de *Ercilla* para *Losada*, Sánchez sustentou que havia conseguido realizar um acordo satisfatório com Gonzalo Losada: “nós venderíamos as edições que imprimimos e ele esperaria que elas se esgotassem para lançar as suas. Nem sempre os políticos ou os poetas demonstram a amplitude de critério que demonstram os pilotos financeiros das editoras *Ercilla* e *Losada*”.⁹⁸

O caso de Vicente Huidobro, seu amigo, mas rival declarado de Neruda,⁹⁹ também pode ser interessante. Segundo Sánchez, Huidobro o procurou, em 1939, para publicar duas obras de poemas por *Ercilla*. Sánchez disse que se entusiasmou porque havia publicado *España en el corazón* de Neruda, em 1937, e estava preparando a publicação de mais títulos. No entanto, a recepção da ideia por outros integrantes de *Ercilla* foi mais reticente. Segundo Sánchez, a editora não se ocupava de livros de versos, a não ser quando tinham um mercado garantido, como as obras de Neruda e outros dois exemplos: *Tierra de promisión*, de José Eustacio Rivera; e *La hora de las ventanas iluminadas*, de Jorge Carrera Andrade.¹⁰⁰

Huidobro não parecia ser um autor com público garantido que valesse o risco. Sánchez diz que insistiu, sem êxito. Assim, teve que tentar negociar com o poeta chileno. Propôs “que *Ercilla* editaria seus dois novos livros, mas que se ao cabo de um ano houvesse um saldo excessivo, o autor se comprometeria a comprar esse saldo ou parte dele ao preço do distribuidor, ou seja, com cinquenta por cento de desconto”. Sánchez assinalou que as edições de *Ver y palpar* e *El ciudadano del olvido* não passaram de dois mil exemplares, que Huidobro recebeu pelos direitos autorais, e que ao final de um ano as vendas foram muito

⁹⁷ *Ibidem*, p. 174.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 174-175.

⁹⁹ Segundo Sánchez, Huidobro costumava chamar Neruda de *El besugo*, isto é, torpe ou tolo, mas também pode se referir a um peixe rosado de olhos grandes. Cf. *Ibidem*, p. 101. Por seu turno, de forma irônica, Neruda afirmou que Huidobro alterara seu nome durante os anos 20 do castelhano Vicente para o francês Vincent, o que via como uma atitude própria do cosmopolitismo dos “escritores oligárquicos”. Ver: NERUDA, Pablo. *Confieso que he vivido*. In: *Nerudiana dispersa II (1922-1973). Obras completas V*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002, p. 466. Além disso, ao memorar seus contatos com César Vallejo, assinalou que o poeta peruano era o antípoda de Huidobro, aquele porque gostava de ressaltar “suas feições indígenas”, Huidobro por se comparar aos franceses. Com as palavras de Neruda, “Huidobro deixava cair uma mecha na testa, colocava as mãos no colete, erguia o busto e perguntava: – Notam minha semelhança com Napoleão Bonaparte?”. Cf. *Ibidem*, p. 471.

¹⁰⁰ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 103.

além do que se esperava: “o saldo era menor do que deixa qualquer livro *comercial*”. Contudo, não houve reedições porque, para Sánchez, *Ercilla* começava a passar por mudanças naquele período, com reformas que diminuíram a capacidade de publicar novos livros, e também porque ele viajara por um ano para os Estados Unidos. Quando voltou, parecia que a situação havia mudado bastante.¹⁰¹

De acordo com as memórias de Sánchez, os exemplos de Neruda e Huidobro permitem entrever que, em relação aos autores chilenos – na comparação com os peruanos –, os critérios econômicos pesavam mais na balança no momento de escolher o que publicar e o que deixar de lado, ainda que as tiragens mencionadas devam ser cotejadas com outras fontes. Também é preciso atentar para as afinidades de Neruda e Huidobro com Sánchez, que passavam muito mais por suas sociabilidades literárias do que políticas. Entretanto, nem mesmo as obras de Neruda tiveram sempre boa acolhida por parte do editor peruano.

Não sei se existem fontes mais copiosas sobre o dia-a-dia de *Ercilla*, como cartas dos editores e papéis da editora, mas o testemunho de Sánchez sobre Huidobro permitiu, evidentemente de forma bastante ligeira, expor alguns limites para tratar das edições. Ficam ainda muitas dúvidas, pois é muito difícil ter acesso ao que não foi publicado, além das práticas que marcavam o cotidiano da editora.

Distante de preencher essas lacunas, gostaria somente de registrar que Sánchez mencionou que o jovem chileno Fernando Alegría havia procurado *Ercilla*, em 1938, para publicar uma biografia de Luis Emilio Recabarren, quando conversaram sobre suas preferências políticas e planos literários. Para Sánchez, Alegría era importante por sua “mestiçagem intelectual” e por admirar, naquele momento, o biografado Recabarren, os socialistas Marmaduke Grove, Óscar Schnake e Salvador Allende, além do APRA. Infelizmente, Sánchez não deixou maiores testemunhos sobre as relações de Fernando Alegría com *Ercilla*.¹⁰² O livro não foi publicado pela editora dirigida por Laureano Rodrigo, mas pela também chilena *Antares*, em 1938, talvez devido a critérios políticos ou porque a editora não estava em condições de arriscar em um jovem talento.

Augusto D’Halmar e Joaquín Edwards Bello também teceram boas relações com *Ercilla*, pois a editora havia se comprometido a publicar as obras completas de ambos os escritores. D’Halmar trabalhava em *Ercilla*, ao passo que Edwards Bello era primo de Ismael Edwards Matte, o financiador da editora. Segundo Sánchez, a obra de maior publicidade de Edwards Bello, *La chica del crillón*, havia se tornado um grande problema, pois a 1ª edição de

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 103-104.

¹⁰² *Ibidem*, p. 232.

5 mil exemplares havia se esgotado, mas a 2ª edição era vendida a passos muito lentos. Assim, Rodrigo teria ficado decepcionado, enquanto Edwards Bello, “furioso”.¹⁰³

Para terminar de abordar alguns autores que mantiveram negociações com *Ercilla*, vale conceder alguns parágrafos para Benjamín Subercaseaux, que havia se tornado um agente de negociação da empresa com os demais escritores. Uma figura intermediária entre o autor e o editor, que também começou a escrever nas páginas da revista. Em um capítulo de suas memórias, intitulado *Una geografía loca y un narrador cuerdo*, Sánchez evidenciou um tom de aprovação a respeito da obra de Subercaseaux. Segundo o memorialista, o redator peruano da revista *Ercilla*, Manuel Solano, com quem havia trabalhado em *La Tribuna* de Lima, lhe chamara a atenção para Subercaseaux. O ensaísta chileno havia procurado *Ercilla* para publicar *Chile o una loca geografía*, em 1940. Para Sánchez, “visivelmente havia querido imitar a Van Loon e sua *History of Pacific*”.¹⁰⁴ Amigo de Subercaseaux, a partir de então, Sánchez elogiou o livro e aproveitou para cutucar uma vez mais Neruda, ao questionar parte de sua obra: “diríamos que é em prosa no Chile o que em verso é o *Canto general* de Neruda, mas despido de ódio, com amor crítico”.¹⁰⁵



Figura 26: Anúncio de obras de Benjamín Subercaseaux (01/07/1947)

As estratégias de publicidade dos livros de Subercaseaux (Figura 26) foram muito bem pensadas e seu livro *Chile o una loca geografía*, ao lado de *El mundo es ancho y ajeno*, de Ciro Alegría, tornaram-se dois sucessos de vendas, durante a década de 1940. Além disso, a obra do ensaísta chileno apareceu em diversas pesquisas publicadas nas páginas da revista

¹⁰³ *Ibidem*, p. 67-73.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 176-177.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 178.

Ercilla, em 1944, que buscavam formar uma biblioteca básica com os livros imprescindíveis para se conhecer o país, com o título *15 libros para la ideal biblioteca sobre Chile*.

Mais curioso, entretanto, é ver que, ao contrário do que pode ser interpretado sobre a história chilena, acima de tudo durante o seu período como país independente, Subercaseaux afirmava que as fronteiras do país o isolavam do contato mais vívido com seus vizinhos, pois ao norte havia um imenso deserto que dificultava o trânsito dos seres humanos, ao oeste o imenso Oceano Pacífico, ao leste o paredão da Cordilheira dos Andes e ao sul o *finis terrae*.

Cabe ressaltar que o Chile, ao longo do século XIX, foi um local de recepção de exilados de seus vizinhos, característica que atingiu seu auge da década de 1930 até o golpe militar de 1973. Mais significativo ainda é o fato de que Subercaseaux publicou *Chile o una loca geografía* por uma editora que albergava muitos exilados de diversas nacionalidades.

Após tratar dos povos “originais” que habitaram o território chileno e de apresentar a região como um local de extenso cruzamento de “raças”, Subercaseaux traçou um paralelo entre os atacamenhos e os mapuches, exaltou suas práticas guerreiras e organização, mas argumentou que os indígenas “chilenos” eram pouco imaginativos. Por isso, o chileno, segundo o autor, seria de “caráter indolente e apático”, ao contrário do norte-americano, que seria entusiasta e imaginativo.¹⁰⁶

A partir dessa altura do livro, Subercaseaux partiu em busca do chileno “autêntico”, de sua identidade nacional, e para isso traçou as principais características dos diversos tipos nacionais, divididos regionalmente, e extremamente moldados pela geografia natural. Para Subercaseaux, no Chile, assim como em toda a América, a natureza se sobreponha à história:

Estamos ainda tão unidos pelo espírito ao primitivismo de nossa raça que, em certos aspectos, de puros *naturais*, ficamos um pouco atrás no conceito do humano, e à semelhança da velha madrastra Natureza, temos ainda o coração duro, a memória frágil e a vista cravada no amanhã, sem pensar em outra coisa que em nós mesmos.¹⁰⁷

Somente para alguns exemplos significativos, é imprescindível focar as caracterizações que Subercaseaux elaborou a respeito dos tipos de habitantes que marcariam, sob sua ótica, uma “maneira” chilena de ser – 1) a *indígena* (sulista e nortista); 2) a *mulata*; 3) a *mourisca*: “o tipo mourisco está composto pelos escassos exemplares belos de homens e mulheres que se encontram no Chile”;¹⁰⁸ 4) a *espanhola* (mestiça):

¹⁰⁶ SUBERCASEAUX, Benjamín. *Chile o una loca geografía*. Santiago: Editorial Universitaria, 2010, p. 54.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 107. Maiúscula no original.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 186.

[...] está composta por esses homens exageradamente feios e mão nobres que formam uma grande parte de nossa população. Rostos alongados e brancos, olhar estúpido e sem vida; bocas de qualquer maneira [...]. Ombros estreitos e peito encovado. [...] Este tipo profundamente degenerado abunda somente nas grandes cidades e não poderia identificá-lo de nenhuma maneira com o chileno médio. Tampouco devemos deixar que a palavra mestiço-espanhol nos leve a confundi-los com os filhos ou netos de espanhóis, nascidos no Chile. Estes são fortes e, às vezes, bonitos; em todo caso, europeus, sem qualquer filiação americana [...].¹⁰⁹

5) e, finalmente a camponesa, representada pelo *huaso*: “talvez pertence ao mesmo tipo de mestiço-espanhol que estudamos anteriormente; porém, protegido da degeneração pela vida do campo”.¹¹⁰

Nesse ponto, pode-se vislumbrar a crítica implícita de Subercaseaux ao mundo urbano, à modernização e à modernidade que degenerariam o “autêntico chileno”, aquele fruto da mistura de “raças”, e que, apesar dos obstáculos, seria “suave e misterioso, por vezes feroz, sempre desdenhante em sua aparente frieza, atuando com sua graça física e o sal irônico de seu espírito. Será visto em luta contra uma natureza rude e forte, infinitamente superior ao homem que a habita”.¹¹¹

As imagens elaboradas por Subercaseaux eram ambíguas e revelavam também uma mescla de repúdio e fascínio pelas camadas populares, principalmente aquelas em contato com o campo do *Norte Chico* e dos lagos do sul, homens protegidos da suposta degeneração da vida urbana, em uma leitura romântica, que se nutriu, ademais, das leituras que exaltavam o bom selvagem em contraposição à sociedade citadina banal e frívola, repleta de vícios e desumanizada.

Parte desse repúdio ao mundo popular de Santiago se articulava às transformações que demandavam a democratização política e cultural, em um país no qual a implementação de reformas educacionais a partir do primeiro governo de Alessandri, nos anos 20, havia propiciado certa ascensão das camadas médias urbanas.

Assim, a valorização do camponês, em contato com a terra, respondia também ao seu desejo de criticar os atores políticos de seu tempo, cujas ações desestabilizavam a ordem oligárquica chilena, que havia conduzido os rumos do país a partir da independência até as primeiras décadas do século XX. As premissas que orientaram a interpretação de Subercaseaux eram evidentemente conservadoras e antidemocráticas.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 186.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 187.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 191.

Para finalizar, vale ressaltar que, ao lado de *El mundo es achó y ajeno*, transformou-se em uma obra com várias reedições, mas não necessariamente os leitores de Neruda e Ghirardo, entre outros autores, eram os mesmos de Subercaseaux, Huidobro e do historiador Albert Edwards, que também havia publicado uma segunda edição por *Ercilla* de *La fronda aristocrática en Chile* (1927), um dos principais textos da historiografia conservadora do país.

3.4 Edição e política: as dificuldades enfrentadas pela editora *Acción*

A trajetória da editora *Acción*, fundada em 1938, por Carlos Quijano, Arturo Ardao e Julio Castro mostrou-se bem mais modesta até a segunda metade da década de 1960, quando finalmente conseguiu se estruturar sobre o almejado tripé: semanário, revista mensal e publicação de livros.

Após abandonar os planos dos fundadores de *Acción* de retomar a publicação do diário *El Nacional*, que havia sido publicado, em 1930 e 1931, os horizontes de Quijano, Ardao e Castro foram delimitados pelo desejo em expandir as suas atividades editoriais, mas que se deparou com inúmeros obstáculos.

Ao anunciar a publicação do primeiro título da editora *Acción*, *Vida de Basilio Muñoz*, em outubro de 1937, os redatores evidenciaram os primeiros problemas, pois tiveram que pedir desculpas pelo atraso na impressão, por motivos materiais, aos leitores que possuíam os vales para a sua aquisição. O primeiro anúncio da comercialização do livro apareceu em janeiro de 1938, ao mesmo tempo em que os redatores afirmavam que começariam a publicar várias obras, “com o empenho de dar a nosso povo material para sua liberação, que sentimos bem próxima”. Era um livro escrito por Arturo Ardao e Julio Castro, com prólogo de Carlos Quijano, sobre a “narrativa da vida de um caudilho, vinculada a 50 anos da história nacional [como um dos líderes do Partido Nacional]” e que estava endereçada aos jovens uruguaios “para que [aprendessem] a viver sem medo e sem defeitos”.¹¹² Como a editora não possuía oficina gráfica própria, a impressão ficou sob responsabilidade da *Imprenta Lanús*. A circulação ocorreu particularmente por subscrição, mas não encontrei dados sobre a sua tiragem ou o preço.

Nove meses depois, em outubro de 1938, *Acción* anunciou a publicação de *Cuadernos de Acción*, um “caderno de propaganda” sobre a “plataforma partidária e seus antecedentes, os programas que criou o partido [Nacional] por meio da célebre carta de princípios de 1872, e

¹¹² Aviso sobre *Vida de Basilio Muñoz*. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 166, 20 de jan. 1938, p. 11.

uma ligeira notícia histórica, como prólogo, redigida por nosso companheiro Arturo Ardao”.¹¹³ Importante salientar, uma vez mais, a vinculação dos editores com o chamado “principismo” e *Radicalismo Blanco*, o que ficava bem claro para o leitor uruguaio, devido ao título: *La Plataforma de Principios del Partido Nacional y sus antecedentes 1872-1934*, vendido a 10 centavos. Para fins de comparação, o semanário era vendido a 5 centavos. No mês seguinte, o primeiro número dos Cadernos foi anunciado assim: “Na vasta obra de **difusão doutrinária** e **educação cidadã**, em que estamos empenhados, os *Cuadernos de Acción* assinalam uma nova etapa. O primeiro número compreende todos os antecedentes da plataforma partidária”, entre 1872 e 1934.¹¹⁴

Os dois números seguintes trataram, respectivamente, do “Primeiro Congresso da Juventude Nacionalista”, que havia se reunido na cidade de Durazno, em 1937, e da “Luta contra o fascismo”, organizado por Julio A. Cedrán, responsável por um bom tempo pelas páginas culturais de *Acción*.¹¹⁵

Entretanto, a expansão das práticas editoriais havia ficado mais nas cartas de intenções. As dificuldades davam o tom, inclusive para a publicação de *Acción*, que deixara de sair semanalmente para chegar às bancas uma vez a cada mês, entre 1937 e começos de 1939. A solução encontrada foi a refundação de seu principal periódico, sob novo formato, com riqueza de imagens (fotografias, desenhos e caricaturas), com caracteres tipográficos impressos em melhor qualidade, mais variado em temáticas e seções, com o objetivo de alcançar novos leitores e financiar outros projetos editoriais.

Segundo a interpretação de Hugo Alfaro, que ingressou em *Marcha* em 1945, como crítico de cinema e administrador (até 1970), o semanário havia nascido “rico de ideias e pobre de fundos”.¹¹⁶ Não obstante a tendência do autor em salientar as dificuldades por que passou *Marcha* – e a editora *Acción* – e exaltar a obstinação dos seus artesãos em vencer os diversos obstáculos enfrentados, para corroborar a imagem de intelectuais preocupados com o bem público e a ética, sua interpretação pode trazer importantes aproximações dos bastidores daquele empreendimento editorial.

¹¹³ *Cuadernos de Acción*. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 178, 26 de out. 1938, p. 8.

¹¹⁴ *Idem*. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 179, 18 de nov. 1938, p. 4. Grifos meus.

¹¹⁵ Aliás, grande parte dos exemplares de *Acción* e *Marcha* disponíveis para consulta na *Biblioteca del Palacio Legislativo*, localizada em Montevideu, pertencem à coleção de Cedrán.

¹¹⁶ ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984, p. 18. Qualquer tentativa de classificação mais restrita do livro publicado por Alfaro, logo após o falecimento de Quijano, no exílio em solo mexicano, corre o risco de se equivocar rotundamente. O autor teceu fios entre a memória individual e coletiva, biografia de Quijano, história e crítica cultural, o que enriquece bastante seu texto, ao mesmo tempo em que exige muita atenção por parte do leitor que o toma como referência.

De problemas de correção dos originais de Carlos Real de Azúa até as reticências de Quijano em aumentar o preço dos exemplares, que se vinculavam, segundo Alfaro, à ideia de que a leitura devia ser para todos os bolsos. Conforme Alfaro, “o tragicômico para mim era que Quijano passava a semana perguntando como estávamos de anúncios [...] e depois, às quintas-feiras, na gráfica, era uma luta com ele para inserir aqueles que havíamos conseguido”.¹¹⁷

No que toca aos anseios de expandir as atividades editoriais, Alfaro destacou que conseguiram, com muitas dificuldades, adquirir uma linotipo e fundar uma impressora própria. Em 1941, o grupo fundou os *Talleres Gráficos 33*,¹¹⁸ com uma impressora do século XIX, que “tirava 400 exemplares por hora e fazia um ruído tão infernal que, no edifício e também no bairro, ficou conhecida rapidamente como britadeira (*rompedieras*)”. Contudo, após um ano de sua utilização, conseguiram adquirir uma rotativa.¹¹⁹

Já nos primeiros números do semanário *Marcha*, em 1939, os redatores mostravam interesse em promover concursos literários para fomentar, também, uma “renovação” dos autores nacionais. O primeiro foi de contos inéditos, de no máximo três mil palavras e escritos a máquina. O jurado estava composto por Luisa Luisi, Emilio Oribe e Francisco Espínola. Além de um prêmio de 100 pesos, os redatores afirmaram que o conto seria publicado nas páginas do semanário e poderia ser editado no formato de livro.¹²⁰

No início de 1940, *Marcha* passou a oferecer aos leitores um suplemento literário com 32 páginas, por cinco centavos, com dois romances curtos: *El Sheriff de Kona*, de Jack London; e *La realidad de un sueño*, de Luigi Pirandello; além de contos, histórias em quadrinhos, amenidades e anedotas. Este suplemento foi intercalado com o de cinema e um suplemento sobre os departamentos uruguaios (Cerro Largo, Durazno, Tacuarembó, Salto, entre outros), o que permite dizer que havia uma clara campanha para promover a circulação de seus impressos por todos os cantos do país. Mas a sonhada e prometida publicação de uma revista mensal – os Cadernos –, além da edição de livros foram constantemente proteladas.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 17. Alfaro relatou uma anedota em que Quijano aconselhava a tirar o anúncio de *Manzanares*, pois seu dono não se chatearia, e que Julio Castro, em tom de zombaria, dizia: “*Manzanares* barateia a vida e você encarece *Marcha*”.

¹¹⁸ É importante observar a evidente referência aos “33 Orientais”, como ficou conhecido o grupo, liderado por Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe, em 1825, que lutou pela independência da Cisplatina contra o Império do Brasil. Segundo Gerardo Caetano e José Rilla, o grupo estava composto por 40 integrantes: 21 orientais, 3 “argentinos”, 4 “paraguaios”, 2 de origens africanas e 10 de origens desconhecidas. Cf. CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Historia contemporánea del Uruguay. De la colonia al Mercosur*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994, p. 29.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 19.

¹²⁰ *Marcha* inicia un concurso para autores nacionales. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 5, 21 de jul. 1939, p. 3.

Em 1943, *Marcha* conclamou novamente os jovens escritores uruguaios para enviar originais de “contos, ensaios e poemas” para serem publicados em suas páginas, com grandes possibilidades de que fossem editados também em um livro. O objetivo era publicar “uma verdadeira antologia da Literatura Inédita do Uruguai”.¹²¹ Os projetos eram auspiciosos e explicitados para todos os leitores: “*Marcha* aproveitará o carnaval para se trasladar aos novos locais, muito mais amplos do que os atuais, traslado imposto pelo progresso ininterrupto da empresa”.¹²² Entretanto, os editores não conseguiam transpor as barreiras econômicas para finalmente efetivar o projeto de expansão editorial.

Naquele mesmo ano, os redatores de *Marcha* declararam sua preocupação com um cenário nacional inundado de livros estrangeiros, pois em 1943 haviam ingressado no Uruguai aproximadamente 800.000 exemplares, o que nutria a preconização em suas páginas da criação de leis de proteção à indústria editorial nacional.¹²³ Sem buscar atenuar o fato do mercado editorial do país ter que conviver com a forte concorrência de poderosas empresas internacionais, o semanário tentava se justificar para os acionistas da sociedade anônima e também para os jovens que tinham enviado seus primeiros trabalhos para ser publicados em suas páginas, mas que também nutriam o desejo de vê-los circular na forma de livros.

Para não ficar nos números divulgados em janeiro de 1944, as páginas assinadas por Emir Rodríguez Monegal, que passou a escrever para *Marcha* sobre crítica literária, espelhavam o predomínio de obras editadas na Argentina, e em menor escala no Chile e no México. Na coluna *Libros de la semana*, as obras das editoras *Emecé*, *Siglo XX*, *El Ateneo*, *Rueda* e *Sudamericana* ganhavam corpo sob a pena do então jovem crítico urguaião.¹²⁴

Era comum o trânsito de autores entre as duas margens do Rio da Prata, a partir do século XIX, com a publicação de muitos uruguaios em editoras da Argentina, particularmente de Buenos Aires, mesmo antes da rápida ascensão do mercado editorial argentino na segunda metade dos anos 30. Os círculos intelectuais dos dois países eram – e ainda são – bastante conectados, o que limitava, em parte, os empreendimentos na área em território urguaião.

¹²¹ Un llamado de *Marcha*. In: *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 169, 22 de janeiro de 1943, p. 15. Maiúsculas no original. O primeiro conto publicado foi *Lluvia*, de Guido Castillo, na edição n. 177, de 26 de março de 1943, p. 15. Posteriormente, foram publicados contos de Amado Camobra, Juan José Morosoli, entre muitos outros.

¹²² *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 169, 05 de mar. 1943, p. 5.

¹²³ Cf. Desarrollo de la Industria Editorial. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 219, 28 de jan. 1944, p. 5.

¹²⁴ Além disso, alguns autores uruguaios traduziram obras para as editoras argentinas, como Carlos Martínez Moreno. Outro exemplo advinha do também jovem escritor e ex-colunista de *Marcha*, Juan Carlos Onetti, que havia publicado *El pozo* em Montevideu, mas se mudou para Buenos Aires, onde passou a escrever contos para *La Nación*, e publicar seus primeiros romances, como *Tierra de Nadie*, em 1941, e *Para esta noche*, em 1943. Cf. RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Libros de la semana. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 221, 11 de fev. 1944, p. 14.

Os próprios leitores de *Marcha* se deparavam inúmeras vezes com publicidades de livros de editoras estrangeiras, particularmente argentinas e chilenas. Os representantes de *Ercilla* não fugiram à regra, e anunciaram seus livros nas páginas do semanário uruguaio:

Libros Ultimamente Aparecidos

LAS LLAVES DEL REINO. Cronin. 2ª Ed.	\$ 2.00
STALIN O EL MILAGRO RUSO. Emil Ludwig	1.50
NOS REMOS EQUIVOCADO. Hitler. Lucian Zecharoff	4.00
CON NAPOLEON EN RUSIA. memorias inéditas del marqués de Caslaincourt	4.00
LA CIUDAD IMPERIAL. 1.000.000 de Ejem. en Estados Unidos	2.00
EN LA CORTE DEL VIRREY. Ariuro Capdevilla. (Evocación de la época colonial)	1.50
CUANDO LA SIERRA FLORECE. Paulista de Latouche. (Primer premio de al Academia Paulista de Letras)	1.50
LA DAMA DEL PARAGUAY. Hector P. Blomberg. (La biografía más completa de madama Lynch)	1.50
UNA MUJER SOLA CONTRA EL MUNDO. L. Alberto Sánchez. (La Biografía apasionante de una mujer americana) gran figura del siglo pasado	1.50
CHINITA. Alfonso Peixoto. (La obra más famosa de este escritor considerado como el valor más alto de la literatura brasileña)	2.50
VIDA DE CHARLES CHAPLIN. M. Villegas López. (Biografía completa del genio del cine)	2.25
VIDA DE JUAN B. JUSTO. Darío Gómez. (Biografía completa del fundador del partido socialista argentino)	3.50
ME LLAMABAN CASANDRA. Genevieve Tabouis. (Cómo y por qué estalló la guerra mundial)	3.50
EL MUNDO ES ANCHO Y AJENO. Ciro Alegria. 3ª edición	7.00
HISTORIA DE AMERICA. Luis Alberto Sánchez. 1ª edición, corregida y aumentada, 2 tomos	

DISTRIBUIDORES:
Editorial Ercilla - Médanos 1410

Toda la Semana en un Día

Figura 27: *Marcha*, n. 175, 05/03/1943, p. 15

Librería "ERCILLA"

Tiene en venta las siguientes novedades:

ARQUITECTURA DE LAS LENGUAS. por Eduardo Benot (3 tomos encuadernado, formato 17 x 23 1/2)	\$ 15.00
Esta obra contiene el más profundo análisis del lenguaje castellano que se haya realizado hasta el día, y el profesor, el escritor, el orador, encuentran en este magno trabajo el auxiliar indispensable.	
HISTORIA DE LOS JUDIOS. por Abram León Sachar	3.50
En este libro, aparece por vez primera, en forma completa y bien detallada, toda la dramática historia del pueblo judío desde los tiempos del Antiguo Testamento hasta el presente	
ENTREACTO. por Virginia Woolf (Obra póstuma de esta genial escritora inglesa)	1.00
DISCURSOS A LA NACIÓN ALEMANA. por J. G. Fichte	2.25
Texto íntegro de los famosos discursos que contienen la doctrina del nacionalsocialismo y que apuntan, ya en 1806. En este libro verá que el nazismo no es un invento de última hora ni una locura pasajera, sino la natural consecuencia de una disincronía y una educación específica.	
¿QUE ES EL TERCER ESTADO? por el Abate Sieyès	1.75
El más hondo planteamiento de los problemas de poder político y de la soberanía del Estado.	
FUNDAMENTOS DEL MATERIALISMO. por Leoncio Basbaum	3.50
En este volumen está la doctrina materialista desde sus fundamentos más remotos hasta la experiencia soviética, conteniendo: Materialismo e Idealismo, Evolución del Materialismo, Ciencia y Materialismo, La Historia y la Filosofía. Es la más completa, objetiva y clara exposición de la doctrina materialista.	

OTRAS NOVEDADES

LOGICA PARLAMENTARIA. por W. G. Hamilton	1.75
Es una obra imprescindible para la comprensión y estudio del parlamentarismo.	
NORTE DE PRINCIPIES. por Antonio Pérez (Secretaría de Felipe II)	1.75
Obra de subido interés político y famosa por la personalidad de su autor.	
CAPACIDAD POLITICA Y SOCIAL DEL OBRERO. por J. Proudhon	2.00
La diferenciación de clases y la capacidad del proletariado para organizar y dirigir la sociedad.	
EL MUNDO QUE YO DESEO. por Angel Osorio	2.75
Esos planes - económicos jurídicos de una sociedad futura.	
LOS FUNDAMENTOS DE LA PSICOANALISIS. Dr. Mica y López	2.75
El autor es de notoria personalidad científica y uno de los más eminentes discípulos de Freud.	
LOS FUNDAMENTOS DE LA CIRUGIA ESTETICA. por el Dr. E. Lluissma Urusati	2.75
Este volumen, ilustrado con 84 figuras y esquemas, involucra los fundamentos históricos, éticos, jurídicos, antropológicos, críicos, subjetivos, clínicos, fisiológicos y técnicos de esta moderna especialidad.	

REPRESENTACIONES EXCLUSIVAS

— De —
 Editorial "ERCILLA"
 " AMERICALEE
 " ARAUJO Hnos.
 CONTINENTAL SERVICE

MEDANOS 1410 Montevideo

Figura 28: *Marcha*, n. 189, 25/06/1943, p. 2.

As vicissitudes por que passava o cenário uruguaio eram bem diferentes do vigor arquitetado no Chile, entre os anos 30 e 50, ainda mais para os fundadores da editora *Acción*,

que haviam hasteado a bandeira da oposição aos governos ditatoriais de Gabriel Terra e Alfredo Baldomir, entre 1933 e 1942.

As poucas iniciativas editoriais que conseguiram concretizar – em comparação ao que almejavam – articulavam o mundo da edição diretamente ao da política, o que não se mostrou tão efetivo naquele momento, pelo menos no caso específico enfocado. Certamente os planos não se mostraram frutíferos naqueles anos porque havia muitas dificuldades financeiras, além das práticas de censura sofridas ao longo dos anos 30, mas que diminuíram gradativamente até a publicação de *Marcha*.

Embora sejam hipóteses que necessitam mais estudos para se comprovarem, não é um bom caminho insistir nas explicações que enfatizam a falta de público leitor ou de criação literária por parte dos autores. Embora a alfabetização – que no Uruguai chegava a quase 75% da população, segundo dados publicados nas páginas de *Marcha* – ou o tempo de estudos não possam ser traduzidos em termos de “leitores” na prática, como salientou Emilia Ferreiro,¹²⁵ as possibilidades de difusão da leitura no país eram evidenciadas pelo consumo de periódicos e pela grande importação de livros de outros países.

Rodríguez Monegal canalizou uma parte daquelas preocupações, ao tratar da criação da *Cámara Uruguaya del Libro*, em 23 de novembro de 1944. As expectativas do crítico de *Marcha* eram organizar o mundo editorial do país, que, a seu ver, era malogrado e pouco profissional. Em primeiro lugar, por sustentar que não havia planejamento e concorrência, que teriam estimulado o mercado argentino, a partir de 1938. Em segundo lugar, porque não se respeitariam os direitos de autor, de tradutor, de prologuista etc. Finalmente, pelo fato dos livros uruguaios serem publicados, no seu entender, com uma defasagem gráfica de “cinquenta ou sessenta anos”. Assim, a instituição recém-fundada seria muito bem-vinda para traçar as diretrizes de renovação do mercado editorial do Uruguai. Somente com maior coordenação interna, mas também entre os editores, respeito pelos direitos dos produtores e “embelezamento do livro”, o Uruguai estaria em condições de fazer frente aos concorrentes estrangeiros.¹²⁶

No caso da editora *Acción*, seria necessário esperar mais um tempo para que conseguisse alcançar um de seus principais objetivos, que se vinculava à crença no poder dos livros: a publicação de obras que pudessem cultivar a coragem, a imaginação e a liberdade, em face do imobilismo e dos regimes autoritários.

¹²⁵ FERREIRO, Emilia. *Presente y pasado de los verbos leer y escribir*. Buenos Aires: FCE, 2001, p. 17.

¹²⁶ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Cámara Uruguaya del Libro*. *Marcha*, Montevideo, ano VII, n. 296, 24 de ago. 1945, p. 14.

Ao festejar duas décadas de luta dos fundadores de *El Nacional* e *Acción*, em junho de 1951, *Marcha* anunciou a publicação de um livro sobre José Gervasio Artigas, que fora escrito por María Julia Ardao e Aurora C. de Castellanos para participar do concurso que havia sido feito no ano anterior pelo semanário, devido ao centenário de sua morte. Como anunciado, o livro terminou de ser impresso no dia do nascimento do “fundador da nacionalidade”, 19 de junho.¹²⁷

Um dos principais objetivos dos fundadores do semanário e da editora *Acción*, e de *Marcha*, como ficava evidente em seus escritos e em suas decepções, era dotar o Uruguai de um prestigioso trabalho editorial. Segundo as memórias de Hugo Alfaro, Quijano clamava por uma oficina gráfica [*imprenta*] própria, pois brigava “por um meio de comunicação independente que lhes permitisse, a ele e seu grupo, a difusão, sem ataduras, de enraizadas convicções e a execução de uma duradoura tarefa de docência política”.¹²⁸

Dentro dessa perspectiva, sonhos e realidades se misturavam, se encadeavam, em uma relação complementar e fecunda, e a alcunha carinhosa de *Don Quijano de la Marcha* fazia jus ao *ingenioso hidalgo Don Quijote*, que tanto apreço nutria pelas tipografias e pelos impressos.

¹²⁷ “Marcha” edita un libro sobre Artigas. *Marcha*, Montevideo, ano XIII, n. 592, 29 de jun. 1951, p. 5.

¹²⁸ ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984, p. 24.

CAPÍTULO 4

IMPRESA, FORMAÇÃO DE LEITORES E “GERAÇÃO CRÍTICA”: os pilares do espaço público

Vivimos tiempos industriales, que llevan el sello de su ritmo. Intentar el engaño del público es una puerilidad que se vuelve contra quien la ensaya. Hay ya madurez espiritual en los lectores y concluyó la época en que cada publicación llevaba de la mano a sus suscritores.

Manuel Seoane, *Ercilla*, 1940

La fuerza del semanario está en que puede dedicar amplio espacio a un tema, documentarlo bien, tratarlo con una mayor profundidad que el diario y dirigirse a un público más inteligente y, por tanto, más interesante, desde el punto de vista de la eficacia en la difusión de ideas.

La influencia del semanario en la opinión pública, *Marcha*, 1942

Uma rápida leitura das epígrafes pinçadas das páginas de *Ercilla* e *Marcha* permite a elaboração de um esboço sobre as relações da imprensa escrita com os leitores e seu papel como meio de debate de assuntos públicos. De um lado, Seoane enfatizou o caráter ativo dos leitores e a destreza do público em se orientar de forma crítica no amplo universo dos impressos. De outro, *Marcha* não deixou de sustentar que existiam distintos públicos leitores e que buscava formar uma “opinião pública” mais abalizada, a partir de um diálogo entre os pares. Dessa forma, partilhou com Seoane da ideia de que os leitores tinham a capacidade de atuar de forma ativa, mas com matizes.

As diferenças entre os dois trechos embasam os dois polos pelos quais os redatores de *Ercilla* e *Marcha* oscilaram ao discutir o lugar dos semanários na vida política do Chile e do Uruguai, entre as décadas de 1930 e 1950. Por um lado, havia a possibilidade de publicar textos informativos, vistos como objetivos. Por outro, as escolhas podiam levar os redatores a assumir e declarar posicionamentos políticos e ideológicos para convencer os leitores, a um só tempo, ancorados na difusão de informação e de textos de opinião.

Entretanto, estas questões estavam em parte mal colocadas, pois nem sempre todos os redatores imaginaram a informação e a opinião como contrapostas e excludentes. Havia, portanto, muitas conexões entre informação e opinião nas páginas dos dois semanários. De forma paralela, procuraram ressaltar seu papel para a formação da opinião pública, dos espaços públicos e da crítica independente.

4. 1 Imprensa de informação ou de opinião? Um falso dilema?

Os primeiros jornais diários foram fundados durante o século XVIII: o *The Daily Courant*, na Inglaterra em 1702 (até 1735); o *Journal de Paris*, na França em 1777; e o *Pensylvania Packet*, nos Estados Unidos, em 1784. No Uruguai, os três primeiros diários surgiram em 1829, com vida breve: *El Constitucional* (fevereiro a março), *Gaceta Mercantil* (até 1830) e *El Universal* (até 1838).¹ Paralelamente, no Chile, o primeiro diário foi fundado em Valparaíso com o título de *El Mercurio*, em 1827.²

Para Manuel Carlos Chaparro, mais importante que as datas, consiste em interpretar as orientações que Samuel Buckley, diretor do *The Daily Courant*, difundiu pelo mundo, ainda que de forma não intencional. Buckley “introduziu no jornalismo o conceito da objetividade, tornando-se o primeiro jornalista a preocupar-se com o relato preciso dos fatos, tratando as notícias como notícias, sem comentários”. Separou as notícias dos artigos (*news* e *comments*), sob a alegação de que os leitores não necessitavam de orientações para interpretar as informações. Entretanto, como assinalou Chaparro, os leitores do início do século XVIII nem sempre esperavam por notícias sem “contaminação” dos comentários e das opiniões.³

Segundo Robert Darnton, os jornais franceses lutaram arduamente contra a desconfiança dos leitores, em um ambiente repleto de disputas com outros sistemas de comunicação impressos, manuscritos e orais.⁴ Posteriormente o debate ganhou alguns contornos dicotômicos que foram expressos em termos de relato *versus* comentário ou informação contra opinião, tanto na Europa quanto nas Américas, o que respondia aos anseios dos editores e redatores em, por um lado, acentuar a objetividade ou a neutralidade diante dos fatos, e, de outro, convocar o posicionamento do leitor.

Com o único objetivo de enquadrar o debate sobre os princípios da imprensa dita informativa, apesar do risco de escorregar em uma genealogia não mencionada nas páginas de

¹ ÁLVAREZ FERRETJANS, Daniel. *Historia de la prensa en el Uruguay: desde La Estrella del Sur a internet*. Montevideo: Fin de Siglo, 2008, p. 94-98.

² OSSANDÓN, Carlos. *El crepúsculo de los “sabios” y la irrupción de los “publicistas”*. Santiago: LOM, 1998, p. 31.

³ CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d’aquém e d’além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008, p. 142-144.

⁴ DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 40-90. Segundo o historiador norte-americano, o primeiro diário europeu foi fundado em Leipzig, na atual Alemanha, em 1660, mas Chaparro afirmou que o primeiro diário foi o inglês *The Daily Courant*, em 1702. Por outro lado, Frédéric Barbier e Catherine Bertho Lavenir afirmaram que a França possuía cinco jornais diários, entre 1725 e 1750, mas sem nomeá-los. Cf. BARBIER, Frédéric, LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires: Colihue, 1999, p. 33. Sobre o predomínio dos panfletos na divulgação de notícias nos Estados Unidos, durante a segunda metade do século XVIII, consultar: BAYLIN, Bernard. A literatura da revolução. In: *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 23-39.

Marcha e *Ercilla*, cabe destacar que também na América Latina essa discussão ganhou terreno, principalmente a partir das guerras de independência durante as três primeiras décadas do século XIX, ainda que de forma tímida e nem sempre contínua. O exemplo de *El Mercurio* de Valparaíso pode ser valioso nesse sentido, uma vez que enfatizava não pertencer a grupos políticos e difundir informações de forma objetiva, ao lado da crescente presença de avisos publicitários.⁵

No final do século XIX, particularmente a partir da década de 1870, como demonstrou Julio Ramos,⁶ a imprensa latino-americana acelerou os ritmos de modernização, cujo principal símbolo era uma imprensa propriamente comercial e informativa, ao mesmo tempo em que não conseguiu se desvincular completamente do caráter notadamente opinativo, quicá formativo, do período anterior. Naquele momento, as disputas se travavam tanto em relação à presença de linguagens literárias nos jornais quanto a seu caráter notadamente de debate político. A despeito disso, sua marcada heterogeneidade levou a discussões e debates, que não se esfriaram com a entrada do século XX.

No caso específico do Uruguai e do Chile dos anos 30, já passados os momentos de criação do mercado jornalístico, *Acción*, *Marcha* e *Ercilla* sugeriram alguns elementos que podem contribuir para a discussão acerca das articulações entre opinião e informação na imprensa escrita.

Como vimos nos capítulos anteriores, *Acción*, *Marcha* e *Ercilla* possuíam uma evidente dimensão política. Ligadas ao presente, estabeleceram sólidos laços com as tensões e debates do momento histórico em que desenvolveram suas atividades. Engendraram grandes discussões intelectuais, políticas, culturais e artísticas, ao incorporar autores que defendiam distintas visões de mundo, mas que habitualmente coincidiram em fomentar os canais da democracia social, ao mesmo tempo em que criticavam as democracias formalistas, a ascensão dos pensamentos conservadores e autoritários em diversas partes do Globo.

Os três semanários edificaram locais de importantes redes de sociabilidades intelectuais em ambos os países, ao promover a legitimação de autores, ideias, temas, práticas políticas e culturais. Entrelaçaram ação política e formação de uma comunidade de leitores, acima de tudo, urbana, que se expandia nos dois países.

Ao contrário de *Acción* e *Marcha*, *Ercilla* cresceu de forma muito rápida, o que era explicado, por seus editores, em parte pela utilização de material gráfico moderno, que

⁵ Cf. SANTA CRUZ, Eduardo. *Análisis histórico del periodismo chileno*. Santiago: Nuestra América, 1988, p. 29.

⁶ RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

possibilitava a divulgação de muitas imagens, em sua maioria fotos recentes da Guerra Civil Espanhola, como também da paisagem nacional. Em alguns números, a revista chegou a reproduzir, em destaque, de 150 a 400 fotografias. Além disso, houve a diversificação do semanário, com seções para o público feminino, infantil, aficionados dos esportes e até mesmo das rádios. Somava-se a tudo isso, a busca pelo contato mais estreito com os leitores por meio da realização de concursos sobre temas variados, como de corridas e festivais de música. Finalmente, os editores de *Ercilla* sustentaram que queriam ser “informadores rápidos e fieis da realidade nacional e internacional”.⁷

Em diversos momentos, *Ercilla* afirmou sua imparcialidade diante dos fatos e tentou convencer os leitores de que estava comprometida com a verdade franca. A abundante utilização de fotografias, ao mesmo tempo em que respondia à ideia de uma projetada neutralidade, contribuía para a sua difusão como um suposto olhar objetivo e inquestionável sobre a realidade.⁸ Vale salientar que o próprio ato de fotografar está sujeito a montagens, como exemplifica um caso anedótico citado por Sánchez em suas memórias, que havia enganado a Vicente Huidobro. O editor de *Ercilla* relatou que a família do diretor (Antonio Miró Quesada) do jornal peruano *El Comercio* queria culpar o APRA e Haya de la Torre por seu assassinato em Lima, em maio de 1935. Para diminuir as suspeitas sobre o líder aprista, Ismael Edwards Matte inventou que ele havia viajado a Santiago, onde supostamente concedera uma entrevista à revista *Hoy* – pertencente ao grupo *Ercilla*. Para usar as palavras de Sánchez:

Mediante um truque fotográfico, se obteve uma cena em que Haya apareceu conversando com Ismael e comigo no *Parque Forestal*. Laureano Rodrigo emprestou seu corpo impresso para sustentar a cabeça de Haya (também impressa). Muita gente caiu na armadilha [*se tragó el canard*].⁹

Em novembro de 1938, *Ercilla* tentou manter a imagem de imparcialidade, ao publicar a opinião de oito representantes da direita e de outros oito da esquerda chilena, a respeito do discurso em que Arturo Alessandri reconheceu a vitória eleitoral da Frente Popular capitaneada por Pedro Aguirre Cerda.¹⁰ A revista buscava amortecer sua evidente exaltação à

⁷ *Ercilla* saltó por el trampolín de la popularidad. In: *Ercilla*, Santiago, a. III, n. 100, 02 de abril de 1937, p. 6.

⁸ Como lembrou Maria Eliza Linhares Borges, o discurso fotográfico, ainda que muitas vezes tenha buscado “retratar” a realidade, representa um universo com base no contexto ideológico e estético de um certo período, em conexão com os filtros do fotógrafo e de suas visões de mundo. Cf. BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & Fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

⁹ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 94.

¹⁰ ¿Qué opina usted del discurso del presidente Sr. Alessandri? *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 184, 11 de Nov. 1938, p. 5.

vitória de Aguirre Cerda no final do mês anterior, em que dedicou várias páginas para o triunfo da Frente Popular. No mesmo número em que não escondeu sua satisfação com o resultado das urnas, publicou em destaque uma matéria do socialista Óscar Schnacke na qual afirmava que a “América verá como governa uma esquerda criadora”.¹¹

Anteriormente, cabe perguntar se a postura da revista não chegou a incomodar o governo de Alessandri Palma, com reportagens sobre a organização dos operários no México, as reivindicações porto-riquenhas por emancipação política e as disputas eleitorais no Peru, às vésperas das eleições. No início da década de 1940, *Ercilla* publicou uma entrevista com Manuel Seoane, em que lhe foi questionado a respeito do papel da ética jornalística. O exilado aprista respondeu que era fiel à sua profissão e que não a utilizava como um trampolim de adulações e invectivas. Em seguida argumentou que:

A missão fundamental do jornalista é servir notícias imparciais. Para isso é preciso beber em todas as fontes e apresentá-las com amenidade e concisão. Não creio na petulância do editorial nem em sua profundidade fastidiosa. Vivemos tempos industriais que levam o selo do seu ritmo. Apostar no engano do público é uma puerilidade que se volta contra quem o ensaia. Há já maturidade espiritual nos leitores e terminou a época em que cada publicação conduzia seus assinantes. Observe que nos Estados Unidos toda a imprensa atacava a Roosevelt, mas ele venceu a eleição presidencial. Cada qual sabe pensar por conta própria.

[...]

Ao Chile me ata, além disso, essa revista. Tenho sido um animador em sua orquestra. Vocês sabem que quase nunca escrevo uma linha. Os redatores chilenos de diversas cores políticas são a alma dessa publicação, cujo êxito é garantido por seus detratores e imitadores.¹²

Apesar das advertências, Seoane passou a assinar vários editoriais intitulados *Kaleidoscopio de hoy*, a partir de novembro de 1940. Isto é, somente após três meses de sua crítica ao suposto aspecto “petulante” e “fastidioso” dos editoriais, sua assinatura marcou alguns anos da nova seção que passou a ser compartilhada com o crítico chileno Carlos Vattier, de 1942 em diante. Posteriormente, também assinou os editoriais *7 días de guerra política*, durante toda a década de 40, mesmo após seu retorno ao Peru, em meados de 1945.

Ainda em relação à entrevista de 1940, Seoane não escondeu sua posição “indo-americanista”, ao propor que as rivalidades entre o Peru, o Chile e a Argentina eram fúteis. Para ele, ir de Lima a Santiago ou Buenos Aires se assemelhava a transitar por províncias de uma grande nação. A contrapelo das advertências sobre artigos de opinião, por meio da

¹¹ Dice Schnacke: América verá como gobierna una izquierda creadora. *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 182, 28 de out. 1938, p. 6.

¹² Manuel Seoane dice: la guerra nos alcanzará en sus efectos porque no nos unimos para trazar nuestro destino. *Ercilla*, Santiago, ano V, n. 278, 28 de ago. 1940, p. 17.

coluna *Kaleidoscopio de hoy*, Manuel Seoane enfatizou que se deveria defender a união dos povos “indo-americanos” em luta contra os governos autoritários e conservadores, bem como apoiou as ideias e os planos de Haya de la Torre para chegar ao poder no Peru.¹³

Os integrantes de *Ercilla* queriam se representar por meio de uma imagem de independência e credibilidade, ancorada na objetividade e na ideia de que os leitores tinham a capacidade de fazer reflexões sem intervenção do olhar autorizado do redator. Suas convicções estavam permeadas por um intenso debate que colocava em lados opostos aqueles que defendiam um jornalismo baseado na informação em detrimento da opinião. Entretanto, como assinalaram Maria Helena Capelato,¹⁴ Manuel Carlos Chaparro¹⁵ e Jesús Martín Barbero,¹⁶ as fronteiras entre a imprensa que se vê como informativa e aquela que se declara opinativa são bem mais fluidas. O próprio ato de escolher a informação, de posicioná-la no quadro do jornal ou da revista, a forma como é apresentada, vinculam-se estreitamente às visões de mundo de seus editores. Em outras palavras, a análise da disposição gráfica e apresentação dos textos para atrair o público, isto é, dos artifícios tipográficos para fazer ressaltar alguns títulos em detrimento de outros, revelam “a busca de uma fórmula impactante [que] não deixa de acarretar certa simplificação, uma amplificação do acontecimento, e às vezes inclusive algumas opções deliberadamente viciadas”.¹⁷ Pode haver gêneros e formas distintas de transmitir as informações, mas elas não estão completamente separadas pelo enquadramento frágil de informação contra opinião.

Nesse sentido, vale ressaltar novamente que tanto os socialistas considerados “colaboracionistas” com os radicais, como Óscar Schnake, Marmaduque Grove e Salvador Allende, quanto os próprios radicais, como Pedro Aguirre Cerda e Juan Antonio Ríos, obtinham amplo espaço em *Ercilla*, ao contrário dos comunistas, que também compunham a Frente Popular, mas que não cultivavam boas relações com os apuristas, conforme discutido no capítulo 1. As exceções eram representadas por alguns poucos poemas de Neruda publicados em suas páginas culturais. Não havia, contudo, espaço para suas opiniões políticas.

¹³ Cf. El mundo es ancho y ajeno. *Ercilla*, ano VI, n. 320, 18 de jun. 1941, p. 5; No había tercer camino. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 321, 25 de jun. 1941, p. 5; El plan Haya de la Torre. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 330, 27 de ago. 1941, p. 5

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NÁXARA, Márcia R. Capelari; CAMIOTTI, Virgínia C. (Orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003. p. 139-150.

¹⁵ CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 3ª ed. rev. São Paulo: Summus, 2007.

¹⁶ MARTÍN BARBERO, Jesús (Org.). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009, p. 282-284.

¹⁷ BARBIER, Frédéric, LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*, p. 181-182.

No último número de 1938, ano da vitória eleitoral de Aguirre Cerda, o semanário chileno publicou várias páginas de elogios aos socialistas¹⁸ e aos radicais, e recomendou a compra do livro *Pedro Aguirre Cerda y el Frente Popular*, publicado pela editora *Ercilla*. Conforme já assinalado no capítulo 3, o livro fora escrito por Luis Alberto Sánchez, mas publicado sob o pseudônimo de Juan Fernández, provavelmente para afastar hesitações e associações por parte do público a um autor estrangeiro que interferia na política nacional.¹⁹

Em 25 de agosto de 1939, o ex-presidente Carlos Ibáñez articulou um golpe, debelado pelo governo, que ficou conhecido como *Ariostazo*, em referência a um dos líderes, o general Ariosto Herrera. No dia seguinte, *Ercilla* publicou um número extraordinário a 1 peso (normalmente custava 1,40 pesos), para rechaçar veementemente a tentativa golpista. O título estava composto por duas partes, apresentadas na capa e contracapa, respectivamente: *El General que fracasó* (com uma foto de Herrera sozinho); *Y el pueblo que venció* (agora com uma multidão nas ruas). Para atingir o público leitor de forma mais profunda, o número saiu com fotografias em todas as páginas, acompanhadas de pequenos textos, o que se configurava aos moldes de uma história em quadrinhos.²⁰

Sem querer ser exaustivo, gostaria de apresentar mais alguns exemplos dos limites da autorrepresentação imparcial e objetiva de *Ercilla*. Em 06 de janeiro de 1941, o Partido Socialista anunciou a sua saída da Frente Popular, por divergências internas, tanto devido à centralidade dos radicais quanto, acima de tudo, às críticas aos comunistas. *Ercilla* quis uma vez mais sustentar uma imagem de objetividade ao fazer três perguntas a líderes de diferentes correntes políticas sobre a vida política chilena com a saída dos socialistas da Frente Popular. Entretanto, realizou uma matéria de página inteira com Grove e direcionou os olhares dos leitores para o anticomunismo como fator de dissolução da Frente Popular.²¹

No início de 1942, *Ercilla* abandonou completamente sua presumida imparcialidade política, ao fazer campanha para Juan Antonio Ríos contra Carlos Ibáñez, após a morte de Pedro Aguirre Cerda, que havia ocorrido no final do ano anterior. Ainda que em seu número

¹⁸ En 12 días de gobierno, Marmaduke Grove evidenció toda su sinceridad. *Ercilla*, Santiago, ano IV, n. 191, 30 de dez. 1938, p. 17.

¹⁹ Cf. Pedro Aguirre Cerda y el Frente Popular. In: *Ibidem*, p. 18. O anúncio destacava que o “livro [colocava] a verdade em seu lugar e [demonstrava] o profundo enraizamento do movimento que [havia] transformado o povo chileno. [...] Para compreender um dos períodos mais interessantes de nossa história [...]”.

²⁰ *Ercilla*, Santiago, edição extraordinária, 26 de agosto de 1939.

²¹ Cf. Con tres preguntas fundamentales *Ercilla* tomó el pulso del momento político de la actualidad. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 297, 08 de jan. 1941, p. 6. As três perguntas foram: “1) Se o P. S. deixa a F. P., qual é o panorama que se apresenta à esquerda comunizante? Continuarão em combinação com a F. P. para a luta eleitoral ou recuperariam alguns partidos sua liberdade de ação? 2) Em face desses novos acontecimentos, persistirá a direita em sua abstenção eleitoral? 3) Que forças anticomunistas e não de direita, aderirão à posição suscitada pelo P. S.?”

352 tenha cedido espaço para a apresentação dos projetos dos dois candidatos, a revista publicou uma capa no número 353 em que conclamava os leitores a votar no candidato do Partido Radical. Ibáñez foi classificado como “o líder da direita”, ao passo que Ríos apareceu como o “porta-bandeira da Unidade Nacional”, em maiúsculas:



Figura 29: Propaganda a favor de Juan Antonio Ríos, n. 353, de 04/02/1942.

Em relação à política internacional, *Ercilla* tampouco ocultou sua posição favorável ao rompimento de relações do Chile com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), ao publicar o decálogo do rupturista:

O Chile romperá com o Eixo:

- 1º Porque nos comprometemos a isso em Havana.
- 2º Porque somos americanos e não habitamos uma ilha do planeta Marte.
- 3º Porque somos democráticos. O Chile é o país mais democrático da América Latina. É o que tem sofrido menos revoluções e tem afirmado mais as liberdades públicas.
- 4º Porque somos latinos.
- 5º Porque não é suficiente o envio de nossa produção.
- 6º Porque temos longas costas indefesas.
- 7º Porque estamos cansados de espões diplomáticos.
- 8º Porque a neutralidade não nos salva.
- 9º Porque a neutralidade, que não nos salva, nos privou de benefícios. O Chile corre o risco de ficar sozinho, atrasado e pobre.

10º Porque não queremos ficar fora do mundo que virá.²²

No mesmo número de dezembro de 1942, os próprios redatores de *Ercilla* matizaram, ainda que de forma um pouco ambígua, as orientações em relação ao seu papel no mundo dos impressos. Embora longa, vale a pena reproduzir a opinião dos editores:

Próxima do número 400, *Ercilla* inicia outra etapa em sua ascendente carreira. À frente das reformas jornalísticas, ao longo de 1943, aperfeiçoará seu novo sistema. [...] Deste o número atual, o leitor observará lentas, mas contínuas mudanças, cuja estratégia geral resume-se aos seguintes pontos: a) artigos informativos baseados em acontecimentos; b) investigação e **confirmação escrupulosa da verdade de toda informação**; c) **preferência de material de leitura sobre material gráfico**. *Ercilla* será uma revista que dure toda a semana; d) tratar profundamente um ou dois temas por número, ainda que a extensão ultrapasse os espaços ordinários; e) amenidade, mas sem subjetivismo, excesso de comentários, interpretações literárias nem demais artefatos do jornalismo sem informação acumulada; f) **supressão de temas desagradáveis, litigiosos ou localistas**. *Ercilla* é um refletor sobre a realidade do mundo.

De 1936 até a presente data, temos entretido o leitor. De 1943 em diante, **queremos avançar um passo na educação cultural do povo chileno, em seu trato com os grandes problemas que agitam a História**. Esta guerra é uma revolução que modificará o mundo. Onde, como e por quê? Os leitores de *Ercilla* não estarão de costas para o espetáculo, observando bobagens. Verão, conhecerão e compreenderão. Pelo menos, esta é a nossa intenção.²³

Se, de um lado, não deixaram de afiançar seu compromisso com o jornalismo informativo, de outro, comprometeram-se a selecionar alguns temas mais importantes para instigar e ocupar os leitores, durante toda a semana, e, talvez mais importante ainda, os editores professaram que queriam encabeçar a formação cultural – e certamente a política – dos chilenos. Cabe ressaltar que a questão da guerra na Europa era central em 1943, o que também favorecia a tomada de posição política de *Ercilla*, na luta entre os defensores das “democracias” e os dos fascismos e demais regimes autoritários.

Realmente houve a diminuição drástica do uso de fotografias. Novas colunas apareceram, como, por exemplo, *La Semana Política*, em que Luis Hernández Parker (HP) e Alamiro Castillo se intercalavam no comentário “informativo” sobre a política nacional, bem como a coluna assinada por Seoane, *La Semana de Guerra Política*, sobre política internacional, sobretudo sobre a Segunda Guerra Mundial e o panorama mundial.

²² Decálogo del rupturista. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 398, 16 de dez. 1942, p. 5. O manifesto foi assinado por Raúl Morales Álvarez, Julio Lanzarotti Rivera, Alamiro Castillo Cerda, Carlos Vattier Bañados, Santiago del Campo, Enrique Rodríguez Johnson, Carlos Morales Salazar, Rolando Soto, Eleuterio González, Heliodoro Torrente, Benito Torrente. Os peruanos não aparecem listados, provavelmente porque o manifesto quisesse evitar qualquer crítica de que estrangeiros quisessem se envolver na política nacional.

²³ [Sem título]. *Ibidem*, p. 5. Grifos meus.

Ao longo de toda a década de 1940, *Ercilla* hasteou a bandeira da imparcialidade, como durante a campanha presidencial de 1946, quando reafirmou que, “fiel guardiã de sua estrita rota de objetividade democrática, a Revista *Ercilla* não publica propaganda política. Confia seu êxito aos favores dos leitores. Por isso, suas crônicas obedecem exclusivamente o interesse jornalístico e são por completo alheias ao lucro comercial”.²⁴

Em 1948, Lenka Franulic, argumentou na própria revista *Ercilla*, que a imprensa chilena estava marcada pela paixão e violência, “inevitavelmente de um ou de outro lado da barricada, com o governo ou na oposição, e somente raras vezes, no fiel da balança”. Os periódicos, a seu ver, eram criados “para servir ou defender uma ideologia ou um partido político”.²⁵

A preocupação de Franulic repousava sobre a necessidade de publicar os nomes dos redatores de editoriais dos principais jornais chilenos, uma vez que os via como agentes que “refletem as *zigzagueantes* alternativas dessa hidra de mil cabeças que se chama opinião pública”. Segundo a jornalista chilena, o *Times* londrino havia estabelecido a tradição de tornar anônima a “voz oficial” de um periódico. Para ela, ao contrário, era necessário revelar as mãos que redatavam os editoriais para o público leitor.

Por caminhos distintos, a equipe que estava na base de *Acción* e *Marcha* não se preocupou em tentar declarar uma presumida neutralidade diante dos acontecimentos. Ancorados em editoriais e artigos de opinião, os dois semanários defendiam uma postura de que fazer política e cultura passava pelo debate de ideias, de opiniões e pela difusão da leitura. Não obstante, particularmente no caso de *Marcha*, proclamaram que não se vinculavam ou representavam algum partido específico, mas que abrigavam todas as visões que poderiam desenvolver um debate com pressupostos democráticos.

A despeito da profissão de fé de não vinculação a qualquer partido político, *Marcha* conclamou seus leitores à reconstrução do “nacionalismo”, isto é, dos setores reformistas e opositores do herrerismo dentro do Partido Nacional, até meados da década de 1950. Criticou veementemente tanto a instauração da ditadura de Gabriel Terra, em 31 de março de 1933,

²⁴ Firmes en nuestra línea, no insertamos avisos políticos. *Ercilla*, Santiago, ano X, n. 592, 03 de set. 1946, p. 3. Contudo, os próprios redatores afirmaram que, às vezes, a revista se permitia “opinar”, como quando fez campanha para que o governo chileno reconhecesse a União Soviética. Cf. Cumple 26 años la URSS. ¿Cuándo la reconoce Chile? *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 444, 03 de nov. 1943, p. 5. A URSS foi reconhecida pelo Chile no final de 1944, como noticiou *Ercilla* com orgulho de ter participado do esforço.

²⁵ FRANULIC, Lenka ¿Quiénes son los Editorialistas? *Ercilla*, Santiago, ano XII, n. 686, 22 de jun. 1948, p. 9. Um pouco anteriormente, em abril de 1948, a então diretora das páginas de “Literatura, Arte, Cultura”, havia publicado um texto do jornalista Carlos Fortín, em que reivindicava a criação de uma escola de jornalismo no Chile, com vistas à sua profissionalização. Cf. Idem. Dice Carlos Fortín: Hay que ir al periodismo profesional; ¿cómo?: creando la Escuela respectiva. *Ercilla*, Santiago, ano XII, n. 675, 08 de abr. 1948, p. 15.

que alcunhou de *marzismo*, quanto a “restauração democrática” de fevereiro de 1942, batizada também ironicamente de *febrerismo*. Participou, além disso, das eleições de 1946 e 1950 como suporte à *Agrupación Nacionalista Demócrata Social* (ANDS), fundada em 1928, assim como o fizeram *El Nacional* e *Acción* durante os anos 30.



Figura 30: Capa do número (554) anterior às eleições de 1950 (24/11/1950).



Figura 31: Páginas centrais do mesmo número.

Ao festejar seu primeiro aniversário, *Marcha* publicou as felicitações de seus principais amigos, como, entre outros, do educador Antonio Grompone, do poeta e ensaísta Emilio Oribe e do líder do Partido Socialista, Emilio Frugoni, que já enviavam importantes

colaborações para o semanário.²⁶ Naquele momento, Frugoni não somente afirmou seus laços de amizade com Quijano, que haviam se estreitado no combate conjunto à ditadura, como também declarou suas expectativas em relação ao papel da publicação na sociedade uruguaia:

Entre a crescente simpatia popular, *Marcha* tem marchado, e eu me jubilo disto em minha dupla condição de colaborador intermitente da revista, e amigo e admirador de Carlos Quijano, que consegue dotar Montevideu de uma publicação de ideias e de informação, com sua missão educadora de cátedra livre, na qual se ventitam todos os problemas do dia e se abrem pesquisas para que por elas desfilem diversos critérios e encontradas opiniões, sem perder nunca de vista – claro está – a função de **servir à causa dos ideais democráticos pelo caminho do esclarecimento mental e da ilustração dos leitores.**²⁷

As expectativas do líder socialista e dos redatores de *Marcha* convergiam a propósito do ansiado papel de docência pública, hasteado pelo semanário, e na defesa do cultivo do mundo das letras para a construção da democracia política e social. Ainda que fosse a expressão da voz de um companheiro de jornada, Frugoni endossava as autorrepresentações que o semanário divulgava de forma vigorosa e confiante.

Vale lembrar que *Ercilla*, em 1942, embora sem deixar de afirmar seu caráter objetivo e informativo, assinalou que se orientava pela necessidade de educar culturalmente o povo chileno. Não ocultava, portanto, seu desejo muito próximo ao de *Marcha*, de ser um órgão de “docência pública”, para usar as palavras empregadas pelos redatores uruguaianos, ao anunciar o projeto de transformação de *Acción* em *Marcha*, no final de 1938.²⁸

Ao iniciar o seu quarto ano de vida, *Marcha* reivindicou um papel de influência sobre a opinião pública e traçou as diferenças entre os “leitores” de um semanário e de um diário. Apesar de um pouco extensa, a riqueza dos detalhes e das possibilidades de leitura justificam a reprodução do texto, que vinha em destaque em dois quadros nas páginas centrais:

MARCHA constitui em nosso meio uma exceção do ponto de vista jornalístico. É, rigorosamente falando, um semanário de informação geral e política. Este tipo de publicação não enraizou muito na América Latina e são ainda muitos incipientes. O país do semanário é a França. Na França, os semanários exercem uma influência imensa sobre a opinião pública, de fato mais do que os diários. O público francês, o que mais lê em todo o mundo, é ávido pelos semanários e, por outro lado, dedica somente uma atenção ligeira à imprensa diária.

²⁶ Para uma introdução sobre as relações entre Frugoni e Quijano, ver: REIS, Mateus Fávoro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. 232 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

²⁷ Los amigos de *Marcha* en su primer aniversario. Del Doctor Frugoni. Mi apretón de manos. *Marcha*, Montevideo, ano II, n. 52, 21 de jun. 1940, p. 2. Grifos meus.

²⁸ La editorial en marcha. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 180, 09 de dez. 1938, p. 2.

A força do semanário reside na possibilidade de dedicar um amplo espaço a um tema, documentá-lo bem, tratá-lo com uma maior profundidade que o diário, **dirigir-se a um público mais inteligente** e, portanto, mais interessante, do ponto de vista da eficácia da difusão das ideias.

O caso de *MARCHA* é expressivo nesse ponto. Apesar da sua modéstia de elementos, exerce mais ação sobre os espíritos que muitos órgãos de imprensa – e de ruído – com grandes ou com pretensões de grandes tiragens. Por que razão? Porque simplesmente *MARCHA* é lida, ao passo que tais órgãos servem para muitas coisas úteis, como encontrar uma casa, colocar-se a par do anedotário local, ler as informações das agências e outras necessidades, mas ideologicamente se fazem sentir muito pouco, em relação inversa à sua tiragem.

Por isso, a difusão dos semanários informativos, literários e culturais é um dos melhores índices para catalogar o grau de maturidade de um povo. Onde não pode viver um semanário, podemos deduzir, sem maior esforço, que a cultura se encontra em um baixo nível ou em um estado de dissolução, ou falta, simplesmente, um número decoroso de pessoas capazes de ler, no sentido mais exato do vocábulo.²⁹

A mensagem propalada pelos redatores era bem clara e se complementava com as opiniões tecidas durante a publicação de *Acción* e os três anos iniciais de *Marcha*: periódico de ideias, tal semanário buscava forjar, bem como dialogar com um público leitor “inteligente” e profícuo. A estratégia dos editores ficava bem evidente: elogiar o leitor para captá-lo e conservá-lo. A citação ficaria incompleta se não fosse reproduzida a sua segunda parte – possivelmente mais interessante – em que os redatores fizeram a distinção entre os seus leitores implícitos ou “leitores-modelo” e os “*ojeadores*”:

O semanário é muito superior em qualidade e em hierarquia intelectual que o diário. Isso deriva simplesmente porque o semanário é feito para o leitor, ao passo que o diário é escrito e publicado unicamente para o ‘*ojeador*’ (não confundi-lo com o ‘*hojeador*’).

O que é um leitor, todos o sabem, mais ou menos. Porém, o que é o ‘*ojeador*’? Muito simples: um animal novo, uma espécie gerada recentemente. O ‘*ojeador*’ é um tipo que não usa o entendimento para ler ou informar-se; usa unicamente os olhos. Pretende ‘ver’ as ideias nas letras e economiza quanto pode o seu cérebro e o seu precioso tempo, porque o ‘*ojeador*’, como todos os ociosos deste mundo, nunca tem tempo.

O ‘*ojeador*’ pertence à era do cinematógrafo, espetáculo no qual tudo se dá generosamente ao espectador: fatos, imagens, paisagens, tudo ‘entra pelos olhos’ sem o menor esforço do entendimento ou da imaginação. [...].

Todavia, sejamos justos: o ‘*ojeador*’ faz às vezes um esforço e lê alguma notícia, especialmente esportiva. No entanto, como perdeu a valorização dos vocábulos e é praticamente analfabeto, ainda que conhecedor das letras, tampouco se informa.

Às vezes o ‘*ojeador*’ olha [*ojea*] com as orelhas [*orejas*], porque não desdenha escutar o rádio e capta as coisas vagamente, sem determinação.

[...]

²⁹ La influencia del semanario en la opinión pública. *Marcha*, Montevideo, ano IV, n. 143, 26 de jun. 1942, p. 12. Grifos meus.

Por outro lado, o leitor sente outras apetências. Necessita uma informação mais séria, mais rigorosamente selecionada, mais profunda. Necessita informar-se, e isto não consegue no diário, feito para a massa dos ‘*ojeadores*’, obrigando-o a buscar o semanário.

O semanário, com suas informações e artigos pensados com calma [*reposados*], atrativos, sem perder a sua qualidade substancial e formal, satisfaz ao leitor. Tal é em nosso país a necessidade que vem a preencher *MARCHA*.³⁰

Nos dois textos foram explicitados os principais desafios enfrentados pelos redatores da ainda jovem publicação, que certamente necessitava conquistar um concorrido espaço no mundo dos impressos uruguaios, granjeando novos leitores, além da concorrência do rádio e do cinema, que cada vez mais ampliavam as suas fronteiras, e que despertavam uma evidente inquietação entre os homens daquele período. A soma das tiragens dos nove diários da capital circundava a expressiva cifra de quase 500.000 exemplares para uma população de aproximadamente 1,2 milhão de habitantes, entre 1955 e 1958.³¹

Outro conflito evidente está relacionado com a massificação da alfabetização no Uruguai, que, se por um lado dotava a população de um capital cultural mínimo para a formação de leitores, por outro apresentava fissuras, segundo os redatores de *Marcha*, que impediam a formação de uma sólida “consciência crítica” no país. Além disso, não é inútil advertir que o objetivo de reativar a publicação do diário *El Nacional* pelos fundadores de *Marcha* se frustrou e era, portanto, necessário justificar os anseios interrompidos.

Aliás, como salientaram Gerardo Caetano e José Rilla, havia uma crítica exacerbada de Quijano – chamada algumas vezes de hipercrítico, como por Carlos Real de Azúa – à “restauração democrática”, com o chamado *golpe bueno*,³² em 21 de fevereiro de 1942. Quijano assimilou “conciliação nacional” a “desastre nacional”, criticando a “uruguiaia *arte de la combinazione*”. Reproduzo a pergunta dos dois historiadores uruguaios: “não seria também

³⁰ Semanario y diario. El lector y el ‘ojeador’. *Marcha*, Montevideo, ano IV, n. 143, 26 de jun. 1942, p. 13. É difícil encontrar uma palavra que possa traduzir o termo *ojeador*. Em espanhol, *ojear* significa olhar a uma determinada parte, bem como *ojeada* quer dizer olhada rápida. Em português poderia ser traduzido como olhar ligeiramente, furtivamente, sem conceder muita atenção.

³¹ Cf. FARAONE, Roque. *La Prensa de Montevideo: estudio sobre algunas de sus características*. Montevideo: Biblioteca de publicaciones oficiales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de la República, 1960, p. 138.

³² O último governo do período ditatorial, liderado por Alfredo Baldomir, captou as pressões da população uruguiaia a favor dos Aliados, além de buscar a coligação das principais forças políticas que exigiam a restauração democrática, à exceção da ANDS liderada por Quijano e do Partido Socialista, para protagonizar o denominado *golpe bueno*, que arquitetou uma reforma política e constitucional, aprovada pela população por meio de um plebiscito. Cf. DUTRÉNIT, Silvia B. Uruguay: Golpe malo, golpe bueno: los reajustes del sistema político después de 1930. In: ANSALDI, Waldo (Ed.). *Tierra en llamas. América Latina en los años 1930*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2002, p. 56-57. Ver também: FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Yvette. *Baldomir y la restauración democrática (1938-1946)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987.

sua ilusão ‘o ardor combativo’ do povo em face do golpe de Estado e o suposto repúdio dos uruguaios à *fratellanza*?’³³

As críticas de Quijano e de outros integrantes do semanário estavam endereçadas tanto para as forças de conciliação quanto para os diários que as apoiavam naqueles difíceis momentos. Havia uma defesa do público em face da discutível noção de massa que começava a se expandir como objeto de estudos pela sociologia e ciência política. Massa desorganizada e incapaz de interagir de forma concertada, que se afastaria da ênfase sobre o debate que embasava a ideia de opinião pública. *Marcha* afirmava constantemente que almejava ser um diálogo. Queria formar um público de leitores e debatedores sobre determinadas questões. Para isso, tentava também ouvir os leitores e mostrar-se como “a opinião pública”.

A escolha da sexta-feira para a publicação de *Marcha*, mas também na maior parte do tempo de vida de *Acción*, para além de ser o último dia útil da semana, respondia ao projeto de proporcionar ao leitor mais tempo para dedicar-se à leitura, uma vez que teria todo o fim de semana para se trasladar por suas páginas. Ao menos uma parte do tempo de lazer poderia ser preenchido com leituras consideradas úteis para a discussão pública.

A riqueza de *Marcha* procede justamente das diversas leituras que possibilitava aos leitores daquele momento e aos atuais. Um dos seus objetivos evidentes consistia na busca por formar o seu leitor ideal e criar uma hierarquia entre os semanários e os diários. Ao proclamar essa hierarquização, *Marcha* procurou estimular certos hábitos de leitura, e descreveu as expectativas de uma faixa de leitores que requeriam um tipo de texto mais abrangente e, quiçá, “formativo”, do que mais especificamente informativo. Textos de discussão de ideias, ricos em análises e informações, além de sofisticados e irônicos. Finalmente, se pensarmos com Pierre Bourdieu³⁴ e Roger Chartier,³⁵ pode-se sustentar que havia um desejo em promover uma espécie de distinção entre os leitores, isto é marcar a distinção pelos modos de ler, ao separar os “verdadeiros” leitores dos *ojeadores*.

³³ CAETANO, Gerardo; RILLA, José. Prólogo. In: QUIJANO, Carlos. *Los golpes de Estado (1933 y 1942)*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989, p. LIX-LX. Segundo Quijano, “o grande renascimento nacional que poderia ter originado a pilhagem de 33, terminou, assim, em uma opereta jocosa. Opereta ou tragicomédia. Ao governo do general Baldomir lhe corresponderá, portanto, esta triste honra: ter vencido uma grande esperança de reconquistar a pátria. Em sua defesa, repetimos, somente cabe dizer que toda a responsabilidade não é sua: é dos dirigentes da oposição, alguns dos quais podem se considerar triunfadores efêmeros da hora que passa. Dos dirigentes, inferiores ao seu destino e à sua missão. Diz-se: isto é política. É uma política, nunca justificável, mas acaso capaz de dar resultado em outros tempos. Agora continua a ser tão justificável como antes e, ademais, seguramente é infecunda [...]”. QUIJANO, Carlos. Despedida. *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 174, 26 de fevereiro de 1943, p. 4.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007 [1ª edição de 1979].

³⁵ CHARTIER, Roger. *Libros, lecturas y lectores en la edad moderna*. Madri: Alianza, 1993.

Gostaria de abrir um parêntese, para comentar rapidamente duas páginas que foram publicadas em *Marcha*, em 1944 e 1954. A primeira pelo correspondente Juan de Lara, exilado espanhol que vivia na capital uruguaia, em sua coluna intitulada *Cosas vistas y oídas*. A segunda, pelo crítico argentino Enrique Espinoza, ao ser apresentado ao público uruguaio por Emir Rodríguez Monegal.

Juan de Lara relatou que observara um senhor e um jovem comprarem o mesmo diário de um *pilluelo* (*gorrión de la calle*) em um bonde, e ler simultaneamente as mesmas páginas – 1º as manchetes de futebol, logo os quadrinhos, voltam ao futebol com leitura “efetiva”, corrida de cavalos, e finalmente as manchetes sobre a guerra. Para De Lara, estes eram “os interesses culturais do leitor médio de um diário”, a seu ver, “muito mais inculto [...] que os analfabetos de outros tempos”. Havia somente uma saída, segundo o colaborador de *Marcha*: a atuação em conjunto do Estado, com ampla participação de diferentes entidades civis, com os meios de comunicação mais massivos, como o cinema, a radiodifusão e os diários.³⁶

No entanto, a solução para o suposto problema visto por De Lara corroborava a sua visão de que os leitores eram passivos e moldáveis pelos meios de comunicação, além de se nutrir de um olhar idealizado sobre o passado.

Na década seguinte, o argentino Enrique Espinoza publicou *El Diario, la Revista, el Libro*, em que procurava distinguir as relações entre os seus escritos. Para Espinoza, a “plenitude” e “autonomia” de uma obra somente poderia ocorrer com a publicação de um livro, ao passo que os diários apresentavam espaço para se expressar ideias incipientes e vinculadas à indústria cultural. No caso das revistas, tinham um caráter intermediário. Além disso, sustentou que as revistas e os livros tinham um papel mais importante que os diários, ao romper o “isolamento nacionalista” e promover férteis contatos intelectuais. No entanto, argumentou que os autores deveriam ver nas publicações periódicas, particularmente nas revistas, “laboratórios” para a elaboração de obras de qualidade, como *Facundo*, de Sarmiento, *Martín Fierro*, de José Hernández e *Una excursión a los indios ranqueles*, de Lucio Mansilla.³⁷

Reivindicou, portanto, um olhar mais flexível sobre as articulações entre os impressos, principalmente ao propor que a elaboração de “bons” livros estava vinculada à existência de um robusto mercado revisteiro. Os diários, por seu turno, ficavam uma vez mais desfavorecidos, mesmo com os exemplos anteriormente citados. Fecho o parêntese.

³⁶ DE LARA, Juan. Los Diarios y el Analfabetismo. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 248, 01º de set. 1944, p. 3.

³⁷ ESPINOZA, Enrique. El Diario, la Revista, el Libro. *Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 731, 06 de ago. 1954, p. 13 e 15.

Marcha buscou fomentar um fecundo diálogo com seus leitores, devido ao amplo espaço reservado às suas cartas e à constante mobilização por pesquisas, além de ter sido extremamente exitosa em forjar o prestígio de que gozou durante e após a sua publicação. No caso de *Ercilla*, também houve a preocupação em se aproximar dos leitores, com a coluna *La voz de los lectores*, aparecida em finais de 1938. Em 1947, *Ercilla* dedicava uma página inteira – de título *Aquí escribe el lector (¡Yo también soy repórter)* – a reportagens realizadas pelos leitores, além da página de debate entre leitores, intitulada *De lector a lector*.

É bastante provável que os leitores de *Marcha* não ocultassem os exemplares pelos locais onde exerciam suas atividades, o que lhes permitia identificar-se como um grupo de “leitores verdadeiros”, em contraposição aos *ojeadores*, que nem sequer seriam *hojeadores*, segundo a representação elaborada pelos redatores de *Marcha*.

Em uma das muitas pesquisas de opinião que o semanário realizou, ao perguntar sobre o que os leitores pensavam de *Marcha*,³⁸ uma resposta vinha assinada por um *marchante*, em destaque na página, que criticava a reiteração da frase de primeira página em que o semanário enfatizava que dizia a Verdade, com V maiúscula. Na mesma página, outro leitor (“Juan de la Cueva”) escreveu de forma irônica que sua seção preferida era a de futebol, “porque como ninguém a escreve não está infestada de estupidezes e erros ortográficos como nos demais diários. Deveria, para ser coerente comigo, agregar a policial, na qual geralmente se pratica o analfabetismo romântico”.³⁹ Nem por isso, o semanário deixou de publicar outra resposta em que o leitor clamava pela página de esportes, o que, a seu ver, catalisaria a sua circulação.⁴⁰

Uma parte das ideias expressadas se vinculava à visão que alguns redatores de *Marcha* traziam a partir da luta contra a ditadura nos anos 30, por meio de *Acción*, o que foi importante para a opção de se excluir o futebol de suas páginas. Em 1934, *Acción* publicou em destaque um pequeno texto intitulado “Em que você pensa?”, por meio do qual ironizava aqueles uruguaios que, para o semanário, não se preocupavam com outra coisa a não ser com futebol:

Em que você pensa quando acorda? – Futebol.
Em que você pensa antes de dormir? – Futebol.
De que você fala enquanto come? – Futebol. [...].
Por que compra o diário? – Por causa do futebol. [...].

³⁸ As perguntas eram: “1 – Qual a seção de *Marcha* que você mais gosta? Por quê?; 2 – O que você acha que falta em nosso semanário?; 3 – Quais defeitos você vê em geral em *Marcha*?; 4 – Por que é leitor de *Marcha*, o que o atrai a ela?; 5 – Finalmente, ofereça-nos suas ideias e sugestões para melhorar *Marcha* em qualquer aspecto, literário, tipográfico, e também em relação à sua distribuição, propaganda e difusão”. Cf. Nueva encuesta de “*Marcha*”. *Marcha*, Montevideo, ano IV, n. 143, 26 de jun. 1942, p. 10.

³⁹ Escriba un “*Marchante*”; Seguir como hasta ahora. *Marcha*, Montevideo, ano IV, n. 149, 07 de ago. 1942, p. 11.

⁴⁰ Cf. Desenmascarar a los traidores. *Marcha*, Montevideo, ano IV, n. 151, 21 de ago. 1942, p. 11.

Onde se sente mais contente? – No futebol.

Do futebol, sobre o futebol, no futebol, ao futebol, com o futebol, durante o futebol, para o futebol, pelo futebol.

Mas esse pode ser o destino de um homem? Todo o seu pensamento, moralidade, todo o seu amor giram em torno do futebol? Para você isso importa mais do que todos os problemas morais, econômicos, sociais, políticos, culturais que dizem respeito a você e a seu país. Para você não há problemas.

Povo bestializado pelos pontapés, povo disponível para qualquer canalhada.

Cidadão: desenvolver uma inteligência, uma personalidade valiosa custa muito. Brutalizar-se, neste país, não custa nada: basta um campo de futebol e uma vintena de imbecis.⁴¹

Embora seja necessário ler as respostas com muita cautela, pois foram selecionadas pelos redatores para ser publicadas nas páginas de *Marcha*, a sua análise pode ser bastante fértil na medida em que calibram os filtros dos próprios redatores. Como haviam alertado ao lançar a pesquisa, iriam escolher as respostas “mais interessantes”, e certamente aquelas que corroborassem pelo menos uma parte do discurso do semanário. Além disso, optaram por diferentes tipos de leitores, às vezes nomeados, entre exilados (fugitivos dos fascismos) europeus; jovens escritores, que reivindicavam mais espaço em suas páginas;⁴² o próprio leitor assíduo que se via como um *marchante*; um *nacionalófilo*, que sustentava que *Marcha* estava construindo uma “nova consciência nacional”;⁴³ uma leitora de Ríó Branco, que preconizava uma maior difusão do semanário no interior do país, “nomeando agentes, em cidades que, como esta, necessitam de alguém que as faça conhecer que difere da outra imprensa, que cuida mais de seus interesses econômicos do que defender o povo [...]”.⁴⁴

Pelo menos até finais da década de 1940, *Ercilla* e, acima de tudo, *Marcha* representaram o lugar da leitura e dos leitores com referências iluministas e oitocentistas, ancoradas em pressupostos que enfatizavam seus papéis como guias nos trajetos do aperfeiçoamento individual e coletivo, na formação de espíritos cultivados e capazes de promover as transformações sociais que os dois semanários defendiam.

⁴¹ ¿En qué piensa usted? *Acción*, Montevideo, ano II, n. 69, 18 de jan. 1934, p. 4. Grifos meus.

⁴² Houve uma resposta interessante na forma de poesia, mesmo porque deixou entrever que o leitor percebia as disputas entre *Marcha* e o diário *El País*: “De *Marcha* me gusta todo./ Desde el principio hasta el fin/ Es un periódico sin/ Igual; y escrito de un modo,/ Que en él encuentra acomodo/ Desde el cuento más chistoso./ Al artículo enjundioso/ De concepción tan feliz; Que hace rabiar a “El País”/ Del modo más estruendoso./ Con su prosa limpia y clara/ Llama siempre la atención./ Esa pulida sección/ Del gallego Juan de Lara./ Su lectura me depara/ Instantes de honda emoción./ Lloriqué en cierta ocasión/ Con una estupenda glosa./ De una poesía prodigiosa/ Del mayor poeta español./ Defectos tiene a montones/ Aunque no se los perciben./ Los que disfrutan y escriben/ Sus perjeñados renglones./ Hay distintas opiniones/ Respecto de eficacia./ Más que está escrita con gracia/ No se le puede negar./ Ni su afán de ayudar/ La bendita Democracia”. Cf. “*Marcha*” es un gran semanario. In: *Ibidem*.

⁴³ Cf. Una conducta en política. In: *Ibidem*.

⁴⁴ “*Marcha*” marca rumbos. In: *Ibidem*, p. 12.

Essa visão otimista não se sustentou com o passar dos anos, principalmente durante os anos 60 e 70, responsáveis por importantes mudanças no debate intelectual sobre a cultura letrada, mas tampouco foi completamente abandonada, e as relações entre informação e comentário (formação) ficaram cada vez mais tensas.

Há expectativa de veracidade em relação ao discurso jornalístico, mas não se deve confundir veracidade com objetividade. Além disso, segundo Chaparro, a busca da precisão pode ser entendida como “o resultado do uso competente de um conjunto de técnicas (de observação e captação) que servem aos fundamentos da linguagem jornalística, para que nela seja preservada a natureza asseverativa, sua principal característica”.⁴⁵

Para Jürgen Habermas, a passagem de uma imprensa de opinião que materializa o “raciocínio” e a “discussão”, para uma imprensa propriamente comercial, orgânica à emergente sociedade de consumo, representou uma transformação fundamental do capitalismo, que promovia o nascimento de uma “indústria cultural”.⁴⁶

No entanto, é bom pensar, conforme Julio Ramos, que a interpretação de Habermas enfatizava a exclusão da discussão e da participação no espaço público, que supostamente tinha caracterizado o período anterior, fundamentalmente os finais do século XVIII.⁴⁷ Leonardo Avritzer e Sérgio Costa, por sua vez, sublinharam que, para Habermas, em sua obra inicial – que recebeu matizes pelo próprio autor posteriormente –, a autonomia da crítica cultural se via desfavorecida em face da expansão “do caráter comercial do processo de produção cultural”.⁴⁸

Do mesmo modo, é preciso criticar sua tentativa de criar um modelo discursivo universal de esfera pública e de debate público, que se estrutura, entre outros locais, a partir da imprensa e dos livros, vistos como objetos de mediação com o público leitor diversificado. François-Xavier Guerra e Annick Lempérière retomaram a categoria de “publicidade” do filósofo alemão, no sentido de tornar público, mas criticaram sua visão teleológica de sentido linear e “progressista”, a análise privilegiada das camadas ilustradas, bem como a interpretação mais circunscrita à Inglaterra, à França e à Alemanha. Assim, preferiram

⁴⁵ CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 3ª ed. rev. São Paulo: Summus, 2007, p. 13.

⁴⁶ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1ª edição de 1962].

⁴⁷ RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 115 [1ª edição de 1989].

⁴⁸ AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 706, 2004.

trabalhar com a noção mais plural de “espaços públicos”, em face do “espaço abstrato e imaterial” da esfera pública habermasiana.⁴⁹

Em suma, distante de empreender uma infrutífera defesa da ideia da existência de uma opinião pública unânime, como advertiu Bourdieu⁵⁰, dos riscos de se interpretar a política sem suas paixões, segundo Keith Michael Baker⁵¹ e da possibilidade de se dissolver nas mãos do historiador, no entender de Jean-Jacques Becker,⁵² o trabalho de Habermas pode ser inspirador, desde que tomado com matizes. É importante, aliás, incorporar outras críticas que enfatizaram as forças assimétricas que constituíam a chamada opinião pública, relacionadas ao poder de quem definia o que se tornava assunto público; a seleção de atores ouvidos; à pretensão dos homens de letras, os escritores públicos ou os jornalistas (*publicistes*) se tornarem os árbitros privilegiados de um tribunal do público ao qual se podia recorrer em última instância.⁵³

Segundo Elías Palti, a defesa do “poder da opinião” se difundiu de forma rápida na América Latina, ao longo do século XIX, e alguns autores já chamavam a atenção para o fato de que o espaço público se estruturava mediante a pluralidade de opiniões. Durante a segunda metade daquele século, no Rio da Prata, Bartolomé Mitre e Vicente Fidel López expressaram a vinculação entre poder, opinião pública e imprensa periódica, que era vista como espaço “da possível fiscalização por parte do ‘público’ das ações do governo [...]”. Conjugavam, assim, racionalidade, ideias e “autoridade moral”.⁵⁴

Ainda que Palti tenha afirmado rapidamente que a segunda metade do Oitocentos marcou o auge da imprensa política, antes de sua transformação em imprensa de informação, é bom pensar com Carlos Ossandón que a imprensa chilena daquele momento esteve marcada por maior pluralidade. Para Ossandón, se, de um lado, o “modelo jornalístico” que se formou

⁴⁹ GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick. Introducción. In: GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick *et al.* *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüidades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998, p. 5-21.

⁵⁰ Apesar de sua crítica estar direcionada às pesquisas de opinião. Cf. BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1984, p. 222-250.

⁵¹ BAKER, Keith Michael. Naissance de l'opinion publique. *Annales ESC*, n. 1, p. 41-71, jan.-fev. 1987.

⁵² BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 185-211. Vale lembrar que o autor sustentou que o conceito de opinião pública foi visto com descrédito pela historiografia francesa do século XX. Distanciou-se, além disso, de uma explicação mais clara sobre a sua definição, a despeito de afirmar a existência da opinião pública e de sua intervenção no processo histórico.

⁵³ OZOUF, Mona. “Public Opinion” at the End of the Old Regime. *The Journal of Modern History. Supplement: Rethinking French Politics in 1788*, n. 60, p. 1-21, 1988.

⁵⁴ PALTÍ, Elías. Opinión pública/Razón/Voluntad general. In: *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 161-202.

na segunda metade do século XIX se nutria de referências iluministas e educadoras, de outro, buscou maior autonomia e certa objetividade, que não se confundia com neutralidade.⁵⁵

Os redatores de *Marcha* não se incomodaram em conjugar crítica política com crítica cultural, notícias mais gerais, crônicas, contos e anúncios comerciais, bem como argumentaram que a chamada “grande imprensa”, segundo *Marcha*, estivesse estreitamente associada a interesses comerciais e publicitários. Seria, dessa forma, menos autônoma e, portanto, menos crítica em seu discurso, afastando-se do papel preconizado para a imprensa de dar voz à opinião pública? Para uma parte dos autores de *Marcha*, sim.

Ao proclamar que dizia a “Verdade”, *Marcha* se apoiava na ideia de razão pública e se fazia porta-voz da vontade geral? De certa forma, buscava articular razão, democracia e soberania popular ou soberania da razão? Foi corrente a sua prática de confirmar os acertos de suas previsões e críticas aos governos colorados dos anos 30 aos 50. Hierarquizou os impressos periódicos. A seu ver, os semanários podiam contribuir mais para a formação de uma opinião pública racional.

Ercilla, por seu turno, apresentou tensões ao se colocar como informativa e imparcial. Amparava. Assim como *Marcha*, demandava seu papel de docência pública, ao se colocar como guia e espaço de formação de leitores conscientes do que deveria ser o debate público, mesmo que por meio de notícias vistas como mais informativas. Finalmente, é difícil mensurar os diferentes graus de autonomia entre a imprensa dita informativa e a de opinião. Além disso, pode-se questionar se as várias pesquisas realizadas pelos dois semanários com os leitores procuravam efetivamente ouvir as suas vozes ou confirmar as dos redatores.⁵⁶

É muito arriscado definir uma fronteira rígida entre opinião e informação. É preciso adotar uma postura de dúvida em relação às interpretações que as separam e, mais do que isso, é preciso estar bastante atento para o fato de que as críticas sobre a opinião se aproximam, em muito, da polêmica do final do século XIX, que se estruturou em termos do moderno contra o tradicional, do transparente e verdadeiro contra o engodo e o *beletrismo* da literatura ou da crônica jornalística vista como superficial e artificial.⁵⁷

⁵⁵ OSSANDÓN, Carlos. La prensa raciocinante e informativa. In: *El crepúsculo de los “sabios” y la irrupción de los “publicistas”*. Santiago: LOM, 1998, p. 42-47.

⁵⁶ Somente para se ter uma ideia e para citar as primeiras pesquisas, *Marcha* inquiriu a vida dos leitores, perguntou sobre como deveria ser o semanário, sobre a missão do jornalismo e como seria recebida pelo público em geral, sobre a reforma constitucional, em meados dos anos 40, sobre as expectativas dos jovens em relação ao futuro do Uruguai e sobre como seria o mundo do pós-Segunda Guerra. A voz dos leitores, por outro lado, demorou um pouco mais em aparecer, mas interpelou vários críticos literários, políticos e intelectuais chilenos sobre temas bastante diversificados, em que buscava tomar o pulso da atualidade.

⁵⁷ RAMOS, Julio. *Desencuentros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 119.

Aliás, uma vez mais para utilizar as palavras de Ramos, o conflito entre “informar ou fazer literatura”, pelas crônicas do final do XIX, evidenciou a “luta pelo poder sobre a comunicação social, que caracterizou o campo intelectual moderno a partir do aparecimento da ‘indústria cultural’ da qual o jornal (antes do cinema, do rádio e da televisão) era o meio básico naquele período”.⁵⁸

Em suma, as relações entre informação e opinião se constroem de forma dialógica, fluída e criativa, para a construção do discurso jornalístico, um dos principais símbolos das novas linguagens da cidade moderna. Sem querer diluir completamente as tensões que marcam suas relações, há muito mais complementação entre “informação” e “opinião” do que suas críticas recíprocas procuraram salientar.

4.2 Cidadãos-eleitores, cidadãos-leitores

A questão de fundo e estrutural dos dois empreendimentos editoriais, em geral, e dos semanários, em particular, estava vinculada à formação do público leitor, consciente de seu papel na construção nacional, por meio do cultivo da cultura letrada e crítica. Em comum, havia a ênfase de que era necessário formar leitores para incluí-los na comunidade política.

Sustento a hipótese de que, pelo menos durante as décadas de 30, 40 e 50, os intelectuais que capitanearam *Marcha* e *Ercilla* enfatizaram de forma convergente a necessidade de se formar um cidadão-leitor. Evidentemente, como já vimos até aqui, houve diferenças na mediação⁵⁹ entre os produtores (sobretudo os redatores e editores) e os leitores dos dois empreendimentos. Mesmo internamente, não se pode afirmar que havia uma voz coesa e uniforme a respeito tanto do papel dos semanários quanto dos livros na formação dos públicos leitores, como complemento ao processo de escolarização e alfabetização.

Ao retomar as visões de Manuel Seoane e Lenka Franulic, em sua ênfase de um leitor autônomo, comparativamente às concepções dos editores de *Marcha*, é possível observar que o exilado peruano e a jornalista chilena explicitaram concepções mais amplas de público leitor, o que convergia com a extensa produção livresca da editora e sua busca em abarcar

⁵⁸ *Ibidem*, p. 127.

⁵⁹ Segundo Gabriela Pellegrino Soares, “como a própria produção, a circulação de ideias é balizada por diferentes instâncias de mediação cultural, social, política e econômica. Essas instâncias são produtoras de discursos e estratégias que prescrevem práticas de apropriação, legitimam ou não repertórios e franqueiam caminhos para a difusão social de determinados conteúdos culturais”. Cf. SOARES, Gabriela Pellegrino. História das Ideias e mediações culturais: breves apontamentos. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011, v. 2, p. 91.

públicos muito diferentes. Vale lembrar que, de um lado, ao reservar amplo espaço para a participação de leitores em sua produção, *Marcha* flexibilizou as fronteiras de autoria, mas de outro, os redatores uruguaios projetaram uma ideia de leitor mais restrita, ainda que uma análise abrangente do conjunto de suas páginas se depare com alguns importantes matizes.

Antes, porém, é necessário delinear a ideia de cidadão-leitor, visto como um agente importante de construção e difusão de ideias democráticas, para além do cidadão-eleitor. Ao mesmo tempo em que era educado para se tornar consumidor de obras culturais, como os impressos, mas também dos demais produtos que eram anunciados nas páginas dos periódicos, como salientou Paulette Silva Beauregard, sobre a Venezuela do século XIX.⁶⁰

Diversos autores salientaram que, apesar dos caminhos heterogêneos percorridos, os países latino-americanos enfrentaram significativos desafios para a construção tanto da nação quanto dos cidadãos, baseados fundamentalmente na ideia de cidadania política, ainda que com muitos limites e marcantes diferenças regionais. A ideia de cidadania relacionava-se, de forma geral, à possibilidade de participação política, traduzida particularmente no cidadão-eleitor – que não pode ser visto simplesmente como um indivíduo livre e autônomo, desvinculado de importantes forças políticas e eleitorais –, na luta pela expansão do sufrágio e da representação política.⁶¹

No Uruguai e no Chile, embora por caminhos distintos, ocorreram importantes reformas durante as três primeiras décadas do século XX, que tentaram a construção de uma sociedade mais integrada e alfabetizada. A ênfase sobre a ordem, antes que a “cidadania” ou a soberania popular ganhou novos contornos com as ações no Chile e no Uruguai na segunda metade do século XIX, como a modernização da educação.

Ainda assim, havia muitos limites para a fundação de bases de uma cidadania política mais ampla. Nos dois países, foi enfatizado o papel central dos partidos políticos,⁶² o que engendrou práticas de negociação entre as forças políticas, que se apresentavam como

⁶⁰ SILVA BEAUREGARD, Paulette. *Las tramas de los lectores. Estrategias de la modernización cultural en Venezuela (siglo XIX)*. Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2007, p. 44-45.

⁶¹ Cf. SÁBATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, COLMEX, FHA, 1999.

⁶² Cf. CAETANO, Gerardo; RILLA, José. La partidocracia uruguaya. Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 44, p. 76-95, 1987; GARRETÓN, Manuel Antonio. *The Chilean Political Process*. Boston: Unwin Hyman, 1989. Entretanto, cabe salientar que essa centralidade dos partidos políticos encontrou desafios e oposições. Ver: RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História*, São Paulo, 23 (1-2), p. 161-196, 2004; ANGELL, Alan. Some Problems in the Interpretation of Recent Chilean History. *Bulletin of Latin American Research*, 7 (1), p. 91-108, 1988; SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. Sistema político, partidos, ciudadanía. In: *Historia contemporánea de Chile I. Estado, legitimidad, ciudadanía*. Santiago: LOM, 1999, p. 183-263.

antipersonalistas.⁶³ Tomadas em conjunto, mesmo com as vicissitudes da política nos dois países, ocorreu a expansão da cidadania política formal na primeira metade do século XX, com a incorporação do sufrágio feminino – no Uruguai, em 1932, no Chile, em 1934, para as eleições municipais, mas somente em 1949, para as presidenciais,⁶⁴ e com a realização de eleições e plebiscitos rotineiramente.⁶⁵

Paralelamente, houve o recrudescimento da chamada “questão social”, com a arquitetura de formas “alternativas” de participação popular, que demandavam ações mais efetivas dos governos em relação aos grupos mais desfavorecidos do Chile, como mostraram Julio Pinto e Verónica Valdivia.⁶⁶ Assim, houve a implantação de políticas sociais, que almejavam, até certo ponto, homogeneizar o grupo de cidadãos, se bem que com importantes obstáculos – mais profundos no Chile em comparação ao Uruguai.⁶⁷

A ênfase sobre a criação de cidadãos-eleitores era vista, entretanto, como insuficiente pelos intelectuais de *Marcha* e *Ercilla*. Era preciso aprofundar as transformações, expandir a cidadania, orientada para a justiça social (democracia social), bem como para a efetiva garantia de direitos e deveres. Nesse sentido, era preciso transformar o cidadão-eleitor em cidadão-leitor, capaz de navegar com desenvoltura pelas águas revoltosas da vida pública.

Nicolau Sevcenko e Eliana de Freitas Dutra⁶⁸ demonstraram que uma parte dos intelectuais brasileiros, de finais do século XIX e começos do XX, em seu anseio reformista de promover mudanças sociais, estimularam práticas de engajamento por meio das obras, mas também, em menor medida pela ação direta nas esferas políticas. Ao classificá-los de

⁶³ Não se pode esquecer que o Chile adotou uma espécie de regime “parlamentarista”, entre 1891 e 1920, enquanto o Uruguai foi governado pelo sistema colegiado, entre 1919 e 1933, retomado de 1952 a 1967.

⁶⁴ *Ercilla* abriu suas páginas para as demandas femininas para poder exercer o voto nas eleições nacionais durante a década de 40. A capa do número 607, de 17 de dezembro de 1946, anunciou a sua vitória após 30 anos de reivindicações.

⁶⁵ A título de exemplo, os eleitores uruguaios foram às urnas 20 vezes, entre 1905 e 1932.

⁶⁶ PINTO, Julio; VALDIVIA, Verónica. *¿Revolución proletaria o querida chusma? Socialismo y Alessandrismo en la pugna por la politización pampina*. Santiago: LOM, 2001. Consultar também: YÁÑEZ, Juan Carlos. *La intervención social en Chile, 1907-1932*. Santiago: Ril Editores, 2008.

⁶⁷ Ver, por exemplo, SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile I. Estado, legitimidad, ciudadanía*. Santiago: LOM, 1999; FERNÁNDEZ DARRAZ, Enrique. *Estado y Sociedad en Chile, 1891-1931. El Estado excluyente, la lógica estatal oligárquica y la formación de la sociedad*. Santiago: LOM, 2003; BRITO, Alejandra et. al. Los desamparados por la democracia en la historiografía social chilena. In: ANSALDI, Waldo (Dir.). *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: FCE, 2007, p. 387-409; CAETANO, Gerardo. Ciudadanía política e integración social en el Uruguay (1900-1933). In: SÁBATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*, p. 405-427; ACHUGAR, Hugo. *Planetas sin boca: escritos efímeros sobre arte, cultura y literatura*. Montevideo: Trilce, 2004.

⁶⁸ SEVCENKO, Nicolau. O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos. In: *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 78-118; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 24-25. Para Dutra, um certo “afastamento” dos intelectuais da política vinculou-se, entre outros motivos, à “decepção generalizada com a República”.

“escritores-cidadãos”, Sevckenko salientou que se posicionaram “entre o anseio de fruir mecenato e o desejo de exercer tutela”.

Não seria exagerado ver pontes entre os cenários chileno, uruguaio e brasileiro das primeiras décadas do século XX, mas a análise do período imediatamente posterior ao que enfoca nesta primeira parte da tese, demanda novas orientações. Por um lado, os dois empreendimentos editoriais proporcionaram o desenvolvimento de atividades autônomas em relação ao Estado, muitas vezes contra ele – particularmente no caso de *Marcha*. Por outro, sustenta a hipótese de que é possível também falar na ênfase de se formar cidadãos-leitores.

Em linhas gerais, havia a defesa de uma concepção de que a justiça social e a democracia política passavam pela formação cultural e letrada dos cidadãos. Somente assim seria possível o entrelaçamento mais equilibrado entre direitos e deveres sociais; liberdade política, de julgamento e de expressão; e igualdade. A cidadania deveria extrapolar restrições de gênero, censitárias ou de alfabetização. Ela necessitava aprofundar os entrecruzamentos entre alfabetização, com a formação de leitores efetivos, participação política, igualdade, soberania popular e liberdade.

Para *Marcha*, mais enfaticamente do que para *Ercilla*, o rito característico do cidadão de meados do século XX englobava participar de eleições, exercer seus deveres e direitos previstos legalmente, e ler para atuar de forma “crítica” no debate público.⁶⁹ Não se pretendia excluir os analfabetos ou os iletrados das discussões públicas mais importantes, mas incentivar a ampliação da cultura letrada e denunciar as ações alfabetizadoras e escolarizadoras como insuficientes para a formação dos cidadãos uruguaiois. Em *Ercilla* também se vislumbrava uma relação entre ler e desenvolver espíritos críticos, principalmente em relação às atividades políticas e culturais.

Não se distanciavam, portanto, da posição de importantes produtores e mediadores culturais de seus países vizinhos, particularmente da Argentina e do Brasil, como demonstrou Gabriela Pellegrino Soares.⁷⁰ Desconsideraram, desse modo, o papel de práticas oralizadas para a construção do debate público? Sobrevalorizaram a cultura impressa e letrada? Por fim,

⁶⁹ A inspiração para este parágrafo veio de: SÁNCHEZ GÓMEZ, Gonzalo. Ciudadanía sin democracia o con democracia virtual. A modo de conclusiones. In: SÁBATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*, p. 442.

⁷⁰ Segundo a historiadora brasileira, as vertentes preponderantes dos agentes e mediadores culturais da formação literária infantil nos dois países abarcavam, de um lado, o “diálogo com concepções de educação integral-intelectual, moral e física”. De outro, a busca por “ampliar os domínios de circulação da cultura letrada, apropriando-se de concepções ilustradas para definir as letras como chave de transformação social, condição cultural e política para fazer face a desafios históricos que se projetavam”. Cf. SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 18-19.

e certamente a pergunta mais difícil de ser respondida, é possível ou razoável estabelecer relações entre o desejo de se participar da vida política e a difusão da leitura?

Havia um amplo leque de representações dos leitores e da leitura, com os quais dialogar. Em uma ponta, a crença profunda no poder dos livros. Na outra, o desencanto e a crítica de uma formação livresca, fechada no recinto da biblioteca, em detrimento da busca pelo contato com a realidade, que podia levar, no seu limite, a certo tipo de enlouquecimento, como os personagens de Dom Quixote e Policarpo Quaresma.⁷¹ Em algum lugar intermediário, estaria a leitura para se encontrar, para dar sentido à própria experiência.⁷²

A perspectiva mais comum entre os mediadores culturais de *Marcha*, mas também de *Ercilla*, salientava a leitura como um meio de cultivar os leitores para o questionamento da ordem, no sentido de torná-los cidadãos-leitores. Pendia, assim, mais para a fé na leitura como canal, a um só tempo, de transformações culturais e políticas, em sintonia com a interpretação de Ángel Rama a respeito da “cidade modernizada”. Nela, a cultura letrada foi associada à “ascensão social”, incorporação aos centros de poder, mas também “de uma relativa autonomia em relação a eles”. Nessa perspectiva, a reivindicação de uma educação mais sólida “como uma alavanca igualitária” ganhava força no jogo entre transformações culturais e políticas importantes.⁷³

Entretanto, como vimos no capítulo anterior, a editora *Ercilla* não hierarquizou leituras, de forma muito clara, nem concedeu maior espaço para algum tipo de obra, entre a tradicional divisão oitocentista de leituras “sérias”, vistas como mais masculinas, e a leitura de “romances”, concebida como de divertimento e entretenimento. Além disso, buscou atender diferentes tipos de público. Entretanto, as páginas do semanário pouco trataram das obras de “aventuras”, “romances policiais” e mais “sentimentais”. Privilegiavam, por outro lado, os livros de história, ciências sociais, filosofia e autores vinculados à chamada “grande literatura”. Marcava-se, portanto, um corte implícito entre as obras. Às vezes bem explícito, como em uma pesquisa que buscava interrogar dez escritores chilenos a respeito dos melhores

⁷¹ Segundo Roger Chartier, já no século XVII espanhol havia sido colocada a problematização da captura do leitor pela ficção, entre efeitos benéficos e desastrosos. Durante o século XVIII, o discurso sobre o “excesso” de leitura foi medicalizado. Passou a ser visto ora como uma “doença individual”, ora como uma “epidemia coletiva”. Cf. CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 262-263. Sobre as distintas representações sobre o ato de ler na América Latina, consultar: ZANETTI, Susana. *La dorada garra de la lectura: lectoras y lectores de novela en América Latina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2002.

⁷² PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 148.

⁷³ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 79-97. Gabriel Salazar e Julio Pinto exploraram algumas relações entre a expansão educacional e a ascensão social no Chile da primeira metade do século XX. Ver: SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporânea de Chile II. Actores, identidades, movimientos*. Santiago: LOM, 1999, p. 81-84.

livros publicados em castelhano. A carta enviada por *Ercilla* assinalou que almejava “contribuir para a orientação cultural de seus leitores” e que, portanto, havia restrições:

não desejamos que em sua resposta considere os romances ou as poesias, os livros chamados de ficção, mas unicamente as obras de tese, ensaios, biografias, e, em geral, as que **servem de orientação aos que buscam caminhos para satisfazer uma curiosidade intelectual de tipo superior.**⁷⁴

Assim, alguns redatores da revista *Ercilla* (Antonio Roco del Campo Orlando Cabrera Leyva) demonstraram evidentes concepções mais restritas sobre a leitura, como na *Marcha* dos anos 40, uma vez que habitualmente estiveram associadas às transformações individuais e sociopolíticas.

As situações políticas diferentes do Chile e do Uruguai no período de construção dos dois empreendimentos editoriais podem explicar, em parte, as escolhas pelo discurso da objetividade informativa (*Ercilla*) ou pela veracidade combativa da opinião (*Marcha*).

Se bem a editora *Ercilla* foi fundada em 1932, ano de início do segundo mandato de Arturo Alessandri, as atividades do semanário passaram a abarcar a política chilena com maior assiduidade somente em 1938, durante a disputa eleitoral que levou a Frente Popular ao governo nacional. Nesse sentido, para além de transformações que caracterizavam o cenário jornalístico chileno, a ideia de objetividade podia também se ancorar no apoio à Frente Popular. Além disso, nunca é demais recordar que a presença de editores, impressores, redatores, tipógrafos e tradutores peruanos em seu quadro de funcionários, levava *Ercilla* a reafirmar constantemente seu caráter imparcial, com receio de ser associada à ingerência de estrangeiros nos assuntos internos.

Por outro lado, *Acción* – que foi refundada como *Marcha*, em 1939 – despontava em um contexto que se tornava cada vez mais dramático para os seus fundadores, com a ascensão dos grupos conservadores, que apoiaram, em 1933, a instalação de um regime ditatorial, que durou até 1942. Em luta pela difusão de ideais ancorados na defesa da democracia social, os jovens intelectuais uruguaios hastearam bandeiras que associavam a cultura letrada à transformação social, bem como optaram por escrever para instruir, para fazer política.

No que tange aos leitores implícitos de *Ercilla* e *Marcha*, e seus horizontes de expectativas, é importante buscar alguns vestígios – que não brilham por sua abundância – nas

⁷⁴ 10 Escritores chilenos señalarán “los 10 mejores libros publicados en castellano” el año 1939. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 249, 07 de fev. 1940, p. 18. Grifos meus. As respostas de 7 autores foram publicadas dois meses depois: Armando Donoso, Lenka Franulic, Manuel Rojas, Padre Alfonso Escudero, Raúl Silva Castro, Ricardo Donoso e Vicente Huidobro. Cf. ¿Cuáles fueron los mejores libros de 1939? Responden 7 intelectuales. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 259, 17 de abr. 1940, p. 18.

próprias páginas de ambas as publicações, a partir da análise da gênese dos temas mais assíduos, de suas escolhas políticas e, além disso, na estrutura formal e estética do texto, bem como nos comentários, isto é, os “protocolos de leitura”, que habitualmente ambicionaram direcionar os olhares dos leitores para uma “leitura correta” ou pelo menos “plausível”, tarefa muito cara à crítica cultural que se desenvolveu nos dois semanários.

Vale a pena sublinhar que o alcance de *Ercilla* e *Marcha* pode ter ultrapassado o universo letrado, uma vez que a utilização de imagens, como fotografias, desenhos e caricaturas, tem a capacidade de atingir um público mais amplo do que uma análise direcionada somente ao texto escrito. Do mesmo modo, não se pode descartar que alguns textos podem ter sido lidos em grupo e debatidos entre os ouvintes, o que infelizmente não deixa registros diretos. Para o caso de *Ercilla*, não se pode menosprezar o fato de que os escritos políticos de Luis Hernández Parker (*Hachepé*),⁷⁵ que se incorporou ao semanário no início da década de 40, foram difundidos também entre os ouvintes de rádio, ampliando o seu público entre os ouvintes.

Existem muitas limitações que impedem o avanço na direção da recepção e apropriação dos textos publicados em *Ercilla* e *Marcha*, mas nem por isso deixo de dedicar algumas páginas sobre os possíveis circuitos da leitura dessas importantes publicações que traçaram novas linhas no mundo jornalístico do Chile e do Uruguai.

Praticamente todas as obras que enfocaram os leitores de *Acción* e *Marcha* coincidiram em classificar o seu público como oriundo da “classe média culta ou universitária, urbana, democrático-radical, antifascista, receosa (se não contrária) à política dos Estados Unidos e, também, interessada pela cultura”, como sustentaram Pablo Rocca e Emir Rodríguez Monegal.⁷⁶

Segundo Gustavo de Armas e Adolfo Garcé, os leitores de *Marcha* podiam ser caracterizados por suas inquietações a respeito da sugerida herança latina, buscavam as páginas culturais em primeiro lugar, para em seguida adentrar-se nas políticas e econômicas, e

⁷⁵ *Hachepé* estudou direito na *Universidad Católica* e militou pelo Partido Comunista. Após voltar da URSS, onde participou do Congresso da Internacional Juventude Comunista. HP foi preso e torturado em Buenos Aires, antes de voltar ao Chile. As palavras oriundas da tortura foram estampadas em um diário portenho e reproduzidas pelo chileno *El Imparcial*. HP foi acusado de delação e expulso do Partido Comunista, mas não se defendeu. De acordo com Marcelo Mendoza, HP guardou silêncio sobre o ocorrido, se transformou politicamente em um “pária” e somente se reergueu com a incorporação à *Ercilla*, em 1941, quando iniciou uma trajetória que o transformou no “alfabetizador político do Chile”. Cf. MENDOZA, Marcelo. *Hachepé, el alfabetizador político de Chile*. In: HERNÁNDEZ PARKER, Luis. *Señores auditores: muy buenas tardes*. Santiago: LOM, 2010, p. 9-18. Ver também: HOTT, Jacqueline; LARRAÍN, Consuelo (Ed.). *Veintidós caracteres*. Premios Nacionales de Periodismo. Santiago: Aguilar, 2001, p. 31-43.

⁷⁶ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y Literatura en Marcha y en el Uruguay, 1939-1974*. Montevideo: Intendencia Municipal de Montevideo, 1992, p. 41; RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966, p. 35.

finalmente, sustentavam orientações ideológicas de esquerda.⁷⁷ Com as palavras dos próprios autores:

O público de *Marcha* estava composto basicamente de professores, escritores e estudantes. Um público de elevado nível cultural, de forte sentido ético e de vocação americanista. *Marcha*, dirigida por um rodoniano militante como fora Carlos Quijano, teve nitidamente esse perfil. O leitor de *Marcha* foi, então, um leitor arielista, latinista e idealista.⁷⁸

Embora as opiniões de Rodríguez Monegal, Rocca, De Armas e Garcé tenham coincidido sobre um leitor cujo mundo de referência ia muito além das primeiras letras – com a qual concordo –, a descrição do leitor de *Marcha* acima citada precisa ser matizada, pois tomar o arielismo juvenil dos arquitetos de *Acción* e *Marcha* e extrapolá-lo para as suas trajetórias, como um todo, além de projetá-lo sobre os seus leitores, parece-me ser uma atitude equivocada. Além disso, chamar esse leitor de “arielista, latinista e idealista” é um exagero e uma generalização.

Retomo a problematização que Hugo Alfaro, em 1984, julgava pertinente: “Foi *Marcha* um semanário de elites para elites?” Em parte sim, pois nem sempre os comentários e discussões de Quijano ou de outros redatores foram acessíveis para todos. Além disso, argumentava que

[...] se a classe trabalhadora não constituiu, certamente, o núcleo mais numeroso dos leitores de *Marcha*, é também verdade que esclarecidos dirigentes sindicais colaboraram semanalmente nela, contribuindo para descontar aquela deficiência e tornar mais palpável a essencial identidade de propósitos.⁷⁹

Finalmente, é importante assinalar que *Marcha* buscou identificar seus leitores como homens e mulheres não exclusivamente dedicados ao ambiente livresco e teórico. Somente para citar dois exemplos representativos, em 16 de janeiro de 1942, seus redatores anunciavam uma pesquisa sobre o que pensavam os jovens a respeito da vida social, política e ideológica do Uruguai e do mundo naquele momento.⁸⁰ Era recomendado que os jovens redigissem textos com capacidade de síntese e a seleção das respostas, publicadas a partir de 06 de fevereiro até agosto de 1942, propunha que seus leitores provinham em grande parte dos setores trabalhadores. As classificações utilizadas foram as seguintes: “jovem trabalhador”, “jovem de 25 anos que trabalha”, “três mulheres”, “trabalhador guarda” (que

⁷⁷ DE ARMAS, Gustavo; GARCÉ, Adolfo. *Uruguay y su conciencia crítica. Intelectuales y política en el siglo XX*. Montevideo: Trilce, 1997, p. 35.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 42.

⁷⁹ ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984, p. 63.

⁸⁰ Lo que piensan los jóvenes. *Marcha*, Montevideo, ano IV, n. 122, 16 de jan. 1942, p. 7.

dizia ter escassos estudos), outro que lia “em um trem”. Em 08 de outubro de 1943, *Marcha* iniciou outra pesquisa nomeada de *Cuéntenos su vida*, em que perguntava sobre o trabalho, o orçamento, o lar e os ideais de vida de cada leitor.⁸¹ As respostas foram publicadas até o final daquele ano e alguns leitores se identificaram como “o guarda do trem”, “o funcionário”, “sou um operário gráfico”, “um tintureiro”, “uma artista”, “o professor rural”, “um operário de calefação”, “um porteiro municipal”, “estudante do interior” etc.

Essa seleção estava certamente relacionada ao “tipo” de leitor que os editores de *Marcha* identificavam como os “seus” leitores e não necessariamente com o conjunto ou a maioria dos leitores efetivos. Em outras palavras, *Marcha* buscou representar os seus leitores como jovens, homens e mulheres, para além de Montevideú, que alimentavam os debates em torno do presente e do porvir do Uruguai e da América Latina. Assim, *Marcha* inscrevia sua trajetória entre os setores jovens e populares, e se distanciava da imagem de ser uma tribuna de debates alheios aos problemas vitais da política e cultura contemporâneas. Em outras palavras, os diretores de *Marcha* sublinhavam que suas ideias canalizavam os anseios de mudanças frequentemente identificados com os grupos juvenis e trabalhadores.

Em relação aos leitores de *Ercilla*, o panorama é ainda mais problemático. Segundo Luis Alberto Sánchez, os leitores dos livros publicados pela editora tinham uma grande predileção pelos autores europeus, o que influenciara seu caráter inicial parcialmente pirata.⁸²

Entretanto, os autores chilenos e demais hispano-americanos ganharam espaço em *Ercilla*, o que demonstrava o interesse crescente da população chilena pelas cores locais, em conjunto com as vastas coleções de obras de autores europeus e norte-americanos. *Ercilla* também publicou livros em francês para o estudo do idioma, além dos *Manuales Ercilla*, que “por seus baixos preços, suas ilustrações, seus temas conexos com nossas necessidades e sua linguagem simples estão ao alcance de todos”.⁸³

As transformações na revista podem trazer importantes pistas sobre o público leitor de *Ercilla*. Houve uma paulatina ascensão dos temas sobre a política e a cultura nacional, nas décadas de 30, 40 e 50, em detrimento da escala latino-americana – que voltou a ter novamente grande destaque nos anos sessenta –, o que pode ser um sinal das expectativas do leitor chileno.

Assim como *Marcha*, o espaço para a opinião dos leitores se expandiu ao longo do tempo e a necessidade dos editores de renovar as bases de *Ercilla*, a partir de 1943, é outro

⁸¹ Cuéntenos su vida. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 204, 08 de out. 1943, p. 24.

⁸² SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*, p. 62.

⁸³ *Manuales populares de cultura ha comenzado a publicar la E. Ercilla. Ercilla*, Santiago, ano III, n. 121, 27 de ago. 1937, p. 12. Alguns foram republicados no início da década de 1950.

sinal de que os leitores não estivessem assim tão preocupados com o propalado caráter informativo da revista, mas demandavam também o tratamento mais analítico e cadenciado de alguns temas.

Pode-se dizer que houve um diálogo mais aberto de *Ercilla* com a ascensão dos meios radiofônicos e televisivos, ou que tenha concedido mais espaço para atividades esportivas e páginas de entretenimento, pelo menos inicialmente. *Marcha* também dedicou, inicialmente, algumas páginas para palavras cruzadas, *historietas*, e tiras de J. Bellus, J. Touchet e Thor. Em relação às páginas sobre cinema, organizaram uma espécie de pedagogia da sétima arte, tanto em relação aos filmes projetados nas salas de cinema quanto das discussões sobre as carências da produção nacional e a onipresença da internacional. *Ercilla* priorizou as fotografias nas primeiras décadas, ao passo que *Marcha* intercalou de forma mais habitual algumas fotografias com tiras, caricaturas e *charges*.

Muito mais como um ponto de partida que de chegada, as reflexões sobre os leitores ainda necessitam receber maiores investimentos teóricos, principalmente se um dos objetivos dos trabalhos sobre a imprensa escrita consista em propor o estudo de suas práticas de leitura, apesar das dificuldades para se abarcar esse universo tão fugidio e que deixa poucos vestígios.

Para finalizar esta parte do texto, é importante ressaltar que *Marcha* e *Ercilla* buscaram colocar as políticas da leitura no centro do debate público. Advogavam por sua expansão, que poderia, a seu ver, fortalecer as bases da igualdade, assim como de uma democracia política e sociocultural. Havia, portanto, uma aproximação clara entre cultura e política em suas perspectivas. Lamentaram e criticaram a insuficiência de políticas de apoio estatal à expansão do mercado editorial nos dois países.

A partir desta perspectiva, os dois semanários reservaram um importante espaço para se pensar sobre o mercado editorial, a respeito da crítica cultural no geral e a literária em particular – mais ampla em *Marcha* do que em *Ercilla* –, bem como apostaram na apresentação de jovens autores para o público. Contudo, é importante lembrar que o espaço de crítica cultural foi bem mais amplo em *Marcha* do que em *Ercilla*.

A estrutura básica de *Marcha* trazia seções mais recheadas de debate político, debate cultural e literário, além de muitas páginas de debate universitário, que abarcavam a historiografia, filosofia, sociologia e ciência política, somente para citar as áreas mais comuns. Não era, entretanto, uma revista acadêmica. Na estrutura de *Ercilla* o debate político foi privilegiado, além de muitas páginas sobre vários temas do dia-a-dia com ênfase em reportagens vistas como “informativas”.

Talvez o público leitor do semanário uruguaio fosse mais “intelectualizado” e mais restrito, ao passo que o do chileno mais amplo e diversificado. Entretanto, é impossível sustentar essas hipóteses sem o risco de cair em novas generalizações.

De qualquer forma, em ambos os semanários as páginas de política vinham primeiro. Havia ali uma certa hierarquização implícita entre política e cultura, ainda que a junção mais clara de política e literatura – com amplo espaço para os romancistas – borrava as distinções oitocentistas entre leituras mais edificantes e leituras de entretenimento. Os romances dificilmente podiam ser incluídos no repertório das leituras que faziam parte da pedagogia do cidadão-leitor, pelo menos nas páginas dos dois semanários. Talvez houvesse certa hesitação em aceitar que pudessem instruir. Também em comum, não havia em *Ercilla* e *Marcha* a tensão entre ler e agir politicamente. Entre leitura e vida prática. Entre leitor sedentário e guerrilheiro ativo, que marcará o debate dos anos 60 e 70, como sustentou Ricardo Piglia,⁸⁴ ou do chamado “anti-intelectualismo”, segundo Claudia Gilman.⁸⁵

4.3 Novos caminhos da crítica no Uruguai: o escritor e a política em *Marcha*

Em abril de 1927, o espanhol Guillermo de Torre propôs, no interior dos debates vanguardistas, que Madri deveria ser o meridiano intelectual da América Hispânica. O título do artigo que iniciou a polêmica era *Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica*, publicado na revista madrilenha *La Gazeta Literaria*. A discussão foi bastante aguerrida, com respostas em diversos países hispano-americanos, notadamente na Argentina, por meio de *Martín Fierro*; da *Revista de Avance*, em Cuba; e *Amauta* no Peru.⁸⁶ No Uruguai, a resposta aos espanhóis foi publicada por Alberto Zum Felde na revista *La Pluma*, em agosto de 1927. Para Zum Felde, era importante a aproximação com a Espanha, mas não da forma proclamada por Guillermo de Torre, que foi vista como uma “bobagem”.⁸⁷

Ainda que o crítico literário uruguaio tenha desqualificado a proposta do espanhol, a ideia sobre os meridianos intelectuais e editoriais se fortalecia em diversas cidades da América Hispânica, que lutavam pela estruturação e consolidação de espaços de sociabilidade

⁸⁴ PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 98.

⁸⁵ GILMAN, Claudia. El intelectual como problema. In: *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 143-187.

⁸⁶ Ver: CROCE, Marcela (Comp.). *Polémicas intelectuales en América Latina. Del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires: Ediciones Simurg, 2006, p. 10.

⁸⁷ Cf. SCHWARTZ, Jorge. Madrid, meridiano intelectual de Hispanoamérica. In: *Las vanguardias latinoamericanas. Textos programáticos y críticos*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 592-603.

intelectual que pudessem proporcionar certa autonomia de suas atividades.⁸⁸ Nem Madri, nem Buenos Aires ou Cidade do México, como polos hegemônicos ou únicos. A ideia consistia em multiplicar os locais de criação, mediação e trânsito intelectual.

Vale lembrar uma vez mais que Laureano Rodrigo enfatizou, em 1936, que realizara “o sonho que era trasladar ao Chile o meridiano editorial do Continente [...]”.⁸⁹ Dois anos antes, o pintor uruguaio Joaquín Torres García voltou a Montevideú, após uma longa estadia em Barcelona, Nova Iorque e Paris, e fez uma conferência intitulada *La Escuela del Sur* – publicada em 1936 –, em que reivindicou a emancipação artística da América Latina. O cenário de aflição em relação a diversos países europeus acometidos pela ascensão do fascismo e do nazismo, além da Depressão Econômica iniciada nos Estados Unidos, estimulava a formulação da ideia de que os latino-americanos deveriam buscar internamente suas orientações político-culturais.

Torres García desenhou inúmeros mapas, mas a versão mais conhecida – que abre esta primeira parte (Figura 1, p. 36) – foi pintada em 1943. Nela a América do Sul é representada de forma invertida e a posição do Uruguai é bem demarcada (34°41’ Latitude Sul, 56°9’ Longitude Oeste). No ano seguinte, publicou o livro *Universalismo constructivo* – escritor de 1934 a 1943 – e explicitou a escolha por representar o mapa sul-americano ao contrário:

“Tenho dito Escola do Sul porque, na realidade, nosso norte é o Sul. Não deve haver norte, para nós, senão por oposição ao nosso Sul. Por isso, agora colocamos o mapa ao contrário, e então já temos uma justa ideia de nossa posição, e não como querem no resto do mundo. A ponta da América, desde já, prolongando-se, aponta insistentemente para o Sul, nosso norte.”⁹⁰

Não demorou muito para que seus caminhos cruzassem com os de *Marcha*, que colocavam a “América Latina” como medida de todas as coisas.⁹¹ Se Torres García reelaborava formas gráficas e plásticas indígenas, e, segundo Hugo Achugar, marcava a “importância da posicionalidade; posicionalidade que supera o estritamente geográfico,

⁸⁸ Croce assinalou que Miguel Unamuno suspeitava que mais do que “meridiano intelectual”, tratava-se de um “meridiano editorial”, o que fora percebido também pelo uruguaio Ildefonso Pereda Valdés. Consultar: CROCE, Marcela. *Polémicas, entredichos y disidencias en América Latina*. In: CROCE, Marcela (Comp.). *Polémicas intelectuales en América Latina. Del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*, p. 11-12.

⁸⁹ RODRIGO, Laureano. *Nuestra Empresa y el apoyo del público*. *Ercilla*, Santiago, a. II, n. 71, 14 de setembro de 1936, p. 5.

⁹⁰ TORRES GARCÍA, Joaquín. *Universalismo constructivo: contribución a la unificación del arte y la cultura de América*. Buenos Aires: Editorial Poseidón, 1944, p. 12. Para a polémica sobre as posições artísticas de Torres García, consultar os exemplares de *Marcha* publicados entre 11 de agosto e 24 de novembro de 1944.

⁹¹ Cf. TORRES GARCÍA, Joaquín. *La pintura en 1939. Regreso a la Academia*. Torres García hace el balance del año. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 28, 30 de dez. 1939, p. 2-3.

tornando-se cultural e ideológica”,⁹² *Marcha* enfatizava a necessidade de se pensar o futuro do Uruguai a partir de uma plataforma platina e, ao mesmo tempo, latino-americana. O semanário publicou, inclusive, uma coluna intitulada *35 grados latitud sur*, sobre temas variados. Evidenciava-se a referência à posicionalidade de Torres García.

Antes, porém, as páginas de *Marcha* reproduziram uma conferência realizada dia 27 de março por Torres García, com transmissão pelo *Servicio Oficial de Difusión Radioeléctrica*, por meio da qual conclamava os arquitetos uruguaios e dos demais países sul-americanos a criar livremente novas coordenadas, em detrimento dos modelos europeus. Para uma “nova América”, uma arquitetura com estilo próprio, ainda que hesitasse em conceber uma posição única para todos os países. Era preciso buscar uma “cultura e não civilização ou progresso” que pudesse canalizar os anseios de criação equilibrada entre o “mundo real” e o “pensamento abstrato”, que se desvinculasse da Europa.⁹³

Embora tenha dado voz aos críticos de Torres García, em que se podiam evidenciar algumas das principais discussões sobre o cenário das artes plásticas no Uruguai, a posição de *Marcha* foi de apoio e divulgação de suas perspectivas, ancorada muitas vezes nas considerações do crítico de arte e ensaísta argentino Julio E. Payró. Conforme as palavras de Payró retomadas por Roberto Sapriza, em maio de 1947:

Não sabe a América Latina o *maestro* e o artista que saiu de seu seio e vive obscuramente em Montevideu, dissipando fabulosos esforços vãos de propagação de uma elevada cultura estética. Não o sabe nem o saberá enquanto se empenhe em ignorá-lo por temor de que se agitem em demasia as estancadas águas da arte conformista.⁹⁴

A interpretação de Sapriza coincidia com o principal anseio dos redatores tanto das páginas políticas quanto das culturais em *Marcha*: agitar as supostamente conformistas e serenas águas do Uruguai. Dentro desta perspectiva, o jovem escritor Juan Carlos Onetti foi convidado por Quijano para participar daquela empreitada, no mesmo ano em que publicou seu primeiro e breve romance *El Pozo* (1939). De forma bastante aguda, Onetti plasmou no personagem principal, Eladio Linacero, com seus 40 anos e muitas desilusões, os desencantos

⁹² ACHUGAR, Hugo. “Nuestro norte es el Sur”. A propósito de representaciones y localizaciones. In: *Planetas sin boca: escritos efímeros sobre arte, cultura y literatura*. Montevideo: Trilce, 2004, p. 201-216.

⁹³ TORRES GARCÍA, Joaquín. Las artes plásticas y su relación con la arquitectura. Hacia una arquitectura americana. *Marcha*, Montevideo, ano II, n. 40, 29 de mar. 1940, p. 2-3. Para Torres García, a cultura englobava “o social, o religioso, o científico, o estético” como aspectos de uma mesma atividade.

⁹⁴ SAPRIZA, Roberto. Exposición de Torres García. *Marcha*, Montevideo, ano IX, n. 379, 16 de mai. 1947, p. 15.

em relação a um país que anunciara um grande futuro para seus filhos, mas que ainda não havia perdido a capacidade de sonhar.⁹⁵

Até as vésperas de partir para Buenos Aires, em meados de 1941, Onetti foi secretário de redação em *Marcha*, com dois pseudônimos principais: *Periquito el Aguador*, que assinava a coluna *La piedra en el charco*, e *Grucho Marx*, que firmava notas humorísticas. Além disso, às vezes publicava contos sob outros pseudônimos. Embora não se possa transpor os pressupostos anti-imperialistas e esquerdistas de Quijano, Castro e Ardao para o labor de Onetti, suas críticas ferozes ao mundo literário e cultural do Uruguai não se distanciavam das perspectivas dos fundadores do semanário.⁹⁶

A despeito disso, é bastante desafiador delimitar as reais conexões que podia haver em um grupo de redatores e colaboradores tão heterogêneo como o de *Marcha*, bem como definir até que ponto seus pais fundadores regiam os acordes dos jovens intelectuais que se empenharam em transformá-lo numa espécie de “escola” jornalística do país.

Ainda que sob o risco de cair na polêmica entre Emir Rodríguez Monegal e Ángel Rama, é importante salientar que um dos principais debates em relação às páginas literárias de *Marcha* relaciona-se à sua sintonia ou não com as páginas políticas, isto é, se havia um diálogo mais estreito entre as duas principais partes do semanário. O debate ganhou corpo durante os anos 60, após a saída de Rodríguez Monegal e o início da direção das páginas literárias por Rama. O texto provocativo de Rodríguez Monegal procurou marcar seu lugar como crítico independente, ao passo que apresentava Rama de certa forma caricatural, como um militante cultural, por isso, menos independente. De certa forma, porque em 1965 Rama fez sua profissão de fé nas páginas do semanário, com o sugestivo título *Por una cultura militante*, como veremos com mais detalhes na segunda parte da tese. Rodríguez Monegal propôs, em 1966, que havia uma *Marcha* política e outra cultural, mais cosmopolita, durante o período em que esteve à frente das páginas literárias do semanário, de 1945 a 1957. Suas críticas estavam endereçadas a Rama.⁹⁷ No final dos anos 90, Arturo Ardao revisou a

⁹⁵ Para uma leitura sobre *El Pozo*, consultar: RAMA, Ángel. Origen de un novelista y de una generación literaria. In: ONETTI, Juan Carlos. *El Pozo. Para una tumba sin nombre*. Montevideo: Arca, 1977, p. 121-178. Vale ressaltar que Emir Rodríguez Monegal foi um dos principais críticos cativados pela obra de Onetti.

⁹⁶ Em seu excelente trabalho, entre outros, sobre *Marcha* e literatura no Uruguai, Pablo Rocca chamou a atenção para a renovação cultural do país por meio da atuação de Onetti e Torres García, bem como mapeou e interpretou as principais discussões culturais e literárias que ocorreram dentro e fora das páginas do semanário. Contudo, há algumas afirmações que merecem ser matizadas, como será feito ao longo da tese. Procurei, além disso, construir essa parte do capítulo seguindo a leitura das páginas do semanário. Cf. ROCCA, Pablo. *La piedra demoledora de Juan Carlos Onetti (1939-1941)*. In: *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*. Montevideo: IMM-División Cultura, 1992, p. 20-27.

⁹⁷ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966, p. 43-44.

interpretação de Rodríguez Monegal, ao reivindicar que era necessário suavizar o suposto descompasso entre as “duas partes” do semanário.⁹⁸

É preciso ter cuidado para não cair na armadilha interpretativa de Rodríguez Monegal, que também se envolvia em um debate profundo contra *Casa de la Américas*, por meio de *Mundo Nuevo*, em Paris. Alguns estudiosos sobre crítica literária no Uruguai sustentaram que é difícil entrever uma vinculação mais direta entre as páginas culturais e políticas de *Marcha* até o triunfo da Revolução Cubana, em 1959.

No começo dos anos 90, Pablo Rocca advertiu os leitores que a “visão política e social que ali [em *Marcha*] habitou, ainda sujeita às mutações que o tempo sempre impõe, em certa medida, condicionou também o discurso crítico e ficcional das áreas culturais”.⁹⁹ Contudo, em um estudo mais recente, ao retomar as interpretações de Rodríguez Monegal e Arturo Ardao, a propósito da existência ou não de “duas *Marchas*”, afirmou que era até possível, se bem que com matizes, admitir a dicotomia. A “única” exceção repousava sobre a própria atuação de Ardao, que construía pontes entre as duas “asas” do semanário, por meio de seus textos acerca da história das ideias, do pensamento no Uruguai e na América Latina, bem como de “filosofia metropolitana”.¹⁰⁰

Para seguir um pouco mais as trilhas de sua argumentação – vistas como a “base para um debate” –, Rocca assinalou que é muito discutível falar de uma aproximação mais estreita em as “ideias-força da ‘área política’ da publicação: o anti-imperialismo, a abertura em direção a um ‘destino sul-americano’ [...], na tradição do pensamento arielista, a consciência de uma crise nacional [e] a postulação de um socialismo democrático”. Havia uma “polêmica interna” sobre a necessidade de renovar as letras nacionais e acerca de certa sonolência criadora, o que não era uma característica exclusiva daquele momento, nem do Uruguai, como salientou Rocca. Porém, segundo o pesquisador e professor de literatura uruguaio, não havia um grande conflito entre cultura “universal” e cultura “nacional” no país, com a mesma “violência que em outras partes da América”.¹⁰¹

Rocca tem razão em alertar para importantes diferenças entre as “duas” partes principais de *Marcha*, e o risco de perder de vista sua heterogeneidade discursiva. Entretanto, proponho que é possível trazer algumas nuances, que, aliás, o próprio autor sublinhou em outros textos, como o publicado em 1992, ou mesmo em algumas partes do livro de 2006.

⁹⁸ ARDAO, Arturo ¿Dos *Marchas*? *Cuadernos de Marcha*, terceira época, Montevideo, n. 151, jun. 1999, p. 14-17.

⁹⁹ ROCCA, Pablo. La piedra demoledora de Juan Carlos Onetti (1939-1941). In: *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 8.

¹⁰⁰ Idem. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006, p. 128-129.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 129-130.

Para além de Ardao, outros redatores e colaboradores de *Marcha* foram capazes de tecer articulações entre as suas “duas partes” principais. Não acredito que havia uma completa dissonância interna entre suas partes, nem mesmo durante o período em que Rodríguez Monegal esteve à frente das páginas “culturais”.

A leitura do semanário como um todo, particularmente a partir de 1942 e 1943, permite visualizar os principais temas enfocados pelos redatores e colaboradores, regidos por Quijano, Castro e Ardao. A preocupação dos editoriais girava em torno da pergunta: “Seremos o Gibraltar do Rio da Prata?”, em que se enfatizavam os riscos de uma aproximação “ingênuo” com os Estados Unidos contra os fascismos europeus, durante a Segunda Guerra Mundial.¹⁰² Ao reafirmar suas advertências das duas últimas décadas, Quijano sustentava que os Estados Unidos eram o único país que poderia trazer riscos efetivos para os países latino-americanos e reforçava sua prédica anti-imperialista. Além disso, o semanário chamava a atenção para as ambiguidades de um país que dizia lutar contra os fascismos, mas que apoiava o governo de Franco na Espanha.¹⁰³ Ao mesmo tempo, *Marcha*, criticava o governo nacional por não reatar relações diplomáticas com a União Soviética, o que ocorreu em 1943.



Figura 32: *Charge* sobre Roosevelt e Truman, por Roberto Gómez (30/01/1953)

Legenda: – Os dois à mesma altura?

– Não, por favor. Esse bem à direita e bastante mais abaixo que o outro.

¹⁰² QUIJANO, Carlos. El Gibraltar del Río de la Plata. *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 169, 22 de jan. 1943, p. 5.

¹⁰³ La política norteamericana con el gobierno franquista. *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 175, 05 de mar. 1943, p. 1; Los Americanos en España: Ayuda a Franco y Restauración Monárquica. In: *Ibidem*, p. 8-9. O problema, para os redatores, poderia ser entendido se os Estados Unidos conseguissem, com o apoio, “mantê-lo afastado de uma mais estreita colaboração com o Eixo”. No entanto, os riscos para o futuro pós-guerra seriam imprevisíveis, uma vez que o apoio à restauração monárquica fortaleceria o regime franquista e abortaria uma reconstrução democrática na Espanha. Segundo *Marcha*, os norte-americanos não deveriam apoiar Franco e a restauração monárquica após a guerra, pois os povos tinham direito à soberania.

Ao longo de todo o ano de 1943, *Marcha* criticou a política pan-americanista capitaneada pelos Estados Unidos e ressaltou que os latino-americanos não podiam deixar-se seduzir pelos freios de Roosevelt ao imperialismo do poderoso vizinho do norte, pois um dia deixaria a presidência. Sem poder prever o futuro, o que fariam os países caso subisse ao poder grupos que apoiassem políticas intervencionistas? Era preciso cautela e pensar não em termos conjunturais, mas estruturais. Dez anos depois, *Marcha* publicou em sua tradicional página editorial uma crítica às transformações políticas nos Estados Unidos, por meio de uma das muitas *charges* (figura 32) e caricaturas feitas pelo exilado espanhol Roberto Gómez. Vale ressaltar que Gómez mudou-se para Buenos Aires durante a ditadura de Primo de Rivera, onde passou a contribuir para alguns periódicos. Exilou-se em Montevideú, entre 1950 e 1955, e passou a publicar suas *charges* e caricaturas, em *Marcha*. Voltou para Buenos Aires em 1955, mas continuou a contribuir com o semanário uruguaio.

Retomo, brevemente, as diferenças entre caricaturas, *charges* e tiras, delineadas inicialmente nas páginas 54 e 55 deste trabalho. Para Motta, “as expressões ‘caricatura’ e ‘charge’ são, com frequência, utilizadas indistintamente, e nessa área não há definições canônicas”. A caricatura representaria “figuras humanas conhecidas, enquanto a especialidade da *charge* seria a de abordar fatos ou acontecimentos específicos”. A tira ou história em quadrinhos, por sua vez, em estreita relação com o cartum, está mais vinculada a temáticas atemporais e universais, “em que o autor geralmente ignora personagens ou fatos reais”.¹⁰⁴

As caricaturas e *charges* em *Marcha* merecem um estudo à parte, particularmente em relação ao lugar que podem desempenhar para “o riso da crítica social ou política”, segundo as palavras de Verena Alberti.¹⁰⁵ Além disso, Motta recuperou a interpretação de Georges Minois, ao afirmar que “em épocas de grande insegurança e temor, as formas de linguagem capazes de mobilizar a comicidade e o humor tornam-se particularmente atraentes, pois o riso ajuda a lidar com o medo”.¹⁰⁶

Voltando à *Marcha* dos anos 1940, o leitor que folheava ou lia atentamente as páginas do semanário, encontrava críticas ao imperialismo norte-americano, nas “páginas políticas”, ao lado de contos, “peças breves” e análises críticas sobre a literatura norte-americana, nas “culturais”. No mesmo número em que Quijano se perguntava sobre as possibilidades de o

¹⁰⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 15. Ver também: LAGO, Pedro Corrêa do. *Caricaturistas brasileiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.

¹⁰⁵ ALBERTI, Verena. Prefácio. In: LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 18.

¹⁰⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*, p. 13; MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 275.

Uruguai se transformar em uma “colônia” ianque, *Marcha* publicava *Antes del desayuno*, de Eugene O’Neill, elogiado por sua “arte naturalista e sua destreza de psicólogo”.¹⁰⁷

Significativamente, O’Neill era um autor que passou por inúmeras dificuldades ao longo da vida. Viveu como marinheiro e, inclusive, se radicou na Argentina por um tempo. Além disso, aproximou-se dos anarquistas e socialistas nos Estados Unidos. Suas obras abordaram geralmente personagens marginalizados, que mostravam as faces mais deficientes da sociedade norte-americana.

A literatura estadunidense, assim como a de outros países de origem anglo-saxã, entrava em foco e ganhava cada vez mais espaço no semanário, inicialmente com análises de Van Wyck Brooks, quando as páginas literárias estavam sob responsabilidade do crítico e cineasta Danilo Trelles. Assim, não era de se estranhar que o cinema de Hollywood, o teatro e a música dos Estados Unidos também ganhassem novas abordagens.¹⁰⁸

Foram publicados textos de e sobre James T. Farrel (*El Chico Lonigan*), Ernest Hemingway, John Steinbeck, William Faulkner (“*Absalóm, Absalóm!*”), David H. Lawrence (*El hombre y el cosmos nada, La vara de Aaron*). No suplemento literário de final de 1943, foram publicadas páginas de Faulkner e do irlandês James Joyce, ao lado dos uruguaios Juan Carlos Onetti, Francisco Espínola (filho) e Juan José Morosoli.¹⁰⁹ Naquele mesmo ano, *Marcha* havia publicado um texto de Langston Hughes sobre os afro-americanos dos EUA, apresentado como “poeta negro laureado”, nascido no Kansas, em 1902.¹¹⁰

O interesse em conhecer algumas facetas da sociedade norte-americana e sua relação com os livros aparecia inclusive nas páginas femininas, como uma brevíssima reportagem que comparava os gastos familiares médios com a compra de livros.¹¹¹

Evidentemente que, até aquele momento, a publicação de autores e ou resenhas de livros de autores dos Estados Unidos não “entrava em choque” com discurso anti-imperialista ou anti-ianque do semanário, inclusive porque muitos dos autores eram críticos da sociedade

¹⁰⁷ *Antes del desayuno. Marcha*, Montevideo, ano V, n. 169, 22 de jan. 1943, p. 14-15. Do mesmo autor, publicou *Donde está marcada la cruz*, nos números 181, 182 e 183, de abril e maio daquele ano.

¹⁰⁸ CAPRA, Frank. Los Frankenstein de Hollywood. *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 175, 05 de mar. 1943, p. 12; El nacimiento y el desarrollo del jazz. In: *Ibidem*, p. 13; GASSNER, John. El teatro norteamericano. *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 176, 19 de mar. 1943, p. 13.. Os autores destacados foram, entre outros, Hemingway e Steinbeck.

¹⁰⁹ Cf. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 216, 31 de dez. 1943.

¹¹⁰ HUGHES, Langston. ¿Qué hacer con los negros del Sur de E.E U.U.? *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 192, 16 de jul. 1943, p. 14.

¹¹¹ Cuantos libros se leen en E.E. U.U. *Marcha*, Montevideo, ano V, n. 184, 21 de mai. 1943, p. 11. O título foi publicado de forma trocada com outra pequena matéria da página feminina intitulada *Hay un venado domesticado*. A conclusão era desoladora: com uma renda média anual de 1.711,87 dólares por família, gastava-se, segundo a pesquisa, cuja fonte não foi mencionada por *Marcha*, 0,20 dólares por família em livros, à exceção dos escolares. Enquanto 7% das famílias comprava livros, 47% tinha automóveis, 36% rádios e 45% gramofones.

norte-americana, como O'Neill, Steinbeck e Farrel. Além disso, Hemingway cobriu a Guerra Civil Espanhola, aliando-se aos republicanos contra os fascistas, e passou boa parte de sua vida entre os Estados Unidos e Cuba.

Assim, quando o jovem Rodríguez Monegal, com 22 anos, começou a publicar no semanário, em dezembro de 1943, suas preferências estavam em sintonia com as demais, no sentido de tratar dos Estados Unidos ou do mundo anglo-saxão como um todo, ainda que sua postura não endossasse os argumentos políticos de parte das outras páginas “políticas”.¹¹² Também passou em revista, ainda que rapidamente, as letras uruguaias, como era reivindicado pelo diretor de *Marcha*. Elogiou Onetti, Carlos Martínez Moreno e promoveu, posteriormente, Benedetti e Idea Vilariño, somente para citar os mais conhecidos.¹¹³

Havia um desejo de estimular o surgimento de novos talentos: contos, romances, poesias, ensaios etc. Em 1945, *Marcha* realizou um novo concurso, cujos membros do júri foram Carlos Martínez Moreno, Denis Molina e Emir Rodríguez Monegal. Os prêmios eram 75 pesos e 25 pesos, respectivamente, para o primeiro e o segundo lugar. Na convocatória também se vislumbrava a publicação de um livro com os contos selecionados.¹¹⁴ Sugestivo das opções literárias e estéticas de Rodríguez Monegal, o aviso foi colocado no interior da apresentação de contos de James Joyce – *Dubliners*, obra publicada por *Ercilla*, em 1945, com tradução de Luis Alberto Sánchez.¹¹⁵

O balanço sobre o concurso, que recebeu 140 contos, foi positivo, pois Rodríguez Monegal afirmou que havia no Uruguai muitos jovens que acreditavam na “responsabilidade literária” e alguns que a praticavam. O panorama para o futuro era, portanto, alentador.¹¹⁶

No entanto, fica uma dúvida. Com o passar do tempo, é possível notar que as páginas literárias de *Marcha* se distanciariam, em parte, das discussões das páginas políticas. Como bem lembrou Rocca, Rodríguez Monegal priorizou, com poucas exceções, escritores norte-americanos e europeus, em 1945. Contudo, a coluna “letras inglesas” – leia-se literatura anglo-saxã –, que durou de forma intermitente até 1947, não foi o único tom de todo o período

¹¹² Em 1944, afirmou que T. S. Eliot estava entre os maiores poetas do momento, ao tratar de dois números especiais de *Sur* sobre a literatura norte-americana. Comentou também os livros de Nathaniel Hawthorne, Herman Melville e Henry James, publicados em Buenos Aires.

¹¹³ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Letras nacionales. *Marcha*, ano VII, n. 303, 12 de out. 1945, p. 15.

¹¹⁴ *Marcha* inicia un concurso de cuentos. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 326, 12 de abr. 1945, p. 14. O exemplar do semanário era vendido a 5 centavos naquele momento.

¹¹⁵ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. James Joyce, cuentista. *Ibidem*. O crítico uruguaio, referindo-se à edição de *Ercilla*, repreendeu a exclusão de dois contos da obra definitiva em inglês, bem como a tradução feita por Sánchez: “Sánchez limita-se a dar ao texto de Joyce uma desbotada e irregular prosa castelhana. Não busca nela a habitual precisão, o seguro domínio do idioma próprio de Joyce. Tudo está apresentado superficialmente, erroneamente às vezes”.

¹¹⁶ Idem. Letras nacionales. In: *Marcha*, Montevideo, a. IX, n. 363, 10 de janeiro de 1947, p. 15.

em que esteve à frente das páginas literárias,¹¹⁷ apesar da ênfase sobre literatura anglo-saxã, europeia continental e platina, no âmbito latino-americano.

Em seu tradicional balanço bibliográfico de final de ano, Rodríguez Monegal abordou o mercado editorial hispano-americano com ênfase para a inauguração da Biblioteca Americana – bem como da coleção *Tierra Firme* – da editora mexicana *Fondo de Cultura Económica*.¹¹⁸ Tratou de alguns romancistas anglo-saxões, franceses, livros de poesia de Guillén e Neruda, assim como obras de Borges e Martínez Estrada. De outro lado, mostrou-se preocupado a respeito da produção editorial argentina, que diminuía pelo segundo ano seguido: “e isso é grave [...] e afeta toda a América Hispânica porque a produção editorial é um claro índice de cultura e nosso continente conseguiu há pouco tempo a supremacia neste terreno. E se criou um clima intelectual muito elevado. Há um público ávido e responsável”. Rodríguez Monegal vinculou, além disso, o fortalecimento das atividades editoriais à profusão de “revistas literárias de grande hierarquia”.¹¹⁹

O problema na Argentina, aos seus olhos, vinha tanto de fatores internos, com a ascensão do peronismo, como o aumento do preço do papel, quanto da concorrência das editoras espanholas, que tentavam recuperar o mercado perdido, bem como das norte-americanas, francesas, inglesas e italianas.¹²⁰ No que toca às disputas entre os países hispano-americanos, o crítico afirmou que não era necessário entrar nesse tema, pois o panorama não dava sinais de alteração.

A conclusão do panorama era bastante desvantajosa para o Uruguai, pela “escassez”, “unilateralidade” e “alcance limitado” da produção editorial, a despeito da existência de “um inquieto ambiente literário” e da vontade de publicar. Argumentou que as principais barreiras residiam na limitada abertura dos catálogos para autores estrangeiros, nas elevadas tarifas de postagem e, assim como na Argentina, pelos preços do papel e o custo da mão de obra.¹²¹

¹¹⁷ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 49-50. A direção de *Literárias* foi assumida por outros críticos e escritores, em alguns momentos. Entre março e dezembro de 1948, as páginas foram organizadas por Carlos Ramela. De julho a outubro de 1949, por Benedetti. De outubro de 1949 a junho de 1950, por Ángel Rama e Manuel Flores Mora. Rodríguez Monegal continuou a escrever até o começo de 1960, mas, a direção ficou sob a responsabilidade de Benedetti, em 1958 e 1959.

¹¹⁸ Rodríguez Monegal comentou os quatro livros publicados naquele ano de 1947, na Biblioteca Americana: *Popol Vuh*; *Vida del Almirante*, de Hernando Colón; *Diálogo sobre la historia de la pintura en México*, de José Bernardo Couto; e *Una excursión a los indios ranqueles*, de Lucio Mansilla.

¹¹⁹ RODRIGUEZ MONEGAL, Emir. Panorama bibliográfico de 1947. *Marcha*, Montevideo, ano IX, n. 411, 26 de dez. 1947, p. 20-21.

¹²⁰ *Ibidem*. “O leitor já sabe que em muitos casos é mais econômico (e mais proveitoso em todos os sentidos) a aquisição de um livro de Gide, James ou de Croce em seu idioma original, que na geralmente medíocre tradução castelhana”. Rodríguez Monegal enfatizou, entretanto, que o número de leitores que podiam ler nos idiomas originais não era muito extenso.

¹²¹ Idem. *Letras nacionales*. In: *Ibidem*, p. 22.

As páginas literárias de *Marcha* ampliavam de forma paulatina o espaço para a crítica de autores de outros países do continente, particularmente de hispano-americanos, ao lado dos uruguaios. Em maio de 1948, houve a publicação de *Alturas de Machu Picchu*, de Neruda, e do conto *Esta mañana* de Benedetti. Publicaram-se também contos de Onetti e de Quiroga; sonetos de Garcilaso de la Vega; *Los Heraldos Negros*, de César Vallejo. O balanço daquele ano enfatizou as “letras hispano-americanas” e as poucas traduções. Sartre era o mais lido e Camus necessitava de mais atenção pelas editoras. Da literatura em português, nada.¹²² Em 1949, foi a vez de Leopoldo Marechal, com *Adán Buenosayres*, aparecer nas páginas de *Marcha*. No ano seguinte, houve a apresentação de Octavio Paz, como um dos novos valores hispano-americanos, por Flores Mora, bem como José Lins do Rego, por Real de Azúa.

Naquele momento efervescente, pelo menos nas páginas de *Marcha*, os redatores passaram a realçar os principais temas que inquietavam os jovens intelectuais de meados do século XX no país, que Rodríguez Monegal quis nomear de *geração de 45*,¹²³ ao passo que Rama preferiu falar em *geração crítica* ou *geração de Marcha*: as possibilidades de profissionalização dos escritores e críticos; a ampliação do público leitor e do mercado editorial; as relações entre literatura/cultura e política; as disputas geracionais.¹²⁴

Os desejos de conhecer o ambiente editorial se articularam às pesquisas a respeito do público leitor, como a realizada no final de 1948, com vistas a traçar um panorama sobre o que liam os jovens.¹²⁵ As respostas foram publicadas no final do ano. Entre os pesquisados, havia uma clara preferência por livros, uma vez que alguns achavam que as revistas e os diários não supriam as necessidades dos leitores. Algumas críticas importantes foram levantadas à *Marcha*: em um caso por ser vista como muito mordaz por uma leitora; outro leitor, por sua vez, reclamou do recorte político do responsável pelas seções de cinema e teatro [Carlos Martínez Moreno]. Também foi questionado o motivo de se priorizar a

¹²² RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Panorama bibliográfico del año 1948. *Marcha*, Montevideo, ano X, n. 461, 31 de dez. 1948, p. 20-21.

¹²³ Em evidente alusão ao ano em que passou a dirigir as páginas literárias do semanário.

¹²⁴ Nos começos de 1948, Mario Benedetti hesitava inicialmente em reconhecer a existência de uma nova geração literária, requerida por Carlos Maggi e José Pedro Díaz, mas finalmente concluiu que havia diferenças entre os jovens escritores da década de 40 e os predecessores. Por serem oriundos de Montevideo, em sua maioria, as possibilidades de escrever sobre temas do campo corriam grande risco de serem falsas. Assim, a “nova” geração deveria buscar aproximar-se do que tinha mais próximo: a cidade de Montevideo, que, a seu ver, ainda não conhecia seu romance, ao contrário de Paris, Madri ou Buenos Aires. Cf. BENEDETTI, Mario. Comentarios a una literatura. *Marcha*, Montevideo, ano X, n. 422, 02 de abr. 1948, p. 15.

¹²⁵ Cf. ¿Qué leen los jóvenes? *Marcha*, Montevideo, ano X, n. 449, 08 de out. 1948, p. 15. Os principais autores citados foram, em ordem alfabética, Alegría [Ciro], Cervantes, Darío, Dos Passos, Dostoievski, Faulkner, García Lorca, Huxley, W. James, J. Joyce, Kafka, Malraux, Mann, Mistral, Neruda, O’Neill, Pirandello, Shaw. Os autores nacionais mais citados foram Florencio Sánchez – o nome que apareceu com maior frequência –, José Enrique Rodó, Julio Herrera y Reissig, Juana de Ibarbourou, Delmira Agustini, María Eugenia Vaz Ferreira, Horacio Quiroga e Juan Carlos Onetti. Não foi curiosa a ausência de escritores em língua portuguesa, mas o completo silêncio em relação aos argentinos, sim, em muito!

literatura em detrimento da música e das artes plásticas. Em relação aos livros, a literatura era mais comum que a leitura de outras obras. Rodríguez Monegal provavelmente selecionou as respostas que mais se aproximavam, com poucas exceções, de suas críticas, para demonstrar seus acertos e sintonia com os horizontes dos jovens. Mesmo que seja impossível sustentar com segurança esta questão, a desconfiança é bastante plausível.

Em julho de 1949, foi publicada uma espécie de necrológica do importante editor Claudio García, que sintetizava a visão dos redatores de *Marcha* a respeito do mundo editorial no Uruguai:

Livreiro, teve sempre, para além do giro comercial de seu histórico estabelecimento, o constante afã de aproximar o livro – que ele considerava útil – à juventude estudiosa e às classes populares. Editor, aspecto saliente de suas atividades, foi um Quixote na indústria de produção bibliográfica, terrivelmente desamparada neste país, em parte pelas limitações próprias do meio, em parte pela sistemática incompreensão oficial.¹²⁶

Com a morte de García, era o momento de redobrar os esforços para refundar ou renovar a “indústria” editorial uruguaia, em face da investida – vista como perigosa, porque estava amparada pelo governo franquista – das editoras espanholas para recuperar parte de seu público perdido durante a década de 30. Em 1949, *Marcha* havia anunciado que passaria a comentar toda a “produção bibliográfica nacional que se lhe envie, em matéria de literatura imaginativa e de ideias”, com um grupo de intelectuais dirigidos por Carlos Real de Azúa.¹²⁷

Segundo Pablo Rocca, as páginas literárias de *Marcha* abriram suas portas progressivamente para ensaios historiográficos e sociológicos, a partir de 1948, em parte para diminuir o peso de Rodríguez Monegal, que tinha sido reincorporado, após se afastar entre março e dezembro daquele mesmo ano.¹²⁸ Nesse sentido, foi realizado um concurso de ensaios sobre os problemas da juventude uruguaia, em 1952, em que Roberto Ares Pons saiu vencedor.¹²⁹ Devido à falta de espaço para publicar integralmente os cinco trabalhos premiados, *Marcha* anunciou a publicação de um livro intitulado *Problemas de la juventud uruguaya*, que ocorreu em 1954, com prólogo de Carlos Real de Azúa.¹³⁰

¹²⁶ Cf. Claudio García. *Marcha*, Montevideo, ano XI, n. 487, 22 de jul. 1949, p. 5.

¹²⁷ Domingo Luis Bordoli, Carlos Martínez Moreno, Ricardo Paseyro e Carlos Ramela. Cf. *Letras nacionales. Marcha*, Montevideo, ano XI, n. 466, 11 de fev. 1949, p. 15.

¹²⁸ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 73.

¹²⁹ Cf. Concurso de ensayos. Primer premio. Aproximaciones a la problemática de nuestra juventud, por Roberto Ares Pons. *Marcha*, Montevideo, ano XIV, n. 655, 16 de jan. 1953, p. 14.

¹³⁰ Ver: RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Letras nacionales. Problemas de nuestra juventud. Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 729, 23 de jul. 1954, p. 13. Em 1955, foi realizado novo concurso intitulado *La juventud y los partidos tradicionales*, cujos textos vencedores também foram parcialmente publicados nas páginas do semanário, a partir de janeiro de 1956.

Em 1952 e 1953, Rodríguez Monegal polemizou com a comissão organizadora da *Asociación Uruguaya de Escritores* (AUDE), quanto à realização do *Primer Congreso Nacional de Escritores*, em outubro daquele primeiro ano. Segundo a nota de esclarecimento redigida pelo vice-presidente e pelo secretário geral da AUDE, Juvenal Ortiz Saralegui e Alberto Rusconi, os “críticos” de *Marcha* não haviam entendido que o objetivo do congresso não era o de buscar “esmolas ministeriais”, mas de analisar “as relações do escritor com a sociedade, o Estado e a imprensa, brigando pela defesa da obra criadora e daqueles que se entregavam a ela [...]”.¹³¹ Para Rodríguez Monegal, os dois principais problemas se relacionavam ao fato da suposta incompreensão de “1º que deve ser o público leitor e não o Estado, o CONSUMIDOR da literatura nacional; 2º que somente a restauração da crítica literária pode operar essa necessária conversão”.¹³²

Ficava bem evidente a disputa que existia entre a comissão da AUDE e o redator de *Marcha*, que, como bem realçou Rocca, se envolvia em diversas polêmicas pela condução da crítica cultural no Uruguai.¹³³ Em 1953, Rodríguez Monegal salientou que havia um vasto público leitor “[...] que em Montevideu esgota os livros de Jean-Paul Sartre e de Antonio Machado, de Franz Kafka e de Jorge Luis Borges, de Graham Greene e de García Lorca”.¹³⁴

Questionou, então, por que os uruguaios, com poucas exceções (Francisco Espínola e Onetti), supostamente liam com menos vigor os poetas, narradores, ensaístas e dramaturgos nacionais. A resposta, em seu entender, não devia ser buscada facilmente na ausência de editoras. Havia algumas e mesmo assim a maior oferta de obras de autores nacionais não significava que seriam adquiridas pelo público. Uma vez mais, Rodríguez Monegal enfatizou que era necessário “restaurar a função crítica” para orientar os leitores, o que não podia ser feito somente por um crítico. Era necessário, portanto, atacar o problema de forma mais “profissional” (“exame, análise, discussão, juízo e crítica”) e menos “obsoleta” (“comércio de correspondências e dedicatórias”), em um país que havia dado à luz um Rodó e um Zum Felde. Para Rodríguez Monegal, a “função” de crítico literário parecia “esquecida e morta” no Uruguai!¹³⁵ Reafirmou, desse modo, seu requerido papel de divisor de águas.

¹³¹ Cf. Letras nacionales. La AUDE reincide. *Marcha*, Montevideo, ano XIV, n. 656, 23 de jan. 1953, p. 14. Entre os projetos sugeridos, estavam o de criar “pensões da cultura” para artistas plásticos, escritores e músicos; seguros sociais; a criação de uma editora estatal, alinhada ao Ministerio da Instrução Pública; a criação de adidos culturais; a descentralização das atividades culturais em direção aos diversos rincões do país; a aquisição de livros de autores nacionais por parte dos entes públicos, como outra forma de fomentar a produção editorial; ampliação do crédito para os escritores para publicar suas obras.

¹³² RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. N. de R. In: *Ibidem*, p. 14. Maiúsculas no original.

¹³³ Cf. ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 100-105.

¹³⁴ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. El escritor y el problema editorial en nuestro país. *Marcha*, Montevideo, ano XIV, n. 659, 13 de fev. 1953, p. 14-15.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 15.

A despeito do fomento estatal para os ambientes culturais, durante o chamado “decênio glorioso” (1945-1955), compartilhou com Rama a ideia de que o Estado não era muito pródigo no apoio que se esperava para as atividades editoriais e literárias, ao mesmo tempo em que pecava pela falta de isenção ao escolher os beneficiados.¹³⁶

Não se pode menosprezar o evidente tom de autovalorização de seu papel como crítico e “formador” de gostos literários. Além disso, tecia uma espécie de *mea culpa* por valorizar nitidamente as letras anglo-saxãs, com poucos autores uruguaios e hispano-americanos entre os seus preferidos (Quiroga, Onetti, Borges e Neruda, o poeta, não seu engajamento).¹³⁷ Entretanto, houve críticas ao diagnóstico de Rodríguez Monegal, por alguns leitores, como a de um colega de trabalho do editor já falecido Claudio García, que assinalou a existência de *La Bolsa de los Libros*, coleção de sua editora, que tinha publicado aproximadamente 200 autores nacionais, entre 1912 e 1947.¹³⁸

Ainda assim, a visão de Rodríguez Monegal continuou a acentuar o “período de desorientação” por que passava a narrativa uruguia, em contraste com as duas gerações anteriores, mesmo com a maior ênfase das páginas literárias sobre o universo nacional, a partir de 1953. Para o crítico, era preciso criar novos rumos para as letras nacionais.¹³⁹

De forma paralela, renovava-se o desejo de traçar as coordenadas do movimento editorial hispano-americano, particularmente a partir da análise das atividades da *Fondo de*

¹³⁶ Rodríguez Monegal assinalou as importantes iniciativas financiadas pelo governo no plano cultural: apoio a instituições como a AUDE; estímulo à produção cultural com o aumento dos prêmios concedidos pelo Ministério da Instrução Pública; criação da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação, integrante da UDELAR; fundação da Comédia Nacional; ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional. Cf. RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966, p. 36. Rama também destacou o essencial amparo do Estado às atividades no terreno cultural. Lembrou sobre a expansão do *Servicio Oficial de Difusión Radio Eléctrica* (SODRE), fundado em 1929, mas que havia se expandido com a criação de uma orquestra sinfônica, um corpo de baile, uma cinemateca, entre outras atividades, que haviam construído o “centro artístico-musical do país”, bem como da criação da *Comedia Nacional*, em 1947. Ver: RAMA, Ángel. La generación crítica. In: BENVENUTO, Luis Carlos (Org.). *Uruguay hoy*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971, p. 337. Além disso, o Museu Histórico Nacional foi reorganizado; ocorreu a fundação do *Instituto Nacional de Investigaciones y Archivos Literarios* (INIAL), em 1947; foi criado o *Instituto de Profesores Artigas* (IPA), em 1950, responsável pela formação docente de ensino secundário; e a Biblioteca Nacional foi reformada e ampliada, nos começos dos anos 50. Consultar: ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*, p. 124-125.

¹³⁷ Em uma página de 1953, Rodríguez Monegal desaprovou as críticas de Neruda à revista *Sur* e suas declarações favoráveis ao realismo socialista, nas páginas da revista chilena *Pro Arte*. Ver: RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. El pleito Neruda-*Sur*. *Marcha*, Montevideo, ano XIV, n. 669, 08 de mai. 1953, p. 14.

¹³⁸ Cartas de los lectores de “Marcha”. Claudio García, por “Uno de la Bolsa”. *Marcha*, Montevideo, ano XIV, n. 660, 27 de fev. 1953, p. 2.

¹³⁹ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Situación actual de nuestra narrativa. In: *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XIV, n. 676, 26 de jun. 1953, p. 11-12. Ver também seu desiludido balanço de 1954, à exceção das obras de Onetti, Clara Silva, Juan Cunha e Carlos Brandy, em: ¿Adónde va la literatura nacional? Reflexiones de fin de año. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XVI, n. 743, 31 de dez. 1954, p. 17-18.

Cultura Económica, vista como modelo de associação entre a iniciativa privada e o apoio estatal.¹⁴⁰

Em 1953, Rodríguez Monegal sustentou que a incursão do Estado no campo editorial, com a fundação de uma editora própria, não somente desamparava os problemas por que passava tal ramo da “indústria cultural”, mas fundamentalmente criava uma situação nociva, de impossível competição por parte das poucas editoras “independentes” que ainda conseguiam manter-se de pé, neutralizando suas atividades. Segundo o crítico de *Marcha*, um livro de mais de 100 páginas não podia ser editado por menos de 2,50 pesos uruguaios por uma editora independente, ao passo que a *Biblioteca Artigas, Colección de Clásicos Uruguayos* levava ao público livros de até 457 páginas por 1,50 pesos uruguaios, o que desestimulava a aquisição de outras obras que “nem sequer eram consideradas clássicas”.¹⁴¹

Em 1955, *Marcha* reforçou a crítica com relação às iniciativas de fomento cultural por parte do Estado uruguaio, ao não concordar com a proposta de criação de adidos culturais em missões estrangeiras, os prêmios oficiais concedidos por comissões estatais, a editora do Estado e as cadeiras nas academias oficiais. Destacou que era preciso, por outro lado, estimular a indústria editorial independente e a diminuição dos preços dos livros, particularmente dos nacionais, mas também dos estrangeiros. A conclusão era clara, não se deveria esperar que o Estado fosse “o melhor editor, o melhor juiz, o justo mecenas”.¹⁴² *Marcha* lutou pela criação de uma vasta indústria editorial no Uruguai,¹⁴³ o que somente começou a ocorrer no início dos anos 60.

As pesquisas sobre o mercado editorial contaram com a participação de leitores por meio de cartas, anúncios de livros baratos por parte de algumas livrarias, manifesto de escritores contra os concursos estatais, cartas abertas de editores contra um projeto de lei que diminuiria os impostos sobre a importação de livros, além de críticas à criação da editora estatal, como a realizada por Ángel Rama, em uma contribuição de julho de 1955. Para Rama, a solução consistia no apoio à criação de pequenas empresas editoriais, financiadas com

¹⁴⁰ D'ELÍA, Hector. Movimiento editorial. *Fondo de Cultura Económica. Marcha*, Montevideo, ano XV, n. 714, 02 de abr. 1954, p. 14.

¹⁴¹ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Letras Nacionales. La Biblioteca Artigas y el Estado Editor. *Marcha*, Montevideo, ano XV, n. 689, 25 de set. 1953, p. 14-15. Fundada em 1950, a *Biblioteca Artigas, Colección de Clásicos Uruguayos* publicou 128 títulos até 1968, segundo Pablo Rocca. Ver: ROCCA, Pablo. La política oficial del libro: hablar sobre la nada. *Siete sobre Siete*, Montevideo, n. 89, 16 de maio de 2005, p. 16-17. P

¹⁴² El Estado, la cultura y el libro. *Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 761, 29 de abr. 1955, p. 3.

¹⁴³ Cf. ¿Por qué es caro el libro en el Uruguay? *Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 766, 03 de jun. 1955, p. 6-7. As outras quatro perguntas foram: “Quais dificuldades enfrenta a edição de livros nacionais? Com quais inconvenientes tropeçam a importação e comercialização do livro? Quais medidas sugere para vencer estas dificultades? Pode o Uruguai converter-se em um grande centro editorial?”

capitais privados ou na formação de um sistema cooperativo de editores, como o próprio Rama fizera com Carlos Maggi, ao fundar *Fábula*, em 1951.¹⁴⁴

Em diversos números (766, 767, 768, 769, 775 etc.), os leitores responderam a uma pesquisa em que se perguntou por que o livro uruguaio era caro, e houve uma simulação de compra nas livrarias de Montevideu, com o objetivo de levantar hipóteses bem próximas do cotidiano da compra de livros na capital do país. A maioria das respostas apontou para as mesmas direções: o elevado preço do papel no mercado internacional, o “pequeno” mercado leitor nacional e a concorrência argentina.¹⁴⁵

A situação era vista como grave pelos principais representantes daquela geração, ao ponto de Omar Prego Gadea afirmar, no balanço final de 1955, que a nova literatura uruguaia despontava nas revistas, mas infelizmente não chegava às páginas dos livros.¹⁴⁶

Criticou-se, e muito, as ações do Estado em face das atividades culturais; escreveram-se manifestos; formaram-se associações de escritores “independentes”; foram ouvidos editores, livreiros, diretores de bibliotecas e professores de literatura, mas, como bem lembrou Mario Benedetti, no último número de 1957, faltava interpelar um dos principais personagens do circuito editorial: o leitor ou o “leitor puro”.¹⁴⁷ “Puro” porque Benedetti queria diferenciá-lo daquele que também escrevia e que não era “representativo das exigências e dos gostos do exclusivamente leitor [*a secas*]”.¹⁴⁸

Entretanto, reafirmava uma ideia do início dos anos 40 de que os leitores uruguaios preferiam textos considerados de menor valor literário, isto é, sobre futebol, crimes, histórias em quadrinhos; um pouco menos, suplementos femininos, compêndios/boletins/revistas [*digestos*], contos dulcificados, enigmas policiais e pornografia. E por que não “livros”? Segundo Benedetti, porque os “bons livros” aumentavam as preocupações dos leitores, por “ter o grave defeito de ser inquietantes”. Poder-se-ia objetar então por que o Uruguai importava tantos livros, mas o próprio Benedetti se antecipou à pergunta e argumentou que

¹⁴⁴ RAMA, Ángel. Sobre el manifiesto de los escritores. Editorial del Estado. *Marcha*, Montevideo, ano XVII, n. 773, 22 de jul. 1955, p. 31. O manifesto levou à formação de duas comissões: uma integrada por Benedetti, Real de Azúa e Arturo Sergio Visca, para redigir o projeto de criação de uma Sociedade de Escritores Independentes (SEI) da AUDE e que lutasse pela formação de um júri de críticos ativos, reconhecidos e “autônomos”; outra composta por Héctor D’Elía, Marco Medina Vidal e Rodríguez Monegal, para tratar dos problemas relativos à editora estatal. Benedetti foi o primeiro presidente da SEI, ao lado de Carlos Brandy como secretário.

¹⁴⁵ ¿Por qué es caro el libro en el Uruguay? *Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 766, 03 de jun. 1955, p. 6-7.

¹⁴⁶ PREGO GADEA, Omar. El año literario. En las revistas está la nueva literatura. In: *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XVII, n. 796, 30 de dez. 1955, p. 32-33.

¹⁴⁷ BENEDETTI, Mario. Crisis del lector puro. *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 894, 27 de dez. 1957, p. 21. Enquanto isso, Rodríguez Monegal escrevia dois artigos sobre literatura anglo-saxã, sobre Mary McCarthy e Joseph Conrad.

¹⁴⁸ Retomou ironicamente a resposta de Guido Castilho a uma pesquisa de *Marcha* sobre a suposta falta de leitura de autores nacionais: “aqui ninguém lê porque todo mundo escreve”.

mesmo os autores de renome internacional não vendiam tanto a ponto de lhes permitir viver de suas obras, caso vendessem exclusivamente no país. Assim, era necessário ampliar o foco do problema. Não somente batalhar pela renovação dos autores ou pela fundação de novas editoras, mas também ensinar o público a gostar de literatura.

Como? Poderia ser a segunda pergunta. Naquele momento, Benedetti não propôs uma resposta, mas se pensarmos com Rocca, além da tentativa de divulgação dos autores pela crítica nos periódicos – revistas literárias, semanários político-culturais e jornais –, a maior parte dos jovens membros daquela geração “buscou na educação secundária um refúgio para trabalhar no âmbito fronteiriço com a especialização crítica, labor que recheou de certo didatismo seus primeiros escritos”.¹⁴⁹ Não quer dizer que Rama, Real de Azúa, Rodríguez Monegal, Vilariño e José Pedro Díaz tenham escolhido trabalhar como professores de literatura para formar novos leitores, mas não se pode menosprezar que as necessidades econômicas criaram um ambiente em que podiam conjugar suas tarefas em locais diferentes.

Será que a hipótese de Benedetti se sustenta a partir de 1958? Por enquanto, pode-se dizer que as sonhadas perspectivas de profissionalização – fora dos meios acadêmicos, estatais e jornalísticos –, tanto de escritores quanto de críticos, eram vistas como débeis e distantes.

Paralelamente, o debate a respeito do papel público do escritor foi ganhando evidência, a partir dos primeiros números de *Marcha*. Em um pequeno texto de Jean Giraudoux, a página intitulada *Artes y Letras* colocou o público em contato com as principais polêmicas que marcavam o universo cultural. Se, por um lado, Giraudoux explicitou que o principal “dever do literato [residia] em dar um idioma a seu país e provê-lo de ideias”; de outro, ele poderia trilhar os caminhos da crítica política, caso tivesse inclinação para tanto. Contudo, deveria estar preparado para “julgar os problemas sociais” e “os negócios públicos”, o que necessitava “uma educação prévia, uma aprendizagem”, a exemplo de André Gide e André Malraux. Não era uma obrigação, mas uma opção que deveria ser respeitada.¹⁵⁰

Entre 21 de maio e 25 de junho de 1943 (do n. 184 ao 189), *Marcha* publicou um estudo intitulado *Sobre la cultura y el pueblo*, escrito por vários autores, que não foram nomeados. Em sua conclusão, afirmaram que os artistas e os escritores tinham uma função requerida pela população: a de ser um criador e combatente cultural que “trabalhe para o povo”, que busque no “folclore” – visto como “saber popular”, “cultura viva e criadora de um

¹⁴⁹ ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006, p. 124, nota 146.

¹⁵⁰ GIRAUDOUX, Jean. Misión del escritor. *Marcha*, Montevideo, ano I, n. 15, 29 de set. 1939, p. 3.

povo” – a matéria-prima para suas obras. Segundo os autores, o cubano Nicolás Guillén apresentava-se como inspiração para o trabalho dos intelectuais, por seu “ouvido aguçado por aptidão para o interior das coisas, não para o som que fica no ar das proclamações”.¹⁵¹

Entretanto, houve espaço para críticas à suposta infalibilidade ou sacralidade dos escritores. A pergunta de Juan de Lara, em 1947, era: “o que deve fazer o literato erigido em profeta quando se equivoca?” O argumento: as pessoas “desprevenidas” supõem que os literatos possuem “virtudes privilegiadas de sabedoria. Por isso, costumam pedir que as ilumine acerca dos grandes problemas que atormentam o homem: a religião, a moral, a política...”. Os escritores possuíam essa capacidade de “magistério espiritual e social”? Não, para De Lara, que explorou o caso de desencantamento de Gide após viajar à União Soviética, em 1936. E pedia um pouco de modéstia e prudência antes de um escritor se arvorar em ser profeta. Caso o fizesse, mas se arrependesse depois, que se confessasse de forma “contrita e envergonhada”, não atacando aqueles que permanecem em suas crenças ou visões de mundo, menos ainda desdenhando os demais e afirmando que fora incompreendido ou que não havia mudado, mas sim o mundo ao seu redor. Finalmente, criticou os cínicos que “exploram sua nova posição em honras e vantagens, como anteriormente exploravam a outra, e tudo acaba em uma ampliação da clientela”. O que fazer então? Mandar o escritor para a prisão? Não. O que Juan de Lara pedia ao “pensador público [era] consciência dos riscos próprios de seu ofício, o heroísmo para aceitar a responsabilidade conseguinte e, à falta de heroísmo, um pouco de vergonha”, pois todos podem se equivocar.¹⁵²

No número seguinte de *Marcha*, Rodríguez Monegal publicou uma carta aberta a Juan de Lara, criticando-o com veemência. Em primeiro lugar, desaprovou o “juízo pejorativo sobre os literatos”. Em segundo lugar, porque De Lara não havia conseguido provar que Gide se via como um profeta e que sua obra estava carregada de moralismos. Finalmente, porque não concluiu com o que deveria então ter feito Gide. Rodríguez Monegal carregou nas tintas e perguntou a De Lara se ele recomendava que um literato que supostamente se equivocasse deveria se esconder ou se suicidar. Sua pergunta final foi: “o que mais poderia fazer, além de confessar seu erro?” À qual agregou que os jornalistas também deveriam ser responsáveis pelos seus escritos.¹⁵³

O tema da “arte social” e do engajamento ganhou novas páginas em *Marcha*, agora sob a pena de Carlos Ramela, ao enfatizar que era “uma dilatada polêmica, antiga e

¹⁵¹ Sobre la cultura y el pueblo. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 189, 25 de jun. 1943, p. 15.

¹⁵² DE LARA, Juan. La responsabilidad del escritor. *Marcha*, Montevideo, ano IX, n. 406, 21 de Nov. 1947, p. 7.

¹⁵³ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Carta abierta a Juan de Lara. *Marcha*, Montevideo, ano IX, n. 407, 28 de Nov. 1947, p. 15.

labiríntica”. Ramela criticou as duas principais posturas a respeito do tema: 1) ver na chamada arte social “um pretexto para subordinar a finalidade e o sentido da arte às suas próprias interesseiras conveniências”, de direita ou de esquerda; 2) submeter os artistas a certos temas, ainda que eticamente aceitável, “a obrigada consideração de determinados problemas (os sociais)”. E problematizou: seria o “artista, em geral, o mais indicado tecnicamente para enfocar problemas sociais (que implicam a lógica, a objetividade, o ofício)?” Ao tentar responder a questão, propôs deslocar o sentido de arte social para uma terceira posição, associada ao “grupo de obras de arte, que criadas a favor de uma especial profundidade de alma, se dirigem ao mais recôndito e intransferível do homem, evocam aquelas exigências finais que radicalmente implicadas no humano essencial, detenham eterna universalidade”.¹⁵⁴

Contudo, foi em 1949, com a entrevista de Miguel Ángel Asturias a Julio Castro, que o tema sobre a “missão” do escritor voltou com força. Para Castro, a longa estadia do guatemalteco na Europa não diminuiu sua “firme raiz americanista”, ao mesmo tempo em que enfatizou que os escritores não deviam renunciar ao seu dever primário, a saber, “a militância em defesa dos que neste continente não conseguiram ainda a hierarquia de seres humanos; a necessidade de que o escritor sirva a este penoso e lento progresso da América Latina”.

Asturias assinalou que era necessário levar os temas americanos ao universal, “mas somente se universaliza aquilo que possui profunda raiz na própria terra”. Assim, a “literatura social” era vista como a mais autenticamente americana, pois suas raízes viriam das primeiras obras escritas por indígenas alfabetizados durante o período colonial, em que “denunciaram nelas o tratamento de que eram vítimas por parte dos conquistadores”.¹⁵⁵

Em 1949, segundo Mario Benedetti, o artigo *Los irresponsables*, do poeta norte-americano Archibald Mac Leish, havia catalisado a discussão entre vários intelectuais latino-americanos, cujas contribuições mais significativas foram publicadas nas páginas da revista argentina *Sur* (nº 83), em 1941. O argumento que estimulou o debate foi “a responsabilidade que podia caber aos intelectuais por não terem sabido como salvar [a Europa] da catástrofe da guerra, em que a cultura e seus cultivadores estavam, então, a ponto de afundar”. Com adaptações de tempo e de lugar, Benedetti propôs uma questão derivada daquela: “quais dev[iam] ser, na América Hispânica, as relações entre o escritor e a política de seu país?”¹⁵⁶

Havia singularidades a destacar para os escritores hispano-americanos? Para Benedetti, sim: “para empregar a nomenclatura de Azuela de *Los de arriba* ou de *Los de*

¹⁵⁴ RAMELA, Carlos. Inventario del Arte Social. *Marcha*, Montevideo, ano X, n. 434, 25 de jun. 1948, p. 15.

¹⁵⁵ CASTRO, Julio. Miguel Ángel Asturias estuvo en Montevideo. El escritor americano debe escribir para América. *Marcha*, Montevideo, ano XI, n. 466, 11 de fev. 1949, p. 16

¹⁵⁶ BENEDETTI, Mario. Política y literatura. *Marcha*, Montevideo, ano XI, n. 494, 09 de set. 1949, p. 14.

abajo, a América – como já viu Luis Alberto Sánchez – não completou ainda sua evolução nem revolução”. Faltava, portanto, uma política “consciente” por parte de seus “cidadãos médios”, ao passo que sobravam empregados públicos. O escritor, como um cidadão, tinha o direito de militar em um partido político, de expressar sua opinião. Entretanto, como artista ou intelectual, segundo Benedetti, havia limites para sua liberdade de expressão.

Benedetti censurou os “oportunistas”, isto é, aqueles que vinculou à defesa dos “caudilhos de turno” por meio do “periodismo comercial”. Seria possível viver dos diários e ser independente na América Hispânica? Não, a seu ver, o que inclusive era visto como prejudicial para a arte dos escritores, não importasse a roda política de que participasse. Blasfemava, perguntou-se, ao criticar a chamada literatura engajada? Talvez, mas Benedetti sustentou que naquele momento o compromisso não era meritório, sob o risco de ser confundido com propaganda. Seu entendimento sobre o compromisso mostrava uma tensão entre o cidadão e a obra. O primeiro tinha o dever de participar da vida política, como todos os cidadãos. Já a obra não tinha que ser necessariamente comprometida, mas tampouco devia ser um meio de escapar da vida em sociedade ou das convicções mais íntimas:

Se em nossa América existissem facções políticas desvinculadas de benefícios pessoais [*desinteresadas*], em outras palavras, pontualmente liberais, puras em seu idealismo ou materialismo, mas finalmente puras, e essa pureza sustentasse permanentemente sua linha de conduta e a vigência de sua honestidade, então sim seria possível e necessário comprometer nossa literatura, porque jamais nos veríamos desmentidos nem obrigados a desmentir-nos.¹⁵⁷

Ainda com Benedetti, a militância partidária era passível de mudanças de rumo, mas estava colocado o dilema sobre como traçar novas rotas quando uma militância literária fosse posta em questão pelas circunstâncias caprichosas da política. Para ele, os literatos não seriam menos responsáveis se atuassem contra “a política”, que, aliás, recortou a política de forma um pouco limitada, associando-a claramente à política oficial e partidária. De qualquer forma, e talvez isso seja o mais importante, concluiu que o escritor devia se posicionar “definitivamente em prol de seu inalienável direito a imaginar. O que, significa, aproximadamente, comprometê-lo em prol da existência”.¹⁵⁸

Também naquele ano polêmico, os leitores de *Marcha* se depararam com as primeiras contribuições de Rama às páginas literárias do semanário, ao tratar da visita de Albert Camus ao Uruguai e sobre o papel da literatura no mundo de meados do século XX, ao mesmo tempo em que descobria a obra literária do pintor Pedro Figari e apresentava, conjuntamente com

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 14.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p. 15.

Manuel Flores Mora, a poesia de Ida Vitale. Para Rama, Camus enfatizava que a “função” do escritor se legitimava por ser “intérprete dos problemas dos homens de seu tempo”, que colocava a literatura numa posição de “combate constante do homem quando representa a aspiração do grupo humano”. Rama sublinhou que o escritor representava uma “nova esperança”, e marcou distâncias com “o mundo de um Eliot”, ao tomar partido sobre o que devia tratar a literatura: “[d]o mundo como deve ser e não como é. E quando o pinta como é, faz-se explícita a condenação: o protagonista de *L'étranger* deve ser julgado porque um homem que não sente a morte de sua mãe não merece viver entre os demais homens”.¹⁵⁹

Já se arquitetavam as principais polêmicas entre os três mais conhecidos críticos de *Marcha* – Benedetti, Rama e Rodríguez Monegal, entre tantos outros – que a tornaram um ambiente rico de criação e mediação cultural. Rama também enfocou as relações entre literatura e política, ao salientar que o contexto de meados do século impossibilitava os escritores de se afastar das lutas políticas. As relações entre literatura e política arquitetavam-se de forma interdependente naquele momento histórico.¹⁶⁰

Assim, ocorreu a publicação de fragmentos do segundo capítulo, *Por que escrever?*, do livro de Sartre *O que é a literatura*, nas páginas de *Marcha*, em junho de 1950, com tradução especial feita para o semanário. Mais importante que os trechos selecionados, com a conclusão final em maiúsculas – *ESCRIBIR ES COMPROMETERSE* – e em que o último parágrafo deixava claro que o próprio ato de leitura levava ao comprometimento,¹⁶¹ consistiu na relação que Rama teceu entre o enfoque de Sartre e o desejo de “encarar o grave e debatido problema de nossas letras”. Para tanto, *Marcha* preparou uma pesquisa entre escritores uruguaios, a exemplo do que ocorreu na Itália daqueles anos, para “estabelecer um balanço de nossa realidade nacional de acordo com as coordenadas focalizadas por Sartre”.¹⁶²

Contudo, o retorno de Rodríguez Monegal nos últimos números (532 e 533) de junho de 1950, retomou a rota de seus autores preferidos naquele momento: Borges e Quiroga. Novamente conforme Rocca, durante a década de 50, as páginas literárias deixaram o didatismo e concederam mais espaço para as letras nacionais. Além disso, *Marcha* se ampliou, ao se transformar em uma revista que exigia leituras mais sólidas, “algo nada corrente em uma publicação de frequência semanal, nem no Uruguai, nem em nenhuma

¹⁵⁹ RAMA, Ángel. Albert Camus. In: *Marcha*, Montevideo, a. XI, n. 500, 21 de outubro de 1949, p. 15.

¹⁶⁰ Idem. Los escritores franceses y la política. *Marcha*, Montevideo, ano XI, n. 511, 13 de jan. 1950, p. 15.

¹⁶¹ “En cuanto a mí, que leo, si creo y mantengo la existencia de un mundo injusto no puedo comportarme de otro modo que como responsable. Y todo el arte del autor consiste en obligarme a **crear** lo que él **revela** o sea a comprometerme”. Cf. SARTRE, Jean-Paul. ¿Por qué escribir? *Marcha*, Montevideo, ano XI, n. 531, 16 de jun. 1950, p. 15. Os negritos estão no original.

¹⁶² *Ibidem*, p. 14.

parte”.¹⁶³ Portanto, o debate estava instalado e Sarandy Cabrera apresentou alguns poemas de *Canto general* de Neruda, bem como de um “romance proletário” de César Vallejo, *El Tungsteno*, sobre o qual, o crítico não sustentou que o autor houvesse colocado “a arte em uma função secundária ou servil”. Por isso as aspas de proletário.¹⁶⁴

Em 1952, Rodríguez Monegal resumiu parte de um estudo mais amplo, que estava em preparação sobre a narrativa latino-americana, que incluía, entre outros autores, a Quiroga, Asturias, Onetti, Lins do Rego e Borges. E partiu de um pressuposto polêmico: a de que existia uma “falsa oposição” entre narrativa regionalista e universalista, que camuflava uma defesa da primeira, com riscos para a liberdade criadora dos escritores. Preconizou que a narrativa continental devia ser tratada “a partir de um ângulo mais estritamente literário”.¹⁶⁵

Para o crítico uruguaio, o “realismo regionalista” havia “produzido as obras de mais vasta projeção”, dentro e fora do continente americano. No entanto, uma postura era “enfocar o problema da escala humana” das relações na América Hispânica – ou Latina – entre a “natureza onipotente, onipresente e o homem destroçado ou aniquilado por ela”, como fizera, a seu ver, Horacio Quiroga, em *Los desterrados*. Outra bem distinta era acentuar “o social e o político”, visto como “a crônica do passado imediato”, por Rodríguez Monegal, com uma nutrida “intenção testemunhal ou documentária”. Assim, muitas das obras que inscrevia nessa linhagem eram consideradas débeis em criação literária, como *Huasipungo* do equatoriano Jorge Icaza e *Cacau* de Jorge Amado. Ricardo Güiraldes, Mário de Andrade e Miguel Ángel Asturias teriam tentado ultrapassar esteticamente as supostas limitações do “realismo regionalista”, mas os autores que teriam dado os passos mais largos provinham da zona considerada mais cosmopolita do continente: o Rio da Prata, particularmente a cidade de Buenos Aires, com as obras de Robert Arlt, Eduardo Mallea, Ernesto Sábato e Juan Carlos Onetti – que morou na capital argentina entre meados de 1941 e 1955. No entanto, a obra de Mallea, mais ensaística que narrativa, ficara nas intenções, de certa forma como Leopoldo Marechal e José Lins do Rego, segundo Rodríguez Monegal, e não se podia equiparar às criações de Onetti e Sábato na América Hispânica; ou Sartre, Camus e Kafka na Europa.¹⁶⁶

¹⁶³ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 98-100. Segundo Rocca, Borges e Bioy Casares enviaram o relato inédito *La fiesta del monstruo* para ser publicado no semanário uruguaio, sob o pseudônimo de H. Bustos Domecq, em 1955, o que gerou uma grande polêmica devido ao seu conteúdo de crítica às camadas populares argentinas.

¹⁶⁴ CABRERA, Sarandy. Relectura de *El Tungsteno*, “la novela proletaria” de César Vallejo. *Marcha*, Montevideo, ano XII, n. 575, 11 de mai. 1951, p. 14-15.

¹⁶⁵ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. La narrativa hispanoamericana. Tendencias actuales. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XIV, n. 628, 27 de jun. 1952, p. 25.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 26.

Mas ainda assim, para o crítico de *Marcha*, a barreira do realismo não havia sido ultrapassada, o que acontecia com maior ênfase na “literatura fantástica” de, entre outros autores, Borges, que acusava o realismo de ser uma invenção do século XIX. Para Rodríguez Monegal, as ficções de Borges representavam “máscaras ou cifra de uma realidade cotidiana que angustiava o criador com sua falta de heroísmo, com sua mediocridade, obrigando-o a transcendê-la em prosa, não indigna de um admirador de Quevedo e de Unamuno”. Em sua conclusão, advogava pela existência de um amplo repertório narrativo.¹⁶⁷

Nas demais páginas, havia grande discussão a respeito dos problemas na Guatemala, em Porto Rico, os avanços e os freios da reforma agrária no México, sobre o APRA, a guerra na Indochina etc. Assim, as páginas de literatura passavam a olhar de forma menos tímida para as letras de outros países latino-americanos. De forma mais evidente, além da Argentina, enfocou-se o Chile, com os 50 anos de Neruda,¹⁶⁸ Manuel Rojas, José Santos González Vera, Gonzalo Rojas, Nicanor Parra, Marta Brunet e Gabriela Mistral;¹⁶⁹ o México, com Alfonso Reyes, Francisco Rojas González, Ermilo Abreu Gómez e Mariano Azuela; o Paraguai, com Augusto Roa Bastos; a Cuba de Alejo Carpentier; o Brasil de José Lins do Rego; as obras revisitadas do peruano César Vallejo – por Rodríguez Monegal e Mercedes Rein – e do venezuelano Rómulo Gallegos. Também houve a apresentação elogiosa do mexicano Juan Rulfo, em 1955, por Mario Benedetti, após a publicação de *El llano en llamas y otros cuentos* e *Pedro Páramo*, pela *Fondo de Cultura Económica*, em 1953 e 1955, respectivamente. *Marcha* também publicou o conto *¿No oyes a ladrar los perros?*, de Rulfo.¹⁷⁰

Mesmo sob a direção de Rodríguez Monegal, houve espaço para a publicação do poema *A Guatemala*, pela poetisa uruguaia Idea Vilariño, em outubro de 1954,¹⁷¹ em que cantava as dores de uma jovem que anteriormente “havia sido uma pomba” e que tivera um grande destino pela frente, mas que fora forçada a servir os outros.¹⁷²

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Los cincuenta años de Neruda. Poesía y Política o Poesía Política. *Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 728, 16 de jul. 1954, p. 13-15.

¹⁶⁹ Cf. Pequeña Antología de Poetas Chilenos del Medio Siglo. Selección y notas por Julio Moncada. *Marcha*, Montevideo, ano XVII, n. 848, 25 de jan. 1957, p. 20-21.

¹⁷⁰ BENEDETTI, Mario. Juan Rulfo y las posibilidades del criollismo. *Marcha*, Montevideo, ano XVII, n. 788, 04 de Nov. 1955, p. 20-21; 23.

¹⁷¹ Em 1954, ocorreu um golpe de Estado no país centro-americano, com participação dos Estados Unidos, o que levou à renúncia do presidente eleito Jacobo Arbenz Guzmán.

¹⁷² VILARIÑO, Idea. A Guatemala. *Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 740, 08 de out. 1954, p. 15. “Estabas en tu casa/ eras una muchacha/ moderna joven pura/arreglandóte el pelo./ Eras para nosotros/ los sudamericanos vegetantes y muertos/ la hermana que se lanza a la vida/ la valiente/ la de nuevo destino./ [...] Pero no podía ser./ Y todos lo sabían./ Te siguieron de noche/ te empujaron a un viejo/ callejón sin salida/ te golpearon la boca/ te ataron y te encerraron./ Qué digo/ no te ataron/ te tienen de sirvienta/ sí señor sí señor/ te pagan bien/ es claro./ Y a lavar pisos y a poner la mesa/ para que coman otros/ y a zurcir medias y a lavar los platos/ y a lustrar los zapatos./ [...] Y las pobres hermanas/ marchistas y sin sueños/ se dicen qué locura/ eran locuras/

No início de 1955, Rodríguez Monegal resenhou *El Papa Verde*, de Asturias. Assinalou que o escritor guatemalteco tinha conhecimento de causa para denunciar os problemas da ironicamente chamada *Centroparaísoamérica*, mas argumentou que o livro era importante “como um documento anticapitalista”, apesar de ir além dos conflitos sociais, a seu ver, do “romance proletário ou revolucionário europeu”. Além disso, em sua conclusão, Rodríguez Monegal salientava que o leitor “ocidentalizado” podia encontrar dificuldades em seguir os passos de Asturias em seu trânsito entre o plano social e o mágico, bem como dava razão à demanda do escritor por um “leitor capaz de apreciar o mágico não somente em seu puro valor poético, mas também em sua condição de autêntica descrição do real, mais autêntica por mais profunda, por mais cálida, por mais essencial”. Para finalizar, novamente, com as palavras de Rodríguez Monegal: “quem leu suas *Leyendas de Guatemala* (1930) ou seus *Hombres de maíz* (1949) sabem até que ponto esta presença do mágico pré-colombiano em sua obra é a fonte inesgotável de sua visão americana”.¹⁷³

Rodríguez Monegal também abordou as dissensões entre Camus e Sartre com relação ao engajamento e à “culpa compartilhada”, assim como de suas diferentes afinidades políticas, com ênfase sobre a aproximação de Sartre com o comunismo. A dúvida do crítico uruguaio relacionou-se à possibilidade de Sartre conservar sua independência intelectual, apesar dos problemas que havia enfrentado diante de escritores e líderes soviéticos. Surgia “um novo Gide?” Sustentou que os riscos eram grandes, pois “como conciliar a prática dessa literatura negra e visceral com o realismo desinfetado que passa por literatura na Rússia?” Questionou se Sartre renunciaria à obra anterior, mas, sem apresentar respostas definitivas convidava, os leitores a se aventurar pelas páginas da polêmica.¹⁷⁴ Vale dizer que Rama abordou as dissensões entre Sartre e Camus, posteriormente, durante os anos 60.

Sobre o realismo socialista,¹⁷⁵ Rodríguez Monegal preferia chamar de “humanismo socialista”, porque preconizava “a criação literária de mitos e a necessária idealização para que ingressara à arte o novo homem soviético que o Estado queria forjar”. Como já discutido,

eran locuras sí. Nuestro destino/ es decir sí señor/ lavar los pisos/ sí señor sí señor/ poner la mesa/ para que coman otros/ sí señor sí señor/ [...] y lustrar los zapatos/ sí señor sí señor.

¹⁷³ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Crónica de libros. Una novela de Centroparaísoamérica. *Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 752, 11 de fev. 1955, p.

¹⁷⁴ Idem. Sartre, Camus y los comunistas. *Marcha*, Montevideo, ano XIV, n. 657, 30 de jan. 1953, p. 16.

¹⁷⁵ O chamado realismo socialista difundiu-se com a Revolução Bolchevique de 1917, particularmente durante o governo de Stalin. Seu principal pressuposto consistia em aproximar as correntes artísticas dos problemas mais próximos do cotidiano do povo, particularmente dos proletários e camponeses, vistos como a vanguarda revolucionária. Foi convertido em política cultural do Estado soviético, sob a liderança de Andrei Zhdanov e com o apoio, ainda que não isento de críticas, de vários intelectuais, que se reuniram no I Congresso de Escritores Soviéticos, em 1934. Para mais informações sobre o realismo socialista, consultar: STRADA, Vittorio. Do “realismo socialista” ao zhdanovismo. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 151-220, v. 9.

colocava-se contra o cerceamento da liberdade criativa e da instrumentalização literária, realizada por uma parte dos escritores soviéticos, e salientou que havia dissidentes internos, ainda que não de forma profunda, como Iliá Ehrenburg, que com *Deshielo*, havia causado polêmica no universo literário da URSS. Para Rodríguez Monegal, Jorge Amado e o escritor uruguaio Enrique Amorim, que haviam participado do congresso, tentaram se colocar contra os que queriam erradicar os conflitos das criações literárias. Contudo, duvidava de grandes transformações no porvir, ao enfatizar que alguns leitores russos haviam pedido, em 1934, “menos tratores e mais amor”, que criassem “tipos inesquecíveis de heróis de nossa época, a um só tempo, positivos e negativos, que façam rir, já que há necessidade, que esquivem os modelos pré-fabricados, que escrevam em uma língua simples e correta”. Enfim, que aprendam “dos clássicos”.¹⁷⁶

Para finalizar esta parte sobre *Marcha*, vale conceder alguns parágrafos sobre a discussão em torno do conceito de cultura, formulada particularmente por Rodríguez Monegal e Real de Azúa. Posteriormente, durante os anos 60, Benedetti e Rama também debateram sobre o tema.

Em março de 1949, Rodríguez Monegal enfocou o livro publicado por Eliot, *Notes toward the Definition of the Culture*, em Londres, no ano anterior, em que se propôs a explicitar objetivamente o argumento do poeta inglês, que, por sua vez, preferiu não ingressar na discussão a respeito das diferenças entre cultura e civilização. O crítico uruguaio, entretanto, chamou a atenção para três pontos importantes do texto de Eliot, particularmente de seu desejo de diferenciar a cultura da política.

Em primeiro lugar, apoiou, ainda que muito brevemente, suas denúncias a respeito da política cultural “russa”, vista como limitadora das criações. Em segundo lugar, afirmou que o ponto alto do livro consistia na tese de Eliot de que “para a política contemporânea, a cultura somente pode ser considerada como um departamento da vida que pode ser organizado de acordo com os esquemas que preferimos”. Finalmente, Eliot denunciava tanto as deficiências quanto as excessivas ambições da educação, que não podia ser concretizada sem a ação conjunta dos grupos familiares, dos impressos, do trabalho, dos jogos, dos espetáculos, esportes e entretenimento. Para Rodríguez Monegal, Eliot confundia algumas vezes cultura com civilização, além de construir um olhar pessimista sobre o mundo, que se articulava à guerra e ao fato de não conceber a cultura como “consciente de seus fins e meios”. Do mesmo modo, sua interpretação ligava-se a uma visão decadente, em que se “pressente uma nova

¹⁷⁶ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. El segundo congreso de escritores soviéticos. ¿Comienzo del Deshielo, u Otra Etapa de la Congelación? *Marcha*, Montevideo, ano XVI, n. 756, 18 de mar. 1955, p. 14-15.

invasão bárbara”. Eliot, portanto, explicitava, a seu ver, uma posição “solidamente assentada em um pensamento reacionário, quase medieval (inclusive nos bons sentidos da palavra)”.¹⁷⁷

A discussão mais profunda, no entanto, veio com Carlos Real de Azúa, na segunda metade da década seguinte, com o artigo *¿Adónde va la cultura nacional?* Em primeiro lugar, Real de Azúa descartou a hipótese da existência de “uma cultura uruguaia”, que se via como “grande de espírito” em um país pequeno em termos territoriais e populacionais. Em segundo lugar, era preciso distinguir duas formas principais, sob sua ótica, de focar a cultura. De um lado, aquela “concebida como privilegiada ocupação de certos espíritos seletos”. De outro, “a cultura entendida como repertório de valores e ideais últimos da coletividade, de instituições e modos de viver de toda a comunidade”.¹⁷⁸

Segundo Real de Azúa, a cultura, em seu sentido “intelectual”, vivia mediante a atuação de minorias e com apoio estatal, afastando-se paulatinamente da “outra cultura”, de concepção mais ampla. Esta se tornava cada vez mais objeto de disputas entre grandes agentes políticos, mas também culturais, como “cadeias internacionais de rádio, revistas, agências informativas, cinema, editoras”, e contribuíam para a crescente homogeneização de gostos, costumes e formas de viver. As características próprias somente encontravam refúgio, e ainda assim com desajustes, “em certas formas semicultas do humorismo jornalístico ou radial, na crônica esportiva, na música popular e no próprio esporte [...]”. O folclore não era uma saída, por sua “nostalgia” e vinculação a “mitos e cultos nacionais”.¹⁷⁹

A “outra cultura” seria “uma cultura de repetidores. Uma cultura de consumidores. Uma cultura de espectadores?” Para Real de Azúa, o Uruguai passava por um período pobre em criação cultural. Somava-se a isso a falta de importantes editoras, em descompasso com as “poderosíssimas impressoras”.¹⁸⁰

A interpretação de Real de Azúa deixava entrever um sentimento compartilhado, em parte por Rodríguez Monegal, de desejo de ser reconhecido, de ser ouvido e de poder orientar os caminhos a percorrer pelos uruguaianos, e até mesmo de marcar uma espécie de hierarquia intelectual. Entretanto, ao imaginar uma maior presença do “homem de cultura” no Uruguai, salientou que não pensava no caso excepcional francês, com Gide, Mauriac, Sartre ou Malraux, “obtendo audiências e sinalizando caminhos em domínios totalmente distantes de suas comprovadas ocupações”. Tratava, de outro lado, de “um direito de audição sobre

¹⁷⁷ Idem. Eliot ofrece una definición de cultura. *Marcha*, Montevideo, ano XI, n. 469, 11 de mar. 1949, p. 14.

¹⁷⁸ REAL DE AZÚA, Carlos *¿Adónde va la cultura nacional?* *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 885, 25 de out. 1957, p. 22-23.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 22.

¹⁸⁰ Idem. *¿Adónde va la cultura nacional?* (Segunda parte). *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 886, 01º de Nov. 1957, p. 21.

aquelas grandes questões coletivas que, por não ser especialidade de ninguém, exigem todos os enfoques”. Em terceiro lugar, Real de Azúa diagnosticou determinadas atitudes culturais em relação à política no Uruguai e em outros países: evitar o estímulo em demasia da participação popular nos debates públicos, sem precisar lançar mão de censuras ou coerções físicas. Ao contrário, aqueles que ocupavam os principais cargos de governo, a seu ver, “odiavam, por isso, a *política de misión*, essa política que alguém definira como um meter-se onde não é chamado”, bem como “se não *fuercan* a cultura, a descuidam sem remissão”.¹⁸¹ Assim, os governantes adotariam uma política cultural promotora da alfabetização, escolarização primária e secundária, com recursos estatais, dentro de uma “cosmovisão moderna”, em parte devido às pressões dos grupos sociais.

Para fortalecer seu argumento, Real de Azúa chamou a atenção para o fato das atividades editoriais serem as únicas do universo de produção e intermediação que não recebiam qualquer tipo de benefício efetivo, ao contrário de algumas iniciativas de apoio à música, ao teatro e à difusão do ensino superior. Contudo, sustentou que eram realizadas ou por “fervores individuais” ou por pressões oriundas de setores sociais bem organizados.¹⁸²

A crítica de Real de Azúa estava bem assentada em visões compartilhadas por muitos “homens de letras” uruguaios. Mesmo assim, é preciso deixar em aberto uma questão crucial: era possível se aproximar daqueles sujeitos que eram vistos como “massa”, “comuns”, “repetidores”, “espectadores” ou “consumidores”? Provavelmente, as palavras de Real de Azúa servissem muito mais para afastar aqueles que o semanário almejava incorporar em um ambiente cultural gerido pelos praticantes da chamada “alta cultura”, do que convencê-los de que as transformações projetadas poderiam ser fecundas, ou que as visões de mundo de parte dos redatores de *Marcha* fossem mais acertadas que as de outros grupos sociais.

4.4 Crítica literária e gerações intelectuais em *Ercilla*

O cenário chileno de finais dos anos 30 e começos da década de 40 parecia ser bem diferente para os escritores, em relação ao que se passava no Uruguai, com um mercado editorial que atingia sua máxima capacidade de produção de livros em sintonia com a ascensão da chamada “geração de 38”, que colocou no centro de suas atenções a reflexão sobre temas sociais, históricos e políticos. No caso do Chile, o ano de 1938 foi reivindicado como o de ascensão de uma nova geração, bastante heterogênea em sua composição, mas que

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 21-22.

¹⁸² *Ibidem*, p. 22.

entrecruzava seus olhares constantemente em relação ao papel do escritor na vida pública, ao lugar da literatura e ao momento de crise que vivia o mundo como um todo, o que transformava a experiência chilena da Frente Popular em uma possibilidade de rota a seguir, após a derrota das experiências espanhola e francesa. Para além das correntes literárias, a maior parte dos integrantes daquela geração batalhou para a construção de uma democracia social no Chile, mesmo sem a reforma da Constituição de 1925.¹⁸³

Uma geração que se formou em profundo contato com os ambientes locais e internacionais, bastante dramáticos durante a década de 1930. De um lado, a expansão dos fascismos, a Depressão Econômica, a instauração de várias ditaduras na América Latina, a Guerra Civil Espanhola e o início da Segunda Guerra Mundial. De outro, as alianças entre diferentes grupos de esquerda e de centro para a formação de frentes populares, como no Chile. O momento histórico conclamava a ações e posicionamentos, que eram associados, tanto nas páginas de *Ercilla* quanto de *Acción e Marcha*, à liberdade e à defesa da cultura. Certamente, uma ideia de cultura ainda bastante vinculada ao humanismo e ao iluminismo que se articulavam às ideias republicanas e democráticas contra o avanço da “barbárie”, que se ancoravam, em grande parte, nos debates intelectuais que marcaram o *Congrès International des Écrivains pour la Défense de la Culture*, realizado em Paris, em junho de 1935, e que reuniu 230 escritores de 38 países.¹⁸⁴

Segundo Cristián Montes, “a narrativa de 38 fará seu este discurso de reivindicação, denunciando as injustiças sociais e a exclusão sofrida por grande parte da sociedade chilena”, o que foi favorecido pelo “dinamismo cultural” que vivia o Chile, estimulado pela criação da *Alianza de Intelectuales para la defensa de la Cultura* (1937-1940), a modernização do *Conservatorio Nacional de Música* e outros marcos culturais da época.¹⁸⁵

¹⁸³ Cf. SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile V. Niñez y juventud*. Santiago: LOM, 2002, p. 129.

¹⁸⁴ Sobre as principais discussões que marcaram a gênese e o desenrolar do congresso, realizado entre 21 e 25 de junho de 1935, ver: TERONI, Sandra. *Difesa della Cultura e Problematico Incontro fra Culture: Il Congrès International des Écrivains pour la Défense de la Culture*, Parigi 1935. Disponível em: <http://www.filologiafrancese.it/qds_paragrafi/109.pdf> Consulta em: 07/08/2012. Entre os autores que participaram do congresso, estavam A. Gide, A. Malraux, W. Benjamin, J.R. Bloch, B. Brecht, H. Mann, L. Marcuse, A. Donini e W. Frank. Para simplificar bastante os pressupostos que nortearam o congresso, muitos dos presentes preconizaram um papel dos escritores como guardiões dos valores humanísticos, da justiça e da verdade, bem como consciências e guias das coletividades humanas. As posições de Benjamin e Brecht foram mais cétricas em relação às concepções sobre cultura e literatura que prevaleceram. Para eles, antes que a cultura, era preciso salvar os homens não só do fascismo, mas também da “barbárie capitalista”.

¹⁸⁵ MONTES, Cristián. El cronotopo de la exclusión en tres novelas de la generación del 38. *Revista chilena de literatura*, n. 73, p. 168, nov. 2008. Sob a liderança de Neruda, a também conhecida como *Alianza de Intelectuales* (AI) contou com a participação de diversos personagens, como Alberto Romero – que a presidiu –, Julio Barrenechea, Hernán del Solar, entre muitos outros. Segundo Tânia da Costa Garcia, a *Dirección General de Información y Cultura* (1942-1947) e sua sucessora *Dirección de Información del Estado* (fundada em 1952) elaboraram programas educativos, particularmente em relação à música “folclórica” e atuaram no sentido de

Estas foram as referências obrigatórias para os intelectuais que corporificaram as novas gerações chilenas e uruguaias, alimentadas de maneiras distintas, mas em ambos os casos significativas, pelos dois empreendimentos editoriais aqui analisados.

Ao contrário do que ocorreu em *Marcha*, não houve uma discussão mais ampla e aguerrida sobre a formação de “uma geração crítica” chilena nas páginas de *Ercilla*, o que pode ser explicado, em parte, pelos diferentes contextos em que os dois semanários consolidaram seus perfis políticos e culturais. *Marcha* lutou, desde os seus princípios, contra um governo ditatorial, com uma perspectiva crítica à ideia do “Uruguai feliz”, democrático, hiperintegrado, homogêneo. Criticou arduamente o imaginário batllista, construído ao longo das primeiras décadas do século XX. *Ercilla* expandiu seu alcance jornalístico conjuntamente com a ascensão da Frente Popular e, particularmente, dos radicais¹⁸⁶ na política chilena.

Entretanto, assim como na congênere uruguaia, houve um amplo leque de redatores e colaboradores que animaram diversos debates a respeito das relações entre cultura e política, do engajamento dos intelectuais na vida pública e das possibilidades, mas também dos limites, de profissionalização dos escritores. Ao “por que escrever?”, e “para quem escrever?”, acrescentava-se a importante pergunta: “sobre o que publicar?”

Foi significativo o cuidado em apresentar novos¹⁸⁷ e já bem conhecidos autores chilenos em suas páginas, de diferentes gerações e orientações ideológicas. Simultaneamente, diversos autores de outros países latino-americanos foram enfocados, a exemplo dos peruanos César Vallejo, Juan Seoane, Luis Fabio Xamar e Ciro Alegría; dos mexicanos Alfonso Reyes e José Vasconcelos; dos cubanos Fernando Ortiz e Luis Felipe Rodríguez; e dos uruguaios Ildelfonso Pereda Valdés e Blanca Luz Brum. Alguns autores argentinos e brasileiros também foram enfocados. Certamente, *Ercilla* almejava demonstrar que os ambientes literários estavam em efervescência e que havia material a ser publicado.

Nascido em 1918, Fernando Alegría fez o balanço desse universo heterogêneo, 40 anos depois, em que afirmou pertencer a uma geração que havia recebido sua “herança

defender a cultura chilena. Ver: GARCIA, Tânia da Costa. Canción popular, nacionalismo, consumo y política en Chile entre los años 40 y 60. *Revista Musical Chilena*, a. LXIII, n. 212, p. 11-28, jul.-dez. 2009.

¹⁸⁶ Fundado em 1863, o Partido Radical (PR) canalizou paulatinamente os interesses de grupos emergentes, mostrando-se permeável à chamada “questão social”. Ocorreu um crescimento rápido dos radicais, durante as primeiras décadas do século XX. Entre 1906 e 1920 lutou por reformas sociais, mas enfrentou problemas internos, devido à sua composição heterogênea. Colaborou com o segundo governo de Arturo Alessandri (1932-1938), de caráter conservador, ocupando alguns ministérios, em 1934, 1936 e 1937. A despeito disso, aliou-se ao ao Partido Comunista, em 1936, e ao Partido Socialista, em seguida, para formar a Frente Popular. Cf. MILOS, Pedro. *Frente Popular en Chile. Su configuración: 1935-1938*. Santiago: LOM, 2008, p. 16-19.

¹⁸⁷ Somente a título de exemplo, nas páginas do semanário foram publicados poemas de Omar Cerda, Carlos Rene Correa, Jorge Millas, Rodrigo Rodríguez, Pedro Vera, Luis Merino Reyes, Genaro Winet, Gustavo Ossorio, Carlos de Rokha, Antonio de Undurraga, Eduardo Anguita, Juan Negro, César Muñoz, Luis C. Barrios, Chela Reyes, Óscar Castro, Francisco Santana, Manuel Rojas, Barack Canut de Bom, Elsa González e Recaredo Borja.

literária dividida em três nítidas porções”. Primeiro, de um grupo de poetas, ensaístas e narradores que preconizavam a aproximação da criação artística com a “responsabilidade social do homem e da harmonia ideal do espírito com as forças da natureza”. O grupo, ainda que com matizes, estava representado por Pedro Prado, Fernando Santiván, Armando Donoso, Mariano Latorre, Eduardo Barrios, Rafael Maluenda, Ángel Cruchaga Santa María, Gabriela Mistral e Augusto D’Halmar, posteriormente reforçados por Manuel Rojas e Pablo Neruda.¹⁸⁸

Segundo, a consolidação de um importante cenário de produção poética, entre 1915 e 1930, que trouxe a “consciência do valor da palavra e a segurança de que, ao forjar seu estilo, o poeta não urde um engodo para ocultar seus fracassos, mas contribui para revelar a beleza poética sob a luz de um entendimento original que constitui a graça de sua criação”. Entre os autores que levantaram a querela entre o regionalismo e o universalismo, figuraram Manuel Rojas, José Santos González Vera, Salvador Reyes, Luis E. Délano e Vicente Huidobro.¹⁸⁹

Finalmente, a herança de um “vazio” em termos da crítica, mesmo com o importante trabalho de Ricardo Latcham, Hernán Díaz Arrieta (Alone), Raúl Silva Castro, Milton Rossel, Manuel Vega e Arturo Torres-Rioseco. Para Alegría, eles foram importantes pioneiros nas primeiras décadas do século XX, mas não teriam conseguido expressar claramente os problemas que se vinculavam à “técnica, temática e ideologia” do romance chileno. Além disso, sustentou que as duas novas gerações literárias (de 1938 e 1950) que conviviam de forma mais estreita no momento de sua escrita poderiam produzir uma tradição narrativa e crítica vigorosa, que conseguisse articular todas as suas heranças.¹⁹⁰

Havia neste texto uma espécie de manifesto de recorte geracional, como forma de traçar os limites entre diferentes posturas literárias e políticas. Além disso, pode-se acrescentar que Alegría solicitou o posicionamento dos escritores em face da defesa da “jovem literatura em anos de graves crises”, contra as possibilidades de “mediocrização do verso nas mãos do propagandismo” e contra o costumbrismo: “devemos levá-la ao plano das grandes ideias, dos problemas do homem moderno, dos ambientes complexos de nossas cidades, e não somente dos campos e montanhas, em contato com o pensamento internacional [...]”. Demandou, portanto, a construção de uma literatura que se comprometesse a compreender o povo chileno.¹⁹¹

¹⁸⁸ ALEGRÍA, Fernando. Resolución de medio siglo [1958]. In: PROMIS OJEDA, José. *Testimonios y documentos de la literatura chilena*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1995, p. 259-260.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 260-261.

¹⁹⁰ *Ibidem*, p. 262-264. Os principais nomes das duas gerações eram Merino Reyes, Juan Godoy, Gonzalo Drago, Nicomedes Guzmán, Guillermo Atías, Volodia Teitelboim, Nicasio Tangol e Carlos León; José Manuel Vergara, Enrique Lafourcade, Mario Espinosa, José Donoso, Armando Cassigoli, Alfonso Echeverría e Herbert Müller.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 265.

As disputas geracionais e literárias chegaram a um ponto crítico em 1958, mas vinham se delineando, pelo menos, a começar nos anos 20, com a atuação beligerante de Huidobro, Rojas e Neruda, às vezes com certo otimismo em relação às capacidades do poeta – dos narradores e ensaístas – em criar ou representar diversas realidades que não estavam ao alcance da percepção de todos os indivíduos.¹⁹² Esse cenário de batalhas discursivas não passou despercebido pelos principais críticos literários de *Ercilla* – Antonio Roco del Campo, Carlos Vattier e Santiago del Campo, até 1944; Oscar Cabrera Leyva, durante os anos 40; e Lenka Franulic, de 1943 até 1960 –, que privilegiaram a realização de entrevistas tanto com escritores quanto com outros críticos chilenos, em compasso com a concepção “informativa” do semanário.

Da análise dos números publicados, de finais dos anos 30 até a segunda metade da década de 50, é possível delimitar alguns debates mais frequentes, que não deixavam de estar interligados. Em primeiro lugar, a ideia de defesa da “cultura” por parte do escritor e sua consequente participação na política. Em segundo lugar, as complexas articulações entre o chamado *imaginismo*¹⁹³ e o realismo na produção literária. Finalmente, a relação entre criação artística e meio social.

Em julho de 1940, Roco del Campo entrevistou Vattier, antes que o segundo fosse incorporado ao semanário. Vattier sustentou que “a cultura não é uma entelúquia voadora, nem uma pomba ao alcance dos rifles totalitários. O importante é salvar a condição humana, uma vez que obstruía todo poder criador [...]”. Em seguida, com certo enfado – “a pergunta de sempre...” – ao ser questionado se os escritores deveriam participar da vida política, respondeu que “as ideias do político têm que ser transitórias. As do escritor podem ser

¹⁹² PROMIS OJEDA, José. *Testimonios y documentos de la literatura chilena*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1995, p. 54.

¹⁹³ Segundo Dieter Oelker, as palavras *imaginismo* e *imaginista* passaram a ser usadas pela crítica chilena a partir de meados da década de 20, como formas de delimitar a produção literária que se alicerçava contra os termos *criollismo* e *criollista*, mais vinculados ao realismo literário. No entanto, o objetivo principal era “recusar uma excessiva especialização nacionalista”, para dinamizar os textos, com novas temáticas e estilos. Seus principais integrantes foram Salvador Reyes, Hernán del Solar, Luis Enrique Délano, Augusto D’Halmar e Juan Marín. Ocorreu uma polêmica entre *imaginistas* e *criollistas*, em 1928, em que o novo termo fora usado de forma pejorativa, associado ao “cosmopolitismo” e à desvinculação com a realidade social mais visível. Dois dos principais oponentes ao longo de alguns anos foram o crítico Alone, do lado dos *imaginistas*, e Mariano Latorre, do lado oposto. Reyes e Délano anotaram que o final do “movimento” ocorreu em 1936, devido em parte aos problemas nacionais e internacionais daqueles difíceis anos. Délano, por exemplo, salientou que viajou para a Espanha e experimentou algumas facetas da Guerra Civil, o que não daria mais margens para “nostalgias literárias”. Assim, para Oelker, “o *imaginismo* surgiu como resposta ao aplastante *prosaísmo* da realidade circundante e se dissolveu (em ceticismo ou partidismo) em face da experiência da história como horror”. Para mais informações, com ênfase sobre os debates acadêmicos e jornalísticos sobre o *imaginismo* como uma “*tendência histórica*” ou como uma *perspectiva artística*”, consultar: OELKER, Dieter. El imaginismo en Chile. *Acta Literaria*, Concepción, n. 9, p. 75-91, 1984. Itálicos no original. Em junho de 1954 (n. 999 e n. 1000), *Ercilla* destacou as querelas sobre o criollismo, entre Alone, Latorre, Subercaseaux, Latcham e Manuel Vega.

permanentes. Aquele que as confunda, não sabe nada. O bom político desconfia do intelectual, e vice-versa”. Finalmente, ao tratar das relações entre *imaginismo* e realidade, afirmou que esta última “não se apresenta por si só. Sempre traz uma dimensão irreal. É o homem que a observa. [...] O puramente real e o puramente imaginário não existem”.¹⁹⁴ Tentava, portanto, colocar um ponto final no debate que havia mobilizado escritores e críticos ao longo dos últimos quinze anos.

Ainda naquele ano, *Ciro Alegría* ganhou notoriedade, com muitos comentários elogiosos do diretor da revista *Manuel Seoane* e do principal editor de *Ercilla*, *Luis Alberto Sánchez*, que o havia hospedado em sua casa anteriormente, conforme já mencionado no capítulo 3. O romancista peruano concedeu uma entrevista ao semanário, em que expressou para os leitores suas principais concepções acerca do papel do escritor hispano-americano. Segundo Alegría, “os artistas, os escritores autênticos somente podem florescer onde há liberdade, como há, por exemplo, aqui [no Chile]”. Salientou, além disso, que havia bons romancistas na América do Sul, mas “não verdadeiros grandes romancistas nossos, romancistas de nossa América”. O entrevistador “Juan José” perguntou sobre *La vorágine*, do colombiano José Eustasio Rivera, e *Don Segundo Sombra*, do argentino Ricardo Güiraldes, ao que Alegría fez algumas críticas, considerando-os como uma “literatura de bairro”, sem negar seus méritos: o primeiro, por mais vinculado à retórica espanhola; o segundo, por apresentar “menor representação de argentinidade todavia que certos cantos de Lugones [...]”. Em seguida, o entrevistador perguntou ao escritor exilado quais deveriam ser os meios para ajudar os escritores. Alegría criticou aqueles que buscavam nos círculos oficiais vantagens e benefícios pessoais, além de reconhecimento, ao passo que preconizou a autonomia e a dedicação às tarefas vistas como intelectuais. Com suas palavras: “Ao intelectual [...], parece-me que não é possível ajudá-lo a não ser ele mesmo. Um homem de letras não será mais homem de letras se é presenteado com uma casa ou um consulado. [...] O assunto é encontrar modos de favorecer o desenvolvimento da cultura do povo”.¹⁹⁵

Vale lembrar que na própria apresentação de autores e livros, muito vinculada ao que publicava a editora *Ercilla*, a obra de Alegría era anunciada em destaque na linhagem de *Doña Bárbara*, *Raza de Bronce*, *Los de abajo* e *Don Segundo Sombra*, como “as pedras angulares da literatura latino-americana”. Ao mesmo tempo, mas com menos espaço, o semanário anunciava a primeira tradução para o castelhano de *A traição dos intelectuais* do

¹⁹⁴ Dice Carlos Vattier: la cultura no es una intelequia voladora; lo importante es salvar la condición humana. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 274, 31 de jul. 1940, p. 17.

¹⁹⁵ Con dos libros, *Ciro Alegría* ganó dos concursos: escribe en cama, no se forma plan, confía en la novela de América. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 295, 24 de dez. 1940, p. 17.

francês Julien Benda, relacionando-o a *El Hombre contra el militante*, de Ernst Erich Noth (pseudônimo do alemão Paul Krantz), que foi publicado por *Ercilla*, em 1939.¹⁹⁶

Assim como em *Marcha*, o debate em *Ercilla* sobre o papel dos intelectuais, em geral, e dos escritores, em particular, recebeu grande destaque, por meio do estímulo de debates que não se caracterizaram por posições únicas e fechadas. Entretanto, havia uma disposição a conceder às palavras e aos impressos dos intelectuais uma extrema valorização, tanto para a defesa quanto para a difusão de valores humanistas e “democráticos”. Esperava-se um maior comprometimento de suas ações, ainda que não houvesse consenso sobre como proceder, o que instigava ainda mais o debate.

A tentativa de criação de uma tradição narrativa deixava entrever a posição dos redatores responsáveis pela crítica no semanário, ainda que houvesse espaço para diferentes ramos literários, em certa sintonia com os catálogos da editora. Literatura e poesia andavam compassadas nas páginas do semanário, apesar da opinião desfavorável de Benjamín Subercaseaux, que, ao mesmo tempo em que *Ercilla* fazia uma ampla campanha a favor de Gabriela Mistral na disputa pelo prêmio Nobel, afirmava que a literatura chilena estava desprovida de seriedade. Além disso, argumentava que havia um excesso de poetas no Chile, o que era visto como “um mau sintoma”, apesar de sua “poesia robusta”.¹⁹⁷

A posição de Pablo de Rokha, no final de 1942, não convergiu com a de Subercaseaux e, ainda que não se possa dizer que escreveu uma resposta ao ensaísta, até mesmo por causa do lapso temporal, evidenciou que havia certa disputa entre quais gêneros literários se aproximavam mais de uma literatura que conseguia traduzir os grandes problemas humanos. Para De Rokha, a poesia encontrava-se “no vértice dramático da tragédia social. E a tragédia social, isto é, o indivíduo como síntese e esquematização coletiva, no vértice dramático da criação estética, da relação artística entre o que existe e o incógnito porvir”.¹⁹⁸

No final de 1944, Magda Portal falou para o semanário e afirmou que o poeta devia se nutrir de outras expressões de arte, como a pintura dos muralistas mexicanos José Clemente

¹⁹⁶ VATTIER, Carlos. Panorama de autores y libros. *Ercilla*, Santiago, ano VI, n. 318, 4 de jun. 1941, p. 17. Ernst Erich Noth publicou *L'Homme contre le partisan* quando se encontrava exilado na França, em 1937. Segundo Michel Izard, Noth “desconstrói duplamente a posição frentista, ao substituir a alternativa totalitarismo/antifascismo pela alternativa totalitarismo/democracia e delineando uma posição de ‘compromisso pessoal’, que faz fronteira com o apolítico”. Cf. IZARD, Michel. Un moment de la conscience européenne. *Terrain*, Revue d’Ethnologie de l’Europe, [En ligne], 17, 1991. Disponível em: <<http://terrain.revues.org/3012>>; DOI: 10.4000/terrain.3012.> Consulta em: 07/08/2012.

¹⁹⁷ Benjamín Subercaseaux opina sobre literatura chilena; no se atreve a escribir una novela. *Ercilla*, Santiago, ano V, n. 247, 24 de jan. 1940, p. 17. O autor mais elogiado por Subercaseaux foi Joaquín Edwards Bello, cuja obra *El roto* “refletia”, segundo o ensaísta, a psicologia do chileno médio.

¹⁹⁸ Pablo de Rokha define su obra, por Raúl Morales Álvarez. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 395, 26 de Nov. 1942, p. 17.

Orozco e Diego Rivera, por exemplo, para poder falar mais diretamente ao povo, ser o intérprete de suas emoções e verdades. Entretanto, afirmou que havia estancamento na produção artística e que se vivia “uma época de política na arte. O homem não pode se desligar de sua época. Pertence ao meio de onde retira sua inspiração. Assim, por exemplo, o poeta capta o ambiente de acordo com a época em que vive. É o profeta do momento”. Para Portal, “o grande romance americano” estava em processo de fermentação. Faltava pouco para que se tornasse uma realidade.¹⁹⁹

Diversos outros escritores e críticos foram entrevistados, especialmente por Roco del Campo e Vattier, até meados de 1944, quando Franulic passou a capitanear as páginas literárias de *Ercilla*. Mariano Latorre, Joaquín Edwards Bello, Ricardo Latcham, Luis Durand e Juan Seoane, entre muitos outros, passaram em revista e marcaram o passo dos debates sobre literatura, cultura e política no Chile e na América Hispânica.

Além disso, o semanário afirmava que queria construir uma crítica “mais variada e palpitante”, ao criar a coluna *¿Qué libro leyó Ud. esta semana?*, em 1942, pela qual questionou importantes personagens do cenário intelectual do país sobre quais livros recomendavam aos leitores. O argumento dos redatores residia na ideia de que viviam em um “tempo de especializações [...], em que cada um se deleita ou indigesta com o que estima conveniente. Assim ocorre com os livros, cuja leitura já não é uma obrigação mimética”.²⁰⁰

Nesse sentido, buscava mostrar-se muito mais aberta a diferentes opiniões do que a *Marcha* de Rodríguez Monegal, que priorizava e enaltecia o papel dos críticos literários na formação dos gostos dos leitores. Contudo, não renunciava a seu requerido papel de docência pública em termos políticos e culturais.

Outro tema importante que salta à vista durante a leitura das páginas literárias de *Ercilla* diz respeito às possibilidades e limites de profissionalização do escritor no Chile. Se, de um lado, na entrevista de Ciro Alegría a Juan José, o autor peruano afirmou que o Chile apresentava um ambiente de liberdade de criação e expressão; de outro, Edwards Bello afirmou, em março de 1943, que era praticamente impossível viver da escrita no país.²⁰¹

A opinião de Edwards Bello marchava em sintonia com os olhares de Lenka Franulic,²⁰² que passou a tomar o pulso do universo literário chileno, no segundo semestre

¹⁹⁹ Magda Portal cree que la poesía es emoción y verdad: necesitamos hablar claro al pueblo. Por Orlando Cabrera Leyva. *Ercilla*, Santiago, ano IX, n. 504, 29 de dez. 1944, p. 17.

²⁰⁰ *¿Qué libro leyó Ud. esta semana? Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 366, 08 de mai. 1942, p. 17.

²⁰¹ Dice Joaquín Edwards Bello: “Nacer literato en Chile es como nacer albino; siempre será descendiente del corsario Edwards”. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 412, 31 de mar. 1943, p. 17.

²⁰² Franulic publicou duas coletâneas, que lhe abriram as portas das páginas de crítica cultural de *Ercilla*, em 1943: *Cien autores contemporáneos* (1939) e *Antología del cuento norteamericano* (1943).

daquele ano, comparando-o ao de outros países. Vale a pena, mesmo que brevemente, expor as comparações realizadas por ela com a URSS e o Brasil.

Enquanto o semanário fazia uma campanha para que o governo chileno reconhecesse diplomaticamente a URSS – o que ocorreu em novembro de 1944 –, Franulic afirmou que “o escritor soviético [possuía] todos os direitos, exceto o de escrever mal”, em parte, devido à importante tradição literária do país, mas também pelo fato do Estado apoiar as atividades literárias. Franulic passou em revista a obra de Maximo Gorki e de Vladimir Mayakovsky, identificado como “o poeta da Revolução”, e criticou o “naturalismo tendencioso” dos “cronistas” dos primeiros anos revolucionários. Além disso, enfocou as disputas que teriam ocorrido entre diferentes correntes, com ganhos para a “autonomia” dos escritores. Na conclusão, Franulic afirmou que “[...] a literatura soviética é atualmente a expressão autêntica das novas massas russas, cujo nível padrão intelectual é sem dúvida o mais alto do mundo”.²⁰³

Não chegou, dessa forma, a criticar os pressupostos do “realismo socialista”, menos ainda sustentou que ele deveria ser adotado pelos escritores chilenos e, ao contrário de Rodríguez Monegal, não afirmou que os escritores da URSS viviam sob forte restrição de liberdade para criar e interpretar os principais problemas do país.

Franulic não estava vinculada ao Partido Comunista do Chile nem escrevia profusamente sobre literatura soviética, mas naquele momento expressou uma visão muito próxima ao encantamento que a luta da URSS contra o exército nazista difundia pelo mundo. Como salientou Adriane Vidal Costa, Neruda chegou inclusive a escrever poemas comparando a luta de Leningrado com a de Madri durante a Guerra Civil Espanhola e dois poemas, em 1943, sobre a resistência de Stalingrado – *Canto a Stalingrado* e *Nuevo canto de amor a Stalingrado* – que obtiveram grande difusão na América Hispânica.²⁰⁴ Cabe lembrar que o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade também escreveu um poema de elogio à luta de Stalingrado, iniciando com uma comparação a Madri e Londres. Intitulado “Carta a Stalingrado”, foi publicado no livro *A Rosa do Povo*, em 1945. Além disso, o Uruguai e o Chile não demoraram muito em reatar relações diplomáticas com a URSS.

Durante as eleições de 1946, *Ercilla* viu de forma saudável a participação generalizada dos escritores em prol dos candidatos e não escondeu essas posições. Buscou mostrar que o modelo de “intelectual” daquele momento se aproximava do cidadão comprometido com o debate político. Tentou, assim, mapear o universo literário para os leitores e, além disso,

²⁰³ FRANULIC, Lenka. El escritor soviético posee todos los derechos, excepto el de escribir mal. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 444, 03 de nov. 1943, p. 17.

²⁰⁴ COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 110-114.

identificar os seus redatores com o projeto de união de parte da esquerda nacional, uma vez mais sob a liderança do Partido Radical.²⁰⁵

Em relação ao Brasil, Franulic afirmou que o país possuía importantes contribuições artísticas que não podiam ser menosprezadas pelos leitores chilenos. Na pintura, Cândido Portinari; na música, Heitor Villa-Lobos; na literatura, diversos autores, que foram comentados em uma entrevista de Jurema Yari Ferreira, ex-funcionária do Ministério da Fazenda. Após a ênfase em uma espécie de comparação entre Gabriela Mistral e Cecília Meirelles, Ferreira passou a tratar da narrativa “social” brasileira, que Franulic considerava talvez a mais fecunda de toda a América Latina, com José Lins do Rego, Jorge Amado, Raquel de Queiróz, Oswald de Andrade e Graciliano Ramos.²⁰⁶

Porém, mais importante do que os nomes citados consistiu na comparação entre as possibilidades dos escritores viverem de suas obras no Brasil e no Chile, cuja conclusão foi pelas dificuldades e o caráter ainda “dileitante” nos dois países sul-americanos. Para Ferreira, havia somente uma exceção que confirmava a regra, representada por Erico Verissimo, aos seus olhos, “um romancista anedótico” que não se preocupava com temáticas sociais.²⁰⁷

A preocupação em abarcar, mesmo que rapidamente, outros cenários se vinculava às linhas norteadoras das páginas literárias e culturais do semanário, a saber, analisar o mercado literário do Chile e entender as dificuldades que haviam desamparado as atividades editoriais de *Ercilla*. Franulic fez uma lista de autores que incursionavam pelos terrenos literários, mas que não podiam viver profissionalmente da literatura, pois se sustentavam principalmente pelo exercício de cargos diplomáticos (Mistral, Neruda, Salvador Reyes, Marta Brunet); viviam de rendas familiares (Huidobro e Pedro Prado); dedicam-se à docência (Mariano Latorre, Eugenio González e Ricardo Latcham); eram funcionários públicos (Luis Durand,

²⁰⁵ Los escritores actuaron en forma activa en la batalla presidencial. *Ercilla*, Santiago, ano XII, n. 593, 10 de set. 1946, p. 17. Segundo o semanário, ocorreu a participação evidente dos intelectuais na batalha presidencial. De protocolares adesões a posições de liderança, a exemplo de Neruda, como “chefe do Comitê de Propaganda” de Gabriel González Videla. A notícia afirmou que houve “maior adesão para as esquerdas, com: Neruda, D’Halmar, Latorre (prêmios nacionais de literatura), Latcham, Franulic, Ricardo Donoso, [...], Nicomedes Guzmán, Alberto Romero, [...], Fernando Santiván, [...], Antonio Acevedo Hernández etc”. Huidobro foi classificado como “Fernandista”. Os “Cruz-Cokistas” foram listados por último: Pedro Prado, Francisco Encina, Jaime Eyzaguirre, Eduardo Frei e “Hernán Díaz Arrieta, o crítico literário nº 1”. O radical González Videla concorreu e venceu as eleições, com o apoio do Partido Comunista, por meio da chamada *Alianza Democrática*. Fernando Alessandri foi o candidato do Partido Liberal, ao passo que Eduardo Cruz-Coke representou os setores mais conservadores do país. Além disso, o Partido Socialista lançou a candidatura de Bernardo Ibáñez Águila, que recebeu uma votação muito baixa. González Videla sucedeu Juan Antonio Ríos, que havia sido apoiado por *Ercilla*, de forma bastante evidente.

²⁰⁶ FRANULIC, Lenka. El otro Brasil a través de Jurema Yari Ferreira. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 451, 22 de dez. 1943, p. 17.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 17.

Alberto Romero, Julio Barrenechea, Raúl Silva Castro, Guillermo Feliu Cruz); e, finalmente, viviam do jornalismo (Joaquín Edwards Bello, Manuel Rojas e tantos outros).²⁰⁸

O quadro pintado estava aquém do que esperavam os escritores e críticos, que passavam a disputar o Prêmio Nacional de Literatura, instituído em 1942, com recursos provenientes de impostos sobre as vendas de cerveja. D’Halmar havia vencido na primeira ocasião e Edwards Bello, em 1943, recebeu 100 mil pesos. Segundo Franulic, aquela quantia representava mais do que toda a remuneração que o autor havia recebido decorrente da venda de seus romances e de sua carreira jornalística em 20 anos. Ainda assim, Franulic considerava que era pouco, pois não permitia a compra nem mesmo de uma “modesta casa”.²⁰⁹

Assim como em *Marcha*, demandava-se maior apoio estatal para as atividades culturais, particularmente para aquelas relacionadas à escrita, o que levou a grandes batalhas em suas páginas, como a de Santiago del Campo contra Pablo de Rokha, devido ao projeto apresentado pelo Sindicato dos Escritores ao governo para a criação de adidos culturais nas missões diplomáticas e embaixadas. De Rokha repreendeu as críticas do redator de *Ercilla* e afirmou que a posição do sindicato não era de mendicância, mas de exigir o investimento na produção cultural do país, por meio de trabalho remunerado. “Este trabalho remunerado e normal implica uma negação do conceito boêmio e idealista do escritor, e implanta em sua estimativa social-vital o conceito profissional, isto é, realista e pan-humano de criador de riqueza social, de cultura”. O escritor “faminto e esfarrapado” não escreve melhor que aquele que recebe para tal atividade, “como na URSS”. Além disso, argumentou que a burocracia não era necessariamente “estéril e imbecil”, mas, pelo contrário, a exemplo dos “grandes países democráticos [...], a ferramenta reguladora do poder público”. No final, concluía que os escritores eram mais capazes do que os homens de negócios.²¹⁰

Posteriormente, foi a vez de Eduardo Barrios expor uma polêmica visão, ao afirmar que os escritores tinham mais capacidade para difundir a “cultura” e o pensamento do Chile porque escreviam diariamente. Ao passo que os pintores e os músicos tropeçavam, em seu

²⁰⁸ FRANULIC, Lenka. Los escritores en Chile están mal pagados: Los premios literarios recién tendrán consistencia. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 445, 10 de Nov. 1943, p. 17.

²⁰⁹ *Ibidem*, p. 17. A crítica reconhecia que já era alguma coisa ter o prêmio, mas em comparação ao Premio Nobel, que, além disso, permitia ao autor a tradução de suas obras em vários idiomas, e ao cenário francês, o Chile ficava muito atrás. Por exemplo, em 1935, o Nobel de literatura recebeu 40.555 dólares, ou seja, 1.216.650 pesos chilenos.

²¹⁰ Pablo de Rokha responde a Santiago del Campo sobre agregados culturales. *Ercilla*, Santiago, ano VIII, n. 447, 24 de Nov. 1943, p. 3. A situação parecia cada vez mais dramática e, em 1944, Luis Durand afirmou que não havia onde publicar livros no Chile. Cf. Opina Luis Durand: poco a poco se ha ido estrechando el cerco en torno del escritor: no hay donde publicar. *Ercilla*, Santiago, ano IX, n. 498, 14 de Nov. 1944, p. 17. Durand falou das dificuldades do escritor em um país pequeno; da crítica que não promovia os autores nacionais, pelo contrário; das brigas internas; e da suposta falta de público.

entender, quando tinham que escrever “quatro linhas”. Preconizava, assim, que os cargos de adidos culturais fossem reservados aos escritores.²¹¹

Embora não se possa afirmar que o semanário endossasse o argumento de Barrios, faltaram críticas ou discussões a respeito daquela declaração extremamente polêmica. No mínimo, havia certa convivência com Barrios, até mesmo porque o espaço para os músicos e artistas plásticos nas páginas do semanário se limitava a alguns estudos sobre a música “folclórica” chilena, com ênfase sobre a *cueca*, e a apresentar alguns pintores chilenos, argentinos e mexicanos.

Ao mesmo tempo em que tentava ensinar os leitores a ler sobre o Chile, por meio de uma pesquisa com objetivo de montar uma biblioteca ideal sobre o país composta de 15 livros,²¹² o semanário ampliava as páginas sobre o debate editorial. Segundo o Sindicato dos Escritores do Chile (SIESCH), o maior problema se relacionava ao fato de que as editoras somente estavam interessadas no “pão quente”. Assim, não era possível renovar o universo literário do país. Qual poderia ser a solução? Em primeiro lugar, foi proposto que o Estado adquirisse 1.000 exemplares de um livro selecionado por uma “comissão de cultura”, para distribuir entre as sucursais da Biblioteca Nacional, estimadas em 700 unidades. Em segundo lugar, havia a necessidade de criar uma “Federação Americana de Escritores”. Finalmente, apoiava-se novamente a criação de adidos culturais.²¹³

É bom lembrar que, em 1945, ano que viu os exilados voltarem ao Peru, a editora *Ercilla* preparou basicamente reedições e o tom era de desilusão em face de seu passado grandioso. Já não apostava mais em novos talentos. Pode-se pensar, portanto, que a crítica inicial do SIESCH também estava endereçada para os seus editores.

Ainda em 1945, enquanto o escritor argentino Cesar Tiempo afirmava, em entrevista concedida a Cabrera Leyva, que o cinema abria uma possibilidade para se popularizar as obras literárias, e negá-lo seria não compreender o mundo que surgia, *Ercilla* criticava a *Dirección General de Información y Cultura*, criada em 1942, por sua iniciativa de fazer uma exposição do livro chileno, que já ocorria normalmente sem o apoio estatal.²¹⁴ O semanário

²¹¹ Eduardo Barrios opina sobre los agregados culturales: Que sea escritor cada Adicto: los pintores y los músicos no redactan. *Ercilla*, Santiago, ano XII, n. 589, 13 de ago. 1946, p. 17.

²¹² Os livros mais citados foram: *Recuerdos del pasado* (Pérez Rosales); *Durante la reconquista* (Blest Gana); *Historia de Chile* (Galdames); *La fronda aristocrática* (Alberto Edwards); *Sub-terra* (Baldomero Lillo); *Páginas chilenas* (Joaquín Díaz Garcés); *Alsino* (Pedro Prado); *Chile, o una loca geografía* (Subercaseaux); *Histórica relación del Reino de Chile* (Padre Alonso de Ovalle); *Casa Grande* (Orrego Luco); e *El roto* (Edwards Bello).

²¹³ El sindicato de escritores tiene un medio para salvar al autor; la ayuda del Estado. *Ercilla*, Santiago, ano XI, n. 530, 26 de jun. 1945, p. 22.

²¹⁴ Cesar Tiempo, escritor argentino, dice: El cine es una excelente experiencia para el escritor: se puede hacer arte. *Ercilla*, Santiago, ano XI, n. 538, 21 de ago. 1945, p. 17.

reafirmou sua reivindicação de fomento da produção editorial por parte do Estado, mas não a exposição do que já era feito: “o livro chileno não necessita de tanta exposição, tomar ar por fora, mas de provar muitos tônicos internamente. Não é o rosto que está mal, mas seu sistema sanguíneo. Enquanto o governo argentino protege seu livro, o chileno deixa-o entrar, como o ar pela cordilheira [...]”. A solução proposta consistia em proteger os livros produzidos no Chile e importar mais papel em branco, não folhetos de propaganda dos Aliados.²¹⁵

Pode-se observar, desse modo, que parte do diagnóstico elaborado pelos redatores de *Ercilla* partilhou das visões coetâneas explicitadas em *Marcha*, e não vacilou em preconizar medidas protecionistas. Entretanto, pouco tempo depois, o semanário chileno tratou da realização do Primeiro Congresso de Editores Latino-americanos, no Chile, quando disse que não havia rivalidades editoriais dentro do continente. A importância do congresso, para *Ercilla*, repousava sobre a ideia de que a “indústria editorial” poderia garantir a “independência espiritual” da América Latina. Assim, apoiava a organização de “um mercado unido, que nos defenda de toda concorrência desleal”. Os principais temas do congresso relacionaram-se à propriedade intelectual, produção e distribuição do livro. Entre as propostas levantadas, o trabalho conjunto para a revisão da legislação e a adoção de medidas contra a pirataria, receberam destaque. Além disso, os editores mostravam grande preocupação diante das editoras norte-americanas e espanholas.²¹⁶

Apesar da manifestação do desejo de trabalho em conjunto, era bem difícil conciliar os interesses de todos os países latino-americanos neste segmento. Os discursos publicados em *Ercilla*, mas também em *Marcha* colocavam em dúvida essa possibilidade. Dificilmente *Ercilla* teria apoiado a ideia durante o auge de sua produção editorial.

Os debates a respeito do mercado editorial não se alteraram até finais da década de 50, com algumas exceções, em que se falou de uma possível recuperação das atividades no Chile, ao mesmo tempo em que se observava com apreensão o aumento da concorrência internacional, particularmente da indústria editorial argentina, mexicana e espanhola. Vale conceder algumas breves linhas sobre as exceções de meados dos anos 50, pois podem suavizar, ainda que ligeiramente, a tese de que a produção editorial do país como um todo tinha entrado em franco declínio após 1950. Pelo menos, os redatores de *Ercilla* acreditavam

²¹⁵ Quiere la DIC. [sic] organizar la exposición del libro este año; buena idea, pero incorpórea. *Ibidem*, p. 23. Não se pode deixar de mencionar que o gerente de *Ercilla*, Mauricio Fabry, foi eleito presidente da *Cámara Chilena del Libro*, em 1949.

²¹⁶ Sin rivalidades de mercados los editores latinoamericanos celebran su primer congreso. *Ercilla*, Santiago, ano XII, n. 582, 25 de jun. 1946, p. 2. Participaram do congresso 60 delegados da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Peru e Uruguai.

que a situação não era totalmente desoladora, ao afirmar que o número de livros publicados havia aumentado em 1954 e 1955, em relação ao período anterior, e se manteve constante até 1957, quando o número de títulos, entre novidades e reedições, chegava a 203. Ainda assim, os problemas eram vistos como grandes para os autores sem editor, uma vez que os preços de publicação aumentavam constantemente. A despeito disso, o panorama era considerado animador, devido a 5 fatores: 1) o público demonstrava interesse pelos escritores nacionais; 2) as obras de contos floresciam, em parte, pela realização de concursos; 3) crescia o gosto pelos “livros de viagem”; 4) aumentava também a leitura da “jovem poesia”; 5) as obras chilenas, particularmente as antologias, alcançavam boa repercussão no exterior. Além disso, *Ercilla* citou Herbert Müller, Claudio Giaconi, José Donoso e Nicanor Parra, entre outros, para reforçar o argumento da construção de um horizonte promissor para o cenário literário-editorial do Chile.²¹⁷

Paralelamente arquitetou-se outra discussão, que foi catapultada pela grande virada do governo de Gabriel González Videla, em 1947 e 1948, quando expulsou os comunistas do governo, seus antigos aliados, por meio da publicação da lei chamada de *Defensa Permanente de la Democracia*. No contexto da Guerra Fria e de uma política internacional de aproximação com os Estados Unidos, o governo chileno manteve o Partido Comunista proscrito por dez anos, o que levou diversos de seus militantes a se exilar, como Neruda. Aliás, o poeta chileno redigiu poemas críticos em *Canto General*, acusando o governo de González Videla de “traição”.²¹⁸

As diversas páginas de política, cultura e atualidade de *Ercilla* enfocaram o “caso Neruda”, após o poeta publicar um manifesto de 10 páginas intitulado *Carta íntima para millones de hombres*, em que reprovava as atitudes do governo nacional. Para *Ercilla*, o estilo “Eu acuso” de Neruda teria dividido a opinião pública e levado González Videla a rebater as acusações, consideradas pelo presidente como caluniosas e inaceitáveis.²¹⁹

Já no exílio, após fugir para a Argentina e, depois, para outros países, pelo sul da Cordilheira dos Andes, Neruda concedeu uma entrevista para *Ercilla* em que afirmou que

²¹⁷ Ver: Año literario, eco internacional. *Ercilla*, Santiago, ano XXII, n. 1.130, 02 de jan. 1957, p. 12-13; Resumen y balance del pasado 1957. Año literario: auge de ediciones privadas. *Ercilla*, Santiago, ano XXIII, n. 1.180, 01º de jan. 1958, p. 12-13.

²¹⁸ Cf. COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 61-62.

²¹⁹ Repercusión del proceso contra Neruda. *Ercilla*, Santiago, ano XIV, n. 661, 30 de dez. 1947, p. 5. Na página seguinte daquele número, foi publicada uma matéria em que o conservador Horacio Walker Larraín afirmava que 1947 havia sido um ano transcendental, ao passo que o comunista César Godoy Urrutia defendia que era o fim de um ano oprobioso. *Ercilla* tentava uma vez mais defender sua pretensa objetividade diante dos fatos. Sobre a visão de Neruda sobre aquele período, consultar: NERUDA, Pablo. Discursos y documentos sobre la crisis democrática en Chile (1947-1948). In: *Nerudiana dispersa I (1915-1964). Obras completas IV*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2001, p. 681-731.

corria perigo de morrer e que não havia fugido de forma precipitada, mas somente cumpria as ordens do partido. Além disso, concluiu que os intelectuais tinham mais autoridade moral do que os políticos.²²⁰

As discussões sobre o comunismo e as relações entre os escritores e a política ganharam novo impulso com o “caso Neruda”, novamente com o seu retorno ao Chile, em 1952,²²¹ e particularmente com a realização, no ano seguinte, do Congresso Continental da Cultura, em Santiago. Em janeiro de 1949, Lenka Franulic tinha entrevistado o espanhol Guillermo de Torre, que reafirmou sua postura, ancorado em André Breton, de que o escritor deveria manter sua independência perante o comunismo, ao mesmo tempo em que via em Sartre o grande escritor de meados do século XX. Além disso, afirmou que se vivia o tempo do romance, ao sustentar que o tempo da pintura e da poesia como faróis das atividades culturais ganhava um rival à altura.²²²

Não sei se Franulic concordava com De Torre, pois sua visão se distanciava, em muito, das opiniões do crítico espanhol. De qualquer forma, mesmo ao ver em De Torre o principal crítico da língua castelhana, Franulic elogiou *Dulce Patria*, que pertencia a *Canto General* de Neruda, antecipando a “obra mais ambiciosa de Neruda”, que estava por ser editada por *Losada*. A crítica chilena não deixou, igualmente, de mencionar que o poeta havia sido recepcionado na URSS por seu amigo Ilya Ehrenburg.²²³

No ano seguinte, ao apoiar a premiação de Rómulo Gallegos com o Nobel de literatura, Franulic realçou que a sua vitória ultrapassaria as fronteiras da literatura, uma vez que poderia dar impulso para a luta contra a ditadura na Venezuela e em outros países da América Latina. Em sua interpretação, *Doña Bárbara* – “O general de saias” – e *Santos Luzardo* representavam “as duas faces da América: a selvagem e a primitiva, a renovadora e a ocultista, porém mescladas dentro do processo complexo do continente, pois em todas as partes aparecem simultaneamente a cultura e a barbárie, o progresso e a miséria retrógrada”. Entretanto, argumentou que geralmente o prêmio era independente de opções políticas.²²⁴

²²⁰ Dijo Neruda: No hubo fuga precipitada; obedezco a mi partido; peligra mi vida; toda prueba en mi defensa fue desechada. *Ercilla*, Santiago, ano XIV, n. 666, 03 de fev. 1948, p. 5.

²²¹ Para Franulic, Neruda teria voltado ao Chile com atitude conciliatória, mas reafirmava seu suposto anticosmopolitismo e dizia que passaria a apoiar Salvador Allende. Cf. FRANULIC, Lenka. 4 años después, llegó un nuevo Neruda. *Ercilla*, Santiago, ano XVIII, n. 903, 19 de ago. 1952, p. 6-7.

²²² Idem. Guillermo de Torre: crítico nº 1 de habla hispana. *Ercilla*, Santiago, ano XV, n. 737, 14 de jun. 1949, p. 15.

²²³ Idem. Neruda escribe en las nubes. Su *Canto General* lo inicia con “Dulce Patria”, en versos libres y cuecas elogia a los héroes. *Ercilla*, Santiago, ano XIV, n. 716, 10 de jan. 1949, p. 15.

²²⁴ Idem. Si el Nobel 50 se lo dieran a Gallegos... Agita a toda América autor de “Doña Bárbara”; su triunfo irá más allá de frontera literaria. *Ercilla*, Santiago, ano XIV, n. 730, 18 de abr. 1950, p. 15.

Como é possível notar por meio de seus textos publicados no final dos anos 30, os interesses de Franulic extrapolavam as discussões sobre o papel dos escritores nas lutas políticas, mas também se observa claramente seu posicionamento em alguns momentos. Seus estudos sobre crítica literária não deixaram, portanto, de focar a importante tradição literária anglo-saxã de meados do século XX, como análises sobre os “poetas-dramaturgos” T. S. Eliot e Christopher Fry.

Às vésperas da realização do Congresso Continental da Cultura (1953), que havia sido proposto por Gabriela Mistral, Baldomero Sanín Cano e Joaquín García Monge, Franulic passou em revista alguns dos mais ilustres participantes, bem como as profundas controvérsias que envolveram a sua realização. A temperatura começava a aumentar nos bastidores, quando *Ercilla* publicou as disputas entre Neruda e Eduardo Barrios, então diretor da Biblioteca Nacional. Enquanto o poeta chileno afirmava que haviam sido convidados “peronistas e antiperonistas, apristas e anti-apristas”, Barrios asseverava que havia intenções políticas por trás da realização do congresso. Para Neruda, o objetivo mais importante relacionava-se às possibilidades de estreitamento de laços entre os escritores “americanos”. Além disso, *Ercilla* divulgou a presença de Sartre e de Ehrenburg, além do italiano Alberto Moravia, do alemão Arnold Zweig e do chinês Emi Siao.²²⁵

No número seguinte de *Ercilla*, o enfoque foi sobre as “renúncias e adesões” por parte de diversos intelectuais. No primeiro grupo estavam Mistral, porque se encontrava em Nova Iorque, e Moravia, que justificou sua ausência por ver no congresso a “intromissão comunista na arte e na literatura”. Houve três desistências em relação à organização do evento, por parte de Juan Orrego, Chela Reyes e Luis Meléndez, que o consideravam “partidário”, ao que o diário *El Mercurio* chamava de “Deflação do Congresso Cultural”.²²⁶ Por outro lado, Benjamín Subercaseaux disse que iria, mesmo acreditando que se tratava de um “congresso comunista”, porque seria uma grande oportunidade para os escritores chilenos expressarem suas opiniões. Contudo, informou que não assinaria qualquer tipo de manifesto devido, a seu ver, “à mania comunista de fazer de toda firma uma adesão ideológica”.²²⁷

Naquela oportunidade, Franulic aproveitou para entrevistar Jorge Amado, que havia visitado o Chile duas vezes em apenas um mês. Preparou os olhares do leitor com o título *Amado, novelista antiliterario*, e afirmou que integrava a “geração de 30”, que, no seu

²²⁵ Intelectuales chilenos opinan sobre el Congreso de la Cultura. *Ercilla*, Santiago, ano XVIII, n. 935, 31 de mar. 1953, p. 10. Entretanto, Ehrenburg não participou porque o governo chileno de Carlos Ibáñez lhe negou o visto de entrada. Houve problemas também para a emissão de visto de outros intelectuais. O congresso foi presidido por Alberto Romero, e Fernando Santiván fez o discurso de abertura.

²²⁶ Renuncias y adhesiones en Congreso de la Cultura. *Ercilla*, Santiago, ano XVIII, n. 936, 07 de abr. 1953, p. 17.

²²⁷ *Ibidem*, p. 17-18.

entender, havia gerado os melhores romancistas do Brasil e do continente, ao lado de Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Raquel de Queiróz. Endossou, portanto, a opinião da entrevistada brasileira Jurema Yari Ferreira, dez anos antes.²²⁸

Segundo Amado, o Brasil era uma terra de narradores, devido principalmente à herança do realismo. Asseverou ainda que a literatura devia estar ligada aos problemas populares e que os escritores brasileiros, seriam, em certa medida, “antiliterários”. Isto é, eram mais “cidadãos” que literatos, comprometidos com as transformações do país. Assim, muitos haviam-se transformado em políticos, sem grandes hesitações.²²⁹

As discussões continuaram com tons de batalha, ao longo de todo o mês de abril, e *Ercilla* argumentou que continuava a manter sua linha independente, ao dar voz a posições favoráveis e contrárias. Em 14 de abril foi a vez de Amado defender a realização do congresso, ao passo que Marcos Chamúdez reafirmava as dúvidas em relação aos seus objetivos mais concretos.²³⁰ Na semana seguinte, Neruda afirmou que o congresso não era político, enquanto Alone declarou que não participaria por duas razões: de um lado, porque era “anti-PC”; de outro, porque, como crítico literário, evitava reuniões de escritores. Entretanto, não cumpriu sua promessa, ao aparecer em algumas oportunidades.²³¹

Até a edição de 05 de maio, *Ercilla* enfatizou as discussões internas e externas à realização do congresso, que contou com a presença de pouco mais de 200 participantes, cujo epílogo previa a realização de um novo congresso no Rio de Janeiro, em 1954 – mas que foi realizado em Goiânia –, e a ênfase em batalhar pela aproximação com os intelectuais dos “cinco grandes”: EUA, URSS, Inglaterra, França e China. Inclusive, houve a proposta de realização de um congresso internacional em um país latino-americano, com a participação dos mais renomados intelectuais de todos os continentes.

Segundo o semanário, a delegação chinesa, composta pelo economista Lee I Mang, pelo filósofo Tcheng Tin Ming e pelo compositor King Kwang, foi a mais aplaudida, além dos discursos de Diego Rivera, Nicolás Guillén, María Rosa Oliver, Joroslaw Iwaskiewicz, Jorge Amado, Pablo Neruda e Benjamín Subercaseux, que se autodenominou o “Vishinsky”,

²²⁸ FRANULIC, Lenka. Amado, novelista antiliterário. In: *Ibidem*, p. 18. Entre outros brasileiros, participaram do congresso Cândido Portinari, José Ortiz Monteiro, Oscar Niemeyer e Vinicius de Moraes.

²²⁹ *Ibidem*, p. 18.

²³⁰ Pro y contra del Congreso de la Cultura. *Ercilla*, Santiago, ano XVIII, n. 937, 14 de abr. 1953, p. 18.

²³¹ Presencia y ausencia en el Congreso de la Cultura. *Ercilla*, Santiago, ano XVIII, n. 938, 21 de abr. 1953, p. 13. Neruda respondeu a diversas críticas e sustentou que elas estavam vinculadas a uma espécie de “sobrevivência do nazifascismo”. Além disso, também em referência ao período em que teve que se exilar do Chile, afirmou que sua “condenação” era parecida à de Bilbao no século XIX, que se guiaria pelo “desejo *cavernario* de deter a marcha da cultura chilena”, em uma luta entre as “forças obscuras e os protagonistas de uma nova época que aspirava a luz”.

pela atitude “cortesmente” opositora. Houve diversas polêmicas e algumas críticas ao comunismo stalinista. A síntese do congresso foi feita por Rivera, ao criticar as ações imperialistas dos Estados Unidos, a “invasão” de revistas norte-americanas na América Latina, parte do cinema de Hollywood e a “arte abstrata”. Para o pintor mexicano, ela era a “arte de fazer o menos possível para ganhar o maior dinheiro possível”. Além disso, afirmou que a crítica aos murais advinha da impossibilidade de transformá-los em mercadorias. Assim, reivindicou a criação de murais com as perspectivas do “realismo moderno”.²³²

As disputas não terminaram com o encerramento do congresso, pois, no final de 1953, o espanhol Leopoldo Panero publicou *Canto personal. Carta perdida a Pablo Neruda*, em que, segundo *Ercilla*, apesar do autor propor o triunfo da “poética” sobre a “retórica”, sua obra era claramente política, ancorada em “uma declaração de fé no conceito católico e falangista da Espanha”.²³³ Neruda, por sua vez, não quis responder às provocações de Panero.

Um dos pontos altos do debate foi alcançado em 1954, com a publicação de *Las uvas y el viento*. Segundo Adriane Vidal Costa, Neruda encontrava-se em uma “fase de intenso engajamento político e sectarismo”, e a obra que sucedeu *Canto General* “constituiu um livro integrador e interrogador do socialismo europeu e asiático. Mas também, é um questionamento da Guerra Fria e uma crítica à ação política norte-americana, denunciando seus chefes civis e militares e censurando sua política internacional”.²³⁴

Ercilla estimulou o debate sobre *Las uvas y el viento*, ao interrogar quatro escritores e críticos sobre a militância de Neruda, com a pergunta: “pode um poeta ser militante político?” A pergunta inicial se complementava com: “ou deve se manter em sua torre de marfim?” Além disso, “o militante matou o poeta?” foi a pergunta que sintetizou o artigo.²³⁵

A primeira resposta foi elaborada por Subercaseaux, que criticou Neruda por se perder na teia partidária e por tentar sair da poesia para escrever um “livro de viagens”. Tomás Lago criticou Subercaseaux e problematizou: “o que se chama de poesia política? Aquela que se articula à vida contemporânea e seus problemas?” Se for assim, argumentou que essa perspectiva podia ser encontrada em vários poetas, de Homero e São Paulo. Alone, mesmo ao

²³² Epílogo del Congreso de la Cultura. *Ercilla*, Santiago, ano XVIII, n. 940, 05 de mai. 1953, p. 2.

²³³ Canto Personal frente al Canto General. Español, católico, falangista, Leopoldo Panero provoca sensación con sus poemas de réplica a P. Neruda: le invita a gustar su propio vinagre. *Ercilla*, Santiago, ano XIX, n. 972, 15 de dez. 1953, p. 17. Segundo Panero, caso estivesse vivo García Lorca, estaría na Espanha e não ao lado de Neruda e dos exilados republicanos espanhóis.

²³⁴ COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007, p. 125-126.

²³⁵ ¿Puede un poeta ser militante político? Subercaseaux, Alone, Tomás Lago y De Luigi enjuician a Pablo Neruda por su posición en “Las Uvas y el Viento”. *Ercilla*, Santiago, ano XX, n. 986, 23 de mar. 1954, p. 8.

relativizar sua opinião, pois não lera a obra, questionou se o “grande poeta” caía em posições épicas por “pressão do partido”, “atrativo da popularidade” ou “influência dos críticos”.²³⁶

As críticas de Alone sintetizavam uma interpretação pouco compreensiva sobre a longa trajetória de Neruda, que se vinculava a um cenário internacional conflituoso desde que se empenhara em ajudar os republicanos espanhóis. Durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente com a resistência soviética face à invasão alemã, aproximou-se cada vez mais do comunismo. Segundo Adriane Vidal Costa, ancorada em Michel Winock (*O século dos intelectuais*), a URSS despontava no horizonte como o exemplo de um futuro mais justo e grandioso para a humanidade, o que angariou o apoio de diversos intelectuais do Globo.²³⁷

Finalmente, Juan de Luigi assinalou que “aqueles que criticam Neruda como político fazem, por sua vez, política”. Isso porque, sob sua ótica, a articulação entre “política” e poesia não traz necessariamente prejuízos para a segunda. Além disso, De Luigi viu “um estreito critério político” nas críticas a Neruda, não em *Canto General*, por exemplo. Em suma, com as críticas a Neruda, De Luigi afirmou que não havia nada novo sob o sol, e argumentou que “os artistas que abarcaram todas as manifestações humanas em sua obra ou fizeram poesia política são, por coincidência, os maiores artistas de todos os tempos”. Do mesmo modo, afirmava que era preciso diferenciar uma visão estreita de outra mais ampla sobre a política, ao citar os exemplos de Eurípedes, Ésquilo e Aristófanes, pois “na base de toda obra artística, junto com a vivência emocional, está o pensamento *cognoscente* e a posição que diante do mundo tem o artista. Esta posição é, direta ou indiretamente, também política”.²³⁸

No número seguinte, as páginas de atualidade internacional do semanário enfocaram a política cultural da URSS, depois da morte de Stalin e do fim dos decretos de Zhdanov, quando foram salientados os problemas do realismo socialista.²³⁹ Além disso, o redator argumentou que a produção artística soviética do pós-guerra estava caracterizada pela pobreza criativa, devido ao controle da produção pelos decretos. Em conclusão, apoiava os “músicos e intelectuais” que exigiam menos controle sobre suas obras.

²³⁶ *Ibidem*, p. 8.

²³⁷ COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*, p. 110-118.

²³⁸ ¿Puede un poeta ser militante político? Subercaseaux, Alone, Tomás Lago y De Luigi enjuician a Pablo Neruda por su posición en “Las Uvas y el Viento”. *Ercilla*, Santiago, ano XX, n. 986, 23 de mar. 1954, p. 8.

²³⁹ A un año sin Stalin. ¿Viraje en la política cultural? *Ercilla*, Santiago, ano XX, n. 987, 30 de mar. 1954, p. 30. Em 1956, *Ercilla* abriu espaço para Neruda e De Rokha defenderem as ações soviéticas na Hungria e criticar o Congresso pela Liberdade da Cultura. Neruda justificou a intervenção, ao compará-la com a travessia dos Andes por San Martín, que havia lutado, a seu ver, contra forças imperialistas. Cf. Neruda recoge el guante. Justifica intervención soviética. *Ercilla*, Santiago, ano XXII, n. 1128, 19 de dez. 1956, p. 8. De Rokha sustentou que havia grandes problemas na URSS, em grande parte devido a seus problemas burocráticos, mas tinha invadido a Hungria para libertá-la de focos opositores e reacionários, fomentados por forças capitalistas. Cf. De Rokha contesta. Explica intervención soviética. Ataca al Congreso de la Cultura y da carácter libertador al ejército de URSS. *Ercilla*, Santiago, ano XXII, n. 1129, 26 de dez. 1956, p. 8.

O texto foi escrito por Lenka Franulic? Como não saiu nas páginas de “arte, literatura e cultura”, mesmo sob o risco do equívoco, pode-se sustentar que não. Mas como reagiu a crítica de *Ercilla* a uma interpretação que negava boa parte do que ela escreveu anteriormente sobre o cenário soviético? Infelizmente não há sinais diretos de um possível debate que agitasse os bastidores do semanário, mas a publicação daquela página mostrou que, como em *Marcha*, havia um importante espaço para a formulação de opiniões bem divergentes.

Em meados de 1954, *Ercilla* noticiou a reunião dos comitês latino-americanos do *Congreso por la libertad de la Cultura* em Santiago, como réplica ao *Congreso Continental de la Cultura*. Segundo o semanário, havia muitas divergências internas, particularmente entre dois grupos: os que queriam enfatizar o anticomunismo contra aqueles que buscavam enfatizar a ideia de liberdade, contra todos os tipos de “totalitarismo”, o que incluía inclusive o grande problema dos países latino-americanos, as ditaduras militares.²⁴⁰

A proposta anti-stalinista era bastante evidente no movimento que contou com o apoio de vários intelectuais que fugiram dos países do leste europeu, durante o acirramento da Guerra Fria, entre 1947 e 1951, bem como de ex-comunistas de diversos países. O primeiro congresso foi celebrado em Berlim, em junho de 1950, e contou com a participação de 118 intelectuais de vários países. Entre os escritores latino-americanos que se aproximaram do movimento estavam: Rómulo Gallegos, Germán Arciniegas, Jorge Luis Borges, Benjamín Carrión, Ciro Alegría, Jorge Icaza, Alfonso Reyes, Francisco Romero, Mariano Picón Salas, Erico Verissimo, Eduardo Barrios, Emilio Frugoni e Luis Alberto Sánchez. Assim, o leque de adesões era bastante amplo e não se vinculava necessariamente ao apoio norte-americano, o qual não deixou de existir. Além disso, é importante destacar que alguns intelectuais socialistas, como o uruguaio Emilio Frugoni, também participaram, em algumas oportunidades, do Congresso pela Liberdade da Cultura.²⁴¹

Entretanto, a repercussão da reunião dos comitês latino-americanos do *Congreso por la libertad de la Cultura* de 1954 foi muito menor nas páginas do semanário ou mesmo nos meios intelectuais chilenos do que o anterior de 1953. *Ercilla*, aliás, noticiou que, “como esperado”, Arciniegas e Gallegos não haviam aparecido. Por quê? Talvez porque no momento em que os norte-americanos avançavam sobre a Guatemala, não era razoável participar de

²⁴⁰ Imperialismo de la libertad nació en Congreso de Intelectuales. Seis países preparan en Santiago una réplica al Congreso del 53; el sabio Nicolai dividió al mundo en culturas. *Ercilla*, Santiago, ano XX, n. 998, 15 de jun. 1954, p. 13.

²⁴¹ Sobre o Congresso pela Liberdade da Cultura, consultar: RUIZ GALVETE, Marta. Cuadernos del Congreso por la Libertad de la Cultura: anticomunismo y Guerra Fría en América Latina. *El Argonauta Español*, [On line], n. 3, 2006. Disponível em: <<http://argonauta.imageson.org/document75.html>> Consulta em: 07/08/2012. Em 1956, o Congresso reuniu-se no México para criticar a intervenção da URSS na Hungria.

uma reunião que tinha apoio dos invasores. De todas as maneiras, estavam estruturadas as principais disputas intelectuais dentro do continente e o Chile adquiria cada vez mais uma posição de destaque em sua promoção.

Para finalizar este capítulo, cabe ressaltar que as páginas de política ou atualidade internacional enfocavam a Bolívia, a Guatemala, o Peru, a Argentina peronista e, em alguns momentos, o Brasil. Simultaneamente, alguns dos principais autores ganhavam novas abordagens, o que promovia, ainda que inicialmente, a literatura latino-americana entre os leitores chilenos, o que se intensificou com a entrada dos anos 60.

Germán Arciniegas, Miguel Ángel Astúrias e Ricardo Güiraldes ganharam destaque, mas também houve espaço para alguns autores brasileiros, como, além dos já citados, Gilberto Freyre e Machado de Assis. No caso de Freyre, *Ercilla* salientou que o autor brasileiro era um inovador, ao afirmar que todos os brasileiros eram frutos de misturas, o que era um fato positivo. Além disso, por trazer uma interpretação em que focava os problemas do país como decorrentes do regime escravocrata. Recomendava, portanto, a leitura do autor.²⁴² É importante lembrar que Freyre foi abordado por Franulic em *Cien autores contemporáneos*, publicado inicialmente por *Ercilla*, em 1939, reeditado em 1941, com uma terceira edição em 1951 e, posteriormente, uma quarta edição em 1962.

Já sobre Machado de Assis, a crítica, provavelmente escrita por Franulic, lamentou o “renascimento tardio” de sua obra, mas via com bons olhos a tradução de “Memórias Póstumas de Brás Cubas” pela *Fondo de Cultura Económica*, pois oferecia ao leitor “um dos livros mais singulares da literatura brasileira”. Já pelo título fazia uma paródia do caráter de “memórias póstumas”, o que compunha o conjunto para suscitar a leitura. A breve comparação com o “Cândido” de Voltaire e “Tristram Shandy” de Laurence Sterne podia despertar ainda mais o interesse por Machado de Assis no Chile. Na conclusão, a crítica convidava o leitor a filosofar com o protagonista por meio de seus epigramas.²⁴³

²⁴² Rehabilitador de los negros. *Ercilla*, Santiago, ano XVI, n. 821, 23 de jan. 1951, p. 15.

²⁴³ Una trilogía maestra resucita a un novelista brasileño. *Ercilla*, Santiago, ano XX, n. 821, 18 de fev. 1955, p. 13.

Conclusão da Primeira Parte

Segundo Zigmunt Bauman, “o propósito da república [...] é a capacitação dos cidadãos para discutirem livremente os modelos de vida de sua preferência e praticá-los. A república é uma ampliação, não uma redução de opções – seu objetivo é aumentar, não limitar as liberdades individuais”.¹ O argumento de Bauman enfatiza a articulação entre democracia, liberdade e república no século XX, ao sustentar que “a liberdade individual só pode ser produto do trabalho coletivo (só pode ser assegurada e garantida coletivamente)”.²

O estudo da imprensa permite trazer novos problemas para a história política, em diálogo com os enfoques sobre os partidos, as eleições, políticas públicas e formas de representação. O projeto político e cultural de *Marcha* almejou criticar o reformismo batllista das primeiras décadas do século XX, que não teria sido capaz de impedir a ascensão dos grupos conservadores, particularmente durante o período ditatorial de 1933 a 1942. Havia mostrado que a expansão de direitos políticos e sociais não fora suficiente para formar cidadãos zelosos dos ideais republicanos e democráticos.

De forma paralela, mas em um contexto inicialmente distinto, *Ercilla* trabalhou para a ampliação da liberdade de expressão e da leitura no Chile, e apoiou, ainda que nem sempre de forma declarada, alguns grupos políticos que tentavam construir as bases de uma democracia nacional e que lutavam, particularmente nos países vizinhos, contra governos ditatoriais. Dentro de uma perspectiva republicana, realçaram a defesa do que viam como o “bem comum” e advertiram que sem liberdade, igualdade e justiça social as incipientes, ainda que admiradas, “democracias” estavam sustentadas por pés de barro.

Para além de uma leitura da política mais restrita, no horizonte de ambas havia um objetivo em comum: era preciso estimular novas políticas da leitura. Dentro desta perspectiva, mais do que alfabetizar, expandir a leitura se tornava fundamental, e buscaram fazer o seu papel, ao orientar os leitores por meio de semanários, revistas mensais e livros, como complemento da formação dos “verdadeiros” cidadãos. A leitura podia, em suas concepções, além de entreter, instruir e dotar os leitores de ferramentas necessárias para alcançar a liberdade individual e, assim, sedimentar as bases de uma coletividade democrática.

Como em *Marcha*, a postura de *Ercilla* estava aberta para o debate entre posições diferentes e as discussões sobre a literatura, e suas relações com a cultura, ganharam amplo espaço, bem como o tema do mercado editorial. Também de forma semelhante, os olhares dos

¹ BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, p. 190.

² *Ibidem*, p. 15.

redatores e colaboradores ultrapassaram habitualmente as fronteiras nacionais, tanto em relação à vida política quanto cultural. Mais especificamente no caso de *Marcha*, sob a direção de Rodríguez Monegal, houve uma clara reivindicação de profissionalismo por parte dos críticos e dos escritores. Em *Ercilla*, prevaleceu o gênero entrevista ou reportagem, o que estava em consonância com a ideia, ainda que problemática, de imparcialidade da postura do semanário. De todas as formas, os debates acerca do lugar da literatura na formação cultural e política dos dois países entraram em foco, com particular destaque para os próprios críticos. Nesse caso, bem mais evidente em *Marcha* do que em *Ercilla*. Havia uma clara tensão, que se acirrou, entre enfatizar a literatura como reveladora da realidade ou de vê-la em uma suposta realidade autônoma, como observou o próprio Rodríguez Monegal, ao comparar a crítica da revista argentina *Contorno* com a francesa *Les Temps Modernes*.³

Como bem lembrou Tzvetan Todorov, a crítica ultrapassa os limites das obras interpretadas, ao se aproximar em parte da literatura para tratar da vida humana, de valores e de uma “verdade” algo deflacionada. Mas que tipo de verdade e por que deflacionada? Para Todorov, “a verdade das coisas, mais que a dos fatos, a verdade do descobrimento, não a da adequação”. De forma bem mais modesta, a verdade está em seu horizonte, não necessariamente em sua posse. Deve procurar, assim, o diálogo, não a opinião dogmática, menos ainda imanentista. Como um ato de comunicação, não pode fugir da articulação com os valores.⁴

Ocorreu, além disso, e uma vez mais simultaneamente, o entrelaçamento entre o que se habituou chamar opinião pública e a propalada reivindicação de docência pública. Tanto *Marcha* quanto *Ercilla* não esconderam seus objetivos em ser porta-vozes de uma opinião pública crítica e fundamentada, ao mesmo tempo em que requeriam o papel de guias de sua formação e expressão.

De acordo com Waldo Ansaldi, o debate sobre a democracia ocupou um lugar de destaque na agenda política e intelectual nas décadas de 1920 e 1930 em diversos países, “mas em boa medida com uma visão negativa, tanto a partir da direita como da esquerda”. Em seu questionamento a respeito da democracia liberal pós-Primeira Guerra, os grupos identificados como de direita desconfiaram da sua suposta debilidade, do risco em abrir caminho para o bolchevismo e outros grupos ou correntes políticas considerados perigosos. De outro lado, alguns grupos de esquerda – é preciso matizar a afirmação de Ansaldi –

³ Citado por TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas. La formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina 1956-1966*. Buenos Aires: Puntosur, 1991, p. 23.

⁴ TODOROV, Tzvetan. *Crítica de la crítica*. Barcelona: Paidós, 2005, p. 178-179 [1ª edição de 1984].

enfatazaram os seus limites por ser vista como uma democracia burguesa, insuficiente, que camuflava a dominação de classe e não resolvia os problemas da maioria.⁵

Ainda para o autor argentino, os anos 30 levaram a uma notável frustração e as reivindicações para a contração da democracia tiveram que ser postergadas “para um futuro impreciso [...]”. Houve, contudo, uma crescente demanda de participação de setores das camadas médias, particularmente oriundos de ambientes universitários, bem como de trabalhadores e camponeses.⁶

Marcha e Ercilla buscaram canalizar parte dessa mobilização. Pensaram a política em termos institucionais, de hierarquia, dominação, exploração e de poder, mas também como o lugar possível de transformações da vida social, pautadas em valores de justiça e igualdade. Articularam frequentemente moral e política, ao entrecruzar a dimensão social, política e histórico-cultural da democracia. Além disso, em diversos momentos, não deixaram de estreitar laços com movimentos políticos e sociais, nacionais e estrangeiros.

Segundo Quijano, Alain Duhamel em *Candide* havia afirmado que “a política contemporânea havia caído em quase todas as partes em tal estado de abjeção que parec[ia] ser propositalmente para afastar os corações altivos”. Ele tratava da relação entre os escritores e a política, e Quijano não tirou a razão da declaração de Duhamel no que tocava à “subversão”, “mediocridade inescrupulosa” e triunfante, a “traição” e os “preconceitos” que se haviam transformado em moeda corrente durante os anos 30. Do mesmo modo, assinalou que entendia que os supostos “mais puros e altos espíritos, sintam por todo esse baixo fundo de abjeção e miséria, um profundo asco e prefiram a solidão entre quatro paredes carregadas de livros à ação infecunda, apesar de toda a sua reluzente pedraria”. Contudo, defendeu que mais do que nunca era a hora de fazer política:

Não a política do comitê e da intriga, mas a outra que consiste em se aplicar a estudar e resolver os problemas do país.

O dilema de Alain, ao qual sem dúvida ele dava outro significado, é de aplicação ao caso: *pouvoir ou savoir* [poder ou saber]. Tudo está por ser feito, tudo vacila ou se desmoronou. Os valores políticos, econômicos, sociais, sobre os quais se assentou o século XIX, se transformam, desaparecem, são pisoteados.

A democracia política debilmente se mantém de pé, trêmula e ameaçada, em dois ou três países.⁷

⁵ ANSALDI, Waldo. La democracia en América Latina, un barco a la deriva, tocado en la línea de flotación y con piratas a estribor. Una explicación de larga duración. In: ANSALDI, Waldo (Dir.). *La democracia en América Latina: un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 78.

⁶ *Ibidem*, p. 78-79. Sobre os problemas políticos enfrentados por diversos países latino-americanos durante os anos 30, ver: ANSALDI, Waldo (Ed.). *Tierra en llamas. América Latina en los años 1930*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2002.

⁷ QUIJANO, Carlos. Dos maneras de encarar la política. *Acción*, Montevideo, ano II, n. 60, 04 de nov. 1933, p. 8.

Tudo o que era sólido se desmanchava no ar.⁸ Segundo os principais redatores de *Acción* e *Marcha* não era possível fugir da luta política naquela “hora trágica das responsabilidades”. Havia um lugar esperado para os intelectuais em um mundo que se via desmoronar, não sem tensão vistos como “iluminados”, mas nem sempre como infalíveis. Abria-se um espaço para a ascensão de novos valores em uma luta geracional. Para usar novamente as palavras de Quijano, “talvez mais do que lutas de gerações, lutas de épocas, para ser mais justos. Distintas e antagônicas maneiras de sentir, de pensar e de atuar”. Naquela “nova etapa de sacrifícios, convicções firmes, nova disciplina, eliminando de filas a todos os vacilantes, os timoratos ou os acomodaticios”, as palavras de ordem eram lutar e fortalecer o movimento, em busca da construção de outro mundo.⁹

A perspectiva comparada e transnacional permitiu observar muitas semelhanças, mas também várias diferenças nesta primeira grande etapa de construção de *Marcha* e *Ercilla*, que não podem somente ser explicadas pela análise dos contextos externos aos dois empreendimentos editoriais, nem por uma escala puramente interna de suas páginas. A articulação entre ambos – certamente não de forma mecânica – mostra-se uma atividade muito mais fecunda, somada ao apoio da comparação que expõe especificidades e problemas algumas vezes desestimados pelo enfoque unitário.

Marcha e anteriormente *Acción* apresentaram frequentemente o desejo de ser uma tribuna formativa, em que não se propunha ser imparcial. Aliás, afirmava que era um órgão político, mas não um partido. *Ercilla*, por seu lado, fez várias profissões de fé em relação ao seu caráter informativo e imparcial, embora momentaneamente com alguns matizes. No entanto, ambas coincidiram em asseverar que buscavam a verdade e o cultivo da crítica entre os seus leitores, bem como de representar um papel de “docência pública”.

Marcha sempre foi publicada às sextas-feiras, ao passo que *Ercilla* chegava às bancas às segundas-feiras, ora às quartas-feiras. Nesse sentido, *Marcha* buscava ocupar um espaço de destaque nos finais de semana dos leitores, que teriam mais tempo para se (in)formar e preparar as ações no início da semana. Independentemente do dia que chegavam às bancas,

⁸ BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. A referência ao texto de Berman compartilha da leitura crítica que Eliana de Freitas Dutra fez da “categoria de modernidade de periferia, ou de subdesenvolvimento”. Para a historiadora brasileira, “a noção de periferia carrega uma versão discriminatória sobre o mundo não-europeu tal como formulada pela civilização oitocentista europeia; e obscurece o movimento simultâneo e internacional da economia capitalista; e pressupõe uma determinação de seu movimento rumo a um ponto de chegada já estabelecido”. Cf. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 143, nota 64.

⁹ QUIJANO, Carlos. Mensaje en el año nuevo. *Acción*, Montevideo, ano IV, n. 108, 10 de jan. 1935, p. 8.

buscaram ultrapassar certa fugacidade temporal do jornal diário e formar os leitores nos caminhos político-culturais.

Marcha apresentou duas seções mais bem definidas já no início dos anos 40, uma inicial, vinculada ao debate político, e uma segunda parte com destaque para os debates culturais. Em *Ercilla*, as divisões foram menos claras, a não ser a partir de meados dos anos 50, e concedeu maior ênfase que o semanário uruguaio para os esportes, o rádio e, posteriormente, a televisão.

Em relação à política, *Marcha*, a partir dos inícios como *Acción*, articulou o debate uruguaio ao panorama regional e internacional, e expressou a defesa da união dos “povos latino-americanos” como contraposição dos avanços do pan-americanismo, identificado com o imperialismo norte-americano. *Ercilla* iniciou suas atividades com grande ênfase sobre a política internacional, “índo-americana”, e não deixou de explicitar o seu anti-imperialismo, alimentado pelo discurso dos apuristas. Com a campanha de Pedro Aguirre Cerda, passou a tratar com maior destaque a política nacional. Em comum, aproximaram-se ao tratar com ênfase os vizinhos: Argentina e Brasil, no caso de *Marcha*, e Argentina e Peru, no de *Ercilla*, que também publicou muitas matérias sobre o México durante os anos 30. Dedicaram, além disso, especial atenção aos dramas de Porto Rico, Bolívia e demais países latino-americanos, em apoio aos movimentos que lutavam contra o imperialismo ou contra regimes ditatoriais.

Como defensoras da República espanhola contra o franquismo, renovaram suas reflexões sobre a Espanha, o que já havia ocorrido em 1898 nos diversos rincões da América Hispânica. Qual deveria ser a relação com a Espanha convulsionada dos anos 30? Em ambas, uma postura convergente: os grupos esquerdistas e republicanos das Américas deveriam se unir aos espanhóis a favor da democracia política e social. Para usar as palavras de Pedro Díaz em *Acción*: “De um lado, a **causa da cultura**, da paz e do direito. Do outro lado, o regime brutal da força. De um lado, a democracia, do outro o fascismo. No tabuleiro da Espanha se está jogando o **destino do homem**”.¹⁰

Enfim, vale questionar qual é o papel da palavra escrita, mas também das imagens, neste caso específico da imprensa, na arquitetura política e cultural da sociedade. Elas se procuram se articular às expectativas dos leitores, articulando as esperanças, os desejos, os temores, as previsões e os projetos às leituras do passado, do presente e do futuro.

Marcha e *Ercilla* moviam-se por uma convicção convergente: enfatizavam que a ação editorial transformaria o cenário político-cultural do Uruguai e do Chile. Traçaram itinerários

¹⁰ Un discurso del Dr. Pedro Díaz. El mito de la raza es una mentira nociva que América ha debido rechazar. *Acción*, Montevideo, ano VI, n. 164, 20 de nov. 1937, p. 5-6. Grifos meus.

comprometidos com uma espécie de pedagogia da democracia, tanto por meio da defesa de projetos vistos como progressistas e modernizantes, algumas vezes revolucionários, como da ênfase na formação de leitores críticos e dinâmicos. Nesse ponto, engendraram articulações extremamente fecundas, amparadas não na diluição da cultura e política como o mesmo, mas numa dinâmica relação entre ambas. Não se tratava de uma pedagogia esnobe e elitista, mas na tentativa de dialogar com um universo sensível e aberto a transformações, ainda que de forma gradativa e pautada pela moderação.

Uma última controvérsia importante a respeito de *Marcha* e *Ercilla* merece ser enfocada, ainda que rapidamente: a relação que estabeleceram com as chamadas “culturas populares”. Para Rocca, os principais ausentes em *Marcha*, com algumas exceções e limites, foram a “cultura popular”, o interior do país e aqueles que estavam identificados com a cultura “oficialista”.¹¹

Por caminhos convergentes, Gustavo A. Remedi sustentou que houve um “surpreendente” e até mesmo “paradoxal” descompasso entre o projeto do semanário uruguaio e “as práticas culturais, as visões de mundo [e] as estéticas das classes populares”, com pequenas nuances. Entre as principais, o espaço dedicado ao cinema; “a alguns praticantes cultos de certos gêneros literários ‘menores’ (como o romance policial)”; ao que o autor chama de “desenho humorístico”, associado a conteúdos sociais; “à poesia gauchesca ou à canção de protesto, como produção letrada, culta ou domesticada acerca da vida rural ou da vida marginalizada”; e, por último, das reelaborações dos escritores a respeito do universo das “classes populares”.¹² Além disso, não concedeu amplo espaço para formas de ampla expressão popular, como as murgas,¹³ o candombe,¹⁴ o carnaval e a “música folclórica”.

Embora não se possa esquecer, com Michel de Certeau, Dominique Julia e Jacques Revel,¹⁵ que a definição do conceito de cultura popular se vincula de forma bastante estreita a um recorte erudito e ao “olhar dos letrados”, o que, portanto, demanda uma postura

¹¹ ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006, p. 124, nota 146.

¹² REMEDI, Gustavo A. *Blues de un desencuentro: Marcha y la cultura popular*. In: MACHIN, Horacio; MORAÑA, Mabel (Eds.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana / Universidad de Pittsburgh, 2003, p. 455.

¹³ As murgas são expressões musicais, realizadas por muitas vozes, com a utilização de bumbo e percussão. Os cantores fazem encenações durante a apresentação e as letras estão baseadas na sátira da sociedade uruguaia. Cf. REMEDI, Gustavo. *Murgas: el teatro de los tablados. Interpretación y crítica de la cultura nacional*. Montevideo: Trilce, 1996.

¹⁴ Ritmo musical produzido por tambores e peça central do carnaval montevidiano, desde finais do século XIX. Cf. CARÁMBULA, Rubén. *El candombe*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1995; ALFARO, Milita, *Memorias de la bacanal. Vida y milagros del carnaval (1850-1959)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008. Desde a ditadura militar, os uruguaios batem palmas ao ritmo do candombe, durante manifestações e greves.

¹⁵ DE CERTEAU, Michel; JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. A beleza do morto. In: DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2005, p. 55-85 [1ª edição em francês de 1974].

desconfiada do pesquisador, concordo que Remedi tenha tocado em um dos principais pontos críticos a respeito dos filtros de *Marcha*.

Entretanto, é preciso flexibilizar um pouco o diagnóstico de Remedi, quando argumenta que esse desencontro “contrasta e contradiz um pouco – ou bastante – sua vocação revolucionária, de *intérprete*, *interlocutor* ou *aliada* da luta das classes oprimidas, sua crítica ao *difusionismo*, ao imperialismo cultural e à dependência cultural de nossa modernidade periférica [...]”.¹⁶ Fundamentalmente, por Remedi privilegiar a análise de *Marcha* dos anos 60 e 70, quando o debate sobre revolução ganhou destaque, sobretudo quando o Uruguai passou a enfrentar grandes dificuldades em meados da década de 60. Pelo menos até o início daquela década, as distintas vozes do semanário não preconizaram de forma clara e efetiva a necessidade de uma revolução, dentro do repertório conhecido, no país.

O que não quer dizer que Remedi e Rocca tenham se equivocado ao salientar que o chamado mundo popular brilhou por sua ausência, com poucas exceções, a exemplo de algumas colunas sobre o campo uruguaio e textos sobre o folclore ou a população marginalizada do Uruguai.¹⁷ O espaço para a análise das murgas e do candombe na formação cultural do país realmente foi quase inexistente, sem contar a reiteração em avaliar o lugar dos esportes, particularmente do futebol, como algo inferior ou mesmo as críticas a respeito do gosto por leituras mais ligeiras e abundantes em imagens.

Em *Ercilla*, a relação foi um pouco mais plural, desde a publicação de inúmeras obras de literatura mais vinculadas a uma ideia de leitura “popular”, até o enfoque constante sobre música “folclórica”, particularmente da *cueca*, assim como as habituais discussões a respeito da caracterização do chileno médio, representado ora pelo *roto*, ora pelo *huaso*. Dentro dessa perspectiva, o semanário promoveu alguns concursos de *tallas*, isto é, anedotas, que contaram com a participação de vários leitores. Além disso, entre fevereiro e junho de 1954, foi publicada a coluna *Vidas divergentes*, que tratou de forma irônica a vida íntima de alguns personagens ilustres da história literária e política mundial.¹⁸

O que não quer dizer que em *Marcha* não houvesse certo espaço para se falar da vida das pessoas, mesmo que, de preferência, dos conhecidos cidadãos da República Oriental, ou

¹⁶ REMEDI, Gustavo A. *Blues de un desencuentro: Marcha y la cultura popular*, p. 456. Itálico no original.

¹⁷ Foram publicados alguns textos em que Lauro Ayestarán tratou das primeiras casas de música de Montevideu e das manifestações musicais “folclóricas” do país, bem como outros sobre as relações do húngaro Béla Bartók com a música popular. Durante algum tempo, foi publicada a coluna *El dolor callado del campo uruguayo*, que abordava os principais problemas que afetavam a vida rural do país.

¹⁸ Entre outros, os títulos foram: *Goya, genio universal de la pintura fue rechazado tres veces* (09 de fev.); *Allan Poe: vivió su propio cuento policial* (16 de mar.); *Lord Byron: vivió en verso y murió en prosa* (23 de mar.); *Leon Tolstoy murió huyendo de su esposa* (06 de abr.); *Chateaubriand, el perfecto marido infiel* (20 de abr.); *Bellini, murió de calabazas* (27 de abr.); *Anatole France, Premio Nobel del cinismo* (01° de jun.).

para se fazer humor, como nas colunas: *La semana y los siete enanitos* e, posteriormente, *Don Verídico*, de Julio Castro; *La espada de Damocles*, por Benedetti nos anos 70; *El agujero en la pared*, também posteriormente de Gutiérrez; além da seção *La mar en coche* – expressão de uso popular dita sempre como o encerramento de uma enumeração, em uma frase que se quer enfatizar atitudes exageradas das pessoas. Por exemplo, viajar e levar roupas, livros, os animais de estimação, as joias y *la mar en coche*. Para Alfaro, esta seção era “temível ou desfrutável, segundo a posição de vítima ou algoz, quase o primeiro que se lia em *Marcha*”.¹⁹

Ainda que a próxima expressão possa causar um estranhamento inicial, é possível entrever em *Marcha* o trânsito entre certa “sacralização laica” da leitura e o anseio democratizante, ao passo que essa tensão não é tão evidente em *Ercilla*, que expressou olhares um pouco mais plurais sobre o papel da leitura. O que não deixava de se vincular a pressupostos comerciais, diga-se de passagem.

Talvez seja possível associar a teorização em *Marcha* sobre as diferenças entre o leitor, o *hojeador* e o *ojeador* à decepção dos intelectuais uruguaios que buscavam autonomia em relação ao poder político-econômico e sociocultural, mas se deparavam com inúmeras dificuldades para expandir seu projeto editorial, e mesmo para retomar a publicação do diário *El Nacional*. *Ercilla* se deparou com um contexto diferente, pois inicialmente não faltaram recursos financeiros para a publicação de livros. O semanário vinha, em parte, complementar suas atividades editoriais, mas adquiriu uma trajetória própria. Entretanto, havia o claro desejo de se tornar, assim como a publicação uruguaia, um órgão privilegiado da opinião pública crítica e independente. Em ambos os casos, ainda que inicialmente em *Marcha* seja possível detectar certo desejo de distinção, ao se definir como “opinião pública” e não de “opinião popular”, houve a tentativa de se colocar como porta-vozes das camadas populares ao lado das camadas médias.

A tensão entre ler e escrever ou agir marcou as três primeiras décadas de *Marcha* e *Ercilla*? Não necessariamente, pois, com alguns matizes, prevalecia a ideia de que leitura, escrita e ação política se complementavam, não se excluía. Em parte, acreditava-se em demasia no poder dos livros e dos demais impressos para a promoção da liberdade, da igualdade e da democracia social. Dito de outra maneira, considerava-se que a difusão de livros e dos impressos em geral permitiria a discussão de pensamentos com vistas à ampliação do “uso público da razão individual”. Mas é bom lembrar que, até recentemente, Roger Chartier sustentou que a leitura “extensiva” – e muitas vezes individual – se vinculava à

¹⁹ ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984, p. 52-53.

dessacralização da cultura e às contestações mais veementes em relação às tiranias políticas. Isto é, não apenas os impressos em si, mas as práticas de leitura desempenharam um importante papel na balança das transformações culturais que cultivaram o terreno das mudanças políticas.²⁰

Dentro da mesma perspectiva, ainda que já não seja razoável associar a escolarização, a cultura escrita e a leitura com transformações políticas, não se pode esquecer que elas se tornaram objeto de tanta discussão e muitas vezes de intenso controle por parte do Estado. Além disso, houve tanta censura sobre a palavra escrita em diversos contextos durante a história da humanidade, assim como de outras formas de comunicação e difusão de ideias.

Portanto, não eram somente os intelectuais que acreditavam no poder dos impressos sobre os leitores. Todavia, não havia, de forma evidente e generalizada, em seus horizontes a ideia de que as práticas de leitura ocorriam por meio de um complexo processo de recepção e apropriação. No entanto, não penso ser adequado cobrar essa discussão para aquelas décadas, uma vez que ela ainda nem ocorria de forma ampla nos meios acadêmicos e especializados.

Com esta problematização, não pretendo defender um tipo de visão expressada pelos artesãos de *Acción*, *Marcha* e *Ercilla*, mas tão somente propor que grande parte de seus pressupostos e convicções estavam compassados com o que se pensava sobre o papel dos impressos, da escrita e da leitura, muitas vezes com um papel central na mediação entre cultura e política. Assim como as leituras da política, as políticas e as representações da leitura percorrem diversos caminhos. Finalmente, embora com muitos matizes e para além do debate acadêmico, a hipótese de que a leitura possui capacidades transformadoras não está totalmente descartada nos dias de hoje.

De forma conectada, os intelectuais também foram colocados no centro das atenções. Quais foram os papéis preconizados para os intelectuais? O do intelectual crítico e autônomo? Contestador? Intelectual orgânico? Intelectual especialista e acadêmico? O intelectual compromissado ou engajado? Houve ecos de algum tipo de anti-intelectualismo? Falou-se

²⁰ CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 143-146 [1ª edição de 1991]. Darnton não concordou com Chartier, ao salientar que há mais disparidades do que continuidades entre a experiência literária e a ação revolucionária. Uma de suas perguntas centrais procurou articular a difusão dos livros à opinião pública e esta, por sua vez, à ação política. Ainda que o historiador norte-americano tenha afirmado que se tratava de uma questão mal colocada, não deixou de problematizar se os livros fizeram a revolução ou se eles canalizaram visões que já estavam presentes e se difundiam na França do século XVIII. Além disso, assinalou que não se pode menosprezar as práticas oralizadas de difusão de informações e opiniões, bem como enfatizou que somente houve a passagem mais frequente de uma leitura intensiva para extensiva no final do século XIX. Cf. DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1ª edição de 1995]. Mesmo que a leitura silenciosa tenha se tornado mais comum entre os séculos VIII e XIII, a sua popularização ocorreu com a difusão de uma literatura de massa, particularmente durante o século XIX.

sobre um suposta distância entre os intelectuais e o povo? O saber dos livros e da palavra escrita começava a ser questionado ou foi preciso esperar os anos 60 para isso ocorrer de forma mais evidente? O saber dos intelectuais foi criticado ou valorizado? Ele estava mais apto do que outros atores sociais para interpretar a vida e os anseios da população?

Não se pode esquecer de que houve críticas tanto sobre a responsabilidade dos intelectuais quanto acerca da efetiva influência que podiam exercer sobre o debate público. Entretanto, prevaleceu certa crença nos intelectuais em calibrar as balanças do poder político e certamente do cultural. Ainda que com matizes, a ideia do intelectual comprometido, mas crítico e, em parte, autônomo, sobrepujou as demais, se olharmos em perspectiva e na média duração de três décadas. O chamado anti-intelectualismo, no sentido proposto durante os anos 60, praticamente não encontrou espaços para se instalar, pois as armas privilegiadas dos intelectuais continuavam a ser sua pena e o espírito irrequieto.

Havia sim a preconização mais geral da luta pela transformação, mas por caminhos que conseguissem conjugar as atividades ditas “intelectuais” com a vida pública, desde que o intelectual se sentisse apto a fazê-lo. Contudo, mesmo com a defesa da aproximação entre os intelectuais e o “povo”, evidentemente dos primeiros como guias ou orientadores, é possível duvidar que suas relações tenham ocorrido com acordes completamente sinfônicos, livres de alguns desencontros. Em defesa dos intelectuais, pode-se problematizar se em sociedades que preconizam o diálogo, o debate e as diferenças de opinião há alguma possibilidade de se harmonizar os interesses de amplos setores da população que não necessariamente possuem todos os interesses em comum.

Outro ponto em comum aproximou os empreendimentos de *Marcha e Ercilla*: o desejo de democratizar também o diálogo entre os países de língua castelhana, na formação de polos intelectuais e editoriais no Rio da Prata e Pacífico Sul, contra certa tentativa de hegemonia por parte de Madri, Buenos Aires e até mesmo da Cidade do México. A inicial disputa sobre os meridianos intelectuais ganhava novos componentes, em um jogo de disputas, mas também de diálogos calorosos. Assim, a frase de Torres García “nosso norte é o Sul” expressou e canalizou um desejo latente entre críticos, escritores e artistas, que herdaram das gerações anteriores reivindicações de “emancipação do discurso”,²¹ mas também das práticas políticas, particularmente associadas à defesa da difícil construção da democracia no Chile e no Uruguai, em particular, na América Latina como um todo.

²¹ Para usar a expressão empregada em: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura. A emancipação do discurso*. São Paulo; Campinas: Memorial; Unicamp, 1994, v. 2.

PARTE II

AS DEMOCRACIAS ENTRE REFORMAS E REVOLUÇÕES

**Os impressos diante do espelho do engajamento
(1958-1974)**

Introdução à Segunda Parte

*Si somos americanos,/ somos hermanos, señores,
tenemos las mismas flores,/ tenemos las mismas manos.
Si somos americanos,/ seremos buenos vecinos,
compartiremos el trigo,/ seremos buenos hermanos.
Baillaremos marinera,/ refalosa, samba y son.
Si somos americanos,/ seremos una canción
Si somos americanos,/ no miraremos fronteras,
cuidaremos las semillas,/ miraremos las banderas.
Si somos americanos,/ seremos todos iguales,
el blanco, el mestizo, el indio/ y el negro son como tales.*

Rolando Alarcón, *Si somos americanos*, 1965

*En mi país, que tristeza/ la pobreza y el rencor/
dice mi padre que ya llegará/ desde el fondo del tiempo otro tiempo/
y me dice que el sol brillará/ sobre un pueblo que él sueña
labrando su verde solar/ en mi país que tristeza/ la pobreza y el rencor
[...]*

*En mi país somos duros/ el futuro lo dirá/
canta mi pueblo una canción de paz/ detrás de cada puerta/
está alerta mi pueblo/ y ya nadie podrá
silenciar su canción/ y mañana también cantará
en mi país somos duros/ el futuro lo dirá.*

Alfredo Zitarrosa, *Adagio en mi país*, 1973

A comparação entre a história chilena e a uruguaia pode trazer alguns paralelismos, às vezes intrigantes. Os marcos temporais vinculados a este segundo momento da tese estão parcialmente fundamentados em dois deles: 1958, quando os partidos mais conservadores assumem o poder Executivo nos dois países; 1974, ano posterior aos golpes de Estado (em 23 de junho no Uruguai, 11 de setembro de 1973 no Chile), quando *Marcha* é empastelada e *Ercilla* reafirma a opção de finais de 1971 e começos de 1972, por trilhar caminhos bem menos compatíveis com seu passado de defesa da democracia, da justiça social e da existência de vozes muito divergentes em seu quadro de redatores e colaboradores.

No contexto internacional, suas trajetórias se articularam aos debates em torno da Revolução Cubana e de seus desdobramentos; ao auge do modelo sartreano de engajamento, em que houve grandes debates intelectuais sobre a função social da literatura e sobre o papel dos intelectuais; às condições do chamado Terceiro Mundo, vistas tanto em termos das possibilidades de modernização quanto em relação às ideias de subdesenvolvimento e dependência; aos movimentos de contracultura; à Guerra Fria; ao realismo fantástico e *boom* da literatura latino-americana; a Maio de 68 e seus desdobramentos; assim como às ditaduras militares, particularmente no Cone Sul; e, por fim, ao exílio.

Como assinalou Oscar Terán, para o cenário argentino, o debate intelectual também se apropriou e dialogou de forma crítica com as principais correntes teóricas em voga, particularmente a propósito das categorias de consciência e sujeito, ligadas ao existencialismo; lutas de classes, alienação, ideologia e imperialismo, muito debatidas no interior do marxismo; finalmente, regras e códigos, ordem, articulação e interdependência, que ganhavam força com a ascensão do estruturalismo. Um dos principais eixos de análise oscilou entre dois polos mais importantes: de um lado, a defesa da “filosofia do sujeito”; de outro, o questionamento se o homem era fruto da estrutura.¹

Outros estudos enfocaram esse período rico em discussões e embates, mostrando a riqueza, mas também as dificuldades ao ter que selecionar alguns temas para poder se aproximar do universo político, intelectual e cultural dos anos 60 e 70. As escolhas implicam deixar de fora algumas questões, que podiam ser mais importantes naquele período do que o são para os pesquisadores dos dias atuais. Assim, é preciso estar constantemente atento para não deixar o presente contaminar completamente os olhares sobre o passado. Contudo, é possível construir algumas pontes entre os dois períodos, apesar de suas profundas diferenças.

Algumas das questões mais importantes dos anos 60 e 70, que não estão completamente abandonadas, relacionaram-se às tentativas de entender o papel dos intelectuais na construção da vida política, particularmente a respeito de como aproximá-los das aspirações populares. Em outras palavras, o que se esperou da atuação dos intelectuais nos labirínticos caminhos das transformações sociais? Além de Terán, Beatriz Sarlo, Silvia Sigal, Claudia Gilman, Idalia Morejón Arnaiz, Sílvia Miskulin e Adriane Vidal Costa,² entre tantos outros autores, enfatizaram a agitação política e cultural do período, por meio da interpretação

¹ TERÁN, Oscar. *Nuestros años sesentas. La formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina 1956-1966*. Buenos Aires: Puntosur, 1991, p. 114. Para uma introdução às discussões sobre o estruturalismo, consultar: DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Unicamp, 1993-94, 2 volumes; PETERS, Michael. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 20-34. De forma muito sintética, cabe ressaltar que falar da liberdade humana, pluralidade, gênese, processo e diacronia consistia em trilhar caminhos opostos ao do estruturalismo que atingiu seu auge nos anos 60. Os pressupostos estruturalistas se difundiram em um contexto de ameaça das estruturas, quando foram contestadas, tanto pela Revolução Russa quanto pelo período de importantes guerras mundiais. Foi formulado um método analítico e totalizante, que se opunha a leituras atomistas da história.

² SARLO, Beatriz. Intelectuales: ¿escisión o mimesis? *Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 25, p. 1-6, 1985; SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires: Puntosur, 1991; GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003; MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. 326 f. Tese. Programa de Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004; MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009; COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. 413 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

de diversos cenários latino-americanos, mas centrados no estudo dos intelectuais e dos impressos.

Os caminhos abertos por estes importantes trabalhos inspiraram uma parte das páginas que o leitor encontrará pela frente, mas de forma crítica e a iluminar algumas das questões que foram levantadas em diversos meridianos e latitudes da América Latina, particularmente no Chile e no Uruguai.

As especificidades dos dois países sul-americanos estiveram estreitamente associadas às discussões sobre o modelo de engajamento intelectual, marcadas inicialmente pela vitória das direitas nas eleições nacionais, em 1958, mas em profundo diálogo com os desdobramentos da Revolução Cubana, a partir de 1959. Houve uma aproximação bastante clara entre o debate político e o cultural, como em outros países. A ênfase em debater a alternativa entre reforma ou revolução ganhou contornos bem definidos, transformando-se no maior dilema intelectual do Chile e do Uruguai. Além disso, os olhares sobre o Brasil e a Argentina se acentuaram, demonstrando que o contexto regional do Cone Sul era diferente do cubano, mas conectado ao processo histórico da América Latina como um todo, como veremos no primeiro capítulo da segunda parte, quinto da tese.

No sexto capítulo – o segundo desta parte –, selecionei, nas trajetórias de *Ercilla* e *Marcha*, parte das discussões acerca dos intelectuais e da literatura engajada em face do *boom* latino-americano, mas sem procurar fazer um estudo amplo sobre o tema, que já foi bem analisado por alguns dos autores citados acima, como Gilman, Morejón Arnaiz e Vidal Costa, além da coletânea editada por Ángel Rama, com a participação de vários críticos latino-americanos.³ Se no capítulo 3, enfatizei o projeto livresco de *Ercilla*, neste capítulo enfoquei com maiores detalhes os *Cuadernos de Marcha* e *Biblioteca de Marcha*, projetos que estavam nos horizontes de Quijano e seus companheiros, a partir do final dos anos 30.

Finalmente, no último capítulo procurei mostrar os diferentes caminhos percorridos por *Ercilla* e *Marcha*, durante os anos 70. A riqueza de interpretações que marcou a história do semanário chileno sofreu profundas reorientações a partir de 1972, e sustento que, em estreita relação com a Democracia Cristã, foi uma das peças-chave de justificação do golpe de 1973, pela Junta Militar, capitaneada por Augusto Pinochet. Já o caso de *Marcha* foi bem distinto, ao lutar contra a “militarização” gradativa do Uruguai, criticar os ataques da censura dos dois últimos governos colorados, antes da ditadura, e denunciar a iminência de um golpe, com o apoio do Brasil. Além disso, por atuar como um dos principais órgãos da imprensa

³ RAMA, Ángel (Ed.). *Más allá del boom: literatura y mercado*. Buenos Aires: Folios, 1984.

uruguaia envolvidos na formação da primeira Frente Ampla de esquerdas contra os Colorados e Blancos.

Em comum, um dos principais dilemas por que passaram os intelectuais de *Marcha* e *Ercilla*, no calor dos acontecimentos, consistiu em apoiar o avanço rápido de transformações ou continuar a defender os reformismos democráticos.

Em tempos difíceis, era preciso escolher. Diante das alternativas, *Marcha* se enveredou por caminhos deliberadamente engajados contra a militarização da América Latina, ao passo que *Ercilla* apostou na suposta neutralidade da ação das Forças Armadas. Assim, os responsáveis pelo empreendimento uruguaio foram perseguidos e tiveram que, em muitos casos, partir para o exílio. Já os últimos redatores de *Ercilla* enfrentaram alguns problemas inicialmente, como a maior parte dos órgãos da imprensa chilena, mas até começos de 1975 não sofreram perseguições ou ações mais concretas por parte dos militares, até mesmo porque justificaram o golpe e seguiram a política da Democracia Cristã.

As palavras de Alarcón e Zitarrosa, cantadas em 1965 e 1973, traduziram uma grande parte dos discursos de *Marcha*, mas também da *Ercilla* dos anos 60, ao realçar os desejos de estreitar os laços entre os povos latino-americanos – sem excluir aqueles que também lutavam contra as desigualdades na América Anglo-Saxônica – e de construir outros tempos, cheios de esperança, que pudessem transformar profundamente o Chile e o Uruguai, em conexão com seus vizinhos.

Tempos de esperança que se transformaram em profundas batalhas e decepções, mas que não impediram seus atores de tentar fazer a história, ainda que em muitos casos tivessem que fugir para continuar a lutar, a partir de outros meridianos. Tempos que, sem sombra de dúvida, marcaram de forma indelével a memória, ou memórias, de seus atores. Memórias estas, muitas vezes fraturadas, que a história tem obrigação de cultivar, pois como asseverou Patricio Guzmán, na epígrafe que abre o primeiro capítulo deste trabalho, “*creo que la memoria tiene fuerza de gravedad, siempre nos atrae. Los que tienen memoria son capaces de vivir en el frágil tiempo presente. Los que no la tienen no viven en ninguna parte*”.⁴

⁴ NOSTALGIA de la luz. Direção: Patricio Guzmán. França: Atacama Productions; Alemanha: Blinker Filmproduktion e WDR; Chile: Cronomedia, 2010 [produção]. 1 filme (90 min).

CAPÍTULO 5

OS ANOS 60: democracia, reformismo e revolução (1958-1969)

*Yo canto a la chillaneja / Si tengo que decir algo,
Y no tomo la guitarra,/ por conseguir un aplauso,
Yo canto a la diferencia/ que hay de lo cierto a lo falso,
De lo contrario no canto [...]
Yo paso el mes de septiembre con el corazón crecido,
De pena y de sentimiento, de ver mi pueblo afligido
El pueblo amando la patria y tan mal correspondido,
El emblema por testigo.*

Violeta Parra, *Yo canto a la diferencia*, 1960

*No hay más huella, canejo, que la de Artigas,/ y jugate el pellejo, cuando la sigas.
Patria sola y patria, vidalítay,/ patria sola y muda,
rompé tu silencio, vidalítay,/ vamos en tu ayuda.
En tu ayuda, ¡ay paisanos!, monten baguales; / vamos mano con mano, los orientales.*

Alfredo Zitarrosa, *A José Artigas*, 1966

Há certo consenso bibliográfico a respeito da aproximação entre o debate político e cultural durante os anos 60, canalizada em grande medida pela Revolução Cubana, de um lado; e a ascensão de governos militares em diversos países latino-americanos, de outro. Os ventos de luta, que exigiam a tomada de posições em face do desenrolar histórico, voltavam a soprar com força. E desta vez a América Latina assumia cada vez mais um lugar de destaque para os olhares lançados de várias partes do Globo.

No compasso da agitação do período, ocorreu a fundação ou renovação de revistas em diversos países, o papel da cultura escrita e da leitura na transformação dos cidadãos recebeu importantes revisões, bem como houve uma intensa reflexão a propósito do papel dos intelectuais na vida pública, que ultrapassou os limites de suas redes de sociabilidade.

Marcha e *Ercilla* não fugiram à regra, e desempenharam um importante papel para estruturar estas discussões no Uruguai e no Chile, mas que certamente ultrapassaram, em muito, suas fronteiras nacionais. Principalmente porque as trajetórias dos dois países se transformaram em uma espécie de espelho para os grupos de esquerda, que oscilaram entre apoiar transformações por meio de reformas ou de revoluções.

Em termos comparativos, *Marcha* obteve uma repercussão muito mais ampla do que *Ercilla* no âmbito internacional, mas ambas as publicações foram importantes para colocar os leitores em contato com as principais questões que motivaram escritores, artistas, críticos,

jornalistas e políticos, assim como foram cruciais para a difusão e consolidação do conceito de América Latina em seus respectivos países.

A canção de Violeta Parra foi composta no contexto das comemorações do 150º aniversário do início das lutas pela independência do Chile, em 1960, cuja mensagem deu o tom das discussões durante os anos 60 e 70. Assim como Parra, *Ercilla* e *Marcha* não buscaram aplausos de seus leitores, mas cantaram os principais problemas do Chile, do Uruguai, dos seus vizinhos e de tantos outros países, com especial atenção sobre o “Terceiro Mundo”. Tiveram algo para dizer, ainda que nem sempre de forma convergente.

Uma das grandes diferenças dos dois cenários relacionou-se ao fato da profunda crise de meados dos anos 60 ter atingido as diversas esferas da sociedade uruguaia, o que levou às grandes batalhas em torno do passado, do presente e do futuro do país platino. Nesse sentido, *Marcha* canalizou a revisão e apropriação de José Artigas pelas esquerdas, ao retomar seus discursos, de começos do século XIX, pela liberdade e contra a tirania dos impérios ibéricos.

5.1 Tempos de redefinições: entre permanências e transformações

No primeiro número de 1958, Lenka Franulic incursionou pelas páginas políticas de *Ercilla*, ao tratar das opiniões divergentes em torno de um dos principais debates da passagem dos anos 50 para os 60: a pobreza e o subdesenvolvimento. Tratou, por exemplo, das dificuldades para se chegar a um consenso sobre o que era o mundo subdesenvolvido e seus parâmetros de classificação.⁵ Em 1960, Franulic substituiu Julio Lanzarotti na direção do semanário, mas não teve tempo suficiente para exercer aquela importante função, devido ao seu falecimento, em 1961.⁶

Ao lado da temática das disputas anticolonialistas, como na Argélia, o enfoque sobre a América Latina crescia gradualmente, ora ressaltando seus traços comuns, ora buscando

⁵ FRANULIC, Lenka. Economistas exploran mundo subdesarrollado en que vivimos. *Ercilla*, Santiago, ano XXIV, n. 1.180, 01º de jan. 1958, p. 14-17. Franulic retomou a classificação geral do economista cubano Regino Botti, que tabalhava na CEPAL, para delinear a ideia de subdesenvolvimento. Os cinco pontos principais eram: “1) Alta proporção da população economicamente ativa ocupada em setores primários [...]; 2) Reduzida proporção do produto bruto destinada à capitalização [...]; 3) Alta proporção do produto destinada à exportação e concentração desta em reduzidos artigos primários [...]; 4) População com elevada taxa de natalidade e mortalidade; 5) Alto índice de analfabetismo”. Também recuperou a visão de Raúl Prebisch de que, mesmo assim, havia uma grande heterogeneidade entre os países que podiam ser considerados subdesenvolvidos, o que não chegava a comprometer a validade do conceito.

⁶ Os sucessores foram Enrique Cid, de 1961 a 1962; Humberto Malinarich, entre 1962 e 1966; Érica Vexler, durante 1966 e os primeiros meses de 1967; e Alejandro Cabrera Ferrada, de junho a dezembro de 1967. Em janeiro de 1968, a direção foi assumida por Emilio Filippi, que mudou o rosto de *Ercilla*, inspirado nos padrões gráficos da revista *Time*. Cf. Cuarenta años de periodismo. *Ercilla*, Santiago, ano XL, n. 2.000, 28 de nov. a 04 de dez. 1973, p. 17-18.

matizá-los, como nas páginas escritas por Mario Planet, na tradicional coluna *Así va rodando el mundo*.⁷ No compasso das transformações, as páginas de debate literário ficaram sob responsabilidade de Darío Carmona, que ganhou um reforço de peso, em 1960, quando José Donoso passou a trabalhar em *Ercilla*. Segundo Cecília García Huidobro, Donoso cultivou um gênero de escrita híbrido, que inovou a linguagem jornalística chilena, apesar das queixas iniciais de Franulic, que afirmava ter trabalho para não desequilibrar o estilo do semanário.⁸ Donoso atuou também como repórter e entrevistou importantes personagens do universo político e cultural, não só do Chile, mas também de outros países, como o presidente argentino Arturo Frondizi, em julho de 1961.

No Rio da Prata, *Marcha* iniciou 1958 com uma nova pesquisa sobre o Uruguai do futuro, por meio de um questionário de 21 perguntas, que sintetizavam as principais preocupações de seus redatores, após 25 anos do golpe de 1933 e duas décadas do fim da Guerra Civil Espanhola e do início da Segunda Guerra Mundial. Um novo mundo se arquitetava e *Marcha* salientou que queria aferir a pressão da juventude uruguaia.⁹

A direção de *Literarias* passou para as mãos de Benedetti, uma vez que Rodríguez Monegal havia partido para Londres, em meados de 1957, e somente voltou a morar em Montevidéu no final de 1960. Ainda assim, os textos do antigo diretor foram publicados, com ênfase sobre alguns autores nacionais, como Eduardo Acevedo Díaz e Florencio Sánchez. Dessa forma, a pluralidade de vozes tinha a possibilidade de se aprofundar.

Alguns autores identificados com a luta política – caso do próprio Florencio Sánchez – foram interpretados para os leitores, como o texto sobre Brecht de Mario Trajtenberg.¹⁰

⁷ PLANET, Mario. Cuatro factores juegan en América Latina. *Ercilla*, Santiago, ano XXIV, n. 1.196, 23 de abr. 1958, p. 26. Planet argumentou que, ao lado dos diferentes partidos políticos, o exército, o comércio, os Estados Unidos e a Igreja Católica desempenhavam um papel central na história do continente. Em outro artigo, criticou os olhares homogêneos dos norte-americanos e europeus, incluídos os soviéticos, sobre as características da América Latina. Cf. Idem. Latinoamérica: nuevo trato. *Ercilla*, Santiago, ano XXIV, n. 1.197, 30 de abr. 1958, p. 26. Posteriormente, passou a tratar de alguns países específicos, comparando-os.

⁸ GARCÍA HUIDOBRO, Cecilia. José Donoso y ese lugar con límites. In: DONOSO, José. *El escritor intruso*. Artículos, crónicas y entrevistas. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2004, p. 17-26.

⁹ Las 21 preguntas del cuestionario. *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 895, 10 de jan. 1958, p. 1. A título de exemplo, as principais perguntas objetivavam saber se os jovens haviam estudado o que queriam; se aprovavam o ensino do país; se pensavam que sua geração era diferente da anterior e se estavam satisfeitos em viver no Uruguai ou queriam emigrar; como se relacionavam com a política, a leitura e a imprensa; se pensavam que o país deveria extinguir o Executivo federal. A parte final interrogava quais opiniões defendiam a respeito das possibilidades de integração da América Latina; dos movimentos de independência dos países coloniais; da luta pelo poder mundial; das injustiças nacionais e internacionais; se estavam dispostos a se arriscar para mudar os rumos do Uruguai; se tinham ideais; e, finalmente, se eram religiosos. As respostas começaram a ser publicadas no número seguinte, e mais uma vez os leitores foram identificados de forma a demonstrar que o semanário era lido por diversos setores da população: estudantes, donas de casa, trabalhadores de lojas de distintos segmentos, de indústrias, um marinheiro, funcionários públicos, bancários, professores, jornalistas e desempregados.

¹⁰ TRAJTENBERG, Mario. Brecht y su “Madre coraje”. Madurez de un poeta político. *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 902, 07 de mar. 1958, p. 19.

Contos de Benedetti foram publicados, como *Corazonada*, e Martínez Moreno retomou o artigo de Benedetti, publicado anteriormente em *Marcha*, para argumentar que o “leitor puro” – aquele que não vive da escrita – estava em crise. Não obstante a concordância sobre as considerações de Benedetti, Martínez Moreno enfatizou que o maior problema era a falta de conexão entre os intelectuais e a população, porque, segundo ele, os uruguaios liam pouco.¹¹

Também em 1958, Rodríguez Monegal revisitou a polêmica sobre o meridiano intelectual da América Hispânica, vista agora como “inútil”, e argumentou que tanto a provocação de Guillermo de Torre como a “santa fúria” de *Martín Fierro* haviam sido desproporcionais, e que, 30 anos depois, podiam ser vistas principalmente em seu caráter simbólico. O crítico uruguaio aprovou as palavras de Borges, ao afirmar que o principal problema existente entre a Espanha, ou a Europa, e a América se relacionava a uma falta de entendimento, o que não deixava de estar na base, por exemplo, da “Semana de Arte Moderna no Brasil de 1922”, ou dos “escritos de Andrés Bello, em Londres”, durante o século XIX.¹² Salientou que as tentativas de hegemonia de Madri e Buenos Aires foram passageiras, uma vez que a Guerra Civil Espanhola havia aproximado todo o mundo hispânico. Assim, o exílio dos espanhóis mostrava que a convivência em tarefas editoriais conjuntas, particularmente na Argentina e no México, valia mais do que uma disputa de “paróquia”. O importante era que todos, em Madri, Barcelona, Buenos Aires, Cidade do México, Santiago ou Montevideu, podiam se entender pela utilização de um idioma rico e comum.¹³

Talvez não estivesse solucionada a questão dos meridianos e Havana, em 1959, além de, posteriormente, Barcelona, que hospedaria tantos escritores hispano-americanos, mostrariam a Rodríguez Monegal que ainda havia muita água para passar embaixo da ponte.

1958 ficou marcado, além disso, pela revisão de Quijano sobre a militância política da ANDS no interior do Partido Nacional, ao publicar o famoso editorial *A rienda corta*, que foi extremamente citado e comentado, até bem pouco tempo. Ainda assim, penso ser útil enfocá-lo uma vez mais, particularmente para o leitor brasileiro, para poder inclusive aprofundar na angústia, mas, acima de tudo, coragem e modéstia de Quijano em reconhecer as críticas que recebeu ao longo de 30 anos, em razão da prédica pela construção de uma agrupação de esquerda dentro do partido considerado, em uma visão de conjunto, o mais conservador do país.

¹¹ MARTÍNEZ MORENO, Carlos. Aquí y ahora. Crisis del escritor puro. *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 903, 14 de mar. 1958, p. 21.

¹² RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. Una polémica inútil. El meridiano intelectual de Hispanoamérica. *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 905, 04 de abr. 1958, p. 21.

¹³ *Ibidem*, p. 22.

Para ser bastante breve, Quijano expôs as dificuldades de “re”construir um Partido Nacional unificado e voltado para a esquerda, ao reconhecer que a ANDS se equivocou na tentativa. Fez um balanço da participação eleitoral em 1946 e 1950, quando Quijano obteve os mesmos cinco mil votos de 1928, na primeira data, e menos ainda na segunda. Finalmente, reafirmou sua vocação para a tarefa de “docência” política do jornalismo. Para Quijano, a ação política não se restringia à militância partidária e à participação eleitoral, ao realçar que *Marcha* lutava pela transformação do Uruguai, sem cobrar nada em troca. Nos últimos parágrafos, falou em termos pessoais para declarar que sua filiação era claramente marxista. Com suas palavras: “Não é possível se esquecer de Marx, uma vez conhecido. Marca e impregna. Voltamos sempre a ele, para refutá-lo, para contradizê-lo, para negá-lo; mas também para confirmá-lo e confirmar-nos”. Concluiu que a experiência eleitoral dentro do Partido Nacional estava concluída, a partir da derrota de 1950, e “como sempre, a vida continua amanhã. Um amanhã, que evidentemente, vai muito além de nossa própria vida”.¹⁴ Vale lembrar que o texto foi publicado quando as projeções eleitorais apontavam para a vitória do Partido Nacional, depois de quase um século de predomínio dos colorados.

Para não perder de vista o conjunto da obra com a qual se deparava o leitor, resalto que *Marcha* publicou uma charge de Roberto, na mesma página, sobre os perigos da aproximação do Brasil com os Estados Unidos:



Figura 33: Charge sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos

Legenda: **Eisenhower:** – Diga-me, garoto. Tu és esse “Juscelino, pão e vinho”, de que tanto fala o povo?
Kubitschek: – Escutou mal, senhor. Eu sou “Juscelino, café e petróleo”, para lhe servir.

Em outubro de 1958, reafirmou a defesa da adoção de uma “terceira posição” no Uruguai, desvinculada das disputas entre os Estados Unidos e a União Soviética, durante a

¹⁴ QUIJANO, Carlos. Hablemos de política. A rienda corta. *Marcha*, Montevideo, a. XX, n. 905, 22 de agosto de 1958, p. 3-4.

Guerra Fria.¹⁵ Vale lembrar que, a partir de finais dos anos 40, alguns dos principais redatores de *Marcha* enfatizavam as dificuldades do Uruguai e demais países latino-americanos assumirem posturas de não alinhamento às diretrizes da política externa norte-americana. A despeito disso, advogaram pela construção de um terceiro caminho, aproximando os países do chamado Terceiro Mundo, em sintonia com os debates canalizados pela Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, em 1955.



Figura 34: *Charge* sobre a “terceira posição” (28/12/1956)

Quijano preconizou a formação de uma aliança entre alguns partidos e grupos de esquerda, ao reconhecer a validade das críticas que o líder socialista Emilio Frugoni lhe havia endereçado anteriormente:

[...] Mas ainda que o terceirismo falhe em seu empenho, nos parece que servirá para evitar ou paliar perigos de uma sujeição maior [aos Estados Unidos]. De todas as maneiras, é uma batalha que deve ser realizada para salvaguardar o quanto se possa da independência nacional. [...]

Por outra parte, o socialismo deve ser nacional. Um país subdesenvolvido não pode hastear as bandeiras do trabalhismo britânico, subscrever os seus programas, repetir e reiterar suas consignas.

Em um país subdesenvolvido a luta pelo socialismo é, em primeiro termo, ou ao mesmo tempo, caso queira, luta contra o imperialismo. [...]

Promover, a começar por seu interior, a reforma dos grandes partidos, a esta altura de nossa própria experiência, definitivamente encerrada, é infecundo recalcar a inutilidade desta empresa.

Afiliar-se a um dos partidos menores, pode resolver um problema de consciência. O de alguns. O meu, por exemplo. [...]

[É preciso] tentar sobre a base de organizações constituídas – se é que além do socialismo existem outras – a criação de uma frente nacional, das denominadas esquerdas.¹⁶

¹⁵ Para uma introdução ao debate sobre o “terceirismo”, consultar: SOLARI, Aldo. *El tercerismo en el Uruguay*. Montevideo: Alfa, 1965; ACOSTA, Yamandú. Arturo Ardao: la inteligencia filosófica y el discernimiento del tercerismo en *Marcha*. In: MACHÍN, Horacio; MORAÑA, Mabel (Eds.). *Marcha y América Latina*, p. 123-161.

¹⁶ QUIJANO, Carlos. Noviembre, es un punto de partida. A Emilio Frugoni. *Marcha*, Montevideo, ano XX, n. 933, 17 de out. 1958, p. 4. Além disso, Quijano enfatizou que a ANDS desde 1931 não votava sob o mesmo lema do Partido Nacional, uma vez que até 1942 sustentou o abstencionismo.

Com estas palavras, Quijano retomou o discurso anti-imperialista e o trabalho frustrado de formação da Frente Popular no Uruguai, durante a segunda metade dos anos 30, lançando sementes para a árdua batalha de aproximação das esquerdas uruguaias, que somente se concretizou politicamente, de forma efetiva, no começo dos anos 70, com a formação da Frente Ampla.¹⁷

O prognóstico foi confirmado e o Partido Nacional venceu as eleições, mantendo-se à frente do Executivo por dois mandatos consecutivos, até 1966, mas a repercussão inicial em *Marcha* não foi de reprovação ou de crítica profunda, uma vez que o triunfo já era esperado. Além disso, a derrota do Partido Colorado chegou, em certo sentido, a ser vista com bons olhos. A crítica foi direcionada particularmente para o sistema eleitoral do país, considerado uma ficção, devido ao voto duplo simultâneo, de 1910, e à lei de lemas, de 1933.¹⁸ O pedido de *Marcha* foi para que a população não esquecesse que “a história é feita pelos homens. Que se faz por meio deles”. Assim, a derrota dos colorados podia ser vista como um caminho aberto para outras transformações.¹⁹

Ercilla, por outro lado, tentou manter a imagem de objetividade diante do triunfo de Jorge Alessandri, político “independente”, mas que se elegeu com o apoio do Partido Conservador e do Partido Liberal. Dificilmente é possível vislumbrar nas páginas de comentário político de *Ercilla* uma postura contrária ao triunfo de Alessandri, mas houve leitores que criticaram a maneira como a notícia foi publicada, pois os redatores do semanário não desaprovaram a necessidade de uma “segunda eleição” pelo Congresso Nacional, para ratificar a votação do povo. Para um deles, o que não deixava de representar uma crítica que ganhava um coro cada vez maior, o problema eleitoral chileno residia no fato dos votantes

¹⁷ Para uma ótima introdução às iniciativas de aproximação entre as esquerdas uruguaias, de 1958 a 1973, consultar: FERREIRA, André Lopes. *A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973)*. 430 f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp, Assis, 2011, p. 19. Sobre a aproximação de Quijano com alguns líderes da esquerda uruguiaia, como Emilio Frugoni, ver: REIS, Mateus Fávaro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. 232 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2008.

¹⁸ O voto duplo simultâneo relacionava-se ao fato das diferentes agrupações partidárias apresentarem candidatos próprios para concorrer ao Executivo. No entanto, ao final do escrutínio, os votos dos candidatos eram somados para se chegar ao resultado do partido vencedor. O candidato da agrupação mais votada no interior do partido vencedor era declarado presidente. Assim, houve casos em que o presidente foi eleito sem ser o mais votado individualmente. Duas décadas depois, a Lei de Lemas foi aprovada após o golpe de 1933. Tinha por objetivo penalizar as agrupações que tentassem utilizar o nome geral dos partidos tradicionais em impressos e propagandas. Assim, os grupos golpistas se apoderaram dos nomes tanto do Partido Colorado quanto do Partido Nacional. Por exemplo, a ANDS sofreu represálias por usar o termo Nacionalista e Social, que, segundo a Lei de Lemas, pertencia ao Partido Nacional e ao Socialista, respectivamente. Para mais detalhes, consultar a página 78 e a nota 27 da página 80 deste trabalho.

¹⁹ Idem. El ciclo se ha cerrado. *Marcha*, Montevideo, ano XX, n. 940, 05 de dez. 1958, p. 1; 4. As críticas não demoraram a aparecer e, com a morte de Luis Alberto Herrera, houve textos que compararam as trajetórias históricas e políticas entre Herrera e Batlle, dos partidários herreristas e dos batllistas.

“selecionarem”, mas não elegerem os candidatos, pois, como era incomum que um deles conseguisse mais de 50% dos votos, o Congresso sempre precisava sancionar o resultado.²⁰

A frequente profissão de fé a propósito de sua postura objetiva não desapareceu com o falecimento de Franulic ou com o retorno de Manuel Seoane ao Chile, como embaixador peruano, em 1961, que retomou suas contribuições para o semanário. Ao mesmo tempo, proliferavam artigos de opinião, escritos por alguns dos principais redatores e colaboradores de *Ercilla*, como os comentários políticos de Hernández Parker, Planet, Emilio Filippi, Enrique Cid e Érica Vexler, ou culturais de Darío Carmona, José Donoso e Juan Ehrmann.

Em 1959, *Ercilla* ingressou na polêmica provocada pelo político e professor Jorge Iván Hübner a respeito de uma suposta crise no interior da geração de 50, particularmente em relação a José Donoso, Enrique Lafourcade e Claudio Giacóni.²¹ Para Hübner, aquela geração se apropriava acriticamente dos pressupostos do existencialismo europeu, visto como a “filosofia do desastre”. Vários críticos e escritores discordaram da opinião de Hübner, ao sustentar que certo “tom pessimista” de grande parte das obras daquela geração relacionava-se à realidade chilena de meados do século XX, mas o escritor criava de acordo com seus filtros um quadro que não era capaz de refletir a realidade social.²² Marta Brunet, Manuel Rojas e Benjamín Subercaseaux convergiram em afirmar que o mais importante era a valor artístico da obra, ao mesmo tempo em que não era possível esperar a sua vinculação imediata e direta à chamada realidade social.²³ De forma paralela, falou-se sobre o falecimento de grandes romancistas, como Thomas Mann, Pío Baroja e Albert Camus, e da hesitação em apontar sobre os seus prováveis herdeiros.²⁴

Os debates em torno do papel da juventude e da literatura foram muito importantes, como veremos principalmente no próximo capítulo. Por ora, cabe lembrar que José Donoso realizou um importante trabalho de renovação da crítica no semanário chileno, enquanto Ángel Rama assumiu as páginas “culturais” de *Marcha* no Uruguai.

Assim como Rama, Donoso não se restringiu a analisar a literatura. Ampliou seus olhares sobre a obra plástica de Nemesio Antúnez, contos folclóricos chilenos, as dificuldades por que passavam as atividades circenses, a fotografia, antropologia e arqueologia. Promoveu a obra de alguns autores, como Nicanor Parra e Fernando Alegría. Este último foi visto como

²⁰ Cf. Segunda Elección en el Congreso. *Ercilla*, Santiago, ano XXIV, n. 1.218, 24 de set. 1958, p. 3.

²¹ O artigo intitulado *¿Juventud en crisis?* foi publicado no jornal *El diario ilustrado*, promovendo um grande debate no Chile, acima de tudo, com posições favoráveis aos autores criticados. Cf. EDWARDS, Esther. *José Donoso: voces de la memoria*. Santiago: Sudamericana, 1997, p. 121-122.

²² Tres escritores consagrados defienden a los jóvenes. *Ercilla*, Santiago, ano XXV, n. 1.248, 21 de abr. 1959, p. 12.

²³ *Ibidem*, p. 12.

²⁴ Cf. Los jóvenes herederos de la novela. *Ercilla*, ano XXVI, n. 1.298, 06 de abr. 1960, p. 12-13.

o escritor de maior vitalidade do Chile de começos dos 60.²⁵ Não abordou a crítica literária e sua profissionalização de forma tão intensa quanto Rama. Compartilharam, por outro lado, a crítica à grande parte dos textos “panorâmicos” de Luis Alberto Sánchez, que, aos olhos de Rama, mostrava-se “inepto” e “ignorante” para o fenômeno artístico, ao sustentar hipóteses ligeiras, como a de que na América Hispânica o romancista podia ser visto como “rapsodista, heraldo, eco” do que ocorria à sua volta.²⁶

De forma paralela, os dois periódicos ampliaram suas páginas sobre o cinema latino-americano. Os textos publicados por Juan Ehrmann, em *Ercilla*, dialogavam com as obras exibidas pela *Cinemateca Universitaria*, a partir de 1959. Foram publicados diversos textos em que Ehrmann se entusiasmou com a expansão das atividades cinematográficas argentinas, mas particularmente as brasileiras, em meados dos anos 60. Considerada a manifestação artística menos autônoma, devido à dependência de grandes patrocinadores, Ehrmann salientou que o cinema tinha um grande poder de se comunicar com diferentes públicos, incluindo os analfabetos, e assumia, portanto, “uma importantíssima missão social”, incorporada por alguns cineastas brasileiros dos anos 50 e 60. Estes mostravam, para o crítico de *Ercilla*, que o valor do “novo cinema” não se fundamentava na técnica, mas no discurso crítico. Assim, argumentou que era “o único cinema na América Latina com consciência latino-americana. O único que se atreve[u] a enfrentar a realidade”.²⁷

Para continuar esse rápido sobrevoo sobre alguns dos principais temas tratados pelos dois periódicos durante a virada da década de 60, pode-se dizer que os povos indígenas passaram a receber maior atenção por parte de *Ercilla*, principalmente porque os mapuches, filiados à *Federación Campesina e Indígena de Chile*, se revoltaram e ocuparam terras, nos finais de 1961 e começos de 1962. Em uma das reportagens sobre o tema, Emilio Filippi tentou explicar o movimento, mas sem apoiar os meios adotados, vistos algumas vezes como estimulados, não somente pela situação de miséria em que viviam, mas também por setores vinculados ao Partido Comunista e à *Frente de Acción Popular (FRAP)*.²⁸

²⁵ DONOSO, José. Viajes a lomo de libro. *Ercilla*, ano XXVI, n. 1.321, 14 de set. 1960, p. 16-17.

²⁶ RAMA, Ángel. La novela y la crítica en América. *Marcha*, Montevideo, ano XXI, n. 1.005, 13 de abr. 1960, p. 21.

²⁷ ERHMANN, Juan. El cine en América Latina. La lucha de unos pocos. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.620, 22 de jun. 1966, p. 62-63.

²⁸ FILIPPI, Emilio. Eclósion mapuche en Arauco y Malleco. *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.408, 16 de mai. 1962, p. 15; 18. Para uma introdução sobre as relações dos mapuches com os socialistas e comunistas do Chile, consultar: BENGGOA, José. *Historia de un conflicto. El Estado y los mapuches en el siglo XX*. 2ª ed. Santiago: Planeta, 2002, p. 137-147. Desde os começos dos anos 50, setores socialistas e comunistas se aproximaram e preconizaram uma união política, com importante atuação de Salvador Allende. Em 1956, foi assinada a ata de constituição da FRAP. Cf. CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo”*. Santiago: LOM, 2010, p. 24-32.

As críticas de Filippi sobre os grupos de esquerda chilenos já começavam a ficar visíveis no começo dos anos 60, mas somente ganharam mais força no interior de *Ercilla* quando o jornalista se tornou o diretor do semanário, em 1968. José Donoso também enfocou o universo dos mapuches, ao tentar compreender os problemas que se ampliavam no sul do Chile. Para Donoso, o maior desafio advinha do fato do “esquecimento” daqueles povos, a começar em 1931, quando haviam sido realizadas as últimas demarcações e assentamentos. O dilema ganhava em dramaticidade, pois Donoso problematizou sobre o tema da promoção da integração dos mapuches no Chile moderno sem que fossem submergidos pelos processos de homogeneização.²⁹

Os olhares sobre as populações marginalizadas dos cenários nacionais, embora de forma não intensiva, bem como de outros países, estavam em sintonia com a busca de um horizonte comum para os países latino-americanos, com seus problemas, mas também com as inovações que podiam trazer novas esperanças, particularmente em um início de década de ascensão dos grupos conservadores no Chile e no Uruguai, na contracorrente da Revolução Cubana. Os olhares ultrapassaram as fronteiras nacionais, principalmente em direção a Cuba, à Argentina e ao Brasil, que passavam a ser espelhos para os demais países do continente. Não era mais possível navegar de forma isolada e se esquecer dos vizinhos, segundo *Ercilla* e *Marcha*.

5.2 Cuba, Brasil e Argentina: três cenários em conflito no horizonte

No horizonte latino-americano de *Ercilla* e *Marcha*, as discussões sobre Cuba, Brasil e Argentina ganharam destaque, por meio de editoriais, reportagens, manifestos, cartas de leitores, artigos de crítica sobre suas literaturas, cinema, artes plásticas e arquitetura.

Já em 1958, houve um amplo debate nas cartas dos leitores de *Ercilla* a respeito dos meios foquistas empregados pelos revolucionários liderados por Fidel Castro. Ainda que praticamente coincidissem em criticar a ditadura de Fulgencio Batista, uma parte das cartas publicadas no semanário chileno considerou negativamente as guerrilhas cubanas, ao passo que houve leitores que defenderam os guerrilheiros e afirmaram que não era possível condenar aquilo que não se vivia na pele em terras chilenas.³⁰

²⁹ DONOSO, José. Los dos mundos de los mapuches. *Ercilla*, Santiago, ano XXIX, n. 1.450, 06 de mar. 1963, p. 15-17.

³⁰ Exclusivo para Chile. Reportaje a Fidel Castro y secretos de su lucha. *Ercilla*, Santiago, ano XXIV, n. 1.207, 09 de jul. 1958, p. 18-20.

No primeiro número de *Ercilla* de 1959, foi publicada a manchete *Fidel Castro, rebelde con causa*, cujo texto foi escrito por Mario Planet, em clara defesa dos revolucionários.³¹ O cenário cubano continuou a aparecer com intensidade e visões heterogêneas nas páginas de *Ercilla*, ao mesmo tempo em que se afirmou que o processo revolucionário boliviano havia perdido seus passos e que outros países, como o Paraguai, República Dominicana e o Haiti, viviam sob infames ditaduras.³²

No mês seguinte, Luis Hernández Parker viajou a Cuba, ao lado de 300 jornalistas de todas as Américas, a convite do governo revolucionário, e escreveu uma importante interpretação sobre a Revolução Cubana, ao abordar o julgamento contra crimes de guerra do ex-capitão do exército Jesús Sosa Blanco. Segundo o enviado especial de *Ercilla*, a Revolução Cubana abria um novo capítulo na história da “América morena”, mas ainda era cedo para elaborar conclusões menos ligeiras.³³

A virada da década de 60 mostrava que o cenário de grande parte da juventude latino-americana estava distante daquele representado por *Rebeldes sem causa*, exibido nas salas de cinema, a partir de 1955. Fervilhavam as manchetes acerca dos “rebeldes”, com barba ou sem, na América Central e no Caribe, para além do caso cubano. Uma vez mais, *Ercilla* afirmou que a publicação de *El Señor Presidente*, de Asturias, não era casual e se articulava de forma bastante adequada àquele contexto.³⁴

Nas páginas de *Marcha*, Juan José Arévalo³⁵ – que havia enviado diversos textos anteriormente sobre a luta na Guatemala – escreveu com o objetivo de convencer os uruguaios de que em Cuba se jogava a “tragédia de um povo” e que os insurgentes não eram os comandados por Fidel Castro, mas os generais e coronéis que haviam se apossado do país.

³¹ PLANET, Mario. Fidel Castro, rebelde con causa. *Ercilla*, Santiago, ano XXV, n. 1.233, 07 de jan. 1959, p. 20-21.

³² Cf. Bolívia: revolución que perdió su huella. *Ercilla*, Santiago, ano XXV, n. 1.235, 21 de jan. 1959, p. 20. Apesar de tentar mostrar as importantes iniciativas do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR), que almejava promover transformações positivas para a maioria da população, composta de indígenas e mestiços, a metáfora *El Tibet de América Latina* canalizava um tipo de leitura bastante questionável, que via a Bolívia como um país “enigmático” e, de certa forma, “isolado” do restante do continente, devido aos Andes. Cabe ressaltar que foram publicadas várias matérias sobre a Bolívia e o Paraguai, posteriormente.

³³ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Operación Verdad Desnuda Revolución. *Ercilla*, Santiago, ano XXV, n. 1.237, 04 de fev. 1959, p. 16-18. Além disso, anotou que a designação de Regino Botti, ex-membro da CEPAL, como ministro da economia delineava um panorama de grandes possibilidades para a transformação da ilha caribenha.

³⁴ Cf. Como son los protagonistas: el escenario de la tensión. Guatemala: Tiranos de novela; Centro Político. Honduras: Carias y lucha entre firmas bananeras. Salvador: Ejemplar fue la derrota del “Tigre”. Nicaragua: Sandino con Somoza, dos extremos. Costa Rica: Sufre menos revueltas: la excepción. Panamá: el futuro corre por el canal: inquietud. Haití: Emperador Jones, la barrera por superar. Cuba: Azúcar, ocupación, guerra y 8 presidentes. Rep. Dominicana: Trujillo ocupa todo el panorama. Venezuela: Gran riqueza; política chica; superación. *Ercilla*, Santiago, ano XXV, n. 1.264, 12 de ago. 1959, p. 16-25.

³⁵ ARÉVALO, Juan José. La lucha épica de Fidel Castro. *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 909, 02 de mai. 1958, p. 6.

Em 12 de julho de 1958 (n. 919), foi publicada em destaque na contracapa uma mensagem de apoio aos presos do *Movimento 26 de julho*, por Carlos María Gutiérrez, que passou a alimentar as páginas do semanário com textos a favor dos revolucionários.

No início de 1959, Roberto publicou uma *charge* com uma mensagem bastante clara sobre as relações entre Cuba e os Estados Unidos.



Figura 35: *Charge* de Cuba e os Estados Unidos, n. 946, 16 de janeiro de 1959.
 Legenda: **Dalila Dulles:** – Vamos tratar de fazer a barba e cortar-lhe o cabelo.

Marcha reforçou o apoio de vários uruguaios a favor de Cuba, com a assinatura de um manifesto, em 1960. Entre tantos outros, Quijano, Martínez Moreno, Vilariño, Rodríguez Monegal, Benedetti e Rama figuraram como os primeiros da lista.³⁶ Na capa do número em que o manifesto foi publicado, estampou-se a seguinte charge de Julio E. Suárez (JESS), que havia trabalhado com Quijano e sua equipe em várias oportunidades, a partir de 1930, quando foi fundado *El Nacional*. Também conhecido como *Peloduro* ou *El Pulga*, faleceu em 1965, quando o semanário publicou uma espécie de necrológica, por meio da qual ressaltou suas principais qualidades artísticas e intelectuais:³⁷



Figura 36: *Charge* sobre Cuba e os Estados Unidos, em *Marcha* (08/12/1960)
 Legenda: “Outra estrela? Bah, mas não esta!”

³⁶ Cf. Escritores y artistas a favor de Cuba. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.016, 08 de jul. 1960, p. 3.

³⁷ Cf. Julio E. Suárez; El último diálogo. *Marcha*, Montevideo, ano XXVII, n. 1.268, 20 de ago. 1965, p. 32.

Houve inclusive a publicação, dois números depois, de uma poema do argentino Rodolfo Alonso, intitulado *Cuba decide to go it alone*, em que cantou a coragem dos revolucionários, ao lutar sozinhos contra todos, enviando brisas de libertação para os vizinhos. Outros poemas a favor de Cuba foram publicados, ao longo de todo o ano de 1960. Além disso, os textos sobre a ilha caribenha rechearam as páginas do semanário, com uma entrevista de Ciro Alegria, por Benedetti, e inclusive com análises sobre a pintura cubana e seu papel de inspiração para os artistas latino-americanos.³⁸

No início de 1961, Quijano expressou uma grande inquietação pelo fato do Uruguai entrar na década de 60 envolvido em uma significativa crise socioeconômica e identitária, que se acentuava a partir do final do chamado “decênio glorioso neobatlista” (1945-1955). No entanto, o clima ainda não estava marcado pelo ceticismo, desencanto e disputas violentas do final dos anos 60, e Quijano, em seu famoso editorial *Rebeldes con causa*, reafirmou a necessidade da atuação política dos intelectuais e, acima de tudo, dos jovens para orientar as mudanças do cenário uruguaio, “buscar o país”, “reencontrá-lo” e “reconstruí-lo”.³⁹

No dia 21 de abril de 1961, a primeira página de *Marcha* convocou os leitores a participar de uma manifestação, encabeçada por Quijano, Luis P. Bonavita, Mario Cassinoni e Luis Gil Salguero, contra a intervenção norte-americana em Cuba.⁴⁰ No número seguinte, Quijano publicou o editorial *La Revolución de la creciente esperanza* e, em destaque nas páginas centrais do semanário, foi publicado um texto de Sartre a favor da soberania cubana, contra a tentativa de invasão norte-americana à *Playa Girón*.⁴¹



Figura 37: Capa de *Marcha* (11/08/1961)

³⁸ Ver: ROLLERI LÓPEZ, Celina. En la Facultad de Arquitectura. Pintura cubana. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.023, 26 de ago. 1960, p. 19.

³⁹ QUIJANO, Carlos ¿Qué hacer? Rebeldes con causa. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.042, 13 de jan. 1961, p. 4.

⁴⁰ Contra la intervención en Cuba. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.054, 21 de abr. 1961, p. 1.

⁴¹ Cf. SARTRE, Jean-Paul. Si Cuba es aplastada, no existe soberanía. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1055, 28 de abr. 1961, p. 12-14.

Os olhares sobre Cuba se acentuavam e serviam como espelho para interpretar criticamente os problemas por que passava o país platino, mesmo que as necessidades e o contexto fossem bem diferentes. Ainda em 1961, após o famoso discurso pronunciado por Fidel Castro, pelo qual anunciou a sua adesão ao marxismo-leninismo, Quijano publicou em *Marcha* uma extensa crítica ao dirigente cubano, classificando sua liderança de infecunda e até mesmo anacrônica, fundamentalmente porque, aos seus olhos, Castro submetia Cuba ao jogo dos imperialismos e perdia a oportunidade de responder às demandas mais inerentes da América Latina. Para Quijano, o líder revolucionário contribuía, dessa forma, para a exacerbação tanto das políticas norte-americanas quanto do clima de perseguição aos movimentos de esquerda no interior dos países latino-americanos. Contudo, Quijano corroborou seu apoio à revolução:

No vasto devir histórico, por cima dos homens, tão vácuos em algumas ocasiões, sempre tão vaidosos, estão os povos, está a terra, está o misterioso fio condutor que leva das entranhas da angústia, sempre mais longe, sempre mais longe [sic], em direção à terra prometida, nunca alcançada. **Navegar é preciso, viver não é preciso**, como dizia a altiva divisa. No contexto geral da história de nosso continente, a Revolução Cubana, com seus erros, com suas torpezas, com suas crueldades, é uma etapa fundamental. Mortos os homens, caladas as paixões, dela sobreviverá o autêntico. Por isso, atualmente, sem tirar nem colocar ponto ou vírgula a tudo o que dissemos, reiteramos nosso apoio à grande empresa libertadora que se colocou em marcha. Também repetimos, e pela centésima vez, que o cerne de nossa fé é o anti-imperialismo.⁴²

O editorial, publicado no dia 08 de dezembro, teve ampla repercussão e Quijano asseverou que em uma semana havia recebido uma quantidade significativa de cartas, nem todas de protesto contra suas opiniões. Além disso, ainda segundo Quijano, o diário *El Popular*, editado pelo Partido Comunista do Uruguai, teceu várias críticas ao seu texto, dedicando-lhe dois editoriais, aos quais Quijano buscou responder, reafirmando boa parte de suas reflexões anteriores.⁴³

Em diálogo aberto e convergente com Quijano, o socialista Emilio Frugoni enviou-lhe uma carta, que foi publicada nas páginas centrais de *Marcha*. Apesar de estimar o papel central desempenhado por Castro, Frugoni criticou a aliança de Cuba com a União Soviética, as medidas adotadas pelo Partido Único e, acima de tudo, os “totalitarismos de esquerda” que, a seu ver, espreitavam e asfixiavam as demais correntes marxistas. Frugoni enfatizou suas reservas em relação “às cartilhas do aprendiz de guerrilheiro” e às possibilidades de êxito da

⁴² QUIJANO, Carlos. Las declaraciones de Fidel Castro. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1.087, 08 de dez. 1961, p. 5-6. Grifos meus.

⁴³ *Idem*. Digamos nuestro mensaje. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1.088, 15 de dez. 1961, p. 5.

“improvisação” de revoluções nos demais países latino-americanos “sem *Sierra Maestra*” e que viviam em contextos distintos, como o Uruguai: “internar-nos na revolta armada seria retroceder. Como foi difícil para nosso povo superar a era das reivindicações armadas! [...] Que o Uruguai se mantenha distante das subversões e ditaduras de que não estão curados outros povos da América Hispânica!”⁴⁴

No número seguinte, Quijano voltou a reafirmar suas posições, endossou o conteúdo do texto de Frugoni anteriormente publicado, sublinhou que Cuba, ao alinhar-se à União Soviética, desperdiçava a oportunidade de fomentar “autênticas possibilidades criadoras”, argumentou que o caminho para os países latino-americanos era o socialismo e a formação bem planejada de um mercado comum em toda a região.⁴⁵ As críticas de Quijano estavam em harmonia com sua posição de rechaço à repressão que a URSS havia exercido sobre a Hungria, em 1956. Além disso, Quijano afirmou que a luta do povo húngaro, assim como da Guatemala e de Cuba, não seria em vão.⁴⁶

Mas nem todos concordavam com Quijano e Frugoni, como, por exemplo, Vivian Trías, em vários artigos, além de alguns textos de Fernández Retamar publicados no semanário. Além disso, houve novamente a publicação de muitos poemas a favor de Cuba e suas páginas ficaram marcadas por um amplo leque de opiniões favoráveis ou críticas, se bem que não contrárias, à Revolução Cubana.

Também em *Ercilla*, o debate a respeito da Revolução Cubana levou a uma espécie de disputa interna, principalmente sob a pena de Mario Planet, de um lado, e Hernández Parker, de outro, mais cauteloso. As concepções de *Hachepé* coincidiam com as de Seoane, ainda que Seoane tenha sido bem mais enfático ao criticar a aproximação de Cuba com a URSS e a China, vistas como potências imperialistas. Para o então embaixador peruano, se nos inícios havia grande esperança, para “a gente da esquerda democrática”, de que o governo revolucionário pudesse melhorar a vida dos cubanos, no final de 1962 já havia muitas desconfianças em relação aos rumos tomados.⁴⁷

Os olhares sobre Cuba se entrelaçaram com aqueles lançados sobre a Argentina e o Brasil, de forma que os leitores chilenos e uruguaios tinham a possibilidade de esboçar um quadro do que ocorria em diversas partes da América Latina, e perceber que os rumos da

⁴⁴ Emilio Frugoni y la Revolución Cubana. *Ibidem*, p. 16.

⁴⁵ QUIJANO, Carlos. Siempre por el mismo camino. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1.089, 22 de dez. 1961, p. 5-6.

⁴⁶ Cf. Idem. Otro aniversario de la Revolución Húngara. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1.083, 10 de nov. 1961, p. 7.

⁴⁷ SEOANE, Manuel. Esperanza y decepción en Cuba. *Ercilla*, Santiago, ano XXVII, n. 1.436, 17 de out. de 1962, p. 24.

política, mas também da cultura dos dois países não caminhavam de forma isolada e livre de conexões. Em primeiro lugar, houve em relação à Argentina e ao Brasil denúncias de ameaças de “fronda”, assim como no Paraguai e no Peru, a maior parte delas feitas por Seoane e Planet, além de uma visão inicialmente positiva sobre o governo de Arturo Illia, na Argentina (1963-1966). Os contatos com os argentinos se estreitavam até mesmo porque os dois semanários circularam legalmente ou clandestinamente pelo país vizinho.

Ercilla foi vendida na Argentina entre 1963 e 1966 e, ao que tudo indica, não sofreu as censuras direcionadas a *Marcha*, pelo menos não foram denunciadas em suas páginas, como, ao contrário, enfatizou o semanário uruguaio. A partir de 1943, *Marcha* anunciava a sua circulação em Buenos Aires, mas somente na década seguinte, em março de 1956, pouco tempo depois da queda do governo de Juan Domingo Perón, há evidências de sua maior presença na Argentina.⁴⁸

Em 1961, o socialista Alfredo Palacios, após ser eleito ao Senado argentino, foi convidado pela *Universidad de la República* para dar uma conferência sobre a Revolução Cubana em Montevideu, e testemunhou para Julio Castro que, além de ser um leitor assíduo de *Marcha*, entre outros argentinos, admirava a trajetória de Carlos Quijano.⁴⁹

Em 1966, a venda de *Marcha* foi definitivamente proibida na Argentina, proporcionando o desfecho de uma série de sanções de que foi alvo naquele país. A partir de 1959, *Marcha* encontrava problemas para circular pelas bancas argentinas, mas foi a partir de 1962 que a situação se tornou mais dramática. Já durante nos primeiros dias de setembro de 1962, Eduardo Galeano havia focado os cerceamentos enfrentados pelo semanário, ao assinalar que seus exemplares continuavam “sequestrados” no aeroporto de Buenos Aires.⁵⁰ Tais medidas restritivas foram colocadas em debate na Câmara de Deputados da Argentina, em 1964, quando o parlamentar Lejarraga demandou informações fundamentadas acerca da proibição da entrada e venda de *Marcha*. Lejarraga repreendeu o enquadramento de *Marcha* como uma publicação comunista, realizado pelo governo argentino:

⁴⁸ *MARCHA* en Buenos Aires. *Marcha*, Montevideo, ano XVII, n. 803, 02 de mar. 1956, p. 4. Em Buenos Aires, o semanário era inicialmente vendido na *Oficina Latinoamericana del Libro (OLADEL)*, sob a responsabilidade de Gregorio Selser. Desde finais de 1955, o semanário aumentou o espaço para matérias a respeito da política e da cultura argentina, como o importante texto de Rodríguez Monegal acerca da “geração parricida” de 1945. Cf. RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. El juicio de los parricidas. La nueva generación argentina y sus maestros. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XVII, n. 796, 30 de dez. 1955, p. 25-27. A continuação do texto foi publicada em 13 e 27 de janeiro, e 10 de fevereiro. Em linhas muito breves, ao falar em “geração parricida”, Rodríguez Monegal abordou os autores que, contemporâneos à ascensão do peronismo, criticaram a obra de Martínez Estrada, Mallea e Borges, em particular, e dos “*martinfierristas*”, em geral. As principais revistas que nuclearam aquela geração foram, segundo Rodríguez Monegal, sobretudo *Contorno* e *Ciudad*.

⁴⁹ Una visita a Alfredo Palacios. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.046, 10 de fev. 1961, p. 24.

⁵⁰ GALEANO, Eduardo H. Por qué *MARCHA* no puede entrar en Buenos Aires. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.123, 07 de set. 1962, p. 9.

Marcha é uma velha e prestigiosa publicação uruguaia, talvez o mais importante dos semanários que se publicam na América, que tem ampla difusão por todo o continente, em seus meios populares e núcleos representativos. Está dirigida pelo doutor Carlos Quijano, uma figura relevante da cultura e da política do Uruguai, de acendrado espírito democrático e americano, [...], e é sobretudo um velho batalhador pelo direito dos povos e de suas liberdades públicas [...].⁵¹

No caso do Brasil, não há evidências concretas da venda direta dos dois semanários, mas isto não diminui a atenção dedicada ao país, que não deve estar desassociada do momento histórico e das mudanças da política brasileira. De um lado, Brasília aparecia como o futuro da arquitetura mundial, enquanto se tratava constantemente dos problemas do governo de Jânio Quadros.⁵² Com a renúncia de Jânio, as visões se multiplicaram, mas apontaram para um horizonte de transformações em comum com outros países latino-americanos, ainda que em alguns momentos falou-se em uma “guerra” ou “revolução sem balas”.⁵³ Também em comum com outros países, enfatizou-se as demandas por reforma agrária e as ações de Francisco Julião.

Érica Vexler escreveu inúmeros textos sobre política e cultura brasileira a partir de novembro de 1962, algumas vezes enfatizando lugares-comuns, como ao afirmar que não existiam brasileiros que se encontrassem distantes do “espiritismo, magias de todos os tipos, fetichismo e superstições”, ainda que tentasse mostrar que havia uma espécie de convivência democrática, ancorada na mescla, entre os deuses e santos de diferentes religiões.⁵⁴

Os olhares sobre o Brasil ganharam em dramaticidade em 1963, e a visita de João Goulart ao Chile causou grande expectativa.⁵⁵ Em 1964, aprofundaram-se as preocupações em torno de ações golpistas, assim como na vizinha Argentina. Dentro dessa perspectiva, seria possível dizer que *Ercilla* e *Marcha* tentaram a construção de um discurso de contenção a

⁵¹ *MARCHA* en Buenos Aires. Un planteo del diputado Lejarraga. *Marcha*, Montevideo, ano XXV, n. 1208, 05 de jun. 1964, p. 9.

⁵² Hernández Parker foi enviado ao Brasil, em 1961, para fazer um balanço sobre sua política e outros aspectos que pudessem interessar ao público chileno. O jornalista permaneceu 18 dias no Brasil e escreveu alguns textos sobre o país. Em um dos mais interessantes, apontou para as suas grandes possibilidades, mas também para os desafios e problemas. Viu com expectativa o crescimento de São Paulo, e argumentou que a “democracia” podia encontrar um terreno propício. Expressou, no entanto, algumas visões bem comuns sobre o Brasil, como a de que “tudo estava por se fazer” no país, bem como a de que, devido à mestiçagem, se via livre de racismo de qualquer tipo. Cf. HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Brasil: el gigante que despierta. *Ercilla*, Santiago, ano XXVII, n. 1.354, 03 de mai. 1959, p. 16-18. O texto foi bem recebido por um leitor brasileiro (Manoel Lima-Santos) de Nova Iorque, que elogiou o tom esboçado, ao mesmo tempo em que fez algumas ressalvas sobre a não consideração do debate petrolífero. Cf. Un gigante que despierta. *Ercilla*, Santiago, ano XXVII, n. 1.361, 21 de jun. 1959, p. 3.

⁵³ Cf. Brasil: reportaje a la revolución sin balas. *Ercilla*, Santiago, ano XXVII, n. 1.372, 06 de set. 1961, p. 14-16.

⁵⁴ VEXLER, Érica. Dioses africanos en el Brasil. *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.439, 19 de dez. 1962, p. 4. Anteriormente, Vexler havia interpretado o governo de Jango como herdeiro de Vargas.

⁵⁵ Cf. MALINARICH, Humberto. Entretelones de la visita de “Jango”. *Ercilla*, Santiago, ano XXIX, n. 1.456, 17 de abr. 1963, p. 16-17. Foram publicados vários textos sobre João Goulart e suas relações com os grupos de esquerda, além de uma entrevista do presidente brasileiro. A visita de três dias ao Chile recebeu considerações positivas por vários redatores e colaboradores, particularmente de Mario Planet.

respeito dos riscos de um golpe militar no Brasil? Talvez não de forma muito clara, que conclamasse os governos do Uruguai e do Chile a tentar uma saída negociada. Claro está que as ações de Carlos Lacerda⁵⁶ e dos militares foram criticadas, de forma bem mais veemente em *Marcha* do que em *Ercilla*, até mesmo porque o país platino se via diretamente ameaçado com a iminência de um golpe no “gigante vizinho”. Além disso, ao fazer o balanço latino-americano de 1964, Planet reafirmou a hipótese de que, apesar de algumas tentativas, Goulart pecou pela “indecisão”.⁵⁷

Contudo, mesmo entre os “leitores” que não se animavam a mergulhar nos textos publicados pelas páginas de *Marcha*, algumas manchetes conseguiram passar a mensagem de apoio ao governo de Goulart. Nesse sentido, o semanário uruguaio foi bem mais enfático do que *Ercilla*, talvez devido ao fato do Chile não possuir fronteiras diretas com o Brasil.



Figura 38: Capa de *Marcha*, sobre a visita de Goulart ao Uruguai (23/04/1963)

A utilização de imagens e manchetes de capa foi intensa nos dois semanários, mas outra vez com maior ênfase no uruguaio. *Marcha* tentou convencer os uruguaios sobre os riscos de um golpe militar no Brasil. Um exemplo importante dessa hipótese está ancorado no destaque dado aos textos de Juan José López Silveira, ao longo de todo o ano de 1963, pelos

⁵⁶ Os problemas sociais do país também foram enfocados e o assassinato de quatro moradores de rua no centro do Rio de Janeiro foi anunciado, na capa de 06 de fevereiro de 1963 (n. 1.446), como *La San Bartolome de los mendigos en Río de Janeiro*. Lacerda criticou a revista chilena por acusá-lo do crime contra os moradores de rua e argumentou que as informações provinham de “fontes comunistas interessadas em desmoralizar o governo do estado para provocar uma intervenção militar na Guanabara e, assim, liquidar o último baluarte de resistência que se prepara no Brasil”. O telegrama foi publicado ao final de uma nova reportagem sobre os moradores de rua no Brasil. Cf. CABRERA, Alejandro. La difícil verdad de los mendigos. *Ercilla*, Santiago, ano XXIX, n. 1.448, 20 de fev. 1963, p. 14.

⁵⁷ PLANET, Mario. Balance político de América Latina. 1964: un año explosivo. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.546, 06 de jan. 1965, p. 20. Por outro lado, assinalou que alguns personagens não o deixaram governar, como parte dos militares.

quais enfocou, de um lado, as posições de Brizola e de Goulart; de outro, os movimentos dos grupos descontentes em relação ao presidente, particularmente dos militares e conservadores. Assim, não foi curiosa a abertura da terceira seção do último número daquele ano com um texto de López Silveira intitulado *Brasil en el contragolpe*, em que se enfocou os problemas de Goulart em conseguir implementar as reformas reivindicadas por diversos setores políticos e sociais que o haviam apoiado até então. O chamado contragolpe estava relacionado, segundo o colaborador de *Marcha*, ao fato do governo brasileiro se antecipar a um possível golpe militar e iniciar uma revolução, que certamente encontraria dificuldades “continentais” para seguir os caminhos abertos por Cuba.⁵⁸ Vale lembrar que a capa da última edição de 1963 publicou a manchete “entre o medo e a esperança”.

O cenário brasileiro chamava a atenção, para além do golpe, e alguns colaboradores de *Ercilla* e *Marcha* compartilharam a ideia de que o caráter “brincalhão” e mais descontraído de grande parte da população brasileira tinha efeitos políticos indesejados, em momentos que pediam maior seriedade, como o Golpe de 1964.⁵⁹ No ano seguinte ao golpe, no mesmo número em que Fernando Alegría publicou uma matéria sobre os jovens norte-americanos e a guerra, e que Mario Planet salientou o “caos político” do Vietnã, Alejandro Cabrera assinalou que começava o “carnaval do século”, tanto pela comemoração dos 400 anos de fundação do Rio de Janeiro quanto pela motivação de Carlos Lacerda.⁶⁰ Faltava pouco para postular uma visão que se projetava sobre o Brasil de meados dos sessenta, sem solucionar a alternativa: “guerrilha ou carnaval?”⁶¹



Figura 39: Capa da edição de *Ercilla* de 09/12/1964.

⁵⁸ LÓPEZ SILVEIRA, Juan José. Brasil en el contragolpe. *Marcha*, Montevideo, 3ª seção, ano XXV, n. 1.163, 27 de dez. 1963, p. 1 e 4.

⁵⁹ Cf. PLANET, Mario. El drama de Brasil. *Ercilla*, Santiago, ano XXX, n. 1.507, 08 de abr. 1964, p. 16-19.

⁶⁰ CABRERA, Alejandro. Lacerda no baila, samba. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.554, 03 de mar. 1965, p. 22-23.

⁶¹ Idem ¿Guerrilla o carnaval? *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.560, 14 de abr. 1965, p. 25.

Paralelamente, os olhares sobre a Argentina ficaram mais dramáticos, como em uma matéria de destaque sobre Perón e sua intenção, frustrada, de voltar ao país ou pelo menos a algum país vizinho, o que reforçou os olhares críticos sobre sua atuação política na Argentina.

O golpe no Brasil e os riscos da Argentina seguir o mesmo caminho soaram como alertas para os redatores dos dois semanários, quando se temeu uma possível aliança entre os militares sul-americanos e a confirmação das ameaças de “fronda”. A repercussão do golpe brasileiro foi ampla, contínua e muitas vezes experimentada como própria, particularmente no Uruguai. Os anos de 1964, 1965 e 1966 foram vistos como “explosivos” e “terríveis” para a América Latina como um todo, em parte porque a situação político-econômica do Uruguai se tornava cada vez mais dramática.

Ercilla coincidiu com *Marcha* ao denunciar uma possível interferência do Brasil no Uruguai, principalmente porque o país platino havia abrigado parte dos exilados pós-64, não porque reivindicasse ampliar seu território, como no século XIX, mas devido ao fato de atuar conjuntamente com os Estados Unidos na criação de fronteiras ideológicas contra Cuba, o comunismo e as guerrilhas que se difundiam por alguns países latino-americanos.⁶² Além disso, convergiu em denunciar os riscos para os países sul-americanos em face da elaboração de um “eixo militar argentino-brasileiro”, ao reproduzir uma manchete do jornal brasileiro *Última Hora*, como se pode observar na figura 40.



Figura 40: Denúncia em *Ercilla* sobre a aproximação entre os militares argentinos e brasileiros (08/09/1965)

No mesmo número de 08 de setembro, Hernández Parker afirmou que o militarismo – “ocidental ou comunista” – era uma “doença” latino-americana, que não ameaçava diretamente somente quatro países: Chile, México, Uruguai e Costa Rica. Ao considerar que a

⁶² Ver, por exemplo: CABRERA, Alejandro. Uruguay rechaza el mesianismo. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.570, 23 de jun. 1965, p. 8; BOA, Gerardo. Nuevas fronteras reclama Brasil. In: *Ibidem*, p. 9.

situação tinha se tornado mais dramática com o assassinato do presidente norte-americano John F. Kennedy, *Hachepé* afirmou que os norte-americanos já não estavam preocupados em tentar manter de pé as “democracias representativas”, desde que pudessem conter o avanço do comunismo.⁶³



Figura 41: Capa de *Marcha* (24/09/1965)

Uma possível interferência argentina no Uruguai também foi denunciada por *Marcha*, uma vez que os militares argentinos estavam articulados contra o governo de Arturo Illia, que foi derrocado em 1966. Segundo o editorial, escrito por Quijano em setembro de 1965, a carta que Onganía – presidente ditatorial após a deposição de Illia – havia endereçado ao “inspetor geral” do exército uruguaio era “um documento e um monumento”, que provava a “torpeza” de quem a escreveu e os riscos que pairavam sobre o Uruguai, que remontavam ao século XIX. Após um acordo assinado com o Brasil, em Uruguiana, Onganía preconizou a adoção de medidas de luta contra o comunismo, sob os riscos de o Uruguai ter problemas com os dois vizinhos. A carta causou indignação em vários setores uruguaiois, e alimentou ainda mais uma leitura de Quijano sobre a história da formação do país platino, associada à invasão luso-brasileira de 1816; à convenção que selou sua formação, em 1828; à Guerra Grande (1834-1852); e à formação da Tríplice Aliança com os dois vizinhos contra o Paraguai.⁶⁴

Cabe ressaltar que a manchete da capa de 24 de setembro de 1965 associou os militares ao *gorilismo*. O termo *gorilismo* inicialmente fazia referência, na Argentina, aos antiperonistas, a partir da difusão do termo por meio de programas humorísticos. Posteriormente, foi apropriado em diversos países hispano-americanos para designar os grupos conservadores e, acima de tudo, os militares, como em *Marcha*. Aliás, todos os países com governos militares eram representados como gorilas.

⁶³ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Militarismo: enfermedad de Latinoamérica. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.581, 09 de set. de 1965, p. 26-27; 30.

⁶⁴ QUIJANO, Carlos. Nosotros y el onganijaje. *Marcha*, Montevideo, ano XXVII, n. 1.273, 24 de set. 1965, p. 5.

Após as denúncias sobre o *gorilismo*, a capa de *Marcha* publicou uma foto de Ernesto Guevara em destaque e sua nota de despedida a Fidel Castro nas páginas centrais,⁶⁵ junto ao texto de Carlos María Gutiérrez, cujo título “que os inimigos se preocupem”, também apareceu como manchete, conforme podemos ver na figura 42.



Figuras 42 e 43: Capas de *Marcha* (09/10/1965 e 16/10/1965)

A capa de 16 de outubro (figura 43) continuou a criticar o governo nacional, ao denunciar as *Medidas Prontas de Seguridad*⁶⁶ e dar abrigo aos editoriais de *Época* e *El Popular*, periódicos que haviam sido proibidos de circular, a partir de setembro de 1965.

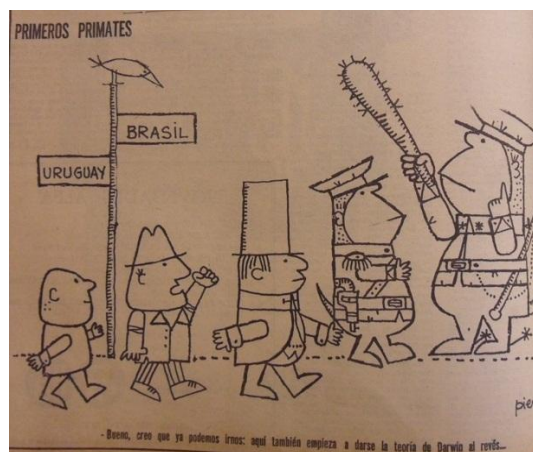


Figura 44: *Charge* de Pieri sobre o Uruguai e o Brasil (23/10/1965)

Legenda: – Bom, acredito que já podemos ir: aqui também se inicia a realização da teoria de Darwin ao contrário...

⁶⁵ Che Guevara afirmou que partia com uma mescla de alegria e dor, além de muita gratidão pelo povo cubano que o havia acolhido como um filho. No entanto, era chegada a hora de lutar “sob outros céus” e concluiu a nota de despedida com a famosa frase: *Hasta la victoria, siempre. ¡Patria o muerte!* Ver: La despedida de Guevara. *Marcha*, Montevideo, ano XXVII, n. 1.275, 08 de out. 1965, p. 15.

⁶⁶ Segundo as leis uruguaias, tais medidas tinham como objetivo a ação rápida do poder Executivo em face de um contexto desfavorável, como ataques externos, mas deviam resguardar alguns direitos dos cidadãos, como o de ser preso somente em caso de ser pego em flagrante, o que não foi completamente respeitado.

A charge publicada no número seguinte (figura 44) contribuía ainda mais para a composição da crítica ao governo uruguaio e ao espectro do militarismo, representado pelo Brasil. Para o novo caricaturista de *Marcha*, Carlos Pieri, os rumos dos dois países vizinhos mostravam que a teoria de Darwin caminhava ao contrário. Logo em seguida, foi a vez de *Marcha* destacar os riscos do militarismo na Argentina, ao mesmo tempo em que se reafirmava que o Brasil vivia sob ditadura.



Figura 45: Capa sobre a ameaça militar na Argentina (29/10/1965)

Outras duas charges de Pieri e uma de Luis Blanco (Blankito) – com o título *Parece chiste!* – canalizaram as críticas. Elas foram publicadas nos números 1.279 e 1.280, de 12 e 19 de novembro, respectivamente.

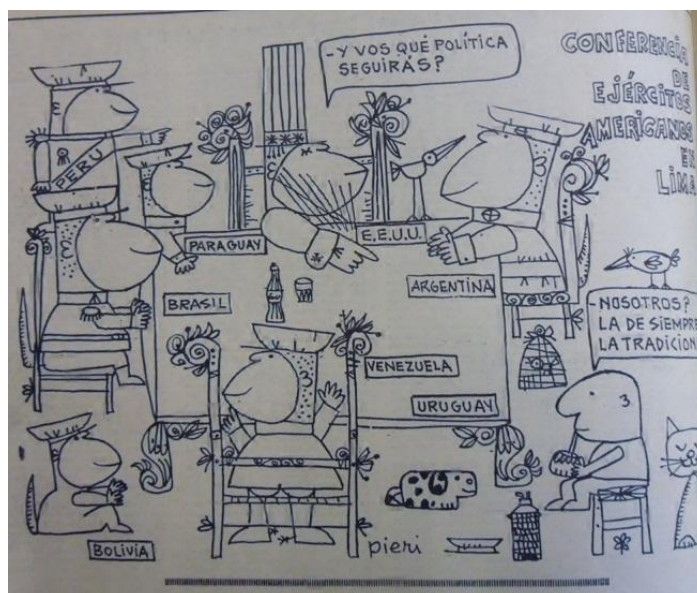


Figura 46: Charge de Pieri sobre a Conferência dos Exércitos Americanos, em Lima



Figura 47: *Charge* sobre a Argentina de 1965

Legenda: – Viu? Parece que começou a caça às bruxas na Argentina.



Figura 48: *Charge* sobre Castelo Branco

Na primeira (figura 46), a realização de uma Conferência dos Exércitos Americanos em Lima enfatizou que grande parte dos países já estava dominada pelo *gorilismo*, ao passo que o representante do Uruguai tomava seu *mate* tranquilamente. No entanto, a crítica de que sua posição era a favor da tradição e a presença de um pássaro engaiolado ao seu lado passava uma mensagem de que ventos de “fronda” sopravam pelos ares do “tranquilo” Uruguai. Na segunda caricatura (figura 47), os controladores de voo do Aeroporto de Carrasco, localizado na região metropolitana de Montevideú, já observavam que o cenário argentino se aproximava do clima de “caça às bruxas”, em evidente alusão à ascensão dos grupos conservadores e militares, mas também aos anos do macarthismo norte-americano. Finalmente, a terceira (figura 48) parodiou o conto infantil da Branca de Neve para criticar a “ vaidade” e a truculência do *gorilismo* do governo ditatorial brasileiro.

Nesse sentido, a caricatura publicada no número 1.281, de 20 de novembro de 1965, por Blankito, não pode deixar de ser apresentada.

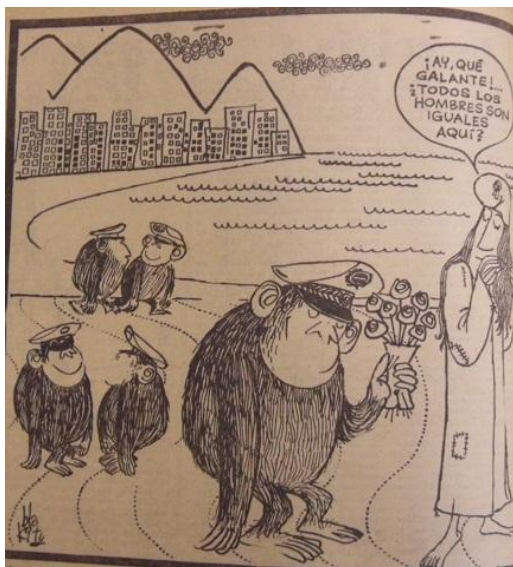


Figura 49: *Charge* sobre as relações entre o Brasil e o Uruguai (20/11/1965)

Na cena, aparece um militar brasileiro, representado pelo gorila, na orla de Copacabana, que corteja uma mulher uruguaia, representada pela República, e que gentilmente faz um comentário bastante irônico: “Nossa, que cavalheiro!... Todos os homens são iguais aqui?” A *charge* buscava representar o contexto dramático e o risco da militarização do Uruguai, caso se aproximasse do governo ditatorial brasileiro. Além disso, a “República” do Uruguai foi representada descalça e com a roupa remendada, o que simbolizava a sua fragilidade.

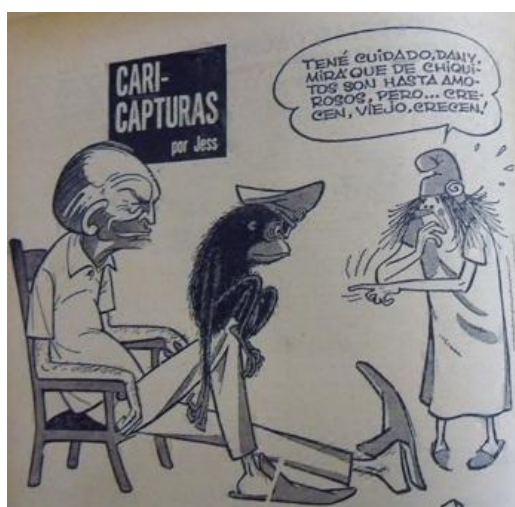


Figura 50: *Charge* sobre Daniel Fernández Crespo com um gorila filhote (31/01/1964)

Legenda: – Tenha cuidado Dany. Veja que quando filhotes são até amorosos, mas... crescem, meu velho, crescem!

O leitor do século XXI não deve confundir as representações dos brasileiros com a criação de preconceitos étnicos ou “raciais”. Aliás, todos os países com governos militares eram representados como gorilas, inclusive a Argentina e o Exército uruguaio, como na imagem anterior (figura 50), que alertou sobre os riscos de uma aproximação do governo nacional, representado por Daniel Fernández Crespo, com os militares, ainda não tão poderosos. Fernández Crespo era o presidente do Conselho Nacional de Governo, durante o sistema colegiado do Uruguai. A personagem República, que representava também, provavelmente, a mulher de Fernández Crespo,⁶⁷ preveniu o “marido” sobre os perigos de cuidar dos pequenos gorilas, particularmente porque não se manteriam como filhotes e carinhosos para sempre.

Cabe ressaltar ainda, que as páginas das *charges* e caricaturas elaboradas por JESS tinham o título *Cari-capturas*, provavelmente como forma de propor uma relação mais fluida entre as fotografias e as caricaturas, para dirimir qualquer dúvida em relação à hierarquia entre ambas, sobretudo das possibilidades de se representar a realidade.

A apreensão aumentava tanto no Uruguai quanto no Chile, com ampla participação de *Marcha* e *Ercilla* na canalização das críticas aos militares e ações imperialistas norte-americanas. Por exemplo, o Chile foi visto por *Hachepé* como o David das Américas, ao lado do México, contra o Golias norte-americano e seu “copiloto”, representado pelo Brasil. Além disso, a OEA foi alcunhada de “Organização de Estados Amnésicos”, tanto devido às sanções contra Cuba quanto ao apoio a governos ditatoriais em diversos países.⁶⁸

As críticas aos Estados Unidos e à OEA eram frequentes, mas o que chama mais atenção neste artigo de Hernández Parker se relaciona ao fato de usar a imagem de Davi para representar o Chile, no lugar de Cuba. Havia uma intenção, mesmo que não deliberada, em colocar o país do Pacífico-Sul no lugar da ilha caribenha como alternativa para os países latino-americanos? Como veremos mais adiante, ainda neste capítulo, o debate a respeito de uma “via pacífica” para a revolução já estava no horizonte de alguns redatores de *Ercilla* a partir de 1962, principalmente após a aproximação entre Cuba e a União Soviética.

A situação tornou-se ainda mais preocupante após o golpe militar de 1966 na Argentina, amplamente divulgado nas páginas dos dois periódicos. *Ercilla* denunciou em vários artigos, por exemplo, que a Argentina e o Brasil se aproximavam na busca pela

⁶⁷ Os personagens estão de pijama, em casa. Assim, ao mesmo tempo representava sua esposa e a República Oriental do Uruguai (ROU).

⁶⁸ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. En la Conferencia de Cancilleres. Un David llamado Chile. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.590, 24 de nov. 1965, p. 7; 15. Idem. Organización de Estados Amnésicos. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.591, 01º de dez. 1965, p. 7-8. As afirmações de *Hachepé* foram criticadas pelo embaixador norte-americano no Chile, Ralph Dungan, em carta publicada na coluna dos leitores no número 1.592.

hegemonia da América Latina, o que era visto como um grande perigo para todos os países, principalmente para aqueles que ainda não haviam entrado na órbita do militarismo, como o Chile e o Uruguai, posição compartilhada por *Marcha*, como vemos nas figuras a seguir:



Figuras 51 e 52: Capas de *Marcha* com manchetes sobre a Argentina (01° e 29/07/1966)



Figura 53: Capa de *Ercilla* (20/07/1966)

Cabe comentar que a capa de *Marcha* de 29 de julho de 1966 (figura 52) anunciou como manchete a proibição daquela edição em Buenos Aires, o que tornou moeda corrente para a publicação uruguaia a partir de então.

Em face de um contexto mundial permeado por revoltas, revoluções, lutas anticoloniais e anti-imperialistas, pelos direitos civis nos Estados Unidos, pela emancipação das mulheres, bem como dos jovens, havia dúvidas sobre a integração da América Latina. Havia diferentes projetos de aproximação e integração transnacional no horizonte.

Houve uma clara oposição entre os projetos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do Comitê Interamericano Econômico e Social (CIES). A CEPAL era filiada à Organização das Nações Unidas (ONU) e foi fundada em Santiago, em 1948. Já o CIES, estava vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo *Ercilla*, a CEPAL havia conseguido arquitetar “uma consciência cepalina” entre os países que a integravam, em sua defesa do desenvolvimento constante, amparado em vertentes próprias, mas conectadas ao restante do mundo, sem restringir as políticas de aliança com a Europa, os Estados Unidos, os países socialistas ou o chamado Terceiro Mundo. Ao enfatizar seu caráter independente da gerência norte-americana ou soviética, o semanário evidenciou os embates que haviam se estruturado em torno das relações entre a instituição filiada à ONU e o CIES, visto como “claramente instrumentado pelo Departamento de Estado de Washington”.⁶⁹

Assim, os inícios da CEPAL foram interpretados como muito difíceis, mas, aos olhos de *Ercilla*, as ações de “formiguinha”, sobretudo de Raúl Prebisch, teriam vencido os obstáculos, ao ponto de os próprios Estados Unidos terem de se render ao discurso cepalino de desenvolvimento, criando a Aliança para o Progresso, ainda que recebesse muitas críticas. Entretanto, segundo o semanário, havia muito por fazer, pois era necessário acelerar os passos em direção ao mercado comum, que pudesse deixar para trás as “muletas” e caminhar com desenvoltura.⁷⁰ Além disso, enfatizou-se que a CEPAL era o último elo efetivo entre Cuba e os demais países latino-americanos, bem como havia beneficiado, em muito, o Chile por abrigar a sua sede.

Para Humberto Malinarich, a CEPAL tinha deixado para trás anos de descaso político em relação aos principais problemas da América Latina, ao colocar na agenda em comum os temas do desenvolvimento, da pobreza e do analfabetismo, preconizando também ações conjuntas no sentido de se chegar a resultados mais concretos, para além das cartas de intenções.⁷¹

Por outro lado, as críticas sobre o CIES foram bem frequentes, principalmente em *Marcha*. Por exemplo, em um número que tratou sobre os problemas do Brasil, devido à renúncia de Jânio Quadros à presidência do país, o semanário uruguaio publicou uma *charge* (figura 54) em que João Goulart era “esmagado” pelos militares. O título da *charge*, *Democracia Cies-Porciento*, ironizava os discursos pela democracia realizados no interior do CIES e da OEA. Isso explica também o texto em português.

⁶⁹ 15 años de lucha de la CEPAL. *Ercilla*, Santiago, ano XXIX, n. 1.450, 06 de mar. 1963, p. 14.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 14.

⁷¹ MALINARICH, Humberto. América es ancha y ajena. *Ercilla*, Santiago, ano XXIX, n. 1.459, 08 de mai. 1963, p. 16-17.



Figura 54: Caricatura sobre o CIES em *Marcha* (08/09/1961)

Além disso, não se pode esquecer que o número anterior (01º/09/1961) de *Marcha* havia estampado na capa a manchete *Nuestra América con Goulart*. Os acontecimentos no Brasil foram interpretados como “a outra revolução dos Farrapos” e Eduardo Galeano alertou sobre os riscos do militarismo voltar à cena.⁷²

Cabe ressaltar que muitos autores brasileiros tiveram espaço nas duas publicações, como Celso Furtado e Josué de Castro. Em *Marcha*, Paulo Schilling desempenhou um papel essencial para difundir críticas à ditadura brasileira, uma vez que se exilou no Uruguai após o golpe de 1964. Com a atuação do exilado gaúcho, aumentou-se rapidamente o espaço para Francisco Julião, além de vários textos de e sobre Leonel Brizola, e do próprio Goulart, também exilado no país platino. Em *Ercilla*, Newton Carlos, jornalista brasileiro exilado em Santiago, desempenhou um papel de relevo, ao escrever sobre temas internacionais, além de várias críticas à ditadura no Brasil. Afirmou frequentemente que a democracia brasileira anterior ao golpe foi somente formal. Chegou a traçar um brevíssimo panorama dos militares na história brasileira do século XX, em *Ercilla*, cujo título evidenciou a sua interpretação de que os “tenentistas” dos anos 20 estavam sem direção e precisavam se reinventar.⁷³

Os dois semanários dialogaram com as possibilidades que raiavam no horizonte: seguir a cartilha da CEPAL, se aproximar do CIES, olhar mais atentamente para as novidades trazidas pela Revolução Cubana ou tentar a construção de caminhos próprios que conseguissem conjugar os anseios pela transformação social com a democracia. Convergiram

⁷² GALEANO, Eduardo. Ruido de sables en el Brasil. Siete años después se repite la historia. *Marcha*, Montevideo, a. XXIII, n. 1.073, 01º de set. 1961, p. 24; 16.

⁷³ El “tenentismo” perdió la brújula. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIV, n. 1.786, 10 de set. 1969, p. 54.

no rechaço às propostas do CIES, mas não adotaram posições homogêneas acerca das demais alternativas, ainda que *Ercilla* tenha apoiado mais claramente os pressupostos cepalinos.

Dentro desta perspectiva, a vitória da Democracia Cristã, em 1964, abriu novos horizontes para o Chile, mas também para a América Latina, uma vez que o governo de Eduardo Frei estabeleceu um diálogo mais franco com a CEPAL, cujos pressupostos eram canalizados, segundo Ricardo Yoccelevsky, a partir de 1958, pela obra de Jorge Ahumada, *En vez de la miséria*.⁷⁴ De um lado, o ocaso da esperança em relação ao governo de Goulart. De outro, as críticas a respeito da aproximação de Cuba com a União Soviética, além do assassinato de Ernesto Guevara na serra boliviana, em 1967.

Entretanto, em comum com o Uruguai, havia uma ideia de que o Chile passava por uma “crise integral” durante os anos 60, como assinalaram Tomás Moulian e Javier Pinedo, ao citar as obras de Aníbal Pinto (*Chile, un caso de desarrollo frustrado*, 1958; *Chile, una economía difícil*, 1964; e *Tres ensayos sobre Chile y América Latina*, 1971) e Jorge Ahumada (*En vez de la miséria*, 1958; e *La crisis integral de Chile*, 1966).⁷⁵

5.3 A democracia entre reformas e revoluções: quais caminhos seguir?

O principal debate político dos anos 60 no Chile e no Uruguai girou em torno das diferentes opiniões sobre o reformismo, a “via pacífica” ao socialismo, a “revolução em liberdade” ou a utilização de métodos violentos para realizar uma profunda transformação. Em 1963, em Santiago, Ángel Rama escreveu para *Marcha* a respeito do fortalecimento da Democracia Cristã no Chile. Segundo Rama, até mesmo os católicos chilenos estavam virando para a esquerda, mas havia um problema para que concorressem às eleições ao lado de Allende, relacionado à aliança dos socialistas com os comunistas no interior da Frente de Ação Popular (FRAP).⁷⁶ Um problema que, inclusive, abriu parte das principais fissuras no interior da Frente Popular anteriormente.

⁷⁴ Cf. YOCELEVSKY, Ricardo. *La democracia cristiana chilena y el gobierno de Eduardo Frei (1964-1970)*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1987, p. 106.

⁷⁵ MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2006, p. 193; PINEDO, Javier. Lo que estaba en el ambiente. Una lectura de *La crisis integral de Chile* de Jorge Ahumada, y su relación con el pensamiento de los años 60 en Chile. *Universum*, Universidad de Talca, n. 18, p. 147-172, 2003; Idem. El pensamiento de los ensayistas y cientistas sociales en los largos años 60 en Chile (1958-1973). Los herederos de Francisco A. Encina. *Atenea*, n. 492, p. 69-120, 2005.

⁷⁶ RAMA, Ángel. Los católicos chilenos viran a la izquierda. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.144, 08 de fev. 1963, p. 14. Dois meses depois, Galeano escreveu sobre os prognósticos das eleições chilenas e afirmou que o Chile estava dividido entre o regozijo e o medo, devido às possibilidades de Allende ser eleito presidente. GALEANO, Eduardo ¿Será Allende el próximo presidente de Chile? *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.152, 19 de abr. 1963, p. 16-17.

Ainda que não efetivada, a reforma agrária chilena entrou no horizonte oficial, ao ser aprovada legalmente, em 1962. Uma das principais questões relacionou-se com a maneira como a terra seria distribuída, como noticiou *Ercilla*. O espelho era Cuba, como evidenciou Hernández Parker, por meio de seu habitual balanço do ano político. Para o redator de *Ercilla*,

a reforma agrária não foi imposta de cima por uma ditadura oligárquica, nem de baixo por uma ditadura revolucionária. [...] Mas foi realizada com os camponeses chilenos, e demonstrou aos demais povos latino-americanos que uma reforma agrária não implicava, necessariamente, uma revolução violenta.⁷⁷

A preconização de *Hachepé* para que o Chile adotasse rumos reformistas se fortalecia, inclusive com a leitura que fez sobre o Partido Comunista, ao sustentar que adotava uma “nova roupagem” democrática e legalista, ao declarar o apoio a Allende como candidato para disputar as eleições de 1964.⁷⁸ Paralelamente, já ganhava as páginas de *Ercilla*, a discussão acerca da *Revolución en libertad* da Democracia Cristã, de Frei, ou da *Revolución sin sangre* da FRAP de Allende. Após as eleições, a matéria publicada por Hernández Parker não escondia sua satisfação pela vitória de Frei, já estampada no título, a saber, *Frei: revolución en las urnas*, além de declarar habitualmente que o novo governo teria o compromisso com os interesses populares e a reforma agrária como meta.⁷⁹

Ao assumir a presidência, em novembro de 1964, cresciam as expectativas em relação aos seis anos de governo de Frei, a ponto de Mario Planet analisar o que um governo democrata-cristão representava, naquele momento, para a América Latina, que se via envolvida em golpes e no endurecimento da campanha contra o comunismo.⁸⁰

Começava, portanto, a aparecer o debate em torno da alternativa entre Cuba e o Chile como faróis da transformação latino-americana. Mas não havia um consenso no interior de *Ercilla* a respeito de Castro e da Revolução Cubana. Hernández Parker passou a vê-la como uma ditadura militar, a partir de 1962, ao passo que Planet suavizou habitualmente aquela visão. Além disso, havia espaço para a publicação de algumas opiniões críticas ao governo de Frei, como, entre outras, a do Partido Socialista, que afirmava a continuidade da gestão

⁷⁷ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. El año político: Reforma Agraria, hecho ápice 1962. *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.441, 02 de jan. 1963, p. 6-7.

⁷⁸ Idem. “New look” del PC chileno. *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.442, 09 de jan. 1963, p. 7.

⁷⁹ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Frei: revolución en las urnas. *Ercilla*, Santiago, ano XXX, n. 1.529, 09 de set. 1964, p. 10-11. Em entrevista a Hernández Parker, Allende desejou uma boa jornada ao novo presidente, mas salientou que certamente Frei enfrentaria muitos problemas por estar vinculado a grupos muito diferentes. Cf. Idem. Un gobierno con compromiso. *Ercilla*, Santiago, ano XXX, n. 1.537, 04 de nov. 1964, p. 24-25.

⁸⁰ PLANET, Mario. La Democracia Cristiana en América Latina. Complicado mosaico político. *Ibidem*, p. 30-31. Planet traçou um paralelo entre as correntes democrata-cristãs que haviam ascendido ao governo nacional da Itália e da Alemanha, capitaneadas por Alcides de Gasperi e Konrad Adenauer.

democrata-cristã em relação aos governos anteriores. No entanto, *Ercilla* não endossou as críticas socialistas.

No Uruguai, os anos 60 também se iniciaram com uma viva discussão acerca de tais questões. Quijano canalizou a opinião de uma expressiva porção dos debatedores: “voltar ao campo para reconstruir o país. A reforma agrária é o eixo em torno do qual gira a reforma do país, o ponto de partida para recuperá-lo e recuperar-nos”. Para Quijano, tal projeto devia incluir, além das medidas básicas de repartição adequada das terras e contínua assistência técnica, a nacionalização do comércio de fertilizantes e sementes, a “organização dos serviços nacionais de maquinaria agrícola”, o investimento maciço na formação de agrônomos, veterinários e laboratórios de pesquisa, e a reorganização da industrialização dos produtos agropecuários.⁸¹

Entretanto, a proposta demonstrou hesitação acerca da implementação de medidas rápidas e desvinculadas do estudo mais profundo sobre as singularidades uruguaias. Assim, propôs que a realização de qualquer processo de reforma agrária no país platino não poderia ocorrer de forma rápida. Caso fosse feito de forma abrupta, podia inclusive agravar os problemas econômicos nacionais. Em outras palavras, Quijano destacou que desarticular rapidamente a produção pecuária do Uruguai, sua “galinha dos ovos de ouro”, podia levar o país à bancarrota. Para ele, a solução mais viável consistia em realizar uma equilibrada, paulatina e profunda transformação da estrutura fundiária do país, mediante a formação de colônias agrícolas, e, a exemplo de Cuba, pelo emprego de maior quantidade de trabalhadores rurais nas principais atividades econômicas.⁸²

As possibilidades eram grandes, mas os riscos podiam ser igualmente intensos. E o debate extrapolou as páginas políticas, marcando uma parte da produção ensaística e literária, identificada por Ángel Rama em *El paredón* de Carlos Martínez Moreno. Para o crítico de *Marcha*, o livro representava uma “esquerda liberal” uruguiaia, zelosa do “civilismo” que podia caracterizar o país platino. Era uma espécie de diálogo entre o Uruguai – nostálgico – e Cuba. O problema não era a revolução versus o civilismo, mas como se criar o civilismo sobre bases socialistas, abertas ao futuro.⁸³

Este era o grande dilema das esquerdas no Uruguai e no Chile, que reviviam uma vez mais as dificuldades em promover alianças duradouras, principalmente em terras platinas. A

⁸¹ QUIJANO, Carlos. Volver al campo para reconstruir al país (Resumen y conclusiones). *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.056, 05 de mai. 1961, p. 4-5.

⁸² Idem. El diagnóstico y la terapéutica. Estructura de la ganadería y desarrollo económico. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.050, 17 de mar. 1961, p. 5.

⁸³ RAMA, Ángel. *El paredón* de C. Martínez Moreno. Espejo de una izquierda liberal. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.160, 14 de jun. 1963, p. 30-31.

crise denunciada pelas páginas de Carlos Quijano e Julio Castro, principalmente, atingiu o ápice em 1965, e como salientaram Rosa Alonso Eloy e Carlos Demasi, aquele foi um dos anos mais dramáticos dos sessenta uruguaios. Entre outros problemas, o país enfrentou a “maior crise bancária em quase cem anos”; dificuldades no mercado exterior; e greves em diversos setores do serviço público, que foram combatidas com “a implantação de Medidas de Segurança”. Para Quijano, a situação se assemelhava muito ao contexto que levou ao golpe de 1933.⁸⁴

Ainda em 1965, Quijano escreveu o editorial *Proa al Uruguay futuro*, com uma epígrafe de Napoleão: “o destino é a política”. Política para reconstruir ou fundar um novo país, pois o Uruguai do passado estava “morto”. Para Quijano, Battle y Ordóñez, “o construtor que [chegou] no momento certo e que quando [passou] sua hora, [morreu]”, foi um governante que soube domar o seu tempo, que construiu sua grandeza por ter sido o “homem de e para o seu tempo”. No entanto, sustentou que aquele Uruguai já não existia e, em face das dificuldades, havia outro grande, muito mais importante, por “ser o homem de e para todo o previsível tempo”. Seu nome? José Artigas. Contudo, mais do que respostas sobre as rotas a seguir, Quijano fez muitas perguntas, que sintetizaram grande parte do discurso de *Marcha*:

Qual é o rumo, o objetivo, a estratégia? [...]
Deve-se dar preferência à exploração pecuária? Cabe tentar um desenvolvimento industrial? Deve o Uruguai se transformar em um centro financeiro [...]?
Isolado e sozinho, é o Uruguai um país viável? [...]
O que podemos esperar da proposta de integração econômica? Como atuar e sobreviver em um mundo transtornado, deslocado pela nova revolução industrial e em uma zona onde dia-a-dia se acentua a penetração do imperialismo mais poderoso da história, entre dois grandes países, que ao longo da história disputaram sempre entre si, aberta ou silenciosamente, o domínio de nossas terras ou de nossas águas?⁸⁵

No final daquele mesmo número, Julio E. Suárez (Jess) republicou uma caricatura (figura 55) dos primeiros anos de *Marcha* que reafirmava a ideia de que Quijano dirigia a “consciência crítica” do Uruguai, por meio do semanário, com desenvoltura e sempre na mesma direção. No primeiro plano da calçada os dois transeuntes demonstraram de forma exclamativa a identificação do automóvel que transitava velozmente pela “contramão”: “É Quijano!”; e “Eu esperava por isso!!” No fundo, o terceiro pedestre tapava os olhos para não ver o que aconteceria.

⁸⁴ ALONSO ELOY, Rosa; DEMASI, Carlos. *Uruguay 1958-1968. Crisis y estancamiento*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986, p. 38.

⁸⁵ QUIJANO, Carlos. *Proa al Uruguay futuro*. *Marcha*, Montevideo, ano XXVII, n. 1.268, 20 de ago. 1965, p. 5.

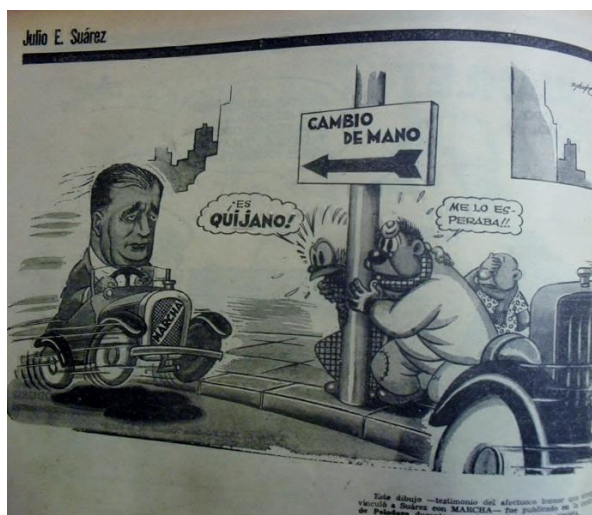


Figura 55: Caricatura de Quijano dirigiendo *Marcha*, n. 1.268, 20/08/1965, p. 30.

Para Carmen de Sierra, o principal pano de fundo das concepções de Quijano se articulava aos problemas de um mundo marcado pelo nacionalismo político e internacionalismo econômico. Anotou que Quijano pensou muito mais em termos de ação política do que em etiquetas de esquerda ou de direita. Amparada no famoso editorial *Atados al mástil*, publicado em 1964, realçou que o diretor de *Marcha* somente preconizou a utilização da força caso fosse obrigado a fazê-lo por parte dos adversários, ao afirmar que os caminhos necessitavam ser abertos e pavimentados de acordo com as especificidades de cada latitude. Finalmente, o reformismo havia se enfraquecido no pensamento de Quijano, nos anos 60 e 70, ao se fortalecer o discurso revolucionário. Mas que tipo de revolução? Aquela que fosse capaz de conciliar socialismo e liberdade. Quijano não via outro porvir para o Uruguai que a revolução socialista, mas o país precisava inventar meios próprios.⁸⁶

Sobre o Uruguai, *Ercilla* publicou a colaboração de Jorge Laplace, que endossou as denúncias de *Marcha* a propósito da crise financeira do país platino. Também Juan Ehrmann, como enviado especial do semanário chileno ao Uruguai, tratou sobre os problemas uruguaios, no final de 1965, elogiou *Marcha*, mas argumentou que sua “tradição de inconformismo e visão analítica se manifesta[va] em forma teórica; não se traduz[ia] em ação. [...]. Geralmente, a atitude crítica prima[va] sobre as manifestações de criação e ação”.⁸⁷

A interpretação de Ehrmann não se distanciava de algumas críticas formuladas por alguns intelectuais uruguaios, como o ex-redator de *Marcha Real* de Azúa, ao enfatizar o

⁸⁶ DE SIERRA, Carmen. *Marcha* en el contexto político-económico internacional del siglo XX. In: MACHÍN, Horacio; MORANA, Mabel (Eds.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana / Universidad de Pittsburgh, 2003, p. 33-78.

⁸⁷ EHRMANN, Juan. Crisis quieta agita a Uruguay. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.589, 17 de nov. 1965, p. 28-29.

“hipercriticismo” de boa parte de seus editores e colaboradores. Mesmo uma leitura panorâmica das páginas de *Marcha* permitia observar o incômodo de vários intelectuais sobre a suposta falta de criação cultural – literária e cinematográfica, principalmente.

Não é possível tomar as duas críticas, sem matizes, mesmo sem identificar os interlocutores de Ehrmann no Uruguai. Certamente havia uma visão redutora sobre a ideia de criação e ação. Finalmente, é difícil aceitar que somente *Marcha* adotava uma postura “crítica” ou “hipercrítica” no Uruguai.

Conforme veremos no próximo capítulo, pelo menos em termos do mercado editorial e da criação literária, a equipe de *Marcha* foi bastante exitosa em promover ações que levaram a importantes transformações no Uruguai, com a articulação entre crítica literária, editoras e a realização de concursos para a descoberta de novos talentos. Além disso, fomentou o debate de ideias em outras áreas da cultura, ação imprescindível para a circulação de novos referentes para os jovens, mas também para artistas maduros. Nesse sentido, a discussão intelectual estava vinculada à criação, e *Marcha* desempenhou um importante papel de mediação.

Voltemos ao debate das “páginas políticas”. Se 1965 havia sido o ano terrível no Uruguai, *Hachepé* anunciou 1966 como o ano “da grande prova” para o governo chileno. De um lado, porque as ações em prol da reforma agrária estavam previstas para entrar em vigor, o que levava à oposição da direita. De outro, pela adoção de medidas que tinham como objetivo a estabilização econômica do país transandino, como o controle inflacionário e dos salários, o que podia desembocar na oposição intensa da esquerda.⁸⁸

Érica Vexler e Hernández Parker debateram sobre o lugar dos democrata-cristãos na batalha contra o imperialismo e o comunismo. Entretanto, salientaram que os desafios enfrentados eram amplos. O redator assinalou ainda que, apesar das declarações proferidas em um congresso realizado em Lima, não havia “identidade doutrinária” entre os seus correligionários latino-americanos. Um ponto em comum entre os participantes foi a crítica à Conferência da Tricontinental de Havana, realizada em 1966,⁸⁹ que traçava outros planos para lutar contra o imperialismo na América Latina, vistos como violentos e de visão limitada, por

⁸⁸ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Meses duros al fin del verano. 1966: año de la gran prueba. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.596, 03 de jan. 1966, p. 6-7.

⁸⁹ Como salientaram Luiz Alberto Moniz Bandeira e Sílvia Cezar Miskulin, a Tricontinental tinha como objetivo construir uma Internacional revolucionária em todo o Terceiro Mundo, por meio da criação da “Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina” (OSPAAAL). Em 1967, foi realizada a Primeira Conferência da “Organização Latino-Americana de Solidariedade” (OLAS), também em Havana, com ênfase nos movimentos guerrilheiros e revolucionários na América Latina, que recebeu o apoio da imprensa cubana, como, por exemplo, de *El Caymán Barbudo*. Cf. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 562-573; MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 151-153.

não considerar as diferenças entre os governos ditatoriais, militares e reacionários, de um lado; e aqueles progressistas e civis, de outro. Salientavam que a luta era contra todos os tipos de imperialismo, inclusive o comunista, além dos problemas internos, como “a miséria, a opressão e as oligarquias”. Assim, o Chile se tornava uma nova bandeira a ser hasteada na luta pela construção da democracia e da justiça social na América Latina.⁹⁰

A forma como Hernández Parker (HP) apresentou os debates ocorridos no interior do congresso, mesmo que tentasse ser objetiva, não escondia seu apoio a Frei, o que ficava bem claro para o leitor que mantinha presente as críticas que *Hachepé* havia feito às mudanças de rumo da Revolução Cubana, ao se aproximar da URSS.

Vale lembrar com Marcelo Mendoza, que Hernández Parker estudou direito na *Universidad Católica*, ao lado de Frei e Radomiro Tomic; foi casado com Dora Volosky, prima de Volodia Teitelboim; e foi expulso do Partido Comunista do Chile, em 1935, após voltar da URSS, onde participou do Congresso da Internacional da Juventude Comunista. *Hachepé* foi preso e torturado em Buenos Aires, antes de voltar ao Chile. Seu depoimento, sob tortura foi publicado no diário chileno *El Imparcial*. Ele foi, então, acusado de delação e expulso do Partido Comunista, mas não se defendeu. De acordo com Mendoza, Hernández Parker guardou silêncio sobre o ocorrido, transformou-se politicamente em um “pária” e somente se reergueu com sua incorporação à *Ercilla*, em 1941, quando iniciou uma trajetória que o transformou no “alfabetizador político do Chile”.⁹¹

Entretanto, *Hachepé* também era amigo de Allende e, em entrevista concedida a Hott e Larraín, em 2000, Volodia Teitelboim sustentou que Hernández Parker “era um homem democrático, sem partido. Foi partidário do PC, mas esta relação terminou. [...]. Para ele, o mais importante era a notícia em si. Quando a interpretava, o fazia não em sentido de direita ou esquerda, mas de sua importância e autenticidade”.⁹²

As críticas ao regime cubano ganharam matizes, em *Ercilla*, com Alejandro Cabrera, que salientou as reclamações de Castro a Frei, por seu governo não ter se posicionado a favor da ilha. Segundo Cabrera, o líder cubano havia afirmado que atuaria para impedir que o Chile conseguisse fazer comércio com os países socialistas. O redator de *Ercilla* enfatizou as

⁹⁰ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. USA y URSS ante el Congreso Mundial de la DC. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.613, 04 de ma. 1966, p. 6-7. O colunista também destacou que havia disputas no interior do PDC e que nem todos concordavam com a ideia de “revolução em liberdade”, particularmente os setores sindicais. Cf. Idem. Corrosivo Congreso Sindical de la DC. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.619, 15 de jun. 1966, p. 6.

⁹¹ MENDOZA, Marcelo. Hachepé, el alfabetizador político de Chile. In: HERNÁNDEZ PARKER, Luis. *Señores auditores: muy buenas tardes*. Santiago: LOM, 2010, p. 9-18; HOTT, Jacqueline; LARRAÍN, Consuelo (Ed.). *Veintidós caracteres*. Premios Nacionales de Periodismo. Santiago: Aguilar, 2001, p. 31-43. Vale ressaltar que à expulsão do PC se somou a separação de Dora Volosky. HP casou-se posteriormente com María Inés Solimano.

⁹² Citado por HOTT, Jacqueline; LARRAÍN, Consuelo (Eds.). *Veintidós caracteres*, p. 34.

diferenças que havia entre o país caribenho, a China, a Iugoslávia e a União Soviética. Finalmente, como já o fizera em diversas crônicas anteriores, concluiu que a grande maioria dos cubanos apoiava os líderes revolucionários, não somente Castro. Além disso, embora de forma bem menos intensa do que em *Marcha*, Claude Julien também escreveu favoravelmente sobre Cuba para *Ercilla*.⁹³

Interessante notar que posteriormente, em 1969, o governo de Frei rompeu o bloqueio capitaneado pela OEA, reatou laços econômicos com Cuba e abasteceu a população com gêneros de primeiras necessidades, particularmente com alimentos. O governo democrata-cristão se via como revolucionário, dentro da fórmula “revolução em liberdade”, mas Hernández Parker o caracterizou como promotor de “reformas estruturais”, como Alberto Aggio e Tomás Moulian assinalaram mais recentemente.⁹⁴

Ainda que estivesse clara a posição de *Ercilla* a favor dos caminhos reformistas, houve espaço para Volodia Teitelboim, então senador pelo Partido Comunista, preconizar a revolução no Chile, por meio de uma nova coluna em destaque, a partir de 1966, intitulada *Página Abierta*. Os redatores de *Ercilla* salientaram, entretanto, que a conclusão de Teitelboim não representava a opinião do semanário.

Uma coisa está clara: sua emancipação [da América Latina] será obra do proletariado das cidades e do campo, dos trabalhadores de todos os ofícios, incluídos obviamente os de terno e gravata; dos intelectuais progressistas, das massas estudantis, dos explorados e oprimidos do México ao Chile. Não será obra do franco atirador iluminado, nem do rebelde solitário ou geracional, mas do militante consciente que concebe a revolução como o resultado histórico necessário da ação criativa das massas.⁹⁵

Como assinalou Claudia Gilman, durante a segunda metade dos anos 60, os modelos de intelectual como consciência crítica da sociedade ou livre-pensador passaram a ser criticados pelos setores que preconizavam posturas revolucionárias.⁹⁶ Assim, Teitelboim se

⁹³ CABRERA, Alejandro. Los problemas de Fidel. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.616, 24 de mai. 1966, p. 6-7; Idem. Cuba prepara una nueva Constitución. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.615, 17 de mai. 1966, p. 22-23.

⁹⁴ AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2002, p. 100. O programa do PDC incluiu cinco itens básicos: 1) reforma agrária, bancária e urbana; 2) nacionalização da exploração do cobre; 3) estímulos à industrialização, reafirmando o papel que a Frente Popular havia dado à *Corporación de Fomento* (CORFO), fundada em 1939; 4) redistribuição de renda; 5) integração social. Segundo Moulian, o período entre 1958 e 1970, ainda que com muitas diferenças entre o governo de Jorge Alessandri e o de Eduardo Frei, pode ser interpretado como o de formulação de uma “estratégia de contensão integrativa”, baseada em um “reformismo integrador”, principalmente durante a presidência deste último, que buscou, paralelamente, desarticular a direita e deslocar a esquerda. Cf. MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2006, p. 21.

⁹⁵ Los caminos de la revolución. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.640, 09 de Nov. 1966, p. 3.

⁹⁶ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 160-172.

incluía entre estas correntes que viam com desconfiança os intelectuais que exigiam maior autonomia crítica em relação aos caminhos revolucionários, ou que zelavam por posturas de compromisso não necessariamente revolucionário.

A “resposta implícita”, segundo o semanário, a Teitelboim foi publicada em 16 de novembro daquele ano, por Jaime Castillo, ministro de Terras e Colonização, em que não desestimou a ideia de se fazer uma revolução direcionada para a construção de uma “humanidade livre e fraterna”. Sustentou que era preciso acreditar na utopia revolucionária, e que os fins e os meios se encontravam inseparáveis. Além disso, via no comunismo um similar risco de se tornar imperialista. Assim, mesmo ao reconhecer que um processo revolucionário fosse dramático, imprevisível e até mesmo contraditório, condenou a utilização da violência para a sua realização. Aos olhos de Castillo, era impossível criar uma nova sociedade, mais humana, justa e fraterna, por meio de práticas violentas. Estas somente podiam levar a abusos e caminhos descontrolados de abuso de poder.⁹⁷

O debate não terminou com a página do ministro democrata-cristão, uma vez que Enrique Sepúlveda, secretário-geral do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR),⁹⁸ argumentou que seus seguidores não se guiavam pelos caminhos de Moscou, Pequim ou Havana, almejando a transição do capitalismo para o socialismo de forma pacífica. Porém, entre os desejos e a realidade histórica havia uma grande lacuna, pois o mundo vivia momentos de ebulição, guerras, lutas pela descolonização e ascensão militarista na América Latina. Perguntou se era possível adotar posicionamentos pacíficos em face de um quadro que exigia, em seu entender, ações concretas para resolver os problemas da “luta de classes”. Como encaminhar transformações pacíficas na América Latina, se as “classes dominantes” mostravam sua disposição para impedi-las ou freá-las nem sempre de forma pacífica? Para

⁹⁷ Página Abierta. Otra fórmula para la Revolución. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.641, 16 de nov. 1966, p. 3.

⁹⁸ Segundo Mario Garcés, o MIR impactou de forma vigorosa a política chilena e, após o golpe de 1973, sofreu uma implacável repressão. Estigmatizado como “subversivo” ou “terrorista”, são significativas as dificuldades para se estudar o MIR, de forma a não cair em maniqueísmos. Ainda conforme Garcés, o MIR criticou constantemente a ideia de “transição pacífica ao socialismo”, desde sua fundação em 1965, até o governo da Unidade Popular (1970-1973), capitaneado por Salvador Allende, apesar de não adotar uma postura contrária à UP. Cf. GARCÉS, Mario. Prólogo. In: NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario; PINTO, Julio (Eds.). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago: LOM, 2004, p. 5-14. Para Alberto Aggio, o MIR reivindicava “o controle total do poder de Estado por parte dos trabalhadores. [...] Tratava-se, assim, de preparar politicamente as massas para a inevitável confrontação armada. Para o MIR, portanto, não cabia falar de uma transição ao socialismo sem resolver previamente o problema do poder”. Cf. AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2002, p. 51. Para uma ampla introdução aos debates em torno da “via pacífica” ao socialismo no Chile, consultar: CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y el proceso de construcción estratégica de la “vía chilena al socialismo”*. Santiago: LOM, 2010.

Sepúlveda, não havia outro caminho que a luta armada, organizada e realizada por homens de ação, como Fidel Castro e Che Guevara, vistos como os “autênticos revolucionários”.⁹⁹

Ercilla se fortalecia como tribuna aberta à discussão, principalmente com a participação de representantes vinculados ao PDC e à FRAP. Outros temas tratados na coluna “Página Aberta” foram: educação e desenvolvimento; reforma ou revolução (com a participação de, entre outros, Frei e Manuel Garretón, que lamentou a oportunidade que se perdia de aproximar o governo da DC com a FRAP, para realizar uma verdadeira revolução em solo chileno);¹⁰⁰ sobre a possibilidade de se fazer a revolução sem armas; o papel social do teatro; o apoio estatal para as atividades culturais, visto como insuficiente; sobre a existência ou não de um cinema “imoral”; a polêmica entre Neruda e alguns intelectuais cubanos, após o poeta chileno participar do Congresso do P.E.N. Clube, em Nova Iorque, em 1965.

Julio Castro escreveu para *Ercilla* sobre os problemas do analfabetismo na América Latina, em um número especial sobre aspectos educacionais, quando já se falava da intensa migração dos seus “melhores homens” para os Estados Unidos e Europa. Além de análises de conjunto, houve a preocupação em abordar os cenários nacionais.¹⁰¹

A despeito disso, a posição dos principais redatores coincidia em criticar a Revolução Cubana. Por exemplo, Emilio Filippi censurou a fundação de uma seção da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em território chileno e lamentou a “ingenuidade” com que o PDC tratou do tema. Para Filippi, que assinava uma coluna intitulada *Análisis Político*, o Chile, mesmo que de certa forma resguardado internamente, podia ter problemas com seus vizinhos, ao abrigar uma instituição que nasceu na Tricontinental e que tinha o objetivo de apoiar a luta contra governos ditatoriais no continente.¹⁰²

As polêmicas em destaque nas páginas de *Ercilla* traduziram algumas das principais posições que permeavam não só o cenário chileno, mas também o uruguaio e latino-americano em geral, e que representavam o grande dilema dos setores de esquerda de meados dos anos 60. No centro das atenções, havia um desejo para se transformar a própria ideia de revolução que se conhecia até aquele momento, principalmente em relação às dúvidas sobre as possibilidades de se fazer uma revolução por meios pacíficos. E, no que toca o meio intelectual debatia-se a necessidade de deixar as penas e pegar em fuzis.¹⁰³

⁹⁹ Página Abierta. Revolución Insurgente. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.641, 23 de nov. 1966, p. 3.

¹⁰⁰ GARRETÓN, Manuel. Página Abierta. La oportunidad perdida. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.655, 22 de fev. 1967, p. 3.

¹⁰¹ Cf. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIII, n. 1.669, 31 de mai. 1967.

¹⁰² FILIPPI, Emilio ¿Legalidad de la subversión? *Ercilla*, Santiago, ano XXXIII, n. 1.677, 26 de jul. 1967, p. 5.

¹⁰³ Como demonstrou GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

Em 1966, foram publicadas várias matérias sobre as eleições uruguaias em *Ercilla*, que oscilaram entre três interpretações, muitas vezes presentes também em *Marcha*. Primeiro, ao enfatizar que os caminhos reformistas eram os preferidos pela população. Segundo, que o contexto regional projetava sombras militares sobre o país platino. Por fim, se difundia a visão de que o Uruguai passava por uma fase de labirinto eleitoral, uma vez que praticamente todos os partidos estavam divididos e apresentavam mais de um candidato às eleições.

O resultado eleitoral foi parcialmente aprovado por *Marcha*, ao afirmar que o processo havia ocorrido de forma disciplinada, madura e confiante, mesmo em face do país viver uma de suas principais crises de todos os tempos. Também salientou que o próprio governo tinha atuado de forma imparcial, limpa e decorosa, mostrando que o Uruguai ainda podia caminhar por trajetos diferentes de seus vizinhos. Finalmente, salientou a derrota governista, pois os *blancos* conquistaram 25,89% dos votos dos eleitores inscritos diante de 33,05% dos colorados. E, mais importante do que isso, destes 33,05% (548.113 votos), a lista colorada do presidente eleito recebeu somente 228 mil votos, o que mostrava que o Uruguai se encontrava bastante dividido politicamente e precisava concertar alianças para responder aos desejos da população. Entretanto, os maiores desafios e lições, para Quijano, se relacionavam ao fato das esquerdas lutarem desunidas, apesar da importante tentativa de união, com a formação da *Frente Izquierda de Liberación* (F.I.D.E.L.), com participação do Partido Comunista. O diagnóstico de Quijano era difícil para aqueles que lutavam pela transformação do Uruguai, pois salientou o crescimento muito modesto das esquerdas partidárias, cujos votos somados foram de 62.558, em 1958; 67.921, em 1962; e 71.600, em 1966. Dessa forma, era preciso afinar os discursos e as táticas para se criar uma terceira força política no país e romper o domínio colorado e *blanco*.¹⁰⁴

Mesmo com a crise e com os debates promovidos por *Marcha*, os hábitos eleitorais dos uruguaios não sofreram transformações imediatas durante as eleições de 1966. Neste sentido, o Chile apareceu como um espelho para o Uruguai, visto que as eleições de 1964 e 1970 receberam uma ampla cobertura por parte de *Marcha*, quando apoiou abertamente a candidatura de Salvador Allende à frente da FRAP. Se bem esta última foi vista como exemplo de inspiração para uma união das esquerdas no Uruguai, não se pode dizer que o semanário deixou de debater o papel da democracia-cristã no Uruguai, que inclusive publicou manifestos em suas páginas durante as eleições de 1966.

¹⁰⁴ QUIJANO, Carlos. Gran elección y gran lección. *Marcha*, Montevideo, ano XXVIII, n. 1.332, 02 de dez. 1966, p. 6-7.

Já *Ercilla*, reafirmou seu apoio a Frei, através de Hernández Parker, ao tratar da reunião dos presidentes do Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela, em Bogotá, também em 1966. Segundo Hernández Parker, o encontro buscava traçar caminhos “alternativos” para a América Latina, “não por ser neutro, mas diferente”, mesmo que as forças armadas desempenhassem um papel de maior relevo na Colômbia, no Peru e na Venezuela. Para ele, o mais importante é que se estava criando um terceiro caminho latino-americano, nem anticomunista, nem anti-castrista, pelo simples fato de que “Fidel Castro foi ignorado”.¹⁰⁵

Reforçou, portanto, o apoio a Frei, visto como uma das figuras “humanas e intelectuais de Bogotá”, ao passo que buscava mostrar que os governos reunidos não estavam assim tão preocupados com uma das declarações da Tricontinental, que consistia em apoiar a luta armada na Venezuela, Peru e Colômbia, além da Guatemala. Além disso, buscou ressaltar que Cuba já não representava a pedra de toque das reuniões, buscando ofuscar a preocupação dos governos latino-americanos em relação à difusão de guerrilhas em seus territórios.

No ano seguinte, Emilio Filippi apoiou a Democracia Cristã (DC), caracterizando-a como distinta do marxismo e da FRAP. Para o futuro diretor de *Ercilla*, as principais qualidades da DC se relacionavam à “doutrina humanista, e sua vocação democrática e popular. Almeja[va] formar uma nova sociedade ‘mais humana e mais justa’, mas não perd[ia] de vista seu respeito pela liberdade e pelos direitos do homem”.¹⁰⁶

Era o momento ideal para se falar da aproximação de parte da Igreja Católica com os movimentos que lutavam pela transformação latino-americana, particularmente daqueles que lutavam contra regimes autoritários e ditatoriais. Assim, Dom Hélder Câmara recebeu destaque por meio de entrevistas, livros e artigos, publicados entre 1967 e 1972, em que se enfatizou a luta interna que se arquitetava na Igreja Católica e a defesa pelos direitos humanos no Brasil, sob ditadura militar.¹⁰⁷

Marcha também concedeu amplo espaço para as discussões em torno dos debates internos da Igreja Católica, não somente em suas muitas páginas sobre a trajetória de Câmara, como também ao publicar vários números dos *Cuadernos de Marcha* sobre o tema. Somente a título de exemplo, os números 8 (dez. 1967), 9 (jan. 1968), 17 (set. 1968) e 24 (abr. 1969) foram publicados, respectivamente, com os seguintes títulos: *Iglesia hoy; De Camilo Torres a Hélder Câmara* (La Iglesia en América Latina); *Medellín: la Iglesia nueva*; e *Iglesia Latinoamericana: crisis y renovación*.

¹⁰⁵ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Camino latinoamericano sin tutores. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.629, 24 de ago. 1966, p. 4-6.

¹⁰⁶ FILIPPI, Emilio. Sobre la autenticidad. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIII, n. 1.673, 28 de jun. 1967, p. 5.

¹⁰⁷ Cf. El verdadero Helder Camara [sic]. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIV, n. 1.766, 23 de abr. 1969, p. 10-13.

Em relação aos movimentos guerrilheiros, *Ercilla* criticou frequentemente o MIR, ao enfatizar suas ações “ocultas”, e ressaltar que até mesmo Fidel Castro havia afirmado que não havia condições para a realização de luta armada no Chile.¹⁰⁸ Em 1970, o semanário publicou, com destaque na manchete de capa, uma ampla reportagem de Hernán Millas sobre o MIR, em que analisou sua formação, as disputas internas e seus métodos, que classificou como a “via violenta”, em evidente contraste com as propostas tanto da Democracia Cristã quanto da FRAP.¹⁰⁹ Nos números seguintes, artigos sobre o MIR voltaram constantemente às páginas de *Ercilla*, sempre de forma a ressaltar suas ações “ocultas” e violentas.

Marcha viu com ambiguidade as ações do *Movimiento de Libertación Nacional – Tupamaros* (MLN-T).¹¹⁰ Não falou em ações “ocultas” ou criticou de forma veemente as ações tupamaras. Abriu espaço para a publicação, por exemplo, de cartas de leitores que denunciavam os abusos policiais em considerar qualquer cidadão integrante dos Tupamaros. Houve também a divulgação de visões estrangeiras, como a apresentada por *Time*, ao classificá-los de *los Robin Hood de la guerrilla*, no número 1.449, de 23 de maio de 1969. Entretanto, não é possível afirmar que o semanário adotou uma posição de apoio às ações dos Tupamaros até aquele momento, ao contrário do que ocorreu com Ernesto Guevara:



Figuras 56 e 57: Capa e contracapa do número dedicado a Che Guevara (20/10/1967), por ocasião de sua morte na Bolívia.

¹⁰⁸ VEXLER, Érica. La oculta estrategia del MIR. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIV, n. 1.786, 10 de set. 1969, p. 7.

¹⁰⁹ MILLAS, Hernán. Vía violenta. La historia secreta del MIR. *Ercilla*, Santiago, ano XXXV, n. 1.812, 11 de mar. 1970, p. 11-14.

¹¹⁰ Os Tupamaros iniciaram suas ações em 1966, diante das dificuldades por que passava o Uruguai e do “giro à direita” da política do país, acentuada a partir de 1967 e 1968, quando o governo nacional passou a adotar medidas autoritárias. Os Tupamaros afastaram-se das estratégias de luta eleitorais, de grande parte da esquerda uruguaia, e defenderam a luta armada urbana. Segundo Eduardo Rey Tristán, “ainda que o MLN-T rechaçasse o foquismo castrista, por não se adequar à realidade uruguaia, de certa maneira, continuou a compartilhar sua orientação central, mesmo que com significados diferentes”. Assim, pensaram a ideia do foco revolucionário de forma “qualitativa”, isto é, “sua maior influência não era simplesmente militar, mas radicava na capacidade de comover as mentalidades revolucionárias”. Cf. REY TRISTÁN, Eduardo. *A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006, p. 171. Sobre o MLN-T, consultar também: ALDRIGUI, Clara. *La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Montevideo: Trilce, 2001.

Neste número, Ardao e Galeano homenagearam o revolucionário, ao mesmo tempo em que Fernández Retamar publicou um texto de protesto contra a política cultural dos Estados Unidos em relação à América Latina. É importante observar que, diante das *Medidas Prontas de Seguridad*, este número foi proibido inicialmente e não chegou às bancas na sexta-feira, como de costume. Os redatores de *Marcha* denunciaram a ação governamental, e o governo acabou voltando atrás e permitindo a distribuição na semana seguinte.¹¹¹ A morte de Che Guevara, por outro lado, não levou a um posicionamento favorável de *Ercilla*, que buscou tratar de sua trajetória de forma mais “informativa” e biográfica, com vários textos e até mesmo algumas cartas. Evidenciaram, portanto, suas diferenças, ainda que não de forma declarada, em relação à *Marcha* e *Casa de las Américas*, entre outras importantes revistas latino-americanas.

O último número de *Marcha* de 1967 conclamou os uruguaios a “reiniciar” a história do país, ao citar um trecho de *Martín Fierro*, do argentino José Hernández:¹¹² “y recuerde cada cual/ lo que cada cual sufrió;/ que lo que es, amigo, yo,/ hago ansi la cuenta mía:/ ya lo pasado pasó;/ mañana será otro día”.¹¹³ Vale lembrar que, entre finais de agosto e começos de setembro de 1968, o semanário foi impedido de circular por três semanas seguidas, após o assassinato do estudante Líber Arce (Líber Walter Arce Risotto) pelas forças policiais. Posteriormente, o nome do estudante foi utilizado em diversos momentos como consigna de luta, por meio do trocadilho *liberarse*.

Se o ano de 1967 terminou com *Martín Fierro* e sua mensagem de esperança, o ano seguinte se iniciou com olhares sobre “o novo socialismo” tchecoslovaco e a luta de Martin Luther King, que recebeu uma edição (12ª) nos *Cuadernos de Marcha*. Houve também a publicação de um número (16º) sobre o país europeu. A mensagem em destaque, na capa de *Marcha* de 18 de abril, de que se aproximavam tempos difíceis, selecionada de um discurso do líder norte-americano, ganhou o apoio dos movimentos estudantis no final daquele mês e também no seguinte. Na capa de 17 de maio de 1968, as palavras de Herbert Marcuse ganharam destaque: “só podemos ter esperança nos desesperados”. Diante disso, o governo uruguaio proibiu a circulação de *Marcha*, entre meados dos meses de agosto e finais de setembro, período que coincidia com as comemorações da independência uruguaia, em 25 de agosto. No primeiro número após a censura, *Marcha* colocou em destaque as palavras de

¹¹¹ Cf. La prohibición de “Marcha”. *Marcha*, Montevideo, ano XXIX, n. 1.376, 27 de out. 1967, p. 7.

¹¹² Vale lembrar que *Ercilla* publicou um texto em 1936, do norte-americano Jonh Lomax, em que afirmou que *Martín Fierro* era “um anátema contra as tiranias”. Consultar a página 65 deste trabalho.

¹¹³ *Marcha*, Montevideo, ano XXIX, n. 1.385, 29 de dez. 1967, p. 1.

Artigas contra as tiranias: “Os orientais tinham jurado no fundo de seu coração um ódio irreconciliável, um ódio eterno a todos os tipos de tirania...” (Figura 58).



Figura 58: Capa de *Marcha* com palavras de Artigas (27/09/1968)

Em dezembro, *Marcha* classificou 1968 como o “ano dos gorilas”, pediu resistência e esperança, e lançou um novo concurso de romance, ensaio e história, limitando novamente para a participação de jovens de até 30 anos. Não houve a delimitação do tema do romance, mas o ensaio devia versar sobre os próximos 30 anos do Uruguai, e o trabalho de história tinha como título: *Artigas y la integración latinoamericana*. Mas, devido às queixas dos que tinham mais de 30 anos, o concurso acabou sendo ampliado.

As críticas ao governo aumentavam rapidamente, com o reforço cada vez mais presente das *charges* e caricaturas, que usavam as atividades desportivas de Jorge Pacheco Areco como boxeador, antes de se tornar presidente, como “motivo” para as críticas.



Figuras 59 e 60: Caricaturas sobre o governo de Pacheco Areco (13/12/1968; 14/08/1969)

Legenda (59): E se ela for violada, o que faço? Peço-lhe explicações ou vou de padrinho?

Legenda (60): Ai!! Tchê, Jorge, cada vez está melhor com a direita!!

5.4 José Artigas: revisar o passado para construir o futuro

Para dar contornos finais ao presente capítulo, é importante sublinhar que *Marcha* buscou associar parte do ideário artiguista à tradição política de esquerda dos anos 60, ao argumentar que sua prédica de igualdade e reforma agrária, ou seja, o seu caráter revolucionário – a denominada Revolução Artiguista – havia sido derrotada, e, portanto, interrompida pela articulação entre as elites locais e forças internacionais. Ou, como vimos na figura 58 da página anterior, ocorreu a retomada de seu discurso contra a “tirania”.

Em outras palavras, um dos papéis de *Marcha* consistiria em “reabilitar” ou “reavivar” os projetos derrotados durante a luta pela independência da Banda Oriental,¹¹⁴ silenciados a partir dos anos 1820? *Marcha* contribuiu bastante para fortalecer o movimento revisionista que, desde a segunda metade do século XIX, buscou eliminar as interpretações negativas sobre Artigas, ainda que por caminhos diferentes.

Aliás, como salientaram diversos historiadores, a figura do “chefe dos orientais” e o seu ideário foi um dos temas mais debatidos pelos uruguaios, ao longo da história, ao sofrer divergentes tipos de apropriação. Entretanto, um traço comum das interpretações, de acordo com José Pedro Barrán, consistiu no “endeusamento do líder”. Para o historiador uruaio, que escreveu em *Brecha*,¹¹⁵ Artigas representou “a identificação da revolução com a terra, a república, a liberdade e o intérprete da vontade geral [...]”. Assim, assinalou que o “verdadeiro” Artigas foi o que conduziu a luta, ao mesmo tempo em que foi conduzido pelos demais personagens.¹¹⁶ Isto é, Barrán pediu interpretações que procurassem valorizar o papel do povo nas batalhas, para ocorrer a valorização do papel de todos na construção da história.

Em um contexto de reconhecimento do papel histórico das camadas populares, a crítica de Barrán estava endereçada, sobretudo, à apropriação do “herói” realizada pela ditadura (1973-1985), quando se decretou que 1975 seria o “Ano da Orientalidade”¹¹⁷ e se

¹¹⁴ Como era conhecida a região do atual Uruguai no período colonial, por se situar no lado leste do rio Uruguai e do Rio da Prata. Com a independência, o termo foi incorporada ao nome oficial do país: República Oriental do Uruguai. Nos finais do século XIX, ocorreu o auge do período de construção da identidade nacional uruaia, já não necessariamente oriental, pois era preciso integrar os imigrantes na ideia de nacionalidade. Contudo, o termo oriental ainda é utilizado para designar a nacionalidade dos uruguaios. Sobre a “complexa síntese” entre a ideia de ser oriental e/ou uruaio, consultar: FREGA, Ana. Uruguayos y orientales: itinerario de una síntesis compleja. In: CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL SALINAS, Carlos (Comps.). *Crear la nación. Los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 95-112.

¹¹⁵ O semanário *Brecha* foi fundado durante a transição da ditadura para a democracia, em 1985, com a participação de vários ex-integrantes de *Marcha*, como Hugo Alfaro, seu fundador e primeiro diretor. O diretor das páginas literárias de *Marcha*, entre 1968 e 1974, Jorge Ruffinelli, envia contribuições para *Brecha* até os dias atuais.

¹¹⁶ BARRÁN, José Pedro. Artigas: del culto a la traición. *Brecha*, Montevideo, 20 de jun. 1986, p. 11.

¹¹⁷ Cf. COSSE, Isabela; MARKARIAN, Vania. *1975: Año de la Orientalidad. Identidad, memoria e historia en una dictadura*. Montevideo: Trilce, 1996.

inaugurou o mausoléu de Artigas na Praça Independência, localizada no centro de Montevideu. Entretanto, como lembrou recentemente Ana Frega, algumas frases foram proibidas de ser inscritas, como “*Mi autoridad emana de vosotros y ella cesa por vuestra presencia soberana*”; “*Sean los Orientales tan ilustrados como valientes*” ou ainda “*Clemencia para los vencidos*”.¹¹⁸

O artigo de Frega traçou os principais movimentos de apropriação de Artigas, ao longo da história uruguaia, a partir das críticas de Pedro Feliciano Sainz de Cavia e Domingo Faustino Sarmiento até as propostas de revitalização do “culto artiguista”, durante as discussões parlamentares a respeito da comemoração do Bicentenário das lutas independentistas. Enfatizou algumas das importantes contribuições de meados do século XX, vinculadas às comemorações do centenário de seu falecimento, em 1950, e bicentenário de seu nascimento, em 1964, e sublinhou que Artigas passou a ser visto, entre outros atributos, particularmente por alguns setores da esquerda dos anos 60, como “defensor dos pobres, condutor de uma revolução agrária e impulsor da pátria grande americana”.¹¹⁹

Anteriormente, Jaime Yaffé mostrou como Artigas foi apropriado pela esquerda uruguaia, especialmente pela Frente Ampla, e afirmou que o processo de resgate do artiguismo foi mais claro a partir de meados dos anos 60.¹²⁰ Por outro lado, Wilson González Demuro questionou principalmente os marcos cronológicos de Yaffé, ao assinalar que esta operação obteve maiores ecos anteriormente.¹²¹

Marcha, antes mesmo de 1950, tratou algumas vezes de Artigas, e, em 1950, abriu suas páginas para os estudos historiográficos de Juan E. Pivel Devoto, intitulados *De la leyenda negra al culto artiguista*. De um lado, o que se chamou de *leyenda negra*; de outro, o culto à sua personalidade. Além disso, houve a realização de um concurso, naquele ano, de contribuições originais sobre Artigas na história da independência do Rio da Prata em geral e do Uruguai em particular. Os olhares sobre Artigas estavam articulados às comemorações do centenário de seu falecimento, o que levou, por exemplo, à criação da *Biblioteca Artigas* –

¹¹⁸ FREGA, Ana. El Bicentenario en Uruguay: apuntes para un nuevo debate. *Revista Estudios del ISHiR*, CONICET, Rosario, Argentina, ano 1, n. 1, p. 19-20, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ishir-conicet.gob.ar/index.php/revistaISHIR>> Consulta em: 10/09/2012. Para uma introdução ao “artiguismo”, ver: Idem. *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista*. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

¹¹⁹ Idem. El Bicentenario en Uruguay: apuntes para un nuevo debate, p. 19.

¹²⁰ YAFFÉ, Jaime. La izquierda uruguaya y el pasado revolucionario oriental. ¿Una leyenda roja del artiguismo? In: FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Coords.). *Nuevas miradas en torno al Artiguismo*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UDELAR), 2001, p. 411-422.

¹²¹ GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. De historiografías y militancias. Izquierda, artiguismo y cuestión agraria en el Uruguay (1950-1973). *Anuario de Estudios Americanos*, v. 60, n. 2, p. 635-689, 2003. Disponível em: <<http://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/161/165>> Consulta em: 10/09/2012.

Colección de clásicos nacionales, empreitada editorial do Estado, dirigida pelo próprio Pivel Devoto.

Com a entrada dos anos 60, a imagem de Artigas passou a ser vinculada de forma mais frequente aos movimentos de esquerda que buscavam a “libertação” de alguns “povos latino-americanos”, quando se traçaram paralelos entre sua figura, José Martí e Che Guevara.

Enquanto Quijano, Frugoni e alguns outros intelectuais expressavam o apoio aos revolucionários, mas pediam cautela em relação à aproximação de Cuba com a URSS, as páginas de *Marcha* anunciavam os programas que a *Casa de la Cultura Artigas-Martí* difundiam pela Rádio Nacional. Somente a título de exemplo, alguns títulos dos programas foram *Alta es la noche, y América vigila*; e *Sandino, general de hombres libres*.

Em 1961, ao lado do amplo debate sobre a Revolução Cubana, Carlos Quijano impulsionou a volta de Artigas, ao publicar o editorial *El gran traicionado*, em que antecipou parte das críticas de Barrán sobre o quão estéril pode ser insistir sobre a *leyenda negra*, mas, acima de tudo, tratar Artigas em termos hagiográficos. Nos dois casos, a imagem, como salientou Quijano, se desfigurava e continuava a trair o personagem histórico. Argumentou que o grande dilema daquela segunda década do século XIX oscilou entre a “liberdade – aventura e risco – e a segurança – submissão e prebendas”. Mas, apesar de reivindicar um personagem de “sangue, nervos, ossos e barro”, Quijano construiu uma interpretação que não abandonou completamente a imagem do “heraldo e profeta da revolução nacional, essa que ainda espera o chamado dos tempos para se realizar”.¹²²

Em 1963, Barrán publicou em *Marcha* alguns trechos de *Bases económicas de la revolución artiguista*,¹²³ livro publicado em conjunto com Benjamín Nahum, em 1964, o que obteve ampla recepção no Uruguai, com mais duas edições até 1968, e diversas reimpressões. O livro foi importante no interior do movimento historiográfico de revisão das três primeiras décadas do século XIX, particularmente a respeito das questões agrárias na região da Banda Oriental, como lembrou González Demuro.¹²⁴ As contribuições de Barrán não foram tão frequentes como as de Pivel Devoto, em 1950, mas mostravam que *Marcha* se conectava ao movimento da “Nova História” do Uruguai, orientada para revisar o passado independentista.

Evidentemente que a ascensão das correntes conservadoras e dos militares no Brasil e na Argentina renovou a apreensão quanto ao Uruguai sofrer intervenções, que pudessem

¹²² QUIJANO, Carlos. El gran traicionado. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.058, 19 de mai. 1961, p. 4-5.

¹²³ BARRÁN, José Pedro. A propósito del aniversario de las instrucciones. Bases económicas del federalismo artiguista. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV n. 1.152, 19 de abr. 1963, p. 26-27.

¹²⁴ GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. De historiografías y militancias. Izquierda, artiguismo y cuestión agraria en el Uruguay (1950-1973), p. 650.

lembrar aquelas ocorridas nas primeiras décadas do século XIX. Não se pode esquecer que a derrota militar do artiguismo, entre 1816 e 1820, foi fruto da coalizão entre proprietários de terras da Banda Oriental, o Governo de Buenos Aires e o Império Luso-Brasileiro, levando Artigas a aceitar a derrota e partir para o longo exílio de 30 anos no Paraguai.

O contexto era, além disso, mais complexo, pois os anos 60 também foram marcados pela comemoração do sesquicentenário das lutas pela independência no Rio da Prata, e pelo bicentenário do nascimento de Artigas, comemorado em 1964. No que tocavam as relações com o Brasil, a coincidência da data não podia ser mais interessante para impulsionar ainda mais a apropriação do Artigas libertário, uma vez que, com a deposição de João Goulart, os riscos de intervenção sobre o Uruguai foram vistos como iminentes, principalmente devido ao exílio do ex-presidente em terras “orientais” e de muitos outros perseguidos políticos no “gigante vizinho”. Vale lembrar uma vez mais que *Marcha* constantemente se referia aos perigos do Uruguai ser transformado em Cisplatina.

Assim, em 1964, foram publicados diversos textos sobre Artigas, especialmente no número que lhe foi dedicado, em 20 de junho, do editorial *El hombre solo* até uma segunda e terceira seções, sobre as ideias e os inimigos de Artigas, respectivamente. O editorial *El gran traicionado*, de Quijano, foi publicado novamente, ao lado de documentos e textos de, entre outros, Nahum, Barrán, Eugenio Petit Muñoz e Oscar Bruschera.¹²⁵

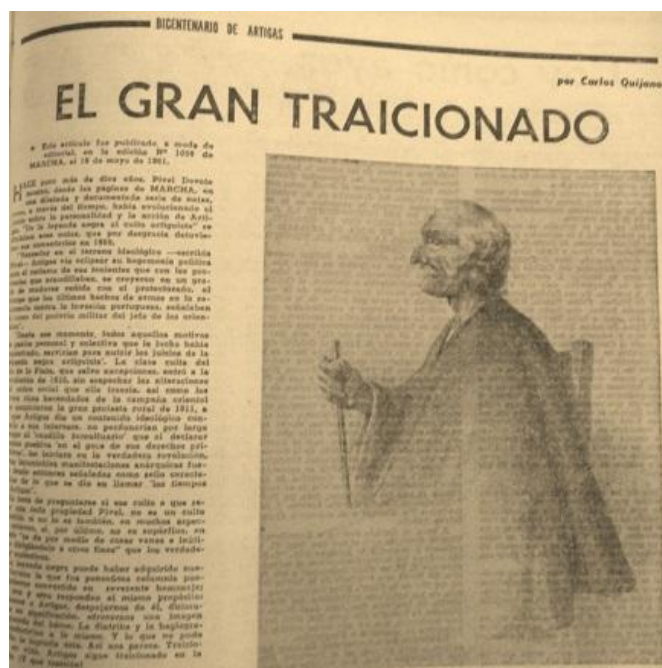


Figura 61: Desenho de Artigas, por Alfredo Demersay, publicado em *Marcha* (20/06/1964)

¹²⁵ *Marcha*, Montevideo, ano XXV n. 1.210, 20 de jun. 1964.

Não se pode deixar de ressaltar, como vemos na figura acima, que o editorial foi publicado junto com o desenho feito por Demersay, elaborado ao visitar Artigas no Paraguai. Mesmo que não se saiba se a representação é realmente do líder oriental, *Marcha* estampou uma das imagens menos difundidas de Artigas, já ancião, mostrando que os “heróis” também sofriam a ação do tempo, mas suas ideias podiam continuar a inspirar novas gerações.

Marcha salientou o projeto artiguista de liberdade, igualdade e união dos povos, que coincidia, em parte, com a profusão de obras historiográficas sobre o papel de Artigas nas lutas pela emancipação do Rio da Prata. A segunda seção de 10 de setembro de 1965 foi dedicada à luta pela independência platina, cujo título principal cunhado por Nelson de la Torre, Julio C. Rodríguez e Lucía Sala de Tourón foi *150 años de la revolución perdida*. De forma convergente, os subtítulos buscavam preparar a recepção do texto pelos leitores. Os principais subtítulos foram *Los vencidos pagan la fiesta de la burguesia triunfante*; *La revolución agraria como revolución nacional en lucha contra el invasor*; e *El Cabildo cómplice de la vieja contrarrevolución*.¹²⁶

O movimento de recuperação de Artigas, em tempos de rupturas profundas do imaginário batllista, ganhou um integrante de peso, pois o também colaborador de *Marcha* Alfredo Zitarrosa compôs *A José Artigas*, canção gravada em 1966:

Vidalita acordate de José Artigas,/ y endúlzate la boca, cuando lo digas./ A la huella de un siglo que otros borraron,/ mintiendo los martirios del traicionado./ A la huella vieja, vidualitay,/ que te estoy buscando, junto a Lavalleja, vidualitay,/ yo quiero oírte andando./ A la huella, primero, de José Artigas,/ y sácate el sombrero, cuando lo digas./ [...]/ Vidalita orientala, lejana y pura,/ a la patria cantala sin amargura./ No hay más huella, canejo, que la de Artigas,/ y jugate el pellejo, cuando la sigas./ Patria sola y patria, vidualitay,/ patria sola y muda, rompé tu silencio, vidualitay,/ vamos en tu ayuda./ En tu ayuda, ¡ay paisanos!, monten baguales; / vamos mano con mano, los orientales"./[...].¹²⁷

A revalorização de Artigas ultrapassou as fronteiras nacionais com a música *Tierra de Artigas*, composta pelo uruguaio Víctor Lima, em 1968, ao entrar no repertório do grupo chileno Quilapayún, importante participante do movimento da *Nueva Canción Chilena*:

¹²⁶ Ver: *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXVII, n. 1.271, 10 de set. 1965. Vale ressaltar que a editora Arca publicou, em 1974, a obra dos três pesquisadores com o título de *Artigas: tierra y revolución*.

¹²⁷ Grifos meus. A título de curiosidade, em meio aos problemas enfrentados pelo país pós-ditadura, a banda *Cuarteto de nos* difundiu a música intitulada *El día que Artigas se emborrachó*, que causou enorme polêmica, em 1996. Não se pode deixar de notar que a visão sobre Artigas se inscrevia, em parte, em um ambiente que pedia o tratamento dos heróis como seres humanos, com problemas e fraquezas: *El día que Artigas se emborrachó/ hizo cualquier cagada como un buen señor [...] Se emborrachó, porque la guerra perdió [...] Mamado hasta las patas dijo "me gusta esa china"/ y en realidad no era otro que el negro Ansina, fajó a Lavalleja que le quiso explicar/ pero el pedo se le fue recién en el Paraguay. [...] "Whisky para los vencidos!"*

El Uruguay es mi tierra,/ Pétalo blanco y azul,
De esta rosa siempre viva/ Que es América del Sur
Vengan tiranos,/ Vengan nomás,
Que nuestra sangre/ Los golpeará.
Aunque en mi tierra querida/ No todo vaya muy bien
Yo no me voy de esta tierra/ Donde siempre estoy de pie.
La tierra del viejo Artigas/ Aunque tenga que penar
Sabe sacar rebeldía/ De su propia adversidad.

Ao contrário de *Marcha*, *Ercilla* concedeu pouco espaço para a leitura da história nacional em suas páginas. Isto é, não houve, no semanário chileno, como em *Marcha*, a retomada explícita e sistemática de ideários ou de personagens do século XIX para tecer linhagens, heranças ou tradições de luta pela transformação do país. Houve espaço para alguns textos de história em *Ercilla*, mas, ao contrário da *Marcha* dos anos 60 – que abriu suas páginas, sobretudo para os historiadores vinculados, direta ou indiretamente, aos movimentos de esquerda – um dos poucos autores enfocados em *Ercilla*, mesmo que de forma bastante rápida, foi, para usar as palavras de Cristián Gazmuri, o “ardente católico e hispanista” Jaime Eyzaguirre.¹²⁸ Segundo Gabriel Salazar e Julio Pinto,¹²⁹ a obra de Eyzaguirre tornou-se uma importante referência da historiografia conservadora chilena, produzida entre os anos 1920 e 1950, ao lado de outros dois historiadores: Alberto Edwards e Francisco Antonio Encina. A obra de Edwards teceu visões positivas acerca de Diego Portales e da chamada República Autoritária (1830-1861), cuja ênfase repousou sobre a restauração da ordem após os conflitos, no interior dos movimentos pela independência. Em comum, os três historiadores buscaram no período “portaliano” uma espécie de “mito das origens”, que estava estreitamente permeado pela nostalgia da liderança aristocrática, perdida após os anos 1920.

Muito provavelmente o perfil requerido de uma publicação informativa e imparcial levou *Ercilla* a não se enveredar pelos caminhos do debate historiográfico, como *Marcha*, durante os anos 60. A ênfase sobre o reformismo e a vitória, amplamente festejada, da Democracia Cristã também contribuíram para a ausência da retomada de projetos, ou autores, que denunciavam as injustiças ou os riscos de ações imperialistas no Chile.

Cabe anotar que, durante as comemorações dos 150 anos de início da luta pela independência do Chile, foram tecidas mais visões positivas do que críticas sobre o país, a contrapelo do canto de Violeta Parra, como vimos na epígrafe do presente capítulo e a seguir:

¹²⁸ GAZMURI, Cristián. Influencias sobre la historiografía chilena: 1842-1970. In: DE MUSSY, Luis G. (Ed.). *Balance historiográfico chileno: El orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007, p. 88.

¹²⁹ SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile II. Actores, identidades, movimientos*. Santiago: LOM, 1999, p. 27-33.

“Yo paso el mes de septiembre con el corazón crecido,/ De pena y de sentimiento, de ver mi pueblo afligido/ El pueblo amando la patria y tan mal correspondido,/ El emblema por testigo”.

Em *Ercilla*, foram colocados lado a lado as figuras de dois de seus principais líderes do século XIX: Bernardo O’Higgins e Diego Portales. Também se falou que o Chile, ao lado da Argentina, do México e do Uruguai, em comparação aos demais países latino-americanos, tinha conseguido diminuir, ainda que de forma insatisfatória, a brecha das desigualdades e da miséria, e que o país se caracterizava mais pelo diálogo e resolução das diferenças pelas vias legais. Contudo, é bom frisar, uma vez mais, que nenhum redator ou colaborador pintou um Chile sem problemas.¹³⁰ O panorama foi bastante heterogêneo, pois também se falou, em alguns momentos, dos *huasos*, dos *rotos* e dos mapuches. Ainda assim, e guardadas algumas críticas, ficaram evidentes as celebrações da institucionalidade e da “democracia” chilena.

O elogio do Chile acentuou-se com a vitória democrata-cristã, vista como capaz de resolver grande parte dos problemas que assolavam o país, como a inflação, a distribuição desigual de terras, as desigualdades sociais, a falta de moradias para todos os habitantes do país, a alfabetização ainda insuficiente, entre tantos outros problemas. Assim, a maior parte dos redatores permanentes de *Ercilla* esperou que a “crise integral”¹³¹ se transformasse em uma lembrança próxima, mas superada.

Em *Ercilla*, o presente e o futuro – além do passado – mostravam-se promissores, ao contrário do que ocorria em *Marcha*. Contudo, esta leitura, permeada por muitas expectativas, não prevaleceu durante os anos 70.

¹³⁰ *Ercilla*, Santiago, ano XXVI, n. 1.320, 07 de set. 1960; *Ercilla*, Santiago, ano XXVI, n. 1.321, 14 de set. 1960.

¹³¹ De acordo com as interpretações de: MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2006, p. 193; PINEDO, Javier. Lo que estaba en el ambiente. Una lectura de *La crisis integral de Chile* de Jorge Ahumada, y su relación con el pensamiento de los años 60 en Chile. *Universum*, Universidad de Talca, n. 18, p. 147-172, 2003; Idem. El pensamiento de los ensayistas y científicos sociales en los largos años 60 en Chile (1958-1973). Los herederos de Francisco A. Encina. *Atenea*, n. 492, p. 69-120, 2005.

CAPÍTULO 6

Projetos editoriais em tempos do *boom*

Quizá lo más estimulante para las vocaciones literárias es que el escritor incipiente perciba que lo contemporáneo adquiriera forma en las páginas de outro escritor [...]

José Donoso, *Historia personal del “boom”*

No sólo es legítimo interrogarse sobre las opciones del boom, entendido como un proceso que se superpone a la producción literaria, sino también sobre su acción [...] en la producción de nuevas obras y asimismo sobre sus efectos en el mismo comportamiento del escritor como hombre público que es.

Ángel Rama, *El boom en perspectiva*

O presente capítulo foi pensado como uma ponte entre os debates políticos ocorridos nos anos 60 e 70, e deve ser visto como uma divisão didática em relação aos outros dois capítulos desta parte. A abordagem direcionou-se principalmente para as discussões sobre o papel dos intelectuais e da literatura engajada em face do *boom* latino-americano. Se no capítulo 3 enfatizei o projeto livresco de *Ercilla*, neste capítulo é a vez dos *Cuadernos* e *Biblioteca de Marcha* serem inscritos nos projetos editoriais do Uruguai, em conexão com o que ocorria em toda a América Latina e Europa.

Começo com a problematização do intenso debate que se arquitetou em torno das relações entre cultura e política, priorizando as posições defendidas no interior de *Ercilla* e *Marcha*, mas sem perder de vista o fato de que seus redatores e colaboradores circulavam por um espaço muito mais amplo, ao participar de diferentes redes de sociabilidade intelectual.

O segundo passo consistiu em levantar algumas questões a respeito do universo editorial dos dois países sul-americanos, mas com ênfase sobre o Uruguai, uma vez que a editora *Ercilla* foi vendida para *Zig-Zag*, no final dos anos 50, e praticamente não publicou títulos originais com o selo que anteriormente circulou por toda a América Latina. Assim, tratar também da fusão entre as duas editoras chilenas demandaria esforços de pesquisa e espaço impossíveis de ser realizados. Até mesmo porque a pesquisa teria que se expandir em relação às atividades anteriores de *Zig-Zag*.

Nesse sentido, um dos objetivos consistiu em articular o *boom* doméstico uruguaio ao já bem discutido *boom* da literatura latino-americana. Evidentemente, não pretendo fazer uma análise extensa sobre o tema, mas, de forma muito mais modesta, trazer algumas questões que repercutiram de forma mais vibrante nas páginas de *Marcha* e *Ercilla*.

Por último, abordei com um pouco mais de detalhe os sinuosos caminhos percorridos por *Don Quijano de la Marcha* e seus companheiros de rota para colocar em prática o declarado sonho de dotar o grupo de uma importante editora.

Ainda que o eixo da argumentação esteja centrado sobre as discussões em torno do mundo editorial, a formação dos leitores e as dificuldades enfrentadas pelos escritores e críticos nos dois países, a análise se expande em alguns momentos para as discussões sobre outras manifestações culturais, uma vez que o debate ocorreu de forma conectada entre todos os personagens que passaram pelas “páginas culturais” dos dois semanários.

6.1 Entre a cultura e a política? Os intelectuais e o seu papel político-social

Até o final da década de 50, não houve uma grande ruptura em relação aos debates arquitetados nas décadas anteriores. Em *Marcha*, Benedetti reforçou a distinção entre os leitores realizada no início dos anos 40, ao afirmar que os diários não eram lidos, na maior parte das vezes, mas olhados, levando-os a apresentar cada vez menos textos e mais manchetes. Entretanto, ainda havia aqueles que queriam ler os diários e pressionavam por importantes mudanças em sua confecção, que podiam ser sentidas na Montevideu de finais dos anos 50. Argumentou, além disso, que parte das transformações advinha do fato de que, antes de aprender a escrever bem, os novos jornalistas, ou escritores que não podiam viver de outra forma, haviam aprendido a ler obras literárias. Finalmente, Benedetti afirmou que a situação era curiosa, pois as duas principais gerações anteriores, a de 1900 e a do Centenário, não haviam se dirigido tão habitualmente à imprensa quanto as atuais.¹

Porém, o olhar de Benedetti transitou por caminhos um pouco diferentes daqueles de 1942, pois sua preocupação não era a de sustentar uma suposta superioridade dos semanários em face dos diários, mas pensar o lugar do escritor no Uruguai. Assinalou, dessa maneira, que as novas gerações se adaptaram bem ao mundo jornalístico, que se nutria da presença de literatos e críticos em seus quadros. Além disso, levantou uma questão muito importante, sem encontrar uma resposta satisfatória: “a crítica e a literatura se beneficiaram do jornalismo?” Havia um tom angustiante nas palavras de Benedetti, que batalhava pelas possibilidades de profissionalização dos escritores, sem ter que deixar o Uruguai e buscar outros meridianos.

¹ BENEDETTI, Mario. Aquí y ahora. Escritores para la prensa. *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 910, 09 de mai. 1958, p. 23.

Em suma, questionava-se até quando aquela situação perduraria, sem deixar de retomar a pergunta que ecoava há algum tempo entre os homens de letras: “para quem” se escreve?²

O espaço para o estudo da imprensa ampliava-se e o ensaísta uruguaio Roque Faraone passou a publicar algumas hipóteses sobre os diários de Montevideú. A primeira, sobre a proporção entre publicidade e manchetes, de um lado, contra texto contínuo, de outro. Nesta análise, chegou à conclusão de que, em alguns dos diários mais lidos, o espaço destinado para os textos quase não ultrapassava 50% do total. Uma segunda consideração consistiu em destacar que o governo nacional subvencionava o papel para a imprensa. Finalmente, tentou explicar a “ajuda desmedida do Estado” pelo fato da imprensa ser bastante vinculada a grupos e partidos políticos, o que limitava, sob sua ótica, o nascimento de uma imprensa objetiva e a credibilidade das notícias publicadas em Montevideú.³

Em relação aos semanários, inicialmente o modelo de renovação intelectual do pós-guerra continuava a ser a França, uma vez que Ángel Rama afirmou que *L'Express* não somente adentrava com acuidade o universo político do cenário europeu, particularmente sob as lentes de Servan Schreiber, como também “[sabia] penetrar com tranquila lucidez os problemas morais, artísticos e literários do novo tempo em que vivemos [...]”.⁴

As discussões giravam em torno dos problemas materiais e simbólicos que acometiam o mundo dos intelectuais, com a significativa participação dos dois países sul-americanos como centros de seus encontros, e desencontros. Nesse sentido, o debate dos “Cursos de Verão”, promovidos pela *Universidad de Chile*, em 1960, não deixaram dúvidas de que se esperava a participação dos escritores e intelectuais nos debates a respeito dos destinos da América Latina. Durante vários dias participaram de mesas redondas, entre tantos outros, Manuel Seoane, Germán Arciniegas, Salvador Allende e Eduardo Frei.⁵

Entretanto, a discussão em *Marcha* foi muito mais presente. Aliás, em 1959, Ángel Rama, que ainda não havia assumido a direção das páginas literárias, publicou o texto *El intelectual y la política*, em que não deixou dúvidas sobre sua posição em relação ao tema. Rama apoiou as críticas do livro *Acusación y defensa del intelectual*, do argentino Sergio Bagú, publicado no mesmo ano, contra o historiador estadunidense H. Stuart Hughes, que havia afirmado ser o “intelectual” um ser “anacrônico”. Além disso, Rama sustentou que parte

² *Ibidem*, p. 23.

³ FARAONE, Roque. Papel, tinta, avisos y dólares. *Marcha*, Montevideo, ano XX, n. 941, 12 de dez. 1958, p. 11. Ver também: Idem. Prensa, educación y cultura. *Marcha*, Montevideo, ano XXI, n. 991, 26 de dez. 1959, p. 8.

⁴ RAMA, Ángel. *L'Express*. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXI, n. 974, 28 de ago. 1959, p. 15. *Marcha* adquiriu os direitos de publicação de *L'Express* no Uruguai, assim como *Ercilla* em relação ao Chile.

⁵ Balance y fundamentos del diálogo internacional. “¡Americanos del Sur, Unios!” *Ercilla*, Santiago, ano XXVI, n. 1.289, 03 de fev. 1960, p. 8-9.

do problema do debate nos Estados Unidos se originava da extrema especialização das atividades vistas como intelectuais. Mas o maior risco se estruturava quando à especialização se somava “uma falta de formação política no sentido moderno e amplo do termo”.⁶

Segundo o crítico uruguaio, Bagú tinha razão ao criticar o intelectual que “acredita[va] que [era] possível realizar uma obra à margem de toda implicação política [...]”. Assim, o intelectual tinha que ser consciente do lugar público que ocupava na sociedade, de suas responsabilidades e das repercussões de sua obra. Sustentou que era preciso ter direito à heterodoxia, isto é, “a possibilidade de discordar a fundo das ideias sustentadas pela sociedade em que vive e de poder expressar sua discrepância [...]”. A postura de um intelectual era, aos olhos de Rama, a da “livre especulação”, mesmo com seus riscos.⁷

A riqueza temática prevaleceu em *Marcha* de 1959 a 1960, pois enquanto se publicavam textos sobre e de André Malraux, Rama abordava a “literatura feminina”, particularmente aquela criada nos Estados Unidos, Inglaterra e países escandinavos, bem como a presença da sexualidade em autores masculinos. Também enriqueceria os debates sobre Camus e seu humanismo laico, contra o cristianismo e o comunismo.⁸

Em termos nacionais, Rama afirmou que Benedetti era o grande escritor que traduzia uma presumida “crise moral” por que passava o Uruguai, devido ao seu comprometimento, em *El país de la cola de paja*. Fez das palavras de Benedetti as suas, para criticar o período que era vivido de forma aflitiva: “acredito firmemente que o que nos levou a esta apatia quase desesperada, a esta situação de colapso social, relaciona-se mais com as claudicações e covardias individuais do que com projetos teóricos ou plataformas ideológicas”.⁹

A mensagem para os leitores e jovens escritores era bastante clara: era preciso o comprometimento de todos, inclusive dos homens de letras, para transformar o país em todas as suas esferas. A responsabilidade individual não podia ser descartada. Mas Rama pedia que tipo de compromisso, o da obra, do cidadão ou de ambos?

⁶ RAMA, Ángel. El intelectual y la política. *Marcha*, Montevideo, ano XXI, n. 984, 06 de Nov. 1959, p. 21. Em 1961, o semanário publicou uma carta de Arthur Miller, por meio da qual tratava da “volta” dos intelectuais à cena política norte-americana, após o fim da “caça às bruxas” do macarthismo. Cf. MILLER, Arthur. Los intelectuales vuelven a la escena. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.050, 17 de mar. 1961, p. 15-16.

⁷ *Ibidem*, p. 21.

⁸ Cf. Por André Malraux – El arte es la humanización del mundo. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXI, n. 974, 28 de ago. 1959, p. 1; RAMA, Ángel. Una literatura femenina. Las tramposas escriben y luego vuelven al hogar. In: *Ibidem*, p. 14-15. Neste texto, Rama criticou as “feministas de velha escola, amantes da ordem e da moral burguesa, quando comparadas com as novas narradoras, das quais [eram] bem conhecidas Simone de Beauvoir, e, ainda que em um plano evidentemente menor da hierarquização artística, Christiane Rochefort. [...]”. O que as aproxima[va] dos romancistas masculinos [era] a técnica, a naturalidade da confissão, a decisão para abordar novos temas, em uma palavra, ter nascido depois de Henry Miller, Jean-Paul Sartre, William Faulkner”.

⁹ Idem. El escritor y su país. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.040, 23 de dez. 1960, p. 20. Até 1961, o livro de Benedetti recebeu três edições.

Na página vizinha à que tratou de Benedetti, Rama falou com ironia da “pudica dama literatura” e assinalou que faltava, e muito, para que os escritores uruguaios ultrapassassem alguns limites, principalmente em relação às temáticas sexuais. Ainda que às vezes motivado por um “afã sensacionalista”, se havia público, argumentou, para *Lolita*, *Hiroshima mon amour*; *La dolce vita*; e *La buena edad*, por exemplo, por que a literatura nacional pós-1930 se calara sobre o tema? Anteriormente a situação era um pouco diferente, a seu ver, com obras de Javier de Viana, José Pedro Bellán e as cartas de Quiroga, que não se ruborizavam em tratá-lo. Era preciso, portanto, deixar para trás falsos moralismos e mergulhar de forma “valente nestas realidades comprovadas”.¹⁰

As discussões de Rama articulavam-se ao desejo de conhecer os hábitos de leitura dos uruguaios, para fugir das lamentações e das considerações um pouco impressionistas de muitos críticos e escritores, com a realização de algumas pesquisas, como o fizera Rodríguez Monegal anteriormente. Para os escritores, Rama perguntou, entre outras questões, sobre as condições de trabalho, as dificuldades para publicar, a responsabilidade dos intelectuais, o papel da crítica literária e como alimentar a relação com os leitores.¹¹

O escritor e líder do Partido Socialista uruguaio, Emilio Frugoni, respondeu às perguntas de Rama e afirmou que somente havia uma medida eficaz para manter viva a comunicação entre o autor e o seu público leitor: “colocar a obra do escritor ao alcance de todos os bolsos. Baratear o livro nacional e estimular a edição de livros nacionais”.¹²

Em dezembro do mesmo ano, Ángel Rama ampliou a pesquisa anterior, ao procurar focalizar os leitores e parte de seus hábitos de leitura, ainda que pelo olhar de alguns editores, distribuidores e livreiros. Na introdução aos resultados da pesquisa, afirmou que:

No Uruguai, reúnem-se doze e compram um livro, dizia uma vez López Llausas. Contudo, acrescentaríamos: quantos os leem depois? O livro é o instrumento mais fácil de emprestar e de ser apropriado pelo próximo de que se tem notícia, e ninguém se considera um ladrão por ficar com a biblioteca de um amigo. Multiplicar por quatro o número de exemplares vendidos é um método tímido para calcular leitores se tratamos de romances e otimista se tratamos de livros de estudo.¹³

¹⁰ Idem. En este país: La pudica dama “Literatura”. *Marcha*, Montevideo, ano XXII, n. 1.040, 23 de dez. 1960, p. 21. É importante salientar que, durante os anos 40, havia uma coluna de *Marcha* intitulada *En este país*, que criticava as diversas esferas de sociabilidade uruguaia.

¹¹ Encuesta literaria de *Marcha*. Contesta Emilio Frugoni. *Marcha*, Montevideo, ano XXI, n. 1.007, 06 de mai. 1960, p. 22-23.

¹² *Ibidem*, p. 23.

¹³ Una encuesta de Ángel Rama ¿Qué leen los uruguayos? *Marcha*, Montevideo, a. XXII, n. 1.038, 09 de dez. 1960, p. 22.

Rama coletou algumas declarações bastante interessantes, como a do “Sr. X”, identificado como um especialista em edições clandestinas, que conhecia bastante bem as versões não autorizadas de *Bonjour tristesse*, de Françoise Sagan, e do sucesso de vendas *Doutor Jivago*. Para o “Sr. X”, as soluções para as editoras uruguaias deviam estar relacionadas a iniciativas com vistas ao mercado mundial:

O que querem? Todo o Uruguai é a terceira parte da Grande Buenos Aires. Com um público tão reduzido, como pensar em grandes tiragens? E se não há grandes tiragens, tampouco é possível baratear um livro, nem pensar em encarar seriamente um negócio. A única solução para o Uruguai é lançar-se ao mercado internacional.¹⁴

Ao final da pesquisa, Rama – que a partir daquele momento passou a examinar algumas bibliotecas privadas de escritores uruguaios, como, por exemplo, a de Mario Benedetti – teceu algumas considerações, que, a seu ver, deveriam ser tomadas com cautela por serem provisórias e incompletas:

O país tem um público leitor e uma inclinação para a leitura, talvez superior ao de outros países americanos, mas visivelmente insuficiente tendo-se em conta a população e a porcentagem de alfabetizados.

Quem mais lê são as crianças e os adolescentes. Depois dos quinze anos produz-se um crescente abandono do hábito de leitura até desaparecer nos demais.

As livrarias atendem a uma ‘elite’ intelectual que, no melhor dos casos e quando a imprensa divulga por distintas razões um volume, pode chegar aos cinco mil leitores. Essa mesma ‘elite’ pode ampliar-se em casos excepcionais até a sua duplicação, mas não cria um público leitor permanente.

[...]

Há uma muralha que, quando ultrapassada, oferece uma clientela muito mais extensa – 50.000 livros – que se abastece de obras policiais e romances rasos. Ao multiplicar essa cifra por quatro teríamos 200.000 leitores para subprodutos, isto é, apenas 10% da população alfabetizada do país. Se compararmos com as tiragens dos diários se comprovará que os leitores em potencial no Uruguai são absorvidos pela imprensa. O uruguaio é um dos maiores consumidores de diário do mundo todo, portanto, é um escasso consumidor de livros. Grande parte da instabilidade cultural do país explica-se por esse desvio em relação ao livro.¹⁵

Para o crítico de *Marcha*, as décadas de 40 e 50 haviam sido marcadas pela expansão da imprensa, com subsídios estatais, e o país possuía doze diários para uma população inferior a três milhões de habitantes. Para usar as suas palavras, o país, “que não existia nas estatísticas mundiais de produção de livros, por outro lado, ocupava um dos primeiros lugares

¹⁴ *Ibidem*, p. 23.

¹⁵ *Ibidem*, p. 23.

no consumo de diários”, o que havia levado os literatos a migrar para aquele mercado, estabelecendo uma estreita relação entre a literatura e o jornalismo.¹⁶

Tal reflexão necessita ser parcialmente reconsiderada, fundamentalmente no que toca à sua conclusão, apesar de ter advertido que fosse incompleta e provisória. A hipótese de que os uruguaios, por consumirem muitos jornais, fossem escassos compradores de livros demanda alguns matizes. Talvez, mais criterioso fosse argumentar que os uruguaios liam os autores nacionais contemporâneos principalmente pelas páginas de alguns diários, semanários e revistas, mas não deixavam de comprar os livros publicados por editoras estrangeiras¹⁷ ou por algumas editoras nacionais, como, por exemplo, a *Editorial Pueblos Unidos*, que a partir de meados da década de 40 publicava um significativo número de livros, anunciados habitualmente nas páginas de *Marcha*. Outras editoras mais jovens também já começavam a anunciar seus livros habitualmente durante os anos 50 e 60. Rama chegou a matizar esta interpretação, ao focar as relações entre o público e os escritores. Assinalou que estes habitualmente argumentavam que havia poucos leitores, ao passo que os críticos sustentavam que os problemas repousavam sobre a baixa qualidade das obras, e se esqueciam de que havia diferentes tipos de público reais e em potencial. Portanto, o problema era mais complexo e necessitava discussões que ultrapassassem a acusação dos outros.¹⁸

Argumentou, além disso, que o público respondia a um critério que chamou de “eficiência literária”, delimitado particularmente pela literatura estrangeira: “romance policial, folhetim sentimental e literatura de vanguarda”. Assim, em primeiro lugar, o escritor nacional tinha que ter em seu horizonte esse modelo para conseguir estabelecer uma comunicação mais ampla com o público. Ainda que resguardasse as possibilidades de tratar os romances policiais como “arte superior”, Rama afirmou que considerá-los como “literatura bastarda” tampouco ajudava na aproximação com os leitores. Não era necessário transitar por seus caminhos, mas aprender que se enfrascar no “amadorismo orgulhoso” não podia trazer bons resultados. Para concluir, assinalou que era preciso incorporar a ideia de que os leitores não eram passivos, “de que nele se realiza plenamente a obra” e, ao citar Sartre, de que a estrutura social não se sobrepõe aos sujeitos.¹⁹

¹⁶ Idem. La generación crítica. In: BENVENUTO, Luis (Org.). *Uruguay hoy*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971, p. 357-358.

¹⁷ Segundo os redatores de *Marcha*, em 1943, haviam entrado 800.000 livros no Uruguai, certamente oriundos da Argentina. Cf. Desarrollo de la Industria Editorial. *Marcha*, Montevideo, ano VI, n. 219, 28 de jan. 1944, p. 5. Além disso, nos anúncios de *Marcha* havia muitas livrarias que chegavam inclusive a proclamar que mantinham um estoque de mais de 100 mil exemplares.

¹⁸ RAMA, Ángel. La construcción de una literatura. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXII, n. 1.041, 30 de dez. 1960, p. 25.

¹⁹ *Ibidem*, p. 25.

O momento da ruptura com a visão expressada em *Marcha* até finais da década de 50 estava em processo de fermentação. Rama foi ainda mais longe, ao pedir a suavização da hipótese de hierarquização das leituras. Para tanto, citou *El escritor en la sociedad de masas*, do escritor exilado espanhol Francisco Ayala, que havia sido publicado, na Argentina, em 1956. Para o crítico de *Marcha*, mesmo que o livro ainda representasse a “pedra de toque” da construção da literatura, não parecia “legítimo que esta consideração superior afirme o desdém em relação aos plurais sistemas de comunicação que desenvolveu nossa civilização: o diário, o rádio, a televisão, o cinema, os quais o escritor deve tratar de usar e orientar”. Não havia, aos seus olhos, incompatibilidade ou determinação dos meios, mas o que realmente contava era a necessidade de aproximação em relação ao público.²⁰

Ainda em 1960, Rama conclamou os escritores a se empenhar para “a construção de uma literatura” no Uruguai, isto é, “uma criação estética que promovesse o desenvolvimento histórico de uma sociedade com a atuação de um conjunto de escritores”. Ao citar Antonio Candido, expressou seus pontos em comum a respeito da ideia de literatura, “como um sistema simbólico por meio do qual as aspirações mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens e em interpretações das distintas esferas da realidade”. Para tanto, ela necessitava de três atores principais: os produtores, “mais ou menos conscientes de seu papel”; o público; e os mecanismos de transmissão.²¹

Anotou, ao mesmo tempo, que o papel da crítica também exigia um compromisso: o de tentar agir e orientar, para além de se autoproclamar uma “geração crítica”; o de inscrever a sua atuação na realidade histórica, em abordar o “corpo vivo” da literatura e não “se satisfazer com o inteligente uso de uma tradição puramente estética que em Eliot ou Valéry alcança[va] sua maior e mais feliz precisão”. Na conclusão daquele texto fundamental, Rama tratou das relações entre a Revolução Cubana e os escritores, e assinalou que, se bem foram muito poucos os que se declararam contra o processo revolucionário, a sua recepção ocorreu de forma flexível: os mais jovens com entusiasmo, os de meia-idade de forma mais reflexiva e os mais velhos com cautela. Igualmente, sublinhou o importante papel dos intelectuais na aproximação entre os setores da esquerda uruguaia, mas não de forma semelhante ao que tinha ocorrido durante a Guerra Civil Espanhola e a tentativa de formação da Frente Popular no país platino, pois o inimigo comum agora não era o fascismo. Assim, o ambiente de

²⁰ *Ibidem*, p. 25. Rama reafirmou grande parte dessa interpretação no final de 1961, ao citar as coincidências com as concepções dos *Cadernos do Cárcel*, de Antonio Gramsci. Cf. *Idem*. En este país. Los escritores y el público. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1.078, 06 de out. 1961, p. 23.

²¹ *Idem*. La construcción de una literatura. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXII, n. 1.041, 30 de dez. 1960, p. 24.

beligerância diminuía cada vez mais o espaço para os escritores “voltados para a pura criação estética”.²²

Pode-se sustentar que Rama não reivindicou um tipo de compromisso que desembocasse na diluição entre literatura e política, em seu sentido estreito, ou que se nutrisse de visões mais panorâmicas e superficiais do realismo socialista, menos ainda do tratamento automático de temas vistos como sociais. Por outro lado, a preconização de Rama, ao invés de facilitar a vida dos escritores, tornava sua tarefa bem mais complexa e trabalhosa. Desejava, além disso, um diálogo crítico com o marxismo e o existencialismo. Por isso, sem fazer *tabula rasa* da produção anterior, especialmente acerca da “literatura de tema camponês e *gauchesco*”, a utilização do termo “construção” no título de final de 1960 expressava com precisão o seu projeto para a literatura, e também para a crítica literária do Uruguai. Entretanto, faltava ainda uma literatura que fosse capaz de apreender e expressar os grandes problemas que incidiam sobre um país amplamente urbanizado. Reivindicava, em suma, o compromisso do cidadão, em sintonia com a obra.

Dentro desta perspectiva, Vargas Llosa escreveu de Paris sobre o porquê da falta de público para Camus nos anos 60. Segundo o escritor peruano, nem o silêncio diante da Argélia, menos ainda declarações ambíguas eram suficientes para responder a questão. Para Vargas Llosa, as respostas iam mais longe, e suas obras talvez já não conseguissem traduzir os problemas da época. Mas ainda assim, acreditava que seria resgatado posteriormente.²³

Como demonstrou Adriane Vidal Costa, Vargas Llosa oscilou entre os “vaivéns dialéticos de Sartre” e “o reformismo literário de Camus”, do engajamento sartriano integral da obra literária, valorizado até 1964, à busca de maior “independência” camusiana do escritor, acima de tudo, a partir dos anos 70.²⁴ Se voltarmos ao texto do escritor peruano, publicado em *Marcha*, em 1962, pode-se dizer que já havia certa tendência em concordar com Camus. Dito de outra maneira, o desconforto que se expressou com maior clareza em meados

²² *Ibidem*, p. 25. Em 1962, Rama fez uma espécie de crítica da crítica e reafirmou suas diferenças em relação ao realismo socialista, mesmo tendo afirmado que devia “ser das escolas mais vagamente e pior definidas de nossa época”. Cf. Idem. Los caminos de la crítica (I). Literatura y sociedad. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1.105, 04 de mai. 1962, p. 30-31. A melhor crítica cultural marxista, para Rama, ocorria fora da União Soviética, sob as penas de Lukács, Karl Korsch, Henry Lefebvre, Gramsci e Della Volpe. Também assinalou, ao citar Roger Bastide (*Arte e sociedade*), que a ideia de social tinha uma grande amplitude e não se circunscrevia à ideia de “literatura de tese com problemas proletários”. Idem. Los caminos de la crítica (II). La sociología del conocimiento y las letras. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1.106, 11 de mai. 1962, p. 30-31.

²³ VARGAS LLOSA, Mario. Revisión de Albert Camus. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.113, 29 de jun. 1962, p. 31.

²⁴ COSTA, Adriane Vidal. Vargas Llosa: um intelectual latino-americano entre Sartre e Camus. In: *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. 413 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2009, p. 229-241.

da década de 60 já estava formulado no texto, ainda que a leitura de outras críticas de Vargas Llosa mostre a heterogeneidade de suas visões.

Até aquele momento, a posição de Rama e Vargas Llosa se aproximavam, em certa medida, mas não se pode esquecer que o crítico uruguaio, assim como Vargas Llosa, nutriu-se de muitas outras leituras, além de Sartre e Camus, ainda que fossem duas referências essenciais para a construção de seu discurso.

Os debates das páginas “políticas” e “culturais” de *Marcha* se entrecruzavam, de certa forma, e o projeto latino-americanista, arquitetado a partir dos tempos de *Acción*, ganhou um importante reforço com Rama, mas ainda houve espaço para algumas páginas de outras literaturas. Diversos autores foram apresentados para o público uruguaio, não necessariamente de forma homogênea ou dentro de linhagens muito bem definidas. Rama inicialmente abordou as obras de, entre outros, Julio Cortázar, Juan Goytisolo, Pablo Neruda e Roberto Arlt. Apresentou Alejo Carpentier, Fayad Jamis, Roberto Fernández Retamar e Heberto Padilla. Traçou alguns paralelos entre a obra de José María Arguedas e Ciro Alegría, ao argumentar que elaboravam um indigenismo literário mais vivo. Tratou da literatura urbana e fantástica de Buenos Aires. Entre os uruguaios, recebeu destaque a obra literária do também pintor Pedro Figari, como também de Juan Carlos Onetti, Augusto Céspedes, Hiber Conteris, Juan Cunha, entre tantos outros. Além disso, falou de Italo Calvino e Hemingway.

A ênfase sobre a literatura latino-americana não impediu, por exemplo, que Rama abordasse obras da chamada “ficção científica”, no mesmo número em que reafirmou que a ascensão do realismo socialista havia sido prejudicial para a cultura soviética e que sua “manutenção férrea após Stalin era um grande equívoco”.²⁵

Rama recebeu o apoio de alguns leitores contra as críticas do uruguaio Ariel Badano, que havia escrito em *El Popular* o artigo *Arte y literatura en la URSS, sin tregua ideológica*, em defesa do realismo socialista.²⁶ Paralelamente, e ainda que sua discussão apontasse para outros objetivos, Eduardo Galeano não deixou de salientar que estava em processo uma divisão do movimento comunista internacional e que os livros chineses entraram para o índice soviético. Mas a posição do jovem crítico era de que a “convivência pacífica” da URSS com

²⁵ RAMA, Ángel. Los monstruos están en casa. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.152, 19 de abr. 1963, p. 30-31; Idem. El índice ha resucitado. *Ibidem*, p. 31.

²⁶ Cartas de los lectores. Arte muerto y arte vivo. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.157, 21 de mai. 1963, p. 2. A principal crítica de um leitor identificado como Febrero relacionou-se ao fato de Badano incluir Pablo Picasso ao realismo socialista.

os Estados Unidos tinha como objetivo a divisão do mundo entre as duas potências, e que isto limitava as possibilidades de realização de revoluções nos países oprimidos.²⁷

No número final de 1961, o suplemento de *Literatura, Plástica, Teatro, Música, Ballet, Cine*, dirigido por Ángel Rama e Mario Trajtenberg, trouxe um panorama da literatura de vários países latino-americanos: Argentina, por Ernesto Sábato; Brasil, por Carlos Drummond de Andrade; Colômbia, por Ricardo Latcham; Paraguai, por Augusto Roa Bastos; Peru, por Sebastián Salazar Bondy; e o Uruguai, por Rama. Na capa, a importante introdução de Rama demonstrava o posicionamento de *Marcha*, ao se interrogar sobre o que passava na América Latina. Para o crítico uruguaio, “a América Latina entra[va] em cena, isto é, nega[va-se] a continuar em seu estado semicolonial, submetida ao usufruto estrangeiro e à retórica vazia. Quer[ia] ser independente, autêntica, justa e parte finalmente de um novo mundo melhor”. Concluiu o texto com um trecho de *Nossa América*, de José Martí, ao demandar que os latino-americanos deixassem suas aldeias e saíssem para a luta.²⁸

Um ano depois, também no último número, Rama publicou *Esto es América*, em que chamou a atenção para os autores que representavam as distintas facetas da América Latina, como Onetti, Juan Cunha, Jorge Icaza, Guimarães Rosa, José María Arguedas, além de muitos outros autores.²⁹

Antes, porém, no começo de 1962, o Chile foi novamente palco de uma reunião de vários escritores latino-americanos, na Universidad de Verão de Concepción, com a participação de, entre outros, Carpentier, Roa Bastos, Fuentes e Benedetti. Paralelamente, em Valparaíso, reuniram-se, entre outros, Marta Brunet, Benjamín Subercaseaux, Isidro Sabela, Manuel Hubner, Mario Ciudad, Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal e Mariano Picón Salas, para discutir o recorrente tema da situação dos escritores latino-americanos.

Segundo Rama, houve coincidência em Valparaíso de que os intelectuais eram vistos com desconfiança pelos governos, instituições e pela população em geral. Mas naquele encontro de muitos intelectuais chilenos e uruguaios, entre algumas outras nacionalidades, para o crítico de *Marcha*, reafirmou-se o compromisso com o mundo latino-americano em transformação. Ancorado na concepção de intelectual orgânico de Gramsci, Rama concluiu

²⁷ GALEANO, Eduardo. La polémica Pekín-Moscú. Los herejes en el index. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.160, 14 de jun. 1963, p. 11.

²⁸ RAMA, Ángel. Nuestra América. *Marcha*, Montevideo, Suplemento Cultura, ano XXIII, n. 1.090, 29 de dez. 1961, p. 1. O último parágrafo de Martí citado por Rama, no entanto, podia levar a diferentes interpretações sobre o papel dos intelectuais: “O que sobra de aldeia na América desaparecerá. Esses tempos não são para se deitar com o lenço na cabeça, mas com as armas como travesseiro, como os homens de Juan de Castellanos: as armas do juízo, que vencem as outras. Trincheiras de ideias valem mais do que trincheiras de pedras”. Ao que Rama adicionou: “assim seja”. Será que a vantagem das trincheiras das ideias perduraria sobre as de pedras?

²⁹ Idem. *Esto es América*. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXIV, n. 1.139, 28 de dez. 1962, p. 23.

que os escritores estavam dotados de um “superior serviço social” em prol da emancipação do povo, contra uma arte “mercantilizada”, “frívola” e “torpe”.³⁰

Em seguida, passou a publicar vários textos sobre os desafios da cultura cubana revolucionária, divididos em problemas educacionais; a difusão da cultura; o mundo editorial; a liberdade do escritor; entre outros. Ao tratar das iniciativas editoriais em Cuba, Rama assinalou que havia um grande florescimento que marchava no compasso do significativo processo de alfabetização que estava em curso, particularmente com a transformação do diário *El País* na *Imprenta Nacional*, em março de 1960. Segundo Rama, foram publicados aproximadamente 240 títulos por ano, com uma tiragem que atingia 250 mil exemplares para alguns livros, a preços baixos e, portanto, acessíveis a uma ampla parcela da população cubana. Assinalou ainda que os ramos mais importantes eram o de livros escolares, de material ideológico, “aspectos da vida americana” e literatura.³¹

Em relação a este último ramo, citou a opinião de Guillén de que havia uma “mistura” de correntes, mas Rama não deixou de destacar o lugar da literatura soviética entre os títulos, sem rechaçar a opinião do poeta cubano. Neste ponto, criticou o critério de seleção e acentuou as disputas que havia no interior da intelectualidade cubana a propósito da criação e difusão literária, ao demonstrar seu pesar pelo encerramento do suplemento *Lunes de Revolución*.³²

O quarto texto de Rama enfocou a liberdade do escritor em Cuba e, como era de se esperar, não deixou de citar a famosa expressão de Fidel Castro: “*Dentro de la Revolución, todo; contra la Revolución, nada*”. Assim, mesmo dentro dos limites explicitados por Castro, e após ter conversado com vários escritores, Rama afirmou que eles não se sentiam profundamente cerceados pelas coordenadas revolucionárias, e acrescentou:

O único perigo que encontrei é aquele derivado da absorção que sofrem, pelas inúmeras tarefas que propõe a Revolução a estes homens, que antes vegetavam e que agora se veem chamados a desempenhar duas ou três ocupações fundamentais. A tarefa de difundir a cultura e de criar uma nova sociedade os separa do tempo que devem consagrar à criação própria.³³

³⁰ Idem. Situación actual del escritor latinoamericano. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1.095, 09 de fev. 1962, p. 22-23.

³¹ Idem. Cultura y Revolución (III). Escasez y abundancia de libros. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1. 099, 16 de mar. 1962, p. 31. Rama citou os exemplos de *Pequeño ejército loco*, de Gregorio Selser, com uma tiragem de 170 mil exemplares, vendidos a 30 centavos, e de *Dom Quixote* com uma tiragem de 100 mil exemplares, em quatro volumes a 25 centavos cada um. Informou que o peso cubano equivalia ao dólar.

³² Silvia Miskulin demonstrou que “*Lunes* buscava equilibrar-se, dando vazão ao seu cosmopolitismo, mas sem se esquecer de divulgar e incentivar o desenvolvimento da cultura cubana”. Assim, foi acusada de estrangeirizante, principalmente após Fidel Castro declarar que a Revolução Cubana tornava-se socialista. Com a centralização das políticas culturais, *Lunes* foi encerrado, em 1961. Cf. MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003.

³³ RAMA, Ángel. Cultura y Revolución (IV). La libertad del escritor. *Marcha*, Montevideo, ano XXIII, n. 1. 101, 30 de mar. 1962, p. 31.

Assim, as atividades propriamente literárias dos jovens escritores, de quem se esperava que nascesse a “obra da Revolução Cubana”, se viam desfavorecidas.

A ideia de que a América Latina entrava em cena ganhou reforços importantes por parte das páginas de *Marcha*, e também de *Ercilla*, como veremos em seguida. Entretanto, o semanário uruguaio desempenhou um papel muito mais intenso nesta tarefa, particularmente pela proporção alcançada no semanário pelo debate cultural sobre os países latino-americanos, analisados individualmente ou em conjunto. Logo após a publicação dos textos de Rama sobre os aspectos culturais da Revolução Cubana, *Marcha* lançou um novo concurso intitulado *Novela y Ensayo sobre Latinoamérica*, endereçado aos cidadãos do Uruguai, da Argentina e do Paraguai. O júri anunciado estava composto por Rama, Sábato e Roa Bastos, para avaliar os romances; e por Carlos Quijano, José Luis Romero e Eduardo Albertal, para os ensaios. O primeiro lugar para cada gênero recebeu dois mil pesos – na época em que o semanário era vendido a um peso – e uma edição em forma de livro. Sábato acabou sendo substituído por David Viñas e o vencedor do concurso foi o uruguaio Hiber Conteris, com a obra *Un lugar del cono sur*.³⁴

Nesta linha de raciocínio, “para que servem as revistas?” foi a interrogação de Rama em meados de 1963, particularmente sobre as revistas literárias. Para fazer a mediação entre os escritores e o público? Como suporte de justaposição de textos, com um viés unitário ou heterogêneo? Para divulgar os livros de uma editora? Como alternativa para os escritores em face das dificuldades para publicar livros? Para Rama, cada revista podia mesclar as alternativas acima, com ênfases variadas, de acordo com cada caso. No entanto, uma das tarefas mais importantes, aos seus olhos, relacionava-se ao papel das revistas para a promoção de jovens escritores e a descoberta de novos talentos. Finalmente, anotou que existia um tipo de revista, que julgava as mais importantes, representadas por aquelas

que agrupam um conjunto de escritores já desenvolvidos em torno a um programa estético ou ideológico coerente. São estas revistas que apontam para uma transformação do meio cultural, em um plano elevado de eficiência criadora, aportando não somente criações originais, mas também algo muito mais importante: ideias sobre a literatura, ideias sobre a sociedade e o meio.³⁵

No final de maio de 1964, Rama anunciou a comemoração dos 25 anos de *Marcha* na tradicional coluna “*a 35 grados latitud sur*” e assinalou que o semanário preparava dois meses

³⁴ RAMA, Ángel. Concurso de *Marcha*. El compromiso con la hora actual. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.157, 24 de mai. 1963, p. 30.

³⁵ Idem ¿Para qué sirven las revistas? *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.161, 21 de jun. 1963, p. 30-31.

de grandes debates, alguns sobre o passado, particularmente a edição de 19 de junho que coincidiria com o bicentenário de nascimento de Artigas. Como *Marcha* estava preocupada com o porvir do Uruguai, concedia espaço para o debate sobre o passado e o presente, mas a ênfase era sobre o futuro, os próximos 25 anos da política, do sindicalismo, da educação, da literatura, da ciência, das artes, em suma, da cultura em geral. Além disso, divulgou mais um concurso, aberto para os jovens de até 30 anos, com o tema “bases para a transformação do Uruguai”, dividido em três ramos: “a transformação econômico-social, a educacional e a institucional”. Os planos, contudo, não terminavam por aí. *Marcha* almejava começar a publicação de números esgotados por meio de antologias compiladas em livros. Não a publicação de exemplares específicos, mas dos temas mais importantes, que podiam até mesmo incluir cartas de leitores. Assim, segundo Rama, desenhava-se o projeto de “Uma Pequena Biblioteca de *Marcha*”.³⁶

Seria injusto com Rodríguez Monegal afirmar que *Marcha* ignorou completamente o cenário latino-americano antes da incorporação de Rama como diretor das páginas culturais. Mas as diferenças entre os dois críticos aumentaram paulatinamente, acima de tudo, em razão da ênfase de Rama na análise da literatura latino-americana. Os livros de Pablo Rocca abordaram com detalhes os diálogos, as disputas e críticas recíprocas, algumas continuidades e muitas divergências entre eles. Segundo Rocca, os escritos de Rama do período de transição, isto é, de 1959 e 1960, não foram muito diferentes de Rodríguez Monegal, mas com o tempo seus caminhos se bifurcaram, sobretudo quando este último voltou ao Uruguai, no final de 1960, e não encontrou mais espaço em *Marcha*.³⁷

Concordo com Rocca no sentido de que as linhas orientadoras de Rama se aproximavam muito mais do discurso de Quijano, principalmente na ênfase sobre literatura nacional e latino-americana, do que as de Rodríguez Monegal. Entretanto, pode ser um pouco excessiva a sugestão de Rocca acerca de uma quase “adaptação das ideias de Quijano à literatura”.³⁸ Além disso, não faltava espaço para Rodríguez Monegal anteriormente, uma vez que havia interesse sobre a inovação no mundo das letras, como salientou o próprio Rocca, ou em se conhecer inicialmente algumas facetas dos Estados Unidos, até mesmo para entender aquele país que tanto se criticava por suas práticas imperialistas. Tampouco é possível diluir sem matizes o discurso de Quijano ao das páginas culturais. Fundamentalmente, porque havia

³⁶ RAMA, Ángel. Ya tenemos 25 años. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.207, 29 de mai. 1964, p. 11.

³⁷ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 139-140. Segundo Rocca, quando Rodríguez Monegal aceitou a direção de *Mundo Nuevo*, a ruptura foi irrevogável, pois havia suspeitas, posteriormente confirmadas, de que a revista era financiada pela CIA.

³⁸ *Ibidem*, p. 148.

uma significativa tensão interna das páginas políticas, que não eram escritas somente por Quijano. Se bem a posição de Quijano como “regente” das novas gerações de 45 e de 60 fosse habitualmente ressaltada, as controvérsias igualmente eram bem visíveis.

Em 1964, as disputas com Rodríguez Monegal já estavam bastante acirradas, a ponto de Rama falar que o oponente via “monstros” em Cuba e em algumas páginas de *Marcha*, além de criticar a Universidade da República e “caçar” comunistas no ensino secundário, sem tratar de forma mais crítica a política cultural do governo *blanco*. Para terminar, argumentou que reconhecia seus conhecimentos e capacidade, mas que “qualquer dia a Aliança para o Progresso o convidará para dar aulas no exterior ou a Embaixada americana [sic] irá propor o financiamento de sua revista [...]”.³⁹

Naquele ano, Rama também propôs a ideia da formação de uma nova geração intelectual no Uruguai, com *Marcha*, nomeada de “geração crítica”, e argumentou que ela estava em conexão com a ideia de formação da geração de 38 ou de 40 no Chile, e de 40 na Argentina.⁴⁰ Outra vez, criticou a proposta de Rodríguez Monegal sobre a “geração de 45”. Vale lembrar que Rama também criticou algumas vezes a posição de Onetti nos começos de *Marcha*, particularmente em relação à sua preferência por Malraux, Faulkner e Marinello.

Os projetos de aproximação com o Brasil também divergiram, como sublinhou Pablo Rocca. Por um lado, Rama estabeleceu contatos com Antonio Candido e Darcy Ribeiro. Em relação a Candido, durante sua estadia em Montevideu, ao participar dos “Cursos de Verão”, realizados pela *Universidad de la República* (UDELAR). Com relação a Darcy Ribeiro, por seu exílio, entre 1964 e 1971, também na capital uruguaia, quando trabalhou na UDELAR, assim como Rama, a partir de 1966. Dessa maneira, ainda que não tenha ocorrido uma vasta publicação de textos sobre literatura brasileira em *Marcha*,⁴¹ pelo menos se comparada à atenção direcionada aos autores hispano-americanos, o interesse pelo Brasil era evidente. Além disso, não se deve cobrar equilíbrio de tratamento em termos quantitativos entre a literatura brasileira, representada por um país, e a hispano-americana, representada por duas dezenas. As abordagens sobre a política brasileira eram muito mais frequentes do que o olhar sobre a sua literatura. Entretanto, foram publicados alguns textos de Candido, Darcy Ribeiro e Carlos Drummond de Andrade sobre a literatura, a crítica e a formação de novas gerações intelectuais no Brasil. Além disso, Rama – e posteriormente Ruffinelli – escreveram sobre Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Jorge Amado, o que se conjugou com a especial

³⁹ RAMA, Ángel. El sometimiento intelectual. *Marcha*, Montevideo, ano XXV, n. 1.208, 05 de jun. 1964, p. 19.

⁴⁰ Idem. Lo que va de ayer a hoy. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXV, n. 1.220, 28 de ago. 1964, p. 2-9.

⁴¹ Cf. ROCCA, Pablo. Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006, p. 241-275.

atenção dedicada ao cinema brasileiro, particularmente por José Wainer, além dos frequentes textos a respeito da Bienal de São Paulo, das inovações arquitetônicas, da música de Chico Buarque e Nara Leão, entre outros aspectos culturais do Brasil.

Por outro lado, Rodríguez Monegal viveu dois anos no Brasil, durante a adolescência, e dedicou alguns textos a Graciliano Ramos e José Lins do Rego, entre 1945 e 1953. Posteriormente, entre 1960 e 1964, ainda no Uruguai, como crítico de teatro, literatura e cinema no diário *El País*, abordou somente algumas peças de teatro apresentadas por elencos brasileiros. Finalmente, após 1966, já em Paris, e depois de 1968, nos Estados Unidos, tratou com um pouco mais de atenção a literatura brasileira.⁴²

Em 1966, Rodríguez Monegal afirmou que a *Marcha* “genuína” era aquela dos anos 40 e 50, pois argumentou que era mais eclética e preocupada com a especialização da crítica, em contraposição ao caráter “militante” dos anos 60, visto como mais estreito e menos heterogêneo.⁴³ Rocca salientou ainda que Rama “exagerou maliciosamente” o período de Rodríguez Monegal, ao falar que *Marcha* havia se transformado em “uma sucursal de *Sur*”.⁴⁴ Finalmente, este último se via como um especialista da crítica literária, ao passo que classificou Rama de *publicista*.⁴⁵

Além das disputas que envolviam os dois principais críticos literários uruguaios, daquele período, o contexto de 1965 preparou o terreno para Rama declarar, na capa da segunda seção, que lutava “por uma cultura militante”, no último número daquele ano, conforme podemos observar na imagem seguinte:

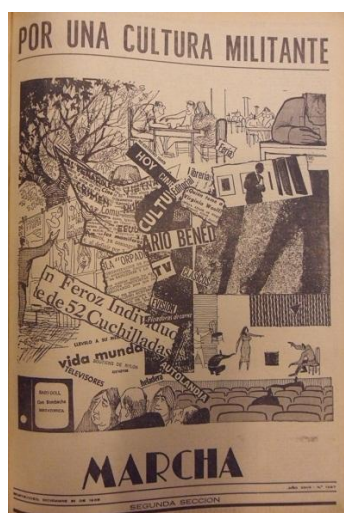


Figura 62: Capa da 2ª seção do último número de 1965 (31/12/1965)

⁴² *Ibidem*, p. 277-297.

⁴³ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966.

⁴⁴ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 44.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 59.

A manchete que intitulou o texto de Rama convergiu com o conto *Joven demócrata*, de Carlos María Gutiérrez; com os poemas de Ida Vitale, Amanda Berenguer, Milton Schinca, Washington Benavides e Sarandy Cabrera; com as discussões sobre o cinema, por José Wainer; as críticas sobre a TV em mãos privadas, por Isabel Gilbert; entre outros textos de crítica cultural que foram publicados naquele número emblemático do “ano terrível”.

Em “Por uma cultura militante”, Rama afirmou que a cultura não era um ornamento, mas em “seu correto sentido antropológico, a articulação interna [da] sociedade, sua expressão válida, o conjunto de seus valores intelectuais e artísticos, seus modos e ideais de vida [...]”. Dentro desta perspectiva, assinalou que, no interior das coletividades, os escritores e demais artistas eram “seus intérpretes, seus subreptícios pedagogos, os realizadores das linhas orientadoras de seu progresso”. Mas a que tipo de militância se referiu Rama? À difusão cultural generalizada, à busca dos grupos mais “esquecidos”, vinculada nacional e internacionalmente aos seus problemas mais intensos, pois a “cultura militante” não se associava à neutralidade. Assinalou que não era a militância associada à “imposição de uma exclusiva temática social”, mas que precisava saber mergulhar nas profundezas dos problemas encontrados em vários grupos e assuntos diferentes: “os sociais; os políticos; os de convivência afetiva; os grandes dramas históricos da hora; a vida sexual presente; a nova moral; os conflitos dos jovens com os adultos; e tantos outros assuntos”.⁴⁶

Nesse sentido, Rama aconselhou mais leituras de Brecht, Luigi Nonno, do caso Oppenheimer; menos de O’Neill, *Juana en la hoguera*, de Paul Claudel e Arthur Honegger; mais músicas de Daniel Viglietti e Benavides; menos *payadas* de gaúchos.⁴⁷

A esperança de Rama relacionava-se a uma profunda crença de que a criação cultural tinha um papel efetivo na transformação social e que, portanto, o momento não estava para buscar a evasão, a fuga da realidade. Esta batia à porta e não atendê-la consistia, aos seus olhos, em adotar uma postura comodista e conivente com as injustiças e os processos de mudanças, que ocorriam em diversas esferas daqueles anos tão ricos em utopias, em seu sentido de busca de um mundo melhor. Significativo das orientações tomadas no calor dos acontecimentos, após se desligar de *Marcha*, em 1960, Benedetti retomou suas atividades como crítico, a despeito de algumas discordâncias, políticas e intelectuais, entre ele e Rama.⁴⁸

⁴⁶ RAMA, Ángel. Por una cultura militante. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXVII, n. 1.287, 31 de dez. 1965, p. 2-3.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 3.

⁴⁸ Segundo as declarações feitas por Idea Vilariño a Rocca, as relações entre os dois intelectuais nem sempre foram de simpatia. Aproximaram-se na luta a favor de Cuba, além de reconhecerem o talento e a obra mútuos. Porém, as tensões vinham desde finais dos anos 40. Cf. ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 139.

Assim, o ano de 1965 foi extremamente importante para pavimentar os caminhos abertos por *Marcha*. A volta de Benedetti; os vários textos publicados por Arturo Ardao sobre o nascimento e a história da ideia de América Latina, a partir do século XIX; a incorporação do músico Alfredo Zitarrosa; a revisão sobre Artigas, inserida na comemoração dos 25 anos de fundação do semanário; e, finalmente, a profissão de fé a propósito de uma “cultura militante” canalizaram uma expressiva parte do debate político-cultural no Uruguai.

O país platino assumia a entrada em uma fase de crise profunda e, em alguns casos, é possível observar uma espécie de construção interpretativa que enfatizava as desvantagens do “progresso”, acerca de uma relativa dianteira anterior em termos políticos, socioeconômicos, culturais, e particularmente educacionais, quando comparados com outros países latino-americanos. Assim, grande parte dos críticos da situação a qual o país chegava argumentou que os uruguaios não estavam dispostos a perder o – pouco, aos olhos de muitos deles – que haviam conseguido ao longo dos anos, e que a formação de uma sociedade de “classes médias” levava a uma espécie de paralisia na hora de tomar decisões. Pelo menos, essa era uma das explicações do motivo pelo qual a população continuava a votar em peso nos dois partidos principais, pois somente em 1970 as esquerdas unidas conseguiram se erguer como uma nova força política nacional.

Não por casualidade Alfredo Zitarrosa cantou, em 1976, quando a ditadura já estava instalada, que o país platino “[...] *no estuvo ausente/ Ni mucho menos de espaldas/ A la trágica y amarga/ Historia del continente./ Fuimos un balcón al frente/ De un inquilinato en ruinas/ -el de América Latina/ Frustrada en malos amores-/ Cultivando algunas flores/ Entre Brasil y Argentina*”.⁴⁹

Rama dirigiu as páginas literárias de *Marcha* até começos de 1968, quando mergulhou profundamente em outras atividades vinculadas ao universo acadêmico e editorial, cultivando boas relações entre o semanário e a editora *Arca*. Desse modo, sua presença em *Marcha* diminuiu de forma bastante clara. Indicou o jovem Jorge Ruffinelli para substituí-lo, pois

⁴⁹ Grifos meus. A música *Diez décimas de saludo al pueblo argentino* foi composta por Zitarrosa após se exilar na Argentina. Entretanto, também teve que deixar as margens ocidentais do Rio da Prata, após novo golpe militar. Vale dizer que a letra composta pelo músico uruguaio sintetizava uma parte expressiva do discurso político-cultural de *Marcha* nos anos 60/70. Reproduzo mais algumas de suas estrofes: “[...] *Mi pueblo es un mar sereno/ Bajo un cielo de tormenta:/ Laten en su vida lenta / Los estrépidos del trueno./ Puedo engendrar en su seno/ Las montoneras de otrora/ Y cuando llegue la hora/ Mañana, también podrá/ Clavar a su voluntad/ Mil estrellas en la aurora./ No hay cosa más sin apuro/ Que un pueblo haciendo la historia./ No lo seduce la gloria/ Ni se imagina el futuro./ Marcha con paso seguro/ Calculando cada paso/ Y lo que parece atraso / Suele transformarse pronto/ En cosas que para el tonto/ Son causa de su fracaso./ Mi pueblo no es argentino/ Ni paraguayo, ni austral;/ Se llama pueblo oriental/ Por razón de su destino./ Pero recorre el camino/ De sus hermanos amados/ El de tantos humillados/ El de América morena/ La sangre de cuyas venas/ También late en su costado [...]*”.

havia sido seu ajudante na Universidade. Ruffinelli compartilhou com Benedetti uma das páginas mais importantes de crítica cultural de toda a América Latina, ao ajudar a compor uma ampla rede de revistas que divulgavam novos valores, acompanhavam – e orientavam – os leitores pelos efervescentes mundos literários – e cinematográficos –, por meio de um esforço conjunto, ainda que por diferentes caminhos, com as editoras e escritores, para colocar a literatura latino-americana no centro das atenções do público leitor uruguaio. No conjunto, alguns autores brasileiros continuaram em foco, particularmente Guimarães Rosa.

Para ser bastante breve, é importante lembrar que o debate sobre a “nova América Latina”, em sua literatura, construía muitas pontes com a produção cinematográfica. *Marcha* realizou festivais de cinema anualmente durante a década de 60, além de incentivar práticas vinculadas ao cineclubismo.⁵⁰ Uma vez mais, Cuba ocupou um papel de grande destaque nas discussões a respeito do cinema, com a criação do *Instituto Cubano del Arte e Indústria Cinematográficos* (ICAIC), em 1959, como analisou Mariana Villaça.⁵¹ A historiadora brasileira demonstrou que houve a formação de uma importante rede de sociabilidade entre cineastas e demais personagens envolvidos na formação do *Nuevo Cine Latinoamericano*, marcada, não obstante a aproximação e o diálogo, por visões heterogêneas.

A partir dos anos iniciais, *Marcha* contou com importantes críticos de cinema, a exemplo de René Arturo Despouey, Homero Alsina Thevenet, Danilo Trelles e Hugo Alfaro, para citar os mais conhecidos. Além de abordar os filmes que chegavam às inúmeras salas de cinema do Uruguai, enfocaram algumas das principais questões a respeito do tema: do cinema como entretenimento à discussão sobre os denominados “filmes de arte” e documentários.

Houve a realização de muitos festivais, a partir de 1953, com a exibição de filmes de muitas partes do mundo, no interior do chamado “cinema independente”. Em 1958, Montevideú foi palco do “I Congresso Latino-americano de Cineastas Independentes”, canalizando parte do debate e da produção cinematográfica da América Latina. Os festivais de *Marcha*, contudo, foram suspensos no final dos anos 50, e somente foram retomados em 1964, com a exibição de *8½* de Fellini. A produção em outros países latino-americanos já havia entrado em foco, sobretudo em relação ao Cinema Novo brasileiro e à produção em Cuba, o que se fortaleceu após a crise de 1965. O chamado “cinema combatente” ganhou notoriedade no IX Festival Cinematográfico organizado pelo semanário, quando o francês

⁵⁰ Para uma introdução à ideia de cineclubismo na Argentina e no Brasil, ver: LISBOA, Fátima Sebastiana Gomes. O cineclubismo na América Latina: ideias sobre o projeto civilizador do movimento francês no Brasil (1940-1970). In: CAPELATO, M. H.; NAPOLITANO, M., SALIBA, E. T.; MORETTIN, E. (Orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2011, p. 357-376.

⁵¹ VILLAÇA, Mariana. *Cinema cubano: revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.

Marcel Martin escreveu uma breve análise na qual defendeu que o cinema seguia a vanguarda da tomada de consciência em um período de “aceleração da história”. Assim, sustentou que os cineastas que se orientavam por estas rotas, conseguiam entrelaçar ética e estética para a transformação do mundo.⁵²

Marcha fundou um cineclube, em 1969, quando o cinema cubano foi homenageado, com a exibição de vários filmes produzidos pelo ICAIC. Mas foi *La hora de los hornos* (1968), de Solanas e Getino que roubou a cena, ao ser anunciado como “o filme insólito e polêmico, o mais provocativo e fértil que temos visto em muito tempo, e de qualquer procedência”.⁵³ Em maio, o cineclube de *Marcha* já possuía 1.200 afiliados. Antes do final do ano, o semanário noticiou a criação da Cinemateca do Terceiro Mundo, com a presença de Joris Ivens, que havia causado estrondo no Festival Cinematográfico de Viña del Mar.⁵⁴

Como se colocou *Ercilla* no debate a respeito das conexões entre os intelectuais, a cultura e a política? Os debates sobre a literatura, o cinema, o teatro, a música, as artes plásticas em geral, a televisão, bem como sobre outras importantes formas de comunicação com o público foram bem menos permeados – por meio de diálogos e tensões – pelos debates políticos? Ocorreram tentativas de promover o surgimento de novos valores literários.

Mais do que em *Marcha*, as pontes construídas no semanário chileno com o período anterior foram muito claras, ao continuar a enfatizar o debate sobre o “Congresso pela Liberdade da Cultura”. Em abril de 1958, o crítico chileno Victoriano Lillo acusou o evento de estar vinculado a interesses imperialistas, uma vez que era financiado por agências que tinham interesses na América Central e no Caribe.⁵⁵ A resposta não se fez por esperar, quando Roberto Aldunate e Alejandro Magnet,⁵⁶ presidente e secretário do “Comitê Executivo Chileno”, arvoraram em afirmar que lutavam pela “liberdade no mundo inteiro”, além de tentar enfraquecer a denúncia de Lillo, ao sustentar que o financiamento por parte da

⁵² Os principais filmes (de longa, média e curta metragem) exibidos durante o IX Festival Cinematográfico foram: *O paralelo 17*, de Ivens; *O sexto rosto do Pentágono*, de Chris Marker e François Reichenbach; *A guerra esquecida*, de Santiago Álvarez; *Nossa Terra*, de Mario Marret; *Tokende*, de Giannarelli; *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos; *Me gustan los estudiantes*, do uruguaio Mario Handler; e com premiação de *La hora de los hornos*, de Fernando E. Solanas e Octavio Getino. Cf. Marcel Martin: “El cine combatiente”. *Marcha*, Montevideo, ano XXIX, n. 1.408, 28 de jun. 1968, p. 23. No final de 1968, *Marcha* realizou uma nova edição do festival, com exibição de, entre outros filmes, *A batalha de Argel*, de Pontecorvo; um documentário sobre Mao Tsé Tung, *Mao, um sol vermelho*; e *Cuarto comunicado*, sobre as batalhas dos estudantes no México. O filme de Pontecorvo foi proibido em dezembro pelo Exército uruguaio e 1968 foi considerado o “ano dos gorilas”.

⁵³ Domingo 20 / 10.30 horas / Cine Plaza. A pedido, “La hora de los hornos”. *Marcha*, Montevideo, ano XXX, n. 1.443, 11 de abr. 1969, p. 27.

⁵⁴ Mañana se inaugura la “Cinemateca del Tercer Mundo”. *Marcha*, Montevideo, ano XXX, n. 1.469, 07 de nov. 1969, p. 25.

⁵⁵ LILLO, Victoriano. Preguntas quemantes al Congreso por la Libertad de la Cultura. ¿Cómo se financia? Dardos contra Gorkin. *Ercilla*, Santiago, ano XXIV, n. 1.196, 23 de abr. 1958, p. 20.

⁵⁶ Vale ressaltar que Magnet transformou-se em um dos principais redatores de *Ercilla* no início dos anos 70.

Fundação Ford e Fundação Rockefeller, para citar as duas mais importantes, não era mistério para ninguém. Do mesmo modo, buscaram legitimar sua existência, ao citar o nome dos seus “ilustres” componentes, como Raymond Aron e Edward Shils.⁵⁷

Houve importantes transformações, por outro lado, pois Lenka Franulic deixou as páginas sobre literatura e arte para assumir a direção do semanário. Assim, era necessário encontrar substitutos que pudessem acompanhar os ritmos do momento, cuja solução foi encontrada com a incorporação de José Donoso, entre outros colaboradores que compunham a equipe de *Ercilla*, como Darío Carmona.⁵⁸

A “equipe” de redatores e colaboradores literários de *Ercilla* foi bem heterogênea, com alguns personagens principais ao longo dos anos 60. José Donoso, entre 1960 e começos de 1965. Ariel Dorfman, em 1966 e 1967. Alfonso Calderón e Guillermo Blanco durante a segunda metade da década. Finalmente, de 1968 a 1970, *Ercilla* recebeu o reforço de Pablo Neruda, que passou a assinar a coluna *Desde Isla Negra*. Cabe lembrar que, entre outros escritores e críticos, Manuel Rojas e Antonio Skármeta, também colaboraram de forma intermitente com o semanário.

Como em *Marcha*, os responsáveis pelas páginas literárias de *Ercilla*, nem sempre assinadas, versaram sobre a obra de Carlos Fuentes, Octavio Paz e Juan Rulfo; e consideraram Nicolas Guillén como um dos principais e mais “genuínos” representantes da “arte mestiça”, em defesa da luta dos revolucionários cubanos. Essa luta, mas anteriormente os movimentos ocorridos na Bolívia e na Guatemala, certamente canalizaram os olhares sobre a produção cultural da América Latina. Dessa maneira, José Donoso escreveu uma crítica à antologia organizada por Franulic, *Cien autores contemporáneos*, publicada inicialmente em 1939 e que chegava à sua quarta edição, em 1963, com um apêndice de mais vinte autores, escrito por Hernán del Solar. Porém, o crítico de *Ercilla* lamentou que Franulic somente houvesse incluído seis latino-americanos, que somados a mais cinco de Del Solar, representavam apenas onze em um total de cento e vinte escritores. Além disso, questionou a presença inicial de autores que, em contraste com Neruda e Mistral, representavam “vozes bastante mortas

⁵⁷ El Congreso por la Libertad de la Cultura responde a escritor. *Ercilla*, Santiago, ano XXIV, n. 1.198, 07 de mai. 1958, p. 20.

⁵⁸ A análise das páginas literárias de *Ercilla*, nos anos 60 e 70, foi dificultada em razão da leitura ter sido feita por meio de microfimes, o que, algumas vezes, prejudicou a legibilidade. Além dessa limitação, não há obras de referência sobre a crítica literária e cultural em *Ercilla*, diversamente de *Marcha*. Também é necessário realçar que muitos artigos e matérias não eram assinados. Por esses motivos, considero que o trabalho sobre o semanário chileno possibilita, ainda, novos avanços e reflexões, além das que apresento na tese.

atualmente”, ao citar Luis Alberto Sánchez e Gilberto Freyre, ao mesmo tempo em que expressou o estranhamento pela ausência de Miguel Ángel Asturias e César Vallejo.⁵⁹

No entanto, a obra de Donoso em *Ercilla* não pode ser facilmente comparada à de Rama no mesmo período, pois suas discussões a respeito do papel dos intelectuais na vida pública foram muito tímidas. Em setembro de 1964, apresentou o jovem Vargas Llosa – de *La ciudad y los perros* – ao Chile, romancista que havia vencido um prêmio literário da editora barcelonesa Seix Barral, em 1962, e que despontava como um dos grandes escritores latino-americanos dos anos 60, ao lado de Cortázar. No ano seguinte, foi a vez de Sábato ser enfocado positivamente, por Cristóbal Aldo, com a publicação de *Sobre héroes y tumbas*.⁶⁰

Em relação aos escritores chilenos, elaborou, entre 1960 e 1965, o “retrato de uma geração”, como assinalou Cecilia García Huidobro, ao tratar da obra de Enrique Lihn, Alejandro Jodorowsky, Mercedes Valdivieso, Elisa Serrana, María Elena Gertner, Juan Orrego, Enrique Lafourcade, além do pintor Nemesio Antúnez e do fotógrafo Sergio Larraín.⁶¹ Cabe ressaltar que grande parte dos autores foi publicada pela editora *Zig-Zag*.

García Huidobro também foi feliz ao selecionar outros textos publicados em *Ercilla*, ao que intitulou “*Admiraciones y reservas*”, por meio dos quais Donoso criticou outros importantes autores chilenos, como Nicanor Parra, Juan Guzmán Cruchaga, Marta Brunet, Augusto D’Halmar, bem como abordou a escultura de Lily Garafulic e a pintura de Camilo Mori.⁶² Tratou dos grandes nomes da literatura chilena e da “novíssima geração”: Neruda, Fernando Alegría, de um lado; Ruiz Tagle e Skármeta, de outro.

Donoso enfocou, além disso, a obra de dois dos mais importantes críticos literários do Chile: *Historia personal de la literatura chilena*, de Hernán Díaz Arrieta (Alone), e *Carnet crítico*, de Ricardo Latcham. O primeiro livro recebeu uma segunda edição por *Zig-Zag*, ao passo que o segundo foi publicado em Montevideú, durante o período em que Latcham colaborava com *Marcha*. Sobre Alone, Donoso afirmou que sua prosa se aproximava do “leitor comum”, isto é, aquele que gostava de literatura e buscava na crítica “uma opinião direta e autorizada, livre de tecnicismos”. Já em relação a Latcham, argumentou que seu

⁵⁹ DONOSO, José. Lenka y los *Cien autores contemporáneos*. *Ercilla*, Santiago, ano XXIX, n. 1.461, 22 de mai. 1963, p. 12-13. Os demais autores presentes eram Ciro Alegría, Borges, Güiraldes, González Vera e Manuel Rojas.

⁶⁰ ALDO, Cristóbal. Sábato: América en profundidad. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.568, 09 de jun. 1965, p. 13. Para Aldo, Sábato preocupava-se com a cultura histórica argentina para problematizar a ideia de um “homem quantificado” dentro do “labirinto babilônico da grande cidade de Buenos Aires”. Mas o tom, ao final, seria de que ainda existia esperança, mesmo quando o ambiente se tornava cada vez mais belicoso.

⁶¹ GARCÍA HUIDOBRO, Cecilia. *José Donoso. El escritor intruso*. Selección de artículos periodísticos. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2004, p. 27-70.

⁶² *Ibidem*, p. 71-117.

trabalho crítico era mais especializado, “profissional até os ossos”, mas nem por isso menos importante. A principal diferença entre as duas obras, segundo Donoso, estava vinculada ao fato de *Alone* transitar pelo conhecido, como um convite à releitura, ao passo que Latcham trazia o novo, principalmente para os leitores chilenos. Assim, era imprescindível para romper o “isolamento dos escritores dos distintos países latino-americanos”.⁶³

As palavras de Donoso foram publicadas em 1962, alguns meses após a realização do Congresso de Intelectuais, na Universidade de Concepción, quando se protestou pelo desconhecimento da literatura latino-americana em diversos rincões do subcontinente.⁶⁴ Os escritores não estavam tão isolados assim naquele momento, menos ainda havia realmente um desconhecimento dos autores em outras latitudes, embora a visão de Donoso ressaltasse o público em geral, não os círculos dos estudiosos.

Quanto ao universo internacional, os olhares de Donoso estiveram, em parte, mais próximos de Rodríguez Monegal, ao tratar da literatura anglo-saxã e europeia como um todo. Entre os principais autores, escreveu sobre Norman Mailer, Steinbeck, Alain Robbe-Grillet, Ezra Pound, James Joyce, mas também Roa Bastos e Vargas Llosa.

Finalmente, é bom lembrar que Donoso escreveu crônicas sobre vários outros temas, como a viagem à Itália e aos Bálcãs, por um ano, mas, com especial atenção, a respeito dos grupos marginalizados do Chile. Nesse sentido, a visão sobre o país não entrava em completa harmonia com o número que homenageou o sesquicentenário de início das lutas pela independência chilena, mas com a canção de Violeta Parra citada na epígrafe do capítulo anterior. Por exemplo, após o terremoto de maio de 1960, Donoso viajou durante seis dias pelo sul do Chile e escreveu *A la búsqueda de los pueblos desaparecidos*, quando enfatizou os “rostos desolados” e as vicissitudes da população.⁶⁵ Também abordou as grandes dificuldades enfrentadas pelos mapuches, em 1963. Anteriormente, havia voltado os olhos para outros personagens, que sofriam grandes problemas no país, imortalizados posteriormente, como Manuela, Japonesita, La Ludo e inclusive Pancho Vega, em *El lugar sin límites* (1966). Todos eles frutos de um país “esquecido” e “duro”.

Com a saída de Donoso, no início de 1965, Ariel Dorfman⁶⁶ desempenhou um papel mais importante. Em meados daquele ano, expôs os principais debates que mobilizaram os

⁶³ DONOSO, José. Crítica a dos críticos. *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.406, 02 de mai. 1962, p. 14. Vale lembrar que a ideia de *Alone* para o título de seu livro foi apropriada por Donoso, ao escrever sua *Historia personal del boom*, uma década depois.

⁶⁴ Cf. Idem. *Historia personal del boom*. Barcelona: Seix Barral, 1983, p. 88 [1ª edição de 1972].

⁶⁵ Idem. *A la búsqueda de los pueblos desaparecidos*. *Ercilla*, Santiago, ano XXVI, n. 1.306, 01º de jun. 1960, p. 12-14.

⁶⁶ Dorfman nasceu na Argentina, mas naturalizou-se chileno ainda bem jovem.

escritores reunidos no 33º congresso do P.E.N. Club na Iugoslávia, com a presença de inúmeras colorações artísticas, políticas e ideológicas. Entre os latino-americanos, os destaques haviam ficado com Neruda e Asturias. Para Dorfman, mais do que soluções, o congresso quis colocar perguntas, que, bem formuladas, levaram aos problemas cruciais da vida literária. Parte das questões reproduzidas pelo crítico de *Ercilla* eram:

Há um problema de comunicação no mundo atual? Há uma crise nas relações entre o escritor e seu público? Como pode o escritor analisar e caracterizar a sociedade moderna? Como utilizar novas formas que sejam compreensíveis? É preciso ser compreensível? É necessário se comunicar ou se preocupar, ao contrário, com um mundo privado, uma realidade imaginária, que somente pertence ao sujeito? Um artista cria para se satisfazer ou para se dirigir aos demais? Qual é a diferença entre o autor contemporâneo e o que escrevia no passado?

[...]

Para quem escrevemos? ⁶⁷

As questões já eram consideradas clássicas, e demonstravam que Dorfman, assim como Rama, estabeleciam importantes diálogos transnacionais. Entre os latino-americanos, o crítico de *Ercilla* destacou a presença de Neruda – que, a pedido de escritores iugoslavos, recitou trechos de *Alturas de Machu Picchu* –, de Asturias e do cubano Pablo Armando Fernández. Mas as “vedetes” do congresso haviam sido o escritor soviético Leonid Leonov, que em suas obras elaborava, a seu ver, uma “estranha mescla de Dostoievsky e o realismo socialista”, e o norte-americano Arthur Miller, cujas palavras do discurso de encerramento foram utilizadas para concluir o texto de Dorfman. Miller argumentou com angústia que os novos escritores tinham que criar em um momento quando tudo se transformava em entretenimento, no interior de um processo sem fim de busca pelo mais excêntrico e original. A ideia central era de que o mundo se movia com uma rapidez sem precedentes, ainda que o contexto possibilitasse aos autores certa liberdade e algum tipo de público.

Sustentou que os escritores ganhavam uma grande notoriedade por parte do público e dos meios de comunicação, o que lhes permitia ter “certa influência nos assuntos políticos e sociais”, a exemplo da renúncia de Robert Lowell nos Estados Unidos, que havia recusado ingressar na Casa Branca, em face da política norte-americana no Vietnã. Para Miller, os autores que condenaram a Guerra Civil Espanhola recebiam muito menos espaço para suas opiniões, nos anos 30, do que era possível na década de 60. Além disso, argumentou que a massificação podia intimidar os artistas, mas também era um desafio para a criação de uma linguagem mais viva. Finalmente, criticou a ideia de que os meios de comunicação ou os

⁶⁷ DORFMAN, Ariel. La literatura y los problemas del hombre actual. El congreso del PEN Club en Yugoslavia. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.578, 18 de ago. 1965, p. 33; 35.

“instrumentos” fossem os “responsáveis pelos desastres. A culpa não [era] dos microfones, dos aparatos de televisão, das máquinas de escrever, das poltronas do cinema. Os responsáveis [eram] sempre os homens”.⁶⁸

Pouco depois, ao tratar de uma antologia sobre o teatro hispano-americano contemporâneo, organizada pelo guatemalteco Carlos Solorzano e publicada pela FCE, Dorfman argumentou que havia um descompasso entre a produção dramatúrgica, de um lado, e a poética, contista e romancista, de outro. Assim, defendia que era preciso estimular a criação neste setor tão importante da vida cultural de todos os países.⁶⁹

A ênfase de Dorfman, ao selecionar os trechos do discurso de Miller, relacionou-se à ideia de que a América Latina precisava do compromisso intelectual para resolver seus problemas. A título de exemplo, a página introdutória da edição publicada em 22 de junho de 1966 trouxe um mapa da América Latina, com o título *Nuestra América*, em que predominou a imagem dos problemas do subcontinente. Houve a preocupação em se preparar a recepção pelos leitores com as seguintes sentenças iniciais: “pertencemos a uma região em que a retórica dos textos jurídicos não coincide com a realidade em que vivem muitos de nossos povos. Os valores estão trocados”.⁷⁰ Mas, se bem ocorreu uma ênfase sobre aspectos negativos, articulada, em grande medida, à ascensão militarista em diversos países, a leitura do número como um todo dava mostras da diversidade de temas e perspectivas em *Ercilla*.

Os políticos que receberam espaço foram Eduardo Frei e sua proposta de integração em torno de ideias democráticas; Víctor Andrés Belaúnde do Peru; Arturo Illia da Argentina;⁷¹ Juscelino Kubitschek; e Gustavo Díaz Ordaz, que preconizou a convivência pacífica com Cuba. Houve também a publicação de alguns textos de interpretações discutíveis, como o de Carlos González Párraga. O autor fez uma análise crítica das principais correntes político-ideológicas da América Latina, censurou os golpes militares, viu limitações em algumas propostas da Tricontinental e preconizou a integração. A despeito disso, insistiu em falar das “enfermidades infantis” da América Latina, associadas ao seu presumido caráter quixotesco.⁷²

⁶⁸ *Ibidem*, p. 35.

⁶⁹ Idem. Un nuevo teatro para América. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.582, 15 de set. 1965, p. 33; 30.

⁷⁰ *Nuestra América*. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.620, 22 de jun. 1966, p. 2.

⁷¹ Considerado por Érica Vexler como um político de estirpe diferente dentro do continente, lutando entre os peronistas e os militares do país platino, pouco antes de ser destituído por Onganía VEXLER, Érica. Illia: “debemos aprender a dialogar. *Ibidem*, p. 18-20. O golpe foi manchete da capa e assunto de vários textos do número 1.622, de 06 de jul. 1966.

⁷² GONZÁLEZ PÁRRAGA, Carlos. El Quijotismo: nuestra enfermedad infantil. *Ibidem*, p. 42-45. O texto ganhou uma continuação no número seguinte. Cabe ressaltar que o autor citou Fidel Castro na epígrafe: “São muito lógicas as dificuldades que colocam os inimigos, mas são muito absurdas as dificuldades que, muitas vezes com nossa incompreensão e insensatez, colocamos nós mesmos”.

De forma paralela, a literatura e o cinema latino-americano obtiveram destaque, especialmente com o texto de Dorfman, cujo título sintetizou parte das preocupações de muitos escritores e críticos dos anos 60: *La literatura y los problemas del hombre actual. Crisis y esperanza de América*. O eixo interpretativo de Dorfman consistiu em responder à pergunta se existia uma unidade latino-americana. O autor dotou a literatura de um papel essencial, o de ser uma “arma que usamos para conhecer nossa realidade, para adquirir autoconsciência, para compreender nosso ser”, em conexão com as variabilidades do processo histórico. Assim, os romances das décadas de 50 e 60 se nutriam das complexas relações que a crescente urbanização engendrava, vistas, em parte, com lentes “existencialistas” perante “um mundo caótico e absurdo”.⁷³

Para o crítico de *Ercilla*, Asturias tinha aberto novos caminhos ao colocar lado a lado as denúncias, os protestos de um mundo injusto – que tiveram presença na literatura social do período anterior – e “a consciência individual do homem”. Cabe ressaltar que o texto foi publicado um ano antes do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura pelo escritor guatemalteco, em 1967. De forma geral, Dorfman sublinhou que as perguntas que desafiavam os escritores, mesmo aqueles que preconizavam uma preocupação mais estética, eram similares àquelas que permeavam o dia-a-dia dos demais cidadãos: “luto ou não luto? Morrerei ou não morrerei? Como sair desta angústia sem perder minha condição de angustiado? Como me comunicar com os demais para que minha ação tenha sentido? Qual é a minha responsabilidade? O que devo fazer?”

Aos olhos de Dorfman, a maior diferença da literatura em foco em face da anterior relacionava-se ao fato de colocar o poder de decisão no horizonte dos personagens, sem sugerir esquematicamente que a bondade emergia por si só da condição de ser explorado. Assim, tratou de mostrar as semelhanças e diferenças dos autores que julgava serem os mais férteis na busca pela interpretação dos principais dilemas latino-americanos. Foram incluídos em sua lista, além de Asturias, José María Arguedas, García Márquez, Rulfo, Fuentes, Manuel Rojas, Carpentier, Cortázar, Sábato, Leopoldo Marechal, Vargas Llosa, Onetti, Benedetti e Roa Bastos, vistos como os grandes herdeiros críticos dos autores anteriormente mais enfatizados.⁷⁴

O panorama traçado por Dorfman enfatizou que um dos principais pontos em comum da narrativa hispano-americana daquele período – não extrapolou os países de idioma

⁷³ DORFMAN, Ariel. *La literatura y los problemas del hombre actual. Crisis y esperanza de América*. *Ibidem*, p. 60-61.

⁷⁴ Dorfman citou Faulkner, Proust, Joyce, Dos Passos, Camus, Kafka e Baudelaire.

castelhano – repousou sobre o enfoque das derrotas, mas também a esperança de renascimento do homem “latino-americano”, em momentos de cruzamento de distopias e utopias. Tão importante quanto a tentativa de criação de uma tradição literária hispano-americana, foi a ênfase sobre o papel dos escritores e da literatura como intérpretes autorizados das distintas esferas de sociabilidade dos povos hispano-americanos.

Havia riqueza de opiniões em *Ercilla*. Rodríguez Monegal enviou algumas contribuições para o semanário chileno, como uma entrevista de Vargas Llosa, em 1966, quando já estava na direção de *Mundo Nuevo*. Aliás, as relações de *Marcha* e *Ercilla* com a revista francesa, ou com a cubana *Casa de las Américas*, foram diametralmente opostas.⁷⁵ Os caminhos estiveram amplamente abertos para o intercâmbio de textos entre a revista uruguaia e a cubana. E não é preciso lembrar que as posições de Rama e Rodríguez Monegal impediram debates mais francos entre *Marcha* e *Mundo Nuevo*. Por outro lado, *Mundo Nuevo*, além de enviar algumas – poucas, vale ressaltar – contribuições para *Ercilla*, foi bem avaliada pelo crítico chileno Alfonso Calderón. Ao tratar dos três primeiros números de *Mundo Nuevo*, Calderón afirmou que era “possível advertir uma vontade de vínculo continental alheio a lemas e palavras gastas”, bem como “uma acentuada tendência para discrepar, que permite afinar o diálogo autêntico”. Sustentou ainda que o papel da nova revista era importante porque podia substituir o impacto dos escritores norte-americanos da “geração perdida” dos anos 20, com os novos “galeões”: Carpentier, Borges, Cortázar, Rulfo, Neruda e Octavio Paz.⁷⁶ Alguns anos depois, Donoso afirmou que *Mundo Nuevo* e Rodríguez Monegal haviam atuado de forma imprescindível para a difusão da “nova” narrativa latino-americana.⁷⁷

As posições de Calderón e Dorfman eram bem distintas, como ficou bastante evidente na análise que o primeiro fez sobre a obra de Eduardo Mallea, em 1966. Ao defender Mallea das críticas que recebia na Argentina, amparadas por Dorfman, particularmente em relação ao fato de ser acusado de evadir a realidade e de se enclausurar na torre de marfim, Calderón proclamou a vitalidade de Mallea com a publicação de *El resentimiento*.⁷⁸

No início do ano, Dorfman publicou uma importante crítica acerca de *Sobre héroes y tumbas*, de Sábato, e sustentou que o escritor argentino conseguia escrever para todos os públicos, desde os padeiros, policiais e donas-de-casa, até os intelectuais. Além disso, durante

⁷⁵ Fundada por Rodríguez Monegal, em 1966, *Mundo Nuevo* se envolveu em significativos debates contra *Marcha* e *Casa de las Américas*, ao realçar que o literário e a “liberdade” do escritor deviam prevalecer sobre a “militância” da literatura. Para uma introdução ao debate sobre os profundos desencontros entre a revista cubana e *Mundo Nuevo*, consultar: MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polémica na América Latina*: Casa de las Américas e *Mundo Nuevo*. 326 f. Tese. Programa de Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.

⁷⁶ CALDERÓN, Alfonso. “Mundo Nuevo” de París. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.630, 31 de ago. 1966, p. 34.

⁷⁷ DONOSO, José. *Historia personal del boom*. Barcelona: Seix Barral, 1983, p. 85.

⁷⁸ Idem. Mallea, pronto para el sacrificio. In: *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.642, 23 de nov. 1966, p. 28-29.

a entrevista realizada em Buenos Aires, Dorfman teceu alguns comentários sobre as relações de Sábato com Borges, ao que a esposa de Sábato, Matilde, em tom de desagrado, acrescentou que Borges não havia agradecido uma dedicatória que seu esposo havia feito para um livro sobre tango. Falaram de Cortázar e Marechal, “o grande esquecido”, quando Dorfman traçou os paralelos deste último com Sábato por tratarem da “cidade americana”, rodeada pelos pampas. Finalmente, a contrapelo do que afirmavam alguns críticos chilenos, Sábato argumentou que havia pouca difusão dos livros argentinos no Chile, o que limitava os contatos culturais transandinos, e falou sobre a função do escritor.⁷⁹ Neste tema, foi enfático:

Não posso escrever sobre outros temas que as grandes crises que atravessamos em nossa existência, essas encruzilhadas em que nosso ser parece fazer um balanço total, em que reajustamos nossa visão do mundo [...]. O homem sonha do nascimento até a morte. A função do escritor é despertá-lo.⁸⁰

Logo em seguida, Dorfman tratou da literatura peruana de Arguedas, Vargas Llosa e Salazar Bondy, quando traçou um paralelo entre Lima, Buenos Aires e Santiago, contra Paris. De um lado, argumentou que os escritores das três primeiras, interpretavam as cidades, sem se esquecer de seus contornos naturais, ao contrário da capital francesa. A serra que rodeava Lima, os pampas nas adjacências de Buenos Aires, os Andes e o Pacífico nos limites de Santiago. Assim, a literatura urbana “em nosso continente não deixa de ser americana” e os autores peruanos enfocados “não adulam: suas vozes gritam, rompem, blasfemam”. Assim, Dorfman salientou que expressavam o desejo de destruir reconstruindo o lugar da cidade na identidade nacional.⁸¹

O crítico também apresentou *Gracias por el fuego*, de Benedetti, publicado por *Alfa* e que foi censurado na Espanha, ao enfatizar que o escritor uruguaio tomava o pulso das disputas entre duas gerações, dois modos de vida, e representava “um país desalentado e criticado, mas também um país acolhedor, esperançoso e lutador”. Interpretava, assim, a luta de dois países: “um verdadeiro e outro falso”. E o verdadeiro também era o Uruguai da população comovida, dos problemas sociais e das disputas que podiam levar “à derrota de ambos em um mundo solitário e complicado”.⁸² Abordou também a literatura mexicana, particularmente a de Fuentes, e a paraguaia, com Elvio Romero.

⁷⁹ DORFMAN, Ariel. Sábato, entre héroes y tumbas. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.606, 16 de mar. 1966, p. 34-35.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 35. O quadro para o leitor daquele número não se completa, caso se deixe de lado as duas páginas seguintes, em que Alfonso Calderón revisou a poesia de Pablo de Rokha, momento em que o classificou como o “autor de estilo de massas”. Cf. CALDERÓN, Alfonso. Examinando a Pablo de Rokha. *Ibidem*, p. 36.

⁸¹ DORFMAN, Ariel. Guerrilla literaria en el Perú. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.607, 23 de mar. 1966, p. 35.

⁸² Idem. Édipo en Uruguay. *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.619, 15 de jun. 1966, p. 35.

Em 1967, *Ercilla* promoveu um debate acerca do romance chileno, considerado em descompasso com a criação do restante da América Latina, expressado em termos de “complexo de Vargas Llosa”, mas que podia ser expresso como de Cortázar ou Fuentes. Os participantes – entre outros, Ariel Dorfman, Juan Ehrmann, Raúl Silva Castro, Fernando Alegría e José Donoso – mostraram que não havia consenso sobre a suposta atrofia do romance nacional, pois tanto Silva Castro como Alegría assinalaram, respectivamente, que havia “saúde, entusiasmo e fé” ou que “o defunto [gozava] de perfeita saúde”. Ehrmann e Donoso se aproximaram daquelas opiniões, ao passo que Dorfman assinalou que, com algumas exceções, que não citou, o romance chileno era “mediocre, covarde e falso”, por não conseguir fugir da construção de personagens superficiais e “fracassar” na tarefa de ser o “testemunho intenso de uma época e de um homem”.⁸³ O debate mostrava que o semanário estava bastante preocupado com os rumos da literatura do país e de seu papel social, mas pecava, em parte, pelo que Donoso chamou de “bovarismo de uma burguesia especializada [...]”, que esperava que o país fosse o farol latino-americano em termos políticos, socioeconômicos e literários. Entretanto, a crítica de Donoso perdia força ao defender que o grande problema literário do país se estruturava sobre o caráter “arrogante, enfrascado, provinciano, agonizante, remoto e incrivelmente paroquial” de suas editoras, das universidades, das revistas, do governo e da educação.⁸⁴ Alguns meses depois, Calderón publicou uma crítica bastante corrosiva sobre Donoso, ao defender a hipótese de que uma análise da obra do escritor dificilmente conseguiria defender a reputação que havia adquirido.

Além disso, e mais importante para observar as disputas entre os colaboradores e a direção da revista, Dorfman apresentou uma entrevista do poeta cubano Nicolás Guillén, intitulada *Poeta para dos razas*, ao semanário, em 1967, mas foi rechaçada. Assim, buscou o apoio de *Marcha*, que a publicou. Já não havia espaço, em *Ercilla*, para o futuro autor de *Para leer al Pato Donald* (1972), livro que apresentou uma crítica importante sobre as representações dos latino-americanos pelas revistas de *Walt Disney*, amplamente comercializadas no Chile por *Zig-Zag*.⁸⁵

Segundo a nota introdutória publicada em *Marcha*, a direção de *Ercilla* teve que retirar a entrevista de Guillén de um número já preparado, por exigência da editora *Zig-Zag*, proprietária de *Ercilla*, a partir de finais dos anos 50, ainda que se tratasse “fundamentalmente

⁸³ ¿Qué sucede con la novela chilena? *Ercilla*, Santiago, ano XXXII, n. 1.650, 18 de jan. 1967, p. 28-30.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 30.

⁸⁵ O livro foi publicado por Dorfman, em conjunto com o belga Armand Mattelart, que trabalhava no sistema universitário chileno, pela *Ediciones Universitarias* de Valparaíso. É bom ressaltar que Benedetti enfocou, em *Marcha*, com bons olhos o livro. Cf. BENEDETTI, Mario. Ariel Dorfman, el enemigo del Pato Donald. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.637, 30 de mar. 1973, p. 22-24.

de uma entrevista literária”. O fato teria levado Dorfman a pedir demissão do semanário chileno.⁸⁶ Guillén usou o conceito de “transculturação”, ao citar Fernando Ortiz, para definir sua obra, vinculada à “cultura popular” cubana. Salientou que os afrocubanos se diferenciavam da “negritude” antilhana, pois nunca haviam negado o “abolengo branco, que dormia, talvez com látego, mas inegável em suas veias”. Além disso, Dorfman concordou com Guillén que sua obra poética era revolucionária, por minar as concepções sobre a beleza dos “brancos”, isto é, aqueles que “tinham o poder econômico”. Finalmente, o poeta cubano reafirmou sua amizade em relação a Neruda, que havia sido censurado por participar do Congresso de P.E.N. Clube nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que sustentou haver ampla liberdade cultural e de expressão em Cuba.⁸⁷

Infelizmente, não tenho como colocar em perspectiva as denúncias realizadas por *Marcha* e Dorfman, uma vez que não encontrei outras informações sobre a censura realizada por *Zig-Zag*, acatada por *Ercilla*. Posso sustentar tão somente que as opiniões favoráveis ao regime cubano não estavam em sintonia, naquele momento, com as críticas dos principais redatores de *Ercilla*, como Luis Hernández Parker, Emilio Filippi e Érica Vexler, que ocupou a direção do semanário, entre 1966 e agosto de 1967.

Vale registrar, também, que a crítica literária de *Ercilla* – e de *Marcha* – não passaram incólumes pelo crivo dos escritores ou de outros críticos. Um exemplo emblemático ocorreu quando a equipe literária do semanário chileno enviou um questionário para Fuentes, que se encontrava na Venezuela. O escritor mexicano criticou uma tendência à simplicidade e ao dualismo na visão dos redatores, expressada pela maneira e ordem com que as perguntas foram feitas. Fuentes preconizou que as análises sobre literatura deviam ser marcadas pela multiplicidade, pelo risco da palavra e pela “má consciência plurívoca”. Além disso, afirmou que, mesmo ao se posicionar politicamente contra Borges e a favor de Neruda, literariamente estava com os dois, “e contra os maus poetas proletários e os maus contistas simbólicos”.⁸⁸

Ainda é bom lembrar que, após a saída de Dorfman, em 1967, Calderón passou a tratar com maior assiduidade sobre a obra de Onetti, Borges e Neruda. Embora a ênfase continuasse com os hispano-americanos, a crítica se expandiu para os autores, considerados por Calderón,

⁸⁶ Nicolás Guillén censurado. *Marcha*, Montevideo, ano XXIX, n. 1.381, 01º de dez. 1967, p. 31.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 31.

⁸⁸ Nueve preguntas para Carlos Fuentes. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIII, n. 1.682, 30 de ago. 1967, p. 29. A equipe perguntou se Fuentes pensava que o romance latino-americano da época primava pela busca de novas formas ou novos temas, e se via em *Rayuela*, de Cortázar, mais do que “inovações formais”; se ele pensava que o “compromisso ideológico” do autor influenciava seu trabalho; se o romance latino-americano conseguia interpretar o “momento social”; se, como havia declarado em uma entrevista a Rodríguez Monegal, era possível conciliar sua literatura com a *pop art*; entre outras perguntas. Em 1968, *Ercilla* enviou um questionário para García Márquez, na Espanha, mas não encontrei a publicação das respostas.

como os precursores da nova literatura do século XX, entre outros, Gore Vidal, Doris Lessing, Truman Capote. Entre os latino-americanos, Lezama Lima foi apresentado por Enrique Lihn, por exemplo. Os autores brasileiros quase não apareceram durante os anos 60, a não ser um texto sobre Vinicius de Moraes. A produção cinematográfica, ao contrário, teve presença significativa, além de algumas reportagens sobre músicos brasileiros, como, por exemplo, Geraldo Vandré, que saiu do Brasil pela fronteira uruguaia, de onde pretendia se exilar na Europa. Terminou se exilando no Chile, onde estava há pouco mais de dois meses, conforme declarou em junho de 1969.⁸⁹

Ainda faltava mais investimento crítico para inscrever os escritores brasileiros, de forma menos eventual, nos debates a respeito da literatura e do *boom* “latino-americano”. Por outro lado, a discussão política sobre o Brasil ocupou as páginas do semanário de forma muito mais clara e frequente, conforme analisado nos capítulos 5 e 7.

6.2 *Boom* doméstico, *boom* internacional

O leitor familiarizado com os debates a respeito do *boom* da literatura latino-americana, ocorrido mais ou menos entre 1960 e 1972 ou 1973,⁹⁰ para colocar alguns marcos temporais, pode pensar que faço referência direta ao texto de María Pilar Serrano, ao me referir ao *boom* doméstico. Publicado em 1983, *El boom doméstico* abordou principalmente a visão “íntima” ou “privada” da esposa de José Donoso, quando viviam perto de Barcelona, um dos principais centros editoriais responsáveis pela difusão da literatura latino-americana, durante os anos 60 e 70. Minha utilização do termo não trata das relações entre as famílias dos

⁸⁹ Geraldo Vandré. Protesta a guitarrazo limpio. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIV, n. 1.773, 11 de jun. 1969, p. 19.

⁹⁰ Segundo a delimitação proposta por: CATELLI, Nora. La élite itinerante del *boom*: seducciones transnacionales en los escritores latinoamericanos (1960-1973). In: ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz Editores, 2010, p. 712-732. Para Donoso, os inícios do *boom* poderiam ser demarcados em 1962, com a realização do *Congreso de Intelectuales*, em Concepción, e a publicação de *La ciudad y los perros*, de Vargas Llosa por Seix Barral de Barcelona. O fim coincidiria com a publicação de seu testemunho sobre o fenômeno, em 1972, pela também barcelonesa *Anagrama*, e teria ocorrido devido, em parte, à dispersão dos intelectuais em relação a Cuba, após o “caso Padilla”. Cf. DONOSO, José. *Historia personal del boom*. Barcelona: Seix Barral, 1983, p. 88. As dificuldades para definir as datas iniciais e finais do *boom* também caracterizou a interpretação de Rama. Em primeiro lugar, questionou se já não havia desejos de renovação da literatura latino-americana durante os anos 30, 40 e 50. Em seguida, propôs, sem muitas explicações, o início em 1964. Finalmente, problematizou o seu fim em 1972, ao desconfiar de uma escolha política para a data. Cf. RAMA, Ángel. *El boom en perspectiva*. In: RAMA, Ángel (Ed.). *Más allá del boom: literatura y mercado*. Buenos Aires: Folios, 1984, p. 84-87. Chegava ao fim aquele período rico em utopias? 1972 representou um ano intermediário entre o “caso Padilla” e a crise final do Chile socialista, derrubado em 1973, ao lado do início da ditadura no Uruguai? De qualquer maneira, Donoso e Rama coincidiram que o auge do *boom* ocorreu em 1967, com a publicação de *Cien años de soledad*, de Gabriel García Márquez, quando as tiragens passaram de 25 mil para 100 mil exemplares, mas também devido à outorga do Prêmio Nobel de Literatura para Miguel Ángel Asturias.

principais integrantes do *boom*, na Espanha – Cortázar, Donoso, Fuentes, García Márquez e Vargas Llosa, em ordem alfabética.⁹¹ Ela faz referência, por outro lado, ao papel das discussões internas, no Uruguai e no Chile, a respeito das relações entre a produção e a crítica literária, os editores, os desejos de profissionalização dos escritores e as leis de mercado, em estreita conexão com as opiniões sobre o compromisso dos intelectuais. Dessa forma, me distancio da abordagem testemunhal de Pilar Serrano – não por considerá-la infecunda, mas distinta dos objetivos do presente trabalho – e me aproximo do enfoque desenvolvido por Ángel Rama, quando fez a revisão do tema em “El *boom* en perspectiva”, de 1984.⁹²

A coletânea editada por Rama contou com a participação de importantes escritores e críticos de vários países que buscaram interpretar “as relações sociais e históricas [...] entre as formas particulares e as sociedades, e os períodos em que se originaram ou foram colocadas em prática”, para usar as palavras de Raymond Williams.⁹³

Em diálogo franco com as considerações de alguns dos principais personagens envolvidos no *boom*, Rama reforçou a sua heterogeneidade em termos literários e políticos. Em relação a Vargas Llosa, problematizou a ênfase sobre a criação individual. No caso de Cortázar, salientou sua opinião de que o *boom* não foi feito somente pelas editoras, de fora para dentro, mas pelo povo da América Latina, pelas demandas de seu público leitor. Segundo Rama, essa concepção esteve estreitamente permeada pelos debates no interior das esquerdas, após o “endurecimento e fechamento no campo cultural”, em Cuba.⁹⁴ Além disso, criticou o testemunho de Donoso, por considerá-lo estritamente literário e, portanto, ter deixado de lado o “consumo massivo de narrativas latino-americanas”. Apesar de afiançar sua importância, Rama criticou a ideia de Donoso a respeito do suposto “espaço deserto” da narrativa anterior aos anos 60.⁹⁵

Para o ex-crítico de *Marcha*, a discussão sobre o *boom* entrelaçou três aspectos principais: 1) o privilégio do romance ou narrativa, muitas vezes de forma “reducionista e empobrecedora”, ao excluir a poesia, o ensaio e obras sobre o materialismo histórico, em sua delimitação; 2) o relevo quantitativo, que levou a dificuldades de avaliação, por não se fundar

⁹¹ Cf. SERRANO, María Pilar. *El boom doméstico*. In: DONOSO, José. *Historia personal del boom*. Barcelona: Seix Barral, 1983, p. 96-141.

⁹² Cf. RAMA, Ángel. *El boom en perspectiva*, p. 51-110. Cabe ressaltar, com Donoso e Vidal Costa, que o debate sobre o *boom* foi renovado pela outorga do Prêmio Nobel de Literatura a García Márquez, em 1982. Cf. DONOSO, José. *Diez años después*. In: *Historia personal del boom*, p. 142; COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*, p. 136.

⁹³ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009, p. 244 [1ª edição de 1977].

⁹⁴ MISKULIN, Sílvia Cezar. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 223.

⁹⁵ RAMA, Ángel. *El boom en perspectiva*, p. 60-65.

somente no número de exemplares vendidos, mas também na “repercussão pública” dos autores; 3) finalmente, o critério qualitativo e estético, baseado em juízos críticos, mas que também engendrou problemas de definições, ao colocar na primeira fila Cortázar, Fuentes, Vargas Llosa, García Márquez e Donoso. Ironicamente, Rama problematizou a inserção na segunda fila de autores como Rulfo, Onetti, Guimarães Rosa, Lezama Lima e Borges. O último foi visto, inclusive, como “o mais audaz renovador da escrita narrativa e quem mais vend[ia]”.⁹⁶ Vale lembrar que Borges, ao lado de Neruda, foram os autores mais discutidos por Rodríguez Monegal, quando dirigiu as páginas literárias de *Marcha*, ao passo que o primeiro foi pouco mencionado por Rama durante os anos 60.

Outra crítica de Rama relacionou-se à tendência, entre alguns autores, de tratar o *boom* como um movimento editorial externo, de fora para dentro. No interior desta perspectiva, é importante pensar, com Nora Catelli, que “as capitais americanas teceram a primeira tela transnacional que uniria as várias redes regionais, depois unificadas no *boom* plasmado em um tecido único e visível em seu conjunto na Espanha”.⁹⁷

Sustento que, mesmo reconhecendo o lugar da Espanha, a visão de conjunto foi construída simultaneamente em meridianos latino-americanos, com importante papel das discussões ocorridas no Uruguai e no Chile, por exemplo. Assim, não foi necessário esperar o endosso de editoras europeias, como a catalã *Seix Barral*, para se legitimar a ideia do *boom*, pois, de forma mais calibrada, suas atividades se conectaram com as discussões e atividades criadoras que floresciam em diversos rincões da América Latina.

Na introdução de *Literatura uruguaya del medio siglo*, particularmente a parte intitulada “La toma de posesión”, Rodríguez Monegal assinalou que os “novos intelectuais”, que se polarizavam entre *Marcha*, *Número* e *Asir*, dentre outras revistas, não mediram esforços para ampliar o mundo das edições no Uruguai. Para o crítico, o fomento do Banco República, por meio de Felipe Gil e Carlos Maggi, foi essencial para a criação de novos selos, tais como *Río de la Plata*, *Asir* (1954), *Alfa* (1958), *Ediciones del Siglo Ilustrado*, *Carumbé*, *Ediciones de la Banda Oriental* (1961) e *Arca* (1962).⁹⁸

Cabe lembrar que *Alfa* foi fundada por Benito Milla, exilado espanhol,⁹⁹ ao passo que *Arca* foi fundada, em 1962, pelos irmãos Ángel e Germán Rama, ao lado de José Pedro Díaz, que procedia de uma família de impressores e também colaborava com *Marcha*. A nova

⁹⁶ *Ibidem*, p. 79-83.

⁹⁷ CATELLI, Nora. La élite itinerante del *boom*: seducciones transnacionales en los escritores latinoamericanos (1960-1973), p. 713.

⁹⁸ RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966, p. 105.

⁹⁹ Posteriormente, Milla partiu para a Venezuela, onde atuou como diretor da editora *Monte Ávila*.

editora surgiu após a aquisição de uma pequena oficina tipográfica montevidéana e começou a publicar títulos mais acadêmicos, mas o leque de temas foi ampliado rapidamente.

Segundo Pablo Rocca, não se pode menosprezar os esforços editoriais realizados pela “geração de 45”.¹⁰⁰ No entanto, a situação era vista como desalentadora, por diversos escritores e críticos do período. Contudo, havia uma importante editora que crescia rapidamente e que, inclusive, anunciava seus livros nas páginas de *Marcha*, mas que não estava vinculada aos integrantes mais conhecidos daquela geração: *Pueblos Unidos*, fundada em 1943, no interior do Partido Comunista, com um catálogo recheado de textos sobre o marxismo e a União Soviética.

Ao iniciar os anos 60, ocorreu um novo impulso editorial por parte daqueles ainda jovens personagens. Em 1963, *Marcha* destacou os planos editoriais e realizou um sintético balanço dos principais selos do Uruguai. Assinalou que a principal editora em atividade do país era *Pueblos Unidos*, que comemorava 20 anos de fundação, com aproximadamente 300 títulos e quase um milhão de exemplares publicados. Entre os de origem nacional, havia uma primeira edição esgotada de *Problemas de una revolución continental*, de Rodney Arismendi, cuja tiragem foi de oito mil exemplares. Em seguida, tratou dos difíceis começos de *Ediciones de la Banda Oriental*; da especialização de *Síntesis* em obras para o ensino secundário; dos treze livros publicados por *El Siglo Ilustrado*, a partir de 1961; de *Alfa*; e de *Arca*.¹⁰¹

Em 1962, *Alfa* anunciou que, a partir de 1960, havia publicado 35 títulos de literatura nacional, com oito esgotados, nove premiados, 39.500 exemplares, e que já possuía dez novos títulos no prelo. Além disso, mencionou que os livros podiam ser comprados fora do Uruguai, em Buenos Aires, Santiago, Lima, Cidade do México, Nova Iorque, Madri e Paris.¹⁰²

Por sua vez, *Arca* divulgou um amplo projeto para 1963: “uma coleção de publicações trimestrais dedicadas aos problemas latino-americanos”, que se iniciou com o livro “¿*Qué son las Ligas Camponesas?*”, de Francisco Julião. Havia ainda uma coleção de narradores, que se iniciou simbolicamente com *El Pozo*, de Onetti; uma seção com vários poetas nacionais, que haviam sido publicados ou comentados nas páginas de *Marcha*; outra de ensaios literários.¹⁰³

Os ventos pareciam favoráveis, e *Marcha* anunciou que retomava suas atividades livrescas, mas ainda de forma bem ligeira. Significativamente, o primeiro livro publicado foi

¹⁰⁰ ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*, p. 114.

¹⁰¹ Planes editoriales de 1963. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.152, 19 de abr. 1963, p. 28.

¹⁰² Editorial Alfa. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.115, 13 de jul. 1962, p. 31. Arturo Ardao, Rodríguez Monegal, Benedetti, Martínez Moreno, Galeano, Maggi e Felisberto Hernández foram publicados até 1962 ou constavam nos projetos para 1963, que incluía a retomada da revista *Número*, com direção de Rodríguez Monegal, Benedetti, Martínez Moreno e Manuel Claps.

¹⁰³ Planes editoriales de 1963. *Marcha*, Montevideo, ano XXIV, n. 1.152, 19 de abr. 1963, p. 28. *Arca* anunciava a venda da revista *Casa de las Américas*, ao passo que *Alfa* passou a comercializar *Mundo Nuevo*, a partir de 1966.

La Revolución Cubana, de Claude Julien. Contudo, a almejada expansão editorial somente tomou fôlego em 1967, com a criação dos *Cuadernos de Marcha*, e em 1969, com a fundação da *Biblioteca de Marcha*. Até 1967, poucos livros foram publicados, como, por exemplo, o de Julien; *Cono Sur*, de Hiber Conteris, em 1963; e *El mundo tal cual es*, de Hugo Alfaro, em 1967. Anteriormente, *Marcha* publicou *Una tumba sin nombre*, de Onetti, em 1959. Porém, até o início dos anos 60 o tom era de lamentação em torno da suposta falta de leitores no Uruguai, como sustentou Ángel Rama, no balanço sobre a narrativa uruguia de 1958.¹⁰⁴ Como nos anos anteriores, expressou-se um desejo evidente em tentar promover novos autores por meio da realização de concursos.¹⁰⁵

As críticas sobre a falta de apoio do governo federal para o mercado editorial não diminuíram profundamente com a aprovação de algumas leis de apoio para a indústria editorial, em meados dos anos 60, com a atuação de Juan E. Pivel Devoto. Durante o “ano terrível” (1965), ocorreu nova tentativa para baratear os custos de produção de livros, com corte de impostos para as gráficas, editoras e livrarias, à exceção do imposto de renda.¹⁰⁶

No entanto, Rama criticou aquela iniciativa por insuficiente, sem menosprezar o trabalho realizado pela *Comisión del Papel*, em sua “generosa preocupação pelo livro nacional”. O problema, segundo o crítico de *Marcha*, relacionava-se ao fato da desoneração não implicar em uma diminuição brusca dos preços da maior parte das edições, que oscilavam entre quinhentos e dois mil exemplares. Os efeitos eram positivos somente para as tiragens de mais de cinco mil exemplares, com uma diminuição de mais de 20% do preço final. Assim, ainda era necessário batalhar por maior apoio estatal em relação ao mercado editorial. Rama criticou, além disso, a forma como o *Banco República* selecionava os empréstimos a autores e editoras, pois, aos seus olhos, havia se transformado em um “tribunal artístico”, ao negar a concessão de créditos para alguns autores, por opções estéticas e temáticas.¹⁰⁷

No seu último número de 1966, *Marcha* foi dedicada ao lugar do livro na cultura nacional, com uma mesa redonda presidida por Rama e a participação de Real de Azúa, Sarandy Cabrera, Juan Flo e Ignacio Espinosa Borges. O tom foi de preocupação diante da

¹⁰⁴ RAMA, Ángel. Elija y compre: la narrativa uruguaya. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XX, n. 943, 26 de dez. 1958, p. 53.

¹⁰⁵ Los concursos de *Marcha*. *Marcha*, Montevideo, ano XXI, n. 975, 04 de set. 1959, p. 5. Os temas foram: “o anti-imperialismo no Rio da Prata”, “as possibilidades da juventude uruguia”, “o destino da nacionalidade uruguia” e “as condições e fins de uma reforma do ensino”. Carlos Mato, Roque Faraone, Roberto Ares Pons e Hiber Conteris venceram o concurso.

¹⁰⁶ Cf. CASTRO, Julio. Reportaje a Pivel Devoto. El libro al alcance de todos. *Marcha*, Montevideo, ano XXVII, n. 1.270, 03 de set. 1965, p. 31.

¹⁰⁷ RAMA, Ángel. Los libros que el Uruguay produce. *Marcha*, Montevideo, ano XXVIII, n. 1.317, 19 de ago. 1966, p. 28. Segundo as estatísticas da Comissão de Papel, nos nove meses de sua atuação, o Uruguai havia publicado 250 títulos diferentes, entre livros e revistas, com 1.256.926 exemplares.

crise que tornava a aquisição de livros mais difícil pela população, e quase todos falaram em “empobrecimento cultural”, devido inclusive à evasão escolar, sobretudo no ensino primário. Segundo Sarandy Cabrera, entre os quatro principais personagens do universo livresco, a situação menos complicada era a do escritor, pois ser editor, livreiro e leitor no Uruguai da crise sobrepassava as dificuldades em escrever.¹⁰⁸

Segundo Espinosa Borges, representante estatal na mesa redonda, a tiragem da *Biblioteca Artigas, Colección de Clásicos Uruguayos* tinha aumentado de três para cinco mil exemplares, em 1966, devido às ações do Instituto Nacional do Livro em prol de facilitar a aquisição de livros por parte dos professores. Houve a autorização para que se tornassem subscritores e, assim, adquirir os livros estatais a preços de custo. Contudo, Rama contestou que os preços dos livros daquela coleção já não cobriam os custos, em coincidência com Espinosa Borges, além de assinalar que o subsídio limitava, em muito, a noção de cultura, uma vez que não alcançava a maior parte dos 2,5 milhões de habitantes do país.

Não obstante o fantasma da crise, Real de Azúa e Sarandy Cabrera coincidiram em interpretar que os últimos quinze anos haviam proporcionado um “salto qualitativo”, mas também quantitativo das edições nacionais. O grande problema consistia em conciliar os dois aspectos, além de pensar o que representavam os livros em um ambiente de massificação da cultura, como problematizou Juan Flo. Assinalou, de um lado, que se vivia uma crise também de “como se pode orientar uma cultura”, uma vez que uma ampla alfabetização não gerava necessariamente “a melhor orientação possível da cultura”.¹⁰⁹

Novamente, o eixo da questão girou em torno da pergunta de como os escritores deviam se aproximar do público e tentar levá-lo a outros patamares. Para Juan Flo, a questão era mais complexa porque geralmente se partia de muitos olhares preconcebidos sobre o popular. Todos concordaram com esta afirmação. Entretanto, Real de Azúa solicitou que o maior problema não era um olhar sobre a chamada cultura popular, mas sim em relação à cultura massificada e “envasada”, que vinha do exterior, particularmente dos Estados Unidos, sem querer menosprezar os aportes valiosos das criações norte-americanas. A questão, para Rama, consistia em rechaçar uma parte do que circulava internacionalmente sob o rótulo de cultura, e que era vista como nociva pelos participantes da mesa redonda.¹¹⁰

¹⁰⁸ Mesas redondas. El libro y las perspectivas de la cultura. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXVIII, n. 1.336, 30 de dez. 1966, p. 4. Todo o número foi dedicado à realização de mesas redondas, que discutiram o papel de algumas esferas da cultura em sua relação com o “social”. Os temas foram: O teatro e a sociedade; O lugar dos músicos em nosso meio; Para que pode servir uma televisão nacional.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 5.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 6.

Sustentaram que as soluções para os problemas levantados tinham que partir de várias frentes de batalha, por parte do Estado e da população em geral. Primeiro, com mais investimentos em educação. Segundo, com a melhoria das pouco mais de trezentas bibliotecas públicas que possuía o Uruguai. Por último, com a ampliação do crédito para a criação de grandes empreendimentos editoriais, a exemplo de FCE e Eudeba, com a participação de agentes privados e projeção internacional.¹¹¹

No final de 1967, Ángel Rama realizou o balanço daquele difícil ano, em que as *Medidas Prontas de Seguridad* começavam a dar o tom das relações entre o governo nacional e os cidadãos, com ações de censura aos impressos considerados “perigosos”. A despeito disso, muitos críticos e jornalistas, bem como a “Comissão do Papel”, começaram a utilizar o termo *boom* para tratar do crescimento da indústria editorial uruguaia.

Antes de falar dos anos 60, Rama esboçou uma breve história daquele setor e, entre outras considerações, assinalou que as dificuldades diplomáticas e de trânsito de pessoas entre a Argentina peronista e o Uruguai haviam possibilitado, por exemplo, um significativo desenvolvimento do teatro nacional. Entretanto, o mesmo não ocorreu com as editoras, o que levou, segundo o crítico de *Marcha*, os escritores a se refugiarem nas revistas e ao auge da produção de contos no Uruguai. E, para tornar a situação mais problemática, sustentou que os autores e os leitores se distanciaram de forma recíproca. Com o passar dos anos, assinalou que os escritores tiveram que recolocar os leitores em seus horizontes. Formaram, em seu entender, uma geração “individualista” e “hipercrítica”, durante os anos 50, que sozinha não apresentava condições para promover o *boom* de 1967. Assim, as suas raízes mais férteis deviam ser buscadas em 1960, com a publicação de novos livros por *Asir* e *Alfa*; com a virada da obra de Benedetti, presente em *El país de la cola de paja* e *La tregua*, ao abandonar uma escrita supostamente elitista e se enveredar pelos caminhos dos problemas do país; e, finalmente, devido à criação da *Feria Nacional de Libros y Grabados*, por Nancy Bacelo.¹¹²

Diante disso, ainda conforme Rama, os escritores e editores se aproximaram do público leitor nacional, que passou a se interessar mais pela realidade nacional e latino-americana. Entretanto, argumentou que as possibilidades de se ampliar o florescimento não eram muito favoráveis porque, se bem o Uruguai conseguia consumir uma tiragem de até quatro mil exemplares – ou seis mil da coleção *bolsilibros*, de *Arca* –, os seus 2,5 milhões de habitantes impunham limites, que, em comparação com a vizinha Argentina, não deixava de se mostrar um pouco desestimulante. Para Rama, faltavam alguns ajustes, como mais

¹¹¹ *Ibidem*, p. 7.

¹¹² RAMA, Ángel. El *boom* editorial. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXIX, n. 1.385, 29 de dez. 1967, p. 3.

financiamento e apoio estatal para evitar os abusos sobre o preço do papel e a criação de uma editora universitária.¹¹³

A segunda seção de *Marcha* do último número de 1967 dedicou 10 páginas para tratar do *boom* editorial por que passava o país, com textos de análise, entrevistas, principalmente com os editores, e algumas pesquisas. Praticamente todas as editoras e muitas livrarias montevidéanas anunciaram em *Marcha*, mas a publicidade com maior destaque foi a de *Arca*, inclusive uma das poucas páginas do semanário em cores. Os ventos favoráveis sopravam cada vez com mais força, pois no final de 1968, *Arca* anunciou a edição de 111 títulos diferentes, além de uma publicação semanal intitulada *Enciclopedia Uruguaya*, com uma tiragem total de 1.075.000 exemplares naquele ano, em face de 70 títulos e 270 mil exemplares, em 1967.¹¹⁴ *Alfa* também mostrou seu vigor como editora, livraria e distribuidora de obras produzidas em outros países.

A crise política, econômica e social parecia não atingir com força o mercado editorial. Muito antes pelo contrário. Um olhar ligeiro poderia até mesmo sustentar que as vicissitudes que acometiam o Uruguai pareciam estimular a produção cultural como um todo, não só a produção de livros e demais impressos. Nesse contexto, os projetos editoriais de *Marcha* finalmente deslancharam.

Os desejos de dotar o país platino de uma poderosa “indústria editorial” se articularam aos problemas políticos, que chamavam para a ação, não só por meio da inserção direta na política profissional, mas da publicação de obras que pudessem canalizar debates e projetos para a transformação do Uruguai. Além disso, a crescente desvalorização do peso uruguaio, em face de outras moedas, também contribuiu para impulsionar o *boom* doméstico. É bom lembrar que o mercado editorial se estruturou em âmbito transnacional. Assim, os livros importados encareceram e se iniciou uma espécie de “substituição de importações”, durante os anos 60. É necessário convocar os olhares da história econômica para confirmar ou refutar esta hipótese, pois penso ser prudente tentar explicar a expansão editorial uruguaia por meio de fatores variados.

Também ocorreu um *boom* editorial no Chile dos anos 60? Em 1958, enquanto anunciava quatorze “biografias”, seis “grandes romances”, entre outras obras, compostas fundamentalmente de reedições das duas décadas anteriores, *Ercilla* abriu espaço para noticiar

¹¹³ *Ibidem*, p. 4-5. Esta foi fundada pouco tempo depois, no final dos anos 60. Eduardo Galeano, por exemplo, publicou “As veias abertas da América Latina” pela editora *Universitaria* da UDELAR, não pela *Biblioteca de Marcha*. Vale lembrar que o livro foi publicado simultaneamente em diversos países, por diferentes editoras.

¹¹⁴ Editorial *Arca* y Editores *Rev* [sic]. In: *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXX, n. 1.431, 27 de dez. 1968, p. 11.

as novidades da antes concorrente *Zig-Zag*. Vale lembrar que esta última havia adquirido *Ercilla*, após o falecimento de Ismael Edwards Matte, em 1954, mas ainda mantinha a separação dos selos editoriais. O tom continuava a ressaltar altos e baixos, pois os escritores reclamavam dos custos de publicação, da diminuição das vendas e das dificuldades em se conseguir empréstimos. Segundo os balanços de Darío Carmona e Camilo Taufic, o panorama não se alterou em 1959 e 1960, ainda que tivesse ocorrido um ligeiro aumento no número de títulos publicados. No entanto, os autores prescindiam cada vez mais do apoio tanto do Estado quando das editoras.¹¹⁵ Contudo, *Ercilla* não conseguiu retomar nem uma pequena parte de seu passado vigor editorial.

Em 1962, *Ercilla* enfatizou a crise do livro chileno, ao mesmo tempo em que se questionava se a pornografia podia ser considerada literatura, polêmica motivada pela proibição, nos Estados Unidos, da publicação de “Trópico de Câncer”, de Henry Miller. Entretanto, *Ercilla* limitou-se a noticiar os debates que chegaram a diversos países acerca daquele livro, e a expor alguns breves juízos sobre o seu conteúdo e linguagem, sem deixar de tecer uma ligação entre o autor e a famosa “geração beatnik”.¹¹⁶

Em relação ao problema editorial, Joaquín Almendros, presidente da *Cámara Chilena del Libro*, foi ouvido por *Ercilla* com o objetivo de tentar compreender os motivos que haviam levado o país a sentir que sofria com a “falta” de livros. Alguns leitores partilhavam daquele diagnóstico. Segundo Almendros, ao contrário do panorama da Argentina, Colômbia, Espanha, México e Peru, faltava “uma política definida e vigorosa a favor do livro” no Chile. Assim, era difícil concorrer com os editores daqueles países, especificamente com os espanhóis, argentinos e mexicanos, que produziam 90% dos livros que circulavam no mundo de língua castelhana.¹¹⁷ Sustentou que a segunda parte do problema advinha de olhares que relutavam em reconhecer a indústria editorial como uma atividade comercial e lucrativa, o que aumentava o “paradoxo chileno”, pois o país era considerado um importante centro de leitura, mas “seria o que menos [investia] em políticas para a publicação de livros”. Assim, era preciso coordenar as possibilidades do país para voltar a ser um grande polo editorial, pois reunia praticamente todos os fatores para a sua concretização.¹¹⁸

¹¹⁵ CARMONA, Darío. Resumen y balance de 1959. Literatura: año ceniciento. *Ercilla*, Santiago, ano XXVI, n. 1.285, 06 de jan. 1960, p. 12; TAUFIC, Camilo. El 60 literario en 13 “flashes”. *Ercilla*, Santiago, ano XXVI, n. 1.337, 04 de jan. 1961, p. 12-13. O semanário começou, naquele momento, a noticiar os prêmios de contos de *Life* em espanhol, com júri integrado por Octavio Paz, Hernán Díaz Arrieta e Federico de Orcás.

¹¹⁶ ¿Es literatura la pornografía? *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.422, 22 de ago. 1962, p. 12-13.

¹¹⁷ La crisis del libro. *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.421, 15 de ago. 1962, p. 12.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 13.

É bom lembrar que, pouco antes, Donoso havia afirmado que, ao contrário de uma opinião corrente, os leitores chilenos mostravam afeição pelas obras nacionais. Assim, os problemas se vinculavam muito mais à falta de criação do que de editores dispostos a conseguir lançar bons livros. No entanto, coincidia com Almendros ao afirmar que era preciso um pouco mais de financiamento e linhas de crédito para as editoras e escritores, além de uma política mais agressiva para se promover o livro nacional no exterior.¹¹⁹ Tampouco manteve sempre as mesmas opiniões, ao afirmar que os integrantes da geração de 1950 produziam bastante, mesmo com todas as críticas que recebiam, além do que se juntavam aos “novíssimos” escritores que começavam a publicar suas primeiras edições nos anos 60, como Skármeta, Ruiz Tagle e Juan Agustín Palazuelos, entre outros.¹²⁰

Não deixa de ser curiosa, nesse sentido, a opinião de Adolfo Gilly, ao tratar da “indústria do livro no Peru”, em artigo publicado em *Marcha*, em 1960. Gilly afirmou que o Peru já começava a se transformar em um polo exportador de livros, mas somente não conseguia concorrer com os argentinos e os chilenos. Para ele, ao contrário do que afirmavam os críticos e escritores chilenos, a indústria editorial do Chile ainda era forte o bastante para limitar a entrada dos livros peruanos.¹²¹

No primeiro número de 1964, Donoso fez um balanço sobre 1963, impregnado de vicissitudes e esperanças, uma vez que não via confirmada sua opinião anterior de que o público chileno estava ávido para adquirir obras nacionais. Se a desilusão era grande, apesar do grande consumo de livros de forma geral, mencionou, sem endossar, a opinião do poeta Enrique Lihn, de que aquele ano não representava uma decadência literária, mas, pelo contrário, poderia significar que os autores estivessem compenetrados em importantes processos de criação. A não coincidência com Lihn relacionava-se aos números que arquitetavam outro panorama, com muitos autores nacionais publicados por *Zig-Zag*, *Nascimento*, *Pacífico*, *Pomaire* e *Universitaria*, além das pequenas editoras conhecidas como *callampas*. Assim, havia muitos livros de escritores chilenos à disposição, mas o público leitor chileno parecia, aos olhos de Donoso, não valorizá-los, pelos menos não correspondiam às expectativas de muitos autores.¹²²

Buscava Donoso justificar desde o início daquele ano o desejo de cruzar a cordilheira e se radicar rapidamente na Argentina (1964), México (1965), depois nos Estados Unidos

¹¹⁹ DONOSO, José. Lectura de invierno para los santiaguinos. *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.413, 20 de jun. 1962, p. 12-13.

¹²⁰ Idem. Jornadas para la novísima generación. *Ercilla*, Santiago, ano XXVIII, n. 1.440, 26 de dez. 1962, p. 12-13.

¹²¹ GILLY, Adolfo. Industria del libro en Perú. *Marcha*, Montevideo, ano XXI, n. 1.002, 25 de mar. 1960, p. 21.

¹²² DONOSO, J. ¿Dónde están las voces viejas, dónde las voces nuevas? *Ercilla*, Santiago, ano XXX, n. 1.493, 01º de jan. 1964, p. 8-10; Nueva hornada de ensayistas. *Ercilla*, Santiago, ano XXX, n. 1.496, 22 de jan. 1964, p. 9.

(1965-1967) e finalmente na Espanha (1967-1981), ou realmente o cenário chileno se encontrava desfavorecido para os autores nacionais?

É arriscado fazer a opção por apenas uma das alternativas, e não se pode ser injusto em relação a Donoso, pois outros escritores chilenos, como Huidobro e Neruda, assim como muitos outros latino-americanos buscaram o exílio para produzir e publicar suas obras. Penso ser mais interessante interpretar que o ambiente podia ser desfavorável, mas o projeto de publicar fora do Chile respondia a outros objetivos menos declarados, como o de alcançar maior difusão, uma vez que a indústria editorial chilena encontrava muitas dificuldades para conseguir promover uma ampla circulação de seus livros, ao contrário do cenário dos anos 30 e 40. Em um ambiente que se tornava cada vez mais conectado, era necessário buscar o apoio de editoras que ultrapassavam as fronteiras com maior desembaraço ou mesmo atividades docentes que lhe permitissem viver em melhores condições, como na estadia norte-americana.

Para Manuel Rojas, Donoso criou grandes expectativas em relação às críticas positivas que recebera por parte de Hernán Díaz Arrieta (Alone). Este último havia dito que finalmente nascera o grande narrador chileno e Donoso procurou o responsável pela editora *Nascimento*, que havia publicado *Coronación*, em 1957. Rojas afirmou que, no entanto, a decepção de Donoso foi grande ao se informar de que as vendas alcançavam somente mil dos três mil exemplares publicados. Para Rojas, a desilusão criada fez com que Donoso partisse inicialmente para a Argentina em busca de novas possibilidades.¹²³ Contudo, pode-se inferir que Rojas carregou nas tintas ao culpar Alone pelos danos emocionais de Donoso, uma vez que o tempo transcorrido de quase sete anos, entre a 1ª edição do livro e a partida para a Argentina, suaviza bastante a sua hipótese. Ainda assim, penso que Donoso buscava maior estabilidade e possibilidades de difusão de suas obras.

Além disso, o testemunho posterior de Donoso não coincidiu completamente com as afirmações de Rojas, mesmo ao ressaltar as dificuldades por que passou para publicar *Coronación*. Segundo Donoso, após ser rechaçado por *Zig-Zag*, o livro foi aceito por *Nascimento*, que publicou três mil exemplares, mas Donoso recebeu setecentos, para vender pessoalmente, como pagamento dos direitos autorais. Mesmo com as dificuldades e a necessidade de pedir ajuda aos amigos e familiares para vender os setecentos exemplares, Donoso afirmou ironicamente que o livro foi um “êxito” no ano de lançamento (31/12/1957), e permaneceu esgotado por vários anos. Finalmente, argumentou que o Chile quase não

¹²³ ROJAS, Manuel. Respuesta a mis críticos. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.562, 28 de abr. 1965, p. 12-13.

importava livros de outros países hispano-americanos, nem exportava os seus, dificultando a circulação das novidades editoriais.¹²⁴

Por outro lado, Mario Benedetti afirmou que o Chile, ao contrário do Uruguai, era um país com editoras e, portanto, com leitores, que permitiam a publicação de tiragens de livros na casa das “dezenas de milhares”. O exemplo citado por Benedetti para confirmar a hipótese de que o público chileno era exigente foi justamente o de *Coronación*, quando Donoso foi apresentado em *Marcha*.¹²⁵

As opiniões sobre a falta de interesse pelos autores nacionais se difundiam e deixavam os escritores angustiados. Era comum o lamento de que faltavam livrarias e leitores no Chile. Entretanto, o escritor Luis Domínguez não concordava com as lamentações, pois sustentou, em 1964, que havia um público vasto e ávido por livros, inclusive por obras de autores nacionais. Também argumentou que as críticas de Alone obtinham grande ressonância. Finalmente, enfatizou que a divulgação da poesia em discos consistia em um grande filão para os escritores, como havia percebido Fernando Alegría.¹²⁶ Ao publicar uma crítica elogiosa sobre o primeiro livro de Domínguez – *El extravagante* –, no ano seguinte, o próprio Rojas afirmou que existia uma criativa geração de jovens escritores chilenos, para além da poesia, o que era um sinal de bons ventos para o porvir da literatura chilena.¹²⁷

Ercilla destacou a inquietação de escritores, críticos e pesquisadores chilenos em torno das relações dos *best-sellers* com as obras consideradas geniais. No primeiro caso, falava-se muito mais da ação publicitária do que do valor literário. No segundo, em tentar contextualizar uma “obra genial” na tradição literária do idioma em que estava escrita.¹²⁸

As opiniões elaboradas por vários escritores e críticos sobre a presumida falta de leitores ou de crise do mercado editorial precisam ser revistas, ainda que recentemente Bernardo Subercaseaux tenha apoiado, em parte, aquela tese. Em grande medida, todas essas interpretações foram construídas à sombra da “época dourada” da indústria editorial chilena, entre 1930 e 1950, e em comparação ao que ocorria na Argentina e no México, mas também na Espanha. Não é possível contestar os dados apresentados por Subercaseaux, ao demonstrar que as editoras chilenas perderam terreno, entre 1930 e 1960. O Chile foi o principal consumidor de livros publicados na Argentina, entre 1948 e 1964. Ao tratar o tema como “um

¹²⁴ DONOSO, José. *Historia personal del boom*. Barcelona: Seix Barral, 1983, p. 28-29.

¹²⁵ BENEDETTI, Mario. Letras hispano-americanas. Mundo chileno en varios planos. *Marcha*, Montevideo, ano XIX, n. 910, 09 de mai. 1958, p. 21.

¹²⁶ DOMÍNGUEZ, Luis. Los lectores y los libros. *Ercilla*, Santiago, ano XXX, n. 1.514, 27 de mai. 1964, p. 13.

¹²⁷ ROJAS, Manuel. “El extravagante”. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.567, 02 de jun. 1965, p. 32.

¹²⁸ Mesa redonda para la inquietud del lector ¿Qué es el “best-seller”? *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.556, 17 de mar. 1965, p. 13.

caso de desenvolvimento frustrado”, assinalou que as editoras chilenas tampouco foram importantes, em termos transnacionais, para a difusão dos autores do *boom*.¹²⁹ Contudo, a quantidade de exemplares – não de títulos –, publicados durante os anos 60, não estavam numa curva descendente, segundo as informações apresentadas pelo próprio Subercaseaux.

Adriane Vidal Costa mostrou que “o *boom* não foi apenas um fenômeno comercial, mas também a oportunidade de apoiar decididamente as revoluções e os projetos socialistas na América Latina”.¹³⁰ Dentro dessa perspectiva, a Revolução Cubana foi imprescindível para colocar a literatura latino-americana no centro das atenções. Entretanto, para os objetivos da presente tese, é importante conectar os debates nacionais, com atenção às suas especificidades, aos internacionais, pois, de um lado, houve muitos diálogos, devido à “formação de uma rede intelectual latino-americana de esquerda reunida em torno de Cuba”,¹³¹ e, de outro, criaram-se tensões e intelectuais de outros países buscaram se posicionar com destaque no interior desta rede.

Um exemplo claro disso foi o anúncio, em *Ercilla*, da realização de um concurso de romances hispano-americanos pela editora *Zig-Zag*, em 1966, cujo objetivo declarado consistia em alavancar a produção literária chilena, mas também de outros países vizinhos, por meio de “um passo importante em direção a um Mercado Comum do livro, com uma base de reciprocidade e uma grande possibilidade de aproximação cultural”. Naquele momento, o semanário chileno afirmou que os autores nacionais eram publicados e traduzidos em outros países, além de receber antologias panorâmicas de importantes revistas, como *Granta*, de Cambridge, e *Marcha* de Montevideú. Assim, o Chile precisava retomar o importante papel que desempenhou, entre os anos 30 e 50. O concurso foi divulgado, além disso, como uma alternativa para os realizados na Argentina, por *Emecé*, *Losada* e *La Nación*, mas principalmente em relação aos concursos de *Seix Barral*, considerados muito vinculados aos europeus e injustos em relação aos jovens escritores hispano-americanos.¹³²

O artigo, não assinado, afirmou que Vargas Llosa e Cortázar haviam sido “burlados” pelos concursos da editora catalã. Entretanto, não mencionou que, até aquele momento, o Prêmio Biblioteca Breve de Seix Barral havia sido concedido a três obras latino-americanas: *La ciudad y los perros*, de Vargas Llosa, em 1962; *Los albañiles*, do mexicano Vicente

¹²⁹ Cf. SUBERCASEAUX, Bernardo. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM, 2010, p. 162-176.

¹³⁰ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar*, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005), p. 132.

¹³¹ *Ibidem*, p. 131.

¹³² Nuevo impulso a la novela. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.574, 21 de jul. 1965, p. 32-33.

Leñero, em 1963; e *Tres tristes tigres*, do cubano Guillermo Cabrera Infante, em 1964.¹³³ Além disso, *Seix Barral* foi uma das principais editoras responsáveis pela difusão da literatura hispano-americana. Vale lembrar que os principais escritores participantes do chamado *boom* viviam na Espanha e, não por acaso, Donoso se mudou para o país ibérico, em 1967.

Zig-Zag almejava, provavelmente, transformar novamente o Chile em um meridiano intelectual-editorial. Além da declarada disputa com a Espanha e a Argentina, o concurso, ainda que de forma silenciosa, também se colocava como uma alternativa a Havana e aos concursos de *Casa de las Américas*. Os debates políticos a respeito da “Revolução em Liberdade” chilena contra a Revolução Cubana não passavam incólumes pelo universo editorial. Contudo, ao contrário dos concursos de *Marcha*, não contou com um júri composto por representantes de países distintos, pois eram todos chilenos.¹³⁴ Tampouco delimitou o tema ou as nacionalidades que podiam participar, pois os uruguaios estabeleceram que somente os uruguaios, argentinos e paraguaios podiam participar de seus concursos. Significativamente, esta delimitação representava os países que se originaram de uma parte do Vice-Reino do Rio da Prata e da região em que Artigas percorreu durante sua atribulada trajetória. Pode-se afirmar que havia uma certa incoerência ao se insistir nesta limitação quando *Marcha* buscava se colocar como uma publicação latino-americana, e batalhava pela aproximação entre os intelectuais dos países da América Latina.

Voltemos ao cenário chileno. O balanço do final de 1965 sinalizou que havia certa retomada das atividades editoriais no país do Pacífico Sul, e, segundo o crítico literário de *Ercilla* Guillermo Blanco, muitos escritores, curiosamente, repreendiam a facilidade com que se publicava no Chile. Para Blanco, a maior dificuldade do ano consistiu em realizar um balanço de uma produção que ultrapassava as possibilidades de síntese.¹³⁵

Em 1966, *Ercilla* destacou que o concurso foi bastante exitoso, pois havia recebido 98 romances de dez países. O semanário aproveitou para destacar que suas páginas dedicavam especial atenção à literatura latino-americana, ao sublinhar os valores de Sábato, Marechal, Borges, Roa Bastos, Vargas Llosa, Fuentes e muitos outros. Com as palavras de *Ercilla*: “o conjunto destes escritores prova a vitalidade da atual literatura latino-americana e a grande

¹³³ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*, p. 148.

¹³⁴ A banca foi composta por Amando Labarca, Raúl Silva Castro, Guillermo Atlas (presidente da Sociedade de Escritores), Luis Sánchez Latorre (crítico literário), Jorge Herrera Silva (ministro da Corte de Apelações de Valparaíso) e Alberto Ostría Gutiérrez (assessor literário de *Zig-Zag*).

¹³⁵ BLANCO, Guillermo. *Literatura y nesliteratura [sic]*. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.595, 29 de dez. 1965, p. 32-33.

esperança deste concurso é contribuir para a descoberta, destaque e divulgação de novos valores neste âmbito”.¹³⁶

Para dar contornos finais a esta parte do capítulo, algumas polêmicas intelectuais receberam atenção, ainda que de forma diferente, em *Marcha* e *Ercilla*. Entre as mais importantes, estreitamente associadas aos debates engendrados pelos desdobramentos da Revolução Cubana e sua política cultural, as críticas recíprocas entre José María Arguedas e Julio Cortázar; uma outra polêmica envolvendo o escritor argentino, o colombiano Óscar Collazos e Vargas Llosa; e, finalmente, o famoso “caso Padilla”, considerado tanto pelos contemporâneos como pelos estudiosos atuais como um divisor de águas nos debates sobre o papel dos intelectuais, o comprometimento literário e o apoio à Revolução Cubana.

Sem espaço para discuti-las profundamente, limito-me a dedicar alguns parágrafos sobre o que foi focado nos dois semanários, com repercussão bem mais ampla em *Marcha*. Neruda, em *Ercilla*, e Benedetti, no semanário uruguaio, abordaram a polêmica entre Arguedas e Cortázar, de 1968 a 1971. Como salientaram Mariana Bendahan e Adriane Vidal Costa, os desencontros entre os dois escritores se iniciaram em torno do indigenismo, mas se ampliaram para a discussão sobre o exílio, as relações entre cultura e política, o papel dos intelectuais na vida pública, as tensões a respeito do cosmopolitismo e, finalmente, as articulações entre produção literária e o *boom*.¹³⁷

Neruda escreveu na coluna *Desde Isla Negra* sobre as polêmicas entre Cortázar e Arguedas, particularmente a respeito da busca pelo exílio ou da escolha por permanecer no próprio país. Apesar de apoiar a ideia de que o “escritor em nossos países abandonados deva neles permanecer, defendendo-os”, afirmou que ficava com os dois, pois não era o fato de escrever em casa ou no exílio o que contava para que uma obra fosse mais ou menos “americana”. Concluiu com um paralelo a Dom Quixote, ao afirmar que “quanto mais locais sejamos, podemos ser os mais universais. Um pequeno grande livro não se preocupou mais do

¹³⁶ Concurso *Zig-Zag*: 98 novelas de 10 países. *Ercilla*, Santiago, ano XXXI, n. 1.606, 16 de mar. 1966, p. 13. Entre os 10 países, o Chile foi representado por 57 romances, a Argentina por onze, o Uruguaio por cinco, o Equador e a Espanha por quatro, a Colômbia por três, bem como Costa Rica, Panamá, Peru e Estados Unidos (em espanhol) por duas obras cada um. A origem de seis romances não foi identificada pelos autores. O vencedor foi Edesio Alvarado, com a obra *El desenlace*. A premiação foi de 10 mil escudos para o primeiro lugar e 2 mil para o segundo. A título de comparação, o Prêmio Nacional de Literatura retribuiu o vencedor com 5 mil escudos.

¹³⁷ BENDAHAN, Mariana. Entre la tierra originaria y la ciudad de las luces. Un problema de ubicación: arriba o debajo de la torre de marfil. In: CROCE, Marcela (Comp.). *Polémicas intelectuales en América Latina. Del “meridiano intelectual” al caso Padilla (1927-1971)*. Buenos Aires: Ediciones Simurg, 2006, p. 159-165; COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*, p. 164-176.

que com uma mínima região da Espanha chamada *La Mancha*. E se tornou o romance mais vasto que se escreveu em nosso planeta”.¹³⁸

A contribuição de Benedetti foi mais vasta neste tema, especialmente porque as suas relações com os escritores cubanos eram bem mais estreitas que as de Neruda. Além disso, é bom ressaltar que os textos publicados em *Marcha* também o foram em *Casa de las Américas*. Em 1969, o escritor uruguaio escreveu um texto-chave para entender o lugar dos intelectuais nos anos 60, intitulado “El *boom* entre dos libertades”, em que se inspirou no filme “A Dama de Shangai”, de Orson Welles, para falar que “o intelectual experimenta às vezes a sensação de estar no meio de uma sala de espelhos onde ocorre um tiroteio”. Com imagens repetidas ao infinito, segundo Benedetti, o intelectual não podia se refugiar, como o militante, no abrigo confortável da fé, e era alvo de descaso, mas ao mesmo tempo de constantes pedidos de tomada de posição. Assim, não era incomum a tentação em proclamar sua “irresponsabilidade” e se refugiar, “com suspiros de alívio”, na vida privada.¹³⁹

Contudo, Benedetti assinalou que a concretização desse desejo representava uma atitude condenável, uma vez que era impossível se refugiar em face dos ares de morte, abismo e catástrofe que pintavam no horizonte. Para exemplificar o argumento, citou o pintor francês Jean Dubuffet, ao postular o “individualismo” contra as coerções sociais, comparando-o a um personagem de Ionesco, por sustentar que era uma “caricatura do individualista”. E aprofundou a crítica, ao dizer que era impossível o refúgio completo e que a vida pública exigia a atuação dos indivíduos, que as coerções da privacidade ocorriam o tempo todo. Assim, aqueles, como Dubuffet, que optavam pelo refúgio da privacidade deviam também escolher a não utilização de serviços públicos, como, por exemplo, o sistema de saúde ou os transportes públicos, para não “arranhar seu papel de indivíduo”. Para Benedetti, abandonar a responsabilidade coletiva, em nome da liberdade individual, diante daqueles momentos de dificuldades, não era eticamente sustentável.

Menos ainda na América Latina, onde a ideia de liberdade, segundo o escritor uruguaio, era uma abstração. Como exemplo, mencionou a liberdade de comércio cerceada pelo imperialismo e o bloqueio em relação a Cuba; os constantes ataques à imprensa; e os limites à autonomia universitária. Defendeu que, antes de se construir a liberdade, era preciso lutar pela libertação coletiva. Sem esta, era impossível arquitetar uma cultura que valorizasse realmente a liberdade. Benedetti criticou as ações imperialistas norte-americanas em seu

¹³⁸ NERUDA, Pablo. Reflexiones desde Isla Negra. Con Cortázar y con Arguedas. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIV, n. 1.774, 18 de junho de 1969, p. 66.

¹³⁹ BENEDETTI, Mario. El *boom* entre dos libertades (I). *Marcha*, Montevideo, ano XXX, n. 1.434, 24 de jan. 1969, p. 30.

conjunto, mas não menosprezou as inúmeras instituições e indivíduos que as criticavam dentro dos Estados Unidos. Propôs, nessa perspectiva, aproximações e ações solidárias entre todos aqueles que lutavam por transformações na América Latina, nos Estados Unidos e em outras partes do Globo. Criticou a ideia de que a liberdade podia ser produzida da noite para o dia, e afirmou que os grupos de esquerda não eram imunes a “esquematismos” e à tentação de definir os caminhos a seguir sem consultar o povo pelo qual lutavam. Contudo, afirmou que as vias deviam ser revolucionárias, em todos os seus sentidos. Finalmente, na primeira parte do texto, falou em “latino-americanização” da “Europa” em 1968, ao citar a frase *L’imagination prend le pouvoir*, inscrita em alguns muros parisienses.¹⁴⁰

Não se pode esquecer que, além de Cuba, Benedetti tinha a “crise” uruguaia em seus horizontes, com todos os problemas por que tinha passado a imprensa de seu país natal, nos últimos anos da década de 60, ou mesmo as intervenções no âmbito universitário.

Na segunda parte do texto, publicada uma semana depois, a situação na França direcionou o olhar de Benedetti para os escritores latino-americanos que viviam em Paris, sob o manto do *boom*, ao argumentar que estes recebiam, por parte do público, um tratamento mais flexível a respeito de suas posições em face dos acontecimentos. Além disso, assinalou que havia autores que foram arrastados pelo aluvião, sem se sentir muito cômodos com a ideia do *boom*, como Cortázar, ao passo que outros buscaram arduamente ser “*boomizados*”, particularmente na capital francesa. No entanto, Benedetti argumentou que os editores realmente preocupados com a literatura latino-americana atuavam em outros meridianos, sobretudo em Buenos Aires e na Cidade do México, e que o seletivo grupo daqueles que viviam na Europa representava uma parte do importante processo criativo que tocava a América Latina como um todo. Assim, mesmo que não se pudesse negar a qualidade das obras de Fuentes, Cortázar, García Márquez, Cabrera Infante, Vargas Llosa, Severo Sarduy e Donoso, outros autores “*extraboom*” mereciam igual atenção, como Juan Rulfo, Juan Carlos Onetti, Alejo Carpentier, José María Arguedas, Salvador Garmendia, Manuel Rojas, Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Leopoldo Marechal, Ernesto Sábato, entre tantos outros.¹⁴¹

Perguntou por que estes autores não recebiam um tratamento similar àqueles que se vinculavam à “estratégia publicitária” do *boom* e se não era preciso um olhar mais cauteloso, atento para os distintos posicionamentos que expressavam seus integrantes mais ilustres. Em certo sentido, a crítica estava dirigida a Cabrera Infante e Severo Sarduy, que haviam abandonado Cuba e encontraram intenso apoio das revistas financiadas por agências

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 31. A citação em francês foi retirada da seleção feita por Julien Besançon em *Les murs ont la parole*.

¹⁴¹ *Idem*. *El boom entre dos libertades* (II). *Marcha*, Montevideo, ano XXX, n. 1.435, 31 de jan. 1969, p. 31.

internacionais. Benedetti inclusive asseverou que Cabrera Infante tinha ingressado no *boom* com “bumbo e bateria”. Para o autor de *Montevideanos*, os riscos do *boom* eram grandes, sobretudo se levasse a uma “progressiva frivolidade do trabalho artístico”. Ao explicitar que ainda acreditava na construção do socialismo – mas com contundentes críticas às experiências até então colocadas em prática, sobretudo no que tocava ao stalinismo –, defendeu que o processo revolucionário tinha “o direito de exigir do escritor, não uma obra panfletária, nem sequer comprometida, mas uma atitude cidadã que significava simplesmente sua inserção no meio social, uma participação, ainda que mínima, na criação dos bens coletivos [...]”. Para a criação de um “homem novo” também era necessário gerar novas relações entre os artistas e o povo. O distanciamento não podia, portanto, levar à transformação do mundo.¹⁴²

As posições de Benedetti estavam em sintonia com parte das orientações que levaram à criação dos *Cuadernos* e da *Biblioteca de Marcha*, projeto arquitetado pelos fundadores de *Acción e Marcha*, a partir dos finais dos anos 30. Assim, o diálogo entre as páginas do semanário, da revista mensal e dos livros constituiu a pedra de toque de um empreendimento que cada vez mais articulou a leitura com a política, mas sem dissolvê-las reciprocamente.

Não busco justificar as opções dos seus integrantes, mas existiam outras possibilidades naquele Uruguai que se via diante de um dos momentos mais decisivos e dramáticos de sua história? Sim, mas o calor dos acontecimentos não conclamavam à ação? O que fazer?

Por sua vez, Donoso escreveu em um dos pulmões do *boom*, ao publicar seu livro *Historia personal do boom*, significativamente por duas editoras barcelonesas: *Anagrama* (1972) e *Seix Barral* (2ª edição, em 1983). O livro representava, em parte, a necessidade de defender a opção por viver no exílio, principalmente na Espanha, entre 1967 e 1983. O país ibérico apresentava-se como um dos principais elos entre os escritores hispano-americanos e o diversificado público leitor de língua castelhana, ao mesmo tempo em que se tornava uma importante plataforma de conexão com a França, a Itália e outros países europeus. Nessa direção, a disputa pelos meridianos literário-editoriais não havia terminado, e a cidade que havia abrigado Cristóvão Colombo não se sentia menos orgulhosa em hospedar alguns dos principais escritores que cruzaram o Atlântico, com o desejo – em parte, superdimensionado – de “inverter” o sentido da Conquista. Para alguns escritores, havia chegado a hora “latino-americana”.

A segunda polêmica importante envolveu Cortázar, Vargas Llosa e Óscar Collazos, a respeito da “literatura na revolução e revolução na literatura”, realizada nas páginas de

¹⁴² *Ibidem*, p. 31.

Marcha, em 1969, como salientou, uma vez mais, Adriane Vidal Costa. Para resumir bastante o tema, as discussões giraram em torno da articulação entre literatura e realidade, com as críticas do colombiano à reivindicação da autonomia do literário; com a recusa, por Vargas Llosa, da construção de uma “realidade literária”; e com as respostas de Cortázar ao enfatizar que as obras, como “atos culturais”, podiam ser tão importantes como as ações políticas.¹⁴³ Para a historiadora brasileira, Cortázar criticou Collazos por sua visão restrita a respeito da realidade, que poderia desembocar no realismo socialista,¹⁴⁴ amplamente criticado pelos principais escritores e críticos que participaram da construção do *boom*.

Vargas Llosa defendeu-se das acusações de Collazos reafirmando, como Cortázar, que a realidade possuía múltiplas dimensões, além de salientar que o autor não se nutria somente da esfera considerada racional da vida, mas também da “irracionalidade”. Os efeitos cerceadores seriam, portanto, infrutíferos e incapazes de permitir que as obras englobassem a riqueza, os dilemas e as esperanças dos seres humanos.¹⁴⁵ A discussão foi bastante ampla, com a participação de Ángel Rama e Fernando Alegría, com posições muito próximas às defendidas por Cortázar. Para o escritor chileno, “o escritor que nos interessa é aquele que faz a sua *revolução*, e a faz em sua obra, com sua obra, vale dizer, com sua vida”.¹⁴⁶

Finalmente, em 1971, a polêmica em torno do “caso Padilla” chegou ao auge, ao mobilizar intelectuais de vários países, promovendo grandes clivagens no interior dos debates a respeito da Revolução Cubana, do papel dos intelectuais e das possibilidades de construção do socialismo em liberdade. As visões e revisões sobre a política cultural em Cuba foram enfocadas com maior destaque em *Marcha*, ao salientar, em 1969, que a antologia poética *Fuera de juego*, de Heberto Padilla, fora premiada por um júri internacional, eleito pela *Unión Nacional de Escritores y Artistas de Cuba* (UNEAC), mas que a decisão foi “acatada” com muitas críticas. Os poemas eram vistos como contrarrevolucionários, mas a obra foi publicada com um prefácio em que a UNEAC salientava as discrepâncias com o autor. *Marcha* publicou tanto a denúncia quanto o texto de defesa de Padilla, escrito por Cortázar.¹⁴⁷

¹⁴³ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*, p. 176-180.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 181.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 182-184.

¹⁴⁶ ALEGRÍA, Fernando. *Literatura y Revolución*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1976, p. 29 [1ª edição de 1971]. Alegría citou o trecho em que Cortázar afirmou que a América Latina precisava “mais do que nunca dos Che Guevara da linguagem, dos revolucionários da literatura, mais do que dos literatos da revolução”.

¹⁴⁷ El caso Heberto Padilla. Los intelectuales y la revolución. *Marcha*, Montevideo, ano XXX, n. 1.445, 25 de abr. 1969, p. 16-18. Cortázar lamentou que as críticas a Padilla estivessem associadas a animosidades passadas e salientou que parte dos poemas considerados contrarrevolucionários já estava publicada em revistas cubanas, bem como, que a leitura de *Fuera de juego* “deixou de ser espontânea e se iniciou a busca por intenções escondidas no texto”.

Entretanto, em março de 1971, Padilla foi acusado de ser contrarrevolucionário e sofreu um processo, durante o qual fez a autocrítica que gerou muitos protestos de intelectuais de vários países. *Ercilla*, por outro lado, mais do que abordar a repressão a alguns intelectuais cubanos, recheou muitas páginas com as críticas de Solzhenitsyn à União Soviética, após o escritor russo receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1970.¹⁴⁸

Concordo com Claudia Gilman, quando afirma que *Marcha* lamentou o “caso Padilla”, visto como um “acidente de percurso”, mas não se posicionou contrariamente ao governo cubano.¹⁴⁹ O espaço no semanário foi de debate, uma vez que apresentou declarações contrárias e favoráveis ao processo realizado contra o poeta cubano. Em 23 de abril, foi publicada a defesa de Enrique Lihn a favor de Padilla e o texto com a autocrítica do poeta cubano. A polêmica continuou até o final de maio, quando foram publicadas as críticas de Vargas Llosa ao processo, a defesa da Revolução feita por Haydeé Santamaría e um manifesto de apoio de intelectuais e artistas uruguaios a Cuba. Somente para citar alguns nomes, assinaram o manifesto Hugo Achugar, Benedetti, Sarandy Cabrera, Manuel Claps, Sylvia Lago, Juan Carlos Onetti, Daniel Vidart, Daniel Viglietti, Idea Vilariño e José Wainer.¹⁵⁰

Não se pode esquecer que Rama ainda tinha espaço para publicar no semanário e que criticou a repressão a Padilla, sem condenar a Revolução como um todo. Posição similar assumiu Ruffinelli. Já Benedetti, um dos integrantes de maior peso, defendeu novamente os revolucionários cubanos, ao lado de outros redatores e colaboradores.

Nessa direção, *Marcha* se deparou com os dilemas do compromisso, que inquietaram inúmeros intelectuais de esquerda ao redor do mundo, particularmente os latino-americanos. Assim como Fernando Alegría e Julio Cortázar,¹⁵¹ tomou cuidado para que as críticas ao processo contra Padilla não fossem utilizadas pelos adversários da Revolução.

Em *Ercilla* a discussão sobre o “caso Padilla” foi exposta por meio dos desencontros entre Nicanor Parra e Pablo Neruda contra alguns intelectuais cubanos. Em relação a Parra, primeiro caso, *Ercilla* noticiou, em destaque, suas desavenças com o governo cubano. O poeta chileno havia dito, ao visitar os Estados Unidos e se reunir com a primeira dama Pat Nixon,

¹⁴⁸ Ruffinelli também apoiou boa parte das críticas do autor soviético, mas pontuou que não concordava com suas apropriações indevidas por parte das atividades anticomunistas. Cf. RUFFINELLI, Jorge. Solzhenitsyn [sic] de nuevo. *Marcha*, ano XXXIII, n. 1.583, 03 de mar. 1972, p. 29; Solzhenitsyn [sic] y “Agosto 1914”. Outra vez al ataque. *Ibidem*, p. 30.

¹⁴⁹ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003, p. 249.

¹⁵⁰ Cf. El caso Heberto Padilla. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.540, 23 de abr. 1971, p. 28-31; Nuevos documentos sobre el caso Padilla. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.545, 28 de mai. 1971, p. 14-15.

¹⁵¹ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*, p. 223.

que o escritor era “um país independente que tem o direito de manter relações culturais com todos os países do mundo”. O encontro lhe valeu o cancelamento do convite para participar do júri do concurso de *Casa de las Américas*. Parra criticou a medida, além de afirmar que seu corpo estava nos Estados Unidos, mas o coração no Vietnã. Além disso, testemunhou que ficara perplexo com a “excomunhão” de Havana, principalmente porque foi realizada sem processo prévio, e assinalou que se opunha a que lhe pendurassem “o *sambenito* de direita ou esquerda. Considero-me ideologicamente mais próximo dos Panteras Negras e dos *hippies* que dos revolucionários clássicos marxistas e leninistas”. Finalmente, parafraseou o próprio Fidel Castro para requerer sua absolvição: “*SI FUERA JUSTO FIDEL, debería creer en mí, tal como yo creo en él: la Historia me absolverá*”.¹⁵²

No final de outubro de 1971, *Ercilla* publicou uma extensa entrevista que Neruda concedeu ao semanário francês *L'Express*, após receber o Prêmio Nobel de Literatura. Entre muitos temas, o poeta falou de suas relações com alguns intelectuais cubanos, e, assim como Parra, lamentou certa estreiteza de visão ao ser “condenado” por participar do congresso do P.E.N. Clube, nos Estados Unidos, embora tenha dito que aquela questão não era assim tão importante. Ao reafirmar sua adesão à Revolução Cubana, salientou que “os escritores cubanos haviam se especializado em encontrar inimigos [...]”, sem direito à defesa e sem levar em consideração a trajetória dos réus. Citou seu livro *Canción de gesta*, com 25 reedições, e desejou ironicamente que os escritores cubanos tivessem o mesmo êxito. Em seguida, a entrevista abordou o “caso Padilla”, quando Neruda afirmou que os poemas do réu eram “bastante interessantes, mas não sublimes”. Afirmou que a sua repercussão esfriaria com o tempo e que esperava mais tolerância dos escritores cubanos interna e externamente. Contudo, não concordou com a ideia de que havia grande restrição à liberdade de expressão em Cuba.¹⁵³ É bom lembrar que Neruda estava envolvido em importantes desavenças com alguns intelectuais cubanos há mais tempo, principalmente a partir de meados dos anos 60.

A entrevista também foi publicada em *Marcha*, em 07 de setembro de 1971, isto é, quase dois meses antes da sua publicação em *Ercilla*. Cabe lembrar que os dois semanários tinham os direitos de reproduzir os textos publicados por *L'Express*, no Uruguai e no Chile, respectivamente. As opiniões de Neruda não eram compartilhadas pelos redatores de *Ercilla*, mas foram publicadas pouco antes da visita de Fidel Castro ao Chile, tema que abordarei com mais detalhes no próximo capítulo. Por ora, cabe salientar que *Ercilla* escolheu publicar a

¹⁵² En la Casa Blanca. Las razones de Nicanor. *Ercilla*, ano XXXVI, n. 1.825, 10 a 16 de jun. 1970, p. 69. Maiúsculas no original.

¹⁵³ El Nobel de Isla Negra. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.893, 27 de out. a 02 de nov. 1971, p. 15.

entrevista em novembro, mas não em setembro como *Marcha*. Provavelmente não porque o texto tenha demorado mais tempo para chegar ao território chileno, mas porque tinha como objetivo preparar os olhares dos leitores sobre a visita de Fidel Castro ao Chile, programada para meados de novembro.

Não é uma tarefa fácil encontrar evidências para essa hipótese, até mesmo porque é difícil entender os motivos que levaram os redatores de *Ercilla* publicarem a entrevista na qual Neruda defendeu a Revolução Cubana e quando falou inclusive que ela possuía certa sacralidade. Talvez porque, mesmo que Neruda discordasse da visão de que não havia liberdade na ilha caribenha, frisou que o Chile respeitava a legalidade e a liberdade, acima de todas as coisas, e que “o respeito [era] uma virtude chilena”.¹⁵⁴

Em conexão com as discussões realizadas por alguns escritores e críticos de diversos países latino-americanos, as visões sobre o *boom* no Chile e no Uruguai foram bem menos entusiasmadas, a partir de 1971. Contudo, se os redatores de *Marcha* lamentavam os problemas editoriais do país platino, a situação no Chile parecia ser bem diferente, pelo menos naquele ano, quando *Ercilla* sustentou que o país passava por um momento de “febre do papel” e que se lia de tudo, de romances sentimentais aos livros de ciências sociais.¹⁵⁵

A posição não era compartilhada por todos os colaboradores do semanário, pois o escritor Luis Sánchez Latorre (Filebo) defendeu que a época do *boom* – nomeada de “a era de Cortázar” – parecia estar se arrefecendo.¹⁵⁶ No mesmo número, o crítico chileno Eugenio Araya pediu a deflação da ideia do *boom*, ao afirmar que a literatura latino-americana não se transformara no farol do “Ocidente”. Sustentou que a ressonância era importante, mas chegava timidamente ao grande público na Grã-Bretanha e Alemanha, ao contrário do sucesso de Borges e García Márquez nos Estados Unidos. Para Araya, o *boom* não repercutiu com a mesma proporção nos principais países europeus, com maior alcance na França e Itália, além da Espanha.¹⁵⁷

Também em 1971, Benedetti foi entrevistado pelo semanário chileno, quando afirmou que o termo *boom* era mais comercial e não englobava todos os autores que contribuíam para a valorização da literatura latino-americana, como Rulfo, Onetti e Manuel Rojas. Dentro da mesma perspectiva, relativizou o fenômeno na Europa, ao sustentar que os autores da

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 16.

¹⁵⁵ Año literario. La fiebre del papel. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.903, 05 a 11 de jan. 1972, p. 68.

¹⁵⁶ La era de Cortázar. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVII, n. 1.873, 09 a 15 de jun. 1971, p. 3.

¹⁵⁷ ARAYA, Eugenio. El “boom” latinoamericano. *Ibidem*, p. 52-53. Rudolf Hartweg e Christine Schober, diretor e bibliotecária do Instituto Chileno-Alemão de Cultura, sediado em Santiago, criticaram a visão de Araya e anunciaram a organização de uma exposição de obras latino-americanas traduzidas para o alemão. Cf. Cartas. El “boom” latinoamericano. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVII, 23 a 30 de jun. 1971, p. 4.

América Latina eram editados “em mau momento, fora da estação, em pleno verão, pois se deixa o melhor momento para o escritor europeu”. Afirmou, além disso, que as traduções de Vargas Llosa para o francês e o alemão eram “deploráveis”. Finalmente, afirmou que o *boom* poético foi anterior ao narrativo e que alguns escritores, de romances e poesias, conseguiam articular literatura e política, sem perda da qualidade estética das obras.¹⁵⁸

O caminho ao fim do *boom* editorial uruguaio parecia sem volta, após os problemas políticos e socioeconômicos que se agravavam nos inícios dos anos 70, a ponto de Benedetti afirmar que a “cultura” havia passado à clandestinidade e lamentar o fato da produção editorial ter entrado em decadência.¹⁵⁹ Alguns meses depois, Ruffinelli assinalou que não havia nada para comemorar em relação ao dia do livro, 24 de maio, pois se tornara uma espécie em extinção. O exemplo para tecer a interpretação veio de *Alfa*, uma das editoras mais sólidas do Uruguai, com quase 15 anos e 200 títulos publicados, mas que decidiu trasladar a maior parte de suas atividades à Argentina, principalmente devido às dificuldades em conseguir crédito e exportar a produção para outros países, além dos problemas para a aquisição de papel para a impressão.¹⁶⁰

O balanço de final de ano não podia ser outro. Ruffinelli comparou a indústria editorial uruguaia a “castelos na areia”, pois da mesma forma que foi construída de forma rápida, durante os anos 60, as ações contrárias, direta ou indiretamente, do governo nacional destruíram suas bases velozmente. Havia possibilidades de recuperação? Perguntou o crítico de *Marcha*. A interrogação continuou a inquietar os personagens que tanto lutaram para solidificar um dos ramos considerados essenciais para a formação cultural e política dos cidadãos uruguaiois.¹⁶¹

No final de 1973, Ruffinelli publicou o artigo *Cultura nacional: pobreza, silencio y exilio*, inspirando-se, com as devidas distâncias históricas, como quis salientar, na situação dos escritores alemães, durante o Terceiro Reich, que mesmo ao não fugir tiveram que se fechar no “exílio interior”, à exceção dos que colaboraram com o regime. Mas, e as relações com os leitores? Segundo Ruffinelli, liam-se muito mais traduções do que os autores

¹⁵⁸ Benedetti y el “boom”. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.889, 29 de set. a 05 de out. 1971, p. 73-74.

¹⁵⁹ BENEDETTI, Mario. La cultura pasa a la clandestinidad. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIII, n. 1.578, 14 de jan. 1972, p. 6.

¹⁶⁰ RUFFINELLI, Jorge. La extinción de una especie. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIII, n. 1.593, 19 de mai. 1972, p. 31. As críticas sobre as dificuldades para publicar continuaram nos números seguintes. Em junho, o crítico de *Marcha* entrevistou alguns editores para saber suas opiniões a respeito dos problemas editoriais, que coincidiram em certos pontos, mas não chegaram a afirmar que os uruguaiois começaram a ler menos. Cf. Idem. Un régimen que le teme a los libros. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIII, n. 1.596, 09 de jun. 1972, p. 28.

¹⁶¹ Idem. Libro 72: castillos en la arena. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXXIV, n. 1.625, 29 de dez. 1972, p. 29-31.

nacionais e até mesmo os autores do *boom* já não vendiam tanto. Por quê? Porque, aos seus olhos, a expansão “excessiva” do *boom* levou ao “*crack*”, e não era possível que o mercado editorial continuasse a crescer sem interrupções. Além disso, sustentou que foram publicadas muitas obras sem grandes méritos e que era muito difícil a manutenção de uma produção literária de qualidade com o mesmo ritmo anterior. Assim, havia certa “autocensura” entre os próprios escritores e desconfiança por parte do público, além dos obstáculos impostos pelo governo nacional, tanto em relação à publicação quanto à circulação de obras dentro das fronteiras uruguaias.¹⁶²

Como salientou Ruffinelli, a falta de crédito para as editoras e escritores paralisou grande parte da produção e o aumento do custo de vida pode ter contribuído para abrandar a aquisição de livros no Uruguai. Se não era mais possível falar em *boom* editorial, no cenário uruguaio, Ruffinelli não deixou de tratá-lo como “nova literatura”, especialmente em relação a novos valores que despontavam em outros países, como o chileno Antonio Skármeta. Abordou, além disso, os cruzamentos entre a literatura e a história em quadrinhos, apesar de classificar esta última de “cultura de massas” e “subcultura”. Os livros em questão foram *Triste, solitario y final*, do argentino Osvaldo Soriano, e *Batman en Chile*, de Enrique Linh. Como em toda crítica, salientou alguns problemas, mas estimou a criação de um “gênero novo” na América Latina.¹⁶³

Significativamente, após o “caso Padilla” e a ampliação da censura no Uruguai, as concepções sobre o papel dos intelectuais tomaram novos rumos. Nos começos de 1973, Marta Traba questionou se a postura preponderante de privilegiar a “ação sobre a reflexão”, entre os intelectuais de *Marcha*, propiciaria ao escritor a possibilidade de “vencer sua solidão”, como havia afirmado Benedetti naquele mesmo ano. A contrapelo do argumento do escritor uruguaio, de que o intelectual era um cidadão como outro qualquer, Traba citou Gramsci, para sustentar que nem todos os indivíduos possuíam uma função intelectual na sociedade, e que, para a definição do intelectual, era preciso pensar em termos da “mediação”. Ancorada também em Walter Benjamin, afirmou que, portanto, sem pertencer ao proletariado ou à burguesia, quando atuava revolucionariamente por meio de sua obra, o intelectual seria um “homem de transição”, e a solidão seria o resultado da situação. Não seria uma escolha. O

¹⁶² Idem. Cultura nacional: pobreza, silencio y exilio. *Marcha*, Montevideo, ano XXXV, n. 1.666, 28 de dez. 1973, p. 29.

¹⁶³ Idem. La historieta al servicio de la novela. *Marcha*, Montevideo, ano XXXV, n. 1.654, 24 de ago. 1973, p. 29.

lugar de seu trabalho, portanto, não consistia numa “trincheira, nem um escudo, nem uma torre de marfim, nem outras similares e ridículas vulgaridades [*cursilerías*]”.¹⁶⁴

Para a crítica de arte argentina, os intelectuais olhavam os acontecimentos de forma nem superior e nem inferior, mas diferente do restante da sociedade. Defendeu, portanto, que as contribuições de um intelectual durante uma revolução não necessariamente tinham que ser idênticas às dos demais cidadãos, e nem estes atuavam de forma idêntica. Sustentou que sua tarefa principal consistia em “derrubar o predomínio intelectual da burguesia”, citação retomada de Benjamin. Todas as demais ações se mostravam menos concretas. No entanto, Traba realçou que as palavras de Benedetti também se destinavam a pedir “humildade” em face do “incômodo achaque chamado solidão”. Por fim, disse que já não entendia o que o escritor uruguaio chamava de escritor, além de pedir um esclarecimento se ele falava como “um escritor, um cidadão ou um predicador”.¹⁶⁵

A resposta de Benedetti foi ácida, ao afirmar que Traba tinha se esquecido de citar a frase inicial de Gramsci, de que todos os homens eram intelectuais, ainda que não exercessem tal função na sociedade. Assim, defendeu que não devia existir “condição especial”, pois todos eram iguais. O papel do intelectual, nesse sentido, era o de ajudar todos os cidadãos a exercer o “direito” da função intelectual, vista “não como uma regalia, mas um compromisso”. Finalmente, respondeu que pedia aos intelectuais que vissem “a mudança social por meio da perspectiva da luta de classes”, sintonizando as obras com a militância individual, e expressou votos de que Traba “se [desfiliasse] da obrigação benjaminiana da solidão para se inscrever decididamente na luta de classes”.¹⁶⁶

Alguns meses antes, Ángel Rama e Mario Vargas Llosa polemizaram a respeito das origens da arte e do romance. Para o crítico uruguaio, a arte, ou mais especificamente, a literatura era um trabalho humano e coletivo, uma produção social.¹⁶⁷ Já o escritor peruano, acentuou o papel da individualidade, em alguns momentos a genialidade, e a autonomia da “imaginação”. Além disso, ao contrário de Rama, não colocou em perspectiva a valorização do leitor e da obra, mas tomou o escritor em seu isolamento, com seus “demônios”. A polêmica iniciou-se a partir da obra *García Márquez: historia de un deicidio*, em que Vargas Llosa abordou, particularmente, “Cem anos de solidão”.

¹⁶⁴ Marta Traba responde a Mario Benedetti. Soledad y literatura. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.629, 26 de jan. 1973, p. 30.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 30.

¹⁶⁶ BENEDETTI, Mario. Respuesta a Marta Traba. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.630, 02 de fev. 1973, p. 29.

¹⁶⁷ RAMA, Ángel. Un arma llamada novela. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.612, 29 de set. 1972, p. 29-31.

Rama não propôs uma determinação da produção da obra pelo social, menos ainda pela política, mas ressaltou a estreita vinculação do autor com o contexto histórico e os leitores. Além disso, sustentou que o romance podia ser uma arma, afastando-se de certo anti-intelectualismo que ganhava cada vez mais adeptos entre muitos escritores cubanos e adeptos da Revolução em outros países. Havia muitas dificuldades para se construir uma síntese entre as posições defendidas por Traba, Rama e Benedetti. No entanto, pode-se propor que a riqueza do período residia exatamente na tensão a respeito do compromisso dos intelectuais na luta revolucionária. Como salientou Gilman, o compromisso era uma palavra ou um ato, esperava-se do intelectual o papel de “consciência crítica” ou de “revolucionário”.¹⁶⁸ A principal pergunta que ainda agita os meios intelectuais e acadêmicos se relaciona ao tema da possibilidade de ser crítico e revolucionário ao mesmo tempo.

Face à crise uruguaia, Benedetti, entre outros redatores e colaboradores de *Marcha*, reforçaram seu apoio aos caminhos abertos por Cuba. Os dilemas do compromisso se acentuaram em Ruffinelli e Rama, mas eles não deixaram de ver nos romances, nas palavras e nos discursos uma forma de lutar pela transformação do mundo. Portanto, para os dois críticos literários uruguaios, as plumas eram os fuzis dos intelectuais.

Há consenso de que a Revolução Cubana exerceu um enorme impacto na discussão a respeito do papel dos intelectuais na vida pública. Criou novos debates, renovou muitos outros e levou à politização da cultura, ao mesmo tempo em que canalizou os anseios de transformação, expressados por importantes intelectuais em diversos países.

O retorno de muitos temas dos anos 20, ainda que de maneiras distintas, ganhava espaço nos anos 60, como o discurso revolucionário e o debate sobre os meridianos literário-editoriais, somente para citar dois dos mais importantes. Waldo Ansaldi e Patricia Funes abordaram parte significativa dessas articulações. Se a Revolução Cubana, o *boom* – particularmente associado ao realismo fantástico – e a ascensão das Ciências Sociais se transformaram nos marcos distintivos entre ambas, a ênfase sobre a emancipação intelectual, a construção da “hora latino-americana”,¹⁶⁹ o anti-imperialismo, bem como os debates a respeito das vias revolucionárias ou reformistas teceram algumas significativas “continuidades”.¹⁷⁰ Para refinar um pouco mais a argumentação de Ansaldi e Funes, vale dizer que os anos 60 também trouxeram à tona muitos problemas que acometeram o Chile e,

¹⁶⁸ GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil*, p. 164-226.

¹⁶⁹ Cf. ACHUGAR, Hugo. La hora americana o el discurso americanista de entreguerras. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palabra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, v. 2, p. 635-662.

¹⁷⁰ ANSALDI, Waldo; FUNES, Patricia. Viviendo una hora latinoamericana. Acerca de rupturas y continuidades en el pensamiento de los años veinte y sesenta. *Cuadernos del CISH*, ano III, n. 4, p. 13-75, 2º semestre de 1998.

acima de tudo, o Uruguai dos anos 1930. A ascensão do militarismo e dos grupos conservadores, as propostas de união entre as esquerdas, bem como a politização da cultura mostravam, não que a história se repetia, mas que podiam voltar à cena parte dos problemas do passado, embora com novas roupagens. Os principais redatores de *Marcha* insistiram sobre alguns paralelos entre os começos dos anos 30 e os 70, e, em diversos momentos, particularmente com o golpe, em junho de 1973, afirmaram que 40 anos depois de março de 1933, o Uruguai enfrentava problemas similares: um golpe realizado por um presidente colorado eleito pela população. Uma das diferenças se relacionava aos personagens mais importantes dos dois momentos: em 1933, a polícia e os bombeiros, que deram respaldo ao golpe; em 1973, as Forças Armadas.

6.3 Das dificuldades em se construir uma editora: *Biblioteca de Marcha*

Em 1967, *Marcha* finalmente concretizou seu projeto de finais dos anos 30, em que previa a expansão das atividades editoriais, ao começar a publicação dos *Cuadernos de Marcha*, com uma tiragem inicial de 15 mil exemplares.¹⁷¹ Os anúncios nas páginas do semanário receberam cuidado especial e proporcionaram ao leitor uma breve introdução sobre os temas debatidos. O primeiro exemplar enfocou a vida e a obra de José Enrique Rodó, em comemoração aos 50 anos de seu falecimento. Foi assinalado que o conteúdo de *Cuadernos* equivalia “pelo menos, ao de um livro corrente”, uma vez que estava prevista como “uma revista de ensaios dedicados à análise e comentários dos grandes temas do nosso tempo. E acaso não é somente uma coincidência que inicie com uma revisão da obra de Rodó”.¹⁷²

Os sucessivos números mensais procuravam aprofundar alguns temas que o semanário apresentava de forma mais ligeira e concedeu especial atenção, como anunciado, aos problemas nacionais, latino-americanos e do Terceiro Mundo. O segundo e o terceiro números enfocaram o Vietnã e Cuba, respectivamente. Sobre Cuba, escreveram, entre outros, Carpentier, Cortázar, Benedetti, Régis Debray e Ernest Mandel.¹⁷³

Até agosto de 1971, foram publicados 50 números de *Cuadernos de Marcha*. Além dos três primeiros citados, foram publicados títulos sobre a independência do Uruguai (4, 5,

¹⁷¹ RAMA, Ángel. El boom editorial. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXVIII, n. 1.385, 29 de dez. 1967, p. 4.

¹⁷² Cf. “Cuadernos de Marcha”. *Marcha*, Montevideo, ano XXVIII, n. 1.360, 29 de abr. 1967, p. 7.

¹⁷³ Simultaneamente, foi publicada uma parte de um texto de Noam Chomsky sobre o compromisso dos intelectuais norte-americanos, traduzido de *The New York Review of Books*. Cf: La responsabilidad de los intelectuales norteamericanos. *Marcha*, Montevideo, ano XXIX, n. 1.362, 22 de jul. 1967, p. 16-18. O texto teve continuação nos dois números seguintes.

18, 19) e problemas de limites com a Argentina (20, 21); a literatura gauchesca (6); sobre Che Guevara (7); a respeito da Igreja Católica e seus principais atores na América Latina (8, 9, 17, 24), bem como da presença dos protestantes (29); relatos de viajantes ao Uruguai do passado (10) e crônicas sobre Montevideu (11, 22); sobre o movimento de luta pelos direitos civis dos afroamericanos (12) e a política (33, 34) nos Estados Unidos; a propósito de Marx e do marxismo (13, 14, 36); dos movimentos estudantis (15) e da luta dos tchecoslovacos para construir um novo tipo de socialismo mais autônomo em relação à União Soviética (16); o militarismo na América Latina (23); a poesia de Antonio Machado (25); sobre problemas econômicos, políticos e sociais nos países latino-americanos (Peru, 26; Argentina, 27; Bolívia, 30; Paraguai, 35; Brasil, 37, 38; Chile, 40; Cuba, 49); sobre a África (28); com relação a José Batlle y Ordóñez (31, 32); Emilio Frugoni (39, 41); os problemas entre Israel (42) e a Palestina (43); as torturas na Argentina, no Brasil e no Uruguai (44); a Espanha contemporânea (45); a formação da Frente Ampla (46, 47); a educação secundária (48); o centenário de nascimento de Rodó (50). No total, foram publicados 78 números.

Mensalmente chegava às bancas um novo título, e houve a manutenção da preferência pelo tratamento de temas vinculados ao debate político, do final de 1971 até 1974. À medida que o militarismo ganhava espaço no Uruguai, foram publicados vários números sobre a história política do final do século XIX, caracterizada por governos colorados autoritários. Além disso, apareceram alguns números sobre “a política do Brasil no Uruguai” (62) e sobre a “era militar” na América Latina (69, de maio de 1973).

Embora as ações que visavam a construção de uma “consciência latino-americana” viessem do projeto inicial dos anos 30, e tivessem ganho importante possibilidade de se concretizar – capitaneadas por, sobretudo, Carlos Quijano, Arturo Ardao, Julio Castro e Ángel Rama –, o papel dos *Cuadernos de Marcha*, sob os cuidados de Jorge Ruffinelli, não pode ser menosprezado, como propôs Luisa Peirano Basso.¹⁷⁴ Principalmente, porque a revista mensal fortaleceu a formação de uma rede de intelectuais latino-americanos que contribuíram de forma constante para a elaboração dos exemplares.

Em 1969, ocorreu a fundação da sonhada *Biblioteca de Marcha*, cuja tiragem média era mais modesta do que a dos *Cuadernos*. Frequentemente, os títulos chegavam a três mil exemplares, podendo chegar a quatro mil, em alguns casos, segundo os dados apresentados nas obras. Da mesma forma que a editora *Ercilla*, *Biblioteca de Marcha* organizou coleções para familiarizar e orientar o público leitor. A coleção *Los Nuestrós* articulou os discursos do

¹⁷⁴ PEIRANO BASSO, Luisa. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vega, 2001.

semanário com os livros, numa deliberada tentativa de promover os personagens dignos de ser recuperados, segundo os editores. Os três primeiros foram sobre José Artigas (três edições), Hélder Câmara e José Martí, com seleção e prólogo de Oscar Bruschera, Paulo Schilling e Roberto Fernández Retamar, respectivamente. Cabe ressaltar que os livros eram comercializados pela distribuidora e livraria *América Latina*. Os livros seguintes da coleção foram: *Sandino*, por Gregorio Selsler; *Túpac Amaru*, por Boleslao Lewin; *Rodó*, por Arturo Ardao; *Yrigoyen*, por Manuel Claps; *Mariano Moreno*, por Sergio Bagú; *Gaitán*, por Luis E. Valencia, Gloria Gaitán e Rafael Trujillo; *Bolívar*, por Germán Carrera Damas. Também foram anunciadas obras sobre Che Guevara, Juan Bautista Alberdi, Bernardo Berro, José Pedro Varela, José Batlle y Ordóñez, Luis Alberto Herrera, Lázaro Cárdenas e Camilo Torres.

Há uma dúvida: *Marcha* teria se inspirado no livro *Los nuestros*, do ensaísta e escritor chileno Luis Harss, publicado inicialmente na Argentina, em 1966? Talvez somente tenha retomado o título, pois o enfoque de Harss foi diferente. Como salientou Adriane Vidal Costa, Harss percorreu a América Latina e entrevistou nove escritores considerados canônicos – Asturias, Borges, Carpentier, Cortázar, Fuentes, Guimarães Rosa, Onetti, Rulfo e Vargas Llosa –, além do jovem García Márquez.¹⁷⁵ Contudo, não se pode deixar de especular que provavelmente o objetivo tenha sido complementar o “cânone” construído por Harss, com uma “tradição” de personagens e ensaios políticos, que deviam ser estimados pelos leitores latino-americanos. Cabe ressaltar que o texto do autor chileno era bem conhecido no Uruguai, e que ele participou de uma coletânea publicada pela *Biblioteca de Marcha*.

Outra importante coleção foi *Testimonio*, com a publicação de, entre outros, *Por la Revolución, por la poesía*, de René Depestre; *La guerrilla tupamara*, de María Esther Gilio; e *La comuna de París de 1871 en la prensa montevideana de la época*, de Diógenes di Giorgi; além de *Carta a una profesora* (três edições), que enfocou os problemas educacionais dos estudantes da cidade italiana de Barbiana, livro que deu início à *Biblioteca de Marcha*. Assim, *Marcha* reafirmava a aproximação com a juventude, ao abordar os principais problemas que a afligia naqueles tempos de profundas reivindicações por mudanças.

Também foram criadas outras coleções como *Vaconmigo*;¹⁷⁶ *Los premios*, com os vencedores dos concursos de *Marcha*; *Teoría y Praxis*; e *Por y contra*, para promover o

¹⁷⁵ COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*, p. 151.

¹⁷⁶ Segundo Alfaro, a coleção se caracterizava por conter “livros de bolso, bons e baratos”. Cf. ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984, p. 60.

debate sobre temas considerados cruciais.¹⁷⁷ Nos três primeiros anos de existência, foram publicados 44 títulos diferentes. No total, foram aproximadamente 60 livros, que o semanário fazia questão de enfatizar que se esgotavam nas livrarias do país.

Houve a preocupação em publicar alguns textos dos autores que participavam, no centro ou nas “margens”, do *boom*, e a *Biblioteca de Marcha* conseguiu se inscrever no rol seleto das casas editoriais que o canalizaram, ainda que de forma modesta. Modesta porque as tiragens estavam distantes dos 15 mil, 25 mil ou até mesmo 100 mil exemplares publicados por alguns autores centrais do *boom*, como García Márquez. Entretanto, a atuação do empreendimento de *Marcha*, como um todo, foi imprescindível para a divulgação dos autores no Uruguai e nos demais países, onde o semanário era lido. Para os uruguaios, a *Biblioteca de Marcha* buscou, ao lado de outras editoras, sintonizar a produção literária do país platino, em seu sentido amplo, com o restante da América Latina.

Em 1971, foi publicado, por exemplo, um livro com ensaios de, entre muitos outros, Harss, Rama, Benedetti, Vargas Llosa, Fuentes, Jean Franco e Ruffinelli, cujo título, *Sobre Gabriel García Márquez*, dispensa comentários a respeito do tema. O anúncio para os leitores foi feito no interior de um extenso artigo em que Vargas Llosa adiantou a apresentação de *Los funerales de Mamá Grande*.¹⁷⁸

Em *Testimonios*, também foi publicado o livro *Cosas de escritores*, com entrevistas de Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa a Ernesto González Bermejo, que não deixou de salientar no prólogo as diferentes posturas adotadas por Cortázar e Vargas Llosa após o “caso Padilla”. Afirmou que o escritor argentino pedia “a autocrítica honesta” de um intelectual ao se equivocar, em contraste com Vargas Llosa, que, aos seus olhos, não compreendia a Revolução Cubana.¹⁷⁹

Dois anos depois, em 1973, a *Biblioteca de Marcha* publicou *El Acoso*, de Carpentier, com prólogo de Mercedes Rein; e Ruffinelli preparou um livro sobre Onetti, com textos de oito críticos de diferentes países. Os dois livros se integraram à coleção *Puño y Letra*, junto com os livros *Sobre García Márquez*; *Poesía Rebelde Uruguay*; e *El Narrador*, de Mario Arregui. Foram publicados ainda um livro sobre Ruben Darío; *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, de Mariátegui; além de obras que priorizavam autores uruguaios e

¹⁷⁷ “Militarização na América Latina, integração latino-americana, a Igreja no processo de libertação, a estratégia sindical, neocapitalismo e desenvolvimentismo, a penetração imperialista na cultura”. Cf. “Biblioteca de Marcha”. *Marcha*, Montevideo, ano XXXI, n. 1.458, 15 de ago. 1969, p. 9.

¹⁷⁸ VARGAS LLOSA, Mario. García Márquez: historia de un deicidio. *Marcha*, Montevideo, 2ª seção, ano XXXIII, n. 1.570, 19 de nov. 1971, p. 1-5.

¹⁷⁹ GONZÁLEZ BERMEJO, Ernesto. *Cosas de escritores: Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa, Julio Cortázar*. Montevideo: Biblioteca de Marcha, 1971, p. 9.

latino-americanos, como *Testamento artístico*, de Joaquín Torres García, e dois tomos de uma biografia sobre Perón. Além disso, foram publicados alguns clássicos uruguaios, como *Tabaré*, de Juan Zorrilla de San Martín.

Em 1972, foi publicado *Crítica de la Revolución Rusa*, de Rosa Luxemburgo, com prólogo de Georg Lukács, tradução e notas de José Aricó. Também apareceu *Los poetas comunicantes*, coletânea de entrevistas, organizada por Benedetti a dez poetas (entre outros, Nicanor Parra, Roberto Fernández Retamar, Gonzalo Rojas, Idea Vilariño, Carlos María Gutiérrez), e *Poesía rebelde uruguaya*, uma compilação da poesia nacional elaborada, entre 1967 e 1971, com a participação de 39 autores, entre eles Hugo Achugar, Benedetti, Carlos María Gutiérrez, Idea Vilariño e Ida Vitale. A coletânea mesclou claramente autores muito jovens com aqueles que vinham escrevendo a partir dos anos 40 e 50.

Marcha continuou a realizar seus concursos e a publicar os ganhadores. Em 1972, por exemplo, houve a publicação das obras premiadas com tiragens de três a cinco mil exemplares. Não era pouco para o período do eclipse do *boom* editorial uruguaio.¹⁸⁰



Figuras 63 e 64: Anúncio da *Biblioteca de Marcha* no semanário (04/12/1970) e Contracapa do livro *Antología de Marcha 1939*, publicado em 1970.

Uma das estratégias para arrecadar fundos e ampliar as atividades editoriais consistiu na criação do *Club Biblioteca de Marcha*, que buscava, segundo os responsáveis pelo empreendimento, transformá-la um verdadeiro trabalho coletivo. Os sócios entravam com uma quota fixa de 500 pesos e tinham o direito de aquisição dos livros e dos *Cuadernos* com 30% de desconto até que sua lista de desconto alcançasse 1.500 pesos. Naquele momento, o semanário era vendido a 25 pesos e os primeiros livros entraram em circulação com preços de 250 a 540 pesos, em 1969 e 1970.

¹⁸⁰ Cf. Ensayo, novela y cuento. Concurso “Marcha” 1972. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIII, n. 1.583, 03 de mar. 1972, p. 29.

A escolha dos editores, redatores e colaboradores de *Marcha* foi vinculada à ideia de que ainda se podia agir por meio da palavra escrita, conjugando edição e política, conforme analisado no último item do capítulo 3, ou seja, o papel dos impressos como mediadores de práticas culturais que pudessem levar a ações políticas. Estavam enganados? Talvez, mas o importante é que dedicaram copiosos esforços para colocar em prática o que acreditavam ser os melhores caminhos para a construção da vida pública.

Pode-se afirmar que, em termos, não conseguiram fugir da visão iluminista a respeito do papel do livro e da leitura como instrumentos da transformação social e do cultivo de espíritos livres e independentes. Em termos, pois sabiam que os livros nem sempre eram lidos, além de não atingirem todos os públicos. Assim, mantiveram a publicação do semanário, com maior alcance de circulação, e a revista mensal, como elo entre ambos: do semanário ao livro, ou melhor, do diário ao livro, passando pelo semanário. Ainda que com muitos matizes, as propostas dos anos 30 e 40 ainda não haviam sido completamente abandonadas.

Não penso que é possível falar que a *Marcha* dos anos 60 foi marcada pelo “*ideologismo*, militância, e – por que não dizer – certo dogmatismo”, como argumentaram Gustavo de Armas e Adolfo Garcé.¹⁸¹ Os dois autores não ficaram um pouco presos nas teias de Real de Azúa, mas, particularmente, de Rodríguez Monegal. Finalmente, sustento que é importante calibrar estas afirmações com a análise mais profunda dos debates que ocorreram no interior, mas também no exterior das páginas de *Marcha*.

Mesmo com as aproximações à cubana *Casa de las Américas* e seus principais redatores, *Marcha* – por meio do semanário, da revista mensal e de sua *Biblioteca* – difundiu mensagens heterogêneas a respeito dos caminhos políticos e culturais do Uruguai, da América Latina e do Terceiro Mundo, em geral.

Falou-se em cultura militante, é bem verdade, mas não de forma a transformá-la em um meio que traduzisse diretamente a luta política. Ao contrário da revista cubana, a fundação de *Mundo Nuevo* não levou *Marcha* a criticar completamente o *boom* e os escritores que viviam no exílio europeu. Tampouco tratou-se o *boom* como um fenômeno exclusivamente das editoras e da publicidade. Houve críticas, principalmente por parte de Benedetti e Carlos María Gutiérrez, que, aliás, escreviam simultaneamente para *Casa de las Américas*. Contudo, os olhares de Rama e Ruffinelli, além do amplo espaço aberto para Vargas Llosa e Cortázar,

¹⁸¹ Cf. DE ARMAS, Gustavo; GARCÉ, Adolfo. *Uruguay y su conciencia crítica. Intelectuales y política en el siglo XX*. Montevideo: Trilce, 1997, p. 37.

mostravam para os leitores um diálogo muito mais aberto e rico. Além disso, como na revista cubana, o realismo socialista foi rechaçado, por limitado e empobrecedor.

As críticas ao termo *boom* foram recorrentes, mas o principal traço em comum, entre *Marcha* e *Casa de las Américas*, consistiu na convicção de que a “hora latino-americana” havia chegado para ficar. Até o começo dos anos 70, os intelectuais de *Marcha* preconizaram os caminhos revolucionários, mas que tipo de revolução? Para além da política, a literatura – não somente a narrativa ou o romance – para o processo revolucionário, visto como latino-americano.

CAPÍTULO 7

NAVEGAR É PRECISO: vicissitudes e dilemas em tempos de transformação (1970-1974)

El canto es un pájaro inquieto, libre, a veces violento. Puede aprisionársele o herírsele, pero nadie puede detener el canto de todos ellos. Es que no se trata de canciones de protesta, vean ustedes; se trata de pájaros que vuelan cerca, miran, comentan y anuncian la liberación.

Daniel Viglietti

*Nuestra patria es un camino/ Que debemos recorrer
Con la sola voluntad/ De luchar para vencer*

Ángel Parra

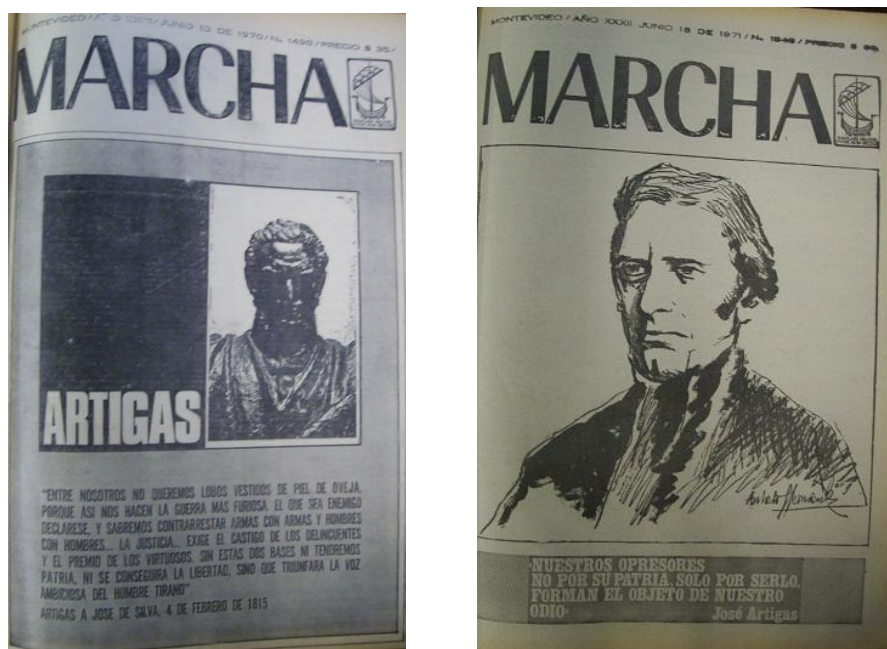
Marcha terminou 1969 com uma esperança, ao proclamar que em 1970 se iniciava a “década da América Latina”. A capa do último número dos anos 60 observou que o Uruguai “liberal” e “democrático” havia mostrado suas fissuras, e não deixava dúvidas sobre os principais caminhos a seguir: os que preconizavam as lutas para a transformação de todo o continente.



Figura 65: Capa de *Marcha* (30/12/1969)

A imagem de Che Guevara se entrecruzou com a epígrafe de outro ilustre revolucionário, oriundo também da região platina, que abandonou sua terra natal e faleceu no exílio: José Artigas. O trecho selecionado de uma mensagem de Artigas ao governador José de Silva, “enquanto existirem tiranos que superar” conclamava à luta e à resistência para manter a “dignidade, se não queremos que a posteridade chore nossa debilidade e retiro,

como hoje devemos lamentar a inação de nossos antepassados”.¹ A reivindicação do líder oitocentista continuou com a entrada dos anos 70, conforme podemos ver nas imagens abaixo:



Figuras 66 e 67: Capas sobre Artigas (18/06/1970; 18/06/1971)

Em 1972, Benedetti citou as palavras de Daniel Viglietti, reproduzidas como epígrafe deste capítulo, para reforçar a batalha travada no Uruguai a favor do “canto livre”, quando a censura mostrava a sua cara e o clima se tornava cada vez mais ameaçador. Em face de um país “angustiado e entristecido”, Benedetti inspirou-se no músico montevideano para pedir resistência e luta contra as ações governamentais, como a invasão da *Universidad de la República*, de livrarias, perseguição de artistas e intelectuais, além do fechamento temporário de órgãos da imprensa. Para Benedetti, o caso uruguaio era excepcional, pois era o único país latino-americano em que a “cultura” havia sido até aquele momento alvo de um ataque violento em todas as suas frentes, devido ao fato de que, em sua ótica, os governantes “[sabiam] que quanto mais se alfabetiza, quanto mais se instrui, quanto mais se informa um povo, mais evidente é que ele se converta em seu inimigo implacável”.²

O escritor uruguaio perguntou-se sobre os motivos das investidas e chegou à conclusão de que talvez elas representassem “um elogio para nossa cultura”, ao argumentar que praticamente todos os intelectuais e artistas uruguaio importantes se posicionavam contrariamente ao governo colorado. Assim, assinalou que até se podia concordar com a frase

¹ 1970, la década de América Latina. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIII, n. 1.476, 30 de dez. 1969, p. 5.

² BENEDETTI, Mario. Canto libre es vida libre. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.595, 02 de jun. 1972, p. 7.

em que Sartre propôs que a cultura era a revolução, mas com validade somente até o seu triunfo, quando deveria ocorrer a sua inversão e “a verdadeira revolução seja a cultura”, para o desenvolvimento completo dos seres humanos.³ A defesa de Benedetti relacionava-se à ideia de que o entrecruzamento entre política e cultura era visto como irreversível.

Os cenários cubano, brasileiro e argentino continuaram a receber destaque em *Ercilla* e *Marcha*, mas o Chile da Unidade Popular, assim como a formação da Frente Popular no Uruguai mostraram que havia novos caminhos a trilhar. Como a canção de Ángel Parra, o chamado era de “lutar para vencer”. Entretanto, os desafios aumentaram paulatinamente e a ideia de “imaginação no poder” se atualizou em terras meridionais. Em relação ao governo de Salvador Allende, os olhares dos dois semanários não se entrecruzaram, pois *Ercilla* acentuou as críticas à Unidade Popular, a partir de 1971. No Uruguai, *Marcha* atuou durante a formação da Frente Ampla. Em dois contextos bem diferentes, cujos desfechos, entretanto, foram similares, as trajetórias dos dois semanários mostraram as dificuldades para conjugar o avanço rápido de transformações e continuar a defender o reformismo democrático.

7.1 Os impressos no processo político: informar ou atuar?

Em certa medida, pode soar estranha a alternativa acima. O leitor pode se perguntar se há oposição entre informar e atuar ou se o próprio ato de informar não consiste em um tipo de ação na vida pública, mesmo para aquele leitor não familiarizado com os debates suscitados pela chamada filosofia da linguagem e pelo “contextualismo linguístico”.⁴

A revista *Ercilla* passou por transformações em 1968, quando Emilio Filippi assumiu a sua direção. A partir daquele momento, começou a apresentar uma página inicial com a sinopse de algumas matérias, ao lado do índice, com a seguinte divisão geral, consolidada nos

³ *Ibidem*, p. 7.

⁴ De forma muito breve, a vasta discussão gira em torno das possibilidades e limites em abordar os “atos de fala”, as relações entre texto e contexto, bem como a busca por intenções autorais e como ferramentas interpretativas da História Intelectual. Uma bibliografia introdutória ao tema pode incluir os seguintes autores e textos: AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990; POCOOCK, J. G. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003; SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 29-67; Idem. *Visions of Politics: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006; HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margaret, GIMENES, R. (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: IFCH, 2000, p. 15-62; LA CAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983. Outros textos dialogam criticamente com os autores citados acima, como, entre outros: ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.

anos 70: *Política, Actualidade Nacional, América Latina, El Mundo, Reportaje a la Semana, Educación, Economía, Religión, Libros y Autores, Arte, Música, Espectáculos, Folklore, Cine e Deportes*, além das páginas iniciais com cartas dos leitores e várias outras seções de entretenimento e miscelânea.

A revista afirmou que adotava um novo formato “internacional” e asseverou que “se impôs a ideia de que o ‘jornalismo interpretativo’ e não o meramente informativo ou o de opinião é o que entusiasma, e agrada o leitor chileno”. Chegou, além disso, a ter uma coluna de título “América Latina”, habitualmente com cinco páginas.⁵ Dessa forma, publicou, em 1969, oito fascículos sobre os países que formaram com o Chile o Mercado Subregional Andino: Peru, Bolívia, Equador e Colômbia.

Marcha, por sua vez, ganhou o reforço de Marta Traba, no final de 1969, no mesmo ano do seu casamento com Ángel Rama, que havia se divorciado da poetisa Ida Vitale, no ano anterior. Não houve grandes rupturas iniciais em relação aos anos 60, e *Marcha* continuou a denunciar as ações imperialistas, não somente norte-americanas, em todo o mundo, como podemos observar na capa de 23 de janeiro de 1970, reproduzida abaixo:



Figura 68: Capa de *Marcha* sobre a Biafra (23/01/1970)

A Argentina do “novo” Perón apareceu como uma esperança, mas os olhares sobre o Brasil como uma grande ameaça se fortaleceram. A partir do golpe de 1964, *Marcha* publicou incontáveis textos sobre a ditadura, entrevistou exilados, recebeu colaborações de perseguidos políticos, tratou dos riscos do Uruguai se tornar novamente uma “Cisplatina” e salientou que o caso brasileiro era um péssimo espelho para o país platino, como podemos ver nas duas imagens seguintes:

⁵ Cf. El balance es positivo. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIV, n. 1.766, 23 de abr. 1969, p. 49.



Figuras 69 e 70: Entrevista de Miguel Arraes após a morte de Marighela (16/01/1970); e charge sobre o exílio dos brasileiros (18/06/1970).

Legenda: – Estamos em condições de afirmar que no Brasil há cada vez menos presos políticos.

As críticas dirigidas à ditadura militar brasileira e à construção de uma rodovia para ligar o Brasil ao Uruguai também ganharam espaço em *Marcha*, como vemos na figura abaixo, à direita. A mensagem foi bastante clara. Um militar brasileiro tenta convencer o presidente uruguaio, em traje de rei e bufão ao mesmo tempo, sobre a construção da rodovia (ruta 9), de ligação entre o sul do Brasil e o Uruguai. A representação do “Cavalo de Troia” montado pelo Tio Sam terminou por compor a crítica de *Marcha* sobre os perigos do Uruguai em buscar uma aproximação com o governo brasileiro daquele período.



Figuras 71-72: O Brasil de 1970 (30/12/1970); e charge sobre a construção da ruta 9, ligando o Brasil ao Uruguai (15/05/70). **Legenda:** – ¡Isto unirá mais estreitamente nossos povos!

Assim, o 37º número de *Cuadernos de Marcha* foi dedicado ao vizinho do norte, com o título *Brasil, seis años de dictadura*, em que receberam especial atenção alguns temas, segundo Schilling, responsável pelo texto: origens e evolução do militarismo; aproximações com os Estados Unidos e posição do Brasil como “satélite privilegiado”; problemas socioeconômicos; torturas; além de colocar em questão os riscos de o governo ditatorial

pensar a soberania em termos “de um sistema político-social comum e não nas obsoletas fronteiras físicas e políticas”.⁶ O número 62, *Política de Brasil en Uruguay*, publicado em agosto de 1972, também abordou os interesses expansionistas do Brasil, particularmente durante o século XIX, mas sem deixar de construir pontes com a situação dos anos 70 do século XX. Além disso, também em 1971, o semanário publicou muitas críticas ao Brasil.



Figuras 73-74: Capa e página 16 de *Marcha* (23/07/1971)

Vale ressaltar que *Ercilla* também criticou a ligação dos eixos rodoviários do Brasil e do Uruguai, com a construção de uma ponte sobre o Arroio Chuí, e viu com desconfiança o encontro entre Médici e Pacheco Areco, realizado na Fortaleza de Santa Teresa, localizada próxima à divisa dos dois países. Tanto o título, *Uruguay-Brasil. El secreto de “Santa Teresa”*, quanto os subtítulos, *Golpes de mano* e *Tintas cargadas*, preparavam a recepção da denúncia para o leitor. O conjunto da obra foi completado com a publicação de duas fotos dos presidentes, com a legenda “*Fronteras ideológicas” con pasaporte guerrillero*.”⁷

Os olhares sobre o Brasil se fortaleceram, em *Marcha* e *Ercilla*, ainda que de forma distinta, pois no semanário chileno não se falou tanto sobre a cultura brasileira, sua literatura e seu cinema, quanto nas páginas do semanário uruguaio. O enfoque de *Ercilla*, nos anos 70, privilegiou a análise da política brasileira, em sua coluna intitulada *América Latina*, ao passo que o de *Marcha* foi bem mais amplo. Naqueles momentos, Ángel Rama, por exemplo, apresentou a obra de Chico Buarque de Hollanda para os leitores de *Marcha*, ao salientar que

⁶ El lunes 29, nº 37 de “Cuadernos”. Brasil, seis años de dictadura. *Marcha*, Montevideo, ano XXXI, n. 1.498, 18 de jun. 1970, p. 7.

⁷ Uruguay-Brasil. El secreto de “Santa Teresa”. *Ercilla*, Santiago, ano XXXV, n. 1.822, 20 a 26 de mai. 1970, p. 25.

o compositor e músico brasileiro era um trovador [*juglar*], “que aqui não quer dizer outra coisa que ágil, inventivo, criador e, neste rio caudaloso e confuso, popular poeta, mais exatamente trovador, não dos senhores, mas da imensa maioria”.⁸

Mas, se o músico apareceu como um exemplo, a visão sobre Pelé – que concedeu uma entrevista a Amalia Barrán, em Paris, publicada em agosto de 1971 – foi bem diferente.



Figura 75: Entrevista de Pelé a Amalia Barrán (27/08/1971)

A pergunta central de Barrán foi: “A glória de Pelé constitui um triunfo do Terceiro Mundo sobre a velha Europa ou um álibi fácil para os ditadores da América Latina?” Os temas da entrevista giraram em torno da miséria do povo, do preconceito racial da ditadura e sobre o que o jogador pensava ao atuar, algumas vezes, como “relações públicas” do governo, além de questões próprias ao mundo do futebol. Pelé ficou um pouco irritado com certas perguntas, quando inclusive perguntou se Barrán era contrária ao Brasil, ao que ela respondeu que era somente contra a ditadura, não contra o povo brasileiro. Além disso, o jogador afirmou que não existia preconceito racial no Brasil e que, por ser um “país liberal, o país da felicidade”, não havia ditadura no país, ao que complementou: “você me pergunta da ditadura e eu não posso falar de algo que não existe. Acredito que você está equivocada. Nós somos livres”. O tom da entrevista ficou mais desconcertante no final, quando Barrán afirmou que Pelé era caridoso e, portanto, poderia não perceber a “responsabilidade política” de sua figura. Pelé reafirmou que sabia jogar futebol e que não era político, e cada um devia fazer somente o que sabe. Barrán replicou que não importava a profissão, pois como ser humano, todos deveriam ter “consciência e sensibilidade”. Para finalizar, Pelé se queixou: “eu gostaria de saber por que suas ideias são tão diferentes das minhas”.⁹

⁸ RAMA, Ángel. Otro juglar: Chico Buarque de Hollanda. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.504, 31 de jul. 1970, p. 28.

⁹ La otra cara del Rey Pelé. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.558, 27 de ago. 1971, p. 15.

Se o leitor prestar atenção à ilustração, não terá dificuldades para associar o conteúdo da entrevista com a chuteira no lugar da cabeça de Pelé. As críticas às opiniões do jogador foram evidentes e não deixaram dúvidas a respeito da visão de Barrán de que os atos de um cidadão, sobretudo daqueles mais conhecidos, independente de sua profissão, geravam efeitos políticos, particularmente em momentos de grandes disputas e tensões.

Ercilla também denunciou as torturas no Brasil nas páginas intituladas *América Latina*, ao mesmo tempo em que afirmou que o Uruguai já se encontrava à beira de um regime ditatorial, devido à adoção das *Medidas Prontas de Seguridad*, traduzidas para os chilenos como uma espécie de “Estado de Sítio”.¹⁰



Figuras 76-77: Denúncias de tortura no Brasil e sobre a chegada de exilados ao Chile, em *Ercilla* (28/01/1970; 05/01/1971)

Em *Marcha*, Paulo Schilling nutriu o Uruguai com textos e denúncias, ao passo que, em *Ercilla*, Newton Carlos fez a ponte entre o Brasil e os leitores chilenos, ainda que grande parte de seus artigos versassem sobre política internacional, que não incluía necessariamente seu país de origem. Os exilados brasileiros obtiveram amplo espaço nos dois semanários, como na entrevista de Mário Pedrosa a Ernesto Saúl, no final de 1970.¹¹ Paralelamente, Dom Hélder Câmara ganhou destaque nas páginas tanto de *Ercilla* quanto de *Marcha*.

Em janeiro de 1971, *Ercilla* publicou uma ampla reportagem a respeito do exílio de brasileiros no Chile e afirmou que o país do Pacífico Sul ocupava, ao lado do Uruguai e da Argélia, os três destinos principais de recepção dos perseguidos políticos. Segundo o autor do texto, Fernando Barraza, o Chile tinha renovado seu papel de “asilo contra a opressão” e se beneficiado com os personagens ilustres que se instalaram no país, como, entre os brasileiros,

¹⁰ Cf. Uruguay. Al filo de la dictadura. *Ercilla*, Santiago, ano XXXV, n. 1.813, 18 de mar. 1970, p. 25.

¹¹ SAÚL, Ernesto. Brasil. Exilio para un crítico. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVI, n. 1.845, 29 de out. a 03 de nov. 1970, p. 89.

Celso Furtado, Josué de Castro, Darcy Ribeiro – que deixou o Uruguai, em 1971 –, Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, Paulo de Tarso, Márcio Moreira Alves, entre tantos outros, além dos já mencionados Mário Pedrosa e Newton Carlos. Barraza assinalou que, em geral, o sentimento era de amargura e frustração entre as mais de duzentas famílias brasileiras acolhidas pelo Chile. Porém, sublinhou que Darcy Ribeiro lhe testemunhou que havia alguns fatos positivos, particularmente o de pertencer à “primeira geração latino-americana do Brasil. Eu aprendi a ser latino-americano em Montevidéu, em Caracas, em Santiago. O exílio me permitiu descobrir a América latina [sic]”.¹²

A propósito de Cuba, ambos os semanários continuaram a enfatizar, com destaque, alguns dos problemas políticos e culturais. Uma das diferenças mais significativas entre o Chile e o Uruguai, referiu-se ao fato de Fidel Castro expressar o desejo de visitar o país transandino, já nos começos de 1970, o que estimulou *Ercilla* a tratar constantemente sobre as relações diplomáticas entre o Chile e Cuba, o bloqueio à ilha e sua exclusão da OEA.

Meses antes da visita, o semanário chileno realizou entrevistas com importantes personagens do governo de Frei, que tinha retomado algumas trocas comerciais com Cuba, e encomendou uma pesquisa à *Asesoría Técnica Comercial* (ATC), realizada com 200 chilenos, como método de aferir a pressão da “opinião pública”. As perguntas versaram sobre a retomada de relações diplomáticas com Cuba; se Castro seria bem recebido pela população chilena; se o Chile deveria manter relações com todos os países; e, finalmente, se o entrevistado apoiava o restabelecimento de relações comerciais com Cuba.¹³ Responderam de forma afirmativa, respectivamente, 66%, 67% (que Castro seria bem recebido ou, pelo menos, de forma regular), 60% e 80%. Isto é, a maioria dos inquiridos era favorável tanto ao reatamento de relações diplomáticas quanto comerciais com a ilha caribenha. Cabe ressaltar que a pesquisa foi divulgada no interior da matéria em que Hernán Millas censurou a “via violenta” do MIR, apoiado então pelo governo cubano.¹⁴

Paralelamente, os Tupamaros também foram associados por *Ercilla* ao “poder invisível”, quando se falou que a guerrilha havia deixado de ser um “fenômeno tropical e

¹² BARRAZA, Fernando. Pasaporte a la angustia. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVI, n. 1.853, 20 a 26 de jan. 1971, p. 12-14. Segundo Helenice Rodrigues da Silva, o exílio aproximou muitos intelectuais brasileiros e chilenos, além dos franceses que se instalaram espontaneamente no Chile da Unidade Popular, levando à construção de importantes redes de sociabilidade. Após o golpe de 1973, parte das relações sociais tecidas no Chile se renovou na França, mas, em geral, os intelectuais chilenos conseguiram colocações de mais destaque no país europeu do que os brasileiros. Cf. RODRIGUES DA SILVA, Helenice. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Debates, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5791.html>> Consulta em: 16/06/2008.

¹³ Relaciones con Cuba. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIV, n. 1.812, 11 a 17 de mar. de 1970, p. 13.

¹⁴ MILLAS, Hernán. Vía violenta. La historia secreta del MIR. *Ibidem*, p. 11-14.

caribenho” para se instalar em outros paralelos da América Latina. Mais interessante do que a notícia em si, foi a forma como o semanário chileno classificou a ascensão da guerrilha no Uruguai e o assassinato de Dan Mitrione, pelos Tupamaros. A legenda de uma foto da família do agente norte-americano trouxe a frase “tensão no paraíso”, no mesmo número em que Newton Carlos falou sobre a crise dos partidos políticos na Colômbia e na Venezuela.¹⁵

Cabe dizer que os Tupamaros receberam mais espaço em *Ercilla* do que em *Marcha*. Evidentemente, que não foi para apoiar suas ações, mas como notícia da guerrilha na América Latina, inclusive no antes “tranquilo” Uruguai.

Ao contrário de *Ercilla*, o semanário uruguaio lançou mão de muitas *charges* e caricaturas para criticar a política, como podemos observar na imagem abaixo, de autoria de Pancho, na seção “Não é piada” [*No es chiste*]. À esquerda, Pancho lançou mão da tradicional representação do presidente Jorge Pacheco Areco como um rei bufão, além de ser associado ao mentiroso Pinóquio, mas com calças e sapatos do Tio Sam. Assim, a também habitual personagem “República”, descalça e com roupas gastas, desvendava o que estava por trás do discurso presidencial, que enfatizava o desejo de “salvar a educação, a cultura, a liberdade e a democracia”. *Marcha* constantemente associou o “pachequismo” à tirania, o que também explica, entre outros motivos, a recuperação do discurso de Artigas, impulsionada no final dos anos 60.



Figura 78: Caricatura e tirinha sobre o governo de Jorge Pacheco Areco (18/11/1970)

¹⁵ Tupamaros. El poder invisible. *Ercilla*, Santiago, ano XXXV, n. 1.834, 12 a 18 de ago. 1970, p. 23; CARLOS, Newton. Comentario latinoamericano. Dos en crisis. *Ibidem*, p. 28.

Na tirinha, Pancho reforçou a ideia de que o povo queria a renúncia de Pacheco. Ao ouvir o início de uma notícia televisiva, “o presidente Pacheco acaba de renunciar”, sem esperar a conclusão da frase, o telespectador comemorou, com a bandeira do Uruguai na mão. Entretanto, a renúncia versava sobre uma viagem à Europa, não ao cargo presidencial, ao que reagiu enfurecido e arremessou o aparelho de TV pela janela.

Cabe lembrar que a seção de *charges*, caricaturas e tirinhas era publicada na contracapa do semanário, o que aumentava, em muito, a sua visibilidade, inclusive entre aqueles que passavam pelas bancas e somente “liam” as manchetes ou as páginas externas dos periódicos. Ainda é muito comum a exposição dos jornais e revistas nas bancas e não é prudente associar a quantidade de exemplares vendidos ao número de “leitores”, particularmente em relação às capas e contracapas.

Ercilla praticamente não publicou caricaturas,¹⁶ o que provavelmente correspondia à visão de que, para informar, as fotografias eram consideradas mais eficientes e objetivas. Assim, em relação às caricaturas, *charges* e humorismo político, o termo de comparação com *Marcha* deveria ser a revista chilena *Topaze*, publicada entre 1931 e 1970.¹⁷

7.2 Dois contextos, um mesmo dilema: apoiar o avanço rápido de transformações ou continuar a defender o reformismo democrático?

Se, durante os anos 60, alguns intelectuais de *Marcha* preconizaram a união das esquerdas, sem êxito, a passagem para a década seguinte mostrou-se um pouco mais auspiciosa, pois outros setores do Uruguai começaram a aventar que somente assim seria possível mudar as rotas da política no país platino. Segundo o redator Oscar Bruschera, era necessário adotar “uma ampla disposição para escutar e pensar em conjunto”, o que não era facilitado com o anúncio unilateral de “lista de convidados, preferências ou exclusões”, como havia feito *El Popular*, diário do Partido Comunista, no final de 1969. Para Bruschera, era preciso criticar a proposta da Democracia Cristã uruguaia, feita por Juan Pablo Terra, de união com o Partido Comunista ou F.I.D.E.L., em junho de 1968, pois limitava a ideia de frente ampla. Assim, não seria fecundo excluir todos os setores considerados marxistas, até

¹⁶ As poucas exceções ocorreram em 1972 e 1973, quando passou a criticar deliberadamente o governo da Unidade Popular.

¹⁷ Sobre *Topaze*, ver: CORNEJO CANCINO, Tomás. Una clase a medias: las representaciones satíricas de los grupos medios chilenos en *Topaze* (1931-1970). *Historia*, Santiago, n. 40, v. II, p. 249-284, jul.-dez. 2007; SALINAS CAMPOS, Maximiliano ¿Una risa jerárquica? La revista *Topaze*: características y límites de la sátira política en Chile. *Revista Ciencias Sociales*, Iquique, n. 20, p. 95-105, 2008.

mesmo aqueles que ainda sobreviviam com dificuldades no interior dos partidos tradicionais.¹⁸

É interessante notar que na página final do texto de Bruschera, foi anunciado o segundo livro da coleção *Los nuestros* de *Biblioteca de Marcha*, sobre Hélder Câmara, classificado como “o bispo do Terceiro Mundo”. A seleção de textos e o prólogo foram feitos por Paulo Schilling, que colaborava com o semanário a partir dos começos dos anos 60.

Bruschera abordou habitualmente o tema da união das esquerdas no Uruguai e não deixou de comparar as principais propostas, ao mesmo tempo em que *Marcha* via o Chile como o exemplo de que ainda era possível pensar em uma esquerda que chegasse ao poder por vias eleitorais, conforme podemos observar na capa de 30 de janeiro de 1970:



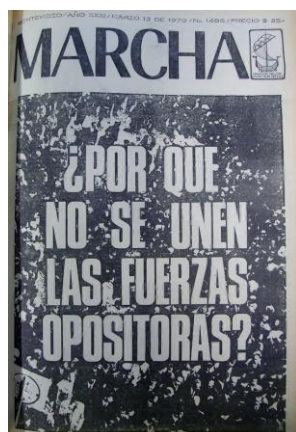
Figuras 79 e 80: Capas de *Marcha* sobre Allende e a aliança eleitoral (30/01/1970 e 04/09/1970)

Bruschera apresentou inicialmente as propostas de Juan Pablo Terra, Carlos Quijano, Enrique Iglesias – secretário da *Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico* (CIDE) – e da *Convención Nacional de Trabajadores* (C.N.T.), ao pedir uma leitura atenta, que fosse capaz de perceber a existência de mais convergências do que mal-entendidos entre os grupos.¹⁹ Contudo, à medida que passavam os meses de 1970, o redator via com angústia as dificuldades para a união das esquerdas²⁰ e *Marcha* reforçava as iniciativas para a sua concretização, ao colocar o tema em destaque em algumas de suas capas.

¹⁸ BRUSCHERA, Oscar. El amplio frente popular. *Marcha*, Montevideo, ano XXXI, n. 1.479, 23 de jan. 1970, p. 6; 8.

¹⁹ Idem. El programa de las fuerzas populares (III). *Marcha*, Montevideo, ano XXXI, n. 1.480, 30 de jan. 1970, p. 8-9; 14.

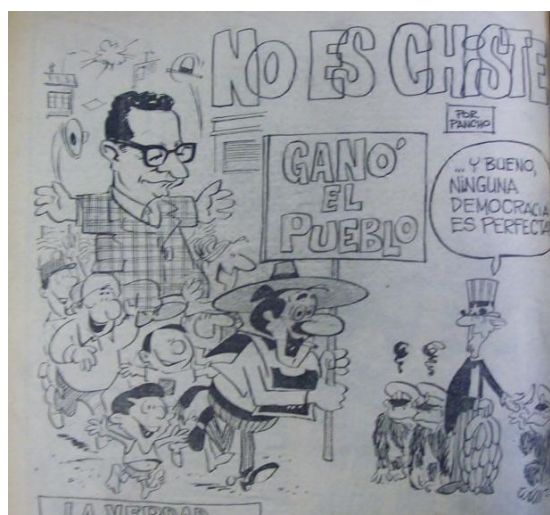
²⁰ Idem. La hora de las definiciones se acerca. *Marcha*, Montevideo, ano XXXI, n. 1.485, 13 de mar. 1970, p. 6.



Figuras 81 e 82: Capas de *Marcha* (13/03/1970 e 30/04/1970)

A articulação entre o discurso do semanário, dos cadernos e livros publicados era bastante estreita. Nesse sentido, foi publicado um exemplar de *Cuadernos de Marcha* sobre o principal líder socialista uruguaio do século XX, Emilio Frugoni, falecido em 1968. Já no título, *El pensamiento vivo de Frugoni*, ficava bem clara a posição dos textos acerca da trajetória do biografado, que preconizou habitualmente ideias e práticas reformistas para o Uruguai.

Com a vitória de Allende, o Chile ganhou as páginas de *Marcha*, com capas, matérias e entrevistas, inclusive sobre a cultura do país transandino, que buscavam mostrar que era possível a realização de uma unidade de esquerdas para chegar ao poder por vias eleitorais:



Figuras 83 e 84: Capa de *Marcha* e *charge* sobre o triunfo da Unidade Popular no Chile (11/09/70)

O número 40 de *Cuadernos de Marcha* foi dedicado ao Chile, com introdução de Quijano. O diretor de *Marcha* ressaltou a “maturidade política” chilena, esboçou uma brevíssima história das lutas esquerdistas no Chile, partindo de algumas menções sobre a

militância de Luis Emilio Recabarren. A mensagem final foi esperançosa, embora advertisse que os anseios de mudanças poderiam sofrer frustrações posteriormente. De qualquer forma, afirmou que “venha o que venha, a longa marcha do povo chileno continuará”.²¹

Até mesmo o cinema chileno despontou como exemplar naquele período, como argumentou Wainer, ao tratar de *Valparaíso, mi amor*, dirigido por Aldo Francia. Exibido na montevideana *Cinemateca del Tercer Mundo*, o filme foi considerado pelo crítico de *Marcha* como um dos melhores exemplos de como o cinema podia dialogar de forma fértil com a vida do povo, ao mostrar – como na obra de Brecht, *Santa Juana de los mataderos* – não “a maldade, mas a pobreza dos pobres”. Em suma, Wainer viu em *Valparaíso, mi amor*, produzido em 1969, “toda uma lição para o nascente cinema latino-americano”.²²

Além disso, alguns autores chilenos voltaram a ganhar espaço nas páginas de *Marcha*, como Gonzalo Rojas, Neruda e Manuel Rojas. Em 1973, Benedetti publicou em destaque uma entrevista de Ariel Dorfman, após a publicação de *Para leer el Pato Donald*, obra escrita em conjunto com o belga Armand Mattelart.²³

Para dar contornos finais sobre a repercussão da vitória eleitoral da Unidade Popular, retomo as palavras finais de Zitarrosa, de visita a Santiago, quando traçou um criativo paralelo entre o Chile e Cuba, após ver as bandeiras dos dois países latino-americanos pintadas lado a lado em muitas paredes e muros da capital chilena. Para o músico uruguaio, havia grandes semelhanças e algumas diferenças, “nem sempre visíveis, que levam às vezes à confusão. Vermelhas, brancas e azuis, as duas com sua estrela de cinco pontas, [...], ambas à esquerda, que me pareciam muito mais um símbolo vivo e claro do futuro de nossa América”.²⁴

Sem espaço para acompanhar o imenso debate elaborado nas páginas do semanário, não é excessivo afirmar que *Marcha* atuou como um dos principais canais de formação da Frente Ampla no Uruguai, particularmente por abrir suas páginas aos diferentes setores e

²¹ QUIJANO, Carlos. Chile. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.514, 02 de out. 1970, p. 8. Eduardo Galeano também expressou certo receio sobre o fato da Unidade Popular sofrer represálias internas e externas, durante o governo. Cf. GALEANO, Eduardo. Chile, promesa y peligro. *Ibidem*, p. 16; 22.

²² WAINER, José. El cine en la hora de Chile. *Ibidem*, p. 27. Como salientou Jacqueline Mouesca, os cineastas chilenos haviam se organizado em um comitê, antes mesmo do triunfo eleitoral da Unidade Popular, que produziu o documento chamado *Manifiesto de los Cineastas de la Unidad Popular*, com um programa de princípios e orientações “revolucionários” sobre a produção cinematográfica do Chile, inscrito no *Nuevo Cine Latinoamericano*. Cf. MOUESCA, Jacqueline. Los años de la Unidad Popular. In: *Plano secuencia de la memoria de Chile: veinticinco años de cine chileno (1960-1985)*. Madri: Ediciones del Litoral, 1988, p. 53.

²³ BENEDETTI, Mario. Ariel Dorfman, el enemigo del Pato Donald. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.637, 30 de mar. 1973, p. 22-24.

²⁴ ZITARROSA, Alfredo. Chile en el alma. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.524, 18 de dez. 1970, p. 25. Sobre o muralismo no Chile, consultar: DALMÁS, Carine. *Brigadas muralistas e cartazes de propaganda da experiência chilena*. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.

personagens que estiveram por trás daquela empreitada. Concedeu, igualmente, certo espaço para os representantes de movimentos de esquerda que desconfiavam das benesses de uma “aliança meramente eleitoral”, para retomar as palavras de Eduardo Jaurena, líder do *Movimiento Socialista*.²⁵ Nessa direção, também outros militantes obtiveram ampla liberdade para, apesar da desconfiança de alguns setores sobre os fins “reformistas” da Frente Ampla e das críticas à aproximação entre “cristãos e marxistas”, salientar que os seus fins eram ou tinham que ser revolucionários. Além disso, afirmaram que era necessário buscar alianças com os grupos “revolucionários” dos países vizinhos, sob o risco de ver seus anseios bloqueados.²⁶ Os Tupamaros também declararam, em *Marcha*, apoiar a Frente Ampla, mesmo ao afirmar que a luta armada não cessaria enquanto não houvesse “pátria para todos”.²⁷

Segundo André Assis Ferreira, algumas transformações político-culturais foram essenciais para a formação da Frente Ampla (FA) no começo dos anos 70:

por um lado, a agudização da crise econômica uruguaia, refletida no desgaste político-institucional e na irrupção da violência política e, por outro, em um plano mais específico, o papel jogado pela Democracia Cristã como promotora e mediadora da negociação entre as diversas forças que vieram a ingressar na FA. Há ainda uma hipótese subsidiária que diz respeito à criação da Frente Ampla como estratégia bifronte das esquerdas, entendida tanto como uma resposta à política autoritária do governo de Jorge Pacheco Areco quanto uma alternativa à via revolucionária adotada pela guerrilha urbana.²⁸

O ano de 1970 terminou com mensagens de que a esquerda uruguaia finalmente ingressava em um momento marcado mais por diálogos do que por disputas, e *Marcha* estampou em suas páginas um chamado à luta para derrotar os partidos tradicionais, além de promover uma pesquisa sobre a formação da Frente Ampla, publicada a partir de 08 de janeiro. Naquele momento, novamente o semanário aproveitou a oportunidade para sustentar que seu público leitor estava representado pelas mais diversas camadas da população.²⁹

²⁵ JAURENA, E. Frente: ¿cómo y con quiénes? *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.515, 09 de out. 1970, p. 9. Entretanto, em 15 de janeiro de 1971, o movimento anunciou sua adesão à união das esquerdas. Para uma introdução sobre a Frente Ampla, ver: AGUIRRE BAYLEY, M. *El Frente Amplio*. Historia y documentos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985; CAETANO, Gerardo (Coord.). *La fundación del Frente Amplio y las elecciones de 1971*. Colección Liber Seregni, Tomo I. Montevideo: Taurus, 2005; FERREIRA, André Lopes. *A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973)*. 430f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp, Assis, 2011.

²⁶ BARREIRO, Julio. Por el frente amplio [sic] a la lucha revolucionaria. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.526, 30 de dez. 1970, p. 11-12.

²⁷ Tupamaros. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.527, 08 de jan. 1971, p. 7.

²⁸ FERREIRA, André Lopes. *A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973)*, p. 19.

²⁹ Um advogado, um funcionário público, um feirante, dois professores do ensino básico, um industrial, um diretor e ator teatral, dois professores universitários, três estudantes, uma enfermeira, um ajudante mecânico, um fabricante, dois empregados do comércio. Cf. Consulta al pueblo sobre el Frente Amplio. *Ibidem*, p. 6-7.



Figura 85, 86 e 87: Capas de *Marcha* sobre a Frente Ampla (11/12/1970; 05/02/1971; 05/03/1971)

Contudo, os principais editoriais do semanário não apoiaram ações violentas, como o publicado em 15 de janeiro de 1971. Segundo o redator – provavelmente Quijano –, os problemas do país tinham se tornado cada vez mais graves com a volta dos colorados ao poder, em 1966, e a irrupção da luta armada dificilmente terminaria caso não houvesse melhoras significativas. Assim, o governo colorado perdia legitimidade em face da população, ainda que fosse considerado legal, sobretudo devido à aplicação das *Medidas Prontas de Seguridad*. Sustentou, além disso, que era necessária uma revolução no Uruguai, mas não por meios violentos, embora percebesse a ingenuidade de pensar que um processo revolucionário não incorporasse certa dose de violência em alguns momentos. Em outras palavras, segundo o redator, a violência podia ser “um mal necessário”, mas não o fim em si mesmo. A conclusão do texto afastava *Marcha* das ações dos Tupamaros, ao afirmar que não acreditava em “fatalismos históricos; tampouco na eficácia política do voluntarismo heróico e da suposta teoria do ‘foco’. Menos, se cabe, na do atentado individual”.³⁰

É bom lembrar que, uma década antes, Che Guevara participou de uma das Conferências Interamericanas, realizadas em Punta del Este, em julho de 1961, representando Cuba, quando afirmou que tanto o Uruguai quanto o Chile ainda poderiam ser transformados por vias legais. Apesar disso, como destacou Eduardo Rey Tristán, as palavras de Guevara não desestimularam a formação de grupos de esquerda revolucionários no Uruguai, que

³⁰ Otro secuestro. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.528, 15 de jan. 1971, p. 5. Sobre o foquismo, consultar: AGGIO, Alberto. Repensando o sentido da rebeldia na Revolução Cubana. *Estudos de História*, Franca: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, UNESP-Franca, SP, v. 7, n. 2, p. 215-229, 2000; TOURAINE, Alain. Fidel Castro e o foquismo. In: *Palavra e Sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Ed. da Unicamp, 1989, p. 389-404.

tiveram, por outro lado, que inovar suas ações, devido à inviabilidade da realização da guerrilha rural no país, além de adaptar a prática do foquismo em suas atividades.³¹

Em fevereiro de 1971, *Marcha* publicou como manchete a formação da Frente Ampla (Figura 86), com base na ideia de justiça e pacificação nacional, além de seu documento de constituição. A partir de então, o semanário batalhou pela difusão de programas, manifestos e ações dos grupos, movimentos e partidos que formaram a base da Frente Ampla, e citou uma frase de José Martí: “não cumpre com seu dever quem se cala, mas quem fala”.³²

As ações favoráveis com respeito à Frente Ampla não pararam por aí, pois *Cuadernos de Marcha* publicou seu 46º número sobre o vasto movimento que agrupou inúmeros setores da esquerda uruguaia, no final de abril de 1971. De forma convergente, a *Biblioteca de Marcha* publicou dois livros que fortaleciam a visão de alguns dos intelectuais do empreendimento: *La Comuna de París de 1871 en la prensa montevideana de la época*, de Diógenes de Giorgi; e *Irigoyen*, de Manuel Claps, na coleção *Los Nuestrós*. Às vésperas das eleições, *Cuadernos de Marcha* publicou outro número (53º) sobre a Frente Ampla, com o sugestivo título de *Frente Amplio: respuesta al despotismo*.

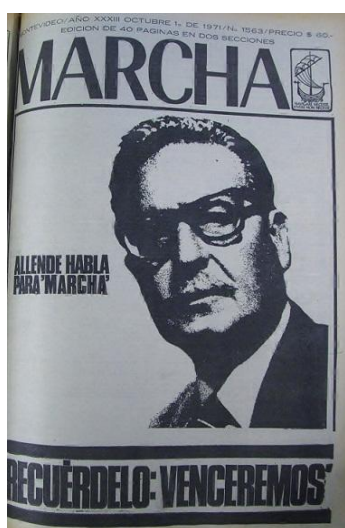


Figura 88: Charge sobre o apoio do povo à Frente Ampla (26/03/1971)

No início do mês anterior às eleições nacionais, *Marcha* traçou paralelos entre a vitória de Allende e as eleições uruguaias, bem como apoiou a candidatura de Líber Seregni, ex-colorado, candidato da Frente Ampla, como vemos nas imagens abaixo:

³¹ Cf. REY TRISTÁN, Eduardo. *A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.

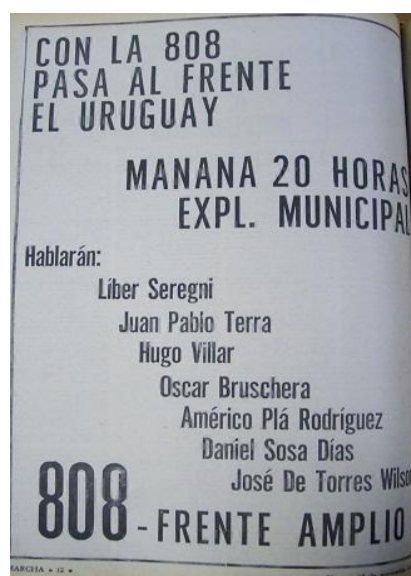
³² Outra etapa. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.533, 19 de fev. 1971, p. 7.



Figuras 89 e 90: Capa de *Marcha* e propaganda a favor de Líber Seregni (01/10/71; 05/11/71)

Vivia-se um clima de tempos de grandes transformações e *Marcha* publicou um dos poucos textos sobre o movimento feminista, sobre Kate Millet. Anteriormente, o espaço para a discussão sobre a “revolução” feminina foi ocupado timidamente por alguns poucos textos de Simone de Beauvoir, fato curioso para um país que havia regulamentado o direito do divórcio, a pedido das mulheres, a partir da primeira década do século XX.³³

Reproduzo abaixo algumas propagandas divulgadas nas páginas do semanário, durante novembro de 1971. O leitor não deve deixar de notar os nomes de Oscar Bruschera e de Julio Castro no material de propaganda, respectivamente, das listas 808 e 77:



³³ BONCOUR, François Paul. Sexo y política. Kate Millet. La liberación de la mujer. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.542, 07 de mai. 1971, p. 19-21.



Figuras 91, 92 e 93: Propaganda política publicada nas páginas de *Marcha*, em novembro de 1971

A Frente Ampla não venceu as eleições, mas conseguiu se tornar a terceira força política do país – segunda de Montevideu – e desequilibrar o “bipartidarismo” uruguaio. Para os redatores de *Marcha*, o *pachecato* foi derrotado, pois os colorados perderam quase 11% dos votos que haviam recebido em 1966. Além disso, o candidato eleito, Juan María Bordaberry, recebeu apenas 20% dos votos e somente se tornou presidente porque a soma de todos os demais concorrentes do Partido Colorado alcançou 681.624 votos (39,80%), contra 668.822 (39,05%) do Partido Nacional. A Frente Ampla recebeu 304.275 votos (17,77%). Uma vez mais foi o momento de criticar o “duplo voto simultâneo” e a “lei de lemas”, pois o candidato mais votado individualmente foi o *blanco* Wilson Ferreira, não o colorado Juan María Bordaberry.³⁴ Além disso, houve suspeitas de fraude, levantadas por vários setores, como o Partido Nacional e *Marcha*.

Ercilla desempenhou um papel diferente durante as eleições de 1970 no Chile, ao recordar, como em todas as eleições anteriores, que “se [abstinha] de publicar avisos publicitários de caráter político [...]”, de qualquer tipo. Sustentou, portanto, que, com

³⁴ La derrota del oficialismo. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.572, 03 de dez. 1971, p. 6-7. Em números individuais, Ferreira recebeu 439.649 votos, Bordaberry 379.515 e Seregni 304.275, pois a Frente Ampla concorreu com candidato único. Outros dois candidatos receberam votações expressivas: o colorado Jorge Luis Batlle Ibáñez, com 242.804, e o *blanco* Oscar Mario Aguerrondo, com 228.569. O eleitorado uruguaio encontrava-se bastante dividido. As eleições legislativas foram vencidas, contudo, pelo Partido Nacional, que elegeu 87 representantes, contra 74 dos colorados e 10 da Frente Ampla.

“objetividade” e “imparcialidade”, contribuía para “elevar” a qualidade do debate político, devido à seriedade do tema.³⁵ Entre março e abril daquele ano, publicou os programas dos partidos e entrevistou os candidatos a *La Moneda*: Jorge Alessandri (Partido Nacional), Radomiro Tomic (Democracia Cristã) e Salvador Allende (Unidade Popular), nesta ordem.

No entanto, apesar de criticar ligeiramente o governo em alguns momentos, os comentários positivos de Luis Hernández Parker (*Hachepé*) acerca de Frei, na semana seguinte à publicação das páginas sobre Allende e a Unidade Popular (UP), mostravam ao leitor uma evidente tendência pela Democracia Cristã (DC). *Hachepé* afirmou que o resultado eleitoral de 1970 colocaria muitos desafios ao vencedor, pois Frei “tinha promovido rigorosamente a reforma agrária, a reforma tributária, a promoção popular e a lei de *Juntas de Vecinos*.”³⁶ Realizou uma revolução nos campos”. Reforçou o argumento, ao dizer que Frei havia atraído o ódio “das forças direitistas”, que o apoiaram inicialmente. Assim, o presidente eleito teria que partir das realizações de seu governo, como “o desenvolvimento industrial, a transformação do peão agrícola em sujeito, a remodelação e urbanização de Santiago [e] o ingresso massivo do chileno à educação [...]”.³⁷

Em junho, o semanário chileno destacou novamente os programas de campanha dos três candidatos, organizados por Hernández Parker, e assinalou que o fazia em ordem alfabética, pois apresentou o de Alessandri em primeiro lugar. Logo em seguida, o de Allende, e finalmente o de Tomic (n. 1.826, 1.827 e 1.828, respectivamente). Até as eleições, os três candidatos foram, além disso, entrevistados e tiveram um espaço, até certo ponto, equilibrado, inclusive com reportagens relativas às suas vidas privadas.

Até certo ponto, porque, por exemplo, Érica Vexler não escondeu seu apoio a Tomic, ao apresentar o candidato da DC, em sua intimidade, com as seguintes palavras: “criticado, defendido e polemizado, mas sempre com um denominador comum – a paixão –, sua veemente personalidade não deixa lugar a reações indiferentes. Homem de férrea vontade, não renuncia ao que se coloca na cabeça [...]”.³⁸

³⁵ Cf. “Ercilla” y la campaña electoral. *Ercilla*, ano XXXVI, n. 1.817, 15 a 21 de abr. 1970, p. 10.

³⁶ Esta lei inscreveu-se no plano habitacional do governo de Frei, que buscou conjugar a construção de novas moradias e a remodelação de muitas áreas urbanas, com a organização e promoção social. Mario Garcés sublinhou que as *juntas de vecinos* eram vistas como “associações que agrupavam os vizinhos de um bairro ou povoado [*población*] com o objetivo de promover o desenvolvimento material e cultural desses vizinhos”. Cf. GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio: el movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago: LOM, 2002, p. 324. O projeto sofreu diversas críticas, particularmente por representantes da FRAP, que acusou a DC de atuar de forma a cooptar os interesses de setores populares. Cf. *Ibidem*, p. 327-331.

³⁷ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Los que quieren el Poder. *Ercilla*, ano XXXVI, n. 1.816, 08 a 14 de abr. 1970, p. 8.

³⁸ VEXLER, Érica. Presidencial 70. Los candidatos: Tomic. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVII, n. 1.834, 12 a 18 de ago. 1970, p. 37-47.

A duas semanas das eleições, *Ercilla* divulgou a pesquisa eleitoral realizada por uma agência francesa, em que Tomic foi apontado como o favorito à vitória, com 32,77% das intenções de voto, ao passo que Allende vinha em segundo lugar, com 30,52%, e Alessandri em terceiro, com 28,59%.³⁹ Cabe anotar que, segundo Patricia Arancibia e Paulina Dittborn, o diário conservador *El Mercurio* também havia publicado uma pesquisa eleitoral pouco antes do pleito eleitoral, e Alessandri aparecia com mais de 40% das intenções de voto.⁴⁰

O penúltimo número de *Ercilla*, anterior às eleições, publicou uma entrevista exclusiva de Frei ao diretor do semanário, Emilio Filippi, com uma mensagem bastante clara na sinopse inicial. Se, de um lado, arquitetou-se a imagem de um presidente preocupado em não interferir na campanha, de outro, *Ercilla* explicitou que Frei havia dito que, caso não fosse o presidente, estaria trabalhando pela DC e por seu candidato.⁴¹ Nas páginas da extensa entrevista, as opiniões de Frei e Filippi coincidiram em argumentar sobre os resultados positivos do governo democrata-cristão e do futuro chileno. Filippi salientou que Frei era amigo de Gabriela Mistral, e o alcunhou de “*el Presidente campesino*”, “*de los pobladores*”, “*de las mujeres*” e “*de la educación*”. Além disso, afirmou que Frei era visto internacionalmente como “o motor da integração latino-americana”.⁴²

Para não ser injusto com os redatores de *Ercilla*, houve também espaço para salientar alguns limites do governo democrata-cristão, como as dificuldades em conter a inflação e, em alguns momentos, sobre os problemas dos planos de habitação e da reforma agrária. Ainda assim, as considerações positivas prevaleceram, em muito, sobre as limitações.

Finalmente, o número publicado durante a semana das eleições teve como manchete a ideia de que o Chile estava em dúvida, ao sustentar que os três candidatos possuíam chances iguais de vitória. Assim, Filippi, uma vez mais, escreveu as primeiras páginas sobre política e fez um prognóstico do futuro chileno para a vitória de cada candidato. O diretor de *Ercilla* traçou o panorama com base em três grandes áreas: política, social e econômica. Para resumir, salientou que a vitória de Alessandri representaria a possibilidade de dissolução do Parlamento, o deslocamento dos grupos beneficiados com as políticas sociais da DC, o estímulo à entrada de capitais estrangeiros e a interrupção do projeto de nacionalização do cobre. Se vencesse Allende, afirmou que fracassaria a “tese moderada” e predominaria a “ultraesquerda ou revolucionária do senador Altamirano [...]”, inclinada ao MIR, situação que

³⁹ Exclusivo. Última encuesta electoral. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVII, n. 1.835, 19 a 25 de ago. 1970, p. 8-9.

⁴⁰ ARANCIBIA; Patricia; DITTBORN, Paulina. Angustias y esperanzas. La *Unidad Popular*. In: SAGREDO, Rafael; GAZMURI, Cristián (Dirs.). *Historia de la vida privada en Chile. El Chile contemporáneo: de 1925 a nuestros días*. Tomo III. 2ª ed. Santiago: Taurus, 2008, p. 234.

⁴¹ Sinopsis. La opinión de Frei. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVII, n. 1.836, 26 de ago. a 01º de set. 1970, p. 3.

⁴² Exclusivo. La opinión de Frei. *Ibidem*, p. 8-14.

faria o MAPU se afastar da moderação. Assim, o PC também se veria obrigado a apoiar “a atitude mais radicalizada”, o que daria o tom das transformações sociais e econômicas do Chile. Por fim, com o triunfo da DC, também ocorreria uma divisão interna, como na Unidade Popular, com a diminuição do poder de Frei, mas os projetos em curso continuariam a ocorrer de forma um pouco mais previsível, ainda que pudesse haver problemas.⁴³

Os números seguintes à vitória de Allende enfatizaram a tensão no país à espera da ratificação do resultado, sem criticá-lo de antemão. O destaque ficou por conta da posição da DC, uma vez que possuía o maior número de parlamentares (75), e das negociações para que os vencedores assinassem o *Estatuto de Garantías Constitucionales*, que incluía o “respeito pelo Estado pluralista chileno”, a “manutenção do caráter não deliberante das Forças Armadas”, o respeito pela “educação pluralista”, o “funcionamento da organização sindical” e o “respeito aos princípios e organização do PDC”.⁴⁴ Em diversos números, a ideia comum era a de que os democrata-cristãos se encontravam em uma encruzilhada.

Um dos efeitos mais interessantes da ascensão da Unidade Popular, em *Ercilla*, foi o fortalecimento de suas páginas como um importante espaço de debate de opiniões, nem sempre coincidentes. Em uma via de mão dupla, reportou, nutriu-se e canalizou as polarizações que se acentuaram no cenário chileno, antes mesmo das eleições de 1970. Contudo, a vitória da UP contribuiu fortemente para algumas transformações internas. Emilio Filippi passou a aparecer cada vez mais nas páginas políticas, ao passo que Érica Vexler deixou o semanário e o Chile. Hernández Parker tentou manter a defesa da objetividade, enquanto foram abertas algumas páginas de debate entre representantes das três principais forças políticas do Chile: a Unidade Popular, a Democracia Cristã e o Partido Nacional. As páginas sobre a América Latina mantiveram amplo espaço, e o Uruguai foi constantemente abordado, ressaltando os problemas por que passava o país platino. Finalmente, o espaço para a publicação de artigos classificados como de “opinião” aumentou, principalmente a partir de meados de 1971. Assim, o debate sobre a política tornou-se candente, com discussões internas e externas bem interessantes, com intensa participação dos leitores.

A última capa de 1970 apresentou Allende como o “homem do ano”, ao passo que nas páginas internas foi publicado um artigo sobre a ampliação das guerrilhas na América Latina, como vemos nas imagens abaixo.

⁴³ FILIPPI, Emilio. Análisis ¿Y después del 4? *Ercilla*, Santiago, ano XXXVII, n. 1.837, 02 a 08 de set. 1970, p. 8-9.

⁴⁴ El Estatuto de Garantías. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVII, n. 1.839, 16 a 22 de set. 1970, p. 8-10.



Figuras 94 e 95: Capa de *Ercilla*, com Allende no final de 1970 e mapa ilustrativo sobre os sequestrados pelas guerrilhas na América Latina (30/12/1970)

Em 1971, *Ercilla* divulgou que o governo nacional havia sido solicitado a ajudar nos problemas editoriais por que passava *Zig-Zag*, responsável pela publicação da revista a partir de finais dos anos 50. Com a negociação, as instalações da empresa, as máquinas e alguns selos de publicação foram vendidos para o governo, o que garantiu, segundo *Ercilla*, a manutenção do emprego de 950 funcionários. A editora estava mergulhada em problemas financeiros, quando estourou uma greve dos funcionários, por melhoras salariais. Não havia interesse em atender as reivindicações dos trabalhadores e houve interferência do Estado, que projetava a construção de um importante parque gráfico. Assim, ocorreu a aquisição das instalações e maquinário de *Zig-Zag*, e o problema com os trabalhadores foi resolvido. O governo da Unidade Popular fundou a Editora Nacional Quimantú, que elevou as tiragens de livros à casa das dezenas de milhares. A impressão de *Ercilla* continuou a ser realizada pelos mesmos trabalhadores, mas agora como cliente do Estado. Ainda assim, o semanário manteve a independência em relação aos novos administradores, conforme salientaram os redatores.⁴⁵

A avaliação de Hernández Parker a propósito dos primeiros 100 dias de governo foi positiva, mas enfatizou que era bem diferente ser governo e ser oposição, com desafios e estratégias bem distintas nos dois casos. Enfatizou que o governo estava firme, unido e

⁴⁵ Cf. Convenio. Editorial para el Estado. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVI, n. 1.857, 17 a 23 de fev. 1971, p. 12. Sobre as transformações do mercado editorial chileno com a criação da editora estatal, ver: SUBERCASEAUX, Bernardo. El Estado como agente cultural. In: *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM, 2010, p. 177-197.

orientado pelo programa proposto durante a campanha eleitoral, e que Allende mostrava desenvoltura ao capitanear os diversos grupos que o apoiavam, dentro da esfera legal.⁴⁶

Três meses depois, *Hachepé* focalizou os problemas entre um Allende zeloso das vias democráticas, e os demais setores da UP, como os próprios socialistas e o MAPU, que demandavam a coletivização mais rápida dos meios de comunicação.⁴⁷ Aliás, *Ercilla* criticou as ações do governo em torno das emissoras de TV chilenas e apoiar o Canal 13, que subia o tom das críticas à Unidade Popular.

A despeito disso – e mesmo após Allende ler ante os parlamentares a declaração com os objetivos e propósitos do governo, em 21 de maio de 1971 –, houve espaço para Hernández Parker defender Allende. Para o redator de *Ercilla*, o “*Manifiesto Revolucionario*” de Allende estava ancorado na tradição chilena, pois se orientava pelo respeito ao “Estado de Direito, com pluralismo ideológico e tolerância religiosa”, salvo que houvesse ataques contrarrevolucionários.⁴⁸

O debate se enriqueceu no número 1.872, de começos de junho de 1971, com a publicação das opiniões de um representante de cada força política mais importante do Chile: Oscar Waiss, do Partido Socialista, pela Unidade Popular; Jorge Cash, pela Democracia Cristã; e Sergio Diez, pelo Partido Nacional. Ambos os três tiveram colunas regulares no semanário até finais daquele ano. Os leitores participaram ativamente da discussão, rico em muitos desencontros, até finais do ano, quando suas colunas foram suprimidas.

Ao fazer o balanço de um ano da vitória eleitoral da UP, Hernández Parker realçou que os grupos que se queixavam de algumas medidas do governo, por “revolucionárias”, deviam refletir que o programa de campanha dos vencedores já as previam, e não era de estranhar que fossem colocadas em prática. Assim, não podia haver grandes surpresas ou suspeitas de traição. *Hachepé* defendeu Allende, falou da originalidade da “via chilena ao socialismo” e buscou afastá-la da linhagem de Fidel Castro.⁴⁹

A posição de Diez, do PN, foi bem diferente, ao falar de um “ano longo” e argumentar que o governo vinha atuando “por trás do Congresso” e por meio de mentiras. Ao final, após afirmar que a situação das pessoas estava cada vez mais intranquila, o representante do PN

⁴⁶ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Los cien días. Otra cosa es ser gobierno. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVI, n. 1.857, 17 a 23 de fev. 1971, p. 9-11.

⁴⁷ Idem. Allende y el dilema de la UP. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.870, 19 a 25 de mai. 1971, p. 8-9.

⁴⁸ Idem. Allende: Manifiesto Revolucionario. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.871, 26 de mai. a 01º de jun. 1971, p. 8-10.

⁴⁹ Idem. Aniversario controvertido. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.886, 08 a 14 de set. 1971, p. 8-10. Alguns leitores concordaram com a interpretação de HP, mas houve críticas também, como a de um leitor de Valparaíso, que pediu a inclusão do “sectarismo” na análise sobre os legados do primeiro ano de governo de Allende. Cf. Cartas. Balance de un aniversario. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.896, 17 a 23 de nov. 1971, p. 4.

conclamou o povo a buscar os caminhos da paz, o que diferenciava, aos seus olhos, o Chile dos demais países da América Latina.⁵⁰ Já Waiss, do PS, assegurou que Allende marcava presença entre os latino-americanos, após visitar a Colômbia, o Equador e o Peru, e mostrava caminhos diferentes do Brasil, que estava, aos seus olhos, cada vez mais sozinho.⁵¹ Nos debates entre Cash, da DC, Waiss e Diez, este último já insistia na tecla da “segurança” e da “ordem”, para poder desenvolver o Chile e para denunciar que o país passava por um momento infecundo, devido ao cogitado sectarismo.

Segundo Julio Pinto, os anos 60, mas, acima de tudo, os três anos do governo de Allende reforçaram as expectativas, positivas e negativas, da população chilena a propósito da revolução. Entre os grupos integrantes da Unidade Popular, apesar das diferenças já bem debatidas sobre as estratégias, ritmos e atores, havia um núcleo compartilhado de que havia chegado o momento para colocá-la em prática, bem como sobre o tipo de sociedade a ser construída: “socialista, anti-imperialista [...], humanista e igualitária”. Além disso, assinalou que “aqueles que ficaram no meio do caminho, como o Partido Radical ou a Democracia Cristã, terminaram fraturados precisamente em torno desta opção, dividindo-se entre partidários e detratores da revolução”.⁵² O caso de *Ercilla* não foi diferente, apesar de insistir sobre sua presumida neutralidade e objetividade. Se houve espaço para o debate interno até finais de 1971, a revista caminhou, a partir de 1972, sem muitas hesitações para as fileiras oponentes à Unidade Popular.

No final de setembro daquele ano, *Ercilla* criticou a ideia, defendida pelos setores que apoiavam o governo, de que a maior parte dos meios de comunicação estava em mãos de grandes grupos financeiros ou da direita, ao afirmar que ela fazia parte da “mitologia nacional”. Com a publicação de uma ampla reportagem, tentou convencer os leitores de que, ao contrário, eles se encontravam majoritariamente em “mãos oficialistas”, ao passo que os diários eram em grande medida independentes.⁵³

Outro tema de controvérsias relacionava-se à intensificação de reivindicações dos mapuches para a recuperação de terras, anteriormente tomadas pelos colonizadores chilenos.⁵⁴ Na edição de 10 a 16 de novembro de 1971, *Ercilla* afirmou que os problemas na região de Arauco estavam vinculados, de um lado, à associação dos guerrilheiros do MIR com os

⁵⁰ DIEZ, Sergio. Un año largo. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.886, 08 a 14 de set. 1971, p. 12.

⁵¹ WAISS, Oscar. Presencia en el continente. *Ibidem*, p. 14.

⁵² PINTO, Julio. Hacer la revolución en Chile. In: PINTO, Julio (coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 9-13.

⁵³ SCANTLEBURY, Marcia ¿Quién controla el cuarto poder? *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.889, 29 de set. a 05 de out. 1971, p. 8-11.

⁵⁴ Cf. CORREA, Martín; MOLINA, Raúl; YÁÑEZ, Nancy. *La Reforma Agraria y las tierras mapuches: Chile, 1962-1973*. Santiago: LOM, 2005, p. 136-161.

mapuches; de outro, com o temor inicial dos proprietários de terras, que passaram à ofensiva.⁵⁵ Em diversos momentos falou-se do despertar mapuche, após 80 anos de conquista da região, chamada pelos vitoriosos de “*Pacificación de la Araucanía*”.

A ênfase sobre o drama chileno crescia rapidamente, o que se agravou com a visita de Fidel Castro ao Chile. *Ercilla* concedeu ampla cobertura à visita do líder cubano, e citou a pergunta estampada no diário brasileiro *O Estado de São Paulo*, traduzida ao espanhol “¿a qué vino Fidel Castro a Chile?”. Contudo, o semanário chileno sustentou que não dava a mesma resposta que o diário brasileiro – que havia alertado os chilenos sobre os riscos de se transformarem em um país sem liberdade –, ao realçar que a resposta d’*O Estado de São Paulo* estava marcada por claras intenções contrárias a Cuba.⁵⁶

Para Hernán Millas, Castro viajara ao Chile por diversos motivos. Por um lado, para abrir novas relações com a América Latina, ao dizer no Chile que esperava uma vitória da Frente Ampla no Uruguai. Por outro, para ajudar Allende a resolver problemas internos da Unidade Popular, “apaziguar os ânimos” do MIR e “criar uma mística revolucionária”.⁵⁷ Não fez muitas críticas ao líder cubano, a contrapelo das opiniões da página de Sergio Diez. Aliás, os textos de Cash e Diez daquele número foram publicados no interior da ampla reportagem que Millas publicou, com a colaboração de outros redatores de *Ercilla*. Já o texto de Waiss, foi publicado por último, mas ainda em uma das onze páginas dedicadas à visita de Castro, no interior do texto escrito por Hernández Parker, que não deixou de salientar as grandes façanhas e o carisma do líder cubano.⁵⁸

Em sintonia com a posição democrata-cristã, Cash deu as boas-vindas a Castro e criticou o bloqueio dos países americanos a Cuba, com raríssimas exceções, como o México e o Chile – que tinha reatado relações comerciais com a ilha caribenha em 1969. Por outro lado, Diez chamou ironicamente o líder revolucionário de Dom Fidel Castro, assinalou que havia viajado em um “avião russo com tripulação soviética” e que era um “chefe absoluto”, além de carregar nas tintas sobre os problemas enfrentados pela população cubana, ao longo dos anos 60. Finalmente, Waiss pediu uma abordagem mais objetiva de Castro, sem cair nas tramas da “diabolização” ou da “sacralização”. Defendeu que era necessário analisar sua trajetória no interior da luta de classes e que, portanto, muitas deficiências apontadas não tinham validade, por se vincular à ótica do “capitalismo” e das “liberdades burguesas”. Para Waiss, o maior

⁵⁵ CASTILLO, Francisco. Los guerrilleros de “La Frontera”. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.895, 10 a 16 de nov. 1971, p. 15-18.

⁵⁶ Sinopsis ¿A qué vino Fidel Castro? *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.896, 17 a 23 de nov. 1971, p. 3.

⁵⁷ MILLAS, Hernán. ¿A qué vino Fidel Castro? *Ibidem*, p. 8-12.

⁵⁸ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Análisis. Bajo el lente internacional. *Ibidem*, p. 13-15.

problema consistia em como fazer a transição para o socialismo, para eliminar as desigualdades sociais, sem levantar os ataques dos poderosos grupos que perderiam diversas regalias no processo.⁵⁹

Artigos sobre a visita foram publicados até o final do ano, mas se enfatizou que Castro via possibilidades diferentes para o Chile, talvez para o Peru e o Uruguai também – desde que a Frente Ampla vencesse as eleições. Salientou-se também que Castro não menosprezava as disputas internas na Igreja Católica, que possuía importantes grupos favoráveis às transformações sociais.

Segundo Alberto Aggio, a “insólita visita” de Castro foi marcada por profundas esperanças entre os setores da esquerda latino-americana, mas também por vários desencontros, que levaram, inclusive, a situações de críticas recíprocas entre o líder cubano e o presidente do Chile. Mesmo que seja exagerado afirmar que a longa permanência de Fidel, durante 24 dias, em território chileno tenha levado ao golpe de 1973, é difícil negar que canalizou muitas críticas por parte da oposição ao governo da Unidade Popular.⁶⁰ Contribuiu, dessa maneira, para a rápida radicalização dos debates, o que se tornou muito evidente nas páginas de *Ercilla*, logo após a partida de Castro em direção a Cuba, nos primeiros dias de dezembro de 1971.

A posição geral de *Ercilla* em face do desenrolar do governo da Unidade Popular, apesar de reivindicar constantemente seu posicionamento de independência e conceder espaço para algumas vozes dos principais grupos políticos do Chile, esteve em sintonia com a de alguns setores do Partido Democrata Cristão, mais hostis à expansão das ideias e práticas revolucionárias, no sentido de construção de uma sociedade socialista. Hernández Parker olhou com desconfiança as disputas que ocorreram entre os estudantes da Universidade do Chile, durante a visita de Castro, e enfatizou que as opiniões de muitos líderes políticos corroboravam a originalidade chilena em propor novas formas de construir um país socialista, inclusive por parte do líder cubano e de representantes soviéticos.⁶¹

Os ânimos se acirraram naquele final de 1971, e *Hachepé* publicou um texto divisor de águas, intitulado *El teléfono ya no contesta*, cujo eixo do argumento consistiu em assinalar

⁵⁹ CASH, Jorge. Presencia de Castro. *Ibidem*, p. 10; DIEZ, Sergio. En el territorio libre de América. *Ibidem*, p. 12; WAISS, Oscar. El verdadero Fidel. *Ibidem*, p. 14. A visita também levou outros redatores e colaboradores a abordar o cenário cultural cubano. Eugenio Araya, por exemplo, assinalou que, comprometida ou não, a literatura cubana possuía grandes valores e não podia ser menosprezada. Cf. ARAYA, Eugenio. La literatura va. *Ibidem*, p. 67-68.

⁶⁰ AGGIO, Alberto. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. *História*, Franca, v. 22, n. 2, p. 151-166, 2003.

⁶¹ Cf. HERNÁNDEZ PARKER, Luis. La batalla de la “U”. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.897, 24 a 30 de nov. 1971, p. 8-10.

que as comunicações entre a UP e o PDC estavam cortadas, bem diferente do cenário de começos de 1971.⁶² A repercussão entre os leitores foi grande, uma vez que canalizava parte das principais inquietações por que passavam os chilenos naquele momento.⁶³

1972 foi um ano de profundas transformações em *Ercilla*, uma vez que o debate, ainda que não direto, entre Waiss, Cash e Diez se encerrou. Newton Carlos enviou suas contribuições de forma mais intermitente, ao passo que Neruda e Juan Ehrmann já não escreviam a partir de começos de 1971. Aliás, a presença de Ehrmann, que abordava constantemente o cinema de combate argentino (*Cine Liberación*) e o “Cinema Novo” brasileiro,⁶⁴ diminuiu rapidamente após a publicação de um texto em que criticou a falta de uma “política cultural” por parte do governo de Frei.

Para o crítico de cinema, não houve uma política clara direcionada à “cultura”, durante o governo de Frei, apesar da aprovação de algumas leis favoráveis ao cinema, às artes plásticas e à propriedade intelectual. As expectativas eram grandes, uma vez que muitos artistas estreitaram relações com a UP. Ehrmann salientou, entretanto, que os caminhos não seriam traçados facilmente, pois deveriam estar em conexão com as demais áreas de atuação governamental. Além disso, pediu que a “ossificação burocrática” dos últimos trinta anos não

⁶² Cf. Idem. El teléfono ya no contesta. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.901, 22 a 28 de dez. 1971, p. 8-9. Um leitor publicou no mesmo número a defesa do governo, ao dizer que “se falava muito de liberdade, e, no entanto, eles esquecem que o povo chileno nunca foi inteiramente livre: o pobre não pode escolher o emprego, mas se contentar com o que é dado, não pode expressar livremente suas ideias políticas [...]. Não há justiça para os pobres [...]”. Em conclusão, pode-se dizer que a sociedade chilena trouxe a liberdade para uma minoria, em detrimento de uma neoescravidão do povo”. Cf. Cartas. Apoyo al Gobierno. *Ibidem*, p. 4.

⁶³ Cf. Cartas. 02 lectores analizan el artículo de LHP, El teléfono ya no contesta (n. 1901). *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.903, 05 a 11 de jan., p. 4. Um dos leitores escreveu: “Que a paciência da DC acabasse era de se esperar. Eu realmente não sei como tolerar tantas humilhações e abusos [...]”. Outra leitora clamou para que os chilenos parassem para pensar que um confronto generalizado levaria o país ao naufrágio.

⁶⁴ Os debates sobre a irrupção da política na produção cinematográfica também não arrefeceram com a entrada dos anos 70, em *Marcha*. Muito antes pelo contrário. *La hora de los hornos* transformou-se no filme mais discutido nas páginas do semanário, e José Wainer assinalou que Solanas e Getino haviam conseguido “consumar a vocação sempre latente do cinema”, isto é, a de se transformar em uma “linguagem-ação”. Wainer traçou um paralelo entre a escrita de Mariátegui, vista como “a ação escrita” e o “cinema crítico” de Solanas e Getino, para propor que as bases do cinema latino-americano deviam se distanciar da “manipulação alienadora que estatui a indústria cultural” e colocar o povo como protagonista, transformando-o em “espectador-participante”. Wainer também entrevistou alguns cineastas brasileiros, como Joaquim Pedro de Andrade e Glauber Rocha, além de Costa-Gavras, que visitou o Uruguai em 1971. Finalmente, foram valorizados os trabalhos e objetivos da *Chile Films*, que contou com a atuação de Patricio Guzmán. Cf. WAINER, José. El deber de todo cineasta. *Marcha*, Montevideo, ano XXXI, n. 1.479, 23 de jan. 1970, p. 27; *Macunaima*, política indirecta. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.520, 20 de nov. 1970, p. 27; Costa-Gavras em Montevideo. “Por ahora cine político”. *Marcha*, Montevideo, ano XXXII, n. 1.538, 02 de abr. 1971, p. 26-27. Glauber Rocha também foi tema de algumas matérias no semanário, em 1972, e de uma entrevista, em 1973, quando visitou o Uruguai por uma semana. Cf. WAINER, José. Glauber Rocha em Montevideo. Cinema Novo, América nova. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.637, 30 de mar. 1973, p. 25-26. Ainda em 1973, Benedetti olhou positivamente o cinema cubano e *Marcha* tratou da estreia de *Estado de sitio*, do cineasta grego, quando avisou que os espectadores latino-americanos dificilmente teriam acesso ao filme. Cf. Entrevista exclusiva por Nardo Zalko. Costa-Gavras y “Estado de sitio”. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.636, 23 de mar. 1973, p. 24.

fosse substituída por outra, e ressaltou que gritar “*Viva la revolución*” em um quadro ou obra teatral não podia constituir por si só a “arte do povo”. Advogou pela qualidade e sustentou que tal defesa não se traduzia em uma “*posición estetizante*”. Enfatizou que o problema era ainda maior, pois se relacionava à necessidade de se fazer escolhas, acima de tudo, a respeito de quais manifestações culturais seriam privilegiadas para promover os setores que estavam mais marginalizados do cenário cultural, em seu sentido de cultivo das atividades artísticas e espirituais. Defendeu que era preciso estimular o seu contato próximo com as artes, não somente como espectadores, mas principalmente com a matéria-prima da produção cultural, vinculada às inquietações e problemas da população.⁶⁵ Assim, os desafios eram árduos, mas o desejo de impulsionar a vida cultural pintava um horizonte promissor, pois, em sua ótica, era “no campo cultural onde primeiro cicatrizaram as feridas eleitorais”, e os artistas davam o exemplo para os políticos de como trabalhar em conjunto para o futuro do Chile.⁶⁶

No entanto, mais significativo do que a saída de Neruda, relacionada à nomeação como embaixador do Chile na França, e de Ehrmann, foi a supressão das páginas intituladas *América Latina*. As notícias dos países latino-americanos passaram a ser veiculadas em conjunto com as outras partes do Globo. Por quê? Difundia-se a ideia de que o temo transportava mensagens revolucionárias? Ou simplesmente foi uma redivisão sem fundamentos políticos?

Sustento que a eliminação dessas páginas, como um conjunto, esteve vinculada à associação da ideia de América Latina às lutas revolucionárias e resistência a ditaduras, ou a reivindicações de transformação profunda, conforme, por exemplo, as mensagens propaladas em *Marcha*, além da enorme repercussão de “As veias abertas da América Latina”, de Eduardo Galeano. Importantes movimentos culturais também contribuíram, em muito, para a propagação de demandas pela emancipação popular em diversos países, como a *Nueva Canción Chilena*⁶⁷ e o *Nuevo Cancionero* na Argentina, somente para citar dois dos mais importantes do Cone Sul.

Além disso, se pensarmos com Patricia Funes, ao analisar os documentos dos Serviços de Inteligência argentinos, pode-se dizer que a simples menção do nome América Latina “em centros de estudo, produções acadêmicas ou políticas, ensaios editoriais, inclusive, e na

⁶⁵ EHRMANN, Juan. Política cultural y UP. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVI, n. 1.845, 29 de out. a 03 de nov. 1970, p. 87.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 87.

⁶⁷ Sobre a *Nueva Canción Chilena*, e sua inserção nos programas de política cultural da Unidade Popular, ao lado do projeto editorial da editora Quimantú e das artes plásticas, particularmente do muralismo, consultar: ALBORNOZ, César. Cultura en la Unidad Popular: porque esta vez no se trata de cambiar un presidente. In: PINTO, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005, p. 147-176.

narrativa ficcional foram objeto de análise, registro e recomendação de proibição por parte dos serviços de inteligência”.⁶⁸

Entretanto, não se pode transpor o argumento acima à ideia de que *Ercilla* tenha deixado de denunciar os problemas do militarismo na América Latina e das torturas. Houve, por outro lado, evidente diminuição em seu enfoque.

7.3 É preciso escolher: da imprecisão de se navegar por águas revoltas

Voltemos ao cenário uruguaio. Com a vitória colorada, em novembro de 1971, a mensagem de *Marcha* foi erguer a cabeça e caminhar em direção ao futuro. As críticas ao novo governo, presidido pelo também colorado Juan María Bordaberry, se acentuaram, como podemos ver nas *charges* a seguir:



Figuras 96 e 97: Caricaturas sobre o governo de Bordaberry (14/07/1972)

Legenda da primeira charge:

- Temos troncomóvel, televisor, liquidificador, aspirador de pó, telefone e muitas outras coisas mais. Ninguém diria que estamos na Idade da Pedra!
- ... se não fosse pela *Ley de Seguridad*...

Legenda da segunda charge:

- Era uma vez, erva-mate, açúcar, farinha, arroz, batatas, carne, café...

⁶⁸ FUNES, Patricia. Ingenieros del alma: los informes sobre canción popular, ensayo y Ciencias Sociales de los Servicios de Inteligencia de la dictadura militar argentina sobre América Latina. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 428, jul.-dez. 2007.



Figura 98: *Charge* de denúncia ao militarismo no Uruguai (16/02/1973)

Legenda: – Agora nós interpretamos a vontade popular...

– Que estranho! Eu não fui consultada!

Em abril de 1973, Eduardo Galeano foi detido no Uruguai, ao viajar para Montevidéu a partir de Buenos Aires, onde começava a dirigir a revista *Crisis* e a preparar, em conjunto com alguns cineastas, filmagens de trechos de “As veias abertas da América Latina”. *Marcha* publicou um manifesto dos intelectuais contra a prisão de seu ex-redator, demandando explicações de seu paradeiro.⁶⁹

A ideia de que “os fornos não estavam para bolos” se fortalecia no Uruguai. Antes mesmo dos problemas enfrentados por Galeano, os números 65 e 66 dos *Cuadernos de Marcha*, de novembro e dezembro de 1972, dedicaram-se a publicar *Martín Fierro*, ao lado de comentários da crítica literária, durante a comemoração do centenário da obra. Os editores esclareceram que resolveram publicar como um dos *Cuadernos*, para tornar mais acessível a aquisição, bem como salientaram que a edição foi cuidadosamente preparada, a partir do cotejamento de várias versões, uma vez que os originais haviam desaparecido.⁷⁰ A obra de José Hernández já era considerada um clássico platino, mas a decisão de ampliar o alcance relacionava-se à leitura de *Martín Fierro* como uma obra contrária à tirania e defensora da união entre os povos da região, como havia ocorrido em diversos momentos. É bom lembrar que, em novembro de 1973, *Marcha* publicou trechos do texto na capa (figura 106, p. 385).

Em face da grave situação interna uruguaia, a vitória peronista na Argentina, depois de 17 anos de proscrição de Perón, foi vista com esperança por *Marcha*, apesar de todas as

⁶⁹ Cf. Por la libertad de Eduardo Galeano. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.638, 06 de abr. 1973, p. 5. Praticamente toda a equipe do semanário assinou o manifesto, ao lado de, entre tantos outros, Onetti, Hugo Achugar, Idea Vilariño, Ida Vitale e Roberto Ares Pons, no Uruguai; Sábato, Arturo Jauretche, David Viñas, Marta Lynch, Noé Jitrik e Rogelio García Lupo, na Argentina.

⁷⁰ Centenario de “Martín Fierro”. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.620, 24 de nov. 1972, p. 11.

críticas publicadas durante o governo peronista de 1946 a 1955. Os tempos haviam mudado e o editorial, escrito por Quijano, intitulado com o refrão do hino argentino, *¡Al gran pueblo argentino, salud!*, enfatizou que o destino da Argentina, vinculado estreitamente ao do Uruguai, mostrava que aquele 25 de maio podia marcar rumos diferentes aos do militarismo.



Figura 99: Capa sobre Perón (25/05/1973)

As esperanças, todavia, não eram ingênuas, pois Quijano sabia que a aliança peronista era bastante plural, mas, diante dos problemas enfrentados pelo Chile, a Argentina podia emergir como um novo exemplo para a América Latina: “festejemos, portanto, a derrota do militarismo; confiemos no povo argentino que conheceu a adversidade e não se curvou, e reconhecamos a vigência histórica do peronismo, e a estatura de seu condutor [...]”.⁷¹

Aquele foi o momento ideal para publicar o 70º número de *Cuadernos de Marcha*, intitulado *El peronismo (1943-1955)*, em comemoração aos seis anos da revista mensal, a partir do primeiro número sobre Rodó. O número 71 foi dedicado ao período de proscrição peronista (1955-1973). Os principais autores dos dois números foram Ismael Viñas, Gregorio Selser, Milcíades Peña e Juan José Hernández Arregui.

As páginas dos números seguintes de *Marcha* foram recheadas com reportagens sobre aspectos políticos e culturais argentinos, sobre o *Cine Liberación*, além de uma revisão sobre a obra de Córtazar, particularmente sobre *Libro de Manuel*. José Wainer entrevistou Fernando E. Solanas e anotou que o cinema tinha cultivado, como nenhum outro “setor cultural”, o terreno para as transformações na Argentina, com ênfase sobre *La hora de los hornos*.⁷²

⁷¹ “¡Al gran pueblo argentino, salud!” *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.644, 25 de mai. 1973, p. 7.

⁷² Reportaje a José Wainer. El cine-liberación [sic] de Fernando Solanas. *Ibidem*, p. 20-22.

Paralelamente, Ruffinelli sublinhou que a obra de Cortázar, publicada por *Sudamericana* três dias após as eleições argentinas, amalgamava a principal mensagem do escritor:

a revolução, apesar das muitas posições contrárias, não é a destruição da literatura, nem sua sujeição, mas o modelo mais incontestável de sua liberação como forma de arte para expressar, cada vez com menos tabus, a natureza conflituosa do homem em cada uma de suas instâncias históricas.⁷³

Além disso, alguns intelectuais, como Augusto Roa Bastos – que vivia em Buenos Aires –, deram as boas-vindas ao retorno da venda de *Marcha* legalmente na Argentina. Na semana anterior, foi publicada a seguinte *charge* de Pancho, que representou graficamente o discurso escrito no semanário:



Figura 100: *Charge* sobre a vitória peronista na Argentina (01/06/1973)

Legenda: – O mais maravilhoso da minha visita a Buenos Aires foi tomar contato com o único protagonista da hora; o único com sentido profético; o único soberano; o que ha de guiar meus passos; o...

– **Povo!**

– Não, Lanusse.

⁷³ RUFFINELLI, Jorge. Cortázar: la novela ingresa en la historia. *Ibidem*, p. 31. Cortázar enviou uma carta a Ruffinelli, elogiando sua abordagem do livro, ao não separar “a dupla razão história-arte” que, segundo Cortázar, o levou a escrever a obra. Aproveitou para salientar que “o humor, o absurdo, os elementos oníricos, eróticos e lúdicos do relato são tão válidos como a mensagem, [...] que somente pode chegar enquanto tal [...] se emana da atmosfera total do romance”. Cf. De Julio Cortázar. *Marcha*, Montevideo, ano XXXIV, n. 1.647, 15 de jun. 1973, p. 29. Segundo Adriane Vidal Costa, o livro foi publicado em um momento em que Cortázar estava decepcionado com Cuba e as esquerdas latino-americanas. O escritor argentino previu as críticas que receberia tanto pela direita quanto pela esquerda, mas afirmou que somente estas últimas lhe causavam pesar. Ainda, para a historiadora, a obra pode ser vista como “militante e de denúncia social, mas sem a fórmula tradicional e dogmática do realismo socialista. No romance, é evidente a convergência entre o político e o literário por meio de uma escrita original, inventiva e sensível. Esse tipo de convergência, segundo o autor, não foi tarefa fácil, pois exigia um equilíbrio”. Cf. COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa* (1958-2005), p. 242-244.



Figura 101: Capa de *Marcha* do dia anterior ao golpe no Uruguai (22/06/1973)

As expectativas do número publicado no dia anterior ao golpe, com a construção de uma “nova Argentina” e de uma “nova América” transformaram-se rapidamente em desilusão, a propósito do cenário uruguaio. Logo após o golpe, *Marcha* publicou uma capa com a manchete irônica *No es dictadura*, e foi impedida de circular até o final de julho.⁷⁴

Quando voltou às bancas, reforçou suas denúncias de que o Uruguai se convertia outra vez na Cisplatina, ao mesmo tempo em que se intensificou a retomada de trechos dos discursos de Artigas, bem como dos constituintes de 1830. Sugestivamente, o número 72 dos *Cuadernos* enfocou os inícios da luta contra a ditadura de Batista em Cuba, que coincidentemente completava 20 anos, em 1973. O título foi *A 20 años del Moncada*.

Também houve censura entre o final de agosto e começos de outubro. A primeira capa após quase 45 dias sem circular, foi sobre o golpe no Chile:

⁷⁴ Para uma introdução sobre a censura realizada contra *Marcha*, consultar: RUFFINELLI, Jorge. La censura contra *Marcha*: un caso ejemplar. In: MACHÍN, Horacio; MORANA, Mabel (Eds.) *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana / Universidad de Pittsburgh, 2003, p. 349-376.



Figuras 102 e 103: Capas de *Marcha* (24/08/1973; 11/10/1973)

Transcrição do texto da segunda capa: – La palabra “no” firmemente opuesta a la fuerza, posee una potencia misteriosa que viene del fondo de los siglos... Todas las más altas figuras espirituales de la Humanidad dijeron “no” a César... Prometeo reina sobre la tragedia y sobre nuestra memoria por haber dicho “no” a los dioses. El esclavo dice siempre “sí”. (Andrés Malraux)

Marcha condenou com veemência o golpe no Chile e criticou a nota de “pesar” do Partido Democrata Cristão a respeito do desfecho dos acontecimentos. Uma vez mais, Neruda voltou às páginas de vários números do semanário, sob a pena de críticos uruguaios e de amigos escritores, como Cortázar. Como era de esperar, os *Cuadernos de Marcha* dedicaram dois números consecutivos a Allende e ao Chile.



Figura 104: *Charges de Pancho* (09/11/1973)

A partir daquele momento, o semanário voltou a fazer campanha para angariar fundos, em evidente paralelo com os problemas enfrentados por *Acción*, durante os anos 30, além de realizar festivais de teatro, com leituras de poemas de Neruda, encenação de diversas peças e musicais, que contou com a participação de importantes músicos uruguaios e argentinos, como é possível observar na terceira *charge* da figura 104.



Figura 105: *Charge* sobre os direitos(as) humanos (07/12/1973)



Figuras 106 e 107: Capas de *Marcha*, com citação de *Martín Fierro* e Brecht (16/11/73; 28/12/73)

As imagens continuaram a dialogar com os textos escritos nos poucos números que circularam em 1974, quando *Marcha* foi vítima de frequentes censuras:

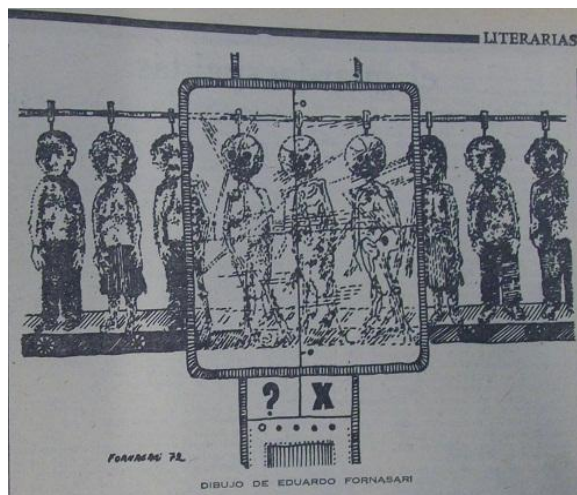


Figura 108: Capa de *Marcha* (08/02/1974)

Os concursos de contos e ensaios continuaram a ser realizados, e o conto vencedor em 1973 foi publicado no único número de fevereiro de 1974, mas sua repercussão fez com que *Marcha* fosse proibida de circular por três meses e meio, além da prisão do autor Nelson Marra, por quatro anos; e de Onetti, Hugo Alfaro, Mercedes Rein e Quijano, por alguns dias. Com o título *El guardaespaldas*, o conto foi considerado violento e pornográfico, pela censura governamental, conforme relatou Quijano, em maio daquele ano.⁷⁵

Marcha reapareceu no dia 24 de maio de 1974, com 32 páginas (n. 1.673), mas foi fechada novamente após o número de 31 de maio, que defendeu a união entre os povos do Uruguai, da Argentina, do Brasil e demais países latino-americanos, ao reafirmar a ideia de união entre a *patria chica* e a *patria grande*. Somente voltou às bancas por três semanas, entre 08 e 22 de novembro (do n. 1.674 ao n. 1.676), sem as habituais caricaturas, requisições aos leitores e com poucos chamados de luta. O último número que circulou (figura 110) foi a gota d'água para o empastelamento de *Marcha*, ao estampar que o povo brasileiro condenava a ditadura, falar em protagonismo da vontade do sujeito, publicar nas páginas centrais uma matéria intitulada *Italia, volcán en actividad*, e na última página, um texto sobre Eva Perón.

⁷⁵ QUIJANO, Carlos. 3 meses y medio después *Marcha*, Montevideo, ano XXXV, n. 1.672, 24 de mai. 1974, p. 4-5. Segundo Quijano, o concurso recebeu 352 participantes e *El guardaespaldas* saiu vencedor, mesmo com algumas ressalvas de Onetti, por conter “passagens desagradáveis de violência sexual e inúteis desde o ponto de vista literário”.



Figuras 109 e 110: Imagem que ilustrou o conto *El Guardaespaldas* (08/02/1974); e Capa de *Marcha* (22/11/1974)

Ercilla não passou por contratempos similares aos de *Marcha*, mas participou ativamente do processo de crescimento da tensão no Chile. É bom ter presente as mudanças no semanário com a entrada de 1972, em que o espaço para a discussão de opiniões divergentes diminuiu rapidamente, ao mesmo tempo em que o alinhamento com alguns setores da Democracia Cristã ficou muito evidente. A ênfase consistiu, a partir de então, em abordar as dissensões internas da Unidade Popular e a presumida incapacidade de manter o trem nos trilhos.

Somente para citar um exemplo, Hernán Millas, de forma bastante irônica, criticou Allende por este ter advertido que o Chile passava por uma situação similar a 1891, quando o país enfrentou uma guerra civil, que colocou em oposição, particularmente o presidente Balmaceda e o Parlamento, cujo desfecho foi o suicídio de Balmaceda. Ainda que Millas tivesse pedido prudência na comparação, a forma como apresentou o texto tinha como objetivo ridicularizar os debates que se difundiam pelo país, sobretudo em relação às opiniões divulgadas pelos representantes da Unidade Popular.⁷⁶

Ainda em 1972, o semanário começou a publicar algumas *charges* políticas, o que não era comum anteriormente. Na maior parte das vezes, dialogaram com os textos de Millas, na coluna *semi-serio*. Reproduzo abaixo algumas das *charges* publicadas, em 1972 e 1973, que supunham a inexistência ou impossibilidade de haver diálogo no Chile, além do acirramento das rivalidades:

⁷⁶ MILLAS, Hernán. Semi-serio. Los mismos días del 91. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.913, 15 a 21 de mar. 1972, p. 13.

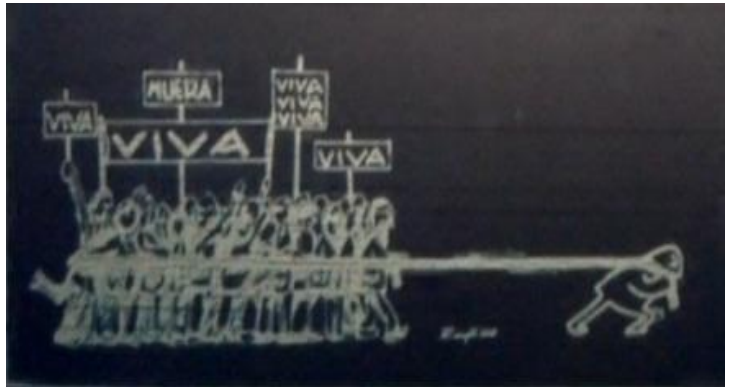


Figura 111, 112, 113 e 114: *Charges* sobre o Chile da Unidade Popular, em *Ercilla* (26/04/1972; 19/07/1972; 27/12/1972; 31/01/1973)

Vale ainda ressaltar que as mensagens transmitidas pelas caricaturas reforçavam os títulos e os conteúdos das matérias sobre a política chilena, recheados de palavras que remetiam à violência, às contradições e ao “sectarismo”. Evidentemente que havia disputas internas na Unidade Popular, a governabilidade entrou em uma fase crítica, especialmente a partir de meados de 1972, e houve deterioração das condições de vida das camadas médias, como salientou Tomás Moulian.⁷⁷ Entretanto, *Ercilla* não ressaltou que a “violência material” foi estimulada, em grande medida, pela “ultradireita” e pelos militares, segundo o sociólogo chileno, com o assassinato do general Schneider e a atuação do movimento *Patria y Libertad*.⁷⁸ Além disso, os redatores do semanário não sublinharam que parte dos problemas

⁷⁷ MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM, 2006, p. 244-259.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 270, nota 513.

enfrentados pela população, no que tocava à falta de bens de consumo básicos, estava relacionada às greves dos produtores e distribuidores desses itens.

A hipótese de Moulian, de que houve desencontros fundamentais entre o projeto da Unidade Popular e os interesses das camadas médias, pode ajudar a pensar o papel de *Ercilla* para a difusão da ideia de “ameaça de uma possível destruição do Estado de compromisso”. Além disso, é possível sustentar que o semanário contribuiu para a construção de um discurso de perda da legitimidade do governo de Allende, ainda que este trilhasse os caminhos da legalidade. Não se pode menosprezar que *Ercilla* estimulou, ainda que com os matizes de Luis Hernández Parker, a “paixão e a odiosidade”, como fizeram muitos setores nucleados pela direita, capitaneada pelo Partido Nacional.⁷⁹

A tônica sobre o aumento da tensão, a respeito da necessidade de setores do governo rever certa aproximação com o MIR e acerca das dificuldades em dialogar com as demais bases governistas, não diminuiu. Bastante significativo foi a publicação de muitos textos sobre Solzhenitsyn, além das críticas de Jean-François Revel sobre a dissidência cultural nos regimes totalitários.⁸⁰ *Ercilla* passou a associar a política cultural da Unidade Popular ao totalitarismo? Não completamente, mas enfatizou, e muito, as denúncias do escritor russo, antes mesmo da publicação de *Arquipélago Goulag* (1974), por Solzhenitsyn.

Em relação à política, tampouco é possível afirmar que o semanário chileno chegou a classificar o governo da UP de totalitário, mas amplificou as críticas à guerrilha que chamou de “ultras”, silenciando a respeito do outro lado da moeda, isto é, a mobilização constante da oposição a Allende.

Como *Ercilla* tratou da escassez de produtos básicos de consumo? Em maio de 1972, iniciaram as publicações sobre a diminuição da oferta de, acima de tudo, alimentos, roupas, medicamentos e combustíveis. Em agosto daquele ano, Hernández Parker falou que os países latino-americanos viviam problemas em conjunto, e que não havia mais nenhum modelo considerado inspirador, ao sustentar que todos invariavelmente viviam entre a “muralha gorilista, a outra nasserista [e] uma ditadura vermelha”. Criticou o Brasil por conceder “amplas vantagens ao capital privado, aos investimentos estrangeiros e absoluto congelamento dos salários”. Assim, a receita brasileira não servia para o Chile, pois argumentou que, a partir de Recabarren, havia se formado um proletariado de envergadura. Mas havia um problema, para *Hachepé*, que se vinculava ao fato dos discursos de Allende estimularem os antigos proletários a inverter as posições nas relações de trabalho do Chile. No

⁷⁹ *Ibidem*, p. 259-260.

⁸⁰ Cf. La cultura totalitaria. *Ercilla*, Santiago, ano XXXVIII, n. 1.922, 17 a 23 de mai. 1972, p. 34.

final do texto, afirmou que, mais do que um problema político, o pano de fundo da “crise chilena” radicava em problemas econômicos.⁸¹

Não chegou a apontar o governo como o único responsável pelo problema, e sustentou que tinha boas intenções, posição não compartilhada por Millas ou Fillippi. Entretanto, não repreendeu os boicotes coordenados pelos setores de produção e distribuição de bens de consumo do Chile, o que contribuiu, em muito, para a desestabilização do governo.



Figuras 115 e 116: Capa e foto sobre os problemas de abastecimento no Chile (30/08/1972)

Millas foi muito mais virulento do que Hernández Parker ao falar em “lado oculto” e “segredos” do Partido Socialista, assim como Érica Vexler havia feito em relação ao MIR, até finais de 1970. Por outro lado, o medo de um golpe militar agitou as páginas de Hernández Parker, em novembro de 1972, quando realizou uma entrevista com o general Carlos Prats, para tentar mostrar que ainda era possível falar em “pacificação”.⁸²

Assim, durante o mês de novembro e começos de dezembro, HP afirmou que o Chile vivia um momento de trégua, também devido à viagem de Allende ao México, à sede da ONU, em Nova Iorque, a Moscou e a Havana. Ao contrário de Millas, que frequentemente carregou nas tintas, HP assinalou que o final daquele difícil ano mostrava que o dilema era se o governo devia tirar o pé do acelerador e aguardar as eleições parlamentares de março, para aferir a opinião da população de forma mais efetiva, ou, sob o risco de fundir o motor, avançar com a implementação do programa de governo, que em apenas dois anos já havia atingido quase dois terços das propostas.⁸³

⁸¹ HERNÁNDEZ PARKER, Luis. Época de contradicciones. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIX, n. 1.934, 09 a 15 de ago. 1972, p. 7-8.

⁸² Idem. Prats: “Chile rechaza un golpe”. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIX, n. 1.946, 01º a 07 de nov. 1972, p. 8; Idem. El pensamiento militar. *Ibidem*, p. 7-10.

⁸³ Idem. Tregua hasta marzo. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIX, n. 1.949, 22 a 28 de nov. 1972, p. 7-8.

Os ventos de trégua eram esperados, porém, segundo os redatores de *Ercilla*, duraram menos de duas semanas, e a mensagem principal do primeiro número de 1973 foi de que estruturalmente a crise chilena não passaria rapidamente. Apesar de todos os problemas, segundo Hernández Parker, politicamente haveria somente uma ligeira vitória da oposição nas eleições legislativas de março, pois a Unidade Popular havia recebido 44% dos votos.⁸⁴ Além disso, insistiu-se conforme Filippi, Millas e Abraham Santibáñez, que o problema do abastecimento mostrava a “bancarrotta moral” do governo de Allende.

Sem espaço para sintetizar todos os temas e “interpretações” semanais, não é arriscado afirmar que *Ercilla* difundiu as principais posições de parte importante dos democrata-cristãos sobre o governo de Allende e, a partir de finais de 1972, mas particularmente nos dois primeiros meses de 1973, assinalou que os militares ganhavam cada vez mais visibilidade e importância no processo político chileno. Até mesmo porque o próprio governo havia chamado os militares para tentar resolver parte dos problemas de distribuição de bens de consumo.

Uma das posições mais ofensivas foi a de Filippi, que inclusive traçou paralelos entre a política econômica do governo da UP e a de Stalin, ao argumentar que a responsabilidade pelos problemas de produção e abastecimento era quase exclusiva de uma política econômica vista como equivocada.⁸⁵ Além disso, já em fevereiro de 1973, isto é, três anos e meio antes das eleições presidenciais, previstas para acontecer em 1976, Filippi começou a falar sobre o futuro pós-Allende.

Somente para citar um caso, as posições muito claras a favor da Democracia Cristã e contrárias à Unidade Popular foram denunciadas por uma leitora chilena que vivia na Bélgica, a partir dos começos de 1972, e que afirmou preferir os textos de HP sobre a política chilena aos demais, particularmente àqueles que, segundo a leitora, tratavam de forma irônica a falta de alimentos, vestimentas e outros produtos de necessidades primárias no país. Asseverou, portanto, que era de mal tom, particularmente para um “cristão”, atuar dessa forma, mesmo que o objetivo fosse “ridicularizar” o governo.⁸⁶ Evidentemente, as críticas estavam endereçadas à coluna *semi-serio* de Millas, entre outros autores do semanário, como Filippi.

Ercilla tentou manter a imagem da imparcialidade, ao publicar a carta que criticou claramente os textos de seus principais redatores e colaboradores, à exceção de HP, e sua

⁸⁴ Idem. La permanente crisis chilena. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIX, n. 1.955, 03 a 09 de jan. 1973, p. 7-9.

⁸⁵ FILIPPI, Emilio. Opiniones. Las culpas no son ajenas. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIX, n. 1.959, 31 de jan. a 06 de fev. 1973, p. 10-11.

⁸⁶ Cf. Cartas. Admiradora de HP. *Ercilla*, Santiago, ano XXXIX, n. 1.962, 28 de fev. a 06 de mar. 1973, p. 5.

recepção sinalizou que muitos leitores podiam estar incomodados com o tratamento destinado aos problemas por que passava o Chile.

Ercilla noticiou o golpe no Uruguai, sem condená-lo. Somente buscou mostrar que havia resistência e censura de alguns grupos, mas sustentou que a maior parte da população não se envolvera tanto no processo. Traçou um paralelo com 1933, sobretudo porque novamente havia ocorrido um “autogolpe” pelo presidente colorado, mas ressaltou que havia profundas diferenças entre os contextos de 1933 e 1973.⁸⁷



Figura 117: Capas de *Ercilla* (18/07/1973)

As denúncias de que o governo chileno e os “ultras” – leia-se esquerdistas do MIR – supostamente tomavam a iniciativa para promover uma guerra civil aumentavam rapidamente. Nas páginas internas, *Ercilla* perdeu cada vez mais suas características anteriores, como, especialmente, a de promover um debate entre posições políticas diferentes, e passou a acusar o governo de Allende de ser o único responsável pelos problemas chilenos.

Na semana anterior ao golpe de 11 de setembro, Hernández Parker problematizou se ainda era possível haver diálogo entre a Unidade Popular, a Democracia Cristã e o Partido Nacional, ao afirmar que o governo se mantinha firme em “avançar sem negociar”. Para HP, o problema relacionava-se ao fato de Allende arriscar tudo de uma vez, e de falar que qualquer

⁸⁷ Uruguay. El autogolpe de Bordaberry. *Ercilla*, Santiago, ano XL, n. 1.981, 04 a 10 de jul. 1973, p. 51-52.

processo revolucionário levaria a confrontos, sem lembrar que havia sido eleito por uma relativa maioria e com a ratificação da Democracia Cristã. Finalmente, argumentou que, mesmo não vendo possibilidades de diálogo entre os opositores, caso ocorresse, seria “então tempo oportuno para conversar?”⁸⁸

Não havia mais quem tentasse defender a Unidade Popular em *Ercilla*, e o golpe foi visto como positivo. Ainda que *Ercilla* não tenha circulado no dia 12 de setembro de 1973, como previsto, mas somente duas semanas depois, pois a Editora Quimantú ficou suspensa de trabalhar logo após o golpe, argumentou que o país, como por “mágica”, havia ingressado em uma “assombrosa tranquilidade”, já no dia 12 de setembro de 1973.⁸⁹

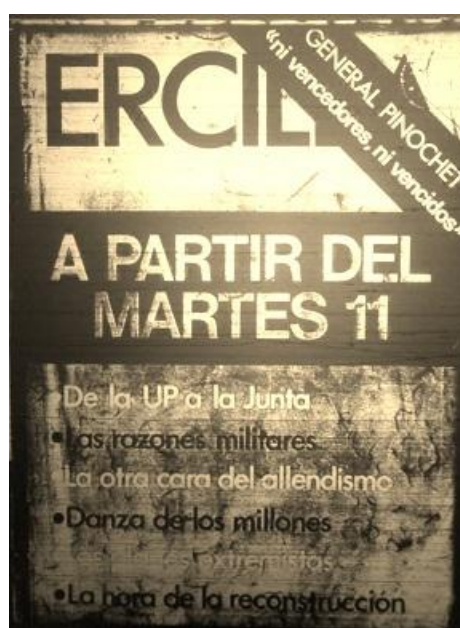


Figura 118: 1ª Capa de *Ercilla* após o golpe (26/09/1973)

Vale ressaltar que *Ercilla* enfatizou, durante o governo Allende, o medo de se perder a liberdade e o presumido domínio da Unidade Popular sobre os meios de comunicação, mas não há evidências de que foi censurada ou deixou de ser publicada pelas gráficas estatais, como ocorreu com vários órgãos da imprensa já nos primeiros meses do governo da Junta Militar.

O último número de 1973 elegeu o “levante militar” como o personagem do ano.⁹⁰ Embora Hernán Millas tenha sustentado que a escolha recaísse não em razão do apoio aos

⁸⁸ HERNÁNDEZ PARKER, Luis ¿Retorno al diálogo? *Ercilla*, Santiago, ano XL, n. 1.990, 05 a 11 de set. 1973, p. 8-9.

⁸⁹ La asombrosa tranquilidad. *Ercilla*, Santiago, ano XL, n. 1.991, 26 de set. a 02 de out. 1973, p. 29-35.

⁹⁰ MILLAS, Hernán. Personaje del año. El pronunciamiento militar. *Ercilla*, Santiago, ano XL, n. 2.004, 26 de dez. a 02 de jan. 1973, p. 7-9.

militares, mas sobre o golpe que mudou os rumos do Chile, as manifestações favoráveis aos novos governantes foram bastante evidentes, a partir da primeira edição após o golpe até começos de 1975. A justificativa de *Ercilla* para a ação dos militares foi muito clara, quando Millas sustentou que havia a intenção do governo da UP de realizar um “autogolpe”, com o assassinato de militares, dirigentes políticos e jornalistas opositores, por meio do chamado *Plan Zeta*, que nunca existiu. Para Millas, aquele plano havia catalisado os acontecimentos.

Segundo o historiador chileno Jorge Magasich, que se exilou na Bélgica, o diário *El Mercurio* difundiu a existência do *Plan Zeta*, uma semana após o golpe, com o objetivo de justificá-lo, o que também foi feito por Millas, Filippi, Santibáñez e Luis Álvarez, todos integrantes de *Ercilla*. Aliás, Millas e Filippi publicaram, em co-autoria, duas obras, com tiragens de 50 mil exemplares, cada uma, no final de 1973 e em 1974, em que reforçaram as críticas à Unidade Popular e deram por certa a existência do *Plan Zeta*.⁹¹ Somente em 1999, Millas e Santibáñez reconheceram o “equivoco”, segundo Magasich.⁹²

Paula Mobarec Hasbún e Dominique Spiniak Bercovich argumentaram que somente ocorreu uma inflexão mais profunda em *Ercilla* quando a revista foi vendida para um grupo de apoio ao governo ditatorial, em 1976, levando à desvinculação de vários de seus integrantes, como Filippi, para fundar uma nova etapa da revista *Hoy* – que havia sido publicada inicialmente durante os anos 30 e 40, sob direção de Ismael Edwards Matte – contrária à ditadura.⁹³

Contudo, é preciso discordar da interpretação das autoras, pois, além do que foi exposto nos parágrafos acima, durante 1974 houve a publicação de vários textos acusando a Unidade Popular de “sectarismo”, “maniqueísmo”, “afã persecutório”, e que justificaram os atos da Junta Militar. Somente para citar quatro exemplos, em janeiro daquele ano, as tradicionais páginas sobre a política chilena afirmaram, sem assinatura do autor, que a Junta não havia “chegado ao governo para favorecer alguns privilegiados, ou para perseguir as pessoas por suas ideias”, mas que cumprira “um dever ao castigar aqueles que cometeram delitos contra o país ou atuaram de maneira a expor toda a população aos estragos da guerra civil”.⁹⁴ No primeiro número de janeiro de 1974, Geisel foi visto como um homem “cordial,

⁹¹ MILLAS, Hernán; FILIPPI, Emilio. *Anatomía de un fracaso*. Santiago: Zig-Zag, 1973; Idem. *Chile 70-73: Crónica de una experiencia*. Santiago: Zig-Zag, 1974.

⁹² MAGASICH, Jorge. “Salvador Allende preparaba un auto-golpe de Estado sangriento”. El plan Z que horrorizó a Chile. *Le monde diplomatique en español*. Santiago, jan. 2010, p. 22.

⁹³ MOBAREC HASBÚN, Paula; SPINIAK BERCOVICH, Dominique. *Revista Hoy. 1.108 ediciones con historia*. Santiago: Ediciones Copygraph, 2001, p. 23-42.

⁹⁴ Los peligros de Maniqueo. *Ercilla*, Santiago, ano XL, n. 2.005, 02 a 08 de jan. 1974, p. 7-9.

sóbrio e conciso”, e a matéria ainda trouxe fotos que procuraram retratar o “grande destino” do Brasil e a “abundância de energia”, além de destacar a “ordem e estabilidade” no país.⁹⁵



Figuras 119 e 120: Capas de *Ercilla* sobre Pinochet e o novo eixo latino-americano (13/03/1974 e 20/03/1974)

Pinochet, entre outros representantes dos militares golpistas, obteve um espaço de certo destaque em *Ercilla*, e chegou inclusive a conceder uma entrevista para o semanário em 13 de março de 1974 (Figura 118, p. 393).

Emilio Filippi ainda assinalou que havia “razões explicáveis” para as limitações impostas aos meios de comunicação, após 11 de setembro de 1973. Contudo, os tempos de censura permanente, segundo ele, já haviam passado, pois o governo militar começava, em novembro de 1974, a “consolidar a liberdade de informação no Chile”, passo considerado como imprescindível para “o reestabelecimento da convivência e reconciliação dos chilenos”. No final do texto, havia uma nota explicativa da revista, em que, uma vez mais, divulgou que estimava “indispensável reiterar que continuará com sua inalterável linha de objetividade, serenidade e respeito, pensando sempre que sua suprema missão é dizer a verdade e servir o Chile”.⁹⁶

Segundo Ricardo Yocelvezky, a Democracia Cristã participou do bloco de apoio inicial aos militares de forma subordinada e nutriu anseios, não correspondidos, de que a pretensa neutralidade política das Forças Armadas pudesse restaurar, com limites, o sistema político anterior ao governo da Unidade Popular e do golpe de 1973. Mesmo após haver perseguições, assassinatos e muitas violações aos direitos humanos, que distanciavam, em

⁹⁵ ZAPATA, Julio. Brasil. Energía a chorros en Ilha Solteira. *Ibidem*, p. 57-58.

⁹⁶ FILIPPI, Emilio. Pasos positivos. *Ercilla*, Santiago, ano XL, n. 2.050, 13 a 19 de nov. 1974, p. 3.

muito, os projetos dos militares e do PDC, o discurso de crítica a Allende para justificar o golpe perdurou. Somente a partir de 1975 e 1976, com o acréscimo das investidas contra os partidários democrata-cristãos, as denúncias contra os militares ficaram mais evidentes, particularmente após a classificação da Junta como uma ditadura de direita, com o objetivo de se perpetuar no poder. Assim, para o cientista político chileno, as relações entre o PDC e a ditadura, foram, até 1977, ambíguas e seletivas. Entretanto, “pouco a pouco, os ‘inimigos’ na retórica oficial do governo militar deixaram de ser os ‘marxistas’ para ser os ‘políticos’ em geral”. Em 1977, houve a publicação de um decreto que colocou todos os partidos políticos “em recesso”, afetando diretamente os últimos partidários do PDC que não haviam fortalecido as fileiras da oposição.⁹⁷

Os caminhos percorridos por *Ercilla* não foram muito diferentes do itinerário traçado por Yocelevsky, com a diferença de que, com as ofensivas da ditadura, a revista passou para as mãos de aliados do regime. Não sobrou outra alternativa que a saída de *Ercilla*, tanto para Filippi como para outros importantes integrantes do semanário.

Em tempos difíceis, era preciso escolher. Se, por um lado, *Marcha* trilhou o caminho das pedras, ao condenar vigorosamente o golpe no Uruguai, realizado pelo presidente Bordaberry, com o apoio dos militares; de outro, *Ercilla* preferiu tomar outros rumos, ao apoiar o golpe militar no Chile para dismantelar o governo presidido por Allende.

Não é razoável justificar as escolhas em termos estruturais ou de conjuntura. Mesmo após a instauração das ditaduras no Chile e no Uruguai, existiam alternativas para se posicionar. *Marcha* pagou caro pelas críticas e denúncias, sofrendo uma perseguição implacável dos ditadores. *Ercilla* enfrentou alguns problemas inicialmente, como a maior parte dos órgãos da imprensa chilena, mas o apoio ao golpe lhe rendeu certa autonomia, e uma sobrevida mais longa.

Por quanto tempo durou a convivência “pacífica” do semanário chileno com o governo ditatorial, quando ocorria o rápido crescimento da repressão e perseguição aos personagens vinculados ao período anterior a 1973? O caso de *Ercilla*, com estreitas relações à Democracia Cristã, mostrou que não muito. Contudo, como salientou ironicamente algumas vezes o próprio Hernán Millas, ao justificar o golpe no Chile, dificilmente se podia deter o avanço da história. Assim, *Ercilla* também sofreu profundas intervenções por parte do governo militar e seus principais integrantes acabaram por deixar o semanário, em 1976, para (re)fundar a revista *Hoy*, que adotou uma postura opositora.

⁹⁷ YOCELEVSKY, Ricardo. La Democracia Cristiana y la dictadura de Pinochet. In: *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura 1970-1990*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 171-224.

Considerações finais

Acompanhar a trajetória de *Marcha e Ercilla* ao longo de 43 anos pode ser uma tarefa rica em possibilidades, mas também em perigos. Um dos principais dilemas consiste em construir uma conclusão que consiga incluir centenas de vozes e milhares de páginas em alguns parágrafos. Assim, um caminho fértil pode se relacionar à proposta de concluir para o diálogo, para o debate, recheado de convergências, mas também de inúmeras tensões.

Conclusão, assim, para a heterogeneidade, pois não é adequado desestimar o fato de que os dois empreendimentos editoriais e jornalísticos, tomados em conjunto, demonstram que sua característica fundamental foi a pluralidade, ainda que, em alguns momentos, como a revista *Ercilla* de 1972 em diante, tenham assumido posições mais fechadas e panfletárias.

Uma das hipóteses iniciais da pesquisa consistia em demonstrar que *Marcha e Ercilla* atuaram de forma ativa para a construção e difusão de culturas políticas democráticas, no Uruguai e no Chile. Contudo, alguns problemas teóricos limitaram o desenvolvimento do argumento, que precisa ser visto com algumas ressalvas.

Contudo, há muitas dificuldades para se definir os elementos constitutivos de “uma” cultura política democrática. Se existem bons trabalhos que permitam ao historiador transitar por territórios bem mapeados a respeito da cultura política republicana, comunista, socialista, liberal, conservadora, trabalhista, peronista, batllista, entre tantas outras, a delimitação de uma cultura política democrática mostra-se bem mais trabalhosa, pois muitas vezes possui características, símbolos, valores, projetos e visões de mundo compartilhados, de maneiras distintas, com as culturas políticas anteriores.

Obviamente que há muitos pontos de contato entre diferentes culturas políticas, mas é delicado, particularmente no Chile e no Uruguai, falar em uma cultura política democrática ancorada na ênfase sobre a busca pela resolução dos problemas por meio do debate público; no estímulo à participação política ativa dos cidadãos – para além das eleições; na possibilidade dos cidadãos expressarem importantes críticas sobre os governos – ainda que com alguns limites – e no predomínio das concepções reformistas ou “revolucionárias”, mas de forma gradativa.

Ercilla e Marcha sublinharam, na maior parte de suas trajetórias, que os caminhos políticos dos dois países sul-americanos podiam ser construídos de forma democrática, institucional e reformista. Nessa direção, suas propostas, apesar das críticas e discordâncias, dialogaram com os projetos da Frente Popular, da Democracia Cristã e de alguns setores importantes da Unidade Popular, no Chile; ou do batllismo, do Partido Nacional, da ANDS,

do Partido Socialista e da Frente Ampla, no Uruguai. Além disso, concederam, em diversos momentos, espaço para a opinião política dos comunistas dos dois países.

Nas páginas do semanário chileno, principalmente até 1971, houve espaço para a discussão dos mais importantes temas acerca da vida política e cultural do Chile, com destacada heterogeneidade de posições, mas com menos espaço para os grupos conservadores. Em *Marcha*, o tom sobre estes grupos foi mais crítico e tiveram poucas oportunidades de se expressar por meio de suas páginas.

Marcha difundiu muitos símbolos e mensagens vinculados ao ideário republicano e socialista, que procuraram reforçar o objetivo inicial dos fundadores da ANDS, em 1928: a construção da democracia social e da soberania popular. Entretanto, pode-se dizer que houve alguns desencontros com aqueles que declarou representar: o povo. Entretanto, se deparou com o problema de como definir o que era o povo sem escorregar em concepções homogeneizantes e polêmicas, pois nem sempre os intelectuais foram vistos como oriundos dos setores populares.

Mesmo assim, pode-se dizer, inclusive com algumas críticas por parte dos leitores, que havia certa dificuldade em dialogar com aspectos culturais dos uruguaios. Retomo, portanto, a conclusão da primeira parte, em que concordo com algumas das críticas de Gustavo Remedi e Pablo Rocca a respeito de certo desencontro entre o discurso emancipador de *Marcha* e as culturas populares.¹

Ercilla, por outro lado, não utilizou muitas imagens para difundir valores ou visões de mundo vinculadas à construção de uma cultura política democrática. Tratou das regras do jogo político, estimou algumas vezes os resultados imprevisíveis das eleições presidenciais e, apesar de declarar a objetividade em face dos acontecimentos, não escondeu os desejos de exercer atividades de “docência pública” no Chile.

Além disso, sua divisão em seções foi mais ampla, pois não renunciou à abordagem de atividades desportivas e de entretenimento em suas páginas. E, ao contrário de *Marcha*, quase não publicou caricaturas e *charges*, pois privilegiou a utilização de fotografias, certamente para referendar seu polêmico discurso sobre a objetividade.

Os dois semanários, sem dúvida, foram importantes para aproximar os olhares do público leitor chileno e uruguaio em relação aos vizinhos latino-americanos. Provavelmente,

¹ REMEDI, Gustavo A. *Blues de un desencuentro: Marcha y la cultura popular*. In: MACHIN, Horacio; MORAÑA, Mabel (eds.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana / Universidad de Pittsburgh, 2003, p. 451-480; ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: Dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006, p. 124, nota 146.

em nenhum outro momento da história do Uruguai e do Chile, dois órgãos da imprensa, dirigidos para um público não especializado, tenham dedicado tanto espaço para a discussão ampla, constante e heterogênea sobre os principais problemas político-culturais da América Latina, isoladamente ou em conjunto. Além disso, não é arriscado afirmar que canalizaram os debates sobre as identidades latino-americanas, oscilando entre utopias e distopias.

Provavelmente os intelectuais uruguaios, e os chilenos – em menor medida, mas ainda de forma significativa –, buscaram tecer tantas relações com seus congêneres latino-americanos, com o objetivo de ser ouvidos. Não se pode negar que o Chile e o Uruguai se transformaram em dois centros tão ativos para a formação de redes intelectuais na América Latina.

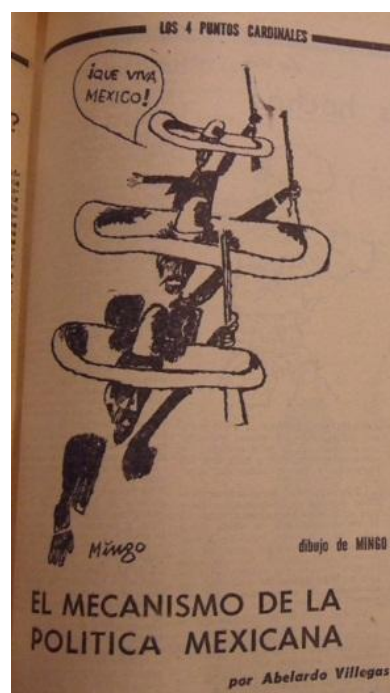
A despeito da Cordilheira dos Andes, da fronteira “natural” representada pelo deserto do Atacama, de ser considerado por muitos chilenos como o *Finis Terrae*, de estar de costas para o restante da América do Sul e de frente para a imensidão do Pacífico, em suma, de ser uma espécie de ilha, o Chile transformou-se, em diversos momentos, em um dos principais polos de debate intelectual, político e cultural da América Latina. Para relembrar somente os mais importantes, compreendidos pelos marcos cronológicos do presente trabalho, a Frente Popular e o exílio dos apistas; a fundação da CEPAL, em 1948, e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em 1957; os diversos encontros de intelectuais realizados pelas universidades chilenas durante os anos 60 e o governo da Democracia Cristã, com a “Revolução em Liberdade”; além da experiência da Unidade Popular, colocaram o Chile no centro das atenções de muitos intelectuais latino-americanos e de outros países do Globo.

De forma paralela, o Uruguai também desempenhou um papel de destaque para o estreitamento de laços entre intelectuais e políticos de diversos países da América Latina. É difícil encontrar em outro país do subcontinente a mesma ênfase em relação à necessidade de pensar a construção da identidade nacional para além das fronteiras, pois, evidentemente, havia certo temor de ser “esmagados” ou “sufocados” pelos poderosos vizinhos, mas não somente devido a isso. Para ficar circunscrito ao século XX, a partir de *Ariel* e os debates a respeito do latino-americanismo, com Carlos Quijano e Arturo Ardao, até a intensa atividade de outros redatores de *Marcha* para pensar a América Latina em conjunto, como Ángel Rama, e a realização de diversas reuniões da OEA, em Punta del Este, nos inícios dos anos 60, o Uruguai também se tornou um lugar de destaque para a discussão dos caminhos políticos e intelectuais da América Latina. Atualmente o país ainda desempenha um papel crucial, por ser a sede do Mercosul e da *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM).

O fato do Chile e, sobretudo, do Uruguai, serem países relativamente pequenos, quando comparados, em território e população, à Argentina, ao Brasil e ao México – tendo sido regiões de “fronteira” ou de menor relevância no passado colonial –, poderia explicar o esforço de ser reconhecidos; de buscar a inserção dos intelectuais, com destaque, na República Internacional das Letras ou dos dois países no Concerto Internacional das Nações. Por outro lado, não é mais razoável afirmar que o Chile e o Uruguai foram países “periféricos”.

O endurecimento da Revolução Cubana, a derrubada do governo da Unidade Popular e a ascensão dos regimes militares em muitos países latino-americanos apagaram, em parte, os inúmeros focos de discussão e debates que floresceram no subcontinente, tempos de grandes utopias, cujas fraturas de memória posteriores transformaram em grandes desilusões. Entretanto, pode-se afirmar que novas utopias e projetos foram sendo reconstruídos.

Principalmente em *Marcha*, estruturou-se um intenso debate político, com inúmeras vozes de diversos países, das discussões sobre história das ideias, elaboradas por Arturo Ardao, e as páginas culturais se nutriram do “latino-americanismo” na literatura, cinema, artes plásticas, música, entre tantas outras manifestações culturais. Contudo, as representações dos habitantes latino-americanos, por meio de imagens, não fugiram de muitos estereótipos.



Figuras 128 e 129: Ilustração em uma página de Ardao sobre o latino-americanismo anti-imperialista (12/12/1965) e de um texto sobre a política mexicana, de Abelardo Villegas (17/12/1965)



Figura 130: Ilustração de Pieri que acompanhou o texto sobre o “novo cinema latino-americano” (n. 1.346, 31/03/1967)

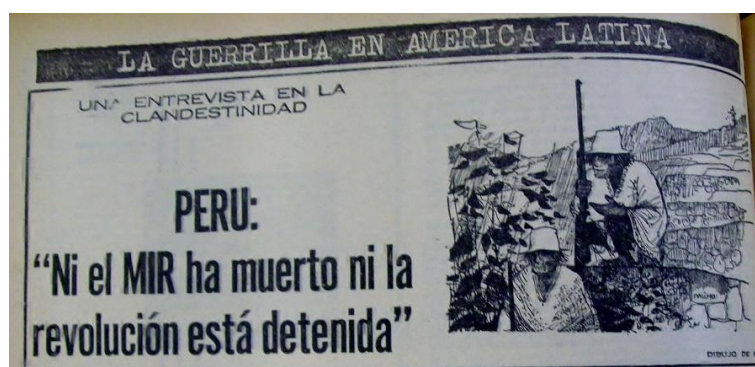


Figura 131: Ilustração sobre a guerrilha no Peru (n. 1.361, 05/05/1967)



Figura 132: Capa de *Marcha*, de 26/08/1967

Se olharmos especificamente para as representações que acompanharam os textos que abordaram a formulação da ideia de América Latina, dos seus projetos de integração ou que trataram da renovação de seu cinema e literatura, na maior parte das vezes, o latino-americano dos anos 60 era o indígena, o camponês mexicano, o homem do Nordeste brasileiro, o gaúcho etc. Poucas vezes foi representado como o habitante das camadas médias urbanas, que

constituíam a maior parte da população uruguaia. Dificilmente estes leitores citadinos realmente se identificavam com aquelas imagens. Isto é, não penso que as imagens publicadas conseguissem transformar muitas opiniões negativas, enraizadas a partir dos começos do século XX, sobre os outros povos que conformavam a América Latina, pois não conseguiram fugir completamente de muitos estereótipos a respeito dos “outros” latino-americanos.

Em *Ercilla*, houve a publicação principalmente de fotos, mas as imagens sobre os latino-americanos foram bem escassas. Todavia, em um número especial dedicado à América Latina, a imagem da capa também se aproximou das representações mais comuns em *Marcha*.



Figura 133: Capa de *Ercilla* sobre a América Latina (22/06/1966)

Novamente, a questão sobre os intelectuais vem à tona, pois as representações sobre o povo ou sobre o homem ou mulher “comum” latino-americano(a) não deixou de ser um recorte do olhar erudito.²

Segundo Carlos Altamirano, “ao trabalhar como críticos sociais ou como moralistas públicos, há por parte dos intelectuais uma propensão a se conceber como classe ética, como um grupo que se descreve e se define em termos de uma missão”.³ Os intelectuais de *Marcha* e *Ercilla* transitaram entre diferentes definições de sua “missão”. Viram-se, em parte, como uma “minoría cultivada, que se ocupa do cuidado com o patrimônio filosófico, literário e artístico da nação”. Em alguns momentos, houve redatores, colaboradores e leitores que proclamaram certa superioridade dos intelectuais, representando uma “pessoa inteligente e altamente educada, contraposta a pessoas vulgares ou de interesses exclusivamente práticos”.

² Cf. DE CERTEAU, Michel; JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. A beleza do morto. In: DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2005, p. 55-85 [1ª edição em francês de 1974].

³ ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006, p. 14.

Também lançaram mão, em certos momentos, de uma caracterização mais normativa, associada àqueles que buscam “o rigor, a profundidade ou a abstração”. Não se pode negar que buscaram o exerceram de uma “liderança cultural”, mas nem sempre chegaram ao ponto de definir que o intelectual atua enquanto tal quando se engaja na vida política. Finalmente, no interior de uma acepção sociológica, também se viram como uma categoria profissional.⁴

De forma geral, pode-se dizer que todas as definições foram reciprocamente permeáveis e nenhuma se consolidou totalmente sobre as demais. O predomínio, em certos momentos, de uma ou outra, às vezes de uma combinação delas, se articulou, não sem tensões, aos constrangimentos dos acontecimentos.

Foram utópicos; distópicos; recuperaram a utopia em momentos de “crise”; assinaram manifestos; defenderam suas opiniões; incursionaram, em certos momentos, por caminhos labirínticos; levantaram muralhas; atacaram os adversários, algumas vezes de forma impiedosa; mas, acima de tudo, construíram duas tribunas essenciais para a discussão de ideias. Em suma, empenharam-se pela construção de um mundo mais justo, alguns bem mais do que outros, mesmo com muitas contradições. Nesse sentido, *Marcha* foi mais clara, pois não se ancorou na frágil plataforma da “imparcialidade”. Contudo, *Ercilla* mostrou uma grande tensão entre sustentar a “neutralidade” e promover uma pedagogia da política.

Será que devemos abrir mão das utopias? Não, se pensarmos com Russel Jacoby, ao assinalar que “numa era de resignação e cansaço políticos, o espírito utópico continua sendo mais necessário do que nunca. Não evoca prisões nem programas, mas a ideia da solidariedade e felicidade humanas”.⁵

De forma paralela, é preciso redimensionar o cenário francês, muitas vezes considerado o “modelo” para se interpretar os papéis dos intelectuais e a História Intelectual. Em relação ao Uruguai e ao Chile, o contexto político, intelectual e cultural era desfavorável para a elisão do sujeito, no interior do “paradigma crítico estruturalista”.⁶ Era difícil falar em termos do “apagamento do sujeito” quando a “filosofia da ação” era extremamente preconizada e considerada essencial para promover profundas transformações no Chile ou para lutar contra a ascensão dos grupos conservadores e autoritários no Uruguai, até pelo menos os começos dos anos 70. Além disso, no Chile e, particularmente, no Uruguai, não houve predomínio do comunismo no ambiente intelectual.

⁴ *Ibidem*, p. 27-29.

⁵ JACOBY, Russel. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 235.

⁶ Cf. RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Fragmentos da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002, p. 35-39.

Mesmo com a ascensão das Ciências Sociais, o modelo do engajamento intelectual não encontrava um terreno hostil nos dois países sul-americanos. Continuava a ênfase sobre as noções de “consciência” e de “sujeito”. As relações entre o existencialismo e o eclipse do sujeito, que ganhavam adeptos rapidamente na França, e em outros países europeus, foram bem mais fluidas no Chile e no Uruguai daquele período.

Sobre o papel dos impressos na vida pública é preciso encontrar o difícil ponto médio, buscar o equilíbrio entre inflacionar o seu alcance e possibilidade de orientar, e até mesmo transformar os leitores, e reivindicar a deflação. Pode-se afirmar que as interpretações atuais transitam entre os dois polos, e que há certa nostalgia e pesar a respeito das hipóteses que indicam a diminuição do poder dos impressos, e dos meios de comunicação em geral. Contudo, pode haver ganhos em salientar certa autonomia e liberdade do leitor – e “espectador” – são mais importantes e férteis.

As relações de mediação dos impressos entre os acontecimentos e os leitores não são facilmente interpretadas. O espaço para discussão permanece aberto, mas é possível sustentar que nem os impressos, e particularmente a imprensa, estão dotados de poderes irresistíveis, nem os leitores somente buscam confirmar suas “certezas” ou invertem a balança de poder anteriormente sustentada. A relação é bem mais complexa e merece um tratamento que dê conta da sua riqueza inerente. Há muitas tensões cujo resultado final nem sempre é previsível.

Aí pode residir a importância das revistas. Ao serem feitas a muitas mãos, permitem a apresentação horizontal de heterogêneas concepções, e podem levar o leitor a se deparar com o desconhecido ou com aquilo que não quer ver/ler/ouvir.

A leitura pode não levar à ação imediata, mas, realizada de forma coletiva ou individual, em voz alta ou silenciosa, tem a capacidade de colocar em perspectiva opiniões, concepções e visões de mundo. Ainda que os objetivos do leitor sejam decisivos para as práticas de leitura, os textos podem levá-lo à reflexão, a reconsiderar algumas certezas e a formular novas dúvidas. Evidentemente, há diferentes tipos de leitores, e de leituras, alguns mais abertos ao diálogo do que outros. Contudo, mesmo entre aqueles considerados menos flexíveis, *Marcha* e *Ercilla* apostaram que não era possível ficar indiferente diante de um texto efetivamente lido. Agora, se os leitores foram transformados ou mudaram suas trajetórias, já são questões bem mais difíceis de responder.

Muito se falou, com razão, sobre os riscos de empobrecimento da literatura e das manifestações culturais em geral com a sua politização ao extremo. Mas, se tomamos uma noção de política baseada na ideia da vida em comunidade, da busca da solução de problemas por meio de diálogos e disputas – que não excluem a guerra – sustento que a literatura pode se

nutrir legitimamente da política para construir grandes obras. Não proponho que a discussão literária e cultural deva se balizar pela política. Evidentemente, os seres humanos são muito mais do que animais políticos. No entanto, as obras expressam, de certa forma, e ainda que muito heterogêneos, os valores coletivos e visões de mundo, em articulação crítica com as posições do autor.

E do lado da política? Penso que os debates ocorridos no interior do universo cultural deveriam ter a capacidade de interferir de forma mais clara sobre os caminhos traçados por uma coletividade nacional ou internacional. Tingir a política com um pouco de formação cultural e de literatura poderia ser interessante para tornar a política mais flexível e aberta para um amplo mundo de possibilidades. Sem buscar endossar qualquer tentativa de hierarquização entre cultura e política, já está na hora de renovar de forma crítica parte dos discursos dos anos 60 e 70, que pediam a imaginação no poder.

Ainda que cultura e política possuam espaços próprios de atuação, evoquem distintos esforços individuais e coletivos para a sua concretização, e tenham finalidades nem sempre coincidentes, não seria fértil insistir sobre uma separação irreversível entre duas das esferas mais importantes que permeiam o dia-a-dia dos cidadãos. A cultura e a política tecem contatos heterogêneos, que podem ser mutuamente estimulantes, desde que não busquem diluir suas especificidades, e que lutem em conjunto para ampliar os horizontes e defender porções de liberdade individual e coletiva, em um mundo que insiste em travestir as amplas desigualdades culturais, políticas e econômicas, enfim sociais, em termos de “liberdade econômica” e “liberdade política”.

Como dizia Carlos Quijano, a partir de meados dos anos 40, a política precisa de audácia e imaginação, que se transforme, de alguma forma, em ações. Não acredito que Quijano tenha se equivocado nesse ponto.

ACERVOS CONSULTADOS

Uruguay

- *Biblioteca del Palacio Legislativo*
- *Biblioteca Nacional*

Chile

- *Biblioteca Nacional*

Argentina

- *Biblioteca Nacional*
- *Sala Ángel Rama, Instituto Ravignani, Universidad de Buenos Aires*

FONTES

CHILE

DONOSO, José. *El escritor intruso. Artículos, crónicas y entrevistas*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2004.

EDITORIAL ERCILLA. *Biblioteca Biografías Célebres*. Santiago: Ercilla, 1943.

_____. *Biblioteca Femina: un esfuerzo editorial al servicio de la mujer*. Santiago: Ercilla, 1943.

_____. *Biblioteca Patria*. Santiago: Ercilla, 1942.

_____. *Biblioteca Saber*. Santiago: Ercilla, 1943.

_____. *Catálogo general de octubre de 1944*. Santiago: Ercilla, 1944.

_____. *Catálogo general n° 52*. Santiago: Ercilla, 1940.

_____. *Catálogo general n° 55*. Santiago: Ercilla, 1941.

_____. *Cuarta memoria al 30 de junio de 1940*. Santiago: Ercilla, 1940.

_____. *Estatutos*. Santiago: Ercilla, 1936.

_____. *Libros para niños y jóvenes*. Santiago: Ercilla, 1939.

_____. *Novedades Ercilla*. Santiago: Ercilla, 1943.

_____. *Prospecto*. Santiago: Ercilla, 1936.

_____. *Todas las culturas, todos los tiempos*. Catálogo general n° 46. Santiago: Ercilla, 1938.

_____. *Vigésima memoria al 30 de junio de 1965*. Santiago: Ercilla, 1965.

Ercilla, Santiago, 1936-1974.

FABRY, Mauricio. *Carta a Jorge Alessandri*. Santiago, 30 de noviembre de 1944.

HERNÁNDEZ PARKER, Luis. *Señores auditores: muy buenas tardes*. Santiago: LOM, 2010.

MILLAS, Hernán; FILIPPI, Emilio. *Anatomía de un fracaso*. Santiago: Zig-Zag, 1973.

_____. *Chile 70-73: Crónica de una experiencia*. Santiago: Zig-Zag, 1974.

SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Raúl Haya de la Torre o el Político. Crónica de una vida sin tregua*. Santiago: Ercilla, 1934.

_____. *Visto y vivido en Chile: bitácora chilena (1930-1970)*. Santiago: Tajamar Editores, 2004.

URUGUAI

Acción, Montevideo, 1932-1939.

Cuadernos de Marcha, Montevideo, 1967-1974.

Marcha, Montevideo, 1939-1974.

ALFARO, Hugo. *Navegar es necesario. Quijano y el semanario Marcha*. Montevideo: Banda Oriental, 1984.

QUIJANO, Carlos. *América Latina, una nación de Repúblicas*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989.

_____. *América Latina, una nación de Repúblicas: Argentina, Brasil, Cuba y otros países*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1991.

_____. *Cultura, personalidades y mensajes*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1992.

_____. *La reforma agraria en el Uruguay*. 2ª ed. Montevideo: Biblioteca de Marcha/ Nuevo Mundo, 1986.

_____. *Los golpes de Estado (1933-1942)*. Montevideo: Cámara de Representantes, 1989.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs.). *Cultura letrada no Brasil. Objetos e práticas*. Campinas: Mercado de letras, 2005.
- ACHUGAR, Hugo. *La balsa de la Medusa. Ensayos sobre identidad, cultura y fin de siglo en Uruguay*. Montevideo: Trilce, 1992.
- ACHUGAR, Hugo & CAETANO, Gerardo (Comps.). *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* [1992] 3ª ed. Montevideo: Trilce, 1993.
- AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____. Frente Popular, modernização e Revolução Passiva no Chile. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.17, n. 34, p. 221-244, 1997.
- _____. *Frente Popular, radicalismo e Revolução Passiva no Chile*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 1999.
- _____. Repensando o sentido da rebeldia na Revolução Cubana. *Estudos de História*, Franca, SP, v. 7, n. 2, p. 215-229, 2000.
- _____. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. *História*, Franca, v. 22, n. 2, p. 151-166, 2003.
- ALDRIGUI, Clara. *La izquierda armada. Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Montevideo: Trilce, 2001.
- ALEGRÍA, Fernando. *Literatura y Revolución*. 2ª ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- ALFARO, Milita. *Memorias de la bacanal. Vida y milagros del carnaval (1850-1959)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.
- ALMEIDA, Jaime de (Org.). *Caminhos da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998.
- AGUIRRE BAYLEY, M. *El Frente Amplio. Historia y documentos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1985.
- ALONSO ELOY, Rosa; DEMASI, Carlos. *Uruguay 1958-1968. Crisis y estancamiento*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1982.
- ALONSO, Paula (Comp.). *Construcciones impresas. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920*. Buenos Aires: FCE, 2004.
- ALTAMIRANO, Carlos (Dir.). *Historia de los intelectuales en América Latina. Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX*. Vol. 2. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.
- ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2006.
- _____. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- ÁLVAREZ FERRETJANS, Daniel. *Historia de la prensa en el Uruguay: desde La Estrella del Sur a internet*. Montevideo: Fin de Siglo, 2008.

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANGELL, Alan. Some Problems in the Interpretation of Recent Chilean History. *Bulletin of Latin American Research*, 7 (1), p. 91-108, 1988.
- ANSALDI, Waldo (Dir.). *La democracia en América Latina: un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- ANSALDI, Waldo (Ed.). *Tierra en llamas. América Latina en los años 1930*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2002.
- ANSALDI, Waldo; FUNES, Patricia. Viviendo una hora latinoamericana. Acerca de rupturas y continuidades en el pensamiento de los años veinte y sesenta. *Cuadernos del CISH*, Universidad Nacional de La Plata, n. 4, p. 13-75, 2º semestre de 1998.
- ARDAO, Arturo. *América Latina y la latinidad*. México: CCYEDL-UNAM, 1993.
- _____. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de estudios latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.
- _____. *La inteligencia latinoamericana*. Montevideo: Ediciones de la Universidad de la república, 1987.
- _____. *Nuestra América Latina*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.
- ARFUCH, Leonor. *El espacio biográfico. Dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- ARICÓ, José. *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1978.
- AROCENA, Felipe. *Muerte y resurrección de Facundo Quiroga. Historia cultural de lo que ha significado “ser moderno” para los latinoamericanos*. Montevideo: Trilce, 1996.
- AROCENA, Felipe; DE LEÓN, Eduardo (Ed.). *El complejo de Próspero. Ensayos sobre cultura, modernidad y modernización en América Latina*. Montevideo: Vintén. 1993.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. 224 f. Tese. (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1998.
- _____. *A questão nacional em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922-1954)*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 1998.
- _____. Reflexões sobre o nacionalismo em perspectiva comparada: as imagens da nação no México, Cuba e Porto Rico. *Varia Historia*. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, n.28, p. 39-54, dez. 2002.
- BAKER, Keith Michael. Naissance de l’opinion publique. *Annales ESC*, n. 1, p. 41-71, jan.-fev. 1987.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *De Martí a Fidel. A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- BARBIER, Frédéric, LAVENIR, Catherine Bertho. *Historia de los medios: de Diderot a Internet*. Buenos Aires: Colihue, 1999.
- BARRÁN, José Pedro. Artigas: del culto a la traición. *Brecha*, Montevideo, 20 de jun. 1986, p. 11.
- BARRÁN, José Pedro & CAETANO, Gerardo & PORZECANSKI, Teresa. *Historias de la vida privada en el Uruguay. Individuo y soledades (1920-1990)*. Montevideo: Santillana, 1998.
- BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamín. *Batlle, los estancieros y el Imperio Británico*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1981-1987. 8 volumes.
- _____. El batllismo uruguayo y su reforma “moral”. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 23, n. 89, p. 121-135, abril-junho de 1986.
- BASTIAS SAAVEDRA, Manuel. Historiografía chilena y positivismo, 1840-1980. *Nuestra Historia*. Santiago: Universidad de Chile, n. 1, p. 29-40, 2006.
- BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BAYCE, Rafael. *Cultura política uruguaya: desde Batlle hasta 1988*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1989.
- BAYLIN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BELLOTO, Manoel Lelo & CORRÊA, Ana Maria Martinez (Orgs.). *América Latina de Colonização Espanhola: Antologia de Textos Históricos*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979.
- BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BENGOA, José. *Historia de un conflicto. El Estado y los mapuches en el siglo XX*. 2ª ed. Santiago: Planeta, 2002.
- BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERSTEIN, Serge (Org.). *Les cultures politiques en France*. Paris: Seuil, 1999.
- BEVERLEY, John; ACHUGAR, Hugo (Comps.). *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. 2ª ed. Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 2002.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de Synthèse historique*, Paris, t. XLVI, n. 136-138, p. 15-50, dez. 1928.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *História & fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- _____. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: Eudeba, 1997.
- _____. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- _____. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 1984.
- BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, FGV, 1998.
- BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- CAETANO, Gerardo. Del primer batllismo al terrismo: crisis simbólica y reconstrucción del imaginario colectivo. *Cuadernos de CLAEH*. Montevideo, n. 49, p. 85-106, 1989.
- _____. *La república batllista. Ciudadanía, republicanismo y liberalismo en Uruguay (1910-1933)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
- _____. *La república conservadora (1916-1929). La guerra de posiciones*. Tomo II. Montevideo: Fin de Siglo, 1993.
- _____. *Los uruguayos del centenario: nación, ciudadanía, religión y educación, 1910-1930*. Montevideo: Taurus, 2000.
- CAETANO, Gerardo (Coord.). *La fundación del Frente Amplio y las elecciones de 1971*. Colección Liber Seregni, Tomo I. Montevideo: Taurus, 2005.
- CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo (1930-1933)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1989-1991.
- CAETANO, Gerardo; PÉREZ, Romeo; RILLA, José. La partidocracia uruguaya. Historia y teoría de la centralidad de los partidos políticos. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 44, p. 76-95, 1987.
- CAETANO, Gerardo; RILLA, José. *Breve historia de la dictadura*. 4ª ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
- _____. *El joven Quijano (1900-1933). Izquierda nacional y conciencia crítica*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.
- _____. *Historia contemporánea del Uruguay. De la colonia al Mercosur*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994.
- CAETANO, Gerardo; GALLARDO, Javier; RILLA, José. *La izquierda uruguaya. Tradición, innovación y política*. Montevideo: Trilce, 1995.
- CAPELATO, Maria Helena. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica. *História*, Franca, v. 22, n. 2, p. 35-58, 2003.
- _____. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NÁXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. (Orgs.). *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003. p. 139-150.
- _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CAPELATO, M. H.; NAPOLITANO, M., SALIBA, E. T.; MORETTIN, E (Orgs.). *História e cinema: Dimensões históricas do audiovisual*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.
- CARÁMBULA, Rubén. *El candombe*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1995.
- CASALS ARAYA, Marcelo. *El alba de una revolución: la izquierda y el proceso de construcción estratégica de la "vía chilena al socialismo"*. Santiago: LOM, 2010.
- CASTAÑEDA, Jorge. *Utopía desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- CASTRO, Cláudia Gomes de. *Imagens da Revolução Cubana: os cartazes de propaganda política do Estado socialista (1960-1986)*. 169 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- CAVIERES FIGUEROA, Eduardo. *Chile-Perú, La historia y la escuela. Conflictos nacionales, percepciones sociales*. Valparaíso: Ediciones Universitarias, 2006.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.
- CELENTANO, Adrián. Ideas e intelectuales en la formación de una red sudamericana antifascista. *Literatura y lingüística*, Santiago de Chile, Universidad Católica Cardenal Raúl Silva Henríquez, n. 17, p. 195-218, 2006.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 3ª ed. rev. São Paulo: Summus, 2007.
- _____. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.
- CHARTIER, Anne Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura: 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro; Lisboa, Bertrand Brasil; Difel, 1990.
- _____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.
- _____. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- _____. La conscience de la globalité. *Annales HSS*, v. 56, n. 1, p. 119-123, jan.-fev. 2001.
- _____. *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Madri: Alianza Universidad, 1993.
- _____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHIARAMONTE, José Carlos; MARICHAL SALINAS, Carlos (Comps.). *Crear la nación. Los nombres de los países de América Latina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.
- COLOMBI, Beatriz. *Viaje intelectual, migraciones y desplazamientos en América Latina (1880-1915)*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2004.
- COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da teoria. Literatura e senso comum*. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2001.
- CONTRERAS CARRANZA, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú contemporáneo. Desde las luchas por la independencia hasta el presente*. 4ª ed. Lima: IEP, 2007.
- CORNEJO CANCINO, Tomás. Una clase a medias: las representaciones satíricas de los grupos medios chilenos en *Topaze* (1931-1970). *Historia*, Santiago, n. 40, v. II, p. 249-284, jul.-dez. 2007.
- CORNEJO POLAR, Antonio. *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- CORREA, Martín; MOLINA, Raúl; YÁÑEZ, Nancy. *La Reforma Agraria y las tierras mapuches: Chile, 1962-1973*. Santiago: LOM, 2005.
- CORREA SUTIL, Sofía. El pensamiento en Chile en el siglo XX bajo la sombra de Portales. In:

- TERÁN, Oscar (Coord.). *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004, p. 211-305.
- COSSE, Isabela; MARKARIAN, Vania. *1975: Año de la Orientalidad. Identidad, memoria e historia en una dictadura*. Montevideo: Trilce, 1996.
- COSTA, Adriane Vidal. *Intelectuais, política e literatura na América Latina: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005)*. 413 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- _____. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- CRESPO, Regina Aída. *Messianismos culturais: Monteiro Lobato, José Vasconcelos e seus projetos para a nação*. Tese (doutorado em História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- DALMÁS, Carine. *Brigadas muralistas e cartazes de propaganda da experiência chilena*. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.
- DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 40-90.
- _____. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1994, p. 199-236.
- _____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Graal, 2011.
- _____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DAYREL, Eliane Garcindo, IOKOI, Zilda M. Gricoli (Coords.). *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.
- DE ARMAS, Gustavo; GARCÉ, Adolfo. *Uruguay y su conciencia crítica. Intelectuales y política en el siglo XX*. Montevideo: Trilce, 1997.
- DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2005.
- _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- _____. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DE DIEGO, José Luis (Dir.). *Editores y políticas editoriales en Argentina, 1880-2000*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- DE MARCO, Valeria. Literatura de testemunho e violência de Estado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004.
- DE MUSSY, Luis G. (Ed.). *Balance historiográfico chileno: el orden del discurso y el giro crítico actual*. Santiago: Ediciones Universidad Finis Terrae, 2007.

- DE MUSSY, Luis G. Historiografías comparadas. El “total cero” de la historiografía chilena actual. *Arbor: ciencia, pensamiento, política*, Madri, v. 183, n. 724, p. 189-201, mar.-abr. 2007.
- DE RAMÓN, Armando. *Breve historia de Chile. Desde la invasión incaica hasta nuestros días (1500-2000)*. Buenos Aires: Biblos, 2001.
- DEMASI, Carlos. *La lucha por el pasado. Historia y nación en Uruguay (1920-1930)*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad. Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950)*. Tomo I. Buenos Aires: Biblos, Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2000.
- DONOSO, José. *Historia personal del boom*. Barcelona: Seix Barral, 1983.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Unicamp, 1993-94. 2 volumes.
- _____. *La marcha de las ideas*. Valência: PUV, 2007.
- DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragem (1889 a 1928)*. 134 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2008.
- DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas. Definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, n.28, p. 13-28, dez. 2002.
- _____. *Rebeldes literários da república: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas; CAPELATO, Maria Helena Rolim. Representação Política. O Reconhecimento de um Conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, Círef; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações. Contribuições a um Debate Interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 227-267.
- DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Eds.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos VXIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- EDWARDS, Esther. *José Donoso: voces de la memoria*. Santiago: Sudamericana, 1997.
- EPPLE, Juan Armando. Acercamiento a la literatura testimonial de Chile. *Revista Iberoamericana*: Pittsburgh, v. LX, n. 168-169, p. 1.143-1.159, 1994.
- ESPAGNE, Michel; WERNER, Michaël. La construction d'une référence culturelle allemande en France: genèse et histoire (1750-1914). *Annales ESC*, v. 42, n. 4, 969-992, jul.-ago. 1987.
- ESPECHE, Ximena. *Uruguay “latinoamericano”. Carlos Quijano, Alberto Methol Ferré y Carlos Real de Azúa: entre la crisis estructural y la cuestión de la viabilidad nacional (1958-1968)*. 300 f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Unidversidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires, 2010.
- FARAONE, Roque. *La prensa de Montevideo. (Estudio sobre algunas de sus características)*. Montevideo: Biblioteca de publicaciones oficiales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de la República, 1960.

- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Ed. UNESP/Hucitec, 1992.
- FERNÁNDEZ DARRAZ, Enrique. *Estado y sociedad en Chile, 1891-1931. El Estado excluyente, la lógica estatal oligárquica y la formación de la sociedad*. Santiago: LOM, 2003.
- FERREIRA, André Lopes. *A unidade política das esquerdas no Uruguai: das primeiras experiências à Frente Ampla (1958-1973)*. 430 f. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp, Assis, 2011.
- FERREIRO, Emilia. *Presente y pasado de los verbos leer y escribir*. Buenos Aires: FCE, 2001.
- FREGA, Ana. El Bicentenario en Uruguay: apuntes para un nuevo debate. *Revista Estudios del ISHiR*, CONICET, Rosario, Argentina, ano 1, n. 1, p. 19-20, 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ishir-conicet.gob.ar/index.php/revistaISHIR>> Consulta em: 10/09/2012.
- _____. *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.
- FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Coords.). *Nuevas miradas en torno al Artiguismo*. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UDELAR), 2001.
- FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Yvette. *Baldomir y la restauración democrática (1938-1946)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987.
- FUNES, Patricia. Ingenieros del alma: los informes sobre canción popular, ensayo y Ciencias Sociales de los Servicios de Inteligencia de la dictadura militar argentina sobre América Latina. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 418-437, jul.-dez. 2007.
- _____. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- GARCÉS, Mario. *Tomando su sitio: el movimiento de pobladores de Santiago, 1957-1970*. Santiago: LOM, 2002.
- GARCIA, Tânia da Costa. Canción popular, nacionalismo, consumo y política en Chile entre los años 40 y 60. *Revista Musical Chilena*, a. LXIII, n. 212, p. 11-28, jul.-dez. 2009.
- GARCÍA HUIDOBRO, Cecilia. El trabajo periodístico de José Donoso y sus efectos del Obsceno Pájaro de la Noche. *Revista Unniversum*, Talca, v. 2, n. 22, p. 286-291, 2007.
- GARRAMUÑO, Florencia. *Modernidades primitivas: tango, samba y nación*. Buenos Aires: FCE, 2007.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *The Chilean Political Process*. Boston: Unwin Hyman, 1989.
- GEBRAN, Philomena; LEMOS, Maria Teresa T. B (Orgs.). *América Latina: cultura, estado e sociedade*. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994.
- GILMAN, Claudia. *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

- GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GONZÁLEZ DEMURO, Wilson. De historiografías y militancias. Izquierda, artiguismo y cuestión agraria en el Uruguay (1950-1973). *Anuario de Estudios Americanos*, v. 60, n. 2, p. 635-689, 2003. Disponível em: <<http://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/161/165>> Consulta em: 10/09/2012.
- GONZÁLEZ ECHEVARRÍA, Roberto. *La voz de los maestros: escritura y autoridad en la literatura latinoamericana moderna*. Madri: Editorial Verbum, 2001.
- GREEN, Nancy L. L'histoire comparative et le champ des études migratoires. *Annales ESC*, v. 45, n. 6, p. 1335-1350, nov.-dez. 1990.
- GREZ, Sergio; SALAZAR, Gabriel. *Manifiesto de historiadores*. Santiago: LOM, 1999.
- GRUZINSKI, Serge. *La guerra de las imágenes. De Cristóbal Colón a "Blade Runner" (1492-2019)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- _____. Les mondes mêlés de la Monarchie Catholique at autres "Connected Histories". *Annales HSS*, v. 56, n. 1, p. 85-117, jan.-fev. 2001.
- _____. O historiador, o macaco e a centaura: a "história cultural" no novo milênio. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.
- GUERRA, François-Xavier; LEMPÉRIÈRE, Annick *et al.* *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüidades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 1ª ed. atual. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. Comparative History – a Contested Method. Disponível em: <<http://www.iue.it/HEC/ResearchingTeaching/20072008-Autumn/SS-readings/haupt-comparative-history.pdf>> Consulta em 24/08/2008.
- HAUPT, Heinz-Gerhard; KOCKA, Jürgen (Eds.). *Comparative and Transnational History: Central European Approaches and new Perspectives*. Nova Iorque: Berghan Books, 2009.
- HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *El antiimperialismo y el APRA*. Santiago: Ediciones Ercilla, 1936.
- HEINZ, Flavio M. (Org.) *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009.
- IZARD, Michel. Un moment de la conscience européenne. *Terrain*, Revue d'Ethnologie de l'Europe, [En ligne], 17, 1991. Disponível em: <<http://terrain.revues.org/3012;DOI:10.4000/terrain.3012>> Consulta em: 07/08/2012.
- JACOB, RAÚL. *El Uruguay de Terra, 1931-1938*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1983.
- JOCELYN-HOLT LETELIER, Alfredo. Os intelectuais-políticos chilenos: um caso de equivocado protagonismo contínuo. In: CADERNOS ADENAUER. *Os intelectuais e a política na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004, p. 65-97.

- JOZEF, Bella. (Auto)Biografia: os territórios da memória e da história. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos; VASCONCELOS, Sandra (Orgs.) *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 217-226.
- JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Org.) *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição á Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: texts, contexts, language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- LAGO, Pedro Corrêa do. *Caricaturistas brasileiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Contracapa, 2001.
- LAGO CARBALLO, Antonio; GÓMEZ VILLEGAS, Nicanor (Eds.). *Un viaje de ida y vuelta: la edición española e iberoamericana (1936-1975)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.
- LAGUNAS, José Ramón (Ed.). *Don Alonso de Ercilla, inventor de Chile*. Santiago: Editorial Pomaire, 1971.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LEACH, Edmund. Cultura/culturas. In: *Enciclopedia Einaudi*. v. 5 (Anthropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 102-135.
- LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LOPES, Marcos Antônio. *Para ler os clássicos do pensamento político: um guia historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.
- LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MACHIN, Horacio, MORÁÑA, Mabel (Eds.). *Marcha y América Latina*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana / Universidad de Pittsburgh, 2003.
- MAGASICH, Jorge. “Salvador Allende preparaba un auto-golpe de Estado sangriento”. El plan Z que horrorizó a Chile. *Le monde diplomatique en español*. Santiago, jan. 2010, p. 22.
- MANRIQUE, Nelson. “¡Usted fue aprista!” *Bases para una historia crítica del APRA*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Minerva, 2008.
- MARÍNEZ DÍAS, Nelson. La historiografía uruguaya contemporánea. *Quinto centenario*, Madri, n. 5, p. 39-64, 1983.
- MARTÍN BARBERO, Jesús (Org.). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1920)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- MELGAR BAO, Ricardo. *Redes e imaginario del exilio en México y América Latina: 1934-1940*. Buenos Aires: Ediciones Libros en Red, 2003.
- MILOS, Pedro. *Frente Popular en Chile. Su configuración: 1935-1938*. Santiago: LOM, 2008.
- MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1992.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura Ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003.
- _____. *Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- MITNICK, Gilda Waldman. Chile: la persistencia de las memorias antagónicas. *Política y Cultura*, n. 31, p. 211-234, primavera 2009.
- MITRE, Antonio. *O dilema do centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MOBAREC HASBÚN, Paula; SPINIAK BERCOVICH, Dominique. *Revista Hoy. 1.108 ediciones con historia*. Santiago: Ediciones Copygraph, 2001.
- MOLLIER, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo: Ensaios sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MONTES, Cristián. El cronotopo de la exclusión en tres novelas de la generación del 38. *Revista chilena de literatura*, n. 73, p. 163-188, nov. 2008.
- MORAÑA, Mabel. *Políticas de la escritura en América Latina. De la colonia a la Modernidad*. Caracas: Ediciones Escultura, 1997.
- MOREJÓN ARNAIZ, Idalia. *Política e polêmica na América Latina: Casa de las Américas e Mundo Nuevo*. 326 f. Tese. Programa de Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*. Mariana, MG: Depto. De História da UFOP, n. 6, p. 83-91, 1996.
- _____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- MOUESCA, Jacqueline. *Plano secuencia de la memoria de Chile: veinticinco años de cine chileno (1960-1985)*. Madri: Ediciones del Litoral, 1988.
- MOULIAN, Tomás. *Fracturas: de Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende*. Santiago: LOM, 2006.
- MYERS, Jorge. Gênese “ateneísta” da história cultural latino-americana. *Tempo Social*. São Paulo: Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, v. 17, n. 1, p. 9-54, jun. 2005.
- NARANJO, Pedro; AHUMADA, Mauricio; GARCÉS, Mario; PINTO, Julio (Eds.). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario en Chile. Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR*. Santiago: LOM, 2004.

- NARVÁEZ, Jorge. (Ed.). *La invención de la memoria*. Santiago: Pehuén, 1988.
- NERUDA, Pablo. *Antología general*. Lima: Alfaguara, 2010.
- _____. *Nerudiana dispersa I (1915-1964). Obras completas IV*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2001.
- _____. *Nerudiana dispersa II (1922-1973). Obras completas V*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2002.
- ODDONE, Juan A. A formação do Uruguai moderno (1870-1930). In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2002, v. 5.
- _____. *Uruguay entre la depresión y la guerra (1929-1945)*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1990.
- OELKER, Dieter. El imaginismo en Chile. *Acta Literaria*, Concepción, n. 9, p. 75-91, 1984.
- OLIVERO, Isabelle. *L'Invention de la collection*. Paris: L'IMEC/Maison des Sciences de L'Homme, 1999.
- ONETTI, Juan Carlos. *El Pozo. Para una tumba sin nombre*. Montevideo: Arca, 1977.
- ORTIZ LETELIER, Fernando. *El movimiento obrero en Chile, 1891-1919*. 2ª ed. Santiago: LOM, 2000.
- OSSÁNDÓN, Carlos. *El crepúsculo de los "sabios" y la irrupción de los "publicistas"*. Santiago: LOM, 1998.
- OSSANDÓN, Carlos; SANTA CRUZ, Eduardo. *El estallido de las formas: Chile en los albores de la "cultura de masas"*. Santiago: LOM; Arcis, 2005.
- _____. *Entre las alas y el plomo: la gestación de la prensa moderna en Chile*. Santiago: LOM; Arcis, 2000.
- OZOUF, Mona. "Public Opinion" at the End of the Old Regime. *The Journal of Modern History. Supplement: Rethinking French Politics in 1788*, n. 60, p. 1-21, 1988.
- PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PALTI, Elías J. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- PANDO MORENO, Adán; ARÉVALO GUÍZAR, Gabriela. América Latina: globalización y nacionalismo. Diálogo con Aníbal Quijano. *Revista Interamericana de Educación de Adultos*. México, a. 28, n. 2, p. 119-133, jul.-dez. 2006.
- PANIZZA, Francisco E. *Uruguay: batllismo y después. Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.
- PANOFISKY, Erwin. *Estudos de iconologia: temas humanisticos na arte do renascimento*. Lisboa: Estampa, 1986.
- PEIRANO BASSO, Luisa. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vega, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- PINEDO, Javier. El pensamiento de los ensayistas y científicos sociales en los largos años 60 en Chile (1958-1973). Los herederos de Francisco A. Encina. *Atenea*, n. 492, p. 69-120, 2005.
- _____. Lo que estaba en el ambiente. Una lectura de *La crisis integral de Chile* de Jorge Ahumada, y su relación con el pensamiento de los años 60 en Chile. *Universum*, Universidad de Talca, n. 18, p. 147-172, 2003.
- PINHEIRO, Marcos Sorrilha. *Um continente possível: latino-americanismo no pensamento de Luis Alberto Sánchez*. 143 f. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, SP, 2004.
- PINTO, Jorge. *La formación del Estado y la nación, y el pueblo mapuche. De la inclusión a la exclusión*. Santiago: DIBAM, 2000.
- PINTO, Julio (Coord.). *Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular*. Santiago: LOM, 2005.
- PINTO, Julio; ARGUDÍN, María Luna (Comps.). *Cien años de propuestas y combates. La historiografía chilena del siglo XX*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2006.
- PINTO, Julio; VALDIVIA, Verónica. *¿Revolución proletaria o querida chusma? Socialismo y Alessandrismo en la pugna por la politización pampina*. Santiago: LOM, 2001.
- PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. 3 volumes. São Paulo; Campinas: Memorial; Ed. Unicamp, 1994.
- POBLETE, Juan. La construcción social de la lectura y la novela nacional. *Latin American Research Review*, v. 34, n. 2, p. 75-108, 1999.
- _____. *Literatura chilena del siglo XIX: entre públicos lectores y figuras autorales*. Santiago: Cuarto Propio, 2003.
- POCOCK, J. G. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PRADO, Maria Lígia. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: EDUSC, 1999.
- _____. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, p. 127-149, 2001.
- _____. Repensando a história comparada da América Latina. *Revista de História*, São Paulo, n.153, p. 11-33, 2º semestre de 2005.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- PROMIS OJEDA, José. *Testimonios y documentos de la literatura chilena*. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1995.
- RAGO, Margareth, GIMENES, Renato. (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: IFCH, 2000.
- RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. La riesgosa navegación del escritor exiliado. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 35, p. 95-105, mar.-abr. 1978.
- _____. *Literatura, cultura, sociedad en América Latina*. Montevideo: Trilce, 2006.
- _____. *Transculturación narrativa en América Latina*. Montevideo: Arca/Fundación Ángel Rama, 1989.

- RAMA, Ángel (Ed.). *Más allá del boom: literatura y mercado*. Buenos Aires: Folios, 1984.
- RAMA, Germán. *La democracia en Uruguay*. Montevideo: Arca, 1995.
- RAMÓN SILVA, Juan; CALDERÓN, Alfonso. *Maestros del periodismo*. Santiago: Editorial La Noria, 1985.
- RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina: literatura e política no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RAVIOLO, Heber, ROCCA, Pablo (Dirs.). *Historia de la literatura uruguaya contemporánea. Los narradores del medio siglo*. Tomo I. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1996.
- _____. *Historia de la literatura uruguaya contemporánea. Una literatura en movimiento (Poesía, Teatro y otros géneros)*. Tomo II. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1997.
- REAL DE AZÚA, Carlos. *Antología del ensayo uruguayo contemporáneo*. II tomos. Montevideo: Universidad de la República, 1964.
- _____. *El impuso y su freno*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1964.
- _____. *Historia visible e historia esotérica. Personajes y claves del debate latinoamericano*. Montevideo: Arca, 1975.
- _____. *Historia y política en el Uruguay*. Montevideo: Cal y Canto, 1997.
- _____. *Uruguay, ¿una sociedad amortiguadora?* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.
- REICHEL, Heloísa Jochims & GUTFREIND, Ieda (Orgs.). *América Platina e historiografia*. São Leopoldo: Programa de Pós-graduação em História – UNISINOS, 1996.
- REIS, Eliana Lourenço de Lima. *Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural: a literatura de Wole Soyinka*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- REIS, Mateus Fávaro. *Americanismo(s) no Uruguai: os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969)*. 232 f. Dissertação. (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- REMEDI, Gustavo, *Murgas: el teatro de los tablados. Interpretación y crítica de la cultura nacional*. Montevideo: Trilce, 1996.
- RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- REY TRISTÁN, Eduardo. *A la vuelta de la esquina: la izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Montevideo: Fin de Siglo, 2006.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.
- RILLA, José. La tradición contra los partidos en el Uruguay. *História*, São Paulo, 23 (1-2), p. 161-196, 2004.
- RIOUX, Jean-Pierre, SIRINELLI, François (Dirs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- RIVERA, Jorge. *El escritor y la industria cultural*. Buenos Aires: Atuel, 1998.
- _____. *El periodismo cultural*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

- ROCCA, Pablo. *35 años en Marcha. Crítica y literatura en Marcha y en el Uruguay: 1939-1974*. Montevideo: IMM-División Cultura, 1992.
- _____. *El 45. Entrevistas/Testimonios*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.
- _____. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.
- _____. La política oficial del libro: hablar sobre la nada. *Siete sobre Siete*, Montevideo, n. 89, 16 de mai. 2005, p. 16-17.
- RODÓ, José Enrique. *Ariel. Estudios de Martha Canfield y Rómulo Cosse*. Montevideo: Ministerio de Educación y Cultura, Biblioteca Nacional, 2000.
- RODRIGUES DA SILVA, Helenice. *Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.
- _____. Os exílios dos intelectuais brasileiros e chilenos, na França, durante as ditaduras militares: uma história cruzada. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/index5791.html>> Consulta em 16/06/2008.
- RODRÍGUEZ MONEGAL, Emir. *Literatura uruguaya del medio siglo*. Montevideo: Alfa, 1966.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Edusp, 1991.
- RUIZ GALVETE, Marta. Cuadernos del Congreso por la Libertad de la Cultura: anticomunismo y Guerra Fría en América Latina. *El Argonauta Español*, [On line], n. 3, 2006. Disponível em: <<http://argonauta.imageson.org/document75.html>> Consulta em 07/08/2012.
- SÁBATO, Hilda (Coord.). *Ciudadanía y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina*. México: FCE, COLMEX, FHA, 1999.
- SAGREDO, Rafael; GAZMURI, Cristián (Dir.). *Historia de la vida privada en Chile. El Chile contemporáneo: de 1925 a nuestros días*. Tomo III. 2ª ed. Santiago: Taurus, 2008.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SALAZAR, Gabriel. *Del poder constituyente de asalariados e intelectuales. Chile, siglos XX y XXI*. Santiago: LOM, 2009.
- _____. Historiografía y dictadura en Chile (1973-1990). Búsqueda, identidad, dispersión. *Cuadernos Hispanoamericanos*, Madri, n. 482-483, p. 81-94, ago.-set. 1990.
- SALAZAR, Gabriel; PINTO, Julio. *Historia contemporánea de Chile I. Estado, legitimidad, ciudadanía*. Santiago: LOM, 1999.
- _____. *Historia contemporánea de Chile II. Actores, identidades, movimientos*. Santiago: LOM, 1999.
- _____. *Historia contemporánea de Chile V. Niñez y juventud*. Santiago: LOM, 2002.
- SALINAS CAMPOS, Maximiliano ¿Una risa jerárquica? La revista *Topaze*: características y límites de la sátira política en Chile. *Revista Ciencias Sociales*, Iquique, n. 20, p. 95-105, 2008.

- SARLO, Beatriz. *El imperio de los sentimientos. Narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2004.
- _____. *Intelectuales: ¿escisión o mimesis? Punto de Vista*, Buenos Aires, n. 25, p. 1-6, 1985.
- _____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SCHWARTZ, Jorge. *Las vanguardias latinoamericanas. Textos programáticos y críticos*. Edición revisada e ampliada. México: FCE, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder en la década del sesenta*. Buenos Aires: Puntosur, 1991.
- SILVA, Bárbara. *Identidad y nación entre dos siglos. Patria vieja, Centenario y Bicentenario*. Santiago: LOM ediciones, 2008.
- SILVA, Fernando. *Historia de Chile. República (1861-1970)*. Tomo 4. 11ª ed. Santiago: Editorial Universitaria, 1992.
- SILVA BEAUREGARD, Paulette. *Las tramas de los lectores. Estrategias de la modernización cultural en Venezuela (siglo XIX)*. Caracas: Fundación para la cultura urbana, 2007.
- SIRINELLI, Jean-François. *Intellectuels et passions françaises: manifestes et pétitions au XX^e siècle*. Paris: Fayard, 1990.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James (Ed.). *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988, p. 29-67.
- _____. *Visions of Politics: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. Novos meridianos na produção editorial em castelhano: o papel dos espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 386-398, jul.-dez. 2007.
- _____. *Projetos políticos de modernização e reforma no Peru: 1950-1975*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- _____. *Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil (1915-1954)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Silvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina. México e Peru nas últimas décadas do séc. XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas/USP, 1999.
- SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). *Os intelectuais nos processos políticos da América Latina*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, 1985.
- SOFFIA SERRANO, Álvaro. *Lea el mundo cada semana. Prácticas de lectura en Chile, 1930-1945*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2003.
- SOLER, Leticia. *Historiografía uruguaya contemporânea (1985-2000)*. Montevideo: Trilce, 2000.
- SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.
- SOSNOVSKI, Saúl (Ed.). *La cultura de un siglo: América Latina y sus revistas*. Buenos Aires: Alianza, 1999.

- SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do “batllismo” no Uruguai: 1903-1958*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.
- STABB, Martin S. *América Latina en busca de una identidad. Modelos del ensayo ideológico hispanoamericano, 1860-1960*. Caracas: Monte Ávila, 1969.
- STRADA, Vittorio. Do “realismo socialista” ao zhdhanovismo. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 151-220, v. 9.
- SUBERCASEAUX, Bernardo. Editoriales y círculos intelectuales en Chile, 1930-1950. *Revista chilena de literatura*, Santiago, n. 72, p. 221-233, abril de 2008.
- _____. *Historia de las ideas y de la cultura en Chile. El centenario y las vanguardias*. Tomo III. Santiago: Editorial Universitaria, 2004.
- _____. *Historia de las ideas y la cultura en Chile. Nacionalismo y cultura*. Tomo IV. Santiago: Editorial Universitaria, 2007.
- _____. *Historia del libro en Chile (cuerpo y alma)*. Santiago: LOM, 1993.
- _____. *Historia del libro en Chile: desde la Colonia hasta el Bicentenario*. Santiago: LOM, 2010.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997.
- _____. Du Tage au Gange au XVI^e siècle: une conjuncture millénariste à l’ échelle eurasiatique. *Annales HSS*, v. 56, n.1, p. 51-84, jan.-fev. 2001.
- TEIXEIRA, Gilberto Lopes. *Antiimperialismo e nacionalismo: a polêmica dos anos 20 na visão de Haya de la Torre e Julio Antonio Mella*. 230 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2001.
- TERÁN, Oscar. *América Latina: Positivismo y Nación*. México: Editorial Katún, 1983.
- _____. El primer antiimperialismo latinoamericano. *Punto de vista-Revista de cultura*, Buenos Aires, a. IV, n. 12, p. 3-10, jul.-out. 1981.
- _____. *Nuestros años sesentas. La formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina 1956-1966*. Buenos Aires: Puntosur, 1991.
- TERONI, Sandra. Difesa della Cultura e Problematico Incontro fra Culture: Il *Congrès International des Écrivains pour la Défense de la Culture*, Parigi 1935. Disponível em: <http://www.filologiafrancese.it/qds_paragrafi/109.pdf> Consulta em 07/08/2012.
- TODOROV, Tzvetan. *Crítica de la crítica*. Barcelona: Paidós, 2005.
- _____. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- _____. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Ed. Unicamp, 1989.
- _____. *Vida y muerte del Chile popular*. México: Siglo XXI, 1974.
- TRELLEZ, Oscar. *La industria editorial en Chile*. Santiago: Imprenta Relámpago, 1944.
- TURCATI, Dante. *El equilibrio difícil. Política exterior del batllismo*. Montevideo: Arca, 1981.
- VÁRIOS AUTORES. *Chile hoy*. México: Siglo XXI, 1970.

- _____. Dossier: El comparatismo como problema. *Prismas. Revista de historia intelectual*, Buenos Aires, a. 8, n. 8, p. 119-243, 2004.
- _____. *El fin del Uruguay liberal (1959-1973)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990.
- _____. *El Uruguay de los años treinta. Enfoques y problemas*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994.
- _____. *Uruguay hoy*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- _____. *Vida y cultura en el río de la Plata*. Tomo I. Montevideo: Universidad de la República, Departamento de Publicaciones, 1987.
- VAZ FERREIRA, Carlos. *Moral para intelectuales*. 3ª ed. Montevideo: Cámara de Representantes de la ROU, 1957.
- VILLAÇA, Mariana. *Cinema cubano: revolução e política cultural*. São Paulo: Alameda, 2010.
- VILLALOBOS, Sergio. *Chile y Perú. La historia que nos une y nos separa (1533-1883)*. Santiago: Editorial Universitaria: 2002.
- WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Beyond Comparison: *Histoire Croisée* and the Challenge of Reflexivity. *History and Theory*, n. 45, p. 30-50, fev. 2006.
- _____. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. *Annales HSS*, v. 58, n. 1, p. 7-36, jan.-fev. 2003.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- _____. *Marxismo y literatura*. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2009.
- YÁÑEZ, Juan Carlos. *La intervención social en Chile, 1907-1932*. Santiago: Ril Editores, 2008.
- YOCELEVZKY R., Ricardo A. *Chile: partidos políticos, democracia y dictadura (1970-1990)*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- _____. *La democracia cristiana chilena y el gobierno de Eduardo Frei (1964-1970)*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1987.
- ZANETTI, Susana. *La dorada garra de la lectura: lectoras y lectores de novela en América Latina*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2002.
- ZEA, Leopoldo (Org.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI: UNESCO, 1986.
- _____. (Comp.). *Fuentes de la cultura latinoamericana*. México: FCE, 1993.
- ZUBILLAGA, Carlos. Breve panorama da imigração maciça no Uruguai (1870-1931). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 419-460.
- _____. *Historia e historiadores en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2002.
- _____. *Las disidencias del tradicionalismo. El Radicalismo Blanco*. Montevideo: Arca/CLAEH, 1978.
- _____. *La utopía cosmopolita. Tres perspectivas históricas de la inmigración masiva al Uruguay*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1998.
- _____. Libreros y editores gallegos en Montevideo. *Madrygal*, Madri, n. 2, p. 139-145, 1999.
- ZUM FELDE, Alberto. *Proceso intelectual del Uruguay y crítica de su literatura*. Montevideo: Editorial Claridad, 1941.